UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

MARCIO BRESSIANI ZAMBONI

**A POPULAÇÃO LGBT PRIVADA DE LIBERDADE:
sujeitos, direitos e políticas em disputa**

ou

**A JAULA DAS BICHAS:
uma etnografia da diversidade sexual e de gênero
em prisões do Brasil e do México**

Versão Corrigida

v.1

São Paulo

2020

MARCIO BRESSIANI ZAMBONI

A POPULAÇÃO LGBT PRIVADA DE LIBERDADE:

sujeitos, direitos e políticas em disputa

ou

A JAULA DAS BICHAS:

**uma etnografia da diversidade sexual e de gênero
em prisões do Brasil e do México**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Antropologia

Orientação: Profa. Livre Docente
Laura Moutinho

Versão Corrigida

v.1

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

z24p Zamboni, Marcio Bressiani Zamboni
 A População LGBT Privada de Liberdade: sujeitos,
 direitos e políticas em disputa / Marcio Bressiani
 Zamboni Zamboni ; orientadora Laura Moutinho
 Moutinho. – São Paulo, 2020.
 423 f.

 Tese (Doutorado)– Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Antropologia. Área de concentração:
 Antropologia Social.

 1. Prisões. 2. Gênero. 3. Sexualidade. 4.
 Diversidade Sexual. 5. Direitos Humanos. I.
 Moutinho, Laura Moutinho, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Marcio Bressiani Zamboni

Data da defesa: 06 /03 /2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Laura Moutinho

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 05 /06 /2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

*Para Anna, Aly, Xampy
Andrea, Ari, Vik, Yessica*

*E todas as bichas e jotos,
Monas, travestis e trans
Que lutam pela liberdade
Dentro e fora das prisões*

Agradecimentos

A pesquisa que deu origem a esta tese foi desenvolvida entre 2015 e 2019, abrangendo diversos contextos. Conteí então com muitas redes de apoio (material, intelectual e afetivo), tanto dentro quanto fora da Universidade.

Em um momento em que as verbas de pesquisa estão sendo drasticamente reduzidas, é importante afirmar que o projeto recebeu financiamento de duas importantes agências de fomento: a CAPES nos primeiros meses e a FAPESP (processo 2015/01528-4) nos anos seguintes. Recebi também uma Bolsa BEPE da FAPESP (processo 2018/10710-9), que viabilizou a realização do estágio de pesquisa no exterior.

Este trabalho se beneficiou também de apoio familiar - especialmente dos meus pais e avós, que investiram na minha educação desde a mais tenra infância. Tive o privilégio de ter cultivadas desde muito cedo as aptidões intelectuais, a curiosidade e o amor pelo conhecimento. Esta tese é um dos frutos desse apoio material e afetivo de longo prazo.

Também de longa duração, chegando agora a uma década, foi o suporte que recebi da minha querida orientadora Laura Moutinho. Agradeço-lhe por ter me guiado desde os primeiros passos na carreira de pesquisador, tendo contribuído como ninguém para ampliar minha compreensão do que significa fazer antropologia.

Dentre os companheiros de caminhada, destaco os colegas de orientação que se tornaram grandes amigos, em particular Pedro Lopes e Valéria Alves – “irmãos acadêmicos” desde a graduação. Tenho grande admiração pela trajetória de ambos e orgulho de termos crescido juntos ao longo desses anos. No grupo de orientandos (que apelidamos carinhosamente de “Família Moutinho”), não faltaram companhias inspiradoras: Thais Tiriba, Milena Mateuzi, Denise Pimenta, Caio Mader, Mariana Boujikian, Maria Isabel Zanzotti, Lea Tosold, Alessandra Tavares, Phillip Willians, Bruna Galichio, Helena Ciampolini, Gleicy Silva, Elisa Hipólito, Celso Junior e Vinícius Rodrigues (e outros tantos que participaram das nossas reuniões). Destaque especial merece a querida Laís Miwa Higa, amiga de outros carnavais que trouxe recentemente seu toque de miss okinawana para a trupe.

O desenvolvimento da pesquisa se beneficiou imensamente da leitura cuidadosa e dos comentários de Júlio Assis Simões e Natália Padovani, que

participaram do exame de qualificação e da banca de defesa. Agradeço também a Bibia Gregori, uma importante referência na minha trajetória, por sua generosa arguição na ocasião da defesa.

Os membros suplentes da banca foram importantes interlocutores em diferentes momentos da minha formação. O diálogo com Richard Miskolci vem desde a graduação, tendo sido fundamental no mestrado. Rafael Godoi fez uma generosa leitura do projeto desta pesquisa na disciplina de Metodologia do PPGAS e tivemos ricas trocas desde então. Com Silvia Aguião tive o prazer de compartilhar ideias nos mais diversos (e divertidos) cenários.

Desde que comecei a trabalhar com prisões, foi inestimável a contribuição da minha colega e amiga Natália Lago – que deu preciosas sugestões para a elaboração do projeto de pesquisa e guiou os primeiros passos neste campo insólito. Nos tornamos “sócios de escrita” e os *insights* dos trabalhos que fizemos juntos estão presentes em diversos momentos desta tese.

Fundamental para a minha formação como pesquisador e para minha inserção em redes afetivas de apoio no universo acadêmico foi fazer parte do Numas – Núcleo de Estudos de Marcadores Sociais da Diferença da USP. As professoras Heloisa Buarque de Almeida e Lilia Moritz Schwarcz são importantes referências tanto por sua produção teórica como pela atuação política. Com as queridas amigas Marisol Marini, Marcella Betti, Lauren Zeytounlian e Renata Guedes Mourão Macedo tive algumas das mais inspiradoras trocas. Com Bernardo Fonseca Machado, Beatriz Accioly Lins, Isabela Venturoza, Paula Alegria e Karlene Bianca compartilhei a poderosa experiência do “Numas na Escola”. Sou grato também às trocas com Bruno Cesar Barbosa, Letizia Patriarca, Luiza Ferreira Lima, Gustavo Saggese, Rocio Lorenzo, Carol Parreiras, Vitor Grunvald, Fernanda Martins, Izabela Nalio, Mariane Pisani, Igor Costa, Thiago Sabatine, Sônia Hotimsky e Rafael Noleto.

Assim como no mestrado, tive o privilégio de integrar um programa de pós-graduação de excelência para a realização do doutorado: o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP. Apesar dos graves cortes orçamentários, o PPGAS foi capaz de fornecer um ambiente fértil para o desenvolvimento da pesquisa e deste pesquisador. Destaco neste cenário a relevância de espaços de formação (e confraternização) discente como a Sexta do Mês, a revista Cadernos de Campo e a Sala 26. Foram importantes companheiros de caminhada colegas da turma de ingressantes em 2015: Marcello Muscari, Luísa Valentini, Caio Csemark, Bruna

Triana, Aline Ferreira Oliveira e Fábio Ribeiro. Ainda no âmbito deste programa tive a oportunidade de fazer disciplinas importantes para a minha formação, como as ministradas pelas professoras Ana Lucia Pastore Schritzmeyer e Dominique Gallois. Um reconhecimento especial vai para a querida Jacqueline Moraes Teixeira, minha “professora de catequese”, com a qual aprendi quase tudo que sei sobre história e política da Igreja (entre muitas outras coisas).

O trabalho de campo foi construído através de muitas entradas, que só se tornaram possíveis devido ao apoio de pessoas que acreditaram na relevância desta pesquisa. Uma das primeiras delas foi Vanessa Alves Vieira, cujo trabalho na Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DEPESP) admiro profundamente. Agradeço também a disposição das equipes técnicas dos núcleos especializados no combate à discriminação (NCDRP) e em situação carcerária (NESC), em especial do sociólogo Henrique Finotti.

Minha primeira entrada em prisões se deu pela participação no GDUCC no primeiro semestre de 2015. Agradeço então Thalita Tozzi e Gustavo Borges (coordenadores deste período) e aos colegas que compartilharam comigo esses momentos. Sou imensamente grato, ainda, aos participantes privados de liberdade desta atividade, com quem tive diálogos riquíssimos.

A partir de 2016, a Pastoral Carcerária se tornou o eixo central do trabalho de campo. Foi, portanto, um divisor de águas o convite que recebi dos integrantes do GT Mulher e Diversidade para participar de suas atividades. Sem a caminhada que compartilhei a partir de então com Elaine Lima, Carlos Marcondes, Pedro Rivelino, Geralda Ávila, Anna Carolina Martins, Mariana Antônio Santos, Raissa Belintani, Walessandra Rodrigues, Victor Serra e Vanessa Kiss (além de outros que posso estar esquecendo de nomear) esta tese não teria a mesma profundidade nem a mesma paixão. Recebi o inestimável apoio de duas lideranças da Pastoral que admiro profundamente: Padre Valdir e Irmã Petra. Os membros da equipe técnica Francisco Crozera e Marcelo Naves também foram importantes interlocutores. Agradeço também alguns companheiros das visitas de assistência religiosa e humanitária às unidades prisionais: Padre Gianfranco, Paulo, Érica, James e Marília.

Em 2017 tive a oportunidade de ampliar minha atuação ao ser nomeado membro consultor da Comissão Especial de Política Criminal e Penitenciária da OAB de São Paulo (para o biênio 2017-2018). Participei da organização do importante “Seminário LGBTs e Prisões”, primeira ocasião em que estas questões foram debatidas

no âmbito da OAB. Agradeço aqui meus companheiros nesse empreendimento: Adriana Nunes Martorelli, Carolina Bessa, Leandro Lanzellotti, Izadora Zanin Barbieri e Renan Quinalha.

Além do universo mais acadêmico, é importante dizer que as redes tecidas na noite *underground* foram um suporte afetivo fundamental – afinal de contas a pista de dança é um laboratório, um divã e também um campo de batalha. Agradeço especialmente aos companheiros da Pista Coletiva: Ana Flávia, Elsi Ane, Leandro Cunha (que colaborou com uma belíssima ilustração para esta tese), nossa eterna “safada madrinha” Anna Operman e nossa *door* preferida: Xampy Fontinhas. A querida Carla Valenti me ajudou a colocar em música alguns dos meus sentimentos mais profundos e Aly Oliveira fez uma participação mais que especial em nossas produções. Os encontros com as amadas Nicolli Penteado, Samantha Rodrigues, Andrea Gram, Juliana Lelis, Vitor Mattos, Gustavo Rodrigues, Paula Pretel e Franco Franklin iluminaram minha vida em diversos momentos. Das temporadas em Berlim foi fundamental a amizade de Ralf Thießies, Vivi Gnutzmann e James Doyle. Paro por aqui para que essa lista não fique tão longa quanto nossas maratonas de dança.

Para que a pesquisa ganhasse uma dimensão internacional, contei também com redes muito diversas de apoio. Agradeço, antes de mais nada, ao professor Rodrigo Parrini por aceitar me receber na Universidade Autônoma Metropolitana – Campus Xochimilco (UAM-X) e pelas preciosas conversas que tivemos durante toda a minha estadia. Fui o primeiro aluno a ir para a UAM por meio do convênio recentemente firmado com a USP. Espero que a minha experiência ajude a fortalecer o intercâmbio entre essas instituições que estão entre as mais importantes da América Latina.

Outra inspiração intelectual fundamental neste período foi Sayak Valencia, que ministrou em 2018 o *Seminário Transfeminismos, Necropolítica e Resistências Post-Mortem* no Instituto Simone de Beauvoir, na Cidade do México. Nesse curso tive o prazer de conhecer Julio Agrado, que tanto me ajudou nas muitas traduções entre o português e o castelhano.

Pude contar com um extraordinário acolhimento dos *chilangos*, o que tornou minha estadia muito mais cômoda e produtiva. Sou muito grato a Cacho Navarro e Pablo Ferraro por terem realizado os primeiros contatos e a Marta e Carlos por terem me recebido afetosamente em sua casa. Fiz também grandes amigos, que se tornaram a minha segunda família nesse período: Marian Ferrara, Carlos Urzua, Manuel Abramovic, Isabella e Phillip. Foram preciosos também os reencontros com Chacha,

Marie, Carué, Lauro, Thaís, Talita e Yumei em solo mexicano. Não tenho palavras para agradecer o carinho que recebi do querido Jorge Ruvalcaba, que tanto me ensinou sobre a cultura e a alma mexicanas. *Extraño mucho a todos.*

O trabalho de campo também se viabilizou por redes de afeto. Tive o privilégio de conhecer Roberto Cabral, Carlos Bialeto, Vik Oseguera, Aldo Menezes (mais conhecido como Paris Bang Bang) e Miguel Castillo – amigos da noite que me abriram muitas portas. A generosa disposição de Ari Vera Morales, presidenta da associação civil *Almas Cautivas*, foi fundamental para que eu pudesse conhecer as prisões mexicanas por dentro. Foi um prazer também ter a companhia de Daniela Vázquez e Frida Monroe durante as visitas. A ajuda da ativista Josseline Aguilar, da *Orgullo Ecatepec*, foi imprescindível para ampliar os horizontes da pesquisa. A agradeço também por ter mediado meu contato com Andrea Luna, Yessica Espinoza e Violeta – *chicas trans* poderosas que tiveram a coragem de compartilhar comigo suas histórias.

A apresentação de trabalhos em congressos e outros eventos acadêmicos foi outra parte importante no desenvolvimento da pesquisa. Nessas ocasiões recebi preciosos *feedbacks* e pude ampliar minhas redes de trocas intelectuais. Destaco a seguir alguns momentos-chave.

O IV ENADIR (em 2015) foi um dos primeiros espaços onde discuti os rumos que a investigação tomava – e da participação neste evento nasceu a primeira publicação de resultados parciais. Agradeço então os preciosos comentários de Gabriela Braga e Débora Diniz, bem como a interlocução com Bruna Angotti (que fez generosas contribuições para a divulgação do meu trabalho). No contexto da XI RAM (Reunião de Antropologia do Mercosul), realizado em Montevideo, recebi preciosos comentários de Jorge Leite Junior e Mauricio List Reyes. Foi então também que conheci a querida Natânia Lopes, grande amiga com que tive importantes trocas intelectuais. No V Congresso da ALAS (Associação Latinoamericana de Antropologia), em Bogotá, pude dialogar sobre esta pesquisa com Adriana Vianna, Laura Lowenkron, Negra Lugones e Laura Ordoñez. No III Desfazendo Gênero, em Campina Grande, tive a oportunidade de coordenar um Grupo de Trabalho com Gustavo Passos e Guilherme Gomes Ferreira, colegas engajados com a questão dos *presos LGBT* com os quais compartilhei diversos projetos. No 42º encontro da ANPOCS tive a oportunidade de dialogar com Marcos César Alvarez e Edmilson Lopes Júnior, além de reencontrar o querido José Leon Szwako.

Durante o período sanduíche, tive a oportunidade de participar do I Coloquio Internacional *Experiencias, cuerpos y corporalidades en espacios de encierro* na UAM – ocasião em que conheci pessoalmente importantes referências no campo mexicano, como Chloé Constant, Susana Vargas e Velvet Garcia.

Devido à minha participação nos congressos da EASA (European Association of Social Anthropology) em Milão (2016) e em Estocolmo (2018) fui convidado para fazer parte da *Confinement Network* da EASA (que reúne pesquisadores de instituições de privação de liberdade). Foi de grande importância a interação com outros integrantes desta rede, em especial com Carolina Sanchez Boe, Julienne Weegels, Manuela Ivone da Cunha e Ines Hasselberg.

Na reta final da escrita foi inestimável a minuciosa revisão de Pedro Bonfim Leal – que é há muitos anos um dos melhores leitores dos meus trabalhos. Não poderia deixar de agradecer também a revolucionária doutora Aline Marinho, que desde nosso reencontro em Havana me ajudou a cuidar do meu corpo e da minha alma neste momento crítico.

Em toda essa caminhada, bem ao meu lado ou à distância, pude contar com o incondicional apoio de Gibran Teixeira Braga. Mais do que por ser meu namorado, por ser o primeiro a ler tudo que eu escrevo, por ser o melhor companheiro de ferver e também às vezes um dedicado psicólogo, sou grato a você por ter me ensinado, mais do que ninguém, o verdadeiro significado de ser livre. Nunca antes quanto no processo dessa pesquisa percebi quão fundamental é essa sua (ou melhor, nossa) incansável luta pela liberdade.

Pois eu tive fome, e vocês me deram de comer;
Eu tive sede, e vocês me deram de beber;
Eu fui estrangeiro, e vocês me acolheram;
Eu estive nu, e vocês me vestiram;
Eu estive enfermo, e vocês cuidaram de mim;
Eu estive preso, e vocês vieram me visitar [...]
O que vocês fizeram a meus menores irmãos,
a mim o fizeram.

Matheus 25: 35-40

Se me perguntassem: “O que poderia ser feito para melhorar o sistema penitenciário?”, eu contestaria categoricamente: “Nada! Porque não é possível melhorar as prisões. Exceto por algumas ligeiras modificações sem importância, nada melhor poderia ser feito do que destruí-las todas”.

Piotr Kropotkin

Minha própria homossexualidade foi a avenida que me permitiu compreender melhor o silêncio e a opressão: me trouxe sempre a clara recordação de que não somos seres humanos livres.

Cherrie Moraga

ZAMBONI, M. **A População LGBT Privada de Liberdade: sujeitos, direitos e políticas em disputa.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Antropologia.

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar as modalidades de gestão da diversidade sexual e de gênero em prisões brasileiras e mexicanas no contexto da emergência de direitos específicos para os chamados *presos LGBT*. O foco recai sobre as unidades *masculinas* (ou *varoniles*) dos sistemas penitenciários do estado de São Paulo (Brasil) e da região metropolitana da Cidade do México. Busquei entender, por um lado, como determinadas normativas institucionais e políticas públicas têm definido (e produzido) uma *população LGBT privada de liberdade* – dotada de uma demografia, demandas e direitos próprios. Tratei de recuperar, por outro lado, o que esse regime de sexualização e generificação de corpos e subjetividades encarceradas deixa de fora. Que outras formações políticas e categorias de classificação ficam à sombra, mas continuam tendo efeitos sobre a produção do cotidiano das prisões? Considero também, portanto, narrativas e trajetórias de sujeitos interpelados por esse novo aparato regulatório. Como eles se posicionam diante dessas definições e categorias? Que novas possibilidades de agência se constituem e que campos de manobra se limitam? Trata-se, em outras palavras, de analisar a invenção histórica dos *presos LGBT* como um sujeito de direitos específico e seus efeitos sobre determinadas identidades e subjetividades.

PALAVRAS-CHAVE:

Prisão, Gênero, Sexualidade, LGBT, Direitos Humanos

ZAMBONI, M. LGBT persons deprived from freedom: subjects, policies and rights in dispute. Thesis presented to the Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences of the University of São Paulo to obtain the title of Doctor in Anthropology.

ABSTRACT:

This thesis aims to analyze the management modalities of sexual and gender diversity in Brazilian and Mexican prisons in the context of emergence of specific rights for so-called *LGBT prisoners*. The focus is on *male* prisons of the province of Sao Paulo (Brazil) and the metropolitan area of Mexico City. I sought to understand, on the one hand, how certain institutional norms and public policies have defined (and produced) a *LGBT population deprived of liberty* with specific demographics, demands and rights. On the other hand, I tried to recover what this regime of sexualization and genderification of imprisoned bodies and subjectivities leaves out. What other political formations and classification systems are in the shadow but still have effects on the production of daily life in prisons? In this sense, I approached narratives and trajectories of subjects affected by this new regulatory apparatus. How do they relate to these definitions and categories? What possibilities for agency are created or limited? In other words, it is about analyzing the historical invention of *LGBT prisoners* as a specific subject of rights and its effects on certain identities and subjectivities.

KEYWORDS:

Prison, Gender, Sexuality, LGBT, Human Rights

ZAMBONI, M. **La población LGBT privada de libertad: sujetos, políticas y derechos en disputa en Brasil y en México.** Tesis presentada a la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo para obtener el título de Doctor en Antropología.

RESUMEN

El propósito de esta tesis es analizar las modalidades de gestión de la diversidad sexual y de género en cárceles brasileñas y mexicanas en el contexto del surgimiento de derechos específicos para los llamados *presos LGBT*. El trabajo de campo se realizó alrededor de unidades clasificadas como *varoniles* en los sistemas penitenciarios de las dos regiones metropolitanas más grandes de América Latina: São Paulo y Ciudad de México. Mi objetivo es comprender, por un lado, cómo ciertas normas institucionales y políticas públicas han definido (y producido) una *población LGBT privada de libertad*, dotada de sus propios datos demográficos, demandas y derechos. Intenté recuperar, por otro lado, lo que este régimen de sexualización y generificación de cuerpos y subjetividades encarcelados deja de lado. ¿Qué otras formaciones políticas y categorías de clasificación están a la sombra, pero siguen teniendo un efecto en la producción diaria de las cárceles? En ese sentido, consideraré narraciones y trayectorias de los sujetos interpelados por este nuevo aparato regulador. ¿Cómo se posicionan frente a estas definiciones y categorías? ¿Qué posibilidades de agencia se crean o son limitadas? En otras palabras, se trata de analizar la invención histórica de los *presos LGBT* como sujeto de derechos específicos y sus efectos sobre ciertas identidades y subjetividades.

PALABRAS CLAVE:

Cárceles, Género, Sexualidad, LGBT, Derechos Humanos

LISTA DE SIGLAS

Aids – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (sigla em inglês)
AMLO – Andrés Manuel Lopez Obrador (Presidente do México)
ASP – Agente de Segurança Penitenciária (no Brasil)
CDHCM – Comissão de Direitos Humanos da Cidade do México
CDMX – Cidade do México
CDP – Centro de Detenção Provisória (no Brasil)
CNCD – Conselho Nacional de Combate à Discriminação (Brasil)
CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (Brasil)
CPE – Centro de Políticas Específicas (da SAP)
DF – Distrito Federal (do México)
DPESP – Defensoria Pública do estado de São Paulo
Edomex – Estado do México
GDUCC – Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade (São Paulo)
GT – Grupo de Trabalho
HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (São Paulo)
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana (sigla em inglês)
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEGI – Instituto Nacional de Estatística e Geografía (México)
ISTs – Infecções sexualmente transmissíveis
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP
LAI – Lei de Acesso à Informação (brasileira)
LEP – Lei de Execuções Penais (brasileira)
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
NCDRP - Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito da DPESP
NESC – Núcleo Especializado de Situação Carcerária da DPESP
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização Não Governamental
PCC – Primeiro Comando da Capital (Brasil)
PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP
PCr – Pastoral Carcerária
RG – Registro Geral (documento brasileiro)
SAP – Secretaria de Administração Penitenciária (do estado de São Paulo)
SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (sigla em espanhol)
STF – Supremo Tribunal Federal (Brasil)
UAM-X – Universidade Autónoma Metropolitana – Campus Xochimilco (México)
USP – Universidade de São Paulo (Brasil)

SUMÁRIO

PREÂMBULO	1
-----------------	---

A Jaula das Bichas
O Antropólogo, a Princesa e a Mulher-Aranha

INTRODUÇÃO	
Fundamentos Teóricos e Metodológicos	13

O corpo na prisão
É isto um homem?
Black and Pink
Presos LGBT no Brasil
Etnografia e tradução
Defensoria Pública
Verônica Bolina
GDUCC
Pastoral Carcerária
Universidade Autônoma Metropolitana
Direitos humanos, crime e masculinidade
Nos labirintos da Cidade do México
Compromissos éticos e políticos
Estrutura da tese

Parte 1: Brasil

CAPÍTULO 1

De “Atos Imorais” a *Presos LGBT*?

arqueologia de um sujeito de direitos 81

Nação, sexualidade e raça

O gênero da criminalidade

A questão sexual nas prisões

Madame Satã

A moral sexual do crime

A redemocratização e a LEP

Uma questão de saúde pública

O sangue do massacre

Ascensão e hegemonia do PCC

A questão da visita íntima

A era dos Direitos Humanos

CAPÍTULO 2

Cartografias da Diferença:

o barraco das bichas na cadeia dos coisas 150

As bichas e as cadeias de coisas

A pista e o crime

A bomba de testosterona

A vida no barraco das bichas

Gramáticas da diferença

As bichas do barraco

Uma bicha no barraco dos loucos

Segregação espacial e políticas públicas

CAPÍTULO 3

Demografia e (In)Visibilidade

a produção de populações e sujeitos pelo Estado 197

A vontade de saber

Demografias precárias

Interpelações

Lei de Acesso à Informação

“Seja um agente de mudança”

“Vida nova atrás das grades”

Ambivalências

CAPÍTULO 4

Quando “Somos todas Verônica”?

violência, enquadramentos e comoção 243

Controvérsia

Quadros de guerra

Primeiro enquadramento

Segundo enquadramento

Agenciamentos

Comoção e mobilização política

Parte 2: México

CAPÍTULO 5

Machos mestiços, Índios e Jotos

as diferenças estruturantes das prisões mexicanas 269

A mexicanidade

O doloroso nascimento do povo mestiço

A Malinche

Virgem de Guadalupe

“A terceira raiz”

A *encomienda* do século XXI

Juarez e as Leis de Reforma

Porfirio Diaz e corredor J

O Baile dos 41 e seu legado

A Revolução Mexicana

Hegemonia e contestação do “nacionalismo mestiço”

Los Pinos

CAPÍTULO 6:

Grupos Vulneráveis, Tigresas e Princesas

tecnologias de gestão da diversidade sexual e de gênero 317

As prisões da região metropolitana da cidade do México

A emergência de políticas específicas

Mamás e monstruos

As leis do silêncio

A construção da feminilidade

O Relógio e a *pena*

Machos e Putos

Tigresas e Princesas

A caminhada de Violeta

Normatividade e subversão

CAPÍTULO 7:

“Caminhos Tortos e Almas Cativas”:

mulheres trans e ativismos na Cidade do México 368

O Tango do Presídio

Almas Cautivas

O dormitorio 10

O Coro Gay da Cidade do México

As motivações do ativismo

Caminhos tortos

CONCLUSÃO

Fronteiras da humanidade e dos direitos humanos 418

BIBLIOGRAFIA 424

**A POPULAÇÃO LGBT PRIVADA DE LIBERDADE:
sujeitos, direitos e políticas em disputa**

**A JAULA DAS BICHAS:
uma etnografia da diversidade sexual e de gênero
em prisões do Brasil e do México**

PREÂMBULO

A Jaula das Bichas

Jaula. *Substantivo feminino.*¹

1. Prisão guarneçada de barras de ferro, especialmente para feras.
2. *Por extensão*, qualquer prisão ou cárcere.
3. *Etimologia*. Do francês antigo, *jaiole*. Viveiro, gaiola, prisão.
4. Nas Ciências Sociais, remete à celebre expressão “Jaula de Ferro”² utilizada por Max Weber em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Trata-se do fenômeno em que “os bens exteriores deste mundo ganharam poder crescente e por fim irresistível sobre os seres humanos como nunca antes na história” transformando os “últimos homens” em “especialistas sem espírito, gozadores sem coração” (WEBER, 2008 [1920], p. 165-166).
5. A letra J (jota), remete à gíria mexicana *joto*, usada desde o início do século XX para designar de maneira pejorativa “homens” efeminados ou homossexuais. Tem sua origem no infame corredor J da Prisão de Lecumberri (que funcionou na Cidade do México de 1900 a 1976), para onde eram encaminhados os presos percebidos como desviantes sexuais.³

Bicha. *Substantivo feminino.*

1. Animal do sexo feminino. Fêmea de animal de grande porte. Fera.
2. *Informal antigo*. Animal comprido e sem pernas: verme, réptil, serpente.
3. Indivíduo suscetível, irritadiço, intratável.
4. Mulher da vida, meretriz, prostituta, puta.
5. Fileira de pessoas (ou de qualquer coisa) dispostas umas após as outras. Fila.
6. Febre amarela. Herpes ou outras dermatoses. Qualquer doença.
7. *Pejorativo*. Diz-se de um indivíduo efeminado. Homossexual.

¹ Fonte: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001). Edições e acréscimos do autor.

² A tradução literal do original em alemão seria “rija crosta de aço” (*stahlhartes gehäuse*). O sociólogo Funcionalista Talcott Parsons traduziu a expressão como “*Iron Cage*” na primeira edição estadunidense, datada da década de 1930. Já Flávio Pierucci, professor de sociologia na USP, traduziu-a como “Jaula de Ferro” na mais recente edição brasileira, de 2008.

³ Retomo a história deste termo no capítulo 5.

O Antropólogo, a Princesa e a Mulher-aranha

O homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu.

Max Weber

Na cela de uma prisão, o encontro inesperado entre uma *mulher transexual* e um militante de esquerda. Enjaulados como feras, ambos são perseguidos e marginalizados por uma sociedade que os vê como perigosos, imorais, subversivos. Diferentes, tão distantes em liberdade, mas unidos pelo infortúnio. O diálogo entre os dois é tão intenso quanto complexo, marcado por tensões, afetos e um contínuo esforço de tradução. Ela o seduz com histórias envolventes repletas de violência e paixão. Ele a cativa com sua formação intelectual e seus ideais de igualdade e justiça. Juntos eles imaginam, aos tropeços e solavancos, um novo mundo compartilhado onde ambos possam coexistir em paz - longe do horror que os cerca no presente. Esse é a trama principal de dois livros (e de três filmes) de significativo sucesso comercial. É também, de certa forma (guardadas as diferenças entre os personagens principais e os gêneros de escrita), o enredo desta pesquisa.

O primeiro livro é *O Beijo da Mulher Aranha* (*El Beso de la Mujer Araña*), romance do argentino Manuel Puig escrito durante seu exílio na Cidade do México e publicado pela primeira vez na Espanha em 1976 (imagem 1).⁴ O livro foi traduzido para diversas línguas (só no Brasil teve mais de 20 edições) e adaptado para o teatro, para o cinema e para um musical da Broadway. As primeiras adaptações teatrais foram realizadas na Espanha, na Itália e no México (sendo esta produzida por Arturo Ripstein, reconhecido dramaturgo e cineasta mexicano). A adaptação para o cinema (*Kiss of the Spider Woman*) foi dirigida pelo argentino Hector Babenco e rodada inteiramente no Brasil em 1985 (apesar de ser falado em inglês e de parte do elenco ser estrangeiro). O filme foi bem recebido pela crítica e conquistou diversos prêmios - entre eles os de melhor ator para William Hurt (no papel de Molina) no *Festival de Cannes* e no *Oscar*. Trata-se, inclusive, da primeira vez em que a academia estadunidense deu este prêmio a um artista interpretando uma personagem evidentemente não heterossexual.⁵

⁴ Este viveu no México de 1967 a 1976, para onde se mudou devido à ascensão de um implacável regime militar na Argentina (1966-1973). Desenvolveu uma profunda relação com o país, onde voltaria a viver de 1988 até sua morte em 1990. As referências à cultura mexicana abundam em sua obra literária. Devo às conversas com o cineasta argentino Manuel Abramovich (e às leituras que me indicou) o conhecimento mais aprofundando a respeito da relação entre a vida e a obra de Puig (1932-1990).

⁵ Muitos críticos de cinema, entre eles Rubens Ewald Filho (2001), se referem a Molina como “um homossexual”. Molina, no entanto, se apresenta no livro sempre como “uma mulher”, rejeitando a

Imagem 1: *O Beijo da Mulher Aranha* (Sentido horário: capa da edição argentina do romance de Manuel Puig; cartaz do filme de Hector Babenco estrelado por Sônia Braga; cartaz do musical brasileiro estrelado por Cláudia Raia e cartaz de sua atual versão mexicana estrelada por Chantal Adere).

O segundo livro, *Princesa: depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas* (no original *Princesa: del Nordeste a Rebibbia, storia de una vita ai margini*),⁶ é assinado por Fernanda Farias de Albuquerque e Maurizio Janelli, tendo sido publicado primeiramente na Itália em 1994 (imagem 2). Um ano depois a obra foi traduzida e publicada no Brasil.⁷ Em 1996, o cantor italiano Fabrizio de André gravou uma música de sucesso (*Princesa*), inspirada no livro. Em 1997, é lançado o documentário *Le Strade di Princesa* (lançado no Brasil como: *Os Caminhos de Princesa: retrato de uma trans muito especial*), de Stefano Consiglio, que tem Fernanda como protagonista. A adaptação para o cinema de ficção foi feita por Henrique Goldman em 2001 e traz a atriz paraense Ingrid de Souza no papel de Princesa (nome pelo qual Fernanda era conhecida).

As semelhanças entre *O Beijo da Mulher Aranha* e *Princesa* são, para mim, impressionantes. Já conhecia o livro de Manuel Puig (e suas muitas adaptações) há bastante tempo, muito antes de trabalhar com prisões. Lembro, desde criança, dos *outdoors* que anunciavam a versão brasileira do musical da Broadway - em que Cláudia Raia fazia o papel que, no cinema, coube a Sônia Braga. Quando cheguei na Cidade do México em meados de 2018, a versão em espanhol deste espetáculo estrelada pela atriz (e apresentadora de televisão) mexicana Chantal Andere estava em cartaz no imponente Teatro Hidalgo – e a publicidade era onipresente no rádio, em *banners* e revistas.

Conheci *Princesa* apenas em 2016 por indicação da artista plástica Virgínia de Medeiros.⁸ Trata-se de uma obra muito menos conhecida, com pouca repercussão fora dos contextos italiano e brasileiro. Desde que a li, no entanto, não pude deixar de me perguntar se existe alguma relação direta entre as duas obras - ou se estamos diante de enormes coincidências. Os livros foram escritos em lugares e épocas distintas, pertencem a gêneros literários diferentes (romance e biografia) e foram recebidos de maneiras diversas pelo público. O destino dos personagens principais no desfecho de

associação com homossexuais. William Hurt (nascido em 1950 nos Estados Unidos) é um *homem heterossexual* de traços viris. Sua interpretação incorpora com dificuldade gestos femininos – e nos dias de hoje seria provavelmente considerada artificial ou mesmo caricata.

⁶ *Princesa: do nordeste à Rebibbia, história de uma vida marginal*, em tradução livre do italiano.

⁷ É importante notar que o título em português, trazendo “o travesti” no masculino, contraria tanto a edição original quanto a própria tradução do restante do livro - que se refere a Fernanda sempre no feminino, como uma *mulher transexual*.

⁸ Artista plástica baiana que aborda a questão da travestilidade e da transexualidade em diversas obras – entre elas *Studio Butterfly* (2006) e *Sérgio/ Simone* (2009). Nos conhecemos no contexto da exposição *Sonhar o Mundo: livres e iguais* (Museu da Diversidade Sexual, 2016), da qual fui um dos curadores e ela uma das artistas convidadas. Agradeço imensamente ao querido Paulo Von Poser por ter me convidado para trabalhar com ele neste belo projeto.

Imagem 2: *Princesa* (sentido Anti-Horário: capa da edição italiana, Fernanda Farias de Albuquerque e cartaz do filme estrelado por Ingrid de Souza).

cada uma das histórias também não é o mesmo. Mas as homologias entre os núcleos das narrativas são impressionantes.

A interação entre dois mundos - o dos movimentos sociais de esquerda e o da transexualidade feminina (que se confunde, em alguns momentos, com o da homossexualidade masculina) - possui uma potência própria que dá vida a essas duas obras literárias. Curioso também que o cárcere seja o cenário dessa troca: o local onde os sonhos de ambos parecem se desmanchar até as raias do desespero, mas também um lugar no qual novos mundos, mais abrangentes e mais radicais, podem ser imaginados. A prisão emerge então como um lugar de encontro entre pessoas marginalizadas, onde compartilham suas dores e histórias, onde se criam projetos de futuro. É essa a potência criativa que perpassa os dois livros e que quero canalizar - e é por isso que abro com eles a minha narrativa.

O Beijo da Mulher Aranha se passa quase inteiramente na cela de uma prisão de um país latino-americano indefinido em tempos de Ditadura Militar.⁹ Duas personagens, Valentín e Molina (também chamada de Molinita) compartilham a mesma cela. Não há narrador em terceira pessoa, apenas longos diálogos. Não existe, portanto, nenhuma descrição direta dos personagens nem do cenário: tudo o que sabemos sobre eles é o que deixam transparecer em meio às suas palavras. O cerne desses diálogos é a série de filmes que Molina conta, de maneira detalhada e deliciosamente envolvente, para Valentín. Conhecemos então Molina pela forma como se projeta nas personagens e se apropria das histórias; Valentín, pela maneira como interpela e questiona as palavras de Molina.

Não demoramos muito para formar uma imagem nítida de Valentín. Trata-se de um típico guerrilheiro de esquerda. Seu amor pela política, a princípio, o define quase inteiramente. É um herói viril, embora sensível: “duro, mas sem perder a ternura”.¹⁰ Molina é mais difícil de definir. Seria um *homossexual*, uma *bicha [loca]*, uma *mulher de verdade*? Pela forma como se apresenta e acaba sendo reconhecida por Valentín,

⁹ Somente na segunda metade do romance temos evidências de que este se passa em Buenos Aires. Ganha forma, então, uma contundente crítica ao regime militar vigente na Argentina. Mas muito do México (governado então pelo PRI em sua fase mais autoritária) se imprime no texto. Molina conhece de cor diversos boleros deste país e narra para Valentín com grandes detalhes um filme dos “anos de ouro do cinema mexicano” (como é conhecido o período de 1936 a 1959, quando a indústria cinematográfica mexicana se expande imensamente, se projetando em todo o mundo *hispanohablante*). Também muito do contexto da ditadura militar brasileira (1964-1984) penetra na adaptação cinematográfica, produzida no Rio de Janeiro durante a transição democrática (1984-1988).

¹⁰ Máxima atribuída ao guerrilheiro de origem argentina (e célebre por sua atuação na Revolução Cubana), Ernesto “Che” Guevara (1928-1967).

seria algo próximo do que chamamos hoje de *mulher transexual*. Ao longo da obra, refere-se a si mesma sempre no feminino e nega associações com *homens homossexuais* (mesmo que em alguns momentos mobilize ironicamente expressões pejorativas como *puto* e *loca*). Já próximos ao final do livro, encontramos em um diálogo uma forma clara de autodefinição. Molina diz a Valentín:

Há alguns [homossexuais] que se apaixonam entre eles. Eu e minhas amigas somos mulheres. Não gostamos dessas brincadeirinhas, são coisas de homossexuais. Nós somos mulheres normais que vamos para a cama com homens (PUIG, 2003, p. 204).

Valentín está preso por ser uma liderança de um grupo revolucionário classificado pelo governo como *terrorista*. É submetido a periódicas sessões de tortura nas quais os oficiais de polícia tentam obter informações sobre suas “atividades subversivas”. Ele não espera ser libertado tão cedo. Quer apenas ter força o suficiente para não ceder sob tortura. Sua esperança está focada em um futuro mais amplo e distante: “a Revolução”. Molina está em uma situação menos grave: está presa provisoriamente devido a uma acusação de “corrupção de menores”. A possibilidade de receber a liberdade condicional é eminente e sua maior preocupação é estar livre logo para cuidar de sua mãe doente, por quem cultivava um grande afeto.

Ao longo da narrativa, vamos percebendo uma trama muito mais complexa por trás da aparentemente sincera empatia entre os dois personagens. O interesse erótico de Molina por Valentín começa a transparecer rapidamente. Mas descobrimos, aos poucos, que Molina tem um acordo com os diretores da prisão para obter informações a respeito da guerrilha da qual Valentín faz parte - recebendo, em troca, a aceleração do processo de liberdade condicional. Molina certamente o seduz com suas histórias, mas não sabemos muito bem porque: pelo desejo de possuí-lo ou de ser libertada mais rapidamente. Molina engana os carcereiros para estar junto de Valentín ou engana Valentín para colaborar com os carcereiros?

Ao mesmo tempo, Valentín não é completamente ingênuo ou inocente. Não apenas usufrui dos cuidados e da atenção de Molina (que cuida afetuosamente dele entre uma sessão e outra de tortura), como tenta lentamente convertê-la à sua causa. Procura de várias formas fazer com que ela absorva seus valores, sua ideologia, que faça parte do seu grupo. Temos em alguns momentos a impressão de que, consciente de seu efeito sobre a companheira de cela, usa-a deliberadamente para disseminar sua

causa. Estes valores têm seus efeitos inclusive na compreensão da identidade sexual da companheira:

Bem... é isto: você, fisicamente, é tão homem quanto eu... [...] Sim, não tem nenhuma espécie de inferioridade. Por que não te ocorre ser... agir como homem? Não falo [tendo relações] com mulheres, se não te atraem. Mas [na relação] com outro homem. [...] Olha, não entendo nada disso, mas quero te explicar uma coisa, embora aos tropeções, não sei... [...] Quero dizer que se gostas de ser mulher... não deves te sentir diminuído por causa disso. [...] Quero dizer que você não tem que pagar com alguma coisa, com favores, pedir perdão pelo fato de gostar disso. Não tem que... se submeter. [...] Não, o homem da casa e a mulher da casa devem estar no mesmo nível. Caso contrário, é uma exploração (PUIG, 2003, p. 242).

Valentín espera, dessa forma, que Molina compartilhe de um ideal igualitário também na forma como exprime seu afeto e se relaciona sexualmente. Se quer ser uma *mulher*, tudo bem, mas poderia ser uma “mulher no mesmo nível de um homem”. Assim, ao longo da trama um parece se transformar no outro, ou ambos parecem se transformar em alguma coisa nova. Seduzido por Molina, Valentín se torna, em alguma medida, um desviante sexual. Absorve também algo de seu imaginário e dos seus sonhos. E, seduzido por Valentín, Molina começa a agir cada vez mais como um guerrilheiro. Se dispõe a correr grandes riscos por uma causa política maior.

O final é trágico: Molina acaba por dar a vida pela causa de Valentín. De certa forma, é ela quem se converte. É o desviante sexual (*mulher* ou *homossexual*) que adere aos ideais da esquerda – embora pareça ser antes por amor do que por convicção política. Valentín acaba também por praticar uma sexualidade desviante, se entregando a um desejo socialmente condenado. Mas não sabemos também até que ponto o fez por ter enxergado a possibilidade de que Molina, em liberdade, pudesse servir à sua causa.

Quando o livro é lançado pela primeira vez na Argentina em 1986, o antropólogo e poeta Néstor Perlongher publica um artigo a respeito no jornal *Tiempo Argentino*. Neste, argumenta que o fato do protagonismo da trama ser atribuído a uma personagem com “devir mulher” (a despeito do “privilegio heterossexual” do guerrilheiro), é algo que “intensifica o lugar do desejo como principal forma de desafio à ordem política e militar” (PERLONGHER, 1997 [1986], p. 29). Neste sentido, “no desenlace trágico poder-se-ia ler também a persistência histórica da relação entre homossexualidade e marginalidade, entre perversão e morte” (ibid., p. 30, traduções minhas). Esta obra de Puig pode ser lida, portanto, como uma forma ousada de afirmação do lugar dos

desviantes sexuais (com seus desejos e devires múltiplos) nas então emergentes lutas por transformação social na América Latina.

O nome do livro é enigmático. Faz referência a uma cena: o momento em que ambos se beijam pela primeira vez, pouco antes de Molina sair em liberdade. Esta pergunta ao companheiro de cela:

- Tenho uma curiosidade... você sente repulsa em me dar um beijo?
- Hummm... Deve ser o medo de que você se transforme em pantera, como aquela mulher do primeiro filme que você contou.
- Não sou a mulher-pantera.
- Verdade, você não é a mulher-pantera.
- É muito triste ser mulher-pantera, ninguém pode beijá-la. Nem nada.
- Você é a mulher-aranha, que agarra os homens em sua teia.
- Que bom! Acho isso ótimo (PUIG, 2003, p. 260).

Mulher-aranha é a forma como Valentín descreve Molina. Essa caracterização é feita em contraste com a perigosa e imprevisível mulher-pantera,¹¹ personagem do primeiro filme contado por Molina no romance. O filme em questão é o clássico *noir* *Cat People*, de 1942¹² (lançado no Brasil como *A Marca da Pantera*), estrelado pela atriz francesa Simone Simon (imagem 3).

Assim como sua contraparte felina, a mulher-aranha é sedutora. A teia na qual ela prende Valentín é tecida sobretudo pelas envolventes narrativas que conta. Histórias que não são exatamente suas, mas das quais ela se apropria - se projetando em diversas personagens (sempre femininas). No filme de Hector Babenco, inclusive, todas essas personagens são interpretadas pela mesma atriz: Sônia Braga¹³ - que faz também os papéis da mulher e da ex-namorada de Valentín. A mulher-aranha passa a habitar cada vez mais profundamente os sonhos do guerrilheiro. Ela se torna aos poucos uma nova rota de fuga do mundo onde ele está (literalmente) preso. Um delírio vibrante que passa a ocupar o lugar de sua cada vez mais distante utopia socialista.

¹¹ Outra impressionante coincidência entre as obras é que Fernanda se descreve como “pantera” quando fala sobre a forma como se apresentava nua como prostituta nas ruas de Milão. E assim como a mulher-pantera do filme narrado por Molina, ela não se permitia ser beijada (pelos clientes).

¹² A data coincide com a de outros filmes narrados no livro e com a infância do próprio Manuel Puig em uma cidade pequena na Argentina: sua fixação precoce com o cinema é tema recorrente em seus livros. O roteiro de *Cat People* ganharia uma refilmagem hollywoodiana bastante comercial em 1982, estrelada por Nastassja Kinski e Malcolm Macdowell, com trilha sonora de George Moroder e David Bowie.

¹³ É curioso notar que, em uma de suas entrevistas, Fernanda Farias de Albuquerque afirma que é justamente Sônia Braga seu ideal de feminilidade: “eu tinha a intenção de copiar e ser como uma atriz brasileira muito famosa, a Sônia Braga” (JANELLI & ALBUQUERQUE, 1995, p. 143)

Imagem 3: A mulher-pantera e a Mulher-aranha (Cartaz do Filme *Cat People*, de 1942, estrelado por Simone Simon e cena do filme *Kiss of The Spider Woman*, de 1985).

Criaturas misteriosas e sedutoras, de identidade indefinida, que irrompem em um universo masculino de ideais em crise produzindo sentimentos novos e sonhos imprevisíveis. Essa imagem, conjurada na personagem da mulher-aranha, é estranhamente parecida com a descrição que faz Maurizio Janelli (“um líder das Brigadas Vermelhas”) da primeira impressão que teve de seu encontro com as *mulheres transexuais* presas com ele em Roma. Na introdução do livro *Princesa* (uma seção chamada “breves anotações sobre o contexto”), ele diz:

O cenário do encontro foi o cárcere de Rebibbia. A cena, a chegada ao pavilhão G de um grupo de brigadistas em plena crise de identidade. A luta armada tinha acabado, as antigas certezas que os uniam estavam esfaceladas. Eles vinham de longe, de milhares de dias sempre iguais, acostumados aos signos de um universo exclusivamente masculino. Eu era um deles. Inicialmente, o encontro com os trans [*sic*] nos desorientou. Perfumes de mulher invadiram olfatos desabitutados; saias, meias e sutiãs pendurados em janelas interromperam a monótona continuidade do panorama carcerário anterior. Para nós, os revolucionários de um tempo, tolhidos pelas rigorosas ataduras da ideologia, aqueles corpos fotocopiados das revistas sexy, interditados na passagem de um sexo a outro, constituíam um atentado ao velho modo de comportamento na prisão. Como responder aos pedidos que faziam de serem chamadas no feminino? Às provocações exageradas? Mas, sobretudo, como interpretar os novos fantasmas que de noite começavam a habitar nossos sonhos? (JANELLI & ALBUQUERQUE, 1995, p. 18)

Por algum tempo, no entanto, esse contato foi marcado por desconfiança e distanciamento. A metáfora evocada por Janelli é a mesma frequentemente mobilizada em prisões de diversos tempos e lugares para justificar a necessidade de segregação espacial de *homossexuais*, *travestis* e *transexuais*: o risco de “contaminação”. Ainda na introdução, ele nos conta que “Naquele período, quem falava com as “bichas” era violentamente estigmatizado pelos outros presos. Muitos queriam afastar de si e do nosso setor aquela vizinhança contaminada” (ibid., p. 19).

O contato mais próximo com Fernanda, com quem viria a escrever *Princesa*, se deu através da mediação de Giovanni, um de seus antigos companheiros de cárcere. Este havia desenvolvido com a *transexual* e ex-prostituta uma densa relação de amizade – a despeito da forte discriminação que sofria dos outros presos:

Era Fernanda, que o esperava na janela, atrás de uma grade grossa que dava para o campo de futebol e separava o setor dos transexuais. Através das grades ela falava do Brasil, da Amazônia, da sua história na prostituição. E ele da Sardenha, da aridez da terra, da sua vida. Inventaram uma língua própria, construíram um mundo (ibid. p. 19).

Princesa é uma biografia escrita em primeira pessoa, narrando a história de Fernanda desde sua infância no nordeste do Brasil até a prisão de Rebibbia, em Roma. Uma história que é sua, mas que poderia ser a de centenas (ou milhares) de outras *transexuais* e *travestis* brasileiras que se prostituem na Europa. Janelli é o responsável por reunir os relatos de Fernanda, dando a eles a forma de um livro. A obra foi escrita em italiano a partir de um diálogo que combinava os idiomas falados por Fernanda, Mauricio e Giovanni: “Contribuí ativamente para a construção da ‘nova língua’. Uma variação, escrita e oral, que resultou da química das nossas línguas maternas. O português, o italiano e o dialeto sardo” (ibid., p. 20).

O processo de escrita da obra é marcado por diversas formas de tradução. Tradução entre línguas, mas também entre mundos, culturas e valores. A prisão, com as privações e dores que a caracterizam, foi ao mesmo tempo o principal desafio e o principal estímulo para o diálogo e a escrita. Ela separa, segrega, ao mesmo tempo em que aproxima, une. Mergulha o presente em desespero e torna urgente a criação de um futuro distinto. Nas palavras de Janelli:

Fernanda, entre uma página e outra dos seus escritos, despencou cem vezes. Perdeu o equilíbrio pelos tropeços de uma identidade sexual continuamente submetida à tensão, sempre rediscutida. Baqueou assustadoramente diante da brutal comunicação de ser soropositiva; vacilou por causa da distância da família, pelas brutalidades do cárcere. Faltou-lhe o chão sob os pés e ela agarrou-se a nós. E nós a ela. Porque tanto eu quanto Giovanni ansiávamos por um sentido, um tempo, uma identidade diversos dos que nosso carcereiro marcava. E, por dois anos, o texto de Fernanda suportou, sem se romper, o peso das nossas perguntas, os silêncios, as retomadas e os abandonos (ibid., pp. 19-20).

Nesse processo original de escrita, há também uma espécie de fusão entre Maurizio e Fernanda. Eles falam em uníssono, com uma voz que já não é exatamente a de nenhum deles – e que traz, também, os rastros de Giovanni. Ao escrever o livro em primeira pessoa, Maurizio assume a perspectiva de Fernanda ao mesmo tempo em que a ajuda a se apropriar de sua história. Em meio à narrativa, são costuradas também as histórias de muitas outras *transexuais* e *travestis* com as quais Fernanda compartilha prazeres, dores e anseios. A maioria dessas histórias paralelas é interrompida de maneira abrupta, com a prisão ou a morte. Muitas vozes que narram um mesmo trágico destino.

O desfecho da história de Fernanda é ambíguo. Dentro da obra ele é extremamente depressivo. Termina com a sua prisão (por tentativa de homicídio da dona da pensão onde morava, em um estado de fúria paranóica disparado pelo uso de heroína), o diagnóstico de HIV e sífilis, o horror indizível da prisão. Um presente sobre o qual ela fala de maneira breve, mas incisiva:

Abri a porta, ela [a dona da pensão] estava arrumando a cozinha. Eu só via o horror, não via nada. Dei um grito, fiquei cega. Esfaqueei o mundo golpeando ela nas costas. Ela agarrou o meu braço com força desumana. O monstro continuava a vomitar em cima de mim: Veado desgraçado, mando te prender. Enfiei a segunda e a terceira facada. [...] Estavam me seguindo, os xingamentos me feriam as costas. Era uma desgraçada, iam me linchar. Gritei que era assassina, me entreguei à patrulhinha que passava. Pedi ajuda, a matilha raivosa arreganhava os dentes. A patrulha me levou embora algemada. Estava salva, longe daquela multidão inexistente. Houve o processo, a sentença: condenada a seis anos por tentativa de homicídio. Fui submetida a exames: sífilis e HIV positivo. Sem esforço, nos braços do demônio, na Europa chega-se [ao fim] em voz baixa, silenciosamente. Aqui neste país, não se morre estrondosamente. Baleada ou esfaqueada, entre gritos e tesouras. Aqui a gente desaparece quieta, em voz baixa. Silenciosamente. De Aids ou de heroína. Ou então dentro de uma cela, enforcada na pia. Como a Celma, que eu gostaria de lembrar. Dormia na cela ao lado, dentro deste outro inferno onde hoje vivo e que decidi não contar (JANELLI & ALBUQUERQUE, 1995, pp. 133-134).

Fora da obra, depois de sua publicação e de sua calorosa recepção, seus últimos anos de vida tiveram altos e baixos. Por um lado, deram maior dignidade a Fernanda que, dona de uma biografia própria, passou a ser em alguma medida reconhecida como ser humano. Ainda na Itália, ela concede diversas entrevistas à imprensa e estrela um documentário. É então finalmente deportada para o Brasil e posta em liberdade.¹⁴ Aparece em alguns programas de televisão e começa a participar da produção de um filme sobre a sua história. No ano 2000, no entanto, antes de ver o filme pronto, Fernanda se suicida.

Mas afinal, o que esta pesquisa tem em comum com esses livros? O que a antropologia tem em comum com a biografia e o romance? O que as minhas interlocutoras têm em comum com Fernanda, Princesa, Molina, as panteras e a mulher-aranha? O que tenho eu em comum com Valentín, Maurizio e Manuel? O que têm as

¹⁴ Condenado a duas prisões perpétuas por seus crimes, Janelli permanece vivo na prisão até hoje. Depois de *Princesa*, escreveu outros livros e participou de documentários sobre a luta armada e a questão da criminalidade e do cárcere na Itália, tendo recebido por eles diversos prêmios.

prisões brasileiras a ver com Rebibbia e o cárcere imaginário de Puig? Que destinos trágicos e sonhos delirantes compartilhamos?

Como antropólogo e ativista, não encarno o mesmo heroísmo viril desses bons e velhos guerrilheiros de esquerda. Não sou também vítima do mesmo grau de perseguição por parte do Estado.¹⁵ Em parte porque vivemos sob um Estado relativamente mais democrático (apesar dos graves retrocessos dos últimos anos) e em parte porque as lutas por transformação social na América Latina se transformaram: estas se afastaram cada vez mais da luta armada e se enquadraram progressivamente no campo internacional dos direitos humanos. Não falamos mais em “Revolução” (no singular e com R maiúsculo), mas em “direitos”, “liberdade,” “cidadania” ou “abolicionismo penal”. O que compartilho com esses antigos heróis é um certo idealismo, uma esperança na luta pelo que enxergamos como uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim como eles, sou frequentemente seduzido pelas minhas interlocutoras e por suas histórias. Absorvo com avidez o que elas contam de si (ou o que colocam de si nas histórias que me contam). Compartilho com elas, e também com Manuel Puig, o que uma das estudiosas deste autor caracterizou como uma “sensibilidade *camp*” (GOLDCHLUK in: PUIG, 2006, p. 12). Em diálogo com a definição clássica desse termo proposta Susan Sontag (1964), Graciela Goldchluk identifica na literatura de Puig um gosto pelo trágico, pelo absurdo, pelo mórbido e pelo improvável. Uma paixão pelas “boas histórias” que está aquém e além de sua veracidade.¹⁶ Uma compreensão de que o inverossímil pode revelar muito mais do que o palpável. A escrita dessa tese mobiliza muito desta sensibilidade, sem a qual seria impossível absorver ou transmitir essas narrativas em toda a sua potência.

Tenho também dificuldade de definir essas personagens, em reconhecer nelas uma identidade estável: *travestis, monas, homossexuais, bichas, transexuais? Jotos,*

¹⁵ Como ativistas de direitos humanos (ou *agentes* da Pastoral Carcerária) recebemos por parte de certos setores do Estado (em particular do sistema de justiça criminal, da administração penitenciária e das forças policiais) uma forte resistência e por vezes uma franca hostilidade. Isso que coloca problemas éticos e políticos específicos, sobre os quais falarei mais adiante.

¹⁶ Goldshluk identifica em uma das cartas enviadas por Puig à sua família em 1965 o afloramento dessa sensibilidade em sua escrita: “Hoje foi um dia de revelações sensacionais. Está em cartaz no MoMA uma retrospectiva do [diretor de cinema hollywoodiano] Josef von Sternberg e sem muita vontade fui ver [...] o [filme] *Dishonored* (1932) com Marlene [Dietrich] no papel de uma espiã da Primeira Guerra e com Victor McLaglen. Algo SUBLIME, aparentemente uma comédia de aventura, mas tão lindamente contada e com um gosto de fundo escondido tão amargo e lúcido que me arrebatou” (PUIG, 2006, p. 12, tradução minha).

*locas, putos, maricas, tigresas?*¹⁷ Entendo que algumas delas são femininas, embora o mundo (o Estado, a prisão, os demais presos) repita(m) obsessivamente que elas são *homens* (ou projetos falhados de *homens*). Outros se viam na rua como *homens* (*gays, homossexuais, viados*), mas na prisão são tratados como femininas (*bichas, monas, locas*). Sei também que, se são vítimas de brutalidades indizíveis, não são inofensivas nem jamais inocentes (“aqui ninguém é inocente”). Reconhecer a sua força (sua capacidade de agência) é reconhecer também os “perigos” aos quais me exponho quando delas me aproximo.

Outro elemento central dessas obras que também marca esse trabalho são os contínuos trânsitos internacionais, que multiplicam e intensificam as dinâmicas de tradução. Assim como Manuel, escrevi grande parte desta tese na Cidade do México – sofrendo à distância com as barbaridades de um governo protofascista na minha terra natal. Assim como Fernanda, grande parte das minhas interlocutoras vieram de partes remotas de países latino-americanos e foram à Europa ou aos Estados Unidos em busca de melhores condições de vida e trabalho (sexual): um sonho de liberdade que as levou à prisão. Assim como Maurizio (e também Manuel), herdei dos meus bisavós um sobrenome italiano e um tom de pele muito claro – o que no contexto que trabalhei significa possuir certos privilégios e ser eventualmente entendido como estrangeiro (*alemão, gringo, galego, güero, güerito*).

Como antropólogo, meu objetivo neste texto não é narrar uma única história, não é construir um único sujeito nem converter todos a uma única causa. Esses são, de certa forma, os objetivos do Estado, por um lado, e dos movimentos sociais, por outro - em uma dinâmica que eu quero ao mesmo tempo entender e problematizar. Como Maurizio Janelli e Valentín (ou melhor, Manuel Puig) quero interpelar e (re)contar essas histórias através da minha linguagem e em relação aos valores que compartilho, buscando preservar, na medida do possível, a autenticidade e a potência original do contexto no qual elas emergem. Quero costurar em uma grande teia as múltiplas histórias que essas muitas princesas e mulheres-aranha contam ou que se contam sobre elas. Histórias tão sedutoras e perigosas como elas mesmas. E com isso imaginar um novo mundo onde possamos coexistir de maneira menos violenta.

¹⁷ Ao longo de todo o texto, utilizarei o *itálico* para marcar a referência a categorias êmicas (“nativas”) – sejam elas utilizadas por presos, por agentes penitenciários ou por outros representantes do Estado. Utilizo as aspas para citações de expressões mais longas ou para categorias colocadas em suspensão. Retomo o debate sobre estratégias de escrita mais adiante, na introdução.

INTRODUÇÃO

Fundamentos Teóricos e Metodológicos

É necessário algo mais do que a experiência pessoal para se estabelecer uma filosofia ou um ponto de vista sobre qualquer acontecimento. A qualidade da nossa resposta ao acontecimento e nossa capacidade para entrar dentro da vida dos outros é o que nos ajudará a nos apropriarmos de nossas vidas e experiências.

Emma Goldman

O objetivo desta tese de doutorado é analisar as modalidades de gestão da diversidade sexual e de gênero em prisões brasileiras e mexicanas no contexto da emergência de direitos específicos para os chamados *presos LGBT*.¹⁸ O foco recai sobre unidades classificadas como *masculinas* (ou *varoniles*)¹⁹ dos sistemas penitenciários do estado de São Paulo (Brasil) e da região metropolitana da Cidade do México. Quero entender, por um lado, como determinadas normativas institucionais e políticas públicas têm definido (e produzido) uma *população LGBT privada de liberdade* – dotada de uma demografia, demandas e direitos próprios. Busco recuperar, por outro lado, o que esse regime de sexualização e generificação de corpos e subjetividades encarceradas deixa de fora. Que outras formações políticas e categorias de classificação ficam à sombra, mas continuam tendo efeitos sobre a produção do cotidiano das prisões? Considero também, portanto, narrativas e trajetórias de sujeitos interpelados por esse novo aparato regulatório. Como eles se posicionam diante dessas definições e categorias? Que novas possibilidades de agência se constituem e que campos de manobra se limitam? Trata-se, em outras palavras, de analisar a invenção histórica dos *presos LGBT* como um sujeito de direitos específico e seus efeitos sobre determinadas identidades e subjetividades.

¹⁸ Como deve ficar claro ao longo da tese, há uma significativa variedade de formas de definir esse sujeito de direitos: *presos LGBTT*, *pessoas LGBT privadas de liberdade*, *LGBTs em privação de liberdade*, etc. Dentre as expressões mais recorrentes, optei pela formulação *presos LGBT* por duas razões principais: pela sua concisão e por estar presente nos dois contextos pesquisados (Brasil e México) com a mesma grafia, dispensando a necessidade de tradução (do português para o espanhol e vice-versa). Ao eleger uma expressão caracterizada pelo uso do masculino universal (“presos”) não pretendo invisibilizar a diversidade de gênero que ela abarca. Minha intenção é, pelo contrário, colocar em relevo o fato de que o masculino continua sendo a norma das políticas que interpelam a população carcerária, mesmo quando o Estado supostamente reconhece a existência de *pessoas LGBT privadas de liberdade*.

Manterei outras formulações quando estiver fazendo referência direta a textos específicos.

¹⁹ Digo que estas unidades são “classificadas como masculinas” (ou *varoniles* em castelhano) porque nem todos os sujeitos que elas abrigam se definem como masculinos (e nem todos os sujeitos das unidades “classificadas como femininas” são femininos). Desnaturalizar a divisão sexual binária que estrutura o sistema penitenciário é um dos objetivos centrais desta tese.

No contexto brasileiro, categorias como *bicha* e *mona* são frequentemente mobilizadas para definir sujeitos que destoam do padrão masculino heterossexual vigente no universo do sistema penitenciário. No México, encontramos denominações como *jotos*, *putos* e *tigresas*. Considerando essa diversidade de nomenclaturas, novas questões se colocam: Qual a dinâmica dessas experiências no cotidiano das celas, corredores e pátios das cadeias? Como se conformaram desta maneira ao longo do tempo e qual sua relação com a história mais ampla das prisões na América Latina? Como se relacionam com as grandes narrativas de raça e Nação? Até que ponto essas categorias e experiências podem ser compreendidas pelas identidades que formam a sigla LGBT (*Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Trans*)? Seriam os direitos humanos a linguagem mais apropriada para falar sobre essas vidas? Que demandas levaram à elaboração desse quadro de direitos específicos? Quem de fato se beneficia desse novo regime de regulação e (in)visibilidade?

Problematizo, nesse sentido, a ideia de que os direitos humanos possam ser tomados como um destino, como uma síntese definitiva ou resultado final do processo de reconhecimento desses sujeitos pelo Estado e pela sociedade civil. Trata-se, sem dúvida, de uma linguagem em diversos sentidos produtiva, mas que gera também novas formas de exclusão e invisibilidade. Busco, portanto, potencializar outras narrativas que têm buscado produzir para esses sujeitos existências menos marcadas pela violência – venham elas de sujeitos encarcerados, de pessoas que passaram pela prisão ou de ativistas que atuam nesse contexto.

A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS-USP) sob a orientação da Profa. Laura Moutinho e, durante o período sanduíche, na *Universidad Autónoma Metropolitana - Campus Xochimilco* (UAM-X), sob a supervisão do Prof. Rodrigo Parrini. Ao longo de toda a sua duração, pude contar com o financiamento de bolsas concedidas primeiramente pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), depois pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)²⁰ e também BEPE/FAPESP (Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior).²¹

²⁰ Pesquisa intitulada *A População LGBT Privada de Liberdade: sujeitos, direitos e políticas em disputa*. Processo número 2015/01528-4.

²¹ Pesquisa intitulada *Presos LGBT en México: una perspectiva comparada con Brasil* [Presos LGBT no México: uma perspectiva comparada com o Brasil]. Processo número 2018/10710-9.

O trabalho de campo foi realizado em torno de unidades classificadas como *masculinas* (ou *varoniles*) nos sistemas penitenciários das duas maiores regiões metropolitanas da América Latina: São Paulo e Cidade do México. Além de visitas a unidades prisionais junto à Pastoral Carcerária (no Brasil) e à associação civil *Almas Cautivas* (no México), foram realizadas nesses dois contextos pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas com pessoas egressas do sistema penitenciário, ativistas e agentes estatais.

Nesta introdução, apresento os objetivos e as hipóteses centrais da pesquisa, sua metodologia (o que inclui seus principais dilemas éticos) e também a sua trajetória.

O corpo na prisão

Todas as dores do mundo são suportáveis se a colocamos em uma história ou se contamos uma história sobre elas.

Isak Dinesen

Quais são as implicações metodológicas de se fazer antropologia na prisão? O que significa fazer observação participante em contextos marcados por graves e constantes violações dos direitos humanos? Como lidamos com interlocutores em situação de vulnerabilidade social extrema, que sofrem formas brutais de tortura entre uma visita e outra a campo?

Se partirmos do modelo clássico de etnografia sistematizado por Bronislaw Malinowski,²² para falar com propriedade do sistema penitenciário, é preciso passar dentro dele a maior quantidade de tempo possível. Nos termos de James Clifford (2002), a “autoridade etnográfica” depende justamente do “eu estive lá”, ou seja, da presença prolongada do antropólogo “em campo”. Começo, portanto, esta reflexão metodológica com a seguinte pergunta: quais são os efeitos epistemológicos e éticos da permanência do corpo do pesquisador no ambiente prisional sobre a produção de conhecimento antropológico?²³ Desenvolvo essa questão a partir de um relato

²² Antropólogo britânico de origem polonesa, considerado um dos “pais fundadores” da antropologia moderna. Na clássica introdução metodológica de *Os argonautas do Pacífico Ocidental* (MALINOWSKI, 1978 [1922]), é apresentado o modelo de etnografia como observação participante.

²³ Como bem notou Pedro Lopes em uma das ocasiões em que este trabalho foi debatido, um conjunto diferente de questões seria colocado se o corpo do antropólogo tivesse passado pela prisão como preso (e não como pesquisador). Não é o caso desta tese nem da maior parte da produção antropológica sobre prisões. O acesso de pessoas egressas do sistema penitenciário à universidade ainda é muito limitado – o que torna urgente o debate sobre ações afirmativas com este recorte. Dialogo com diversos relatos orais ou escritos de pessoas que sobreviveram à prisão, muitos dos quais apresentam análises sofisticadas desse universo. Este não foram, no entanto, produzidos no âmbito das ciências sociais.

etnográfico do contexto brasileiro, através do qual pretendo situar o leitor no universo pesquisado - com a tensão e a intensidade que o caracterizam.

Realizei a minha primeira visita como *agente de assistência religiosa e humanitária* da Pastoral Carcerária em 2016. Essa experiência está profundamente marcada na minha memória e no meu corpo. Ela me transformou brutalmente como antropólogo e como ser humano. Teve impacto não apenas na minha relação com o objeto de pesquisa, mas também com a sociedade, com o ativismo, com a religião e com a minha própria vida.

Esta visita aconteceu em um Centro de Detenção Provisória na Região Metropolitana de São Paulo, uma unidade projetada para abrigar cerca de 500 pessoas aguardando julgamento por períodos de até 90 dias, mas que hoje confina mais de dois mil presos (condenados ou não) por até dois anos. Trata-se de uma das cerca de dez unidades “neutras” ou “de seguro” do estado de São Paulo. Ou seja, uma das poucas prisões onde não há membros do PCC - o Primeiro Comando da Capital -, coletivo de presos que domina mais de 90% das prisões paulistas.²⁴ Isso significa que ela concentra determinados perfis rechaçados nas demais unidades: ex-policiais e seguranças, ex-membros do PCC (ou de algum *comando* rival), condenados por estupro ou pela lei Maria da Penha, usuários de crack, endividados ou jurados de morte e também uma grande variedade de presas e presos que não se encaixam nos padrões de masculinidade valorizados no universo prisional: *bichas, monas, travestis, envolvidos*.

Eu já havia entrado em uma unidade com perfil semelhante como participante do GDUCC (Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade), atividade desenvolvida pelo departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP. Esses encontros, no entanto, ocorriam no ambiente da sala de aula: um espaço relativamente agradável, localizado em meio a um jardim bem cuidado dentro das muralhas da prisão (imagem 1). Os presos que iam para os encontros eram selecionados pela administração e estavam entre aqueles considerados menos perigosos. No dia do primeiro encontro do GDUCC, havíamos passado rapidamente por um dos corredores internos do pavilhão e visto de relance o pátio onde ocorria o banho de sol através dos grossos vidros e das grades do *aquário* (sala dos vigias). A visão daquelas centenas de pessoas andando em círculos em um espaço totalmente confinado, de tamanho

A respeito da diversidade de corpos na produção de conhecimento ver Pedro Lopes (2020).

²⁴ Retomarei de maneira mais aprofundada a história e a dinâmica do PCC nos capítulos 1 e 2.

**Imagem 1: esboço que fiz em 2015 da arquitetura do CDP onde era realizado o GDUCC.
O anexo onde se encontra a sala de aula está à esquerda no desenho,
entre a muralha e os pavilhões.**

aproximado ao de uma quadra de futebol de salão, me impressionou muito. Entre os corpos viris e descamisados dos *homens*, se destacavam displicentes um ou outro corpo feminino, com movimentos lânguidos e acessórios improvisados.

O contato mais direto e intenso com os presos dentro dos pavilhões só ocorreria mais de um ano depois, já como *agente* da Pastoral. Fui convidado para participar das reuniões do recém-formado Grupo de Trabalho Mulher e Diversidade da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo (doravante GT Mulher e Diversidade). Uma das primeiras sugestões dos membros foi que os acompanhasse em uma das *visitas de assistência religiosa e humanitária*. Providenciaram então um *ofício* para que eu pudesse entrar junto a um grupo mais experiente de agentes – enquanto uma *carteirinha* em meu nome não fosse emitida, permitindo uma visitação mais frequente.

O percurso até o interior do pavilhão é feito em uma sucessão de etapas marcadas por controle e tensão crescentes. Em geral os agentes da Pastoral combinam de se encontrar numa estação de trem relativamente próxima da unidade. Os desafios começam no caminho da estação aos portões do complexo prisional. A parte mais cansativa é percorrer a passagem de pedestres de um longo viaduto acima dos trilhos da CPTM. Esta, utilizada basicamente por *familiares* de presos,²⁵ encontra-se em condições extremamente precárias. Além de não possuir qualquer cobertura que proteja do sol ou da chuva, ela está repleta de buracos profundos e tomada por lixo e mato (imagem 2). O que para os jovens voluntários da Pastoral significa de 10 a 15 minutos de irritação, para idosos ou mulheres com crianças de colo e/ou pesadas sacolas de mantimentos pode se tornar uma tarefa exaustiva. Nos dias de visita é comum haver vans improvisadas que, mediante o pagamento de uma taxa, levam os visitantes da estação de trem até a porta da prisão.

A etapa seguinte é passar pelos portões do complexo penitenciário que dão acesso ao estacionamento e ao exterior das muralhas (imagem 3). Ali, os primeiros Agentes de Segurança Penitenciária (ASPs) pedem para ver nossa *carteirinha* (ou *ofício*) e tomam nota de nossos nomes e o número de um documento com foto (preferencialmente o Registro Geral - RG). Enquanto esperamos o procedimento, podemos ver do lado de fora os guichês onde são atendidos os *familiares* de presos.

²⁵ Categoria êmica que descreve genericamente os visitantes das prisões. Não se trata necessariamente da família consanguínea dos presos, embora a administração penitenciária privilegie esse tipo de vínculo na concessão do direito à visita. Na maioria esmagadora dos casos, trata-se de mulheres: mães, irmãs ou esposas. Ver Natália Lago (2019).

Imagens 2 e 3: Passagem de Pedestres do viaduto que dá acesso ao CDP e face externa das muralhas (fotos tiradas por mim em 2016).

Durante a semana, esses vêm à unidade para obter informações ou para realizar entregas de roupas e mantimentos. Aos fins de semana, quando ocorrem as *visitas*, imensas filas se formam do lado de fora.²⁶

Cruzando o estacionamento, chegamos aos portões de cada uma das unidades do complexo. Nestes, está escrito em letras garrafais: “SAP – gestão humana e responsável”. A imprecisão desse lema é frequentemente ironizada pelos presos, que falam que o que recebem da SAP é uma “*indigestão desumana e irresponsável*”.

Para penetrar as muralhas, é preciso apresentar mais uma vez os documentos através dos vidros blindados de uma guarita e passar pela primeira *viúva*, como é chamado o sistema composto por 2 pesadas portas de metal, abertas sucessivamente. Entre a abertura de uma porta ou outra, ficamos muitas vezes longos minutos em uma jaula de aço.

Temos acesso então ao bloco administrativo da prisão. Ali, temos o balcão de atendimento, os *scanners*,²⁷ armários (para advogados e agentes deixarem seus pertences), escritórios ocupados pelos gestores públicos e a desconfortável sala de espera – famigerada para todos que entram frequentemente na prisão. Exceto por alguns detalhes, a atmosfera não se diferencia muito da de outras repartições públicas: vemos os mesmos tipos de piso frio, pintura mal-acabada, móveis desgastados e quadros de cortiça com pôsteres de campanhas governamentais.²⁸ Poderíamos estar em uma delegacia, um posto de saúde ou até numa escola. Com os agentes da Pastoral, o tratamento dos funcionários é geralmente marcado por grosseria e má vontade – mas nada comparável às humilhações relatadas pelos *familiares*. Depois de negociarmos o itinerário e a duração da visita, deixamos nossos documentos (RG e *carteirinha* ou *ofício*) na recepção e guardamos nossos pertences. Passamos em seguida pelo *scanner* corporal e depois pela segunda *viúva*, chegando ao jardim.

Adentrar os pavilhões e conviver com os presos é uma experiência fortemente corporificada, que perpassa todos os sentidos – por um período muito maior do que a

²⁶ Essas filas começam a se formar na noite anterior. Muitos *familiares* dormem em barracas improvisadas para estarem entre os primeiros a entrar no dia seguinte e passar assim mais tempo com seus entes queridos. Ver Karina Biondi (2010) e Natália Lago (2019).

²⁷ Há dois tipos de *scanner*: os de objetos e os corporais. Os primeiros servem para inspecionar os bens trazidos ao interior da prisão e os segundos para ver se os visitantes não trazem nada escondido em seus corpos (dispensando, supostamente, a chamada *revista íntima* ou *vexatória*). Trata-se de equipamentos caros e gigantescos, semelhantes aos vistos em aeroportos. Sobre as disputas em torno das *revistas* ver Natália Lago (2019).

²⁸ Em 2016 havia cartazes da campanha “Seja um agente da mudança” – instruindo os agentes de segurança a respeito de como tratar *pessoas LGBT privadas de liberdade*. Voltarei a ela no capítulo 3.

própria duração das visitas. Ainda cruzando o jardim, o primeiro sentido a ser afetado é o olfato: todas as prisões que visitei tem um cheiro característico e onipresente, que se impõe rapidamente. Um odor azedo e carregado,²⁹ que em um primeiro contato revira o estômago e provoca um forte ímpeto de vômito. Naquela primeira visita, como em todas as outras subsequentes, fiz um grande esforço para conter esse impulso. Chegando mais perto da entrada, a reação do meu corpo foi a de bloquear completamente o olfato. A partir de certo momento, paro completamente de sentir esse cheiro. Ou qualquer outro. O efeito dura em mim todo o tempo da visita – e em geral algumas horas e até dias depois de sair das muralhas. Nos períodos de visita mais constantes, fiquei semanas sem olfato. Amigos ou conhecidos que já foram presos me contaram que demoraram meses na rua para recuperar o olfato e que a sensibilidade nunca voltou a ser a mesma.

Cruzamos o jardim acompanhados (às vezes de perto e às vezes de longe, com a vista) por um ASP. Vemos a face a interna da muralha (cercada por um alambrado por onde circulam os cães de guarda), algumas pequenas construções auxiliares (escola, oficinas, enfermaria), uma capelinha improvisada dedicada à Nossa Senhora Aparecida³⁰ e o imponente edifício do pavilhão – onde os presos passam a maior parte do tempo. Trata-se de um imenso bloco de concreto com pequenas aberturas para a ventilação das celas (as chamadas *ventanas*) para o lado de fora. Ao contrário de outras unidades prisionais, os presos deste modelo de CDP (presente em diversas partes do estado de São Paulo) não podem ver o exterior do pavilhão de suas celas: seu campo visual se restringe ao pátio interno de cada ala.

Depois de passar por mais uma *viúva*, temos acesso ao corredor interno do pavilhão que dá acesso aos diversos *raios* (alas) da unidade. Ao contrário dos ambientes externos, esse ambiente já tem uma carregada atmosfera de prisão. A pintura das paredes é bem mais desgastada, a iluminação é bastante precária e a atitude dos ASPs é ainda mais ríspida. Antes de vermos diretamente os presos, é nossa audição que anuncia a proximidade de sua presença. Um ruído caótico, muitas vezes ensurdecedor, vem do pátio atravessando as grossas portas de metal. O som de mais de 500 *homens* conversando, gritando, mandando recados, rindo, repreendendo a atitude de outros ou

²⁹ No livro *Estação Carandiru*, Drazio Varella relata: “O cheiro da cadeia entranha no homem preso. Difícil definir que odor é esse. Parece mistura de vários outros: alho frito, pano de chão guardado, suor e um toque de creolina. Embora não possa ser classificado como mau cheiro, é desagradável. Quente e pesado”. (VARELLA, 2004, p. 57).

³⁰ Aparição mariana mestiça, particularmente popular no contexto das prisões paulistas. Ver capítulo 5.

jogando futebol. Depois de registrarem pela terceira vez nossos nomes e RGs, somos anunciados na *viúva* que dá acesso ao raio. Enquanto esperamos, é difícil não atentar para detalhes sórdidos: gigantescos molhos de chaves, algemas, marcas e manchas suspeitas nas paredes. Não é raro que algum preso esteja algemado no corredor, de frente para a parede, olhando para o chão em atitude (in)submissa.

O contato visual direto com os presos no pátio é fortemente diferenciado de acordo com o gênero dos *agentes*.³¹ Se formos todos percebidos *homens*, somos anunciados como “Pastoral, masculino!”. Podemos nesse caso entrar pouco tempo depois. Em um dia quente, a maior parte dos presos vai estar sem camisa e quase todos vão continuar suas atividades no *banho de sol* como se ignorasse nossa presença. Se houver pelo menos uma *mulher* no grupo, o anúncio é de “Pastoral, feminino!”. Precisamos esperar um tempo bem maior: todos os presos precisam vestir a camisa e é feito um certo esforço para reduzir a agitação no ambiente – suspendendo por algum tempo o futebol e a gritaria. As *mulheres* são as visitantes mais valorizadas: no código de conduta das prisões, é fundamental fazer todo o esforço possível para evitar causá-las qualquer constrangimento. De uma forma ou de outra, a visão é saturada pelo excesso de informação. Entre as grades da segunda *viúva*, a expectativa de penetrar aquela multidão inquieta provoca certa vertigem.

A partir desse momento, não somos mais acompanhados por ASPs. Do *raio* para dentro, no período do *banho de sol* (quando ocorrem as visitas da Pastoral), estamos em um ambiente completamente controlado pelos presos. A vigilância ocorre de longe, através de vidros e grades. Durante a maior parte da visita, estamos completamente fora do campo de visão dos agentes de segurança. Esses só circulam pelo interior dos *raios* quando os presos estão de volta nas celas, com as portas já fechadas, para a realização da *contagem*. Mesmo a entrega de alimentos (*pagar a boia*), medicamentos e documentos (como as *ordens de trânsito* para fora do *raio*) é feita pelos próprios presos.

Somos recebidos pelas lideranças do *raio*, os *setores*, e pelo responsável pelas atividades religiosas – em geral chamado de *pastor*. Nosso tato é então fortemente mobilizado: o contato físico direto com os presos passa a ser constante. Apertamos a mão e abraçamos todos os presos que vêm em nossa direção. Sentimos a aspereza do

³¹ Sobre a experiência de pesquisadoras (*trans* e *cisgêneras*) que realizaram trabalho de campo na prisão ver Céu Cavalcanti e Vanessa Sander (2019).

toque das mãos calejadas, a superfície úmida da pele, a textura gasta das vestimentas, a rigidez dos músculos de alguns ou a flacidez da gordura de outros. Somos recebidos em geral com grande afeto, e trocamos palavras como “bom dia”, “boa tarde”, “como vai?” e “Deus te abençoe”. Racionalmente, tento me convencer de que os riscos efetivos à nossa segurança são relativamente pequenos. Em décadas de atividade, nada grave jamais foi feito contra um agente da Pastoral Carcerária no estado de São Paulo, nem mesmo durante as mais violentas rebeliões. No entanto, uma forte tensão se faz sentir na musculatura do corpo até a espinha, permanecendo por muito tempo depois das visitas.

Nos Centros de Detenção Provisória, a reunião com os presos costuma ocorrer na cela que concentra o maior número de fiéis – muitas vezes chamada de *igreja*. Acomodados em suas próprias camas ou em pufes improvisados, lá somos acolhidos com a maior hospitalidade que a prisão permite. Muitas vezes nos sentamos em círculo no chão, sempre impecavelmente limpo. A precariedade das celas, no entanto, é evidente: o ambiente é abafado, mal iluminado e abarrotado de coisas. Mesmo com a maioria dos presos estando no pátio, a sensação de confinamento é intensa.

Os presos nos oferecem então água e, quando podem, suco e alimentos (como bolos e biscoitos). Nesse momento, é nosso paladar que é ativado. A nossa reação mais imediata seria recusar – pela precariedade dos itens disponíveis e pela sua escassez naquele ambiente. Essa atitude, no entanto, pode ser interpretada como um sinal de distanciamento e falta de *humildade*: uma humilhação para os anfitriões. Nós somos uma visita desejada e para eles é fundamental poder oferecer o mínimo. Compartilhar alimentos nesse contexto é uma forma de reconhecimento e um meio de estabelecer vínculos de maior proximidade (SIMMEL, 2004 [1910]).

A duração dos encontros pode variar de 20 minutos a cerca de 3 horas, de acordo com a boa vontade da administração e com uma infinidade de imponderáveis característicos da dinâmica de uma prisão superlotada. De qualquer forma, a intensidade da experiência de permanecer no *raio* faz o tempo passar muito devagar. Como se não bastasse a quantidade de eventos que ocorre dentro do nosso campo de visão, a cada minuto somos assediados por uma série de perguntas. Lidamos com uma sequência desesperada de demandas urgentes e aparentemente insolúveis. É difícil não afundar em sentimentos de angústia e profunda desesperança.

Na primeira visita, quando comecei a dialogar com presos no pátio, ainda a caminho da cela onde se realizaria a reunião, senti uma imensa vontade de chorar.

Cheguei a sentir uma torrente de lágrimas se formar na superfície dos olhos. Com medo da reação que esse sinal de fraqueza teria naquele contexto, juntei forças para engolir o choro. “Homem não chora”.³² Funcionou naquele momento, mas não sem deixar marcas duradouras. Nos meses seguintes depois de sair, tive completamente bloqueada minha capacidade de chorar – mesmo em situações de grande comoção. Só conseguiria expressar meus sentimentos através de lágrimas novamente cerca de 9 meses depois, quando estava viajando e ficara mais de um mês sem pisar em uma prisão. Esse tipo de bloqueio é comum em pessoas que frequentam espaços de privação de liberdade. Presos e egressos me relatam que ficaram anos sem chorar, mesmo depois de recuperar a liberdade.

A dinâmica das reuniões varia imensamente de acordo com o perfil dos agentes presentes em cada visita e também dos presos que nos recebem: podem ter um conteúdo mais religioso ou mais político, mais reflexivo ou mais pragmático. De qualquer forma, o núcleo duro do trabalho dos agentes é mais ou menos constante: consiste em ouvir os presos e reconhecer seu sofrimento diante das injustiças de que são vítimas.

Muitas vezes, as atividades propriamente religiosas se restringem a rezar coletivamente um *Pai nosso*³³ e uma *Ave Maria* ao final dos encontros. Há, no entanto, uma importante distinção entre essas orações. Enquanto todos são convidados a dar as mãos e repetir a primeira, há uma espécie de alerta antes da segunda. Os *agentes* perguntam quais dentre os presentes são *católicos*. Como outras denominações religiosas não reconhecem a *Ave Maria* em sua liturgia, os presos que seguem outras vertentes de cristianismo se retiram antes da condução da oração seguinte. Antes de iniciar a conhecida celebração da sagrada figura de Maria, os seguintes *votos* costumam ser proferidos:

Neste momento gostaríamos de pedir que vocês pensem nas mulheres que são importantes para vocês. Nas mães que te deram a vida, que nutriram e cuidaram de vocês durante a infância, quando vocês eram pequeninos e indefesos. As avós e as tias que muitas vezes ajudaram

³² Em outro trecho de *Estação Carandiru*, Varella reflete sobre a depressão e o choro: “Tarde da noite, andando por aqueles corredores mal-assombrados, com o silêncio quebrado por uma tosse anônima, o miado de um gato, a porta que bate ao longe, entendi por que os suicídios acontecem de manhã, depois de noites de depressão ou pânico clasutrofóbico, espremidos entre os outros, sem poder chorar: *homem que chora na cadeia não merece respeito*” (VARELLA, 2004, p. 49).

³³ Única oração presente nos quatro livros do Evangelho (Matheus 6:9-13) e, portanto, a única transmitida diretamente por Jesus. Trata-se de uma espécie de denominador comum entre as várias tradições religiosas cristãs – embora haja diferenças na tradução da oração para o português nas bíblias utilizadas pela Igreja Católica e pelas igrejas Protestantes e Pentecostais. Na prisão predomina a versão protestante, mesmo no culto católico (o único a incluir, em algumas ocasiões, a oração *Ave Maria*).

elas também nessa difícil missão. Nas companheiras de vocês, que sempre te apoiam, que vem te visitar sempre possível. Coloquem o pensamento e a intenção da fé de vocês nelas. E em homenagem a elas vamos fazer essa oração. Ave Maria cheia de graça...

A valorização de figuras femininas (tanto em sua face sagrada quanto encarnada em “mulheres de carne e osso”) é, portanto, uma característica marcante das reuniões promovidas no cárcere pela Pastoral Carcerária da arquidiocese de São Paulo. Esta se relaciona com as particularidades do catolicismo em contraste com outras denominações cristãs, mas também com a compreensão de determinadas lideranças religiosas acerca da *ação social da igreja* (ou seja, sobre o sentido não apenas teológico mas também político das visitas). Voltarei em breve a esta questão.

A possibilidade de contato com presas e presos não heterossexuais é também algo que varia muito de acordo com a dinâmica própria dos *raios*. Em duas das quatro unidades que visitei com frequência (inclusive nesta onde realizei minha primeira visita), a quantidade de *bichas*, *monas* e *travestis* é notória – e um grupo de jovens *agentes* da Pastoral havia desenvolvido com elas uma relação de maior proximidade. Nos meses anteriores ao início das minhas visitas, um grande esforço estava sendo feito para aproximá-las dos encontros, deixando claro que a Pastoral não as julgava por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Era possível conversar com elas no pátio e em alguns casos visitar as celas onde viviam, os chamados *barracos das bichas*.³⁴

Não é possível ignorar as particularidades do meu próprio corpo na dinâmica dessas visitas. Sou um *homem gay* de pele muito clara e cabelos ruivos, com mais de 1,80m de altura, óculos de armação espessa e muitas tatuagens. A maior parte dos presos era mais negra, viril, relativamente mais baixa e menos escolarizada do que eu (poucos são sequer alfabetizados). A principal afinidade talvez fosse o apreço por tatuagens, tema frequente de riquíssimas conversas.³⁵ Minha corporalidade, um tanto anômala naquele ambiente, era aproximada da de dois tipos mais frequentes de visitantes: ora era percebido como mais um dos jovens ativistas de direitos humanos que atuam junto à Pastoral e ora como um dos missionários estrangeiros que visitam assiduamente os pavilhões. Os *homens* presos parecem ignorar o fato de eu não ser

³⁴ A organização espacial dos presos de acordo com gênero e sexualidade é o tema do capítulo 2.

³⁵ Os estilos, técnicas e significados das tatuagens que eu trago contrastam bastante com as que costumam predominar no ambiente prisional. Apesar disso, elas despertam grande interesse dos presos – assim como tenho grande curiosidade pelas tatuagens deles. Trata-se de um repertório comum que nos permite conversar sobre histórias, valores, dores, preferências estéticas e também sobre percepções de transitoriedade e permanência. Retomarei esse tema no capítulo 6.

heterossexual e me tratam sempre no mesmo registro que os outros agentes do sexo masculino. Já as *monas*, *bichas* e *travestis* percebem rapidamente que sou *gay*, me tratando com uma cumplicidade muitas vezes irreverente.

Sair da prisão pode ser um processo tão angustiante quanto entrar. Se por um lado não existe mais a incômoda possibilidade de ter o acesso negado por algum imprevisto (e dessa forma “perder a viagem”), por outro lado o esgotamento físico e mental causado pela permanência no interior da prisão pode tornar bastante tensa a espera de passar por cada um dos controles administrativo até chegar na rua. Neste percurso e no caminho para casa, as histórias doloridas e as visões incômodas da visita latejam na memória. O corpo inteiro reclama: estamos ansiosos para ir ao banheiro, lavar as mãos e o rosto, tomar um banho e trocar de roupa.

Desde a primeira visita, entrei e saí dessas (e de muitas outras) celas algumas dezenas de vezes – mas a prisão nunca saiu completamente de mim. Não acho que algum dia vá sair. Entrei a princípio como antropólogo, mas não foi apenas o pesquisador que se transformou nesta experiência. Mais do que ver, eu senti de corpo inteiro o contato com situações de sofrimento extremo que estão no limite da condição humana. Que estão, em verdade, muito além do que eu aprendi serem os limites do tolerável para um ser humano.

Em julho de 2018, na última visita que realizei enquanto agente da Pastoral antes de partir para a Cidade do México, conversei com um preso que definiu suas condições de vida como um “crime contra a humanidade”. Chegando em casa, escrevi (e compartilhei nas minhas redes sociais) o seguinte depoimento:

“Eu sei que eu cometi um crime contra a sociedade, mas o que a gente está passando aqui é um crime contra a humanidade”.

Me disse hoje um homem preso em um CDP na região metropolitana de São Paulo. Ele está dividindo com 32 pessoas uma cela projetada para 8, fica mais de 16 horas por dia na cela, não tem acesso a trabalho nem estudo e está há quase 1 ano esperando uma audiência. Não conseguindo comer a marmitta azeda fornecida pela casa, perdeu 50 quilos desde que foi preso. A cela tem um único banheiro e a água (gelada e com odor desagradável) é fornecida apenas três vezes por dia, por períodos de cerca de 20 minutos. Há 2 semanas atrás o Grupo de Intervenções Rápidas (GIR) entrou no pavilhão em busca de drogas e destruiu ou apreendeu todos os seus pertences, com exceção da roupa do corpo.

“Crime contra a humanidade” me parece uma definição justa.

O que significa para alguém testemunhar (ou viver) tamanha brutalidade? Continuamos a ser a mesma pessoa? Como isso afeta a produção de conhecimento científico? Quais compromissos éticos esse tipo de experiência demanda e que respostas a reflexão antropológica pode fornecer para esses desconfortos? Em diálogo com Fábio Mallart (2014), a antropóloga Natália Padovani (2018) discorre sobre o fato de que “a cadeia muda a vida”. Não apenas a vida dos presos, mas também a dos pesquisadores através das “camadas de afeto” envolvidas nas diversas modalidades de troca que realizamos com os interlocutores:

Fábio Mallart já chamou atenção para o fato de a cadeia mudar a vida. De entrar nos sonhos e nos poros de quem visita e de quem fica preso. De todos aqueles que saem de lá carregando seus cheiros que misturam comida com produtos de limpeza, creme hidratante com processos de desintoxicação de crack, fumaça de cigarro paraguaio com acetona e esmalte. Não poucas senti esses cheiros em mim, nas roupas que vestia. As cartas que chegavam à minha casa também os carregavam. Os votos de saúde e paz postos no topo das páginas eram o protocolo necessário do anúncio de trocas vindas em camadas de sentidos, ajudas e interesses. Camadas de afetos (PADOVANI, 2018, p. 23).

Nesta introdução, falo justamente sobre as “camadas de afeto” constitutivas da trajetória desta pesquisa. Elas não são apenas “acidentes de percurso”, um desafio na construção da objetividade científica. Muito pelo contrário, elas são a principal força motriz desta longa caminhada.

É isto um homem?

Vocês que vivem seguros
em suas cálidas casas,
vocês que, voltando à noite,
encontram comida quente e rostos amigos,
 pensem bem se isto é um homem
 que trabalha no meio do barro,
 que não conhece paz,
 que luta por um pedaço de pão,
 que morre por um sim ou por um não.
Pensem bem se isto é uma mulher,
sem cabelos e sem nome,
sem mais força para lembrar,
vazios os olhos, frio o ventre,
como um sapo no inverno.

Com estas linhas, o intelectual judeu italiano Primo Levi começa seu livro *É isto um homem?* (LEVI, 1988 [1947], p. 9). Trata-se de uma narrativa em primeira pessoa de sua experiência como sobrevivente de Auschwitz – o maior complexo de

campos de concentração nazistas. Tive o primeiro contato com essa obra durante o mestrado em uma disciplina³⁶ oferecida pela minha orientadora, Laura Moutinho, na Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP). Ainda não havia realizado trabalho de campo em prisões, embora já tivesse alguma noção de sua situação crítica por meio de obras científicas, literárias e cinematográficas. O relato de Levi me impressionou profundamente naquele momento, se tornando uma referência acerca da experiência subjetiva de formas extremas de violência em tempos de guerra e racismo de Estado.

Quando passei a ter um contato pessoal com pessoas presas em Centros de Detenção Provisória paulistas, me dei conta de que as condições de vida ali não eram menos brutais do que as descritas nos campos de concentração: a superlotação das celas, a precariedade da alimentação e da higiene, as angustiantes esperas, o tratamento humilhante e a arbitrariedade das punições. A ausência de câmaras de gás ou incineradores não significa que não existam também tecnologias de extermínio sistemático de corpos indesejáveis - e a impunidade dos responsáveis pelo Massacre do Carandiru é a evidência mais icônica disso.³⁷ É tão grande a diferença entre o Estado que inocenta publicamente agentes que executam presos desarmados e o Estado que planeja discretamente a execução sistemática de seus inimigos públicos?

Escrevendo sobre o mesmo contexto de Levi, o historiador italiano Enzo Traverso (2003) argumenta que as câmaras de gás são o ponto culminante de um longo processo de “desumanização do outro e industrialização da morte”. Trata-se da “combinação da racionalidade instrumental no campo da ética com a racionalidade produtiva no campo da técnica”. No mundo ocidental moderno, instituições como a burocracia, a fábrica, o exército e a prisão seriam as precursoras históricas da “Solução Final”.³⁸ Uma evidência irônica dessa continuidade é o fato de os campos de concentração de Auschwitz trazerem a máxima *Arbeit macht frei* (“O trabalho liberta” em alemão) inscrita em seus portões.³⁹

³⁶ “Antropologia das Emoções: Modos de (re)Construção e de Regulação da Vida Social”, oferecida no PPGAS/USP no segundo semestre de 2012.

³⁷ Sobre o Massacre do Carandiru e a impunidade dos responsáveis ver Machado & Machado (2015). Retomaremos esse ponto no capítulo 1.

³⁸ Projeto nazista de extermínio completo da população judaica. Ver Hannah Arendt (2012 [1949]).

³⁹ Essa mesma linguagem involuntariamente irônica está presente também em uma inscrição na entrada da antiga Penitenciária do Estado em São Paulo (hoje Penitenciária Feminina da Capital), prisão modelo projetada pelo arquiteto Ramos de Azevedo em 1911: “Aqui o trabalho, a disciplina e a bondade resgatam a falta cometida e reconduzem o homem ao convívio social”. Difícil pensar em uma descrição menos

Em *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt (2012 [1949]) localiza na experiência colonial os antecedentes do poder assassino do Estado nazista. Os “massacres administrativos” perpetrados por respeitáveis burocratas britânicos no continente africano ao longo de décadas possuem a mesma lógica ética e política do holocausto, perpetrado em solo europeu contra ex-cidadãos progressivamente racializados e desumanizados.⁴⁰

O conceito de necropolítica, cunhado pelo historiador camaronês Achille Mbembe (2011 [2006]) parece ser o mais apropriado para pensar a lógica de operação do sistema penitenciário na gestão de conflitos sociais no contexto latino-americano. Partindo da experiência pós-colonial africana, Mbembe interpela a noção de biopolítica (formulada por Michel Foucault⁴¹ a partir de uma perspectiva eurocêntrica) e enfatiza em suas análises o exercício brutal e sistemático da violência letal pelo Estado Moderno. Radicalizando a formulação do filósofo francês, o autor sugere que “a função do racismo consiste em regular a distribuição da morte e viabilizar a função mortífera do Estado” (MBEMBE, 2011, p. 23). Assim como Hannah Arendt, localiza na experiência colonial a origem da naturalização do uso cotidiano da violência extrema:

As colônias são as zonas onde a guerra e a desordem, as figuras internas e externas do político, se tocam ou se alternam umas com as outras. Como tais, as colônias são os lugares por excelência onde os controles e garantias da ordem judicial podem ser suspensos, onde a violência do Estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização” (MBEMBE, 2011, p. 39, Tradução minha).

Ao falar da prisão como uma tecnologia necropolítica, enfatizo as particularidades desse dispositivo em contextos pós-coloniais como o continente africano e a América Latina. A narrativa mestra de *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2016 [1975]) não pode ser facilmente transposta para compreender a emergência de sistemas penitenciários em contextos como o brasileiro e o mexicano.

Analisando a Reforma Penal ao longo dos séculos XVIII e XIX, Foucault afirma que “o castigo passou de uma arte de sensações insuportáveis a uma economia de

precisa do cotidiano desta prisão feminina onde uma minoria tem acesso ao trabalho, a disciplina é exercida majoritariamente pelo PCC e as taxas de reincidência são altíssimas.

⁴⁰ Em *O Labirinto da Solidão*, ensaio sobre a formação do Estado e da identidade nacional no México, Octavio Paz resume esse processo nos seguintes termos: “Os criminosos e estadistas modernos não matam: suprimem. Experimentam com seres que já perderam sua qualidade humana. Nos campos de concentração primeiro se degrada o homem que, uma vez convertido em objeto, se extermina em massa” (PAZ, 2015 [1950], p. 163, tradução minha).

⁴¹ Sobre o conceito original de biopolítica, ver Michel Foucault (1999 [1976]).

direitos suspensos” (FOUCAULT, 2007 [1975], p. 16). Seria ingênuo supor que as “sensações insuportáveis” não façam parte da economia atual do encarceramento em massa⁴² no Brasil. Concordo com a interpretação de Rafael Godoi quando este afirma que o aprisionamento nessas circunstâncias pode ser considerado uma forma de “tortura lenta e continuada” (In: GODOI & MALLART, 2017). Em um país onde a taxa de presos provisórios chega a 42%, fica claro também que a suspensão dos direitos para a maior parte da população não é o resultado de uma condenação – mas uma condição que precede qualquer decisão formal do sistema de Justiça Criminal. Trata-se, nos termos de Judith Butler (2015[2009]), de uma “condição precária” imposta de antemão a populações inteiras.

Alguns conceitos e *insights* foucaultianos não deixam por isso de ser fundamentais para a análise – mas esse diálogo será feito sempre de maneira cautelosa e crítica. Foucault não apenas restringe sua genealogia das instituições disciplinares ao território francês, como parece ignorar em suas reflexões o fato de esse constituir o núcleo metropolitano de um dos maiores impérios coloniais do século XIX. Por isso, será preciso cotejar a narrativa foucaultiana, ainda hegemônica nos estudos prisionais das Ciências Sociais latinoamericanas, com a crítica de autoras vinculadas ao feminismo negro e ao abolicionismo penal.

No contexto brasileiro, o esforço de produzir uma crítica ao encarceramento em massa da perspectiva do feminismo negro foi realizado pela antropóloga Juliana Borges (2019). Ela afirma a importância de problematizar essas narrativas eurocêtricas, atentando para as especificidades dos regimes de punição e controle social em contextos marcados pelo colonialismo e pela escravidão:

No Brasil [...] esse processo [de formação do sistema de Justiça Criminal] foi inserido em um contexto totalmente diferente do europeu, operado pela lógica colonialista e tendo a escravidão, baseada na hierarquização racial, como um eixo fundamental de exploração (BORGES, 2019, p. 49).

⁴² A noção de encarceramento em massa “passou a ser usada por estudiosos do campo da punição para descrever as mudanças na escala do encarceramento que se iniciaram nos anos 1970 e tornaram-se visíveis em meados dos anos 1980, especialmente nos Estados Unidos. Mais do que evidenciar o número de encarcerados, autores como Zimring, Hawkins, Garland e Simon chamavam a atenção para a desproporcionalidade racial, etária e de gênero, para os altos custos da prisão, e a discutível capacidade desta na redução da violência. Assim, a noção combina três distintos fatores que compõem o aumento do encarceramento: sua escala, a aplicação categórica da pena de prisão em situações em que poderiam ser aplicadas outras medidas e a substituição da função correcional por uma função de gerenciamento de pessoas, como um depósito de indivíduos *indesejáveis*” (SILVESTRE & MELO, 2017).

Em diálogo com Lélia Gonzalez (1982), Angela Davis (2003) e Michelle Alexander (2017), Borges argumenta que a consolidação de um sistema penitenciário moderno no Brasil está relacionada com a transição de um regime de produção escravocrata para um sistema de trabalhadores livres racialmente diferenciados (embora não legalmente segregados, como no contexto estadunidense analisado por Davis e Alexander). Diversos dispositivos jurídicos se consolidam de forma a criminalizar (e encarcerar) a população negra descendente dos africanos escravizados. A proibição de manifestações culturais e religiosas de matriz africanas foram fundamentais em um primeiro momento, assim como a criminalização da chamada *vadiagem*. Mais recentemente a “guerra às drogas” se mostrou o mecanismo mais eficiente de controle dessas populações racializadas e marginalizadas. Retomaremos essas questões nos próximos capítulos.

Também no contexto brasileiro, Fábio Mallart e Rafael Godói (2017) refletem sobre o lugar da prisão na definição de “vidas matáveis”. Estes sociólogos paulistas argumentam que “o uso deliberado, excessivo e desproporcional de força letal caracteriza o modo de operação da Polícia Militar” (ibid., p. 26) e que as “passagens pelo sistema de justiça criminal” são um elemento central nessas dinâmicas de “produção da morte”. Afirmam que é recorrente a prática de policiais consultarem via rádio a *ficha criminal* de potenciais vítimas momentos antes de uma provável execução. Os *antecedentes*, quando existem, são citados nos processos legais que legitimam posteriormente a morte dos *bandidos*. Segundo os autores:

A passagem pelo sistema de justiça criminal, e mais especificamente, pela prisão, opera como um critério privilegiado de seleção, linha demarcatória entre aqueles que devem morrer e aqueles que ainda podem viver. É por esse motivo que o massacre do Carandiru [...] configura como um caso emblemático (MALLART & GODOI, 2017, p. 24).

A função necropolítica do dispositivo carcerário transcende, portanto, os períodos de internação, marcando de forma permanente os “corpos dos condenados” e convertendo-os em “vidas matáveis”. Ela nos obriga a refletir sobre processos de racialização em termos da criação de hierarquias entre vidas que merecem ou não ser vividas. Autores como Hannah Arendt, Michel Foucault e Achille Mbembe pensam no racismo como uma tecnologia de poder que pode se basear em divisões étnicas estruturais, mas que também opera reforçando essas divisões ou mesmo criando novas categorias de subcidadania ou subumanidade.

Analisando a ascensão do nazismo, Arendt (2012) mostra como o antissemitismo enquanto discurso oficial do Estado transforma uma diferença a princípio religiosa ou jurídica em uma distinção racial que define, em última instância, quem merece ou não viver. Em relação ao stalinismo,⁴³ tanto Arendt quanto Foucault (2007 [1976]) mostram como a criação da categoria do *traidor* (cuja perseguição política poderia se estender aos descendentes de sucessivas gerações) funcionou como uma tecnologia de poder fundamentalmente racista na União Soviética. Já Achile Mbembe (2011) elege a colonização da Palestina pelo Estado de Israel como caso paradigmático das novas formas de governamentalidade necropolítica. Estamos falando, portanto, de tecnologias flexíveis de poder que podem ser mobilizadas tanto por regimes percebidos como *de direita* quanto *de esquerda* e que podem interpelar grupos sociais distintos em diferentes contextos e tempos históricos.

Hannah Arendt (2012) também analisa a peculiar relação entre as figuras do *judeu*, do *homossexual* e do *criminoso* nos contextos da *Belle Époque* (que coincide com a expansão imperialista no continente africano) e da *República de Weimar* (período de ascensão do nazismo). Aqueles que haviam sido considerados “excêntricos fascinantes” pela sociedade burguesa na virada dos séculos XIX para o XX,⁴⁴ se transmutam em figuras subumanas dignas de extermínio nas câmaras de gás. Sob o nazismo, a homossexualidade e a ascendência judaica se tornam “crimes em si”, passíveis de punição com a pena capital (sem a necessidade de julgamento formal).

A relação da necropolítica com a (homos)sexualidade pode oscilar, portanto, entre duas formas. Em determinados momentos, o desvio sexual pode implicar em uma desumanização completa, em uma racialização análoga à sofrida por negros e judeus. O exemplo clássico seria a exterminação de homossexuais, marcados com o infame “triângulo rosa”⁴⁵ nos campos de concentração nazistas. Em outros momentos, a suposta tolerância com a diversidade sexual pode figurar como uma face (ou fachada)

⁴³ Como ficou conhecido o regime totalitário que vigorou na União Soviética entre 1930 e 1953, centrado na liderança do georgiano Josef Stálin (1878-1953).

⁴⁴ A atração mórbida da aristocracia europeia por “tudo aquilo que podia ser julgado misterioso, perverso ou secretamente mau” (ARENDT, 2012, p. 111) abria as portas da alta sociedade àqueles que, enquanto versões refinadas de desviantes e marginais, eram “orgulhosamente diferentes dos outros seres normais” (ibid., p. 133). Essa aceitação era possível quando aquilo que poderia ser considerado criminoso ou abjeto podia ser convertido em um “vício elegante”, atraente para os sentidos de uma elite entediada pela saturação econômica. Judeus e homossexuais encarnados em artistas e intelectuais (como Marcel Proust) são, na obra de Hannah Arendt, os representantes preferidos desse tipo de excentricidade nos salões da *Belle Époque*.

⁴⁵ Cada perfil de condenado nos campos de concentração era identificado com um símbolo. O triângulo rosa era reservado a homossexuais e outras modalidades de “desviantes sexuais”.

humanizada que legitima esses dispositivos – mecanismo que ficou conhecido como *pink washing* (“lavagem rosa”). A defesa dos direitos da população LGBT pelo Estado de Israel, usada muitas vezes para legitimar sua atuação opressora contra “palestinos machistas e homofóbicos”, é um caso paradigmático (PUAR, 2007).

Nesta tese analiso a questão da *população LGBT privada de liberdade* considerando essas duas modalidades de articulação. Por um lado, a criminalização e a desumanização de pessoas que destoam do padrão heterossexual (*bichas, monas, travestis*) atua de maneira semelhante à observada com *pretos, pobres e índios*. Por outro lado, a emergência de direitos específicos para *presos LGBT* pode ser pensada como uma espécie de *pink washing*. Essa lógica é particularmente clara na análise que Gustavo Passos (2014) faz da criação de um pavilhão especial para “Travestis, Gays e seus maridos” em Porto Alegre (RS). Passos percebeu que a criação do pavilhão, uma medida que tinha custos baixos e benefícios duvidosos, permitiu que a direção de um dos presídios mais precários do país aparecesse na imprensa como uma referência pioneira no campo dos direitos humanos. O pavilhão funcionava então como uma fachada atraente para uma instituição em crise. Retomaremos esse debate mais adiante.

Voltando agora à questão do racismo, argumento que este, enquanto uma tecnologia de poder necropolítica, articula-se ao regime de classificação racial predominantemente cromático que vigora no contexto brasileiro, mas não pode ser reduzido a ele. Embora a maior parte da população penitenciária e das vítimas da violência letal da polícia possa ser classificada como *negra* ou *preta*, o tom de pele (e outros fenótipos socialmente associados à negritude, como traços faciais e textura dos cabelos) não é o único elemento decisivo na desumanização de figuras como o *bandido* e o *traficante*. O contraste com o contexto mexicano, onde a oposição entre brancos e negros não tem a mesma relevância política, contribui assim para construirmos uma compreensão mais abrangente dos processos de racialização na América Latina.

Nos últimos anos, diversos movimentos sociais têm investido no discurso do *genocídio da juventude negra* para trazer à esfera pública o debate acerca do caráter racista e assassino dos aparatos de segurança pública e controle social.⁴⁶ Essa estratégia de ação tem o mérito de enfatizar o caráter necropolítico da forma como operam as polícias e o sistema penitenciário, bem como o de visibilizar a seletividade racial dessas

⁴⁶ Este problema vem sendo abordado em pesquisas recentes como as de Milena Mateuzi, Vinícius Rodrigues e Gustavo Racy. Infelizmente não tive acesso a publicações com resultados parciais de seus trabalhos antes da conclusão desta tese.

instituições. Ao longo da tese, dialogo com esta formulação sem deixar de considerar outras formas de desumanização que ela deixa em segundo plano, como aquelas relacionadas com a comercialização e o uso de drogas (que tratam o *traficante*, o *usuário* e o *cracudo* como figuras subumanas) ou com corpos que não se encaixam em padrões heteronormativos (culminando, por exemplo, no assassinato sistemático e na criminalização de *bichas*, *monas* e *travestis*).

O discurso que racializa os *bandidos*, tratados como uma subcategoria de seres (des)humanos que não merece viver, tem se agudizado na conjuntura política brasileira atual, em especial depois da ascensão de Jair Bolsonaro (eleito Presidente da República em 2018). Uma recente declaração pública do Governador do estado de São Paulo (entusiasta dessa guindada à extrema direita) sintetiza bem essa perspectiva. No dia 15 de janeiro de 2019, poucos dias depois de assumir o cargo, João Dória afirmou com entusiasmo que: “agora em São Paulo bandido não vai nem para a delegacia nem para a prisão, vai para o cemitério”.

Nesta conjuntura de retrocessos democráticos, diversos intelectuais têm buscado entender a proliferação de discursos de ódio e sua relação com o racismo estrutural da sociedade brasileira. Em um artigo recente, o sociólogo Jessé de Souza sintetiza bem a necessidade de ampliarmos o espectro do que caracterizamos como racismo para compreendermos o presente momento:

Racismo, portanto, não pode ser reduzido ao “racismo racial”, por mais importante que ele seja. [...] O racismo que se aplica à “raça” é apenas a forma mais visível de um racismo muito mais amplo e universal. Afinal, a operação do “dispositivo de poder racista” se aplica a qualquer separação entre “gente” e “subgente” (SOUZA, 2018, pp. 7-8).

A antropóloga Adriana Vianna também associa esses processos de racialização e desumanização aos “tropos coloniais que tão profundamente nos conformam como sociedade” (VIANNA, 2019, p. 21). Seriam heranças desse passado colonial e escravocrata traços da sociedade brasileira que tem se manifestado de forma cada vez mais aberta nos últimos anos, como “o gozo com o suplício, a defesa estridente da execução sumária” e “a vociferação do desejo de banir as diferenças indesejadas” (idem). Vianna propõe então que:

Pensemos na força produtiva e ao mesmo tempo críptica de termos como “traficante”, “envolvido”, “terrorista” ou mesmo “suspeito” – termos que parecem descrever algo que em verdade encobrem, que

simulam dizer enquanto impedem que se diga. Que falam de corpos negros, de territórios de favela, de uma ordem de controle de riqueza e do poder atravessada pelas punições corporais. Um mundo em que a disciplina do trabalho nunca esteve desembaraçada nem do suplício – as surras públicas, as humilhações – nem do controle doméstico e discricionário (ibid., p. 21).

Esse processo de marcação de um outro racializado, de produção de “vidas matáveis”, passa também pelo encobrimento de diversas dimensões dessas existências. Suprime-se discursivamente tudo aquilo que as tornam “dignas de luto” quando perdidas – para usar os termos de Judith Butler (2015).

Nesta tese, se busco por um lado entender o processo de apagamento da humanidade por meio de dispositivos de poder como o encarceramento em massa e a violência policial, busco por outro lado analisar e potencializar as estratégias de resistência a essas engrenagens dilaceradoras. Tais táticas de luta passam muitas vezes pela afirmação de identidades (trans)sexuais, pelos usos de corpos e prazeres ou por performances de gênero provocativas. São narrativas subversivas que permitem reafirmar a própria humanidade nesses muitos “cemitérios dos vivos”⁴⁷ que se proliferam com um ímpeto assustador.

Voltando a Primo Levi, uma das perguntas que conduz essa tese é justamente: “é isto um homem?”. No contexto específico das prisões *masculinas*, tendo como problema de partida a questão dos *presos LGBT*, esta pergunta assume dois significados articulados. O primeiro deles é mais próximo da interrogação inicial de Primo Levi: tomando “homem” no sentido de humano, sem marcação de gênero. “São estes humanos?”. Qual o sentido da humanidade na era do encarceramento em massa? Essa pergunta atravessa as diversas cosmologias presentes na prisão: a das forças da lei e da ordem, a dos direitos humanos, a das teologias cristãs e também a dos valores do *mundo do crime*.⁴⁸

Desenvolvo também as dimensões de gênero implícitas nessa formulação, problematizando a suposta universalidade do termo “homem”. Passo então à segunda interrogação de Levi no trecho que abre essa seção (e que não está, entretanto, no título do livro). “Pensem bem se é isto uma mulher, sem cabelos e sem nome”. O autor parece

⁴⁷ Referência ao romance autobiográfico escrito por Lima Barreto durante a sua estadia num manicômico (Hospital Nacional de Alienados) entre 1919 e 1920. Sobre a biografia de Lima Barreto, ver Lília Schwarcz (2017).

⁴⁸ *Mundo do Crime* é uma categoria êmica que descreve o universo social da criminalidade, muito presente nas prisões e nas periferias das grandes cidades. Foi analisada por autores como José Ricardo Ramalho (2008), Gabriel Feltran (2008) e Adalton Marques (2009). Voltaremos a ela no capítulo 1.

ter em mente *mulheres cisgênero*,⁴⁹ mas a experiência de *mulheres trans* e *travestis* pode ser pensada em termos semelhantes: em muitos relatos, a perda dos cabelos e do nome social na entrada na prisão se confunde com a perda da identidade e também da própria humanidade.

Se não nos referimos ao *homem*⁵⁰ como espécie, mas ao gênero masculino, como pensar na situação específica dos presos que não são vistos como *homens* pela maior parte da população carcerária – e que muitas vezes também não se identificam como *homens*? Que são tratados pelo sistema de direito penal como *homens*, mas não possuem os privilégios da masculinidade uma vez encarcerados? São estes *homens*? São estas *mulheres*? Que novos limites de humanidade se constituem nesse contexto?

Estou partindo do pressuposto de que gênero e sexualidade são categorias fundamentais para entender os sistemas jurídicos em geral e o sistema penitenciário em particular (ZAMBONI & LAGO, 2018). A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, que no final do século XVIII revolucionaria as bases do Direito Civil na França (tendo grande impacto em todo o continente europeu e também em suas colônias), tem uma explícita dimensão de gênero, assim como terá a reforma penal desenvolvida na sua esteira. Refletindo sobre o lugar da masculinidade (heterossexual e branca) na construção do ideal clássico de cidadania, a filósofa mexicana Sayak Valencia afirma:

O Estado Moderno como máquina de produção de ficções políticas vivas encarnadas na figura dos cidadãos, e no cidadão-corpo-varão, como bastião da Revolução Francesa e do expansionismo dos seus ideais através do conceito de povo – popularizado pelo movimento burguês europeu do século XVIII e entendido como o sujeito coletivo de uma nação – necessita ser revisado dado que é parte do léxico político das democracias contemporâneas, mas não dialoga com as necessidades situadas dos contextos geopolíticos nos que se instaura. [...] Não considera aqueles que por diferentes interseções se encontram em condições de pré-cidadania: mulheres, crianças, sexualmente diversxs, funcionalmente diversxs, grupos étnicos e raciais considerados como minoritários dentro da hegemonia nacional, ou, mais recentemente, em condições de ex-cidadania: jovens varões empobrecidos, migrantes, racializados (VALENCIA, 2016, pp. 31-32, tradução minha).

⁴⁹ Criada por transfeministas, a expressão *cisgênero* (*cis*) é o oposto complementar de *transgênero* (*trans*). Ela é utilizada para definir sujeitos que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento.

⁵⁰ A partir desse momento, marcarei sempre com itálico a palavra *homem* quando ela se referir a um ser humano percebido como masculino. Farei o mesmo com *mulher* e outras identidades de gênero, como *travesti* ou *mulher transexual*.

O ideal universalista da Revolução Francesa é, portanto, fundamentalmente excludente. Essa contradição é apontada por intelectuais desta época como Olympe de Gouges,⁵¹ autora da pioneira *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (publicada originalmente em 1791). A recepção da sua obra pelos líderes revolucionários não poderia ser pior: a ousada escritora foi condenada à morte e guilhotinada em 1793.⁵²

Em 1948, mais de um século e meio depois, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU) revela o padrão masculino e heterossexual implícito na formulação anterior, ao mesmo tempo em que anuncia o reconhecimento progressivo de uma nova multiplicidade. Ela substitui a expressão “homem e cidadão”, que efetivamente se restringia ao gênero masculino, pelo adjetivo “humanos” – *Human* no original em inglês, palavra neutra em termos de gênero.

Ao longo da segunda metade do século XX, as prisões se tornaram uma dimensão crítica, talvez a mais polêmica, dos direitos humanos. Em diversos contextos, como o brasileiro e o mexicano, as tentativas de normalização do sistema penitenciário – com a condenação de práticas como a tortura e as prisões políticas arbitrárias – foram marcos fundamentais no que se compreendeu historicamente como a construção de um regime democrático. Em um Estado de Direito, as condições de vida dentro do sistema penitenciário são, por definição, as condições mínimas que a lei considera dignas para um ser humano: mesmo indivíduos condenados por diversos crimes continuam tendo certos direitos inalienáveis. Quando discutimos os direitos da população carcerária, estamos definindo as dimensões invioláveis do humano - e com isso, em certa medida, o que se considera humano em determinados contextos.

Nesse mesmo período (e de forma mais acentuada a partir das décadas de 1980 e 1990), os chamados *direitos LGBT* tem se consolidado no quadro mais amplo dos direitos humanos. Orientação sexual e identidade de gênero passam a ser então categorias jurídicas fundamentais para definir que estados e nações possam ser considerados avançados em termos de direitos – gerando inclusive novas formas de

⁵¹ Pseudônimo da escritora francesa Marie Gouze (1748-1793).

⁵² Seu destino é ainda mais significativo se considerarmos que a guilhotina é, segundo Achile Mbembe (2011), a primeira tecnologia propriamente moderna de mecanização da morte. Ela foi considerada justa no processo revolucionário por equalizar os cidadãos diante da morte – dando o mesmo fim rápido e indolor a nobres e plebeus, homens e mulheres.

imperialismo e xenofobia (PUAR, 2007). A criminalização da homossexualidade, vigente na Inglaterra até meados dos anos 1970, passou a ser vista como uma prática brutal associada a “nações atrasadas” árabes ou africanas, ao mesmo tempo em que a criminalização da homofobia tem sido reivindicada como uma prática jurídica progressista. Se há algumas décadas determinadas práticas (homos)sexuais eram amplamente criminalizadas, nos últimos anos temos discutido se privar alguém do direito de expressar sua identidade sexual deve ser considerado um crime. Enquanto em meados do século XIX (quando as instituições prisionais emergem em sua forma moderna) ser reconhecido como *homem* era o pressuposto para ter direitos civis, hoje se debate se alguém é um sujeito de direitos completo se não puder negar a masculinidade outorgada pelo Estado (como as *mulheres trans*).

A primeira hipótese desta pesquisa é, portanto, que a emergência de direitos específicos para *presos LGBT* expressa a transformação dos parâmetros mínimos de dignidade humana, incorporando novas dimensões de gênero e sexualidade. Se a criação das primeiras prisões femininas (processo que analiso no capítulo 1) significou o reconhecimento do sexo biológico como parâmetro fundamental para a execução penal, estamos agora debatendo a inclusão de aspectos de identidade de gênero e orientação sexual. Privar um indivíduo desses aspectos de sua identidade seria mais uma forma de destituir sua humanidade?

Esse debate ganha forma em diversos contextos e linguagens. O mais evidente deles é no âmbito das políticas de Estado: leis, normativas jurídicas e políticas públicas. De maneiras distintas, o debate ganha corpo nas cosmologias dos movimentos sociais, com suas demandas, ideais de Justiça e projetos de transformação da realidade. E como vimos no preâmbulo, ele está presente também nas artes, em especial na literatura e no cinema. Manifesta-se então na profusão de personagens subumanas e sobre-humanas em prisões reais ou imaginárias. Panteras e princesas, santas e sapos: mulheres-aranha que lutam pelo reconhecimento de sua humanidade, pela redenção ou pela transcendência de cenários apocalípticos. Ao longo da tese, percorreremos esses diversos níveis, mimetizando as estratégias de subversão de hierarquias mobilizadas pelas minhas interlocutoras.

Black and Pink

O primeiro contato que tive com a questão dos *presos LGBT* no universo acadêmico foi em 2014 na Universidade de Princeton (Nova Jersey - Estados Unidos), onde realizei o período sanduíche do mestrado. Estive por 3 meses como *Visiting Student Research Colaborator* (Estudante Visitante e Colaborador de Pesquisa) no programa de *Global Health* (Saúde Global) do Instituto Woodrow Wilson, sob a supervisão do professor João Biehl. Trabalhava então com as experiências de “homens homossexuais que vivem com HIV há mais de 20 anos” (ZAMBONI, 2014).

Pouco antes de sair do Brasil, tinha entrado em contato com trabalhos sobre *mulheres* na prisão no contexto do Grupo de Estudos do Numas.⁵³ Em janeiro daquele ano, lemos e discutimos coletivamente uma versão preliminar da dissertação de mestrado da minha colega e amiga Natália Lago. Foi por meio do seu trabalho que tive o primeiro contato com a bibliografia brasileira contemporânea sobre o tema e o diálogo constante com ela foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Desenvolvemos também reflexões em conjunto (ZAMBONI & LAGO, 2018), cujos *insights* estão presentes em diversos momentos da tese.

Ainda no ensino médio, havia sido profundamente impactado pela leitura do *best seller* do médico Dráuzio Varella, *Estação Carandiru* (2004 [1999]), no qual a presença de *travestis* é marcante. A memória do livro, bem como das posteriores representações cinematográficas e televisivas de alguns de seus principais personagens, sempre me acompanhou. A convite de João Biehl, Varella apresentou uma conferência na Universidade de Princeton durante a minha estadia. Depois do evento, tive a oportunidade de demonstrar minha admiração e trocar algumas palavras com o médico-escritor em um jantar oferecido por Biehl em sua residência. Esse encontro singular reavivou meu interesse pela questão penitenciária, mas não conhecia ainda pesquisadores ou ativistas engajados sistematicamente com a questão da *população LGBT privada de liberdade*.

O contato direto com esse debate ocorreria durante o “Ivy Q” – encontro universitário de estudantes *queer*⁵⁴ da *Ivy League*.⁵⁵ Dentre as oficinas oferecidas nesta

⁵³ Grupo de estudos criado em 2013 com o intuito de discutir os trabalhos dos colegas do núcleo.

⁵⁴ *Queer* é um estilo de posicionamento intelectual e político pós-indentitário que tem sua origem nos Estados Unidos da década de 1990. Ver Richard Miskolci (2009).

⁵⁵ Trata-se de conjunto de universidades particulares tradicionais (e elitistas) da Costa Leste estadunidense da qual fazem parte, entre outras, Princeton, Harvard, Yale e Columbia. O nome significa

ocasião, estava uma sobre o chamado “Complexo Industrial Prisional” (*Prison Industrial Complex*, ou apenas PIC).⁵⁶ Os responsáveis eram um grupo de ativistas chamado *Black and Pink* (preto e rosa)⁵⁷ – que se afirmava como “abolicionista penal” (*prison abolition*) e *queer* (imagem 4). Em sua página na internet, o grupo se apresenta da seguinte maneira:

Black & Pink é uma família aberta de presos LGBTQ e aliados do "mundo livre" que se apoiam mutuamente. Nosso trabalho para a abolição do complexo industrial prisional está enraizado na experiência de pessoas atualmente ou anteriormente encarceradas. Ficamos indignados com a violência específica do complexo industrial penitenciário contra as pessoas LGBTQ e respondemos por meio de advocacy [pressão política], educação, ação direta e organização (tradução minha).

Durante a oficina, o grupo apresentou sua interpretação do conceito de PIC e quais são as opressões de gênero e sexualidade específicas desse contexto. Como o texto acima sugere, a busca de saídas para essa crise humanitária passa necessariamente por uma interlocução constante com *pessoas LGBTQ* (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e *Queer*) encarceradas. Devido à séria restrição a visitas a unidades prisionais por organizações da sociedade civil (um problema que conhecemos bem no Brasil), esse diálogo se estabelecia majoritariamente por meio de cartas. Os estudantes *queer* da *Ivy League* eram então convidados a adotar um *pen pal* (amigo por correspondência) preso – e o *Black and Pink* se oferecia para mediar esse contato. A organização política, fortalecida por essa rede epistolar de compartilhamento de experiências, tem como objetivo a longo prazo a abolição completa do sistema penitenciário.

Aos poucos, fui descobrindo que o abolicionismo penal de orientação *queer* já havia acumulado debates teóricos e políticos relativamente amplos em países de língua

literalmente “liga da hera”, em referência a um tipo de trepadeira que adorna os edifícios mais antigos de seus elegantes *campi*.

⁵⁶ Fui a essa oficina a convite de Yonadav Benjamin, que era na época estudante de artes plásticas em Yale. Ele, que se tornou um grande amigo durante minha estadia nos Estados Unidos, havia conhecido um dos integrantes do *black and pink* em outro encontro universitário e me garantiu que tal atividade seria interessante.

⁵⁷ A cor preta é historicamente reivindicada pelos movimentos anarquistas (em oposição ao vermelho de comunistas e socialistas) e também mais recentemente por movimentos de orientação abolicionista penal em diversos contextos (como, por exemplo, a “cruz negra” – editora clandestina de obras anarquistas). Alguns dos primeiros abolicionistas penais, como Piotr Kropotkin (ver epígrafe da tese), eram anarquistas e, portanto, a associação política e simbólica entre esses movimentos é forte. O rosa, por sua vez, tem sido reivindicado há pelo menos quatro décadas por movimentos homossexuais, LGBT e *queer*. Uma das inspirações para tal (além da associação com a feminilidade) é o “triângulo rosa” – símbolo utilizado para marcar homossexuais nos campos de concentração nazistas.

inglesa – especialmente nos Estados Unidos, no Canadá e no Reino Unido. A coletânea *Captive Genders: trans embodiment and the Prison Industrial Complex*⁵⁸ (STANLEY; SMITH, 2011) é um dos frutos mais ricos dessa movimentação (imagem 5). Combinando artigos teóricos, relatos de experiência e manuais para ação política, o livro reivindica uma agenda que articule o questionamento das normatividades de gênero e sexualidade com a luta contra o Estado policial e o encarceramento em massa. Centrados na experiência de *peessoas trans*, esses textos questionam a inflexão conservadora da corrente hegemônica do movimento LGBT, cuja orientação é cada vez mais punitivista. Na introdução do volume, dizem os editores:

A [coletânea] *Captive Genders* [Gêneros Cativos] trabalha para desfazer essa narrativa de progresso, assimilação e cooperação policial, construindo uma análise que destaca os antagonismos históricos e contemporâneos entre pessoas trans / *queer* e o estado policial. Esta coletânea argumenta que o abolicionismo penal deve ser um dos núcleos das lutas de libertação trans e *queer*. Começando com o abolicionismo [penal], trazemos perguntas que muitas vezes desaparecem tanto dos movimentos gays *mainstream* [hegemônicos] quanto dos anti-punitivistas. Entre esses muitos silêncios, estão os argumentos radicais trans / *queer* contra a proliferação dos aprisionamentos por crimes de ódio. (...) [Essas condenações] ignoram as raízes do dano, não contribuem para a prevenção e reproduzem a força do PIC, que produz mais, não menos danos (STANLEY; SMITH, 2011, p. 3, tradução minha).

Um dos pontos fundamentais é, portanto, questionar a criminalização dos crimes de ódio (homofobia, transfobia) como uma estratégia política eficaz para combater a discriminação. O marco inicial do movimento de liberação homossexual, a Batalha de Stonewall (1969), é então resgatada como o símbolo de que esse movimento nasceu de uma “recusa radical do estado policial” (idem). No primeiro artigo da coletânea, intitulado *Construindo um Abolicionismo penal Trans e Queer*, os autores ironizam essa inflexão conservadora:

Poderiam esses ativistas inovadores e muitas vezes anônimos ter imaginado que apenas quarenta anos depois a agenda “oficial” de direitos gays seria em grande parte pró-polícia, pró-prisões e pró-guerra - exatamente as forças contra as quais eles tanto trabalharam para resistir? (ibid., p. 16, tradução minha).

⁵⁸ *Gêneros Cativos: corporalidades trans e o Complexo Industrial Prisional* (tradução livre).

Imagem 4: *Black and Pink* (logo do coletivo, a capa de um dos relatórios que ele produziu e arte *aboliconista queer* publicada na sua página na internet).

Imagens 5 e 6: Capa da coletânea *Captive Genders* e Angela Davis em uma visita recente ao Brasil, quando apoiou a campanha “Liberdade para Rafael Braga”.

As reflexões desenvolvidas sobre abolicionismo penal no campo do ativismo e dos estudos *queer* tem uma forte marca dos trabalhos de Angela Davis (imagem 6).⁵⁹ Esta filósofa e ativista foi uma das principais responsáveis pela construção de pontes teóricas e políticas entre as causas do antirracismo, do feminismo e do abolicionismo penal. Nos anos 1970, perseguida por suas ideias políticas radicais, ela mesmo foi uma das mais célebres prisioneiras políticas do século XX.⁶⁰ Em 2003, mobilizando sua própria experiência no cárcere, escreveu um dos mais influentes manifestos sobre o abolicionismo penal: *Are Prisons Obsolete? (Seriam as prisões obsoletas?)*. Neste livro, dedica um capítulo inteiro às questões de gênero no sistema penitenciário:

Não estou sugerindo que simplesmente trazer mulheres para o debate existente sobre cadeias e prisões vai aprofundar nossa análise sobre a punição estatal e contribuir para o projeto de abolição das prisões. Discutir os problemas específicos das prisões femininas é de vital importância, mas é igualmente importante mudar a maneira como pensamos sobre o sistema penitenciário como um todo. Certamente as prisões femininas têm gênero, mas têm gênero também as práticas prisionais masculinas. Pressupor que as instituições masculinas constituem a norma e as instituições femininas são marginais é, em certo sentido, participar da própria naturalização da prisão que a perspectiva abolicionista procura contestar. Por isso, o título desse capítulo não é *Mulheres e o Sistema Penitenciário* e sim *Como Gênero Estrutura o Sistema Penitenciário*. Assim, intelectuais e ativistas engajados no projeto feminista não devem considerar a estrutura de punição estatal como algo secundário. A pesquisa e a organização política progressistas deveriam reconhecer que o caráter profundamente generificado da punição ao mesmo tempo reflete e aprofunda a estrutura generificada da sociedade mais ampla (DAVIS, 2003, pp. 60-61, ênfase da autora, tradução minha).

É justamente a partir dessa ideia de que o sistema penitenciário é estruturado por gênero que os ativistas e teóricos *queer* vão questionar o sistema penitenciário como um todo a partir da experiência de sujeitos que destoam do padrão heterossexual. No contexto estadunidense, a categoria de diferença mais fundamental para entender o poder de segregação e controle social da prisão é, historicamente, a raça. As prisões deste país são ainda mais racialmente seletivas do que as brasileiras, e as divisões raciais têm um lugar na produção do cotidiano do cárcere completamente sem paralelos

⁵⁹ Importante notar que Angela Davis é a autora da *advance praise* [recomendação de leitura] publicada na primeira página de *Captive Genders*. Ao final da introdução do livro, há também agradecimentos pela sua *critical attention* [atenção crítica] à produção daquele texto. Ou seja: sua autoridade intelectual e política é diversas vezes mobilizada para legitimar o projeto.

⁶⁰ A campanha por sua libertação mobilizou pessoas do mundo inteiro, tendo sido retratada no recente documentário *Libertem Angela Davis (Free Angela and All Political Prisoners)*, (2012).

na América Latina⁶¹. A escritora e ativista Michelle Alexander chega a definir o atual sistema de justiça criminal estadunidense como “o novo Jim Crow”, em referência às leis de segregação racial que operaram no país entre 1876 e 1965 (ALEXANDER, 2018). As questões de gênero e sexualidade são, portanto, pensadas sempre em relação à raça - seja em termos de uma analogia, seja em termos de articulação.

Para além dessa reflexão política e teórica mais radical, ainda restrita a ambientes acadêmicos e aos movimentos sociais de esquerda, é possível observar nos Estados Unidos uma crescente visibilidade da questão dos *presos LGBTQ* na imprensa e na grande mídia. Uma das causas desse fenômeno foi a ampla mobilização em torno do caso da *transsexual negra* CeCe McDonald, presa por matar seu agressor – um *homem branco* de tendências neonazistas e com um longo histórico de crimes de ódio (tanto racistas quanto homofóbicos e transfóbicos). CeCe passou 19 meses em uma prisão *masculina* até conseguir provar que agira em legítima defesa, o que só foi possível devido à repercussão do caso e ao engajamento de ativistas, jornalistas e artistas.⁶²

Um apoio decisivo nesta campanha foi o da atriz e ativista trans Laverne Cox (imagem 7), uma das estrelas da série de televisão *Orange is the New Black*.⁶³ A série, que foi ao ar de 2013 a 2019, se passa em uma prisão *feminina* e grande parte das personagens são *mulheres* negras ou latinas que vivem naquele contexto desejos e afetos não heterossexuais. Laverne Cox interpreta a única *mulher trans* presa na unidade. A presença dessa personagem tinha, inclusive, um forte caráter político: apesar da lei americana prever a possibilidade de *mulheres transsexuais* serem transferidas para prisões femininas, nenhuma delas havia conseguido isso antes do lançamento da série. O grande sucesso comercial de *Orange is the New Black*, que teve 7 temporadas, contribuiu, portanto, para colocar essas questões na esfera pública.⁶⁴

⁶¹ Isso não significa dizer que a categoria de raça não seja fundamental para entender as prisões latino-americanas, muito pelo contrário. A população prisional como um todo costuma ser racializada (vista em geral como mais negra ou mais indígena), mas as linhas raciais são pouco visíveis na organização interna do espaço prisional. Em nenhum outro país do continente a experiência prisional é racialmente segregada como nos Estados Unidos: ali, via de regra, os presos são divididos segundo critérios raciais (*brancos, negros e latinos*) e convivem quase exclusivamente com seus semelhantes. Na América Latina, outros critérios (como os tipos de crimes cometidos e o pertencimento a *comandos* ou *carteles*) são mais decisivos para as dinâmicas de produção do cotidiano dentro do cárcere.

⁶² Ver matéria na revista Rolling Stone (2014): *O calvário dos transgêneros: conheça a história de CeCe McDonald, que virou uma heroína na luta contra o preconceito*.

⁶³ “Laranjã é o novo Preto”, uma referência à cor do uniforme das prisões femininas nos EUA.

⁶⁴ Parte do elenco desfilou na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo em 2014, em uma campanha publicitária do site Netflix, que patrocinou um dos carros do ato.

Imagem 7: A atriz *trans* Laverne Cox na série *Orange is the new Black*.

Timothy Wilcots, known as Latrice Royale, Instagram post. *Instagram*

Imagem 8: Postagem da *drag queen* Latrice Royale sobre seu passado na prisão.

Outra artista que tem levado questões relativas a *presos LGBTQ* nos Estados Unidos para a grande mídia é a *drag queen* Latrice Royale – participante do reality show *Ru Paul's Drag Race* (imagem 8). Em um dos episódios do programa, Latrice falou sobre sua passagem pela prisão e sobre as dificuldades que tinha passado para contornar o estigma depois de recuperar a liberdade. Alguns meses depois da transmissão do programa, em 2015, ela estrela e apresenta o documentário *Gays in Prison*, no qual fala em mais detalhes sobre sua experiência e entrevista outros *homens gays* que passaram pelo cárcere.

Vejam agora como esse campo tem se configurado no contexto brasileiro e como comecei a penetrar os meandros deste debate.

Presos LGBT no Brasil

Quando voltei ao Brasil em maio de 2014, o debate em torno da questão dos *presos LGBT* estava cada vez mais na ordem do dia. No dia 22 de abril, a então presidenta Dilma Rousseff tinha publicado nas redes sociais uma nota em defesa da “humanização do tratamento a presos LBTT” (imagem 9). Divulgava, assim, uma portaria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) que prevê, entre outras medidas, o “uso do nome social por travestis e transexuais presas”, o “direito à visita íntima para casais homoafetivos” e a “criação de Unidades Prisionais Específicas para esta população”. A nota foi amplamente divulgada, tendo sido compartilhada por mais de cinco mil pessoas e recebido milhares de comentários e *curtidas*. As reações foram as mais diversas: do entusiasmo de movimentos sociais de esquerda à violenta indignação de setores mais conservadores.

Na conjuntura política de 2014, esta medida foi uma das poucas concessões de Dilma às suas bases de apoio mais progressistas no campo dos direitos humanos. A indicação do Pastor Marco Feliciano para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara (CDHM) em 2013 tinha causado grande indignação entre esses atores e a presidenta precisava do apoio de amplos setores da esquerda para sua campanha de reeleição. De maneira mais ou menos eficaz, a questão dos *presos LGBT* entrou no plano das disputas de poder no Governo Federal.

Pouco antes, no dia 15 de abril, havia sido divulgado o documento que é, até hoje, a principal referência acerca dos direitos de *pessoas LGBT privadas de liberdade*: a primeira Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Combate à Discriminação

Imagem 9: Foto divulgada junto à nota da então Presidenta Dilma Rousseff em 2014

Imagem 10: Material de divulgação dos curtas “Mini Pavilhão E” e “A Ala”

(CNCD) com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). O texto busca “estabelecer os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil” (Art. 1º). Ao menos no nível jurídico e institucional, os efeitos da resolução foram amplos. Sob pressão dos movimentos sociais LGBT e de defesa dos direitos humanos, grande parte das secretarias estaduais de justiça ou de administração penitenciária (responsáveis pela maior parte das unidades prisionais do país) divulgaram resoluções replicando ou endossando os parâmetros estabelecidos pela 1ª Resolução Conjunta CNCD/ CNPCCP. Como veremos, no entanto, os efeitos concretos dessas medidas para os presos são muito mais incertos.

Este movimento teve uma dinâmica própria no estado de São Paulo. Em janeiro daquele ano, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) havia publicado a chamada Resolução SAP-11, que dispõe sobre a “atenção a travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário” (e, não à toda a população LGBT). Com uma secretaria independente para a administração penitenciária e a maior população carcerária do país (mais de 200 mil pessoas), este estado já tinha um histórico de medidas nessa direção: realizou em 2010 o Seminário Direitos Humanos e Diversidade Sexual (para servidores penitenciários) e promoveu, em 2011, a Reunião Técnica sobre a População LGBT Privada de Liberdade. A Coordenadoria de Reintegração Social da SAP conta também com um Centro de Políticas Específicas (CPE) em cuja composição há sempre um representante do movimento LGBT. No capítulo 3, analiso detidamente as principais políticas específicas para *presos LGBT* implementadas nas unidades *masculinas* deste estado entre 2013 e 2018.

A publicação da 1ª Resolução Conjunta CNCD/CNPCCP ao mesmo tempo reflete e alimenta o debate sobre *alas especiais* presente em diversas regiões do país. Naquele momento, estavam sendo inauguradas as primeiras alas ou celas exclusivas para a *população LGBT em unidades prisionais*. Os estados pioneiros nesse sentido foram Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Essas iniciativas eram fruto de uma articulação tensa entre movimentos LGBT e Estado, passando, em alguns casos, pelas universidades, por organizações de defesa dos direitos humanos e por ONGs/Aids.

A repercussão midiática da criação dessas alas foi grande, motivando a produção de uma série de reportagens, documentários e programas de televisão. Em novembro de 2014, o curta-metragem documental *A ala*, que mostra um pouco do cotidiano de um espaço desse tipo em uma prisão em Minas Gerais, ganhou uma

Menção Honrosa e o prêmio do Juri Popular na 22ª edição do Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade, em São Paulo. No ano seguinte, o curta documental *Mini Pavilhão E*, sobre outra *ala especial* na região metropolitana de Recife (PE), foi também recebido com entusiasmo (imagem 10).

Uma produção acadêmica sobre esses espaços também começou a se acumular. Dois trabalhos pioneiros foram realizados em Porto Alegre (RS) por Gustavo Passos (2014) e Guilherme Gomes Ferreira (2015), ambos pesquisadores e ativistas ligados a movimentos LGBT. Mais recentemente, Vanessa Sander (2016; 2019) e Natália Macedo Sanzovo (2020) realizaram pesquisas na ala especial de Vespasiano (MG).

O que parece estar em jogo nessas situações é a emergência de um novo sujeito de direitos: os *presos LGBT*. Na lógica do Estado e das políticas públicas, estamos falando da construção de uma *população LGBT privada de liberdade*. Essa população teria características próprias (uma demografia), demandas específicas (de acesso à saúde, por exemplo) e direitos específicos. Entender tal processo em toda a sua complexidade é um dos objetivos desta tese.

Trata-se de uma movimentação relativamente recente: as primeiras iniciativas de mapeamento e de planejamento de políticas públicas específicas para a *população LGBT privada de liberdade* não tem mais do que 10 anos.⁶⁵ A forte guinada à direita que tem marcado a conjuntura política nacional, levando ao *impeachment* de Dilma Roussef em 2016 e à eleição de Jair Bolsonaro em 2018, congelaram a (breve) trajetória de avanços institucionais em benefício desta população. A mobilização política em torno do tema e sua visibilidade na esfera pública, no entanto, continuam se ampliando progressivamente.

O interesse crescente provocado pela questão dos *presos LGBT* está relacionado com seu potencial de desestabilizar uma série de certezas políticas e morais consolidadas no campo da justiça criminal. Uma delas é a própria divisão sexual dos centros penitenciários. Qual o sentido de classificar determinadas unidades como *masculinas* ou *femininas* quando grande parte dos internos não se identifica com o gênero assignado pelas instituições onde se encontram? Por isso mesmo falarei ao longo

⁶⁵ A emergência desse novo sujeito de direitos se articula, no entanto, a processos mais amplos de transformação social e política no cenário brasileiro. Estamos falando de mudanças como a redemocratização do país, o combate à epidemia de HIV/Aids, a institucionalização dos movimentos LGBT, o crescimento das taxas de encarceramento, a hegemonia do PCC (Primeiro Comando da Capital) no sistema penitenciário paulista e a reconfiguração do próprio campo dos direitos humanos. Voltarei a esta dimensão histórica no capítulo 1.

da tese sempre em unidades *masculinas* ou *femininas* (em *itálico*) – considerando que estas são classificações êmicas normativas que não necessariamente refletem as diversas expressões gênero existentes em seu interior.

As dimensões de gênero do sistema penitenciário brasileiro têm sido analisadas, sobretudo, no universo das prisões *femininas* (e quase sempre por mulheres pesquisadoras). Enquanto isso, as pesquisas realizadas em prisões *masculinas* não são, de forma geral, marcadas em termos de gênero (ZAMBONI & LAGO, 2018). Tendo em vista este debate, pretendo investigar o universo das unidades *masculinas* do sistema penitenciário incorporando a perspectiva crítica desenvolvidas nas pesquisas sobre unidades *femininas*. Uma etnografia dos *presos LGBT* nos leva, desta maneira, a problematizar a invisibilidade das questões de gênero que caracteriza a maior parte da produção acadêmica sobre unidades *masculinas*.

Outro dilema moral e político colocado pelos *presos LGBT* é o do exercício da sexualidade no cárcere. Estamos falando de uma população percebida como especialmente vulnerável em um contexto caracterizado como de privação de liberdade. Como gerir as relações sexuais entre presos em um momento em que o dispositivo da sexualidade opera na linguagem dos direitos humanos e por meio de “regulações morais congruentes” (CARRARA, 2015)? Como considerar legítimas (e reivindicar como direitos) as práticas sexuais de sujeitos que foram juridicamente privados do poder de consentir?

Maria Filomena Gregori (2016) reflete também sobre os efeitos ambivalentes das novas formas de regulação da sexualidade promovidas por movimentos feministas e LGBT. Estes criaram novas demandas por “liberação da expressão e da escolha”, mas também “novas ansiedades” e “pânicos sexuais” (ibid., p. 184). Parte do que motiva o projeto de segregação espacial dos *presos LGBT* em *alas especiais* é a compreensão de que o contato sexual no cárcere não pode se concretizar senão por meio da violência - ou em relações de poder tão assimétricas que o tornam automaticamente análogo a uma violação. Como veremos nos próximos capítulos, essa “ansiedade moral” pode resultar na limitação das possibilidades de agência de determinados sujeitos – seja no plano econômico (inibindo certas trocas sexuais) ou nos usos de corpos e prazeres (percebidos como “perigosos”).

A segunda hipótese central dessa pesquisa é então que a emergência do problema dos *presos LGBT* constitui o resultado de um complexo imbricamento de demandas por justiça social no âmbito dos direitos humanos. Trata-se de uma espécie

de encruzilhada entre os direitos da população carcerária e os direitos da comunidade LGBT. O entrelaçamento entre direitos civis básicos, por um lado, e direitos sexuais e/ou de reconhecimento identitário, por outro lado. Esses dois feixes de direitos, embora idealmente possam ser articulados dentro do quadro mais amplo dos direitos humanos, possuem características e históricos sensivelmente contrastantes, além de entrarem frequentemente em conflito. Natália Padovani (2011) argumenta, por exemplo, que a prevenção de práticas homossexuais no interior das penitenciárias foi um dos principais argumentos em favor da implementação do direito à visita íntima. Estamos falando, em outras palavras, de um caso particular da dinâmica que Adriana Vianna (2013) se refere como “o fazer e o desfazer dos direitos”.

As primeiras tentativas de implementar políticas públicas específicas para *presos LGBT* (como o registro pelo *nome social* e a transferência para *alas especiais*) têm sido marcadas por contradições, tensões e incompreensão mútua. Uma das mais evidentes causas dessa dificuldade é o flagrante descompasso entre as categorias de identidade utilizadas pelo Estado (em diálogo com os movimentos LGBT) e as formas como esses sujeitos se identificam e se diferenciam uns dos outros em termos de gênero e sexualidade no universo do sistema penitenciário. Nesse sentido, será fundamental entender esse processo também a partir da perspectiva dos sujeitos que são interpelados por essas políticas. Ou seja, é preciso desenvolver uma etnografia que leve em conta as dinâmicas próprias da prisão e as trajetórias de vida de presas e presos que destoam do padrão heterossexual.

Escrita etnográfica e tradução

Em termos metodológicos, como podemos dar conta de analisar as disputas em torno da emergência de um determinado sujeito de direitos? Partindo da perspectiva antropológica, realizei uma etnografia do universo de relações no qual essa problemática ganha forma. É importante frisar, neste sentido, que não estou me referindo à etnografia como uma técnica de pesquisa (como um sinônimo de observação participante), mas como um método: uma forma de tensionar determinadas compreensões consolidadas na literatura sobre este tema e de renovar esses entendimentos a partir de um trabalho de campo extenso e intensivo.

Assim como Natália Padovani (2018) em sua pesquisa de doutorado sobre as relações afetivas e amorosas que atravessam as unidades *femininas* dos sistemas

penitenciários paulista e catalão, proponho-me a realizar uma etnografia multissituada – conceito desenvolvido originalmente pelo antropólogo estadunidense George Marcus (1995). Mais do que tentar circunscrever o problema a um território determinado, permiti-me explorar os muitas vezes inesperados caminhos abertos pelo trabalho de campo. Nesta longa e acidentada caminhada, cruzei inúmeras fronteiras disciplinares, nacionais e morais.

A questão dos *presos LGBT* atravessa campos de gestão pública, de atuação política e de conhecimento muito diversos e com um histórico limitado de diálogo, marcado por tensões e conflitos. Em termos de gestão pública, estamos falando, por um lado, de execução penal e administração penitenciária e, por outro, das políticas específicas para a população LGBT. Quando se trata de atuação política, devemos ter em mente não apenas os movimentos LGBT e os movimentos em defesa dos direitos da população carcerária (muitos dos quais estão ligados a organizações religiosas), mas também as próprias formas de organização política dos presos, como os chamados *comandos* (aos quais o Estado e a mídia se referem como *facções do crime organizado*). Em relação a campos de estudos consolidados nas ciências sociais, torna-se necessário contemplar tanto a tradicional produção sobre controle social e encarceramento, quanto a mais recente proliferação de estudos sobre questões de gênero e sexualidade. Além disso, precisei fazer insólitas incursões em campos completamente novos para mim, como a teologia católica e a cultura popular mexicana.

Como deve ficar claro ao longo do texto, trabalhar com questões de gênero e sexualidade nesse contexto é especialmente desafiador. Por um lado, a bibliografia sobre prisões *masculinas* é mais ou menos impermeável aos debates políticos e acadêmicos em torno de gênero e sexualidade (ZAMBONI & LAGO, 2018). Por outro lado, o universo das prisões tem muitas especificidades com as quais os pesquisadores da área de gênero e sexualidade não estão familiarizados. É preciso praticar a todo tempo um processo de dupla tradução entre esses mundos, que alonga e complexifica o texto e faz proliferar as notas de rodapé. Além disso, as recorrentes referências a categorias êmicas (tanto do Estado quanto dos presos) são fundamentais para a caracterização desse contexto – e se farão visíveis pela marcação em *itálico* e/ou pela citação entre aspas (para trechos mais longos).

Nas páginas que se seguem, mostro como esta etnografia foi ganhando forma a partir da trajetória do trabalho de campo.

Defensoria Pública

O trabalho de campo etnográfico com a questão dos *presos LGBT* começou em agosto de 2014 por meio de uma aproximação com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP). Já vinha acompanhando a atuação do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito (NCDRP) em diversas questões da pauta LGBT e entrei em contato com a defensora Vanessa Alves Vieira, então coordenadora deste núcleo, para falar a respeito da pesquisa que queria realizar.

A disposição de Vieira para me auxiliar nos meus primeiros passos pelos labirintos do sistema de Justiça Criminal foi fundamental para viabilizar o trabalho de campo. Ela me deu acesso ao material que tinha a respeito e me colocou em contato com alguns atores-chave do campo. Realizamos, também, reuniões de articulação entre a Defensoria (tanto defensores como equipe técnica) e os pesquisadores do Numas (Núcleo de Estudos de Marcadores Sociais da Diferença da USP), buscando construir canais de diálogo entre a DPESP e a Universidade.

Naquela época, a Defensoria estava realizando visitas técnicas a unidades da Fundação CASA onde haviam sido registrados casos de homofobia. Pude participar de algumas dessas visitas, que foram o meu primeiro contato com contextos de privação de liberdade. Tínhamos, na época, o projeto de estender esse tipo de visita também para o sistema penitenciário e de engajar os pesquisadores do Numas-USP em oficinas com funcionários e internos dessas unidades, mobilizando nossa experiência com o projeto Numas na Escola⁶⁶. Mudanças na direção do núcleo, no entanto, interromperam nossos planos.

Um dos contatos mediados por Vieira foi com Henrique Finotti, sociólogo da equipe técnica do NESC – Núcleo Especializado em Situação Carcerária da DPESP. Em outubro de 2014, tive acesso ao levantamento realizado acerca da população de *travestis e transexuais* nas unidades *masculinas* do sistema penitenciário paulista que havia sido promovido por esse núcleo. Falarei mais detalhadamente sobre esse material no capítulo 3.

O trabalho de campo exploratório realizado junto à Defensoria serviu de base para a formulação do projeto de pesquisa. Em março de 2015 ingressei no PPGAS com

⁶⁶ Projeto de extensão do Numas que tem levado o debate sobre marcadores sociais da diferença para diversos públicos e contextos não acadêmicos. Ver Bernardo Fonseca Machado (2014), Thiago Sabatine e Marina Sanches (2018).

bolsa CAPES e em abril deste mesmo ano obtive o financiamento da FAPESP. O trabalho de campo, então, seguiu outros rumos - mas a interlocução com defensores públicos permanece.

Verônica Bolina

Em abril de 2015, um caso grave colocou em pauta a questão da violência perpetrada contra *peessoas LGBT* sob a custódia do Estado: as múltiplas agressões sofridas pela *travesti* Verônica Bolina na carceragem de uma delegacia. As fotografias de seu corpo marcado pela tortura invadiram as redes sociais, inflamaram a comoção pública e deram origem à campanha “Somos Todas Verônica” (imagem 11).

Não era um caso simples. Verônica não se encaixava bem na posição da vítima e muito menos na de mártir. Ela era acusada de tentativa de homicídio de uma idosa e, em suas declarações públicas, buscou minimizar a gravidade das agressões que sofreu. Mas a força brutal das imagens falava mais alto: era preciso se posicionar. Desde os primeiros dias, acompanhei o caso com atenção e me engajei na medida do possível. Copiei e arqueei todos os textos e imagens, matérias e postagens, charges e montagens, relatórios e notas públicas a que tive acesso. A controvérsia era densa.

Trata-se, até hoje, da mais ampla mobilização política em torno da violação de direitos humanos de *peessoas LGBT privadas de liberdade* no Brasil. Esta colocou, para esta tese, questões diferentes das que emergiam a partir do trabalho com a defensoria. O foco então passou das instituições e atores do Estado para a sociedade e os movimentos sociais; dos processos legais para sentimentos e manifestações. O que está em jogo é, sobretudo, a produção da comoção pública. Se quando se trata da violência contra *travestis* e pessoas encarceradas, a regra é a invisibilidade e a indiferença, o que faz com que algumas dessas vidas passem a ser dignas de preocupação? Quando, afinal, “Somos Todas Verônica”? Nesse sentido, é importante olhar não apenas para documentos oficiais, mas também para as imagens, enquadramentos e a produção discursiva em torno dos casos de violência policial e carcerária.

Apesar de ter ocorrido na carceragem de uma delegacia e não em uma prisão, o caso de Verônica teve efeitos significativos sobre a atenção dada pela SAP a *travestis* e *transsexuais* em todo o sistema penitenciário. Mesmo porque, para todos os efeitos jurídicos, a carceragem das delegacias tem o mesmo status da prisão provisória: ela estava sob tutela do Estado. No limite, são também os mesmos atores que perpetram a

**Imagem 11: Imagem mais icônica da mobilização “Somos todas Verônica”
(que utiliza charge do artista Vitor Teixeira, de 2015)**

violência em ambos os casos: Agentes de Segurança Penitenciária (ASPs, também chamados de *carcereiros*), outros presos e a Polícia Militar. Poucos dias depois, Verônica seria transferida como *presa provisória* para um dos CDPs onde realizei trabalho de campo na região metropolitana de São Paulo, aproximando ainda mais o seu caso dos demais *presos LGBT*.

No campo dos movimentos sociais, o caso motivou a formação de redes e a articulação entre movimentos LGBT e movimentos em defesa dos direitos humanos e da população carcerária. Um dos frutos dessa dinâmica foi a formação do Grupo de Trabalho Mulher e Diversidade da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo, sobre o qual falarei mais a diante.

O GDUCC

Minha primeira entrada no sistema penitenciário de fato foi em 2015 como participante do GDUCC (Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade). Trata-se de uma atividade desenvolvida pelo Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP que busca promover debates sobre o sistema penitenciário colocando em contato estudantes universitários e presos.⁶⁷ O grupo que se reunia semanalmente contava com aproximadamente 20 representantes de cada categoria e a coordenação de quatro pesquisadores mais experientes das áreas de Direito e Psicologia. Conforme relato anteriormente, os encontros eram realizados na sala de aula de um Centro de Detenção Provisória na Região Metropolitana de São Paulo.

Os estudantes provinham, em sua maioria, dos primeiros anos do curso de Direito da própria USP ou do Mackenzie. Eram, portanto, basicamente pessoas brancas de classe média com pouco ou nenhum engajamento mais profundo com questões relativas ao encarceramento em massa (ou mesmo com o Direito Penal) e pouco conhecimento acerca da realidade social de onde provinham a maior parte dos presos. O GDUCC oferecia, antes do início dos encontros, algumas aulas teóricas e dinâmicas de grupo através das quais se tinha um primeiro contato com as dimensões socioeconômicas do sistema penitenciário.

Os presos (e presas) que participavam dos encontros foram escolhidos pela administração do presídio através de critérios pouco transparentes. Eram, ao que tudo indica, pessoas consideradas pelos agentes de segurança penitenciária (ASPs) como

⁶⁷ Sobre o GDUCC, ver Gabriela Braga & Emília Bretan (2008).

mais confiáveis e/ou menos perigosas: ex-policiais, ex-militares, ex-seguranças e também *travestis*. Algumas eram nitidamente colaboradoras da administração – posição vista como abjeta pela maior parte dos presos (mesmo em uma unidade *de seguro*). Essas diversas categorias de párias do sistema penitenciário são pejorativamente chamadas de *coisas* na linguagem do Primeiro Comando da Capital (PCC). Analiso mais detidamente essas diferenciações no capítulo 2.

O diálogo entre os dois grupos não era natural nem livre de tensões. Por isso mesmo, eram propostas pelos coordenadores do GDUCC atividades de integração e temas para debate. Desde os primeiros encontros, tive um certo estranhamento com o formato dessas atividades, que me pareciam dinâmicas de grupo tiradas de um manual de recursos humanos para empresas. No primeiro encontro, por exemplo, precisávamos nos apresentar para os demais respondendo a três questões:

- 1) O que você mais gosta de fazer?
- 2) Qual o seu maior sonho?
- 3) Se você fosse uma fruta, animal ou instrumento musical, qual seria e por que?

A maior parte dos encontros era ocupada por conversas desse tipo, o que me dava a impressão persistente de que as questões fundamentais estavam sendo contornadas. Incomodava-me também o sentimento de satisfação pessoal com o qual a maior parte dos meus colegas saía dos encontros, enquanto eu saía de cada visita com um sentimento de revolta e impotência. Em verdade, a questão central da minha discordância com esse modelo de atividade estava no âmbito do abolicionismo penal. Informado pela chamada “terceira geração da criminologia clínica”,⁶⁸ o objetivo do GDUCC não é pensar para além da prisão, mas sim propor reformas para aprimorar o sistema penitenciário através da ampliação da participação da sociedade civil no sistema de justiça criminal.

De uma forma ou de outra, a participação nesses encontros permitiu diálogos extraordinários que renovaram o conjunto de questões que orientavam a pesquisa. Em um dos encontros, que foi excepcionalmente coordenado pelos presos, pudemos conversar abertamente sobre a dinâmica do cotidiano da prisão. Tive também oportunidade de dialogar longamente com as *travestis* que participavam do GDUCC –

⁶⁸ A Criminologia Clínica estuda os “fatores sociais e individuais que promoveram e facilitaram a criminalização por parte do sistema penal e a vulnerabilidade do encarcerado perante o sistema punitivo” (SÁ, 2011).

no começo e no fim dos encontros ou no intervalo entre atividades. Foi a partir dessas trocas que iniciei a escrita do que viria a ser o capítulo 2 desta tese. Quase todas as hipóteses que levantei nesse momento foram confirmadas quando comecei a frequentar os pavilhões como *agente* da Pastoral Carcerária.

Pastoral Carcerária

Em um país de injustiças, se a igreja não é perseguida é porque é conivente com a injustiça.

Santo Óscar Romero

Um acesso mais amplo e sistemático ao interior das prisões só foi possível a partir do momento em que me tornei *agente* da Pastoral Carcerária (PCr). Parceira frequente de pesquisadores e ativistas que atuam no universo das prisões,⁶⁹ trata-se de um braço da Igreja Católica responsável por atender às necessidades espirituais e humanitárias da população carcerária. Sua formação é um dos resultados do amplo processo de redefinição do que se compreende como *ação social* da Igreja na segunda metade do século XX. Consolida-se em finais dos anos 1980 na esteira de movimentos de maior escala, como a emergência da chamada Teologia da Libertação na América Latina e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Brasil. Trata de uma *pastoral social* politicamente combativa, que promove os direitos humanos dos presos e o desencarceramento.⁷⁰ Esta orientação fica clara na apresentação disponível em seu site:

Com agentes presentes em todos os Estados do país, a PCr acompanha e intervém na realidade do cárcere brasileiro de forma cotidiana. [...] A PCr, busca ser a presença de Cristo e de sua Igreja no mundo dos cárceres, caracterizado pela superlotação, condições insalubres e tortura sofrida pelas pessoas privadas de liberdade. Portanto, em seu trabalho de atendimento religioso às pessoas presas os/as agentes pastorais promovem um serviço de escuta e acolhimento [...] e atuam no enfrentamento às violações de direitos

⁶⁹ As antropólogas Natália Lago (2015) e Natália Padovani (2018), bem como o sociólogo Rafael Godoi (2018), realizaram grande parte do trabalho de campo de suas pesquisas através dessa parceria.

⁷⁰ Não tive condições de analisar com mais vagar nesta tese as questões relativas à estrutura de poder e ao funcionamento cotidiano da Pastoral Carcerária, bem como as tensões que atravessam sua relação com o Estado e com setores mais conservadores da Igreja Católica. No exame de qualificação, apresentei o esboço de um capítulo a respeito – mas a proposta foi recebida com ressalvas pela banca. Acabei privilegiando outros debates, especialmente depois de incluir uma dimensão comparativa internacional na pesquisa. Grande parte do que aprendi a respeito da história e da *ação social* da Igreja devo ao curso “Teologias do Cristianismo: a bíblia dos pobres e a teologia da libertação”, que realizei com a querida Profa. Jacqueline Morais Teixeira em 2017.

Uma reflexão mais densa a respeito desses temas pode ser encontrada na dissertação de mestrado de Caio Mader (2019), antropólogo que realizou trabalho de campo junto à Pastoral Carcerária no mesmo período (também sob a orientação de Laura Moutinho).

humanos e da dignidade humana que ocorrem dentro do cárcere, pois “todo processo evangelizador envolve a promoção humana” (Doc. Aparecida, p. 399). Assim, a evangelização concretiza-se de forma integral, seguindo as orientações da Igreja: “As profundas diferenças sociais, a extrema pobreza e a violação dos direitos humanos (...) são desafios lançados à evangelização” (Doc. Puebla, p. 90). Está claro que encarcerar mais pessoas, em sua maioria pobres e negras, não diminui a violência; ao contrário, o encarceramento serve para torturar as pessoas mais pobres e gerar ainda mais violência. É urgente e necessário que se pautem e defendam um programa de redução da população carcerária.⁷¹

Minha entrada neste contexto se deu em agosto de 2016, a partir de um convite dos membros do Grupo de Trabalho Mulher e Diversidade da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo (imagem 13). Estes ficaram sabendo sobre a minha pesquisa por indicação da defensora Vanessa Alves Vieira e entraram em contato para que pudéssemos pensar, juntos, em formas de colaboração entre nossos projetos. O grupo havia sido formado oficialmente poucas semanas antes, reunindo agentes da Pastoral que viam como urgente o desenvolvimento de um trabalho sistemático com “mulheres e pessoas LGBT presas”. No primeiro *boletim informativo* divulgado pelo GT naquele mesmo mês, encontramos a seguinte apresentação:

Grupo de Trabalho que reúne agentes da Pastoral Carcerária com o objetivo de construir um repertório sobre as questões de gênero e diversidade sexual no ambiente prisional. Trata-se de um espaço de formação e encontro que tem colaborado para a produção de dados sobre o tema e para a elaboração e manutenção de políticas públicas relacionadas com essas questões.

Depois de participar de uma reunião com o GT, tomei a decisão de me tornar membro do grupo e *agente* da Pastoral Carcerária – tanto por razões de pesquisa quanto por ativismo político, como uma forma de me engajar em favor da população que estudava. Três meses depois, tendo passado pela *formação de novos agentes* da Pastoral Carcerária, recebi minha carteirinha de *autorização para assistência religiosa* da SAP. Passei a ter, a partir de então, um acesso mais amplo a quatro Centros de Detenção Provisória (CDPs) na região metropolitana da cidade de São Paulo. Sempre acompanhado de outros agentes da Pastoral (em geral outros membros do GT Mulher e Diversidade), comecei a participar com frequência das visitas de *assistência religiosa*

⁷¹ Ver: <https://carceraria.org.br/a-pastoral-carceraria> Acesso em novembro de 2019. Os documentos de Aparecida e Puebla (resultados de conferências episcopais realizadas no Brasil e no México respectivamente em 2007 e 1989) citados neste trecho são duas das principais referências para as *ações sociais* progressistas da Igreja Católica na América Latina.

Imagem 12: Grupo de Trabalho Mulher e Diversidade da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo reunido em uma atividade realizada no Abrigo Florescer (Diálogo: Diversidade sexual e de gênero na prisão, 2016)

e *humanitária* nessas unidades, durante as quais podíamos conversar diretamente com os presos sem a supervisão de Agentes de Segurança Penitenciária (ASPs).⁷²

Para além do GT Mulher e Diversidade na arquidiocese de São Paulo, a questão dos *presos LGBT* recebia naquele momento um importante apoio político da direção nacional da Pastoral Carcerária, sediada também na cidade de São Paulo. Lideranças de grande prestígio, como o Padre Valdir Silveira (coordenador nacional de 2006-2010 e 2010-2014) e a Irmã Petra Pfaller (coordenadora nacional 2014-2018) demonstraram em diversas ocasiões estratégicas sua preocupação com a “situação da população LGBTI encarcerada”. Em 2019, o texto oficial da Pastoral sobre a “questão da mulher encarcerada” (divulgado em diversas publicações e disponível no *site* da organização)⁷³ incluía o seguinte parágrafo:

A situação da população LGBTI encarcerada é outra expressão do machismo estrutural. A invisibilidade dessas pessoas é tal que recorrentemente são negligenciadas nos levantamentos e dados governamentais sobre o sistema carcerário. As violências e opressões das quais são alvo provêm de todos os lados, sendo incomum o apoio e a solidariedade. A Pastoral Carcerária entende que a superação do encarceramento em massa caminha junto com a superação em relação ao machismo, ao patriarcalismo, à homofobia e à LGBTfobia. A luta antipunitivista é também uma luta contra as opressões de gênero.

A Pastoral Carcerária coloca, portanto, a questão da “população LGBTI encarcerada” na articulação entre a “luta antipunitivista” e a “luta contra as opressões de gênero”. Esta estratégia contrasta com a corrente dominante dos movimentos LGBT no Brasil (em especial no estado de São Paulo), que tem como uma das suas principais demandas a criminalização da homofobia – uma orientação marcadamente punitivista, portanto. Nos poucos casos em que se engajam na questão dos *presos LGBT*, esses movimentos dificilmente dialogam com as pautas do antipunitivismo ou do abolicionismo penal. Retomarei essas questões no capítulo 4.

⁷² Essa situação se transformou a partir de 2018, quando o acesso dos *agentes* ao interior dos pavilhões começou a ser progressivamente limitado. O pretexto para a aplicação das restrições foi a ocorrência de uma rebelião no interior do estado de São Paulo em março daquele ano. A justificativa oficial da SAP era o suposto risco à segurança dos *agentes*.

⁷³ Disponível em: <https://carceraria.org.br/mulher-encarcerada> Acesso em novembro de 2019.

Universidade Autônoma Metropolitana

Em setembro de 2018, parti para a Cidade do México, onde realizei o “período sanduíche” deste doutorado com financiamento da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) da FAPESP. Permaneci por 10 meses vinculado ao doutorado em Ciências Sociais da Universidade Autônoma Metropolitana – Campus Xochimilco (UAM-X) sob a supervisão do Professor Rodrigo Parrini Roses. Antropólogo de origem chilena, Parrini publicou *Panópticos e Labirintos* (PARRINI, 2007), livro pioneiro sobre gênero e sexualidade em uma prisão *varonil* [masculina] na Cidade do México, que se tornou uma referência fundamental para todos que estudam essas questões na América Latina.

A experiência de estágio de pesquisa na UAM-Xochimilco foi completamente diferente da minha experiência anterior de internacionalização. A prestigiosa Universidade de Princeton foi fundada em 1746 (a 4ª mais antiga dos EUA), dispõe de vastos recursos materiais e simbólicos (é a 4ª mais rica do mundo) e possui um número relativamente pequeno de alunos (pouco mais de 8 mil). O lema da universidade, *Dei sub numine viget* (do latim "Sob o poder de Deus prosperará"), reflete sua origem religiosa (Presbiteriana).⁷⁴ A instituição possui um imponente *campus* cuja absurda arquitetura (datada, em sua maior parte, do século XX) imita o estilo medieval das tradicionais universidades inglesas (como Cambridge e Oxford). Trata-se de uma espécie de bolha extremamente elitizada em uma pequena cidade cercada por bairros latinos e negros no empobrecido estado de Nova Jersey (ao sul de Nova Iorque).

A UAM, por sua vez, é a segunda maior universidade pública do México e uma das 10 maiores da América Latina, tendo mais de 45 mil alunos. O lema da Universidade é *Yn calli ixcahuicopa* (do nautle,⁷⁵ “Casa aberta ao tempo”), sendo inspirado na obra do filósofo mexicano Miguel León Portillha, grande estudioso do pensamento mesoamericano. A arquitetura dos *campi* é tipicamente modernista: imensos blocos de concreto dispersos entre amplos jardins arborizados. A atmosfera lembra muito a de outras grandes universidades públicas latino-americanas: multidões

⁷⁴ A Universidade se laicizou progressivamente ao longo dos séculos XIX e XX, mas a presença de um Seminário (o Seminário Teológico de Princeton, STP) no coração do Campus é uma evidência de sua origem presbiteriana.

⁷⁵ Língua indígena falada por grande parte dos povos que ocupam a região do vale do México desde antes da conquista até os dias de hoje, inclusive pelos mexicas (mais conhecidos como astecas). Grande parte dos documentos deixados a respeito da história e da cultura pré-colombianas estão neste idioma.

de jovens (relativamente mais brancos que a média da população), alto grau de politização (cartazes, atos, greves), sociabilidade intensa e infinitas bancas vendendo comida, livros e artesanato pelos corredores. A unidade de Xochimilco fica no extremo sul da cidade (mapa 1), a poucas centenas de metros dos famosos canais cuja origem remete à cidade pré-colombiana de mesmo nome⁷⁶ – e por onde circulam as *trajineiras*, reconhecidas como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1987.

Esta universidade foi criada em 1974 por meio de um decreto do então presidente Luis Echeveria,⁷⁷ do Partido Revolucionário Institucional (PRI), formação política que governou o país ininterruptamente de 1929 a 2000. A fundação da UAM foi uma das respostas ao movimento estudantil que emergiu com força na Cidade do México em 1968 e culminou no trágico Massacre de Tlatelolco⁷⁸ no dia 2 de outubro do mesmo ano⁷⁹. A repressão estava diretamente relacionada com a necessidade de pacificação para a realização das Olimpíadas em 1968 e para a Copa do Mundo de Futebol em 1970 (ambas realizadas na Cidade do México).

A dispersão dos *campi*, localizados em regiões remotas da capital e da região metropolitana, foi uma resposta ambivalente a essa conjuntura política. Por um lado, atendia à demanda de expansão e democratização do ensino superior público: era preciso atender a diferentes regiões daquela que, já naquela época, era uma descomunal metrópole. Por outro lado, a dispersão e o isolamento dos *campi* facilitaram o controle sobre a mobilização política dos estudantes, impedindo que eles ocupassem e paralisassem outra vez o centro comercial e político da cidade.

⁷⁶ Xochimilco significa, em língua nautle, “lugar das flores”. Antes da Conquista Espanhola, era uma das cidades que ficavam às margens do grande lago de Texcoco – assim como Coyoacan, Izatapalapa e Ecatepec. Em uma ilha no centro deste imenso lago ficava Tenochitlán, centro político e econômico do império Asteca (e atualmente Centro Histórico da Cidade do México). Ao longo de cinco séculos, mais de 95% da área deste lago foi coberta e urbanizada. A área de Xochimilco é a única que preserva os canais característicos do estilo de urbanização pré-colombiano. As *trajineiras* são embarcações típicas dessa região alugadas por hora para festas e comemorações de todos os tipos.

⁷⁷ Seu sexênio de governo (de 1970 a 1976) foi marcado pelo populismo midiático e por um estilo ostensivo de investimento estatal na economia. Echeveria criou centenas de empresas estatais e inaugurou numerosas obras em cerimônias extravagantes. Seria também particularmente autoritário na repressão aos opositores do regime. Em 1971 ocorreria a infame *Matanza del Jueves de Corpus Christi* [Massacre da quinta-feira de *Corpus Christi*], no qual foram executados cerca de 120 estudantes.

⁷⁸ Referência à praça de Tlatelolco, também conhecida como “Praça das Três Culturas” (as três culturas no caso são a pré-colombiana, a católica colonial e a mexicana moderna, entendida como uma síntese das duas anteriores). O número oficial de mortes é 44, mas estimam-se que se tenham sido executadas pela polícia entre 300 e 400 pessoas. Voltarei a esses lugares e eventos no capítulo 5.

⁷⁹ Coincidentemente, a mesma data do Massacre do Carandiru. No dia 2 de outubro de 2018, foi realizada uma marcha na Cidade do México em memória dos 50 anos da tragédia – ao mesmo tempo que em São Paulo se realizavam atos em memória das vítimas da violência policial.

Mapa 1:
Cidade do México
(Por Distritos)

Mapa 2:
● Cidade do México (DF)
○ Estado do México (Edomex)
● Ecatepec de Morelos

A história da UAM-X tem diversos paralelos e contrastes com a da FFLCH/USP, onde este doutorado foi realizado. A Universidade de São Paulo foi fundada em 1934⁸⁰ como uma espécie de reação à derrota militar das elites paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932.⁸¹ Seu lema, *Scientia Vincet* (em latim, “Vencerás pela Ciência”) parece remeter a uma superação da desvantagem política conjuntural por meio da formação de uma elite intelectual. Com mais de 93 mil alunos, a USP é hoje a maior universidade pública da América Latina – e tem sido, de fato, responsável pela formação de grande parte da elite política e econômica do Brasil.

A transferência da FFLCH (assim como a de outras faculdades que compõe esta universidade) da região central da cidade para o remoto Campus do Butantã, na zona oeste, está relacionada também com inflexões autoritárias na política nacional ao longo dos anos 1960. O regime militar ascendeu ao poder no Brasil em abril de 1964. No dia seguinte ao golpe (chamado de revolução por seus autores), a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro foi incendiada e destruída.

Assim como no México, os estudantes (especialmente os de Ciências Humanas) representavam uma significativa força de resistência ao projeto de poder autoritário dos militares. A FFLCH/USP, sediada na rua Maria Antônia (na região central da cidade de São Paulo), se tornou então um importante foco de organização política contrária ao regime – especialmente depois da destruição da sede da UNE. No dia 2 de outubro de 1968 (exatamente a mesma data do Massacre de Tlatelolco), estoura a chamada Batalha da Maria Antônia, que culminaria na transferência dessa faculdade para o Campus do Butantã.

O conflito foi iniciado pelo chamado Comando de Caça aos Comunistas (CCC), uma liga de estudantes conservadores ligados à Universidade Presbiteriana Mackenzie, instituição particular e tradicional reduto das elites desde a sua fundação, em 1870. Um dos Campi do Mackenzie se localiza também na rua Maria Antônia, justamente em frente ao antigo prédio da FFLCH. Neste dia, os membros do CCC atacam com bombas caseiras o edifício vizinho, considerado por eles um “antro de comunistas”. A polícia intervém no conflito protegendo o edifício do Mackenzie de qualquer tentativa de contraofensiva e permitindo, assim, a destruição quase completa de um edifício público.

⁸⁰ Algumas Faculdades são mais antigas, como a de Direito e a de Medicina. Como projeto de Universidade, no entanto, surge apenas em 1934. A FFLCH (então FFLC) foi fundada nesse ano.

⁸¹ Outra irônica coincidência cronológica é que 2 de outubro é também a data oficial da rendição das forças Paulistas. O dia 9 de julho, dia em que foi declarada a guerra, é feriado no estado de São Paulo – além de nomear algumas das principais avenidas de suas maiores cidades.

O conflito foi seguido pela ocupação dos arredores da rua Maria Antônia pelos estudantes da USP, o que durou até cerca do dia 9 de outubro, quando a Polícia conseguiu neutralizar o movimento e prender as principais lideranças.

A destruição da sede da FFLCH consumaria o antigo plano de retirar os “subversivos” estudantes de ciências humanas do centro da cidade, concentrando o ensino no Campus do Butantã. Poucas semanas depois do episódio na rua Maria Antônia, em dezembro de 1968, foi promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que restringia as liberdades de expressão e pensamento, ampliando os aparatos de perseguição política do regime militar. Em 1970, vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de futebol, realizada em uma Cidade do México já parcialmente pacificada da agitação política de 1968, seria o grande símbolo da vitória do projeto autoritário da chamada “linha dura” do Exército.

Parti para o México em um dia marcado por outro incêndio: o que destruiu a sede do Museu Nacional no Rio de Janeiro, ocorrido na noite do dia 2 de setembro de 2018. Estava na conexão do meu voo em Santiago do Chile quando recebi a notícia da tragédia, que afetava diretamente diversos colegas e indiretamente todo o país. Em outubro do mesmo ano, receberia também com apreensão a notícia da eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República.

Durante os 10 meses do *período sanduíche*, vivi na pacata Colônia Del Carmen, centro histórico do distrito de Coyocan, ao sul da Cidade do México.⁸² Esta região é conhecida por seus belos parques, pela imponente arquitetura colonial e também por ter servido de residência (e ponto de encontro) para artistas e intelectuais reconhecidos, como Diego Rivera, Frida Kahlo, Gabriel Garcia Marques, Leon Trótski, Octavio Paz e Salvador Novo. A inspiradora tranquilidade desse bairro,⁸³ bem como a distância da turbulência política brasileira, foi fundamental para a escrita desta tese.

A conjuntura política que encontrei no México era completamente diferente da enfrentada pelo Brasil nesse mesmo período. Em julho de 2018, Andrés Manuel Lopes Obrador (AMLO) foi eleito Presidente da República – a primeira significativa vitória eleitoral da esquerda no Governo Federal em muitas décadas. Sua coligação partidária,

⁸² O campus da UAM-Xochimilco está neste mesmo distrito. No entanto, devido à sua grande extensão e à precariedade dos meios de transporte público, eu muitas vezes demorava mais de uma hora para chegar da minha casa a esta universidade.

⁸³ Também neste bairro fica a famosa *Cineteca Nacional* do México, frequentada assiduamente por Manuel Puig enquanto escrevia *O Beijo da Mulher Aranha*. Vi inúmeros filmes durante a minha estadia, desde documentários latino-americanos contemporâneos até retrospectivas de clássicos do cinema mexicano, estadunidense e europeu.

liderada pelo MORENA (Movimento de Renovação Nacional), conseguiu também ampla maioria no Legislativo. Assumiu o governo em dezembro, sob uma atmosfera tensa que combinava uma inédita esperança e agitação popular com o mal dissimulado pânico da classe média, que falava em *AMLOcalipse* e temia que o país virasse uma *Venezuela do Norte*.

Essa situação política contrasta tanto com a tendência mais ampla da América Latina, onde diversos governos progressistas têm sido substituídos por formações conservadoras ou protofascistas, quanto com o passado recente do México – sobre o qual falarei mais detidamente no capítulo 5. Vejamos agora como se configura o campo dos direitos humanos neste país, enfatizando as disputas em torno do sistema penitenciário e da população LGBT.

Direitos humanos, crime e masculinidades

Diante da exclusão na América Latina creio que tem se mostrado basicamente duas possibilidades. Uma é a criação de bolsões de economia autônoma que permitem a subsistência e nos quais o papel das mulheres é central. A outra é a que leva à formação do paraestado, da paralegalidade, da parapolícia, da paraeconomia que é o crime organizado. Dessas duas grandes saídas para a exclusão, eu diria que uma é o caminho da politicidade e da economia das mulheres; e a outra, a do crime, é fundamentalmente violenta e patriarcal.

Rita Segato

O México tem um lugar de destaque no cenário internacional dos direitos humanos, especialmente no que se refere à relação entre criminalidade, segurança pública e violência de gênero. A forma como esses conflitos têm sido debatidos na esfera pública e na literatura das ciências sociais deste país ilumina certas relações menos visíveis no contexto brasileiro. Uma rica literatura tem se desenvolvido no México analisando as dimensões de gênero dessas novas configurações da violência na qual organizações paramilitares associadas com o narcotráfico (*carteles, narcos, sicários*) e um Estado punitivista de orientação neoliberal emergem como atores centrais.

Uma complexa combinação de fatores históricos, (geo)políticos e econômicos coloca o México nesta posição singular. A relação de vizinhança com os Estados Unidos (reforçada pelos acordos de cooperação econômica de matriz neoliberal) o torna um alvo privilegiado de políticas (e intervenções) militarizadas de combate ao

narcotráfico (e à chamada “imigração ilegal”). O encarceramento em massa, bem como a violação sistemática dos direitos humanos dos presos, é uma das consequências diretas dessa abordagem proibicionista e punitivista. Mas essa relação intensa torna também o “vizinho do sul” um objeto privilegiado da atenção de grandes organizações internacionais de defesa de direitos humanos, bem como de análises críticas no campo das Ciências Sociais.

Também singulares são as dimensões étnicas e raciais do sistema penitenciário mexicano, que serão analisadas mais a fundo no capítulo 5. Neste momento, resalto apenas dois pontos de contraste em relação ao Brasil (e também aos Estados Unidos). Em primeiro lugar, a presença muito menos visível de afrodescendentes (relacionada com o lugar secundário da escravização de africanos na economia colonial) e a limitada imigração europeia recente (ou seja, a ausência de um projeto nacional de *branqueamento* da mesma escala que o brasileiro) torna a polarização entre brancos e negros muito menos politicamente relevante no México. Mais mobilizada é a polaridade entre latinos (espanhóis e seus descendentes, miscigenados ou não) e indígenas (ou povos originários), hierarquizados segundo seu domínio maior ou menor do castelhano e seu grau de integração na economia capitalista moderna. Logo percebi, por exemplo, que a palavra *índio* tem um caráter pejorativo semelhante ao de *preto* no Brasil - sendo tomada como uma ofensa quando dirigida a pessoas pobres e/ou marginalizadas fora de um contexto de valorização cultural e identitária. A situação dos presos identificados como *índios* é particularmente grave, sendo estes submetidos a todos os tipos de abusos e humilhações (ANCIRA, 2017).

Outro fator que afeta profundamente a autopercepção racial dos mexicanos é a vizinhança com os Estados Unidos – em relação ao qual são indistintamente vistos como *latinos* ou *chicanos*.⁸⁴ Até mesmo pessoas de pele clara e traços predominantemente europeus (que talvez se percebessem como *brancas* no Brasil) aderem a essa classificação. O intenso trânsito de mexicanos e seus descendentes através da fronteira norte reforça as identidades *latina* e *chicana*, inclusive no âmbito das prisões e do *crime*. A radical segregação racial sobre a qual se estrutura o cotidiano das prisões americanas obriga os *chicanos* privados de liberdade no território estadunidense a se organizarem em torno desse eixo de diferenciação. Muitos passam

⁸⁴ Palavra que se origina de uma abreviação pejorativa de “mexicanos”, mas que ao longo dos séculos XX e XXI vem sendo resinificada e ganhando contornos de uma identidade afirmativa de resistência.

a valorizar mais a língua e a identidade *chicanas* a partir do encarceramento.⁸⁵ A vasta fronteira com os Estados Unidos é um dos pontos críticos do sistema de justiça criminal mexicano, de forma que essas tensões se imprimem com maior ou menor força em todo o sistema penitenciário do país.

Brasil e México são os países com a maior população carcerária na América Latina: sendo, respectivamente o 5º e o 11º países mais populosos do planeta,⁸⁶ são o 3º e o 7º em relação ao número total de presos. Segundo os dados de 2018 do *Institute of Criminal Policy Research* (ICPR - *University of London*), o Brasil tinha 607.731 presos, enquanto o México, 225.138. As taxas de encarceramento dos países estão também entre as mais altas do mundo: 313 presos a cada 100 mil habitantes no primeiro e 195 a cada 100 mil no segundo. Ambos se destacam também por uma alta taxa de superlotação (154% e 124%, respectivamente) e por uma grande proporção de presos provisórios (aguardando julgamento/ sem condenação), em torno de 38% em ambos.

Tabela 1: Dados sobre o sistema penitenciário no Brasil e no México *

	População Total (em milhões de habitantes)	População Carcerária/ Posição no Mundo	Taxa de encarceramento	Taxa de superlotação das prisões	Proporção de presos provisórios
Brasil	207 (5ª)	607.731 (3ª)	313/ 100 mil hab	154%	38%
México	121 (11ª)	225.138 (7ª)	195/ 100 mil hab	124%	38%

* Dados do *Institute of Criminal Policy Research* (ICPR - *University of London*), 2018.

As duas maiores economias da região (respectivamente a 9ª e a 15ª maiores do mundo)⁸⁷ enfrentam desafios semelhantes no que diz respeito ao lugar do sistema de justiça criminal na gestão das desigualdades sociais. Ambos os países viveram nas últimas décadas a tensão entre, por um lado, um processo de abertura política e ampliação da participação democrática e, por outro, uma escalada na violência dos conflitos sociais – com a atuação de polícias militarizadas, exércitos, narcotraficantes

⁸⁵ As duas principais formações políticas de presos, a *Barrio Azteca* e a *Mexicles*, surgiram em prisões do Texas e do Arizona (sul dos EUA) e depois passaram a atuar também ao sul da fronteira. Esses coletivos operam de forma semelhante ao PCC e ao Comando Vermelho, organizando a vida nas prisões e financiando suas atividades por meio do narcotráfico. São vistas como organizações criminosas ou *pandillas* [gangues] pelos Estados mexicano e estadunidense.

⁸⁶ Em 2018, as estimativas oficiais de cada país são de aproximadamente 207 milhões de brasileiros e 121 milhões de mexicanos.

⁸⁷ De acordo com o World Economic Outlook Database do FMI, o PIB do Brasil era de 1.798,62 bilhões de dólares em 2017 e o do México era de 1.046,00 bilhões de dólares no mesmo período. O PIB per capita dos dois países é bastante próximo, respectivamente 9.812 e 8.910 dólares por habitante por ano.

e grupos paramilitares. A “era dos direitos humanos” na América Latina e o cenário internacional da “guerra às drogas”⁸⁸ capitaneada pelos Estados Unidos se fizeram presentes em ambos os países e interagiram de maneira complexa.

Além da superlotação e da precariedade, o sistema penitenciário mexicano se caracteriza pela presença de coletivos de presos articulados com o narcotráfico. Diante da incapacidade do Estado em gerir as prisões dentro dos parâmetros da lei e de garantir a integridade física dos internos, as chamadas *pandilhas* [gângues] tem ganhado cada vez mais protagonismo na efetiva gestão da vida nessas instituições. Os mesmos padrões de masculinidade que regem as relações no universo do narcotráfico estruturam, portanto, as interações entre presos. Como ambientes (ao menos em teoria) exclusivamente masculinos, é nas unidades *varoniles* do sistema penitenciário que se forjam algumas das versões mais radicais do ideal hiperviril mexicano.

Autoras como Rita Laura Segato (2005), Susana Vargas (2010) e Sayak Valencia (2012) enfatizaram o lugar das rígidas hierarquias de gênero (e sexualidade) na manutenção dessa teia violenta de relações.

Analisando as novas modalidades de guerra paraestatal que caracterizam a região de Ciudad Juarez (na fronteira com os Estados Unidos), Segatto sugere que a masculinidade ocupa um lugar central. Mais do que um signo associado ao polo menos legítimo do conflito, o ideal hiperviril do *macho* mexicano é agressivamente reivindicado tanto pelos agentes oficiais do Estado quanto pelos grupos paramilitares. A masculinidade molda em grande medida a forma brutal que os conflitos tomam – e eleger os corpos feminizados como a superfície privilegiada para a inscrição das disputas. A violência generificada do narcotráfico e a violência de gênero (perpetrada nos corpos de *mulheres* e/ou *pessoas LGBT*) estariam articuladas dentro de uma mesma lógica *patriarcal* de poder. A crítica feminista seria então uma ferramenta poderosa para problematizar esses ciclos de violência.

Susana Vargas (2010) aborda essas questões a partir da análise do midiático caso da *mataviejitas* (matadora de velinhas) – única *mulher* identificada como *serial killer* (assassina em série) no México. A historiadora mostra como rígidos estereótipos de gênero moldam a recepção midiática, policial e criminológica do caso. A transgressão das normas de gênero pela assassina, que era também lutadora nos

⁸⁸ Sobre as contradições da “Guerra às drogas” no cenário internacional ver Misha Glenny (2008). Sobre sua relação com o racismo nos Estados Unidos ver Michelle Alexander (2010).

espetáculos populares de *lucha libre*, é o que a torna esta personagem verdadeiramente assustadora para a sociedade mexicana, que passa a vê-la como uma psicopata desumana, um verdadeiro monstro.⁸⁹ No limite, a criminalidade feminina coloca em questão a própria identidade nacional mexicana, marcada pela relação entre crime e masculinidade. Vargas enfatiza, neste sentido, a necessidade urgente de:

Desnaturalizar e desestabilizar masculinidades e feminilidades mexicanas e problematizar os limites de raça, classe e gênero da mexicanidade e da criminalidade – interseção que tem servido para excluir tantos dos direitos de uma cidadania completa no México (VARGAS, 2010, p. 186, tradução minha).

Partindo da perspectiva dos chamados estudos *queer* e pós-coloniais, Sayak Valencia (2012) mobiliza o conceito de Capitalismo Gore para dar inteligibilidade a esse contexto. Fazendo referência ao Gore, um gênero cinematográfico marcado por performances viris caricatas e fartos banhos de sangue, Valência apresenta esse termo como uma:

Ferramenta de análise da paisagem econômica, sociopolítica, simbólica e cultural mexicana afetada e (re)escrita pelo narcotráfico, [...] Uma taxonomia discursiva que busca visualizar a complexidade das tramas criminais no contexto mexicano e suas conexões com o neoliberalismo exacerbado, a globalização, a construção binária do gênero como performance política e a criação de subjetividades capitalistas, recolonizadas pela economia e representadas por criminosos e narcotraficantes mexicanos (VALENCIA, 2012, p. 83, tradução minha).

Quanto à relação entre performance de gênero masculina e a violência brutal que caracteriza as relações no universo do narcotráfico, ela afirma que são características fundamentais da masculinidade hegemônica: a obediência acrítica às normas de gênero, a busca incessante pelo sucesso econômico, a indiferença ao perigo, o menosprezo às virtudes femininas e a afirmação da autoridade a qualquer custo. Em uma lógica semelhante à desenvolvida por Segato, Valencia defende o potencial crítico do transfeminismo⁹⁰ em desnaturalizar e desconstruir essas relações.

⁸⁹ Enquanto se pensava que o *serial killer* era um homem, ele era descrito como inteligente, carismático e minucioso. A polícia procurou por três anos um homem, e quando as descrições de testemunhas sugeriam que ele atuava vestido de mulher, passaram a procurar homens *homossexuais* e/ou *travestis* (VARGAS, 2010). Voltaremos ao estereótipo da mulher criminosa como monstro no capítulo 1.

⁹⁰ Vertente do feminismo que problematiza o caráter transfóbico de correntes do feminismo autoproclamadas “radicais”. Herdeira da tradição dos estudos *queer*, enfatiza a importância dos debates sobre sexualidade para o feminismo.

Valencia identifica também 2 formas de agência características do Capitalismo Gore. Uma delas seria o necroempoderamento, ou seja, o uso de estratégias violentas (no limite o exercício espetacular do poder de matar, esquartejar, desfigurar) como forma de afirmação de um lugar no mundo por indivíduos excluídos dos aparatos de poder estatal e da economia capitalista regular. Estamos falando da constituição de sujeitos como os *narcos* (traficantes) e os *sicários* (matadores de aluguel). Essa forma de agenciamento se caracteriza, no entanto, por criar novos ciclos de violências – vitimando de maneira mais brutal justamente as populações em situação de maior vulnerabilidade social.

Outra forma de agência seriam as resistências *post mortem*, profundamente relacionadas com as práticas culturais específicas dos mexicanos diante da morte. A autora sugere que, perante um Estado necropolítico, a persistência em reivindicar justiça em nome dos mortos é uma das estratégias mais eficazes de resistência e ação coletiva. No limite, são os próprios mortos injustiçados o espectro mais temido pelo poder assassino do Estado (e dos paraestados). Pelo menos desde o infame massacre de Tlatelolco, em 1968, grande parte da contestação ao autoritarismo das elites mexicanas e do PRI se deu em torno da reivindicação de justiça às vítimas de massacres como o do *Jueves de Corpus Christi* em 1971, o de Águas Brancas em 1995, o de Acteal em 1997 e o de Iguala em 2014. Não são poucos os paralelos que se podem traçar com o contexto brasileiro, em particular com a Rede 2 de Outubro, que reúne as Viúvas do Carandiru (vítimas do massacre de 1992) e as Mães de Maio (vítimas dos confrontos entre o PCC e a polícia em 2006). Voltaremos a esses movimentos nos próximos capítulos.

As vítimas letais da violência são também uma questão central para o movimento LGBT no México. O número alarmante de assassinatos homofóbicos e transfóbicos coloca esse debate sobre masculinidade hegemônica e violência em um lugar de destaque na agenda dos direitos sexuais. O mesmo relatório da *Comisión Interamericana de Derechos Humanos* que, em 2018, denunciou as dramáticas condições de encarceramento no país, afirmou que:

Atualmente, segundo uma organização de pessoas trans sediada na Europa, o México ocupa o segundo lugar no mundo, atrás apenas do Brasil, como o país com o maior número de assassinatos por causa da identidade ou expressão de gênero.

Os movimentos LGBT tem ganhado espaço na esfera pública como importantes atores na defesa dos direitos humanos. Esse é o argumento do trabalho do cientista político Rafael de la Dehesa (2015 [2010]), que analisou as chamadas “incursões queer na esfera pública no Brasil e no México”.⁹¹ Trabalhando em uma perspectiva comparada entre os dois países, Dehesa apresenta as múltiplas estratégias às quais ativistas recorreram em seu diálogo tenso com o Estado - apresentando também graus diferentes de sucesso⁹². As disputas em torno dos direitos sexuais se mostram então como um campo privilegiado para comparar as formas diversas pelas quais se forjam “modernidades híbridas” na América Latina (CORREA; DEHESA; PARKER, 2014).

A questão dos *presos LGBT* tem emergido na esfera pública mexicana com uma temporalidade bastante semelhante à observada no Brasil. Ela tem ganhado força sobretudo na capital, em cujas prisões existem celas especiais para pessoas LGBT desde 2014 (MORALES, 2019). Debates sobre *mulheres transgênero privadas de liberdade* ocorreram também em outros estados, como Puebla e Aguascalientes (BOIVIN, 2017), mas não culminaram na implementação de políticas públicas específicas. Voltaremos a essas diferenças regionais no capítulo 6.

Um rico debate acadêmico sobre gênero e sexualidade na prisão começou a se acumular nesse mesmo período. Em tal cenário, o pioneiro trabalho de Rodrigo Parrini (2007) analisa o lugar da masculinidade na produção das subjetividades e corporalidades dos presos. Sua etnografia atenta não apenas para a violência e a manutenção da ordem, mas também para os desejos e as possibilidades de subversão e resistência. Se as prisões se pretendem como panópticos capazes de conter e normalizar os corpos perigosos dos desviantes, elas são também labirintos nos quais imprevisíveis fluxos de desejo podem ganhar forma em práticas afetivas e sexuais.

A diversidade sexual e de gênero presente em cárceres *masculinos* da Cidade do México também foi objeto de estudo nos trabalhos mais recentes de Chloé Constant (2018), Velvet Garcia (2017) e Ari Vera Morales (2019). A realização do I Colóquio Internacional *Experiencias, cuerpos y corporalidades en espacios de encierro*⁹³, no

⁹¹ Havia entrado em contato com essa obra muito antes de ter o México como objeto de pesquisa. Rafael de la Dehesa tem uma longa relação de amizade e interlocução com minha orientadora – e o conheci pessoalmente em uma de suas visitas ao Brasil. Em 2015 ele me convidou para realizar a ilustração da capa da edição em espanhol do seu livro, publicado no México com o apoio da *Sexuality Policy Watch* e da UNAM.

⁹² Sobre os movimentos LGBT no Brasil ver Regina Fachini (2005) e Sílvia Aguião (2014).

⁹³ Realizado na UAM-Xochimilco nos dias 17 e 18 de setembro de 2018.

qual tive a oportunidade de apresentar resultados parciais esta pesquisa, é uma das expressões do amadurecimento desse campo.

Chloé Constant (2018) argumenta que prisões mexicanas têm se mostrado como um *locus* privilegiado para analisar hierarquias de gênero que estão no centro de debate sobre criminalidade, violência e direitos humanos. Assim como no Brasil, a questão dos *presos LGBT* tensiona de maneira particularmente potente esse conjunto de relações, uma vez que problematiza o rígido binarismo de gênero sobre o qual se estrutura o sistema penitenciário. O reconhecimento das identidades de gênero de *peessoas trans* e a diversidade sexual colocam em questão o padrão masculino e heterossexual da punição, bem como os valores dos coletivos de presos que organizam o cotidiano do cárcere. Nas palavras de Constant:

A violência de gênero é, no sentido foucaultiano, uma das manifestações do dispositivo da sexualidade, um dispositivo de controle das populações que penetra os corpos e particularmente aqueles que não se encaixam no marco normativo hegemônico de sexo e gênero. A violência de gênero contra as pessoas trans se manifesta de diversas maneiras [...] como a violência sexual e a violência linguística que sofrem algumas das internas que se encontram na penitenciária [masculina] da Cidade do México. [...] O Estado heteropatriarcal, através de suas instituições e pactos com o crime organizado, confirma que, no sistema atual alguns corpos são considerados mais valiosos que outros. Os corpos das mulheres, das trans e do conjunto dos sujeitos que não permitem a manutenção dessa ordem e desse sistema, ou que o desafiam diretamente, são considerados descartáveis. O sistema penitenciário funciona como um dos braços executores desta ordem através do exercício de uma violência cujos limites parecem se ampliar a cada dia (CONSTANT, 2018, pp. 65-66, tradução minha).

Os corpos de pessoas trans possuem, portanto, um potencial destabilizador (quando não subversivo) em contextos de privação de liberdade marcados pelo binarismo de gênero. A disciplina e a violência exercida sobre esses corpos na prisão têm, nesse sentido, um efeito normalizador.

Construído esse quadro mais amplo de debates sobre gênero e sexualidade nas prisões mexicanas, vejamos agora como abordei esses temas através do trabalho de campo etnográfico.

Nos labirintos da Cidade do México

Entre as coisas básicas que nos distinguem como seres humanos dos demais animais está dormir em posição horizontal sobre uma superfície elevada do piso e comer sobre

uma mesa. Ambas as coisas são um privilégio de poucos nas prisões da Cidade do México. E essa coisa de “lavar as mãos antes de comer” é na verdade uma piada se alguém te disser em uma Penitenciária.

Ramsés Ancira

Desde que comecei a planejar minha ida para a Cidade do México, tinha em mente acompanhar o trabalho da associação civil *Almas Cautivas* [Almas Cativas], formada por ativistas trans. Pretendia, portanto, olhar a questão dos *presos LGBT* no México a partir de uma perspectiva singular: a da prática cotidiana de movimentos sociais no sistema penitenciário. A organização faz parte da rede *Corpora en Libertad* (“Corpos em Liberdade”), que articula ativistas de diversos países latino-americanos em torno da questão da *população LGBT Privada de Liberdade*. Fundada em 2013, a *Almas Cautivas* atua sobretudo na capital e descreve da seguinte maneira a sua missão:

*Prestamos assistência às necessidades básicas da população carcerária em situação de alta vulnerabilidade (homossexuais, lésbicas, transexuais, indígenas, idosos e pessoas com deficiência). Através de nossos programas, buscamos que os internos tenham uma estadia digna nos centros de confinamento, mas também buscamos ações que realizem uma reinserção social bem-sucedida para as pessoas egressas do sistema penitenciário. Objetivos: prevenir a reincidência de pessoas em detenção. Qualidade de vida e estadia digna. Prevenção do crime na comunidade LGBTTTI. Sensibilização sobre pessoas em um estado vulnerável que estão na prisão. Gerar mecanismos para o funcionamento mais adequado da justiça criminal. Influenciar a criação de políticas públicas em favor da comunidade LGBTTTI.*⁹⁴

Comecei a acompanhar, ainda em 2017, o trabalho da *Almas Cautivas* por indicação de Gustavo Passos, atual representante do Brasil na rede *Corpora en Libertad* (além de meu colega e amigo há vários anos).⁹⁵ Diversas vezes tentei entrar em contato com Ari Vera Morales, presidente da associação, mas não obtive resposta. Minha entrada mais efetiva em campo se tornaria possível nem tanto por meio das redes de pesquisadores e ativistas, mas sobretudo pelas redes afetivas tecidas na minha vida noturna em São Paulo e depois na Cidade do México.

Fundamental neste sentido foram os contatos realizados por Cacho Navarro – mexicano que viveu muitos anos em São Paulo, onde produzia a festa de fetiche

⁹⁴ Descrição da associação apresentada em sua página no site Facebook. Disponível no link: <https://www.facebook.com/almascautivasac/> Acesso em outubro de 2019.

⁹⁵ Participamos de diversos congressos, eventos e projetos juntos. Em 2017 coordenamos o Simpósio Temático Diversidade sexual e de gênero na prisão: entre a universidade, o ativismo e as políticas públicas, realizado no 3º Desfazendo Gênero (Campina Grande, PB).

Cachorragem. Cacho era meu amigo (e companheiro de festas) há bastante tempo e, ao saber que vinha para a Cidade do México, tomou a iniciativa de me apresentar a algumas figuras-chave da cena noturna local. Dois deles foram os atores Carlos Bialeto e Roberto Cabral, que apresentam um concorrido *show de drags* às quintas-feiras num clube gay na chamada *Zona Rosa* (região que concentra numerosos estabelecimentos voltados ao público LGBT).

Logo nas primeiras semanas, fui sozinho ver tal *show*. O clube era pequeno, abafado e estava ruidosamente abarrotado de pessoas, quase todos *homens* mexicanos (eu era provavelmente o único estrangeiro). O espetáculo começou com meia hora de atraso, depois de muitas chamadas nos alto-falantes. O primeiro número foi apresentado pela lendária atriz *transsexual* Alejandra Bogue, convidada especial daquela semana: um *lipsync* da clássica canção de cabaré *Look me over closely*, interpretada por Marlene Dietrich.⁹⁶ Em seguida, começou um elaborado e absurdo enredo que tinha como tema as *fiestas pátrias* – comemorações típicas do mês de setembro no México. Através desse show (e dos subsequentes, aos quais compareci assiduamente), comecei a entrar em contato com as gírias, as referências culturais e o humor típico das comunidades LGBT da Cidade do México. Ouvi também pela primeira vez (em piadas sórdidas) nomes como Iztapalapa e Ecatepec, regiões estigmatizadas da cidade, associadas a pobreza e violência, que eu logo passaria a frequentar como parte do trabalho de campo.

A todo tempo, as artistas interagiam com o público – às vezes solicitando a sua participação e outras respondendo agilmente a irreverentes interrupções. Em determinado momento, fui levado ao palco para participar de uma cena. Tive dificuldade de entender (e responder) grande parte das perguntas, o que tornava a sequência toda ainda mais cômica para o público. Antes de descer do palco, me convidaram para encontrá-las em frente ao clube depois da apresentação para conversarmos melhor. O show duraria quase duas horas, terminando de maneira apoteótica com um *lipsync* das 3 artistas juntas.

Na calçada da arborizada *Calle Florência*, pude conhecer melhor Carlos e Roberto, que logo me apresentaram Alejandra (imagem 13). Eu a elogiei pela performance de Marlene Dietrich – a única música que conhecia em todo o *show* e que

⁹⁶ Atriz e cantora alemã radicada nos Estados Unidos. Essa música abre um de seus álbuns mais clássicos: *Dietrich in Rio*, gravado ao vivo no Copacabana Palace (Rio de Janeiro) em 1959.

Imagem 13: Com as artistas mexicanas Carlos Bieletto e Alejandra Bogue na casa noturna onde se apresentavam com frequência na *Zona Rosa*.

Imagem 14: Foto de uma das visitas que realizei com a associação civil *Almas Cautivas* (Divulgada nas redes sociais em 2019)

havia despertado em mim nostálgicas memórias.⁹⁷ Ela reagiu com surpresa e, num gesto teatral, sussurrou no meu ouvido: “acho que você era a única pessoa nesse clube que sabia que aquela música era da Marlene!”

Depois que Alejandra partiu, acompanhei os outros dois artistas à unidade 24 horas da *Casa de Toño*, tradicional rede de restaurantes de comida mexicana. Ali, conversamos longamente sobre o trabalho deles e também sobre a pesquisa que eu realizava na Cidade do México. Foi então que Roberto Cabral me disse que eu tinha que conhecer uma grande amiga dele, Ari Vera, da *Almas Cautivas*. Eu respondi que conhecia seu trabalho e tinha tentado entrar em contato, mas que não havia obtido sucesso. Ele me garantiu que se ele entrasse em contato ela certamente responderia. Depois que terminamos de comer, os dois ainda me deram uma carona de carro até a minha casa, próxima de onde moravam. Quando despertei pela manhã, Ari Vera tinha respondido minhas mensagens e aceitado minha solicitação de amizade no site *Facebook*.

A ajuda de Roberto não terminaria por aí: alguns dias depois, ele me convidaria para acompanhá-lo no *5º Informe de actividades de Almas Cautivas*, evento no qual me apresentou pessoalmente a Ari Vera. A partir desse contato pessoal, e da recomendação enfática de um amigo seu de longa data, consegui marcar o dia e local para uma entrevista. Depois, seria também incluído na lista de voluntários que realizariam visitas a penitenciárias com esta associação em todo o período da minha estadia (imagem 14). Falarei mais detalhadamente sobre essas visitas, bem como sobre os eventos e a entrevista, no capítulo 7.

Outro contato realizado por Cacho foi Aldo Menezes, conhecido por sua personagem *drag* Paris Bang Bang (imagem 15). Paris se apresentava várias vezes por semana em outro clube na *Zona Rosa* e sempre me convidava para vê-la. Aceitei o convite algumas vezes, ocasiões em que conheci grande parte daqueles que se tornariam meus melhores amigos na Cidade do México.

Em uma dessas noites, estava dançando distraído quando vi chegar na pista um rapaz moreno com belos traços indígenas e uma camisa com estampa de leopardo

⁹⁷ Marlene era uma das atrizes preferidas da minha avó, descendente de alemães que teria hoje 85 anos. Da minha infância, tenho a vívida lembrança de uma vez em que ela usou um *smoking* do meu avô para se fantasiar de Marlene Dietrich para um baile de carnaval. A fantasia era uma referência ao icônico figurino da diva no filme *Marrocos*, de 1930. Na capa do álbum *Dietrich in Rio*, ela usa também um *smoking* (dessa vez inteiramente branco). O fato da subversão de gênero da performance de Alejandra ter o sentido oposto (uma mulher trans exageradamente feminina parodiando uma mulher cis conhecida por sua voz grave e atitude assertiva) me divertiu muito.

Imagens 15, 16 e 17: A drag queen Paris Bang Bang; Vik Oseguera com a camisa estampada de leopardo que usava quando nos conhecemos e cena do filme *O Beijo da Mulher Aranha*.

(imagem 16). O “figurino” era basicamente o mesmo usado por William Hurt na cena de *O Beijo da Mulher Aranha* em que Molina sai à noite pela primeira vez depois de recuperar a liberdade (imagem 17). As coloridas luzes neon do clube me lembraram intensamente do filme, que eu havia revisto há pouco tempo. Quando percebi, estava sorrindo para o desconhecido, que retribuiu o gesto de maneira simpática.

Algumas horas depois, nos reencontramos por acaso no último andar deste clube – uma ampla varanda ao ar livre, onde os frequentadores costumam fumar e socializar. Ele me perguntou de onde eu era e se falava espanhol. Em pouco tempo, estávamos conversando sobre nossos respectivos trabalhos. Fiquei sabendo que ele se chama Vik,⁹⁸ morava no extremo norte da Cidade do México e estava fazendo um mestrado sobre ativismos LGBT e *queer* na internet. Depois de algum tempo trocando ideias a respeito do tema da minha pesquisa, ele me contou que o tema o interessava muito porque ele mesmo, um *homem gay*, já havia estado na prisão cerca de 8 anos atrás. Mais tarde, constatando que este passado não o constrangia particularmente, perguntei se ele aceitaria me conceder uma entrevista sobre a sua experiência – convite que ele aceitou com naturalidade.

Realizamos a entrevista em um café poucos dias depois, em finais de janeiro de 2019. A intensidade das trocas desta tarde nos aproximou, de forma que nos tornamos amigos. Vik estava sempre atualizado a respeito da agitada agenda dos movimentos sociais na Cidade do México e passou a me convidar para os atos e eventos que poderiam me interessar. Compareci a vários deles, o que acabou por dar novos rumos ao trabalho de campo. Foi por ele que fiquei sabendo do *bloco transfeminista* na Marcha Mundial das Mulheres, ocorrida no dia 15 de março (15M).

A marcha levou “dezenas de milhares de mulheres e aliados” às ruas do centro da cidade numa sexta-feira ensolarada. Ao tradicional roxo das bandeiras feminista, se misturava o verde das bandanas da campanha por “aborto legal já!”⁹⁹ A atmosfera era de solidariedade e esperança. Esta comovente cena se completava com os

⁹⁸ Ao contrário do que se passou no Brasil, meus interlocutores no México pediram para ser identificados pelos nomes (sociais) que utilizavam no seu dia a dia. Essa preferência parece estar ligada à construção de si como ativistas, que passava pelo reconhecimento público de sua experiência na prisão. O fato de eu ser um pesquisador estrangeiro que vai publicar em outra língua pode ter contribuído também para amenizar a sensação de exposição excessiva de suas histórias.

⁹⁹ O aborto é totalmente descriminalizado apenas na Cidade do México (até 12 semanas). A luta do movimento feminista é por estender ao resto do país a posição conquistada na capital. Os demais estados reconhecem esse direito em caso de estupro e parte deles também em caso de risco para a vida da mulher e deformações fetais graves. O estado de Yucatán possui uma peculiar lei de 1922 que reconhece o direito ao aborto por mulheres com mais de 3 filhos e comprovada situação de pobreza.

yacarandas,¹⁰⁰ que por todo o caminho ostentavam sua exuberante floração roxa – uma impressionante coincidência cromática.

O *bloco transfeminista* era um pequeno grupo de “ativistas trans e aliados LGBT” que pretendia marcar presença na marcha problematizando a transfobia de parte das participantes da marcha (as chamadas TERF ou *radfem*).¹⁰¹ Ao longo do dia, as *mulheres trans* foram recebidas com simpatia ou respeitosa indiferença pela grande maioria das *mulheres cis* que participavam da marcha. Houveram também provocações perniciosas por parte de ativistas *radfem*, que esbravejaram ou pixaram nas paredes próximas de onde passavam as *mulheres trans* palavras de ordem como “mulher não tem pênis” e “transativismo é misoginia”. As lideranças do bloco reagiram sempre com impressionante calma e disposição para o diálogo, buscando ressaltar os objetivos em comum entre o *transfeminismo* e o autointitulado *feminismo radical*. Esses casos não foram suficientes para quebrar o poderoso sentimento de comoção pública e solidariedade que acompanhou toda a marcha, aproximando afetivamente os participantes.

Foi neste contexto que conheci Joseline Aguilar, ativista trans vinculada ao *Orgullo Ecatepec*, uma das organizações LGBT mais atuantes no estado do México (imagem 18). Conversamos muito ao longo de toda a caminhada, Joseline me explicando com seu irreverente senso de humor os bastidores das lutas por direitos sexuais na capital. A respeito da minha pesquisa, disse que tinha muitas *companheiras trans* em Ecatepec que já haviam estado na prisão. Quando perguntei se elas aceitariam conversar comigo ela se ofereceu para mediar o contato, disponibilizando sua casa para a realização das entrevistas. Alguns dias depois, ela me escreveu dizendo que uma de suas amigas havia aceitado o convite.

Com mais de 1,6 milhão de pessoas, Ecatepec é o mais populoso dos 58 municípios do estado do México que compõe a Região Metropolitana do Vale do México (mapa 2). Das quase 22 milhões de pessoas que vivem nesta área, apenas 8,7 milhões vivem no Distrito Federal (Cidade do México) – os demais vivem no empobrecido estado do México (mapa 3). Os moradores das 16 delegações do DF não

¹⁰⁰ Árvore de origem brasileira conhecida aqui como Jacarandá Mimosa. Foi amplamente difundida pelo México no início do século XX por obra do famoso jardineiro japonês Tatsugoro Matsumoto como uma versão tropical das cerejeiras.).

¹⁰¹ A sigla TERF significa em inglês *Trans Exclusionary Radical Feminist* [Feministas Radicais Trans-Excludentes], ou seja, representa uma corrente do feminismo dito “radical” que não reconhece as *mulheres trans* como *mulheres*. Muitas delas chegam a considerar que as *pessoas trans* seriam “agentes do patriarcado infiltradas no movimento feminista”.

disfarçam seu desprezo pelos habitantes do estado vizinho. Presenciei atitudes e comentários ainda mais cruéis do que em situações análogas no Brasil (entre São Paulo e ABC ou entre Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, por exemplo). A distorção (e a tensão) é ainda maior porque a Cidade do México concentra não apenas os bairros mais prósperos como também a maior parte das instituições e dos recursos do Governo Federal. A disparidade dos equipamentos e serviços públicos é brutal – e o sistema penitenciário, como veremos no capítulo 6, não é uma exceção.

Para chegar à residência humilde de Joseline era preciso ir até a última estação ao norte de uma das linhas de metrô e dali pegar um ônibus que, sem trânsito, toma mais cerca de 1 hora. Ela mora em uma casa ocupada em um dos infinitos *fraccionamientos* (condomínios fechados populares) da periferia de Ecatepec. A imagem de uma “vertigem horizontal” é frequentemente evocada para descrever a sensação de circular pelos confins desta Região Metropolitana: um infinito oceano de pequenas edificações rasgado por algumas avenidas largas e um labirinto de pequenas ruas quase idênticas. Devido à alta incidência de terremotos, poucas construções se projetam na direção vertical. E, ao contrário do que a arrogância dos moradores da capital nos levaria a supor, a fronteira geográfica entre o DF e estado do México é visualmente imperceptível.

O *fraccionamiento* onde se realizou a entrevista é todo cercado por altos muros. Para entrar, foi preciso se identificar na guarita. A rua interna principal do bairro ia em direção a um pequeno parque pobremente arborizado (Imagem 19). Naquele domingo de sol, havia ali apenas uma barraca de *tacos* (instituição onipresente nos lugares públicos do México) e a tenda de uma igreja evangélica, que celebrava uma missa improvisada. No monótono horizonte, destacava-se apenas a imensa montanha de lixo de um aterro sanitário vizinho. As casas estavam dispostas em ruas privadas sem saída, em cuja entrada havia grossos portões de ferro e novas guaritas.

Cheguei à sua casa antes da entrevistada, Violeta, que morava a alguns quarteirões dali. Enquanto esperávamos, conversamos longamente sobre as atividades promovidas pela *Orgullo Ecatepec* e preparamos o equipamento de vídeo: Josseline havia combinado de filmar a entrevista com seu celular. Depois de editar no formato de um mini-documentário biográfico, tinha planos de publicar o depoimento de Violeta em seu canal no *Youtube*. A entrevista em si foi relativamente breve, mas muito pesada emocionalmente devido ao relato das numerosas violações sofridas por esta

Imagens 18, 19 e 20: selfie com a ativista Joseline Aguilar na Marcha Mundial das Mulheres (15M) de 2018; praça do *fraccionamiento* onde ela mora em Ecatepec de Morelos (Edomex) e registro da entrevista que realizei com Violeta em sua casa.

interlocutora no precário sistema penitenciário do estado do México.¹⁰² Ao final, almoçamos uma saborosa refeição preparada pela mãe de Josseline (imagem 20).

Durante esta refeição, Josseline ligou para Adrea Luna, sua amiga e companheira de luta que atua nas políticas de prevenção a HIV e AIDS entre trabalhadoras sexuais (em especial *mulheres trans*). Depois de acertar detalhes das ações que realizariam em conjunto, Josseline perguntou se ela por acaso não conheceria também *peessoas LGBT* que haviam estado na prisão e que poderiam participar da minha pesquisa. Andrea respondeu que ela mesmo havia estado na prisão duas vezes, tendo saído em liberdade há cerca de 5 anos e que não teria problemas em conceder uma entrevista. Combinamos então que eu compareceria a um evento que ela estava organizando alguns dias depois na unidade de Iztapalapa da Clínica Condessa (especializada em prevenção e tratamento de HIV/aids), e ali conversaríamos pessoalmente.

O distrito de Iztapalapa concentra quase metade das prisões da Cidade do México – unidades *varoniles* [masculinas] e *femeniles* [femininas], para presos provisórios e condenados, de alta segurança e de progressão penitenciária. Ali estão localizados também alguns dos bairros mais pobres, violentos e carentes de serviços públicos da capital.¹⁰³ As modernas instalações da Clínica Condessa contrastam fortemente com a triste paisagem do entorno (muito semelhante aos bairros residenciais populares do estado do México). Além do tratamento de HIV/AIDS e da distribuição de insumos para a prevenção de DSTs, esta unidade da clínica é reconhecida na comunidade LGBT por fornecer tratamento hormonal gratuito para *peessoas trans*.

A quantidade de pessoas que comparecem aos eventos organizados por Andrea Luna é impressionante, chegando a atrair *peessoas trans* de outros estados próximos (Morelos, Hidalgo, Guerrero, estado do México). Não foi fácil conseguir alguns minutos de atenção desta popular ativista para acertarmos os detalhes para a realização da entrevista. Naquela data, o *Colectivo Trans por la Libertad de Ser y Decidir* [coletivo trans pela liberdade de ser e decidir], o “grupo de empoderamento coletivo para pessoas trans” que ela coordena, comemorava dois anos de existência. Em sua fala, definiu da seguinte maneira seus objetivos: “Estamos aqui em busca de empoderamento,

¹⁰² O Estado do México e o Distrito Federal tem sistemas penitenciários diferentes, sendo que o segundo tem muito mais recursos que o primeiro – além de ser supervisionado muito mais atentamente pela sociedade civil e pelos órgãos públicos de defesa dos direitos humanos. Ver capítulo 6.

¹⁰³ Por isso uma das formas pejorativas de se dirigir ao bairro é “Iztapalacra” – sendo *lacra* uma gíria mexicana popular para *ladrão* ou *bandido*.

combatendo a precariedade em que vivemos como *mulheres trans*. Trabalhamos em grupo para nos profissionalizar e construir as condições para ter uma existência digna.”

Em determinado momento, subiram ao palco duas *mulheres trans* que falaram sobre sua experiência na prisão. Foi a primeira vez em que vi a impressionante figura de Yessica que, tendo passado 17 anos encarcerada e estando em liberdade havia poucas semanas, era reconhecida como uma espécie de grande madrinha das *mulheres trans privadas de liberdade*. Ao final do encontro, a sondaria a respeito da possibilidade de participar da minha pesquisa – convite que ela aceitou também com naturalidade.

As duas entrevistas se concretizariam nas semanas seguintes. Encontrei Yessica em um café perto de seu trabalho, na região central da cidade. Com Andrea, marcamos outro dia na própria Clínica Condessa de Iztapalapa – e dali seguimos para a *estética* [salão de beleza] de uma amiga sua. Não tivemos tempo de terminar a entrevista no primeiro encontro. Demos continuidade ao diálogo algumas semanas depois na *estética* que Andrea possui em parceria com a irmã. Falarei mais sobre o contexto e o conteúdo destas entrevistas nos capítulos 6 e 7.

Importante de destacar agora é que ambas apresentaram discursos bastante críticos em relação ao estilo de atuação política da *Almas Cautivas*. Fui percebendo então a complexidade das tensões e disputas existentes entre ativistas trans que atuam no contexto do sistema penitenciário mexicano.

Descrevi até agora, em linhas gerais, as minhas principais entradas em campo. Antes de dizer como esse material etnográfico será apresentado e analisado através dos capítulos, quero abordar algumas questões de natureza ética e política.

Compromissos éticos e políticos

Não é possível ser politicamente neutro trabalhando com prisões. Não apenas por se tratar de um universo politicamente carregado, mas também por estarmos continuamente em contato com situações extremas de violência e vulnerabilidade. Perante violações tão brutais dos direitos e da própria humanidade dos nossos interlocutores, a negligência ou o silêncio seriam também uma forma de posicionamento político – contrária ao que entendo como meus compromissos éticos e políticos.¹⁰⁴

¹⁰⁴ Tenho como referência, neste sentido, as reflexões sobre ética e pesquisa antropológica propostas por Guita Grin Debert (2004) em diálogo com Laura Nader (1969).

Antes de mais nada, é preciso definir o que eu entendo como abolicionismo penal, posição com a qual me identifico neste campo. Compartilho com outros ativistas e pesquisadores a convicção de que a experiência histórica acumulada permite afirmar que as penas em regime de privação de liberdade são fundamentalmente ineficazes para a promoção da justiça e que estas precisam, portanto, ser extintas de maneira completa e definitiva. No caso brasileiro em particular, podemos afirmar ainda que as condições de aprisionamento são uma afronta à dignidade humana, que contribuem ativamente para a perpetuação das desigualdades sociais e que seus custos de manutenção são exorbitantes, tanto para o Estado quanto para as famílias dos presos. A dimensão monstruosa desses custos favorece ainda a formação de grupos de interesse econômico em torno da administração dessas instituições – grupos cuja influência política é danosa para a democracia. Isso não significa acreditar que uma solução simples e imediata esteja disponível, mas sim que a tentativa de melhorar as prisões existentes não é suficiente e que a procura de alternativas é necessária e urgente.

Temos, então, um dilema ético de partida: como conciliar uma postura crítica (ou mesmo combativa) diante do sistema penitenciário com uma relação minimamente amistosa junto aos funcionários das instituições onde a pesquisa é realizada e não entrar em conflito com as normativas próprias (formais ou informais) que regem o acesso a esses espaços? Um dos principais desafios das pesquisas que se propuseram a realizar etnografias do sistema penitenciário é justamente o intenso controle que essas instituições exercem sobre todo o fluxo de pessoas, bens e informações em suas dependências. Esse controle se estende naturalmente a todos aqueles interessados em realizar pesquisas no ambiente penitenciário, entre eles os antropólogos.

Essa desconfiança dos diretores e funcionários em relação a pesquisadores tem pelo menos três justificativas: em primeiro lugar, o receio de que seus trabalhos se tornem uma espécie de “denúncia” das condições de aprisionamento, causando assim transtornos para a administração das unidades onde a pesquisa foi realizada. Diante da superlotação do sistema penitenciário paulista, da escassez de recursos que essas instituições recebem e da precariedade das condições de trabalho dos agentes penitenciários, as violações dos direitos mais básicos dos presos são rotineiras, embora permaneçam relativamente invisíveis ou ao menos pouco documentadas oficialmente. Neste cenário (e não sem razão) o antropólogo é visto como um ativista de direitos humanos em potencial e, como tal, uma ameaça (ou inconveniente) para os funcionários. Em segundo lugar está a suspeita de que o pesquisador possa estar de

alguma forma envolvido com as atividades ilegais praticadas pelos presos (ou que possa ser pressionado para colaborar com elas). Por fim temos a preocupação da administração com a segurança do pesquisador – essa sim abertamente reforçada pelos funcionários e mobilizada como principal argumento para dificultar o acesso: “não temos condições de garantir a sua segurança”.

A imensa dificuldade ou, na prática, a impossibilidade de circular pelas dependências da prisão na condição simples de pesquisador faz com que os antropólogos procurem alternativas mais ou menos informais para realizar trabalho de campo nesse ambiente. Uma das formas mais recorrentes é entrar pelo intermédio de organizações que realizam trabalhos de assistência jurídica, social e/ou religiosa no cárcere. No Brasil, minha entrada foi mediada pela Defensoria, pelo GDUCC e, finalmente, pela Pastoral Carcerária. No México, entrei como colaborador da associação civil *Almas Cautivas*. Em cada um desses casos, foi preciso conciliar o trabalho enquanto membro ou voluntário de uma organização com o trabalho de pesquisa. Como deve ter ficado claro ao longo desta introdução, me aproximei e me afastei de diferentes organizações de acordo com minha maior ou menor afinidade ética e política com cada uma delas.

A tensão na relação com os funcionários dessas instituições pode ser equilibrada em dois níveis. Primeiramente, no nível do trabalho de campo, das relações interpessoais com os funcionários, ou seja, negociar as formas de viabilizar a pesquisa sem prejudicá-los e se mantendo compreensivo em relação às dificuldades específicas que eles enfrentam em seu cotidiano de trabalho. Em segundo lugar, no nível da escrita, através de uma preocupação constante em articular a realidade brutal com a qual se tem contato no trabalho de campo com estruturas mais amplas de poder e desigualdade. Trata-se de evitar a forma da “denúncia” e da culpabilização de indivíduos por mazelas que tem origem em problemas sociais extremamente complexos. Um procedimento prudente nesse sentido é evitar referências demasiado específicas a instituições e indivíduos determinados, especialmente quando se trata de atitudes que estão nos limites da legalidade ou em confronto direto com a lei.

Outro dilema ético diz respeito à necessidade de autorização da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) para a realização da pesquisa. Embora formalmente essa autorização seja necessária, grande parte dos trabalhos sobre prisão realizados no âmbito das ciências sociais (e em particular da antropologia) foram realizados sem que esta fosse sequer solicitada. Isso se dá por duas razões.

Em primeiro lugar, há uma questão de ordem prática: devido à longa espera a que estão sujeitos os pedidos, muitos demoram mais de um ano para serem respondidos. Tal demora pode inviabilizar a pesquisa, ainda mais porque o desfecho pode ser negativo. Além disso, essa autorização não garante as condições adequadas para a realização da pesquisa, uma vez que a administração das unidades pode lançar mão de diversos recursos para restringir o acesso a suas dependências. O que em geral se permite é o contato com presos selecionados pela administração em um espaço controlado e sob supervisão direta de Agentes de Segurança Penitenciária.

Em segundo lugar, há também uma razão política: a postura crítica (ou mesmo combativa) que a maior parte dos pesquisadores tem em relação à SAP, o que inclui questionar a legitimidade de suas decisões no âmbito da ética de pesquisa. Qual pode ser a legitimidade da decisão de um órgão responsável por violações brutais de direitos humanos perpetradas diariamente contra dezenas de milhares de presos? O compromisso ético do antropólogo deve ser com a SAP ou com os presos que são repetidamente torturados sob sua custódia?

Essa pesquisa tem dois compromissos éticos e políticos principais. Por um lado, com interlocutoras e interlocutores presos, que se encontram em situação de vulnerabilidade extrema. Esse compromisso passa pelo reconhecimento de uma humanidade que lhes é negada. Significa reconhecer seu sofrimento e sua situação precária. Nesses termos, estamos falando de um compromisso marcado pela solidariedade e por um sentimento de urgência. Esse cuidado se entende também ao contato com pessoas egressas do sistema penitenciário, que carregam as marcas dessa experiência em seus corpos e em suas vidas.

Por outro lado, tenho um compromisso com as organizações junto às quais trabalhei, em especial a Pastoral Carcerária e a *Almas Cautivas*. Não usei simplesmente os caminhos abertos por elas como um meio de viabilizar o trabalho de campo. Fui um *agente* da Pastoral entre 2016 e 2018: o fiz porque acredito nos ideais humanitários e ecumênicos da organização. Isso não significa que eu não reflita criticamente sobre essa atuação. Pelo contrário: acredito que a produção de conhecimento antropológico passa necessariamente pela problematização da posição do pesquisador em um campo marcado por relações de poder e disputas morais.

Em relação à Igreja Católica, sou completamente leigo (não sou sequer batizado). Só atendi às necessidades religiosas dos presos quando esses, enquanto seres humanos, viam a religião como uma necessidade. Essa é a orientação que recebemos

durante o processo de formação como *agentes de assistência religiosa e humanitária*. Tenho com a Pastoral uma afinidade que é sobretudo ética e política: lutamos “por um mundo sem cárceres” (imagem 21). O mesmo pode ser dito a respeito das diretrizes e dos valores da *Almas Cautivas*, sobre a qual falaremos no capítulo 7.

É importante dizer que minha atuação política não se restringiu ao trabalho que realizei com estas duas organizações. Durante todo o período da pesquisa, não recusei convites para dar entrevistas, realizar palestras ou participar de mesas redondas sobre o tema. Fui também nomeado como *membro consultor* da Comissão Especial de Política Criminal e Penitenciária da Organização dos Advogados do Brasil (OAB) no estado de São Paulo pelo período de 2017-2018. Como parte da comissão, atuei na organização do I Seminário LGBT’s e Prisões, realizado em agosto de 2018 no auditório da sede da OAB/SP.¹⁰⁵

Tenho consciência, portanto, de que não sou um observador neutro em um campo consolidado. Pelo contrário, sou um dos atores que tem conformado debates e articulações políticas em torno do tema. Isso se tornou ainda mais claro quando descobri que trechos de uma entrevista que concedi para a revista Carta Capital e também de um artigo que eu havia publicado sobre o tema (ZAMBONI, 2017) estão sendo usados em um processo do Superior Tribunal Federal (STF) a respeito da “transferência de travestis e transexuais para unidades femininas do sistema penitenciário”.¹⁰⁶

O processo de construção de um problema de pesquisa foi, portanto, também a construção de um sujeito de conhecimento e de um sujeito político. Minhas sucessivas incursões a campo tiveram como efeito meu crescente engajamento não apenas teórico e epistemológico, mas também ético e político com as questões da pesquisa. O resultado final desta caminhada não é apenas a escrita de uma tese, mas também a formação de um antropólogo e de um ativista.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Este seminário foi o primeiro a trazer o debate dos presos LGBT para o interior da OAB/SP. Se apresentaram nas mesas tanto pesquisadores e agentes estatais como *pessoas LGBT* egressas do sistema penitenciário.

¹⁰⁶ Trata-se da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n° 527, impetrada pela ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais). Meu trabalho é citado pelo *amici curiae* elaborado pelo Grupo de Advogados Pela Diversidade Sexual e de Gênero (GADvS) da Aliança Nacional LGBT.

¹⁰⁷ Foi fundamental para me orientar a respeito da posição do antropólogo como um “intelectual público” o contato com Didier Fassin. Tive a oportunidade de participar do *Workshop* Etnografia Pública ministrado por ele na USP em 2013 (viabilizado através da parceria Numa-Princeton, na qual trabalhei como assistente de pesquisa) e de acompanhar a disciplina *Public Ethnography* [Etnografia Pública], oferecida na Universidade de Princeton em 2014. Ver a respeito Didier Fassin (2016).

Imagem 21: “Por um mundo sem cárceres”, lema da Pastoral Carcerária inscrito nas camisetas que usamos nas visitas como *agentes de assistência religiosa e humanitária* (Foto tirada por Arturo Mejia em uma das visitas que realizei com a associação civil *Almas Cautivas* a uma prisão na Cidade do México)

Estrutura da tese

A tese está dividida em preâmbulo, introdução, sete capítulos e conclusão. Esta introdução é um ensaio teórico, metodológico e também político que versa sobre a construção do problema de pesquisa e apresenta em linhas gerais a trajetória do trabalho de campo. O preâmbulo é uma reflexão semelhante, mas em uma linguagem mais poética. Nele eu coloco a escrita antropológica em relação com outras linguagens: a literatura, a biografia, o cinema.

Os sete capítulos estão divididos em duas partes, que correspondem aos dois países em que realizei trabalho de campo. A parte 1 é composta por quatro capítulos focados no Brasil e a parte 2 por três centrados no México. Essa divisão tem como objetivo organizar a exposição do material etnográfico, não definir problemas de pesquisa distintos. Questões transversais entrelaçam os capítulos das duas partes e são frequentes os exercícios de aproximação e contraste entre diferentes contextos.

O capítulo 1 tem um caráter mais histórico, sendo elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Nele, proponho uma espécie de arqueologia da emergência dos *presos LGBT* como um sujeito de direitos no Brasil. Argumento que o modelo atual de gestão desta população não é o resultado definitivo de um processo linear, mas uma formulação precária e instável que se tornou possível em um contexto histórico determinado (a década de 2010).

O capítulo 2 apresenta uma etnografia do sistema penitenciário paulista a partir da perspectiva de presos que destoam do padrão heterossexual (*bichas, monas, travestis, envolvidos*). A base empírica é o trabalho de campo realizado em quatro Centros de Detenção Provisória (CDPs) *masculinos* da Região Metropolitana de São Paulo. O objetivo é compreender os sistemas de classificação de identidades sexuais e de gênero característicos desse cenário em sua relação com a organização do espaço e a produção do cotidiano na prisão.

O capítulo 3 apresenta uma outra dimensão da etnografia, centrada nas práticas do Estado e de seus agentes. Trata-se de olhar para os levantamentos demográficos, normativas institucionais e políticas públicas específicas – tecnologias de poder que tentam produzir uma *população LGBT privada de liberdade*. O foco está no sistema penitenciário do estado de São Paulo entre os anos de 2013 e 2018.

No capítulo 4, o foco passa do Estado para a sociedade civil e os movimentos sociais. A partir de uma análise da campanha “Somos Todas Verônica”, busco

compreender como se produz a comoção pública em torno da violência perpetrada contra *peessoas LGBT privadas de liberdade* no Brasil. Que imagens e discursos tornam possível que vidas geralmente esquecidas ou desprezadas se tornem em determinados momentos dignas de cuidado e proteção?

O capítulo 5 tem como objetivo compreender as diferenças estruturantes do sistema penitenciário mexicano, sobretudo suas dimensões étnico-raciais, sexuais e de gênero. Realizo uma abrangente contextualização histórica da emergência dessas instituições, considerando sua relação com as especificidades do processo de formação do Estado e da Identidade nacional no México (e enfatizando seus contrastes com o cenário brasileiro).

No capítulo 6 analiso a diversidade sexual e de gênero nas prisões da região metropolitana da Cidade do México (abrangendo tanto o Distrito Federal quanto o estado do México). Além de pesquisa bibliográfica e documental, foram realizadas entrevistas em profundidade com *peessoas LGBT* egressas do sistema penitenciário.

O capítulo 7 é uma reflexão sobre o trabalho de ativistas trans no sistema penitenciário mexicano e em seu entorno. O eixo central é a etnografia realizada em atividades promovidas pela associação civil *Almas Cautivas*. Como contraponto, dialogo também com ativistas que apresentam uma perspectiva crítica ao modelo de atuação desta organização. Pretendo compreender, dessa forma, as tensões e disputas que caracterizam esse campo político em sua relação com determinados marcadores sociais da diferença.

Por fim, na conclusão retomo os pontos centrais dos capítulos anteriores e desenvolvo as hipóteses centrais da tese.

Parte 1: Brasil

A foto da capa: Xampy Fontinhas trabalhando como *door* de uma festa na cidade de São Paulo. Aos 35 anos é uma verdadeira lenda na noite *underground*: depois de duas passagens pela prisão já se formou como historiador, estrelou um documentário sobre sua vida (*Xampy*, de 2014) e foi um dos interlocutores mais importantes desta pesquisa (registro de uma das muitas noites em que nos encontramos).

CAPÍTULO 1

De “Atos Imorais” a *Presos LGBT*? arqueologia de um sujeito de direitos

Os gritos daquela noite eram de um garoto violado. Essa declaração me estarreceu. Como podia suceder tal coisa sem que atendessem aos terríveis pedidos de socorro? Muitos guardas eram cúmplices, ouvi dizer, e alguns vendiam pequenos delinquentes a velhos presos corrompidos [...] O dinheiro circula, às vezes serve para amaciar funcionários. Na ausência de mulheres, consente-se o homossexualismo tacitamente. [...] A administração finge castrar aqueles homens, insinua hipócrita que o trabalho e o cansaço tendem a suprir necessidades profundas, e ali se movem autômatos puxados para um lado e para outro. Percebemos o dolo e pouco a pouco nos habituamos a ver entrar a anormalidade na existência comum.

Graciliano Ramos¹⁰⁸

Neste capítulo, analiso a emergência da *população LGBT privada de liberdade* como parte da história das tecnologias de gestão da sexualidade dos presos no Brasil. Trata-se de uma espécie de arqueologia do processo que conformou os *presos LGBT* como um sujeito de direitos específico. A ideia não é propor uma linha do tempo contínua que vá dos primeiros relatos sobre relações sexuais entre presos (os “atos imorais”) até as resoluções atuais que tratam do acolhimento da *população LGBT privada de liberdade*. Quero, pelo contrário, percorrer sucessivas camadas de significado que se sobrepõem de maneira complexa, formando o substrato denso que possibilita a formulação da questão como a vemos no presente.

Apresento então uma breve história da diversidade sexual e de gênero nas prisões brasileiras, elaborada a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Enfatizo neste percurso as unidades *masculinas* do sistema penitenciário dos estados de São Paulo e do antigo Distrito Federal (incorporado ao estado do Rio de Janeiro depois da transferência da capital do país para Brasília em 1960). O material disponível sobre outras regiões é bastante escasso e não tive a oportunidade de analisá-lo na limitada duração desta pesquisa.

¹⁰⁸ Graciliano Ramos (1892-1953) esteve preso na Ilha Grande por razões políticas entre 1936 e 1937, durante a chamada Era Vargas (1930-1945). Descreveu essa experiência nos quatro volumes de *Memórias do Cárcere*, publicados postumamente em 1953. O escritor alagoano dedica um capítulo inteiro, o 19 do volume I (RAMOS, 2000 [1953], pp. 500-506), à questão do *homossexualismo* na prisão. O livro foi adaptado para o cinema por Nelson Pereira dos Santos em 1984, nos últimos anos do regime militar. O filme mostra de forma também bastante explícita a existência de relações sexuais entre presos.

O objetivo é entender, por um lado, como a diversidade de práticas sexuais e expressões de gênero foi percebida por intelectuais e agentes do Estado em momentos passados e que outras formas de gestão dessa diversidade foram propostas. Por outro lado, serão contempladas também formas de agência e estratégias de resistência de certos sujeitos interpelados por essas tecnologias. Argumento que o modelo atual de direitos específicos para *presos LGBT* não é o resultado definitivo de um processo linear, mas uma formulação precária e instável que se tornou possível em um contexto histórico determinado (a década de 2010).

O sistema penitenciário brasileiro se consolidou em um passado relativamente recente. Em sua forma moderna, as prisões se difundiram na América Latina apenas em finais do século XIX. Início a reflexão deste capítulo delineando certos aspectos do cenário no qual essas instituições se constituíram primeiramente. A reforma penal deve ser pensada então como parte de projetos mais amplos de modernização do Estado e de construção da Nação.

Nação, sexualidade e raça

Olhe; um conselho; faça-se forte aqui, faça-se homem. Os fracos perdem-se. Isto é uma multidão; é preciso força de cotovelos para romper. [...] Os gênios fazem aqui dois sexos, como se fosse uma escola mista. Os rapazes tímidos, ingênuos, sem sangue, são brandamente impelidos para o sexo da fraqueza; são dominados, festejados, pervertidos como meninas ao desamparo. [...] Faça-se homem, meu amigo! Comece por não admitir protetores (POMPEIA, 1996 [1889], pp. 14-15).

Neste trecho, um interno mais experiente recomenda a um novato preservar sua masculinidade a todo custo em uma instituição educacional exclusiva para o sexo masculino. Trata-se de uma passagem polêmica de uma das obras-primas da literatura brasileira do século XIX, *O Ateneu*, de Raul Pompeia (1863-1895). As relações afetivas e sexuais entre internos são uma das questões centrais do romance: o diretor da instituição fictícia esbraveja em diversos momentos contra a odiosa tentação da *imoralidade* (imagem 1).

O livro é publicado em folhetins no momento da transição do Império à República no Brasil (1888-1889), período conturbado marcado pela abolição da escravidão e também pela modernização do sistema judiciário e penal. Na análise que fazem da obra, Richard Miskolci e Fernando Baliero (2011) sugerem que o *Ateneu* é uma espécie de metáfora da ordem imperial decadente, que a ascensão da República

Imagem 1: Ilustrações do Próprio Raul Pompéia para sua obra “O Ateneu” (1889).

pretendia superar. A sexualidade se apresenta como uma metáfora privilegiada para refletir sobre essas mudanças:

As relações entre os garotos corroboravam as valorações morais do período de Pompeia, no qual se vivia uma ordem política e social em decadência em que as experiências subjetivas refletiam a ordem política corrupta (MISKOLCI & BALIERO, 2011, p. 75).

A homossexualidade masculina aparece então tanto como um problema em si quanto como um sintoma de um sistema moral e político degenerado. Conforme argumenta Michel Foucault (2007, p. 34), o controle obsessivo da conduta sexual dos internos é um dos aspectos centrais das grandes instituições republicanas que vão emergir na Europa dos séculos XVIII e XIX. Trata-se de um dispositivo que permite que o poder penetre profundamente nos corpos e nas mentes, perseguindo até mesmo os mais obscuros desejos e mínimos espasmos corporais. Essa dinâmica opera tanto em colégios e quartéis quanto em prisões e manicômios.¹⁰⁹ Ao abordar essas questões, o romance de Raul Pompeia traduz para o contexto brasileiro preocupações que estavam em voga também na Europa e nos Estados Unidos.

A reforma do sistema penitenciário tinha, neste período, um lugar central na modernização do aparato estatal. Seguindo o exemplo das nações vistas como mais avançadas (como França, Inglaterra e Estados Unidos), as jovens repúblicas latino-americanas buscaram implementar inovações em suas práticas penais – enfrentando para tal desafios crônicos (PINHEIRO & GAMA, 2016).

No Brasil e no México, essas iniciativas estavam informadas pelo positivismo: ideologia influente na classe política dos dois contextos, a despeito das limitações impostas pelos ideais patriarcais e católicos das elites conservadoras. No Brasil, a figura mais eminente dessa corrente é Benjamin Constant – e a inserção de uma máxima positivista (“Ordem e Progresso”) na bandeira nacional republicana de 1889 é a evidência mais óbvia da força dessa orientação ideológica. O México vivia então o regime conhecido como Porfiriato (1876-1911): uma espécie de republicanismo autoritário dominado pela figura do General Porfírio Díaz.¹¹⁰ Foi central para a

¹⁰⁹ A respeito dos colégios, Foucault afirma que: “Vistos globalmente, pode-se ter a impressão de que aí praticamente não se fala sobre sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo. Os construtores pensaram nisso, e explicitamente. Os organizadores levam-no em conta de modo permanente. Todos os detentores de uma parcela de autoridade se colocam num estado de alerta perpétuo” (1999, p. 34).

¹¹⁰ A homossexualidade masculina também era uma obsessão deste Regime (ver capítulo 5).

modernização do aparato estatal mexicano, especialmente a partir de 1890, uma geração de intelectuais e políticos conhecida como “os científicos”. Esse poderoso grupo era caracterizado pelo seu entusiasmo com a filosofia positivista de matriz francesa.

Na narrativa mestra esboçada por Foucault em *Vigiar e Punir* (2007 [1975]), o sistema penitenciário teria se legitimado na Europa Ocidental ao longo dos séculos XVIII e XIX como uma forma mais humana e racional de punição, em contraste com os cruéis e imprevisíveis castigos físicos. A ciência se tornava então a principal aliada do direito na reabilitação daqueles que haviam cometido crimes. Esse processo de progressiva racionalização pressupunha também a igualdade dos cidadãos diante do sistema de justiça criminal – ideal bastante problemático no contexto latino-americano do século XIX:

A permanência da escravidão e de outras formas de controle laboral, racial e social – a peonagem, o tributo indígena, o recrutamento militar forçado e as leis de vadiagem, para mencionar só algumas – contradizia flagrantemente o sistema de igualdade perante a lei e a cidadania universal que a maioria das constituições da hispano-américa prometiam (MALLON, 2009, p. 37).

A manutenção de diferenças jurídicas entre cidadãos de origem (predominantemente) europeia e a população de origem africana e indígena, relacionada com o controle da mão de obra nas periferias do capitalismo, afetou significativamente o desenvolvimento dos sistemas penitenciários. No contexto latino-americano, as prisões modernas (com penas de duração legalmente estabelecidas e programas de reabilitação) começaram a se difundir somente na segunda metade do século XIX – coexistindo com os mais brutais métodos de gestão do trabalho compulsório. Outros tipos de cárcere eram comuns desde os primórdios da colonização, mas com funções distintas: em geral lugares para manter os acusados à espera de julgamento, enquanto a punição em si (em geral castigos físicos ou trabalhos forçados) não era decidida. Não se tratava, portanto, de um sistema penitenciário no sentido jurídico atual do termo. Até o início do século XX, podiam ser consideradas prisões propriamente modernas algumas pouquíssimas unidades-modelo concentradas nas capitais federais de países como Brasil, México, Argentina e Chile.

No Brasil, a massiva escravização de pessoas de origem africana era o principal obstáculo à consolidação da ideia de igualdade perante a lei. A Casa de Correção do

Rio de Janeiro (imagem 2), primeira penitenciária da América Latina, foi inaugurada em 1850 (PINHEIRO & GAMA, 2016), quase 40 anos antes do fim da escravidão. Ela conviveria por décadas com instituições como o Calabouço (imagem 3), destinada a punir (através de pesados castigos físicos, como o açoite) os escravizados urbanos da então capital brasileira.¹¹¹ Havia, portanto, uma forte contradição entre os ideais iluministas de igualdade e a estrutura social efetiva do país:

O fato de o Brasil ser um país escravista, no entanto, refletia os paradoxos entre o humanismo iluminista que se buscava praticar e a estrutura social vigente. Como conciliar os princípios de regeneração do apenado para o convívio social quando considerados os presos escravos, e de que forma equacionar a regeneração pelo trabalho em uma sociedade que o degradava? (ANGOTTI, 2011, p. 30)

A Reforma Penal (que pretendia tornar a privação de liberdade o parâmetro da punição) era, portanto, um projeto bastante precário, que só se concretizaria minimamente em meados do século XX. A abolição da escravidão e a ascensão da República não significariam, entretanto, a vitória imediata do ideal igualitário no campo penal. Por um lado, faltavam recursos financeiros e também a vontade política para a efetivação dos direitos reconhecidos na Constituição de 1891. Por outro lado, ganhavam força teorias científicas que se opunham à igualdade jurídica com base na ideia de raça. Para alguns intelectuais e políticos influentes, diferentes grupos raciais deveriam ter direitos distintos.

Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) é o principal defensor da segregação entre brancos e negros no âmbito da Justiça Criminal (SCHWARCZ, 1993). Este médico baiano (imagem 4) afirmava que “a igualdade é falsa, a igualdade só existe nas mãos dos juristas”. Em sua famosa obra *Mestiçagem, Degenerescência e Crime*,¹¹² publicada em 1891, argumenta que os negros, tendo uma “maior propensão a cometer crimes” e um “senso deficiente de moralidade”, deveriam ser tratados de maneira distinta pela polícia e pelo Direito Penal.

¹¹¹ O Calabouço era uma instituição pública criada com a intenção de limitar a violência física dos senhores contra seus escravos. O Estado cobrava uma taxa para realizar o trabalho de punição, impondo certos limites de intensidade e frequência. Sobre o Calabouço, ver Flora Thomson-Deveaux (2018).

¹¹² Nina Rodrigues inspirou o antipático personagem do professor Nilo Argolo no popular *Tenda dos Milagres*, publicado pelo escritor baiano Jorge Amado em 1969. O nome do livro escrito pelo personagem é justamente *Mestiçagem, Degenerescência e Crime*. Esse romance foi tão popular que ganhou adaptações para o cinema em 1977 por Nelson Pereira dos Santos e para uma minissérie de televisão em 1985 pela Rede Globo.

Imagens 2, 3 e 4: Planta da Casa de Correção do Rio de Janeiro, elaborada em 1834 (Arquivo Nacional); A Punição de escravos no Calabouço em 1822 (Aquarela de Augustus Earle, da coleção da Biblioteca Nacional da Austrália); Retrato de Raimundo Nina Rodrigues (Óleo sobre tela atribuído a Lopes Rodrigues, da coleção da Escola de Medicina da Bahia).

Analisando este mesmo período, Laura Moutinho (2004) mostra que, por meio da preocupação com a questão da miscigenação, a sexualidade adquire um lugar central nos debates sobre raça no Brasil. As relações sexuais interracializadas são um ponto crítico nessa lógica: elas estão na origem da miscigenação e são, ao mesmo tempo, um efeito de uma sociedade miscigenada – onde as distâncias sociais entre sujeitos classificados como racialmente distintos não são intransponíveis.¹¹³ Por mais que haja hierarquia, esta não inibe o desejo, a intimidade e o contato sexual (mesmo que por meio de violência). No pensamento social brasileiro, a chamada “escassez de mulheres brancas” nas colônias é apresentada por diversos intelectuais como causa primordial dessa disposição a contatos sexuais menos ortodoxos. Como veremos em breve, um argumento semelhante de “escassez de mulheres” será mobilizado para compreender a alta frequência de relações homossexuais nas prisões *masculinas*.

A historiadora estadunidense Nancy Stepan (2005 [1991]) analisa a relação entre raça, gênero e nação na América Latina através da chave da eugenia. Trata-se de um estilo de pensamento científico e também político que buscava aprimorar as populações por meio de intervenções que levassem em conta suas especificidades biológicas (dando particular importância ao que se considerava então sua *composição racial*). Esse movimento se origina no final do século XIX¹¹⁴, tendo ganhado grande prestígio e sido incorporado nas políticas públicas de diversos países nas primeiras décadas do século XX. Neste trânsito internacional (e intercontinental), tradições intelectuais locais e certos elementos culturais se tornavam parte constituinte das teorias científicas. Percorrendo os contextos do Brasil, do México e da Argentina, esta autora afirma que esses países não foram meros consumidores das teorias produzidas na Europa e nos Estados Unidos:

Em lugares como a América Latina, temos de estudar a eugenia não como pálido reflexo da eugenia de outras partes do mundo, algo talvez 'mal-entendido' ou 'mal interpretado', mas como algo enraizado na experiência cultural e na história da própria região (STEPAN, 2005, p.40).

O estilo de pensamento eugênico nessa região se caracterizou por privilegiar uma concepção distinta de genética e hereditariedade. Enquanto nos países anglo-

¹¹³ Em outros contextos coloniais, como o estadunidense e o sul africano, a separação entre grupos racialmente distintos foi muito mais rígida (embora nunca completamente impermeável). Ver Laura Moutinho (2004).

¹¹⁴ O termo foi cunhado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton (STEPAN, 2005).

saxônicos a corrente dominante era mendeliana (centrada na estabilidade dos caracteres genéticos transmitidos), os latino-americanos privilegiaram a corrente neolamarckiana – que previa a possibilidade de transmissão de caracteres adquiridos. Nesta região foi promovida, portanto, uma “eugenia preventiva”, mais preocupada com as reformas sociais e com a adaptação ao meio tropical do que propriamente com a composição biológica da população.

Apesar de mobilizarem de maneiras distintas as ideologias raciais, os movimentos eugênicos latino-americanos demonstravam uma mesma preocupação: a conformação da base biológica da nação ou, em outros termos, a formação de uma “verdadeira nacionalidade”. Os esforços de grande parte desses eugenistas foram direcionados para a “superação da heterogeneidade de sua população mestiça” (STEPAN, 2005), forjando assim a homogeneização da identidade nacional.

Em seus projetos de aprimoramento eugênico da população, Argentina, Brasil e México oscilaram entre o ideal do *branqueamento* (aproximação do ideal europeu, com o apagamento progressivo da herança das raças percebidas como inferiores) e o da conformação de uma *identidade mestiça* (produzir a síntese mais harmônica possível das diferentes raças presentes na nação). De uma forma ou de outra, buscavam caminhos alternativos aos estereótipos negativos que os cientistas europeus apresentavam acerca da instabilidade da composição racial das nações latino-americanas. Nas palavras de Stepan:

Os argentinos eram vistos, na melhor das hipóteses, como europeus pobres. O México, com seus índios e mestiços, jamais foi considerado próximo à norma branca dos racistas. No Brasil, o clima tropical era visto como fator adicional de deterioração de sua população mestiça (ibid., p. 150).

Para superar esses prognósticos deprimentes, a historiadora mostra como cada movimento eugênico interpretou as ideologias raciais da época. Na Argentina, predominou o projeto racista de *branqueamento* da população, promovendo a imigração massiva de europeus e o controle populacional dos setores de origem indígena e africana. O Brasil adotou políticas semelhantes, mas por aqui a miscigenação foi vista também como um elemento produtivo, que permitiria a assimilação sucessiva dos descendentes de negros e indígenas à civilização. Ela contribuiria também para a adaptação da população de origem europeia ao clima tropical. A ideia de *miscigenação construtiva* foi ainda mais forte no México. Como veremos no capítulo 5, o ensaísta

Jose de Vasconcelos propôs em 1924 a popular ideia de *raça cósmica*, que seria rapidamente incorporada pela ideologia oficial do Estado pós-revolucionário.

A criminologia foi um dos campos nos quais os ideais da eugenia penetraram profundamente. As práticas sexuais dos presos foram frequentemente percebidas como sintomas de sua “degeneração racial”. Ao mesmo tempo, seus direitos de exercício da sexualidade (heterossexual) também foram pensados como perigosos por potencialmente transmitirem seus caracteres indesejáveis (produzindo filhos “geneticamente programados para a delinquência”). Como veremos ao longo do capítulo, uma das principais preocupações dos criminólogos brasileiros foi adaptar as teorias do Direito Penal ao contexto brasileiro, com suas especificidades raciais e ambientais. Ao analisar suas teorias e propostas de Reforma Penal, consideramos que as “representações científicas tanto são conformadas como formam o mundo à sua volta” (ibid., p. 213).

O gênero da criminalidade

A mulher criminosa é duplamente excepcional: como mulher e como criminosa. Isso porque criminosas são exceções dentre as pessoas civilizadas, e as mulheres criminosas são exceções dentre os criminosos, sendo a forma natural feminina de regressão à prostituição, não ao crime. Por ser uma dupla exceção, a criminosa feminina nata é um verdadeiro monstro.

Cesare Lombroso

Conforme anunciado na introdução, ajustei o foco desta pesquisa às unidades *masculinas* do sistema penitenciário. Isso não significa dizer que essas instituições “não têm gênero” e muito menos que elas constituem a norma, enquanto as prisões *femininas* seriam uma variação marginal.¹¹⁵ Em um artigo recente, Natália Lago e eu argumentamos que:

As relações de gênero e sexualidade são estruturantes dos dispositivos de privação de liberdade como um todo, e não apenas das experiências de sujeitos marcados em termos de gênero e sexualidade no interior deles – como mulheres ou presos LGBT (ZAMBONI & LAGO, 2018, p. 230).

¹¹⁵ Nas palavras de Angela Davis: “Embora os homens constituam a grande maioria dos prisioneiros do mundo, aspectos importantes da operação de punição estatal serão negligenciados se assumirmos que as mulheres são marginais e, portanto, não merecem atenção” (DAVIS, 2003, p. 65, tradução minha.)

A divisão sexual das prisões define mutuamente tanto as unidades *femininas* como as *masculinas*. Ao olhar para prisões *masculinas*, considero, portanto, que estas se definem em oposição às prisões *femininas*. A ausência de *mulheres cisgênero* como internas (e muitas vezes também como funcionárias e visitantes) é uma de suas características fundamentais – especialmente relevante quando falamos da sexualidade dos presos. As prisões *femininas*, deste modo, nunca estão completamente fora do horizonte: elas serão trazidas para o debate sempre que possível.

Em termos metodológicos, a tentativa de analisar os dois universos paralelamente seria, no entanto, contraproducente. Embora estejam em relação, os dois contextos levantam questões muito diferentes a respeito da articulação entre gênero, sexualidade e punição. Angela Davis argumenta que as *mulheres* infratoras foram representadas como sendo fundamentalmente distintas dos *homens* que cometiam o mesmo tipo de falta. Seu comportamento era entendido como muito mais anormal:

Desde o final do século XVIII, quando [...] o encarceramento começou a emergir como a forma dominante de punição, as mulheres condenadas foram representadas como essencialmente diferentes de suas contrapartes masculinas. É verdade que os homens que cometem os tipos de transgressões consideradas dignas de punição pelo Estado são rotulados como desviantes sociais. No entanto, a criminalidade masculina sempre foi considerada mais "normal" do que a criminalidade feminina. Sempre houve uma tendência a considerar as mulheres que foram punidas publicamente pelo Estado por seus comportamentos inadequados como significativamente mais aberrantes e muito mais ameaçadoras para a sociedade do que suas numerosas contrapartes masculinas (2003, p. 65-66, tradução minha).

Seguindo essa linha de pensamento, a filósofa argumenta que dentro do quadro mais amplo de modalidades de punição, a prisão *masculina* e a prisão *feminina* não são equivalentes simétricos. As *mulheres* são submetidas a outras formas de punição que não são percebidas como tais – como é o caso da violência doméstica e das instituições psiquiátricas. Enquanto os *homens* tendem a ser enquadrados como criminosos, as *mulheres* tendem a ser diagnosticadas como loucas:

Ao procurar entender essa diferença de gênero na percepção dos prisioneiros, deve-se ter em mente que, à medida que a prisão emergia e evoluía como a principal forma de punição pública, as mulheres continuavam sendo rotineiramente sujeitas a formas de punição que não foram reconhecidas como tal. Por exemplo, as mulheres foram encarceradas em instituições psiquiátricas em proporções maiores do que nas prisões. Estudos indicando que as mulheres têm maior probabilidade de acabar em instalações mentais do que os homens sugerem que, embora as prisões tenham sido

instituições dominantes para o controle dos homens, as instituições mentais têm servido a um propósito semelhante para as mulheres. Os homens desviantes foram construídos como criminosos, enquanto as mulheres desviantes foram construídas como loucas. Regimes que refletem essa suposição continuam a informar a prisão das mulheres. As drogas psiquiátricas continuam a ser distribuídas muito mais extensivamente às mulheres encarceradas do que aos homens (DAVIS, 2003, p. 66, tradução minha).

Para além de serem consideradas loucas, as “mulheres criminosas” costumam ser também hiperssexualizadas pelo discurso criminológico. O desvio moral e o desvio sexual aparecem como profundamente relacionados em obras clássicas como *La Donna Delinquente: la prostituta e la donna normale* [A Mulher Delinquente: a prostituta e a mulher normal], publicada em 1893 por Cesare Lombroso (1935-1909). Neste influente tratado, o célebre criminólogo italiano apresenta a prostituta (escrava da própria sexualidade incontrolável) como o “paradigma da mulher criminosa” (imagem 5). Como podemos ver na epígrafe dessa seção, estas são vistas como uma “dupla exceção”, um “verdadeiro monstro”. No contexto estadunidense, herdeiro de uma tradição escravocrata, Davis argumenta que essa compreensão hiperssexualizada das prisioneiras é também fortemente racializada:

Se expandirmos nossa definição de punição sob a escravidão, podemos dizer que as relações sexuais coercitivas entre escravo e senhor constituíam uma penalidade imposta às mulheres, mesmo que pelo único motivo de serem escravas. Em outras palavras, o desvio [sexual] do mestre escravocrata era transferido para as escravas que ele vitimizava. Da mesma forma, o abuso sexual praticado por agentes penitenciários é transmutado na suposta hiperssexualidade de mulheres presas. A noção de que o desvio feminino sempre tem uma dimensão sexual persiste na era contemporânea e essa interseção entre criminalidade e sexualidade continua sendo racializada. Assim, as mulheres brancas rotuladas como “criminosas” estão mais associadas à negritude do que suas contrapartes “normais” (ibid., p. 68, tradução minha).

As antropólogas Natália Padovani (2010) e Bruna Angotti (2011) mostram que as teorias de Lombroso penetraram com força também no contexto brasileiro, influenciando algumas das primeiras políticas penais voltadas especificamente para *mulheres* no país. Angotti identifica esta influência na diferenciação proposta entre *criminosas natas* (“prostitutas”) e *criminosas eventuais* (“mulheres normais”), presente em alguns dos primeiros documentos que propunham mudanças no tratamento penal dispensado a *mulheres*. Nos anos 1930 e 1940, os pioneiros da criminologia no Brasil

Imagem 5: Folha de rosto e ilustrações de *La Donna Delinquente* (1893), de Cesare Lombroso.

começaram a se preocupar com a separação entre unidades *masculinas* e *femininas*, bem como entre “diferentes perfis de mulheres presas”:

O artigo 266 do Anteprojeto de Código Penitenciário 71 de 1933, ao mesmo tempo em que proibia a existência de seções de mulheres no mesmo edifício das casas de detenção, possibilitava “a construção de pequenos pavilhões a elas destinados, com a natural separação entre as condenadas e as que aguardavam sentenças, e, quanto às condenadas, entre mulheres honestas e as de maus precedentes”. Tal anteprojeto, redigido por membros do Conselho Penitenciário, como Cândido Mendes, Lemos Britto e Heitor Carrilho, refletia o posicionamento de que havia tipos distintos de mulheres delinquentes, e que era necessário separá-las (ANGOTTI, 2011, p. 163).

José Gabriel Lemos Britto (1886–1963) foi possivelmente o mais dedicado defensor de “reformas no tratamento de mulheres infratoras” pelo Estado brasileiro. Este advogado e jurista de origem baiana (e radicado no Rio de Janeiro, então capital federal) produziu algumas das mais influentes obras de sua geração sobre a questão penitenciária no Brasil. No *Anteprojeto do Regimento da Penitenciária de Bangu*, documento que redigiu em 1942, Lemos Britto é especialmente enfático acerca da necessidade de “separar as mulheres segundo seu perfil criminal”:

Ao lado da mulher honesta e de boa família condenada por um crime passionai ou culpos, ou que aguarda julgamento, seja por um aborto provocado por motivo de honra, seja por um infanticídio determinado muita vez por uma crise psíquica de fundo puerperal, estão as prostituídas mais sórdidas vindas como homicidas da zona do baixo meretrício, as ladras reincidentes, as mulheres portadoras de tuberculose, sífilis e moléstias venéreas ou de pele, hostis à higiene, quando não atacadas de satiríase, tipos acabados de ninfômanas, que submetem ou procuram submeter pela força as primeiras aos mais repugnantes atos de homossexualismo (Lemos Britto apud ANGOTTI, 2011, p. 160).

Fica claro nesse trecho a forte associação entre desvio moral e desvio sexual, típica do pensamento lombrosiano. Supõe-se que são justamente as *criminosas natas* (“prostitutas sórdidas” e “ladras reincidentes”) que “submetem ou procuram submeter” as *mulheres honestas* “aos mais repugnantes atos de homossexualismo”. Os tipos de crime associado com as *mulheres honestas* são justamente aqueles que não destoam das expectativas de gênero da época: crimes passionais ou culposos, frequentemente associados a crises psíquicas. Mais perigosas são as *mulheres* que apresentam uma vida

sexual intensa (“prostitutas e ninfômanas”) ou que cometem crimes vistos como tipicamente masculinos – subvertendo, assim, as expectativas sociais sobre as *mulheres*.

Lemos Britto defendia a ideia de que era preciso criar “um regime de execução da pena que se adapte à sua condição de mulheres” (apud ANGOTI, 2011, p. 187). A criação de unidades prisionais “exclusivamente femininas” é o efeito mais concreto dessa percepção. Essas começam a se difundir efetivamente no Brasil a partir de finais dos anos 1930. Antes disso, as prisões eram pensadas por e para *homens*, mas eram tecnicamente mistas. As instituições pioneiras nesse sentido foram o Reformatório de Mulheres Criminosas em Porto Alegre, o Presídio de Mulheres de São Paulo, na capital deste estado, e a Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal, no Rio de Janeiro – inauguradas respectivamente em 1937, 1941 e 1942. Segundo Angotti, o Código Penal de 1940 foi um ponto de inflexão nesse processo:

Em especial o parágrafo 2º do artigo 29 do CP [Código Penal] de 1940 acelerou a construção de estabelecimentos prisionais para mulheres, uma vez que o texto era taxativo ao afirmar que “as mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em secção adequada da penitenciária ou prisão comum, ficando sujeita a trabalho interno”. A partir da promulgação do CP, o estado da Federação que não atentasse para o aprisionamento feminino, criando um novo espaço para reclusas, ou adequando um já existente, estaria agindo contra a lei. [...] Soma-se a isso a pressão dos penitenciaristas e do Conselho Penitenciário do Distrito Federal que, há décadas, chamava a atenção para a situação carcerária feminina. As razões dadas para a separação entre homens e mulheres eram inúmeras, sendo as principais a promiscuidade sexual em ambientes nos quais conviviam juntos; a precariedade dos espaços que sobravam para as mulheres nas penitenciárias e cadeias; e a promiscuidade das próprias detentas entre si (ANGOTTI, 2011, pp. 191-192)

A sexualidade ocupa, portanto, um lugar central nos debates que culminaram no projeto de separação entre unidades *masculinas* e *femininas* no sistema penitenciário brasileiro. Natália Padovani argumenta que a gestão desta é fundamental também para o funcionamento cotidiano dessas instituições. Em sua pesquisa sobre as “formas passadas e presentes de análise e gerenciamento do sexo das internas da Penitenciária Feminina da Capital” (em São Paulo), afirma que a heterossexualidade é a “matriz fundante” desta instituição (ibid., p. 15). Sua reflexão contempla também os “discursos subversivos sobre o sexo que surgiram dentro da penitenciária feminina”, produzidos sobretudo pelas *mulheres presas*, e também as “formas de punição a estes, ou ainda, os

meios pelos quais eles foram sendo absorvidos pela instituição” (idem). Inspirada por Foucault, Padovani descreve esse movimento como “perpétuas espirais de prazer e poder” em menção ao:

[C]onfronto discursivo por meio do qual o poder fixa e localiza o prazer ao mesmo tempo em que o difunde através de relatórios psicopedagógicos ou, no caso específico da prisão, sanções disciplinares. [...] A leitura dos prontuários e as entrevistas realizadas pretendiam escutar as falas ali presentes de modo a possibilitar a observação desta espiral em movimento que não se constitui em uma realidade estanque e circular, mas sim em uma batalha travada diariamente, na qual a posição dos oponentes é constantemente alterada (PADOVANI, 2010, p. 50).

As batalhas que se travam em torno da sexualidade são, portanto, constitutivas da produção do cotidiano da prisão. Conformam tanto as práticas disciplinares de poder quanto as formas de subversão e busca do prazer – que podem ser outra vez capturadas pelos dispositivos de controle.

Tanto Padovani quanto Angotti mostram que as primeiras prisões *femininas* se caracterizavam pela tentativa de forjar nas internas um certo ideal de feminilidade. Em outras palavras, enquanto as prisões *masculinas* pretendiam supostamente formar bons cidadãos e trabalhadores, as prisões *femininas* se propunham a formar “boas mulheres e esposas”. A criminalidade masculina era vista como uma falta moral, mas não como uma traição ao gênero masculino (pelo contrário, podia ser até mesmo efeito de um “excesso de masculinidade”). Preocupante, em alguns casos, é que uma vez na prisão o criminoso se feminize por meio da violência sexual. Já a criminalidade feminina é vista como um atentado à própria feminilidade, uma “monstruosidade” na tradição lombrosiana. E é justamente essa “feminilidade perdida” que as instituições de correção se propuseram a recuperar.¹¹⁶ Suas atividades eram organizadas de acordo com um ideal de “dever ser mulher”:

Nas décadas de 1940 e 1950, o cárcere tinha como funções alegadas a defesa social, ou seja, a retirada, da sociedade, de indivíduos considerados perigosos e uma função ressocializadora, capaz de recolocar os indivíduos reabilitados na sociedade. O trabalho era visto como elemento capaz de exercer essa função, mas era necessário assegurar que as tarefas exercidas na prisão pudessem ser reproduzidas fora dela, permitindo a ressocialização. Nesse sentido,

¹¹⁶ Uma dinâmica semelhante foi observada por Rochele Fachinetti (2008) no contexto do cumprimento de medidas socioeducativas no Rio Grande do Sul. As internas de uma unidade feminina a chamavam de “casa de bonecas”, enfatizando o caráter generificado das atividades oferecidas.

às mulheres deveriam ser garantidos meios de reprodução de uma vida ideal feminina, em consonância com um modelo de “dever ser” mulher (ANGOTTI, 2011, p.51).

Outro elemento significativo é que tanto a penitenciária estudada por Angotti no Rio de Janeiro quanto a estudada por Padovani em São Paulo foram administradas a princípio por uma congregação católica: o Instituto Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d’Angers. Ou seja, a punição e o projeto ressocializador se orientavam não apenas por parâmetros legais, mas também por valores religiosos. Padovani mostra que, enquanto a Penitenciária Feminina da Capital foi administrada por essa congregação, as “relações sexuais e afetivas entre mulheres” eram frequentemente registradas nos prontuários como “faltas contra a moral” (PADOVANI, 2010, p. 62). Essas *faltas* podiam ser mobilizadas para atrasar a progressão de pena das internas.

Em 1977, a administração da prisão estudada por Padovani passou a ser laica, transformando os métodos de gestão da sexualidade. Foram produzidos detalhados perfis físicos e psicológicos das internas, avaliando se elas se enquadravam ou não nos padrões aceitos de gênero e sexualidade. Esse saber indiscreto informava as práticas disciplinares, como a distribuição das presas pelas celas. A primeira diretora laica da unidade afirmou em uma entrevista concedida à antropóloga que “as celas sempre tiveram de ser organizadas para que cada uma abrigasse uma ou três internas de modo a impedir que casais homossexuais fossem formados” (ibid., p. 65).

O eixo das “relações afetivas e sexuais entre mulheres na prisão” foi trabalhado prolificamente por diversas autoras que realizaram etnografias nesse contexto. Entre elas podemos destacar Fabíola Cordeiro (2015) e Natália Negretti (2015) – além da pesquisa mais recente de Natália Padovani (2018). Conforme afirmei na introdução, esta perspectiva de análise se desenvolveu muito mais no campo das prisões *femininas* do que no das prisões *masculinas*. Sem perder de vista os valiosos *insights* dessas autoras, mudemos de foco para o universo das unidades *masculinas*.

A questão sexual nas prisões

Para aquela ilha [Fernando de Noronha] se não concertem passar mulheres [...] da falta deste sexo nascem horrorosos crimes; a sodomia, a bestialidade [...] a corrupção faz com que se façam com publicidade e pompa casamentos entre pessoas do mesmo sexo, e que esses infelizes se denominem por marido e mulher: os ciúmes dos ganimedes causam frequentes desordens, este mal ataca desde o comandante do presídio até o último dos degredados, e habitados

nela quando voltam da ilha o conservam e introduzem; e por isso jamais pode ser remediado sem se alterar, ou inteiramente mudar a ordem do governo da ilha (Clérigo Bernardo Luis Ferreira Portugal, 1796 apud BEATTIE, 2009, p. 215).

Esse trecho de uma carta do final do Século XVIII, citado pelo historiador estadunidense Peter Beattie, é a referência mais antiga conhecida acerca das relações (homos)sexuais entre condenados no atual território brasileiro, ainda no período das colônias penais portuguesas (imagem 6). As questões que o perpassam são, no entanto, muito semelhantes às que vão dominar o debate sobre a sexualidade dos presos em todo o século XIX até meados do século XX: que efeitos (de curto e longo prazo) têm sobre os *homens* condenados a “privação do contato com mulheres”? O que pode e deve ser feito para remediar os efeitos perversos desse isolamento?

Beattie analisa os debates públicos acerca dessa temática de finais do século XIX até meados da década de 1950. A obra central ao qual ele dedica a maior parte de seu trabalho é o ensaio *A questão sexual nas prisões* (imagem 7), publicado em 1934 por José Gabriel Lemos Britto – o mesmo que vimos defender “mudanças no tratamento de mulheres criminosas” na seção anterior.

A natureza do desejo sexual masculino adquire centralidade neste debate. As prisões brasileiras são analisadas como um caso particular entre instituições que segregam gêneros em todo o mundo. Lemos Britto argumenta que “a masturbação e o homossexualismo” eram “problemas comuns” em todas essas instituições, até mesmo nas escolas e academias militares que segregavam jovens brancos da elite (BEATTIE, 2009, pp. 226-7). Indaga, a seguir, as particularidades do Brasil por um lado e das prisões por outro.

Em sua análise do contexto brasileiro, a composição racial da população ganhava centralidade. O jurista compara metaforicamente as influências do meio no processo de colonização e no sistema penitenciário: a prevalência da miscigenação no primeiro seria análoga à grande frequência de relações homossexuais no segundo. A “escassez de mulheres” e o distanciamento dos “padrões morais da comunidade” parecem ser as causas comuns dos dois fenômenos:

Os que criticam os antigos conquistadores pelas suas relações com as mulheres aborígenes, e ainda com as negras trazidas da África ignoram por certo a que extremo conduz o instinto sexual em determinadas circunstâncias. Ele que é soberano no meio social, onde todas as facilidades se lhe oferecem a satisfação normal de suas

Detentos correcionaes durante o trabalho

Imagem 6 e 7: A Colônia Penal de Fernando de Noronha;
folhas de rosto das duas obras intituladas *A questão Sexual das Prisões*
(de José Gabriel Lemos Britto e Astor Dias Guimarães, respectivamente).

imposições, se transmuta em déspota cruel nesses lugares recônditos e nesses momentos de segregação impondo até a prática de monstruosas aberrações físicas e morais, que são, afinal, no quadro da sexualidade, meras subordinações do homem ao determinismo orgânico e social. (LEMOS BRITTO, 1934 apud BEATTIE, 2009, p. 223).

Lemos Britto, embora reconheça a pressão exercida pelo desejo sexual num contexto de abstinência, não afirma que essa fosse a causa única das relações homossexuais. Enumera quatro outras causas que reforçam a tendência dessas práticas ocorrerem com tamanha frequência (BEATTIE, 2009). A primeira é que havia muitas *anomalias mentais* entre os condenados, o que muitas vezes se expressa em *anomalias sexuais*. Em segundo, afirma que muitos presos já tinham relações com pessoas do mesmo sexo em liberdade, apenas reproduzindo os *maus hábitos* dentro do cárcere. Em terceiro, afirma que essas práticas eram muitas vezes resultado da coação dos mais velhos e experientes sobre os mais jovens e desprotegidos. Por fim, documenta que muitas relações sexuais eram realizadas em troca de pagamento, favores ou proteção (portanto, como uma estratégia de sobrevivência, não como a concretização de um desejo).

O advogado baiano contempla em seu trabalho, deste modo, a diversidade de formas que as relações homossexuais podem assumir, embora veja todas como moralmente condenáveis. Descreve, assim como o Clérigo Bernardo Luis Ferreira Portugal em sua carta, a presença de casamentos estáveis celebrados formalmente reconhecidos pelo conjunto dos internos. Essas uniões eram toleradas pela administração, que evitava intervir enquanto essas não causassem disputas ou brigas (em geral motivadas por ciúmes). Detalha também a rigidez dos papéis sexuais e de gênero: o *marido* devia ser mais masculino e ativo sexualmente, enquanto a *esposa* devia ser feminina e sexualmente passiva. A manutenção da masculinidade do *marido* dependia da sua capacidade de manter a esposa em uma posição *submissa*.

Considerando as causas e as formas que os “desvios sexuais” assumem nas prisões, a obra de Lemos Britto aponta para duas vertentes de soluções – relacionadas com duas diferentes formas de se compreender a natureza do desejo sexual masculino. Uma vertente, defendida vigorosamente pelo autor, é a das práticas disciplinares que buscam combater a homossexualidade e a masturbação. Essas incluem a construção de presídios modernos com celas individuais, a vigilância constante por um corpo eficaz de guardas, educação sobre saúde e sexualidade para os presos e, por fim, a sublimação

do desejo por meio de uma árdua rotina de trabalho. Nesse sentido, “para Lemos Britto, gerenciar de forma correta a relação sexual do detento continuava sendo a chave para a reabilitação penitenciária” (BEATTIE, 2009, p. 234). Ele estava entre os que acreditavam que o desejo sexual masculino, embora poderoso, poderia ser sublimado por meio de técnicas modernas de disciplinamento dos corpos.

Uma segunda vertente de soluções, da qual Lemos Britto se afasta, parte da ideia de que a sexualidade masculina é uma necessidade fisiológica imperiosa e que, portanto, a abstinência comprometeria a saúde física e mental dos condenados. A solução seria regular as formas de contato sexual dos presos com “mulheres livres” – fossem elas esposas, amantes ou prostitutas fornecidas pelo Estado.¹¹⁷ O caso paradigmático apresentado pelo autor é o México, país que incluiu o direito às visitas íntimas no novo Código Civil (de 1917), aprovado em meio ao processo revolucionário (1910-1920), e que em 1930 havia começado a aplicar essa medida em escala nacional. Apesar de não recomendar a aplicação de semelhante medida no país, o advogado brasileiro:

Sentia certo orgulho latino-americano pela realização do México e sugeriu de que se tratava de uma instância em que reformadores latino-americanos guiavam o mundo. Lemos Britto, como muitos outros juristas e patriotas de seu tempo, via a reforma penal como uma área onde, ao menos desde a queda da Bastilha, nações disputavam a preeminência. Uma vez que a reforma penal tinha sido considerada uma marca de modernidade e civilização, especialmente por reformadores liberais da América Latina, Lemos Britto aponta com orgulho a modernidade da América Latina, ultrapassando as nações do Atlântico Norte (BEATTIE, 2009, pp. 224-5).

Peter Beattie, no entanto, afirma que essa compreensão do pioneirismo mexicano é inexata. Apesar do México e da Rússia revolucionários terem sido os primeiros países a prever a visita conjugal no Código Penal, experiências concretas desse tipo já vinham sendo conduzidas nos Estados Unidos desde 1918. Analisando o programa da Colônia Penal Agrícola de Parchman Farm, no Mississippi (sul dos Estados Unidos), o historiador mostra como essas iniciativas não deixavam de refletir as divisões raciais do vizinho do Norte:

Inicialmente, as visitas conjugais eram limitadas a prisioneiros negros, pois as autoridades penais brancas presumiam que eles se

¹¹⁷ Essa polarização parece refletir os debates entre abolicionistas e regulacionistas da prostituição descrita por Sérgio Carrara em *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil da passagem do século aos anos 1940* (CARRARA, 1996).

tornariam mais produtivos, caso lhes acenassem com a recompensa de dar vazão a sua concupiscência. Originalmente contratavam-se prostitutas para visitar estes prisioneiros negros trabalhadores, mas as autoridades da fazenda penal informavam os moradores locais que as mulheres eram esposas dos condenados. Só nos anos 1930, o privilégio foi estendido aos brancos que viviam em alojamentos racialmente segregados, longe dos negros. As autoridades deram então às esposas dos condenados o direito de participar das visitas íntimas. O pioneiro programa de visitas conjugais nos Estados Unidos teve mais a ver com a visão racista a sexualidade negra masculina e com a questão da produtividade do que com a preocupação de manter os laços entre o condenado, a mulher e a família (BEATTIE, 2009, p. 225).

A análise de Beattie da experiência pioneira do Mississippi mostra a que ponto o funcionamento das instituições prisionais está informada por compreensões racializadas da sexualidade masculina.¹¹⁸ Se no contexto latino-americano a segregação racial não aparece de maneira tão nítida (como a separação entre pavilhões de brancos e negros ou a aplicação de normas distintas), veremos que uma leitura também racializada da composição da população prisional informa as estratégias disciplinares aplicadas ao sul do Rio Grande.

Voltando a Lemos Britto, suas objeções contra a criação de um programa de visitas íntimas ou conjugais são mais de ordem prática do que de princípios jurídicos. Ele argumenta que as visitas causariam muito mais problemas disciplinares para a administração do que o alívio temporário das necessidades afetivas e sexuais dos internos poderia compensar. Ele vai mais longe e chega a se opor a qualquer visita de pessoas do sexo oposto em prisões: “se sois homem não entreis em uma prisão de mulheres, se mulher não dei um passo numa prisão de homens” (LEMOS BRITTO, 1934 apud BEATTIE, 2009, p. 231).

O princípio legal da igualdade entre *homens* e *mulheres* é mobilizado pelo autor para reforçar sua rejeição às políticas de visita íntima no cárcere. Afirmando que a autorização de visitantes do sexo oposto deveria logicamente se estender às *mulheres* uma vez implementado, apelava à moral conversadora dos seus interlocutores: a ideia de que *homens* se prostituíssem para *mulheres* encarceradas com a anuência do Estado causava repulsa imediata a qualquer “cidadão brasileiro de bem” na década de 1930. A isso se somavam as preocupações com o risco de gravidez e da transmissão de doenças (como a sífilis) no contexto das prisões.

¹¹⁸ Sobre a racialização da masculinidade nos Estados Unidos, ver Gail Bederman (2008).

A preocupação com a questão sexual nas prisões não era exclusiva de criminólogos. Em uma pesquisa histórica sobre as prisões de Ilha Grande (Rio de Janeiro), Miriam Sepúlveda dos Santos e Yasmin Issa (2016) mostram como, nesse mesmo período, políticos e jornalistas manifestavam ocasionalmente indignação moral diante do problema. Em maio de 1952, uma comissão parlamentar visitou as duas colônias localizadas nessa ilha. Um de seus integrantes, o deputado carioca Breno da Silveira:

Além de denunciar a falta de recursos, ficou impressionado com o “drama do homossexualismo”, que foi descoberto não só na Ilha Grande, mas também nos barcos que levavam aos internos para a prisão. Segundo o deputado, prevaleceu “negligência, negligência, total negligência por parte do governo”, o que não deu ao ‘infeliz’ qualquer tipo de ajuda para superar a degradação ali observada (SANTOS & ISSA, 2016 p. 14).

A homossexualidade se enquadrava então dentro de um quadro mais geral de precariedade institucional e “degeneração moral” dos internos. Era tratada, no entanto, como um problema relativamente menor dentro da gestão do cotidiano das prisões. Mais do que uma condenação rigorosa de práticas ou identidades dissidentes, a postura da administração penitenciária costumava ser a de negligenciar a violência sexual frequentemente praticada entre presos:

Nas ordens de serviço da Colônia Penal, encontramos listadas penalidades para pederastia. No entanto, enquanto um recluso que escondia uma sacola de milho recebia punição de dez dias em uma cela escura, um interno que forçara outro “a praticar atos de pederastia e atos imorais” era punido por apenas três dias. [...] No sistema pouco supervisionado em que os detentos eram mantidos na Colônia Penal Cândido Mendes, a orientação sexual dos presos não era um problema para seus diretores. O controle da sexualidade de 600 homens, trabalhando fora de suas celas e sem visitas íntimas, era praticamente inexistente (ibid., 2016 p. 14).

Neste trecho, é interessante observar que pouca diferenciação é feita, na perspectiva da administração prisional, entre relações sexuais consensuais ou violentas. Pouco importa se expressam a consumação de um desejo mútuo, uma violação imposta pela força ou uma troca material: todas as formas são igualmente condenáveis. O “drama do homossexualismo” abrange tanto o estupro quanto a diversidade de práticas sexuais e as variadas expressões de gênero (como presos com papéis femininos). A figura do *pederasta* flutua entre o que hoje veríamos como *homossexuais*, *travestis*,

estupradores e vítimas de estupro. A abstinência sexual completa é a única prática moralmente legítima.

A despeito da condenação das práticas nos regulamentos disciplinares e da patologização pelos saberes médicos e criminológicos, a identidade homossexual nunca foi enquadrada como crime no Brasil. Isso não significa, no entanto, que sujeitos vistos como homossexuais não fossem discriminados e perseguidos pelos aparatos de segurança pública. O historiador James Green (2003) argumenta que diversas formas de criminalização e abuso de autoridade pesavam sobre esses sujeitos ao longo do século XX:

Era uma prática comum para a polícia no Rio e em São Paulo perseguir os homossexuais nas áreas do centro e detê-los durante várias semanas, de modo que pudessem usar seus serviços para limpar as delegacias de polícia. [...] As bichas eram presas rotineiramente sob a alegação de estarem violando o artigo 282 do Código Penal (ultraje público ao pudor) ou o artigo 399 (vadiagem), de forma que a polícia pudesse exigir que desempenhassem tarefas domésticas nos distritos policiais (GREEN, 2003, p. 213).

Em 1955, 21 anos após ter sido escrita, a obra de Lemos Britto recebe uma resposta de um promotor público de São Paulo, Astor Guimarães Dias. Seu livro possui o mesmo nome do de Lemos Britto (*A questão sexual nas prisões*), e receberia o prêmio Oscar Freire de Criminologia (imagem 7). Ao contrário do seu antecessor baiano, o paulista tinha como tese central “uma ardorosa defesa de uma política nacional de visitas íntimas para muitos dos detentos” (BEATTIE, 2009, p. 235). Concordavam, no entanto, quando se tratava das visitas em prisões *femininas*, tidas como “ímorais e desnecessárias”, visto que entre elas o desejo sexual não seria tão imperioso. Nas palavras de Dias:

Deve o presídio atribuir às mulheres ocupações várias, oferecer entretenimentos diversos, realizar palestras educativas que empalideçam, quanto possível, a figuração mental do ato sexual. A solicitação sexual, menor que para os homens, se for sublimada, desaparecerá. Tendo em vista esta constatação fisiológica não se permitirá a visita conjugal de amantes às condenadas (DIAS, 1955 apud BEATTIE, 2009, p. 231).

Em contraste, a satisfação do desejo sexual masculino era, para Dias, incontornável, pois “no homem a força da natureza e do hábito causavam muito mais aflições e perturbações”. Para além da dimensão de gênero, certos atributos raciais do brasileiro são mobilizados e combinados com as características climáticas do país para

justificar a imperiosidade da carne. A linguagem de Dias é surpreendentemente poética nesse momento – nos remete mais ao estilo literário dos clássicos do pensamento social brasileiro do que aos áridos tratados de criminologia:

No Brasil, a natureza toda é um convite, como que uma solicitação do ato sexual – o clima tropical excita os nervos e aguça a sensibilidade, o sangue ardente do brasileiro, resultante do caldeamento de três raças emotivas, predispõe fisiologicamente o homem aos prazeres do sexo, a exuberância da paisagem natural desperta uma nervosa sede de fusão, um desejo irrefreado de viver e repartir com alguém os encantos da carne (ibid., p. 238).

A essas características raciais e climáticas, soma-se a compleição moral típica da população prisional. Dias compartilha com outros criminólogos a ideia de que, por conta de sua “índole mais primitiva” e de seu “caráter menos polido [...], o criminoso, via de regra, sente mais penosamente as solicitações do sexo” (ibid., p. 237).

Quando Astor Guimarães Dias publica seu livro, já estavam em curso há alguns anos as primeiras experiências de visitação íntima no Brasil. A penitenciária do Distrito Federal (hoje Rio de Janeiro) havia inaugurado em 1948 uma “câmara nupcial” – e a prioridade da concessão do direito às visitas era decidida por uma comissão mista formada por funcionários e presos. Apesar de criticar o fato de a câmara se localizar dentro da prisão (não contando com entrada separada), Dias celebra o fato de que “essa inovação revolucionária existe apenas no Brasil e no México” (idem) – reproduzindo, 20 anos depois, o mesmo inexato orgulho de Lemos Britto.

Até o início dos anos 1960,¹¹⁹ a sexualidade dos presos não é tratada como uma questão de direitos, mas sobretudo como uma questão moral e disciplinar. Trata-se de prevenir “relações sexuais imorais” e os problemas disciplinares dela derivados. Os que defendem a visita íntima não o fazem em termos da concessão de direitos aos presos, mas como uma tecnologia de controle dos corpos: uma válvula de escape para

¹¹⁹ No início dos anos 1960, a homossexualidade dos internos ainda incomodava as autoridades (SANTOS & ISSA, 2016). O Sr. Levi Ibsen de Moura, chefe de uma comissão eleita em 1962 para apresentar soluções para o problema carcerário, demonstrou também preocupação com a questão da sexualidade. No relatório, alega que, devido à crônica falta de guardas para supervisionar o que se passava, “os presos fisicamente mais fracos enfrentavam o dilema de ter que matar ou ser corrompido”. E acrescenta: “Tão logo chega à Colônia, nota-se a atitude peculiar de alguns dos prisioneiros, com suas unhas compridas, cabelos estranhos e aparência lânguida. No entanto, existem casos como o do preso Ramirinho que matou cinco colegas em seis meses e foi finalmente transferido para [a penitenciária] Lemos Brito” (Idem, p. 15)

o irrefreável desejo sexual masculino e também uma moeda de troca que a administração penitenciária detém, concedendo benefícios em troca de obediência.

Nesta seção, atentamos basicamente para a perspectiva dos juristas e agentes do Estado. A seguir, devo contemplar também a experiência subjetiva de pessoas que estiveram presas neste mesmo período. Este exercício se torna possível devido aos relatos deixados por um personagem histórico singular.

Madame Satã

João Francisco dos Santos (1904-1976), mais conhecido como Madame Satã, é uma figura icônica no imaginário da noite e do carnaval cariocas (imagem 8). Negro, homossexual, de origem nordestina e grande valentia, celebrizou-se como artista performático e como *malandro* nos cabarés e nas ruas do bairro boêmio da Lapa desde a década de 1930. Foi preso inúmeras vezes, acusado dos mais diversos delitos e passaria, por este motivo, grande parte de sua vida atrás das grades.

Suas histórias são preciosas por diversas razões. Para essa pesquisa, interessam particularmente os relatos em primeira pessoa que transmitiu sobre as prisões brasileiras nas décadas de 1930, 1940 e 1950 – talvez os únicos deixados por alguém abertamente homossexual. Embora sua experiência não seja exatamente típica, suas narrativas contêm dados riquíssimos sobre as condições gerais de vida de pessoas que destoavam do padrão heterossexual nas prisões brasileiras deste período. O caso de Madame Satã nos permite também refletir sobre a questão da agência de presos com esse perfil em uma situação que seria, a princípio, desfavorável: apesar de negro e homossexual, Madame Satã ocupou posições privilegiadas em suas estadias na prisão por ser um *bandido famoso* e bem relacionado. Atuou frequentemente na mediação de conflitos entre os presos e entre a população carcerária e a administração.

Recupero sua trajetória a partir dos trabalhos de James Green (2003) e de Miriam Sepúlveda dos Santos & Yasmin Issa (2016). Ambos partem das mesmas fontes históricas: a entrevista e o obituário publicados pelo jornal satírico *O Pasquim*, respectivamente em 1971 e 1976, e a biografia escrita pelo jornalista Sylvan Paezzo em 1972 (*Memórias de Madame Satã*). Em *O Pasquim e Madame Satã, a 'rainha' negra da boemia brasileira* (GREEN, 2003), o historiador estadunidense analisa a retomada da *persona* de Madame Satã pela contracultura carioca na década de 1970 (imagem 8).

Imagens 8 e 9: João Francisco dos Santos, conhecido como Madame Satã (fotos tiradas em seus últimos anos de vida e a capa do Jornal *O Pasquim* em 1971); Colônia Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande.

Esta reflexão é parte de um projeto mais amplo de reconstrução da história da homossexualidade masculina no Brasil.

Já Santos e Issa (2016) realizam uma ampla pesquisa sobre as colônias penais de Ilha Grande, analisando Madame Satã como uma das personalidades mais destacadas deste cenário. Entre 1928, data de sua primeira prisão, e 1965, quando foi liberado de sua última pena, passou cerca de 28 anos atrás das grades – quase sempre nas diferentes prisões que funcionaram nesta ilha, localizada no arquipélago de Angra dos Reis (atualmente no estado do Rio de Janeiro). Além dos documentos citados anteriormente, as autoras recorrem a uma série de entrevistas realizadas com guardas, detentos e moradores locais com os quais ele conviveu, inicialmente na Colônia Penal Cândido Mendes (imagem 9) e, posteriormente, após o término de sua pena, na Vila do Abraão.¹²⁰

Nesta seção, colocarei em diálogo essas múltiplas perspectivas acerca deste personagem singular, privilegiando sua relação com os aparatos de segurança pública em geral e com as prisões em particular.

Sua história começa como a de inúmeros nordestinos pobres e de pele escura que emigraram para o sudeste do país ao longo do século XX. João Francisco dos Santos nasceu no interior de Pernambuco por volta de 1900. Sua mãe era descendente de africanos e seu pai era filho bastardo de um senhor de engenho com uma escravizada. No relato a Paezzo, ele afirma que sua mãe o entregou para um negociante de cavalos (Seu Laureano) em troca de uma égua. Cerca de seis meses depois, João Francisco conseguiu escapar, fugindo com uma senhora (Dona Felicidade) que lhe oferecera emprego como ajudante numa pensão que ela planejava abrir no Rio de Janeiro. Em suas palavras:

Fiquei com ela de 1908 a 1913 e a diferença entre Dona Felicidade e seu Laureano é que, para ele, eu tomava conta dos cavalos o dia inteiro e, para ela, eu lavava os pratos e lavava a cozinha e carregava as marmitas e fazia compras [...]. Também o dia inteiro. E não tinha folga. E não ganhava nada. E não tinha estudo e nem carinho. E era escravo do mesmo jeito. Sem ter nada de que uma criança precisa (in: PAEZZO, 1972, p.116).

¹²⁰ Pequena Vila contígua ao complexo penitenciário de Ilha Grande, habitada basicamente por funcionários dessas instituições e por alguns poucos pescadores. Voltarei a esse período de sua vida mais adiante.

Quero chamar a atenção para dois elementos desse relato que se mostraram recorrentes nesta pesquisa. Em primeiro lugar, a comparação da vida “em liberdade” com a escravidão (uma situação caracterizada pela ausência de liberdade), feita por uma pessoa que passou grande parte de sua vida na prisão. Não foram poucos os interlocutores que recorreram a esse tipo de metáfora. O que os levou à prisão é, em grande parte, o fato de que nunca foram de fato “livres”. Lembro vividamente de quando um interno de um CDP da região metropolitana de São Paulo me disse: “é que para nós hoje em dia, com prisão ou sem prisão, a vida é sempre uma prisão”.

Outra narrativa recorrente é a revelação da infância dolorosa daquele que se torna um criminoso célebre. Mais do que os maus-tratos nas mãos de cuidadores cruéis, a imagem de ter sido “vendido como escravo” ainda na infância é particularmente forte. Em sua análise do caso da *serial killer* Juana Barraza, conhecida no México como *la mataviejitas* [a matadora de velhinhas], Susana Vargas (2010) mostra o quanto a história de que sua mãe alcóolatra a havia trocado “por 3 garrafas de cerveja” (muito tempo depois delas terem sido abandonadas pelo pai) marcou a percepção pública do caso. O trauma de ter sua vida avaliada em uma égua ou 3 cervejas pela própria mãe parece moldá-los enquanto “criminosos incorrigíveis”. Em ambos os casos, criminólogos associaram suas “mentes desequilibradas” com os “lares desestruturados” de onde vieram. A ambiguidade da identidade de gênero dos personagens e a suposta motivação sexual dos seus crimes seriam meros reflexos dessa infância percebida como patológica.

João Francisco passou, portanto, a maior parte da sua infância longe dos pais nas ruas do Rio de Janeiro, onde sobrevivia de diversos expedientes lícitos ou ilícitos. Começou a sua vida sexual precocemente, experimentando diversas modalidades de práticas:

Comecei minha vida sexual aos 13 anos, quando as mulheres da Lapa organizavam bacanais dos quais participavam homens, mulheres e bichas. Com essa idade de 13 anos eu fui convidado para alguns, e funcionei como homem e como bicha, e gostei mais de ser bicha, e por isso fui bicha (in: PAEZZO, 1972, p. 116).

Em seus relatos, é interessante notar que a orientação sexual aparece sempre como uma escolha, como afirmação de uma preferência a partir da experimentação. De uma forma ou de outra, essa preferência direciona João Francisco para tipos específicos de atividade:

Quando completou 18 anos, foi contratado como garçom em um bordel, conhecido como Pensão Lapa. As donas de bordeis, em geral, contratavam jovens homossexuais para trabalhar como garçons, cozinheiros, camareiros e inclusive como eventuais prostitutos, caso um cliente assim o desejasse. Já que muitos desses jovens haviam adquirido certos maneirismos tradicionalmente femininos, supunha-se que eles podiam desempenhar tarefas domésticas com facilidade e eficiência e viver entre as prostitutas sem criar uma tensão sexual (GREEN, 2003, p. 205).

Fica claro então que se os estereótipos de gênero e sexualidade vigentes na época produziam formas de discriminação e exclusão, criavam também possibilidades particulares de agência em contextos específicos. A performance de gênero efeminada de João Francisco permitiria que ele desempenhasse funções interditas a jovens negros de aparência mais viril. Nesta época, começaria a se apresentar nos palcos dos cabarés da Lapa, ganhando fama com personagens femininas, como Jamacy e a Mulata do Balacochê.

Mas é pelo trânsito entre papéis de gênero entendidos como masculinos e femininos que João Francisco seria conhecido. O fato dele se afirmar como *valente*, ser *bom de briga* e se recusar a ocupar uma posição passiva ou submissa pelo fato de ser “um homossexual conhecido” é o que sedimenta a sua fama. A respeito de seus frequentes conflitos com a polícia, ele afirma em seu relato a Paezzo:

Eles não se conformavam com a minha valentia porque eu era homossexual conhecido. Achavam que não podiam perder para mim e por isso estavam sempre querendo me provocar e me bater. Por outro lado, os jornais davam muito mais destaque para as minhas façanhas exatamente pelo mesmo motivo de eu ser homossexual. Mas o que devia fazer? Tornar-me um covarde só para satisfazer as pessoas deles? Deixar que fizessem comigo o que faziam com as outras bichas que viviam apanhando, e eram presas todas as semanas, só porque os policiaes achavam que as bichas deviam apanhar e fazer a limpeza de todos os distritos? E de graça. Não, eu não podia me conformar com a situação vexatória que era aquela. Eu achava que ser bicha era uma coisa que não tinha nada demais. Eu era porque queria, mas não deixava de ser homem por causa disso. E me tornei bicha por livre vontade e não fui forçado pelos outros (PAEZZO, 1972, p. 115).

Para além de denunciar a arbitrariedade da polícia, esse relato é especialmente potente por afirmar a autodeterminação do sujeito sobre o uso de corpos e prazeres – mesmo em contextos de violência e adversidade extrema (MOUTINHO, 2006). Em um cenário no qual “ser bicha” era entendido como sinônimo de ter sido incapaz de se

defender de violações, Madame Satã afirma que era assim “por livre vontade”. Se essa forma de compreender a homossexualidade parece natural no contexto pós-Stonewall, ela contrasta fortemente com os estereótipos em torno destas práticas que vigoravam na primeira metade do século XX. Como vimos na seção anterior, médicos e criminólogos entendiam a homossexualidade como patologia ou “fraqueza moral”. No contexto do crime ou da prisão, ela era percebida como resultado da incapacidade de resistir aos avanços sexuais dos mais fortes ou experientes.

A fama de *valente* e a carreira de *malandro* de João Francisco se consolidariam pela notoriedade de seus confrontos com a polícia e as consequentes passagens pela prisão. Em 1928, ele baleou um guarda-noturno que ofendeu sua honra chamando-o de *viado*. James Green (2003) reconstrói cuidadosamente essa cena a partir de diversos relatos:

Uma noite, depois do show, [...] tarde da noite, [João Francisco] decidiu comer alguma coisa no bar da esquina. Enquanto tomava uma cachaça e aguardava sua refeição, um policial do local entrou no bar. Ao notar João Francisco vestindo uma fina camisa de seda, calças elegantes e sandálias, o guarda noturno abordou-o agressivamente. “Viado”, ele disse. João Francisco ignorou a alcunha, então o homem repetiu: “Nós já estamos no carnaval, viado?”. De novo, nenhuma resposta [...] então o guarda aproximou-se dele e gritou: “Viado vagabundo!”. “Vim do trabalho”, João Francisco finalmente respondeu. O guarda-noturno retorquiu: “Só se foi do trabalho de dar a bunda ou de roubar os outros”. E o ofensor foi aumentando a provocação, chamando o outro para a briga. João Francisco foi até seu quarto, próximo dali, e voltou com uma arma. “O viado voltou?”, o policial desafiou. “Sua mãe!”, gritou de volta João Francisco. “Vai apanhar”, o guarda ameaçou. “Tenta”, respondeu João Francisco. “E vai dormir no Corpo de Segurança”. “Com a sua mãe”, respondeu João Francisco. Seguiu-se então a briga. João Francisco sacou sua arma e matou o policial. Condenado a 16 anos de prisão, ele foi liberado após cumprir dois anos de pena, com base numa apelação de que ele agira em legítima defesa. O incidente e o período que passou na prisão lançaram-no definitivamente na carreira de malandro. Sua fama como um matador inflexível de policiais, que não tolerava desaforos, permitiu-lhe trabalhar “protegendo” bares locais mediante o pagamento de gratificações (GREEN, 2003, p. 210-211).

Vários aspectos desse episódio são dignos de nota. Nele transparece a atitude provocativa das forças de segurança e o abuso de autoridade sobre sujeitos que destoam dos padrões de gênero heteronormativos (como *homossexuais* e *travestis*). A violência emerge então como a maneira mais eficaz de recobrar a dignidade – lógica que Sayak Valencia (2016) denomina de necroempoderamento. Essa narrativa ecoa a de muitas *travestis*, conhecidas por atitudes agressivas e pelo recurso à violência como forma de

resistência e construção de si. Tanto no Brasil quanto no México, grande parte das minhas interlocutoras se encontravam atrás das grades por conflitos semelhantes com a polícia.

A supostamente incomum combinação entre uma performance de gênero feminina e a agressividade é entendida pela criminologia da época como particularmente perigosa. Jornais sensacionalistas publicaram matérias em que afirmavam que ele havia ajudado presos a fugir durante uma performance de Carmen Miranda ou que ele havia tentado fugir da polícia saltando no mar após uma performance de Balé Oriental (SANTOS & ISSA, 2016, p. 9). Num caso judicial de 1946, quando Madame Satã foi preso por perturbar a ordem (após ter sido impedido de entrar num Cabaré da Lapa porque não estava vestido adequadamente), o comissário de polícia fez dele uma descrição detalhada:

É um indivíduo de estatura modesta e aparenta gozar de boa saúde. É conhecidíssimo na jurisdição dessa DP [Delegacia de Polícia], como sendo desordeiro, sendo frequentador costumeiro do Largo da Lapa e imediações. É pederasta passivo, usa as sobancelhas raspadas e adota atitudes femininas alterando até a própria voz. Entretanto é um indivíduo perigosíssimo, pois não costuma respeitar nem as próprias autoridades policiais. Não tem religião alguma. Fuma, joga e é dado ao vício da embriaguez. A sua instrução é rudimentar. É solteiro e não tem prole. É visto sempre entre pederastas, prostitutas e outras pessoas do mais baixo nível social (in: SANTOS & ISSA, 2016, p. 9).

Ao analisar este documento, as historiadoras Santos e Issa (2016) argumentam que esse tipo de diagnóstico era característico da ciência criminológica da época, marcada pelos determinismos biológicos e sociais, bem como por uma compreensão patologizante da homossexualidade:

O conselho repassado às autoridades era para que [Madame] Satã fosse estudado por cientistas. Este documento oficial explicita a opinião de um chefe de polícia experiente sobre a homossexualidade, associado pelas autoridades policiais dessa época com perversão, criminalidade e desvio. Nos laboratórios de antropologia criminal, médicos e criminologistas buscaram a origem da criminalidade por meio de estudos de biotipos e ambientes sociais. O caso Satã mereceu estudo porque, combinando "pederastia" e "virilidade", questionava as principais teorias formuladas em hospitais, prisões e outras instituições públicas. Chefes de polícia e juristas associaram os crimes cometidos por Satã com a "inversão sexual" e uma "fraqueza da vontade" (in: SANTOS & ISSA, 2016, p. 8).

A associação entre desvio sexual e desvio moral não é exclusiva da interpretação do “comportamento criminoso” de *homens homossexuais*. Como vimos anteriormente neste capítulo, está presente também no caso de “mulheres criminosas” – sejam estas vistas como “prostitutas” ou como “ninfômanas masculinizadas”. O mesmo ocorreu no julgamento da *mataviejitas*. Vargas mostra que Juana Barraza foi condenada antes por seus desvios das normas de gênero mexicanas (pelo fato de ser uma lutadora de *lucha libre*) ¹²¹ do que pelas duvidosas provas de que ela havia cometido os crimes de que ela era acusada (VARGAS, 2010, p. 190). Sua figura masculinizada e “desprovida de beleza” era a prova mais eloquente de que ela não poderia ser senão uma psicopata que cometia assassinatos brutais motivada por obscuras pulsões sexuais.

Essa identidade instável e traiçoeira é também associada a certos estereótipos raciais. Digno de nota é o fato de que se afirma que ele “não possui religião alguma” – quando se sabe que ele era frequentador assíduo do candomblé (SANTOS & ISSA, 2016). Como vimos na introdução, a criminalização das religiões de matriz africana é um dos eixos principais do controle da população negra pelo sistema de justiça criminal (BORGES, 2018). Considerando que os terreiros eram também espaços de culto especialmente permeáveis a pessoas que destoavam do padrão heterossexual (LANDES, 1976; FRY, 1981), essa perseguição ganha também contornos de defesa da família tradicional burguesa. Voltaremos a essa questão no próximo capítulo.

James Green (2003) também enfatiza a interseção entre raça e sexualidade no discurso criminológico brasileiro da primeira metade do século XX:

Quando os criminologistas estudaram a homossexualidade no Rio de Janeiro dos anos 30, um dos subtextos de seus trabalhos ligava a raça à transgressão sexual e ao comportamento patológico ou mesmo assassino. Febrônio Índio do Brasil, um homem de origem africana e indígena, acusado de molestar sexualmente meninos e depois matá-los, personificava o suposto “pederasta” (termo comum no período) escuro, negro e ameaçador, que estuprava crianças. A figura de Febrônio permanecia como um tipo de bicho-papão, utilizado pelos pais para disciplinar seus filhos: “Seja bonzinho ou o Febrônio te pega”, advertiam os adultos às crianças mal comportadas (GREEN, 2003, p. 214).

¹²¹ Espetáculo performático de luta particularmente popular no México. Juana Barraza participava dessas lutas como a mascarada “Dama do Silêncio”.

O “negro sexualmente pervertido” ocupa no imaginário carioca daquela época o lugar de uma espécie de *bicho-papão*. Uma figura que inspira medo e horror, que ajuda a construir a norma (educar crianças mal-educadas) ao encarnar o seu inverso, tudo aquilo que é abjeto. Uma figura que transita entre o sub-humano e o sobre-humano: que parece ter saído do mesmo delírio pós-apocalíptico das panteras e mulheres-aranha, princesas e sapos de que nos falam Manuel Puig, Maurizio Janelli e Primo Levi. Que personagem encarna melhor essa penumbra sinistra que o irreverente Madame Satã? A origem deste nome é tão impressionante e surpreendente como a sua própria história.

Em 1938, depois de sua primeira longa passagem pela prisão, João Francisco participa de um concurso de fantasias de carnaval realizado pelo bloco *Caçadores de Veados* (imagem 10). Vestindo uma exuberante fantasia de morcego decorada com lantejoulas douradas, sairia com o primeiro prêmio. Algumas semanas depois, foi preso junto a muitas outras *bichas* que perambulavam pelo Passeio Público (então um ponto de encontro de *homossexuais*, localizado nos limites da Lapa). Na delegacia, quando o escrivão pediu a todos que dissessem seus apelidos, João Francisco disse não possuir um. O oficial, no entanto, havia assistido ao desfile de fantasias durante o carnaval. Associando sua fantasia ao figurino da atriz principal de um filme estadunidense de 1930 (*Madam Satan*),¹²² perguntou se ele não era a “Madame Satã” do dito concurso. De acordo com James Green:

No início, ele evitou o apelido, mas depois aceitou, embora com um toque de ironia, observando que o nome pelo qual ele havia se tornado famoso fora dado por um estranho que associou seu traje a um que apareceu em uma comédia americana que ele nunca visto (GREEN, 2002, p. 202).

A inóspita carceragem de uma delegacia é o cenário onde se forja essa extravagante personagem: a reluzente bicha-morcego que se torna Madame Satã. Uma improvável montagem envolvendo a personagem de um filme de Cecil B. DeMille (um dos mais célebres diretores dos anos de ouro de Hollywood)¹²³ com brigas sangrentas

¹²² Comédia dirigida por Cecil B. DeMille que fazia sucesso com o nome de “Madame Satã” nos cinemas do Rio de Janeiro na época em que João Francisco dos Santos foi levado na delegacia.

¹²³ O nome de Cecil B. DeMille foi eternizado na cultura cinematográfica (e também no repertório *camp*) devido à icônica sequência final do clássico *Sunset Boulevard* (lançado no Brasil como *Crepúsculo dos Deuses* em 1950), dirigido por Billy Wilder. Nesta cena inesquecível, a atriz decadente Norma Desmond (interpretada por Gloria Swanson) desce lentamente as escadarias de sua sinistra mansão e,

Imagem 10: A origem do nome de Madame Satã (Cartaz e cena do filme *Madam Satan*, de Cecil De Mille; cena do filme *Madame Satã*, de Karim Ainouz).

e apreensões arbitrárias por *vadiagem* e *atentado ao pudor*. Sua fama cristaliza tanto seu inegável talento para os palcos, com fantasias inventivas e performances memoráveis, quanto o fascínio pela violência, pela *valentia* e pela marginalidade – da qual suas inúmeras passagens pela prisão são a expressão máxima.

Os longos períodos atrás das grades são, no entanto, relativamente pouco explorados pelas obras literárias e filmicas que abordam sua vida. Mesmo quando enfatizam a importância dessas *passagens* para a formação de sua *persona*, exploram pouco seu cotidiano ou sua experiência subjetiva nesses contextos. O trabalho de Santos e Issa (2016) é o primeiro a olhar mais atentamente para esses períodos. Elas buscam entender justamente suas estratégias de sobrevivência diante de circunstâncias mutáveis:

As prisões de Ilha Grande variavam consideravelmente e o tratamento recebido e as estratégias de sobrevivência adotadas por Satã, principalmente no que diz respeito à construção de sua homossexualidade, alteraram-se conforme as circunstâncias. [...] Nas prisões e até mesmo na Vila do Abraão, a vila na Ilha Grande onde morava após sua libertação, ele manteve sua identidade de homossexual e durão, ganhando o respeito dos demais presos. Ele trabalhou como cozinheiro nas casas dos guardas e ajudou-os a manter a ordem. Satã mantinha relações amigáveis com os demais internos, com os guardas da prisão e até mesmo com os diretores penitenciários em praticamente todos os estabelecimentos onde estava detido (SANTOS & ISSA, 2016, p. 3).

Conforme disse há pouco, sua primeira passagem pela prisão se deu no ano de 1928, quando foi mandado a Ilha Grande pelo homicídio de um guarda noturno que o havia provocado. João Francisco se integrou então à “Turma do Tindá” – como era conhecido um grupo restrito de presos considerados bem-comportados que eram contratados para prestar serviços domésticos nas casas dos funcionários da penitenciária. Dessa forma, ele:

Escapou das condições miseráveis da Colônia e da perigosa convivência com a massa de detentos. Ele procurou se dar bem com todos, prisioneiros e guardas, e durante essa primeira vez na prisão foi escolhido para ser cozinheiro do diretor da Colônia. Ele fez amizade com a esposa do último, que, segundo Satã, parecia ter entre 15 e 16 anos e não tinha experiência na cozinha (SANTOS & ISSA, 2016, p. 7).

desde do seu delírio de estrela esquecida, proclama para as câmeras: “*I’m ready for my close-up, Mister DeMille*” (“Estou pronta para meu *close*, Senhor [Cecil] DeMille”).

Já com a alcunha de Madame Satã, ele voltaria à prisão em 1939. Dessa vez, realizaria outra tarefa considerada feminina na prisão: a lavanderia. Apesar de estar em uma posição relativamente subalterna, “sempre alega não ter tido problemas com os outros malandros, por ser o mais duro e famoso deles” (idem). Voltando à mesma penitenciária em 1942, dessa vez por agressão e resistir à prisão, Madame Satã retomaria seu trabalho na lavanderia, chegando a ocupar uma posição de chefia. A década de 1950, o incorrigível *malandro* passou praticamente inteira atrás das grades: seus curtos períodos de liberdade somam apenas 9 meses neste intervalo. Cumpriu a maior parte dessas penas na Colônia Penal Cândido Mendes (CPCM), também na Ilha Grande.

Depois de 1945, as condições de vida nas prisões desta ilha se deterioraram ainda mais. O Estado Novo (1937-1945) havia acabado e os *presos políticos* da Era Vargas haviam recebido anistia. Destinada agora a receber apenas *presos comuns*, a Colônia Penal tinha cada vez menos recursos e mais problemas operacionais. Em seu depoimento a Paezzo, Madame Satã conta que “a fome era tal que eu vi um prisioneiro com meio quilo de farinha e um cacho de bananas conseguindo 4 ou 5 rapazes oferecendo-se como mulheres para ele. Em troca de uma refeição” (In: PAEZZO, 1972, p.86).

Essa dinâmica de exploração de presos menos experientes e mais vulneráveis por outros mais fortes e experientes era generalizada na Colônia Penal. De acordo com Santos e Issa:

Todo presídio tinha xerifes ou donos de colchões que escolheriam “rapazes bonitos, filhos de um pai rico” para serem suas mulheres. Se os jovens resistissem ao xerife, outros veteranos viriam ajudá-lo e espancar a vítima até que ele parasse de resistir. Os jovens prisioneiros raramente conseguiam obter apoio dos diretores de prisão e quando eles receberam algum, vinha tarde demais. Alguns rapazes obtinham armas e matavam para serem respeitados, outros enlouqueciam e outros ainda aceitavam a situação e permaneciam calados. [...] Madame Satã afirmou que certa vez, enquanto trabalhava na lavanderia, testemunhou um assassinato depois que um novo interno se recusou a se tornar uma mulher do malandro (SANTOS & ISSA, 2016, p. 14).

As tentativas de submissão sexual de uns presos por outros geravam, portanto, intermináveis ciclos de violência. Grande parte dos violadores haviam sido violados em passagens anteriores pelo sistema penitenciário. O relato de Madame Satã acerca do “Meia Noite Segundo” revela com nitidez essa lógica:

O Meia Noite Segundo se chamava Meia Noite Segundo porque quando passou sua primeira vez na cadeia, o Meia Noite original fez dele sua mulher. Aliás o famoso e original Meia Noite do mundo do samba também passou um tempo como mulher de malandro, já que ele frequentemente dava bunda pro Tinguá quando era um jovem vagabundo e passou seu primeiro período na prisão [...] Poucos jovens malandros não se tornaram esposas de homens mais velhos em suas primeiras penas de prisão (PAEZZO, 1972, p. 164).

De acordo com um ex-carcereiro da Vila do Abraão entrevistado por Santos e Issa, o próprio Madame Satã participava dessa dinâmica. Ele afirmou que “Satã, enquanto ainda era um preso, ficava ao lado da doca observando os prisioneiros que chegavam e selecionando aqueles que seriam seus” (SANTOS & ISSA, 2016, p. 16). Esse relato sugere que Madame Satã transitava entre papéis percebidos masculinos e femininos também na dinâmica das relações sexuais entre presos.

No ano de 1962, João Francisco foi libertado após cumprir sua última sentença. Com mais de 60 anos, já não se (re)integrava com tanta facilidade à dinâmica das ruas da Lapa, que ele lamentava “não ser mais a mesma”. Voltou então para a própria Ilha Grande, local onde havia passado a maior parte das duas décadas anteriores (atrás das grades). Decidiu morar na Vila do Abraão, local onde residiam os funcionários da prisão com suas famílias. A essa altura, muitos haviam se tornado seus amigos – e ele era conhecido e respeitado em toda a Ilha. Vivia com uma grande prole de filhos adotivos que ele foi aos poucos acolhendo (crianças desamparadas que, como ele, haviam sido abandonas pelos pais ou fugido de condições de vida miseráveis). Ainda a respeito deste período, Santos e Issa contam que:

Satã trabalhava no bar do Janete e muitas pessoas lembram que sempre que havia uma audiência, ele subia no balcão do bar e fazia seu próprio show. Em alguns festivais, Satã injetou vida na pequena aldeia: ele se apoderava de algumas luzes de cabaré coloridas e aparecia cantando como Carmem Miranda. Durante o carnaval, ele assumiu um papel proeminente, organizando as danças da aldeia. Ele se vestia como uma bailarina rosa, ou em um vestido de noiva, com saias de bainha e saltos altos improvisados de tamancos empilhados (idem, p. 10).

Apesar de sua relevância para a sociedade local, tudo indicava que Madame Satã teria uma morte relativamente anônima na Ilha Grande – mais de 20 anos depois do auge da sua fama nas ruas da Lapa. No começo dos anos 1970, no entanto, seu contato com escritores do jornal *O Pasquim* trouxe de volta com força sua figura para o imaginário boêmio carioca. De acordo com James Green, ele:

Era um indivíduo representativo das bichas das classes baixas que circulavam no meio social do Rio de Janeiro boêmio das décadas de 1930-40. Ao mesmo tempo, Madame Satã transgrediu aqueles padrões de atuação que privilegiavam a efeminação e uma imitação do comportamento associado a mulheres, confundindo os estereótipos sociais reinantes acerca daquelas mesmas bichas. Madame Satã poderia ter entrado na obscuridade histórica se não tivesse sido ressuscitado por outra geração de cariocas boêmios, nos anos 1960, que promoveram sua imagem no jornal semanal ligado à contracultura, *O Pasquim* (GREEN, 2003, p. 204).

O historiador ressalta que essa publicação mantinha uma relação ambígua com a homossexualidade, divulgando frequentemente piadas de teor machista e homofóbico. Entretanto, a lendária disposição de Madame Satã para brigar e afirmar nas ruas sua *valentia* o colocava à parte de outras *bichas* e o valorizava diante dos escritores d'*O Pasquim*:

Aos 71 anos, Madame Satã continuava um tipo interessante, com seus cabelos brancos e pele escura, num intenso contraste com suas camisas de seda colorida e suas joias reluzentes. Ela ainda podia contar histórias sobre o uso de cocaína, os cabarés e os cassinos, que reviviam a Lapa decadente dos anos 70 na imaginação da juventude e dos intelectuais da boemia carioca. A promoção por *O Pasquim* de uma ligação com uma época perdida da vida noturna, com prostituição, jogo e o submundo do crime, ampliava as credenciais boêmias de seus editores através de sua ligação com Madame Satã. Também era sugerido que eles conheciam por dentro a história e a cultura da Lapa dos anos 30. Madame Satã oferecia aos escritores de *O Pasquim* a oportunidade de provar que, apesar de serem intelectuais privilegiados da Zona Sul, podiam também se identificar e se comunicar com as classes populares brasileiras, ou ao menos com símbolos emblemáticos destas classes (idem, p. 207).

A *valentia* e a ligação com o “submundo do crime” era o que permitia a reabilitação da excêntrica figura de Madame Satã, colocando em segundo plano seus dotes artísticos e sua homossexualidade. Na capa da edição de 1971 que trazia sua entrevista, o cartunista Millôr Fernandes o apresenta justamente como o “homossexual mais macho da história do Rio de Janeiro”.

João Francisco dos Santos morreria de câncer de pulmão em 1975. Quando ficou doente, foi levado ao Hospital Ipanema pelos jornalistas d'*O Pasquim* de quem ele havia se tornado próximo. Depois de falecer, seu corpo foi levado de volta à Ilha Grande, onde está enterrado. Desde então, sua memória seria revivida por diversas obras culturais e artísticas, a começar pelo já mencionado obituário publicado pelo

Pasquim em 1976. Em 1983 foi aberto em São Paulo o clube Madame Satã – referência na noite *underground* da cidade até seu fechamento, em 2009.

O artigo de James Green foi escrito na época do lançamento do filme *Madame Satã* (2003),¹²⁴ longa metragem de estreia do diretor pernambucano Karim Aïnouz (imagem 10). O protagonista foi interpretado pelo ator baiano Lázaro Ramos, que recebeu diversos prêmios pelo papel.¹²⁵ A recente retomada dessa personagem histórica enfatizou, no entanto, a fluidez de gênero: deu destaque à sua personalidade expansiva, às suas *personas* artísticas e à suas performances de carnaval. A respeito desse momento histórico, o historiador especula:

No interior do meio urbano gay brasileiro alguns intelectuais advogam a favor de uma forma pós-gay e pós-identitária de pensar o erotismo com o mesmo sexo. Parece plausível que o lançamento internacional do filme de Karim Aïnouz sobre a vida de *Madame Satã* possa encorajar um ressurgimento do interesse na “rainha” negra da boemia carioca e nas maneiras pelas quais suas ambiguidades ecoam hoje em dia (ibid., p. 219).

A meu ver, Madame Satã foi muito mais que o precursor de um erotismo *queer* (pós-identitário) no Brasil. Sua vida e sua arte não são transgressoras apenas na dimensão de gênero. Em sua longa caminhada, ele transitou não apenas entre masculino e feminino, entre *bicha* e *macho*. João Francisco transitou também entre o humano, o sub-humano e o sobre-humano (ou mesmo o sobrenatural). Nesse sentido, é importante considerar a dimensão racial da sua trajetória – marcada pela exploração análoga à escravidão na infância, pela migração, pela perseguição dos aparatos de segurança, pela frequência ao candomblé e também pelo protagonismo no carnaval. Seu corpo foi tão racializado quanto feminilizado pelas relações de poder constitutivas da sociedade brasileira. Em suas correrias, voos e rastejos pelas ruas e palcos das lapas, pelos corredores e celas das prisões de Ilha Grande, Madame Satã foi capaz de transcender em certos momentos as distâncias entre escravo e rainha, entre marginal e herói.

¹²⁴ Não é a primeira obra cinematográfica baseada em sua história. Em 1974 foi lançado *A Rainha Diaba, chanchada* produzida por Antonio Carlos Fontoura e Plínio Marcos. O ator Milton Gonçalves interpreta o protagonista, inspirado em Madame Satã. O roteiro e a direção de arte da obra são bastante pobres e a atuação “cômica” de Gonçalves (talvez a pior de sua carreira) poderia ser considerada homofóbica.

¹²⁵ Assim como William Hurt e Milton Gonçalves, Lázaro Ramos é um homem cisgênero de traços viris e com uma identidade pública heterossexual (é atualmente casado com a atriz Thais Araújo). Sua atuação, no entanto, incorpora com muito mais naturalidade e fluidez gestos e maneirismos femininos e/ou homossexuais.

A moral sexual do crime

No crime vale tudo, menos *caguetar* e dar a bunda
Luis Alberto Mendes

Até agora, percorremos discursos que tratam o comportamento sexual e a moralidade dos presos em uma relação de exterioridade. Que olham para *presos* e *criminosos* como “outros”. Vimos primeiramente a perspectiva de criminólogos e, em seguida, a de uma *bicha* que ocupa uma posição singular neste cenário. O objetivo agora é se aproximar da visão de mundo da *massa carcerária*, dessas normas e valores dominantes no cotidiano das prisões e do *crime*. Recorro, para isso, a trabalhos que buscaram compreender o ponto de vista dos presos nas Ciências Sociais, como José Ricardo Ramalho (2008 [1979]) e Adalton Marques (2014 [2010]). Recupero ainda a narrativa de Luiz Alberto Mendes, autor do relato autobiográfico *Memórias de um Sobrevivente* (2009[1999]), que esteve preso na Casa de Detenção nos anos 1970, mesmo período analisado por Ramalho. Sua escrita se caracteriza não apenas pela densidade descritiva, mas também pelo grande poder analítico e reflexivo. Por isso mesmo, sua obra é tomada por diversos pesquisadores como referência para entender a lógica do *mundo do crime*, tendo sido também analisada por Marques (2014 [2010]).

O trabalho de José Ricardo Ramalho sobre a Casa de Detenção de São Paulo nos anos 1970 (imagem 11) traz pela primeira vez uma descrição densa das relações sexuais entre presos nas Ciências Sociais brasileiras. O livro *Mundo do Crime: a ordem pelo avesso* (2008 [1979]), resultado de sua pesquisa de mestrado em Ciência Política na USP, é uma referência no campo de estudos sobre crime e prisão no Brasil (Imagem 12). A originalidade de seu trabalho consiste justamente em partir da perspectiva dos presos (e não de policiais ou advogados) para entender o universo de relações sociais que permeiam as práticas criminais.

Ramalho delinea, então, a existência de um *mundo do crime* (em oposição ao *mundo do trabalho* ou à *sociedade*), com dinâmicas próprias de sociabilidade e moralidade. Essas normas de conduta e representações, por sua vez, não são apresentadas como estáveis ou consensuais, mas como um jogo de disputas marcado por múltiplas perspectivas e contínuos deslocamentos. A sexualidade é analisada neste quadro em relação direta com os códigos de honra, poder e masculinidade:

Um preso “atingia a moral” de outro através de certos xingamentos ou fazendo-lhe propostas sexuais. A contrapartida dessas ofensas

**Imagens 11, 12 e 13: A Casa de Detenção em 1970 (Foto do acervo do Estado de São Paulo);
Capa do livro *O Mundo do Crime*, de José Ricardo Ramalho e foto de Luis Alberto Mendes
(autor de *Memórias de um Sobrevivente*).**

devia ser uma atitude, por parte do ofendido, que fosse considerada compatível com a ofensa sofrida. Quando a ofensa afetava a definição sexual de homem do preso, a ausência de uma atitude considerada compatível (em geral a eliminação física do ofensor) implicava para o ofendido, na perda de sua “moral de homem”. O momento crucial dessa definição era o da chegada do preso na cadeia (RAMALHO, 2008, p. 38).

Na prisão, a masculinidade está constantemente sob tensão: a incapacidade de reagir com rapidez e violência significa a perda da posição de *homem*. O ofendido se torna vulnerável ao abuso sexual e pode ser convertido, através do tempo, em uma “mulher de preso”.¹²⁶ Em um momento no qual as condições do sistema penitenciário impediam qualquer contato sexual com *mulheres* durante o cumprimento da pena, Ramalho mostra que as práticas homossexuais não eram restritas a um grupo específico, mas um espectro presente para todos os presos. Os códigos de conduta dos presos eram tolerantes com determinadas modalidades de contato,¹²⁷ mas essas estavam sempre sob suspeita:

Em virtude do cerceamento da dimensão sexual da vida dos presos, a prática do homossexualismo (“ato de pederastia”, segundo os presos) vinha a ser encarada como solução possível e daí a concepção de “adianto” que lhe era atribuída – mas a concepção de “adianto” estava o tempo todo beirando o seu contrário na medida em que se valorizava aquele que mantinha de pé sua moral, em que se descarregava todo o desprezo em certos tipos que a praticavam (o *boy*) e se dava exemplo de mais baixo grau de corrupção ao que praticava homossexualismo e ao mesmo tempo caguetava. No mesmo sentido, apontar os termos negativos que se usavam para falar na iniciação às práticas homossexuais: corromper, viciar, perder a moral, além dos termos *prostituto* e *puto pilantra* que se referiam a aqueles que “se vendem como mulher na avenida”, fora o fato de se dizer que as brigas eram em geral por causa de *boys* e *travestis* (ibid., p. 39).

Ramalho apresenta neste cenário um amplo leque de personagens (*boy*, *travesti*, *fanchona*, *homossexual*, *puto*), das relações possíveis entre eles e dos múltiplos

¹²⁶ Nas palavras de um de seus interlocutores: “Eu acho que o preso para defender a sua moral de homem não se faz de mulher para outro preso. Acho que ele deve tomar uma atitude drástica. Mas esse tipo de atitude aí, eu nunca precisei tomar porque ninguém nunca dirigiu essa palavra de pederastia sobre a minha pessoa” (in: ibid., p. 38).

¹²⁷ Nas palavras de outro interlocutor: “O que pratica o ato de pederastia somente o ato de pederastia, o malandro, tem como adiantar o lado. Ele adianta. Agora aquele que pratica o ato de pederastia e cagueta, ele tá atrasando. Ele além de praticar um ato de pederastia com preso, depois vai prejudicar o outro, então ele tá atrasando, então o que tem valor na massa,... mas tem mais valor um puto que um cagueta. Tem mais valor um puto que um cagueta, porque o cagueta tá prejudicando, o puto tá [a]guentando..., entendeu” (In: ibid., p. 40).

significados atribuídos a essas relações. Além disso, não reduz nenhum desses sujeitos a vítimas: analisa suas estratégias de sobrevivência ao mesmo tempo em que reconhece posições desiguais nas relações de poder. A riqueza de sua descrição é em grande parte um efeito de suas escolhas metodológicas: em surpreendente consonância com os estudos sobre sexualidade que emergiam no país naquele momento (CARRARA & SIMÕES, 2007), Ramalho decide focar menos nas supostas causas ou determinações da homossexualidade (como a inexistência das *visitas íntimas*) e mais nas representações que se teciam a respeito dela. A construção de um quadro complexo e dinâmico se torna possível à medida que o autor entrevista não apenas presos e funcionários que condenavam estas práticas sexuais, mas também um preso que se afirma como *homossexual* e outro que admitia ter mantido relações com uma *travesti*.

Em sua análise das relações entre presos, Ramalho esboça dois eixos principais de diferenciação. O primeiro seria entre o polo masculino e o feminino da relação – sendo o primeiro em geral chamado de *fanchona* e o segundo de *homossexual*, *boy* ou *travesti*. Os papéis de gênero (e os papéis sexuais correspondentes) deviam ser bem definidos, sob o risco de colocar sob suspeita a masculinidade do polo viril. A disputa por parceiros sexuais era grande, assim como os conflitos:

O preso que tinha um *boy* como “mulher” devia saber como mantê-lo longe das possíveis aproximações de outros presos. O *fanchona* tinha como função mínima dar-lhe proteção no caso de alguma briga, daí a preferência dos *boys* pelos que brigavam bem, além de ser aquele que saía “de casa” para conseguir-lhe o sustento (RAMALHO, 2008, p. 40).

No início da década de 1980, o antropólogo Peter Fry (1982) sistematizou uma determinada compreensão sobre a relação entre a classificação de práticas sexuais entre *homens* e determinadas hierarquias sociais generificadas no cenário brasileiro. A descrição realizada por Ramalho das práticas sexuais e dos códigos morais aparece em Fry como um exemplo paradigmático do modelo de classificação que ele chama de “hierárquico” ou “popular”. Ao contrário do chamado “modelo igualitário”, em ascensão naquele momento no universo das classes médias urbanas, o primeiro estaria baseado na associação entre masculinidade, atividade sexual (posição de “penetrador”) e poder, em oposição a feminilidade, passividade sexual (posição de “penetrado”) e submissão.

De acordo também com outros relatos científicos e literários (VARELLA, 2004; MENDES, 2009; DIAS, 2011), o padrão moral de conduta descrito por Ramalho e Fry

foi dominante no sistema penitenciário paulista até meados da década de 1990. Neste modelo clássico, apenas os presos identificados com a posição de passivos nas relações sexuais eram considerados como homossexuais (*bichas*, *viados*, *monas*), enquanto os presos identificados como ativos nessas relações continuavam a ser considerados como heterossexuais (*machos*, *homens*). Desde que ficasse claro quem era o sujeito sexualmente ativo, essas relações não apenas não eram condenadas quanto poderiam ser um signo de *status* para seus praticantes.

Um segundo eixo de diferenciação é entre os próprios sujeitos considerados como femininos da relação. A principal distinção se encontra entre aqueles que já entram na prisão como *homossexuais* ou *travestis* e aqueles que se tornam *boys* já dentro do cárcere – seja por meio de violência, seja como estratégia de sobrevivência. Nas palavras de um interlocutor de Ramalho:

Pra mim, o boy aqui na cadeia é aquele cara que... se faz de mulher pra um outro preso, igual aos travestis. (Mas tem diferença entre o boy e o travesti?) Tem. O boy, ele é feito, ele é criado na marra, forçado. O travesti já é de..., já vem de longo tempo, já vem da rua (RAMALHO, 2008, p. 41).

Essas diferenciações internas ganham ainda mais complexidade quando analisadas da perspectiva de presos que se entendem como *homossexuais*. O depoimento de um dos seus interlocutores, que se apresenta como *homossexual passivo*, é particularmente rico nesse sentido:

Aqui há essa separação, é norma. Cada um de nós tem que morar com pessoas iguais a nós ou sozinho. Eu optei por xadrez sozinho [cela individual]. As que têm aí são travestis, suadeira, não têm convicções. Bicha que põe peruca, leva o homem para o hotel, rouba o homem, sem comportamento nenhum. Aqui dentro mesmo faz sobrelheira, se escandaliza, se escracha. Eu não quero me juntar. Pra gente regredir é fácil, eu quero ser melhor. [...] Na individual lavava roupa, passava roupa e aí arranjava dinheiro pro cigarro, é uma luta árdua. Depois que vim pro [pavilhão] 2 as coisas melhoraram [...] Nunca existiu na cadeia um crime relacionado com um detento que tivesse algo com um homossexual passivo ou um efeminado. Há o caso do boy. Boy é o elemento na cadeia que entra como homem, que é homem e se corrompe aqui dentro, é viciado em tóxico, ele se vende. Ele é um elemento perigoso, vai pra cama com você e depois quer ser respeitado como homem. A massa sabendo disso, não vai respeitar (ibid., p. 44).

Não estamos falando, portanto, de uma população homogênea e solidária que compartilha uma identidade sexual ou de gênero comum. As divisões internas e conflitos são tão frequentes quanto a discriminação sofrida pela massa carcerária. Essas diferenciações eram também reforçadas pelos presos que mantinham relações com *boys* e *travestis*. A afirmação da feminilidade das parceiras sexuais era fundamental para a manutenção da própria masculinidade. Nas palavras de um interlocutor que admitia ter se relacionado com uma *travesti*:

Quer dizer, já tive problemas assim. Não vou dizer que eu nunca participei de ato de pederastia na cadeia. Mas aqui tem um travesti chamado Katia, ela era da (...) inclusive quando ela chegou na cadeia, o diretor da cadeia mandou tirar uma foto dela, não sei mandou pra onde, mas era fora do comum. Aquela era pra ser uma mulher, mulher mesmo. Então, na rua ela já se acostuma a gostar de homem, de outro homem, porque pra mim é a mesma coisa, porque tem aquele defeito mas ao mesmo tempo não corresponde nada. Então comecei a ter amizade com a mulher, mas tinha um outro preso que gostava dela também, então nós entramos em desentendimento, mas ela não gostava dele, gostava de mim (ibid., p. 45).

As trocas sexuais entre presos vistos como masculinos e outros vistos como femininos podiam assumir, portanto, as mais diversas formas: desde o estupro violento até o casamento monogâmico reconhecido pela *massa carcerária* e pela administração, passando pela prostituição e por flertes discretos, toques fugazes e namoros turbulentos. O trânsito entre essas posições era tão instável e perigoso como as próprias relações de conflito e alianças entre *ladrões*. Embora desvalorizada no *mundo do crime*, posições como as de *travesti*, *boy* ou *mulher de bandido* não deixam de ser formas de garantir a sobrevivência no ambiente prisional. É importante entender que a posição subalterna no sistema de valores do crime não transforma esses sujeitos automaticamente em vítimas passivas de um sistema de dominação masculina: novas formas de agência e negociação se tornam possíveis.

Outra prática relacionada com a gestão moral da sexualidade pelos presos é a segregação espacial de presos percebidos como femininos.¹²⁸ Um dos interlocutores de Ramalho justifica essa separação como uma estratégia de prevenção de conflitos:

¹²⁸ O relato de Varella sugere que tal modelo de segregação espacial persiste na Casa de Detenção, sem grandes alterações, até meados dos anos 1990. “No quarto andar ficam os que não conseguiram lugar melhor, outros que foram expulsos dos pavilhões devido a mau procedimento ou derrota nas disputas pessoais, além de mais estupradores e justiceiros. Nesse andar, porém, o que chama a atenção do visitante é a presença de travestis, com as maçãs do rosto infladas de silicone, calças agarradas e andar rebolado. Durante o dia, alguns fazem ponto na porta das celas” (VARELLA, 2004, p. 28)

Agora os travestis que é declarado mulher mesmo de preso aqui, é separado. [...] são separados no xadrez deles. Porque [se] eles mora[rem] no xadrez deles já evita um pouco [de conflito]. Porque é o seguinte, se o homem deixar todos os travestis chegar na cadeia, morar no xadrez coletivo, vai sair morte todo dia, porque um quer, outro não quer, outro quer.... [Isso ainda] acontece mas [a separação] evita. Aí é uma grande oportunidade de evitar as coisas acontecerem. (RAMALHO, 2008, p. 39)

O trabalho de Ramalho sugere, portanto, que as relações de poder entre presos se constroem também por meio da regulação da sexualidade. Assim como os criminólogos que o antecederam, Ramalho revela a condescendência da administração prisional com essas práticas – desde que estas não provoquem perturbações violentas no cotidiano da instituição. Ao contrário daqueles, no entanto, o autor não enxerga neste cenário uma simples ausência de moralidade, mas sim um sistema de valores próprio que se constitui em uma relação tensa com as normas e valores do sistema penitenciário.

O trabalho mais recente de Adalton Marques (2010) dialoga com o de Ramalho, buscando refletir sobre certas estruturas morais duradouras no *mundo do crime* – e também em determinados bairros de periferia particularmente afetados pela criminalização. Sua análise da categoria *proceder* permite ampliar a compreensão do lugar da masculinidade na gestão da sexualidade neste universo. De acordo com este antropólogo, os presos *com proceder* são aqueles respeitados neste contexto e aptos a frequentar as áreas de *convívio* da prisão e os presos *sem proceder* são aqueles moralmente condenados, perseguidos e obrigados a viver nas celas *de seguro*.

Existe uma relação direta entre o *proceder* e a moral sexual do crime. Os *estupradores* (ou melhor, presos condenados pelo crime de estupro) são automaticamente considerados como *sem proceder* e, junto com os delatores (*caguetas*), estão no nível mais baixo da estratificação interna do *mundo de crime*. Além disso, há uma associação direta entre *proceder* e masculinidade (ser *sujeito homem*), assim como entre a ausência de *proceder* com a feminilidade (ou a *veadagem*). Em um trecho da obra de Luís Alberto Mendes, essa relação fica particularmente clara:

Ali havia, já de modo dominante, o famoso proceder. Conjunto de normas que eram mais fortes que as leis oficiais do Instituto e que nos governavam, implacavelmente. Um sujeito sem proceder era cagete, veadinho, desprezado, sem direito a tomar atitude de homem com quem mexesse com ele (MENDES, 2009, p. 135).

A questão da sexualidade ganha forma também na discussão que Marques propõe sobre a *humildade* e a *cabulosidade* como atributos valorizados neste cenário. O *ladrão cabuloso* é aquele capaz de se impor entre seus pares e que não se deixa intimidar por suas ameaças. Significa, entre outras coisas, não se deixar abusar sexualmente por outros presos. Esse ponto é trabalhado a fundo na análise que Marques realiza de outro trecho do relato de Luiz Alberto Mendes (2009[1999]) no qual este narra a sua atitude diante das insistentes tentativas de outro preso em seduzi-lo (MARQUES, 2014, pp. 117-121). O desfecho da trama é trágico: Mendes é obrigado a assassinar seu rival para proteger sua honra.

O *ladrão humilde*, por sua vez, é aquele que não explora outros mais fracos ou mais vulneráveis, que, entre outras coisas, não abusa sexualmente dos outros (ibid., p. 114). É importante notar que abuso sexual entre presos não era chamado de *estupro* e não recebia a mesma condenação moral antes da ascensão do PCC. Analisaremos essas importantes transformações mais adiante, percorrendo outro conjunto de trabalhos.

Como deve ter ficado claro, a questão da sexualidade é muito recorrente em *Memórias de um sobrevivente*. Mendes (imagem 13) discorre sobre o tema em diversos momentos da obra, tanto quando recupera sua trajetória como *ladrão* nas ruas de São Paulo, quanto nas descrições de suas muitas *passagens* pelo *sistema* (institutos para menores, carceragens de delegacias, penitenciárias). A respeito da dimensão sexual da *moral do crime*, Mendes apresenta a seguinte síntese:

Nem pensei em possuir alguém. Além de ter pena dos menores que eu, precisava era cuidar da minha bunda, que os valentões queriam comer. Jamais abusei de ninguém em prisão alguma. A moral estava na bunda, e a minha era meu tesouro (MENDES, 2009, p. 110).

A *bunda* é, portanto, o *tesouro* dos *malandros*. A masculinidade se define em grande medida como a capacidade de se defender dos avanços sexuais dos *valentões*. Em outro momento da obra, Mendes estende esse “imperativo de impenetrabilidade” também à relação com a polícia. Isso significa, entre outras coisas, a não submissão a determinadas técnicas de revista corporal:

Quando saímos, os últimos cinco, percebi a sala de revista coalhada de soldados. Mandaram que tirássemos a roupa. Quando estávamos nus, trouxeram um espelho grande e queriam que nos agachássemos em cima dele. [...] Todos foram recusando, até que na minha vez fui obrigado a recusar também. Não podia destoar. É, na cadeia, a moral estava na bunda. Na época, preso nenhum mostrava a bunda para a

polícia. Era como devastassem o último baluarte de nossa honra (MENDES, 2009, p. 383).

A dimensão de gênero da *revista íntima* é analisada por Natália Lago em sua reflexão sobre a recente mobilização política pelo banimento dessa prática. A antropóloga mostra que esse tipo de revista foi estrategicamente caracterizado como *vexatório* pelos movimentos sociais, enfatizando sua dimensão *humilhante* para os que a ela se submetem. Essa *humilhação* é considerada ainda mais grave para os *homens*. Uma de suas interlocutoras, *familiar* de preso, chega a afirmar: “Homem que é homem não se sujeita àquilo não” (LAGO, 2019).

A impenetrabilidade como imperativo na construção da masculinidade também aparece na bibliografia sobre as prisões e o *crime* no México. Ela é formulada de maneira particularmente eloquente por Rodrigo Parrini:

As identidades se repartem no corpo e na recomposição performativa de seus fragmentos o cu [*culo*] se transforma no grande demiurgo da masculinidade. As pregas [*pliegues*] podem estar rompidas [*rotas*] ou serem invioláveis, podem ser arrombadas ou recompostas simbolicamente. Mas de uma forma ou de outra sabemos que o cu é o ponto onde esses limites se interceptam e há uma mudança de regime, do *homem* para o *puto* ou do *puto* para o *homem*. [...] Mais uma vez repito: o cu é uma espécie de talismã, o último reduto e a primeira perda, o ponto de condensação da masculinidade e lugar de sua dissolução (PARRINI, 2007, p. 249, tradução minha).

A diferença entre *homens* e *putos* se define, em última instância, na capacidade de definir o próprio ânus como inviolável e o dos demais como rompidos ou violáveis. Apesar de se apresentar como algo dado, essa distinção está sempre em disputa. É produzida performativamente: ganha realidade pela sua reiteração contínua, podendo ser questionada e ressignificada nas tensas interações do cotidiano. Voltaremos às especificidades do contexto mexicano nos capítulos 5 e 6.

Mendes descreve ainda o trânsito de códigos sexuais de conduta entre as instituições de privação de liberdade e o *mundo do crime*. Isso vale tanto para prisões de adultos quanto para instituições para crianças e adolescentes. Entre os *pivetes* que circulavam pelas ruas de São Paulo nas décadas de 1960 e 1970, imperavam as regras incorporadas nas passagens pelo Juizado de Menores:

Quase todos haviam passado pelo juizado de menores, no grupo, seguiam-se as regras de lá. Eram constantes brigas de canivete ou faca. Se o pivete apanhasse, mas apanhasse brigando, batendo

também, era considerado malandro. Se apanhasse e se acovardasse, logo outro estaria batendo nele, e mais outro. Até virar menina, passando a pertencer a alguém ou a todos. (MENDES, 2009, p. 67)

Nessas instituições, a violência sexual entre internos também era generalizada. Além dos frequentes abusos dos rapazes mais jovens e frágeis pelos mais fortes e experientes, Mendes ressalta a total negligência da administração e da equipe técnica diante dessas práticas:

Começaram a chegar rapazes do juizado de menores do interior. Eram enormes, homens-feitos. Os mais pequenos, já no dia seguinte, tinham sido possuídos, não havia a mínima chance de reação. Havia uma energia sexual enorme ali. Acredito que era assim porque vivíamos contidos naquele espaço reduzido. Era a única válvula de escape, e os pequenos eram o alvo mais visado por serem menos capazes de se defender. A psicologia pode explicar facilmente. Mas o psicólogo ali só servia para julgar se éramos perigosos para a sociedade, e não para resolver os problemas que a borracha [método de punição] parecia controlar. Pelo menos tudo era escondido. Triste ética, a de tais psicólogos (ibid., p. 124).

Mendes enfatiza assim uma associação poucas vezes explorada nas pesquisas sobre unidades *masculinas* do sistema penitenciário: a que se estabelece entre a tensão do confinamento e a *energia sexual*. Em outras palavras: como se proliferam desejos e se materializam suas descargas no contexto dessas instituições. Voltaremos a essa questão no próximo capítulo, partindo de uma perspectiva etnográfica.

Neste último trecho, a idade e a força física aparecem como característica que aumentam a vulnerabilidade diante da violência sexual. Em outro momento, Mendes mostra que as formas locais de classificação por raça e cor podiam também ter efeitos sobre essa dinâmica:

Havia até preconceito racial, só que invertido. Aqueles que eram mulatos já se consideravam “negrões”, e negrão era elemento não desejado sexualmente. Logo o negrão era ativo, geralmente o maior, o mais forte, portanto, mais conceituado. O branco era sempre “branquinho”. Como éramos todos jovens, raros eram os que tinham pelo no corpo, então branquinho tinha algo a ver com feminino, daí desejável. Em geral tinha umas bundinhas branquinhas que às vezes era até cor-de-rosa (ibid., p. 148).

A associação entre atividade sexual e negritude é analisada por Laura Moutinho (2004). A autora argumenta que no sistema hierárquico descrito por Peter Fry (1982), o lugar simbólico do *ativo* não possui apenas um gênero definido (*masculino*), mas também uma cor (*negro*). No relato de Mendes, a desejabilidade da branquitude (o

branquinho de *bundinha cor-de-rosa*) está diretamente associada à feminilização naquele contexto, enquanto o *conceito* do negro está vinculado à virilização (*negrão*).

Gostaria de terminar essa seção com outra questão abordada por Mendes, que complexifica a relação das forças de segurança pública com a sexualidade dos presos. Em outro momento da obra, o escritor afirma que a polícia (responsável pela carceragem das delegacias) não era apenas negligente, mas também encontrava formas de colher benefícios (especialmente financeiros) do terror inspirado pela perspectiva de abuso sexual no cárcere:

Sempre foi assim: prendem os trouxas junto com bandidos, e estes os brutalizam, os estupram e judiam deles. E a polícia usava isso para extorquir-lhes dinheiro. Era soltar o otário no xadrez um dia, para no dia seguinte este estar pagando quanto os tiras queriam pela sua liberdade (MENDES, 2009, p. 331).

Nesta perspectiva, a polícia ajuda a produzir a vulnerabilidade ao abuso sexual em determinados contextos de privação de liberdade. A violência sexual, neste sentido, pode ser pensada como parte integrante (mesmo que informal) do sistema de punição. Na perspectiva de certos agentes do Estado, o estupro pode ser pensado como parte da pena, como algo que vai fazer os *bandidos* “pensarem duas vezes” antes de cometer o próximo crime. Essa ideia se aproxima da análise que Angela Davis faz do abuso sexual de *mulheres presas* nos Estados Unidos em um trecho citado no início do capítulo.

Vejamos agora como o acidentado processo de redemocratização do Brasil, marcado por ideais de Cidadania e Justiça para todos, vai incidir sobre esse cenário de brutais violações de direitos no sistema penitenciário.

A redemocratização e a LEP

Os anos 1980 no Brasil foram marcados por uma ampla proliferação de debates e pela convergência das demandas de diversos movimentos sociais em torno do eixo da redemocratização. A campanha das Diretas Já (1983-1984) e a Assembleia Constituinte (1988) são importantes marcos neste cenário. Tanto o nascente movimento homossexual quanto as lutas pelos direitos da população carcerária, assim como os movimentos negros e feministas, adquiriam sentido como parte de uma luta mais ampla contra o Regime Militar (1964-1984).

É importante dizer que a preocupação principal dos movimentos sociais nesse momento era com os *presos políticos* – e só progressivamente se volta para os chamados *presos comuns*. José Ricardo Ramalho se deparou com uma reação ambivalente à sua pesquisa com *presos comuns* nos anos 1970:

Naquela conjuntura [...] criou-se também um importante movimento em defesa dos direitos humanos, contra a tortura, contra a violência e o desaparecimento de presos políticos. Estudar a prisão e os presos naquele momento trazia inevitavelmente a marca da política. No entanto, dizer que pretendia estudar os presos chamados “comuns” motivava olhares e expressões de surpresa e mesmo de desaprovação. Direitos humanos para esse tipo de preso parecia uma preocupação secundária (RAMALHO, 2008, p. 7).

Nos anos 1970, portanto, a ideia de direitos humanos para a população carcerária estava mais diretamente associada a *presos políticos* do que a *presos comuns*. A criação da Fundação de Assistência ao Trabalhador Preso (FUNAP) no estado de São Paulo em 1977, a promulgação da Lei de Execuções Penais (LEP) em 1984 e as disposições acerca dos direitos fundamentais dos presos na Constituição de 1988 podem ser pensados como pontos de inflexão em favor de uma agenda de políticas públicas voltada para *presos comuns*.¹²⁹

Refletindo sobre a emergência do Movimento Homossexual no Brasil entre finais da década de 1970 e o início da década de 1980, Peter Fry argumenta que seus “aspectos antiautoritários [...] são muito mais evidentes que nos Estados Unidos e na Inglaterra” (FRY, 1982, p. 108). Atuante no contexto da redemocratização, este movimento se via como parte de um projeto mais amplo de “construção da igualdade” (MACRAE, 1990). A condenação à discriminação por orientação sexual na Constituição de 1988 seria o principal marco legal dessa luta. Fry argumenta, no entanto, que se tratava fundamentalmente de um movimento de classe média e que o igualitarismo em questão era sobretudo um valor da classe média. As camadas populares, com sua ampla pletora de categorias de classificação de identidades sexuais e de gênero (*bichas*, *bofes*, *sapatões*, *travestis*, *michês*), eram vistas como atrasadas, como “ignorantes” que precisariam ser de alguma forma “recrutados” ou “convertidos” (FRY, 1982, p. 110).

¹²⁹ A Pastoral Carcerária vai emergir justamente neste momento como um dos principais atores na defesa dos direitos da população carcerária. Padre Chico, que seria nomeado o primeiro coordenador nacional da PCr em 1988, começa a realizar visitas sistemáticas à Casa de Detenção em 1985. A primeira comissão foi criada pelo próprio Dom Paulo Evaristo Arns – cardeal cuja atuação foi decisiva no processo de redemocratização do país.

Uma preocupação sistemática com a violação dos direitos de *bichas* ou *travestis* encarceradas não estava, portanto, no horizonte de debates do movimento LGBT em seus primórdios. Dessa forma, apesar de suas afinidades antiautoritárias e igualitárias e da convergência em torno de um ideal de Estado Democrático, as demandas pelos direitos dos homossexuais e da população carcerária seguiram fundamentalmente como trajetórias paralelas em um primeiro momento, sem que a diversidade sexual e de gênero da população carcerária entrasse na agenda.

A vida sexual dos presos, no entanto, começava a entrar formalmente no âmbito dos direitos. Em 1984, a Lei de Execuções Penais (LEP) cria as condições para o reconhecimento do Direito à *visita conjugal* em todo o território nacional. Esta consta na seção II do capítulo IV (Dos Deveres, dos Direitos e da Disciplina):

SEÇÃO II - Dos Direitos

Art. 40 - Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

Art. 41 - Constituem direitos do preso: [...]

X - Visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados (LEP, 1984).

Como se pode notar, a lei não especifica se essa visita “do cônjuge” ou “da companheira” abrange necessariamente o direito de exercício da sexualidade. A interpretação desse texto como direito à *visita íntima* só se consolidaria em meados da década de 1990 (mais de 10 anos depois) – como resultado da mobilização política dos próprios presos.

Apesar de ser um importante avanço em relação ao ideal anacrônico da abstinência sexual, esse novo princípio jurídico não deixava de reforçar a heteronormatividade dessas instituições. Conforme argumenta Natália Padovani (2011), o *preso comum* era nesse momento pensado fundamentalmente como masculino e heterossexual, apesar do texto da LEP não fazer menção ao gênero (e se estender, a princípio, tanto a *homens* quanto a *mulheres*). Voltaremos a esse problema em breve.

O desenvolvimento da questão dos direitos da população carcerária a partir da democratização não foi de maneira alguma linear. A esperança de uma ampliação progressiva dos direitos dessa população jamais se concretizou. Dois grandes incidentes alterariam de maneira significativa essa trajetória: a epidemia de HIV/Aids e o chamado Massacre do Carandiru.

Uma questão de saúde pública

Me tire dessa jaula, irmão, não sou macaco
Desse hospital maquiavélico
Meu pai e minha mãe, eu estou com medo
Porque eles vão deixar a sorte me levar [...]
Nós, as cobaias, vivemos muito sós
Por isso, Deus, tem pena, e nos põe na cadeia
E nos faz cantar, dentro de uma cadeia
E nos põe numa clínica, e nos faz voar

Cazuza

A partir de meados dos anos 1980, a epidemia de HIV/Aids motivou profundas transformações nos dispositivos de gestão do corpo e da sexualidade. No Brasil, esse processo foi analisado por autores como Nestor Perlongher (1987), Carlos Guilherme Valle (2002), João Biehl (2007) e Richard Miskolci & Larissa Pelúcio (2009). Nesta seção, pretendo refletir sobre os efeitos a longo prazo que a gestão da epidemia nas prisões provocou, considerando as novas tecnologias de poder que emergiram com o dispositivo da Aids e seus efeitos específicos sobre a *população LGBT privada de liberdade* – em particular sobre as *travestis*.

As prisões *masculinas* brasileiras viveram, em finais dos anos 1980, uma vertiginosa expansão da epidemia de HIV/Aids. O grande número de pacientes e de mortes motivaria a implementação de série de políticas tendo em foco aqueles que foram consideradas os principais meios de transmissão do vírus: o uso de drogas injetáveis e as práticas sexuais sem o uso de preservativos. Essa conjuntura daria às práticas (homos)sexuais dentro de prisões *masculinas* uma visibilidade sem precedentes.

O livro *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella (2004 [1999]), é talvez o documento mais marcante deste momento (imagem 14). Com significativa sensibilidade, o médico esboça um retrato dinâmico daquela que já foi a maior instituição prisional do país, abrangendo sua experiência desde a entrada para a realização de um trabalho de prevenção de HIV/Aids em 1989, até o Massacre do Carandiru em 1992. Sobre a prevalência do vírus neste contexto, o médico afirma:

No antigo Carandiru, em 1989, realizei um inquérito epidemiológico para avaliar a prevalência do HIV. Testamos os 1.492 inscritos no Programa de Visitas Íntimas, que lhes possibilitava receber as companheiras no fim de semana, direito adquirido havia pouco tempo. [...] Os testes revelaram que 17,3% dos participantes do programa eram HIV positivo [...] Apesar da romaria aos gabinetes das autoridades penitenciárias do Estado, na tentativa de convencê-

Imagens 14, 15 e 16: O médico Drauzio Varella (autor de *Estação Carandiru*); cenas do filme *Carandiru*, de Hector Babenco (Luiz Carlos Vasconcelos no papel do protagonista e Rodrigo Santoro como a travesti Lady Di).

las a adotar medidas preventivas para evitar a disseminação da epidemia, ainda se passariam alguns anos para que conseguíssemos distribuir preservativos nas prisões paulistas. [...] No mesmo estudo, testamos separadamente 82 travestis que cumpriam pena no último andar do pavilhão 5, espaço reservado a elas: 78% eram HIV positivas. Dos que cumpriam pena havia mais de seis anos, 100% eram portadores do vírus. Nunca soube de um [outro] estudo em que a totalidade de um subgrupo estivesse infectada (VARELLA, 2004, p. 65).

As *travestis*¹³⁰ se destacam ao longo do relato como personagens cativantes e corajosas. A grande repercussão do livro, que ganharia versões para o cinema e para a televisão (imagem 15), daria então uma visibilidade inédita a essa população no sistema penitenciário. A obra divulgava uma representação relativamente positiva delas (apesar de manter a associação com a prostituição e a Aids), despertando a empatia do público e enfatizando seu lugar como vítimas da epidemia:

A Aids foi devastadora entre os travestis da Casa [de Detenção]. Chegavam na enfermaria com tuberculose avançada, feridas no períneo, os seios definhados pela interrupção da pílula de hormônio e o silicone industrial infiltrado nos músculos caquéticos. Sofrimento para mulher de verdade. No final, restritos ao leito, ainda sorriam com meiguice feminina. Perdi a conta de quantos morreram (VARELLA, 2004, p. 157).

O lugar de vítimas (da epidemia e da discriminação) não significa que são colocadas em um lugar de passividade. Muito pelo contrário, em seu relato, Varella descreve também suas margens de manobra. O pitoresco caso da *travesti* Veronique demonstra bem a que tipos de estratégia de agência elas podiam recorrer:

Contam as más línguas que anos atrás no pavilhão Cinco, tarde da noite, a galeria inteira ouviu a ameaça da Veronique: “É tempo de Natal. A Veronique aqui está a fim de ganhar um mimo de certos ladrão, para não contar as sem-vergonhices que eles pedem para ela fazer neles. A Verô está muito nervosa. Tem 24 horas para acalmar ela, se não quiser sujar a reputação de muito malandro!”. No dia seguinte, um bisbilhoteiro ficou boquiaberto com a quantidade de presentes caros espalhada em cima da cama dela (ibid., p. 248-249).

¹³⁰ O autor fala frequentemente em “os travestis”, variação comum nos anos 1990, especialmente fora dos círculos de acadêmicos e ativistas. Seguindo o princípio da autodeterminação de gênero, falarei sempre como “as travestis”, mantendo, no entanto, o masculino nas citações originais.

As bem-sucedidas adaptações do livro para o cinema e depois para a televisão não deixaram de lado essas personagens. O filme *Carandiru*, de 2003, foi dirigido por Hector Babenco – o mesmo de “O Beijo da Mulher Aranha”. As histórias das diversas *travestis* do livro ganham um só corpo em Lady Di (imagem 16), personagem interpretada por Rodrigo Santoro (que era naquela época um dos mais populares galãs da América Latina). A estratégia de escolher um ator heterossexual reconhecido para o papel de uma pessoa trans presa é a mesma da utilizada nos anos 1980 – e que havia culminado na entrega do Oscar de melhor ator para William Hurt.

Retomando a reflexão do preâmbulo desta tese, Lady Di traz características tanto de Molina quanto da Princesa (Fernanda Farias de Albuquerque). O nome é uma alusão irônica à popular Diana Frances Spencer, princesa britânica tragicamente morta em um acidente de carro em 1997. Outro sinal dos tempos é que o lugar do interlocutor heroico não é ocupado por um guerrilheiro (como Maurizio e Valentín), mas pelo personagem do médico bondoso (baseado em Drauzio Varella).

O destino de Lady Di no filme é mais generoso que o de suas antecessoras literárias. Ao contrário de Fernanda, ela é poupada do contágio por HIV (apesar de ter tido relações sem proteção com centenas de *homens*).¹³¹ E ao contrário de Molina, ela é milagrosamente poupada de uma morte trágica. Na terrível sequência do Massacre, a *travesti* é surpreendida em sua cela na cama com o namorado (o simpático Sem Chance) por um policial armado até os dentes e pronto para disparar. Mas não dispara. Seu namorado diz em seguida: “ele não teve coragem de matar uma mulher”. Ela acrescenta: “foi nosso amor o que nos salvou”.

Em sua pesquisa sobre a epidemia no Brasil, também João Biehl (2005) tangencia a questão das políticas para HIV/Aids dentro das prisões. Em uma visita ao Presídio Central de Porto Alegre realizada no início dos anos 1990, o antropólogo observa o fenômeno do isolamento de presos suspeitos de serem *aidéticos* em uma cela separada do convívio com os demais. Nos anos seguintes, as práticas de segregação espacial de presos vivendo com HIV se difundem amplamente no país. Em diversos

¹³¹ Seu caso é baseado em uma paciente de Drauzio Varella: “No trabalho com travestis, encontramos o caso de Sheila, condenada a três anos e dois meses por ter comprado eletrodomésticos para o casamento de um ex-namorado [...] com o talão de cheque roubado de um pastor protestante que a tinha contratado na avenida. Seios enormes, blusa com nó acima do umbigo, Sheila confessava na presença de testemunhas mais de mil parceiros sexuais na Casa de Detenção no decorrer do ano anterior à pesquisa. Com eles havia praticado sexo anal receptivo, desprotegido, a prática sexual associada ao mais alto risco de transmissão da AIDS. Ela era HIV negativa, teste repetido e confirmado [...], demonstrando que algumas pessoas não se infectam mesmo após inúmeras exposições ao vírus.” (VARELLA, 2004, p. 66).

contextos, todos os presos vistos como *homossexuais* são tratados como se portassem o vírus, ficando isolados em celas e pavilhões diferentes. Como vimos há pouco, esse tipo de segregação espacial já existia em alguns contextos, mas a epidemia dá a elas novas intensidades e significados. Se torna cada vez mais comum também a prática de separar os copos, pratos e talheres utilizados por essas pessoas.

Biehl observa também que o status de deficientes concedido a todos os pacientes de Aids em 1988 garantia a esses mesmos presos *isolados* certos benefícios: mais alimentos, um acesso mínimo a atendimento médico e a possibilidade de requerer uma progressão imediata da pena por razões de saúde (BIEHL, 2005, pp. 117-118). Esses benefícios, por mais precários que possam parecer, remetem ao que Larissa Pelúcio (2009) chamou de SIDAnização: a criação de uma forma particular de cidadania através do dispositivo da Aids.

Pelúcio descreve o processo através do qual o Sistema Único de Saúde (SUS) incorpora *travestis* envolvidas com o mercado do sexo em redes de conscientização, prevenção e tratamento de DSTs, em uma lógica que mistura assistência social e um certo assujeitamento (que ela chama de SUSjeição). A epidemia de HIV/Aids teve um efeito análogo no interior da prisão, produzindo uma agenda de políticas públicas para essa população historicamente marginalizada pelo Estado. Em diversas regiões do Brasil, foram registrados relatos de que o acesso à saúde de presos vivendo com HIV (sejam LGBT ou não) é melhor que o da média da população carcerária.

Essa grave crise de saúde pública trouxe a necessidade de criar um novo repertório para abordar a sexualidade dos presos. Não era mais possível falar apenas em termos morais: era preciso pensar também em termos pragmáticos. A falência do ideal da abstinência sexual total era evidente. Era urgente saber com precisão que práticas eram efetivamente difundidas, ou seja, produzir dados empíricos a respeito e elaborar políticas públicas específicas (como a distribuição de preservativos).

O sangue do massacre

E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo
Diante da chacina
111 presos indefesos,
mas presos são quase todos pretos
Ou quase pretos,
ou quase brancos quase pretos de tão pobres
E pobres são como podres
e todos sabem como se tratam os pretos

Caetano Veloso

O processo de redemocratização do Brasil foi marcado, como vimos, por grandes contradições. Em 1992, logo nos primeiros anos do novo regime, a Polícia Militar entra na Casa de Detenção de São Paulo em meio a uma rebelião e executa pelo menos 111 presos desarmados (imagem 17). O Massacre do Carandiru, como ficou conhecido, foi de certa forma o primeiro grande crime perpetrado pelo Estado depois da ascensão do novo Regime Democrático. A completa impunidade dos responsáveis mais de 20 anos depois mostra a permanência da necropolítica característica de nosso passado colonial e autoritário.

Marta e Máira Machado (2015) argumentam que, paradoxalmente, as condições para a perpetração do Massacre se constituem a partir da Anistia (1979) e do fim dos *presos políticos*. A partir de então, todos os presos são *comuns* – “quase todos pretos ou quase pretos de tão pobres”. Não possuem a aura dos *presos políticos*, muitos dos quais brancos e provenientes das classes médias escolarizadas. A pauperização do sistema penitenciário na década de 1990 acompanha a perda do interesse dos movimentos em defesa dos direitos humanos pela questão penitenciária. Com o fim da Ditadura, não há mais *heróis* entre os presos, apenas *bandidos*.

Há muitas narrativas sobre o Massacre, nenhuma das quais é capaz de dar conta, sozinha, de toda a sua gravidade e complexidade. Na monumental coletânea *Carandiru não é coisa do passado*, as organizadoras Marta e Máira Machado buscam contemplar justamente essa diversidade de perspectivas possíveis, que juntas reafirmam a atualidade das questões que esse evento perpassa.

Para esse trabalho, privilegiei uma perspectiva, a única que parece levar em conta a presença de pessoas que não se encaixam no padrão de masculinidade dominante nas prisões. Trata-se do relato de Drauzio Varella, que esteve na Casa de Detenção na manhã do dia em que ocorreu o Massacre. Nesta visita, esteve justamente em companhia das *travestis* da unidade.

[Naquele dia] reuni os travestis nos fundos do cinema para uma aula de prevenção à Aids. Era a primeira sexta feira de outubro de 1992.

No final, insisti no perigo de penetração sexual desprotegida e perguntei se havia alguma dúvida. A meu lado, um rapaz franzinho de Sapopemba, conhecido como Pérola Byington, pernas cruzadas feito mulher e com a mão desmunhecada, roendo as unhas o tempo todo, fez o seguinte comentário:

- Doutor, faz meia hora que o senhor está explicando como é que pega e não pega esse vírus. Desculpe, mas isso nós estamos cansadas de saber. Muitas amigas nossas já morreram. Nós precisamos de camisinha, não aula!

Pouco depois apareceu o dr. Pedrosa, diretor geral do presídio [...] conversamos sobre a distribuição de preservativos para os detentos, medida

Imagens 17 e 18: O Massacre do Carandiru: presos rendidos no pátio da Casa de Detenção (foto de Mônica Zarattini para o Estado de São Paulo) e os corredores internos do Pavilhão 9 cobertos de sangue (foto de Niels Andreas para a Folha de São Paulo).

que naqueles dias despertava reações emocionais entre as autoridades judiciárias, como de um promotor [...] que me respondeu num debate:

- Se a sociedade não pode entregar um litro de leite para as crianças da favela, o senhor nunca me convencerá a distribuir camisinha para vagabundo na cadeia.

O diretor e eu elaboramos uma estratégia para apresentar o problema pessoalmente a algumas pessoas influentes no Sistema [...]. Quando percebi, já era meio-dia.

- Vou correr para o hospital, é tarde. Além disso atrasei o senhor.

- Por mim não, hoje é sexta feira, dia deles lavarem tudo para a visita do fim de semana. A cadeia está na maior calma.

Cerca de duas horas depois dessa observação, houve um desentendimento entre dois presos no Pavilhão Nove (VARELLA, 2004, pp. 279-280).

A última conversa que o médico teria na Casa de Detenção antes do Massacre foi, portanto, a respeito da distribuição de preservativos para as *travestis* da unidade. Trata-se, ao que tudo indica, de um dos primeiros momentos em que as *travestis* interpelam os saberes médicos, solicitando políticas públicas específicas. A questão não é a “falta de informação”, mas sim a falta de insumos de prevenção. O Estado era então chamado a atuar em favor dessa população.

A maneira como se formula a resistência a essa demanda é também significativa. Ao contestar o projeto de “distribuir camisinha para vagabundo”, o promotor citado por Varella parece contestar também a cidadania e a própria humanidade dessa população. Está implícita a ideia de que os *vagabundos* não merecem ser protegidos do contato com o vírus – pelo menos não enquanto insistirem exercer a sua abjeta sexualidade no âmbito do sistema penitenciário. No limite, está a ideia de que os *vagabundos* “merecem morrer” e que a Aids não está fazendo mais do que cumprir uma sentença de morte que já havia sido dada pela sociedade. Por meio da Aids, a punição dos presos se assemelha com a dos homossexuais – vítimas da sua própria *promiscuidade* (POLLAK, 1993). Parafraseando a música de Caetano Veloso, poderíamos dizer que dessa perspectiva conservadora, os presos são “quase todos *putos*” – expressão usada no contexto das prisões para categorizar pejorativamente todos aqueles percebidos como desviantes sexuais, de *estupradores* a *homossexuais*.

Essa imagem dos presos como uma massa indistinta de *putos*, de seres sub-humanos e hipersexuais potencialmente infectados pelo vírus do HIV, reaparece em parte dos relatos do Massacre publicados por Varella. O sangue das vítimas letais da polícia, que escorre abundantemente pelos corredores e escadarias do Pavilhão Nove nas imagens apocalípticas evocadas pelos sobreviventes (imagem 18), é frequentemente descrito como *contaminado* e/ou *contagioso*. Um deles, Jacó, “se preocupou por estar descalço, com os pés esfolados do futebol”. Ele temia que com

“tanto HIV na cadeia, se escapar vivo vou acabar pegando Aids” (VARELLA, 2004, p. 293). Esse medo não se restringia aos presos: os relatos mostram que a “aversão dos policiais pelo sangue derramado” era particularmente grande e acabaria por “custar a vida de vários desastrados” (ibid., p. 292). Outras duas testemunhas relatam:

- Na subida da escada, tem uma coisa interessante: estava lavado de sangue, um monte de cadáver espalhado. Não podia parar a fila, os policiais mandavam correr e ameaçavam: se alguém me espirrar sangue, vai morrer! Tinha que correr descalço naquela sangueira, sem levantar o pé para não levantar os elementos, que eles queriam achar pretexto para matar. [...]

- Tudo alucinante, na velocidade, e ainda mandava nós gritar: Viva o Choque! Viva o Choque! Um tiozinho que vinha, em vez de pisar num finado estendido na passagem, desviou para o lado do polícia encostado na parede, só que pisou na poça de sangue e espirrou na calça do cidadão. O polícia não teve dúvida: parou a escada na hora e pou, pou, dois tiros, na frente de todo mundo (in: VARELLA, 2004, p. 292-293).

O grau de brutalidade desses relatos está, conforme disse na introdução, nos limites do humano. Eles revelam, em última instância, esse processo de racialização da população carcerária – vista como uma subgente de *pretos*, *pobres* e *putos* que, como vidas *podres*, não são dignas de serem vividas. A aversão do contato com o sangue é a expressão mais literal desse horror à diferença.

O medo do contágio pelo HIV através do contato com o sangue dos outros presos aparece também na música *Diário de um Detento*, do Racionais MC's. A letra foi escrita por Mano Brown em parceria com Jocenir, que esteve preso no Carandiru e reuniu diversos relatos sobre esta prisão (inclusive sobre o Massacre) em um livro com o mesmo nome. A música, que é parte do álbum *Sobrevivendo no Inferno* (de 1998), é extremamente popular nas prisões paulistas – além de ser considerada por muitos a mais importante realização do Rap nacional.¹³² Os últimos versos fazem clara referência ao Massacre:

*Ra-tá-tá-tá, sangue jorra como água
Do ouvido, da boca e nariz [...]
Sem padre, sem repórter, sem arma, sem socorro
Vai pegar HIV na boca do cachorro
Cadáveres no poço, no pátio interno
Adolf Hitler sorri no inferno
O Robocop do governo é frio, não sente pena
Só ódio e ri como a hiena*

¹³² Sobre os Racionais MC, ver Gabriel Feltran (2013).

*Ra-tá-tá-tá, Fleury e sua gangue
Vão nadar numa piscina de sangue
Mas quem vai acreditar no meu depoimento?
Dia 3 de outubro, diário de um detento*

O massacre desumaniza não apenas as suas vítimas (que se desfazem em cadáveres e uma piscina de sangue), mas também os algozes: robocops frios que riem como hienas. Significativo nesse sentido é que o contato com o sangue *contaminado* é mediado pela boca dos cachorros (cruelmente empregados contra presos desarmados). A referência a Adolf Hitler reforça a compreensão do caráter racista da operação e sua continuidade em relação aos grandes experimentos necropolíticos do século XX. O então Governador Luiz Antônio “Fleury e sua gangue” pouco se diferenciam dos nazistas que ardem no inferno.

Em sua reflexão sobre a Aids, Susan Sontag (2001) reflete sobre os perigos das metáforas bélicas em contextos de lutas contra doenças e epidemias. Se a cura é a vitória de uma guerra, quem é o inimigo? O combate à doença pode facilmente deslizar para um combate aos doentes – *contaminados* e *contagiosos*. No repertório imagético higienista, determinadas pessoas e populações se tornam a própria epidemia: “epidemia de criminalidade”, “epidemia de criminosos”, “epidemia de bandidos”. O método anacrônico da sangria é evocado: a sociedade se purifica e revigora pelo derramamento do sangue contaminado. A necropolítica regenera a saúde dos “cidadãos de bem”.

Essa foi a lógica da Operação Tarântula (imagem 19) que, em 1987, pretendia combater a epidemia de Aids através da perseguição a *travestis* que se prostituíam na região central da cidade de São Paulo (CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018). No primeiro dia de operação, 27 de fevereiro, 56 pessoas foram presas. Não apenas suas práticas sexuais (uma forma de trabalho) eram criminalizadas, mas sua própria presença nas ruas – sua mera existência, em última instância. Oficialmente, elas eram enquadradas pelos crimes de “Ultraje ao Pudor Público” e “Contágio venéreo”. A operação foi idealizada (e batizada) pelo delegado Marcelo Alencar Aranha. Assim como a tarântula “que tem vários braços e braços longos”, ele pretendia “atingir várias ruas e várias avenidas onde se efetua o *trottoir* indecente” (Folha de São Paulo, 1º de março de 1987). Em um momento de forte mobilização de movimentos sociais contra a ação arbitrária da Polícia, a operação repercutiu negativamente e foi cancelada poucos dias depois, no dia 10 de março (não antes de levar cerca de 300 *travestis* à prisão).

Polícia Civil “combate” a Aids prendendo travestis

Da Reportagem Local

A Polícia Civil do Estado resolveu entrar no “combate” à Aids na cidade de São Paulo. Com este objetivo, foi lançada na madrugada de anteontem a “Operação Tarântula”, um comando especial de policiamento que visa realizar detenções em flagrante de travestis nos principais locais de prática do “trottoir” alienamento de “fregueses” nas vias públicas. As primeiras ações da “Tarântula” já resultaram em 56 detenções, segundo Márcio Prudente Cruz, 52, delegado-chefe do Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (De-gran). Cruz afirma que a operação deverá durar o ano todo.

A operação está sob o comando do titular da Delegacia Seccional Sul, delegado Marcelo Atencar Aranha, e conta com uma equipe composta pelos titulares dos distritos policiais de Vila Clementino, Itaim-Bibi, Campo Belo e Vila Mariana (bairros da zona sul de São Paulo).

Segundo Cruz, o objetivo da “Operação Tarântula” é basicamente

Tarântula é uma aranha européia

Segundo o “Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa”, “tarântula” é uma espécie de aranha européia da família dos lecosídeos, cuja picada causa febre, delírio e, segundo a crença popular, singulares sintomas que levariam o doente a cantar e dançar. De acordo com a enciclopédia da Lellis Universal, sua picada causa abatimento e profunda melancolia, daí os antigos acreditarem que a vítima devesse agitar-se ininterruptamente para sair desse estado.

As tarântulas (que, segundo a enciclopédia Mirador Internacional, medem em média 2,5 centímetros e possuem oito olhos), ficam preferencialmente perto de cursos d’água ou piscinas, embora não saibam nadar.

“Tarântula” é também o nome de um filme realizado pelo diretor norte-americano Jack Arnold, em 1955, época em que surgiram algumas das principais películas do gênero horror.

“espantar a freguesia” e assim diminuir a propagação da doença. “Os tempos de Nostradamus estão chegando”, diz. Ele afirma acreditar que estamos num período pré-apocalíptico. No entanto, a operação não será efetuada durante o Carnaval, já que “os travestis tiram folga nesta época”, declara.

Cruz nega ter dito que pretende enquadrar os detidos na Lei de Segurança Nacional, ou que pretenda submetê-los a testes de Aids no

Instituto Médico Legal, conforme foi publicado ontem no jornal “O Globo”. Para ele, os travestis podem responder a processos por ultraje ao pudor público e crime de contágio venéreo.

A respeito do nome dado à operação policial, Cruz diz que a autoria é do delegado Aranha. “A Tarântula tem vários braços, braços longos, e o objetivo é atingir várias ruas e várias avenidas onde se efetua o ‘trottoir’ indecente”.

Imagens 19 e 20: Notícia sobre a Operação Tarântula na Folha de São Paulo (1987) e a Demolição do Complexo do Carandiru (2002).

O que me interessa resgatar desta operação, para além de sua lógica higienista, são as estratégias de resistência extremas evocadas por algumas das *travestis* que sobreviveram à perseguição. Muitas delas relatam que uma das formas de evitar a prisão era “se cortar” (em geral com um pedaço de gilete escondido na boca) e espalhar o sangue derramado pelo próprio corpo. Os policiais, com medo de contágio pela Aids (que eles acreditavam estar no sangue “ímpuro” de todas as *travestis*), as deixavam fugir. Difícil não lembrar desses relatos ao ler sobre o horror que o sangue dos presos inspirava nos policiais que perpetraram o Massacre na Casa de Detenção pouco mais de 5 anos depois.

Quando estava na Cidade do México, percebi que a repercussão do Massacre do Carandiru não se restringia ao território brasileiro. O espectro da tragédia estava presente também nas minhas visitas a prisões mexicanas com a associação civil *Almas Cautivas*. Diversas vezes, tanto presos como funcionários, ao saberem que eu era brasileiro, me perguntaram sobre o Carandiru.

Um funcionário de segurança tinha visto recentemente o filme do Hector Babenco e ficado muito impressionado. Ele queria saber se o complexo penitenciário havia de fato sido demolido depois da tragédia (imagem 20) e para onde tinham sido transferidos os presos. Eu expliquei rapidamente o processo de interiorização das prisões paulistas,¹³³ que ele ouviu com interesse. Depois me perguntou: “E foi tudo por causa de um jogo de futebol, não?”. Eu expliquei que o jogo de futebol havia sido só a faísca que acendeu o incêndio. Que havia muita tensão acumulada, era praticamente uma bomba relógio. A pergunta seguinte foi apenas retórica: “Então uma briga de futebol pode trazer tudo abaixo?”. Ele parecia assustado, pensando talvez na prisão em que trabalhava e na enlouquecedora instabilidade daquele ambiente.

Mais tarde neste mesmo dia, um dos internos me perguntou novamente sobre o Carandiru. Me explicou que circulavam muito entre presos DVDs de filmes e séries sobre prisões - e que o filme de Babenco era um dos mais populares. As cenas da rebelião e do Massacre causavam excitação e horror - e não eram comuns em outros filmes (em geral focados em fugas ou conflitos entre internos). Este simpático rapaz de porte viril e pele morena namorava uma das poucas *mulheres trans* do pavilhão. Compartilhava por isso as mesmas celas que elas e participava das atividades voltadas

¹³³ A partir da década de 1990, grande parte da população prisional paulista foi transferida para unidades menores localizadas no interior do estado – e não mais na região central das grandes cidades. Essa “marcha para o Oeste” foi analisada por Rafael Godoi (2017).

para os presos LGBT. Queria saber sua opinião sobre a personagem de Lady Di, mas nossa conversa foi interrompida pela chamada para o almoço.

Voltando ao contexto brasileiro, os efeitos a longo prazo do Massacre seriam profundos. Seu impacto não se resume à reorganização territorial da política penitenciária paulista. Ele levou também a radicais transformações na organização política dos presos (e consequentemente na dinâmica do *crime*, em particular do tráfico de drogas) com a emergência do Primeiro Comando da Capital (PCC).

Ascensão e hegemonia do PCC

O PCC teve origem em 1993, dentro de uma cadeia, um ano depois do Massacre do Carandiru. Reivindicava reação a qualquer opressão do *sistema contra os presos*, mas também do *preso contra o preso*. Legitimou sua autoridade no cárcere por implementar políticas expressas de interdição do estupro, do homicídio considerado injusto e, posteriormente, do *crack* dentro das prisões sob seu regime. Firmou-se como interlocutor entre os gestores e funcionários dos presídios paulistas, porque a disciplina estrita que introduzia nas “suas” unidades prisionais lhes era funcional. Durante os anos 1990, a guerra sangrenta contra grupos rivais e contra o desrespeito ao *proceder* associou-se ao ideal de “paz entre os ladrões” do *Partido*. Quanto mais o PCC se expandia, mais o governo investia na ampliação do sistema que o nutria: metas crescentes de encarceramento, construção de dezenas de novas unidades e interiorização das prisões. A reforma dos anos 1990 quadruplicou a população carcerária paulista na década seguinte, impulsionada pela equivalência do tráfico de drogas a crime hediondo, que jogou dezenas de milhares de jovens nas cadeias. As prisões passaram a ser chamadas de “faculdades”. O PCC construiu sua hegemonia no *crime* (FELTRAN, 2013, pp. 62-63).

Assim o sociólogo Gabriel Feltran resume o processo de ascensão do PCC e a consolidação de sua hegemonia nas prisões paulistas e no *mundo do crime*. Essa perspectiva, a meu ver a mais apurada, está fundamentada em mais de uma década de trabalho de campo nas periferias da cidade de São Paulo (FELTRAN, 2018). Como fica claro em uma entrevista com quatro diferentes pesquisadores do campo das Ciências Sociais¹³⁴ organizada por Bruno Paes Manso (2010), no entanto, estamos bem longe de um consenso acerca da efetiva estrutura de poder do PCC, de seus principais objetivos e de sua esfera de ação. Por um lado, autoras como Camila Nunes Dias (2011) apresentam o PCC como uma organização profundamente hierarquizada e centrada no

¹³⁴ Os quatro são citados ao longo dessa pesquisa: Adalton Marques, Camila Nunes Dias, Karina Biondi e o próprio Gabriel Feltran.

exercício da violência. Por outro, autoras como Karina Biondi (2010) o retratam como um coletivo engajado na luta pelos direitos dos presos, que se esforça intensamente para minimizar as desigualdades de poder e recursos no interior da população carcerária.

Na versão da história que se tornou hegemônica, o PCC nasce como uma reação ao Massacre do Carandiru: o *comando* pretendia justamente garantir que esse tipo de tragédia jamais se repetisse. Essa é a principal promessa que dá legitimidade à sua existência entre presos e seus *familiares*. Trata-se de uma forma de organização política de presos que se origina dentro do sistema penitenciário, mas logo se expande para o *mundo do crime* (em especial o tráfico de drogas) e para os bairros onde vivem os *familiares* dos presos (e para onde esses voltam depois de absorver os ideais da organização). Hoje está presente em mais de 90% das unidades prisionais do estado de São Paulo (imagem 21).

Sua ascensão opera uma transformação profunda na produção do cotidiano prisional. A sexualidade é uma das esferas nas quais a mudança é mais visível – e, portanto, um dos campos primordiais nos quais o poder do PCC se articula. São difundidos novos códigos de conduta e também novas definições a respeito do que é *estupro* e do que é *homossexualismo*. Estabelecem-se também novas regulações acerca de performances de gênero femininas entre presos. A configuração atual da relação entre PCC e a (homos)sexualidade será discutida a partir de uma perspectiva etnográfica no próximo capítulo. Neste momento, busco recuperar as transformações nas suas estratégias de gestão das práticas sexuais e performances de gênero através de pesquisa bibliográfica e documental.

Apesar de discordâncias fundamentais a respeito de seu funcionamento, a maior parte dos pesquisadores concordam em alguns pontos no que tange à gestão da sexualidade pelo PCC. Assim como Feltran, tanto Biondi (2010) como Dias (2011) colocam a *proibição do estupro* entre presos como uma das mais efetivas iniciativas desse coletivo desde meados dos anos 1990. Esta compreensão é reivindicada pelo próprio Marcola (atualmente a principal liderança do PCC) no depoimento que ele deu à CPI do Tráfico de Armas. Junto com a proibição do *crack*,¹³⁵ a abolição do

¹³⁵ Uma das drogas derivadas da coca, é vendida em pequenas pedras e consumida na forma de fumaça. Por ser relativamente barata e extremamente aditiva, difundiu-se rapidamente nas prisões e entre os estratos mais baixos da sociedade brasileira nos anos 1990. Sua presença na prisão está relacionada também com a epidemia de HIV/Aids, que fez diminuir rapidamente o consumo de drogas injetáveis. A perseguição do PCC ao crack se justifica pelo grande potencial de conflito que o comércio da droga gera no ambiente prisional. A grande dependência faz com que os usuários se endividem rapidamente e o código de ética do crime exige um grande rigor nas cobranças.

Imagem 20 e 21: O Primeiro Comando da Capital (PCC) afirma sua força em uma rebelião coordenada em 2006; Trecho do Estatuto da Organização que proíbe o *estupro* entre presos.

homossexualismo (a que ele se refere como sinônimo de *estupro*) no sistema penitenciário é apresentada como um efeito de debates promovidos pelo PCC:

Alguém dá uma ideia, por exemplo. Alguém pensa, raciocina e fala: “Ô, gente, o que que vocês acham de a gente abolir o crack dentro da prisão?” Isso é mandado pra todas as penitenciárias, todas as penitenciárias do estado [de São Paulo]. Aí os presos de todas as penitenciárias vão expor suas opiniões, contrárias ou a favor. Se a maioria for a favor de abolir o *crack*, o *crack* vai ser abolido, conforme foi o caso. A maioria foi a favor de se abolir o homossexualismo. Ou seja... [...] O cara estuprar outro preso. Isso aí tinha muito dentro do sistema penitenciário de São Paulo, e o Estado jamais teve condições de suprimir isso. Aí veio essa organização, raciocinou que isso era algo que afrontava a dignidade humana, porque o sentido era esse... (Marcos Willian Herbas Camacho, depoimento à CPI do Tráfico de Armas)

Em suas palavras, “o cara estuprar outro preso” era “algo que afrontava a dignidade humana” e que, portanto, precisava ser *abolido* pela *organização* – já que o Estado não tinha sido capaz de fazê-lo. Essa resolução está cristalizada no amplamente divulgado *estatuto do PCC* (imagem 22). Junto a outros itens relacionados à “exploração do preso pelo preso”, esta interdição compõe o oitavo item do estatuto:

8. Os integrantes do Partido tem que dar bom exemplo à serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja assalto, estupro e extorsão dentro do Sistema.

Estamos falando de um segundo sistema de valores e normas que atua sobre a sexualidade dos presos garantindo determinados “direitos” a todos: “o Estado não é capaz de defender os presos mais fracos da violência sexual, mas o Comando sim”. E ao demonstrar essa capacidade, o PCC se legitima como formação política hegemônica no interior do cárcere.

Além disso, as duas pesquisadoras mencionadas mostram outras tentativas de gestão da sexualidade dos presos para além da interdição do *estupro*. Estas incidiram sobretudo nas formas de contato entre a *massa carcerária*, vista como masculina e heterossexual, e o grupo heterogêneo de *bichas*, *monas* e *travestis*, vistas como femininas e/ou homossexuais. A análise dessas iniciativas de controle, bem como dos efeitos e reações contraditórias de sua implementação, foi mobilizada por ambas como um caso privilegiado para refletir sobre as transformações na estrutura de poder e no sistema de valores do PCC.

Camila Nunes Dias analisa essas mudanças em termos de institucionalização e racionalização do poder, com a conquista do monopólio do uso da violência no ambiente prisional. Um progressivo cerceamento das práticas homossexuais estaria relacionado a um projeto mais amplo de submeter os presos a um “rigoroso autocontrole dos impulsos e da agressividade” (DIAS, 2011, p. 209). A socióloga inicia sua análise esboçando um modelo clássico de afirmação do poder na prisão por meio da “sujeição sexual” dos mais fracos pelos mais fortes:

Historicamente, os homens presos têm feito da sujeição sexual uma das formas mais importantes de demonstração de poder e dominação do outro. [...] O estupro era uma das formas mais corriqueiras de expressão da violência física, psicológica e simbólica que estruturava as relações sociais na prisão. As vítimas dessa violência, se não fossem capazes de matar seu algoz para impedir a consumação do ato sexual, eram despojadas dos atributos da masculinidade e excluídas da categoria *homem*, sujeitados ao papel de “mulher” na prisão (ibid., p. 203).

O PCC vai legitimar seu poder combatendo esse tipo de prática. Com sua consolidação, difundem-se outras formas de perceber as relações sexuais entre presos. A conquista do acesso à *visita íntima* (que o PCC reivindica como sua) daria força a um novo sistema de valores: a manutenção de vínculos com *mulheres de fora* da prisão se tornaria o principal símbolo de *status*. A “sujeição sexual” de presos vistos como mais fracos ou mais femininos deixa de ser um “signo de masculinidade e virilidade” e passa a ser um estigma associado à incapacidade de estabelecer relações com *mulheres*:

Com o controle do PCC nas prisões a nova hierarquia de poder não se baseava mais no exercício individualizado da violência física e sim em outros elementos definidores de *status*, como a posse de bens ou relações familiares estáveis fora da prisão. Ter uma mulher que o visitasse frequentemente significava, além de condições materiais melhores que as dos demais presos, a manutenção de redes sociais externas, e ainda tornava desnecessária a substituição da relação hetero pela relação homossexual. A manutenção desta última forma de relação sexual expressava a incapacidade do preso para manter vínculos com o lado externo da prisão e, portanto, desvalorizava-o socialmente (ibid., p. 206).

Em um segundo momento, localizado entre 2007 e 2011, essas mudanças teriam se aprofundado. Dias afirma que as lideranças do PCC passaram a promover uma cuidadosa separação entre *homossexuais* e *massa carcerária*, discriminando como

bichas todos aqueles que mantivessem relações sexuais com outros presos. Mudava não apenas a regulação, mas o próprio sistema classificatório:

Os comportamentos homossexuais aparecem como sintoma que remete a outro sistema de dominação [...] Para marcar a ruptura e expressar as transformações no sistema de poder, o PCC proibiu a prática de relações sexuais entre homens e passou a classificar como *bichas* também os presos que desempenham o papel ativo nessas relações. A necessidade de marcar uma ruptura [...] é muito clara na fala de alguns presos quando afirmam, em entrevista, que “já era o tempo em que o preso era a mulher do preso”. Essa frase expressa não apenas a mudança de comportamento e de valores, mas também uma conquista, reivindicada por muitos integrantes do PCC, do direito à visita íntima, bem como de terem acabado com o estupro, [...] Nessa nova ordem social a permanência dessas relações é considerada anômica e, como tal, os presos nela envolvidos são considerados sujos e desordeiros, portadores de inferioridades sociais que os rebaixa na sua condição de humanos. Considerados portadores de uma poluição moral contagiosa e, portanto, com ampla restrição ao contato com os estabelecidos, os presos que desempenham o papel ativo nas relações acabaram por se contaminar e, assim, por ser enquadrados na mesma categoria que os homossexuais passivos (idem, p. 209).

A condenação das relações sexuais se justifica, portanto, à sua associação com as injustiças da antiga estrutura de poder na prisão, baseada na força física e na “exploração dos mais fracos pelos mais fortes”. Como na fala de Marcola, o *homossexualismo* é visto como sinônimo de *estupro*. *Homossexuais*, *travestis*, *estupradores* e vítimas de violações sexual na prisão são indistintamente percebidos e tratados como *putos* (palavra muito usada nas *cadeias do comando*). Neste ponto, a perspectiva do PCC se assemelha com a dos criminólogos analisados no início deste capítulo. A palavra *puto* possui, como veremos, significados bem semelhantes no contexto mexicano.

Apesar da riqueza dos dados etnográficos trazidos por Dias, sua análise é em diversos momentos prejudicada pelo conhecimento limitado que ela demonstra ter das formas de classificação de identidades sexuais e de gênero no Brasil contemporâneo – para não mencionar os debates políticos e acadêmicos sobre o tema, completamente ausentes em suas referências bibliográficas. O seguinte trecho exemplifica bem o tipo de imprecisão a que estou me referindo:

Os presos que haviam sido violados [...] jamais poderiam ter de volta sua masculinidade – pelo menos dentro da prisão: eles continuaram sendo tratados como bichas, sem qualquer distinção em relação aos

travestis, aqueles cuja identidade homossexual já estava definida na chegada à prisão (idem, p. 206).

A socióloga não apenas se refere a *travestis* no masculino como parece afirmar que essas teriam uma *identidade homossexual*. Em 2011 era uma convenção bem aceita na academia e nos movimentos sociais que *travesti* é uma identidade de gênero feminina que não se confunde com *homossexual*, uma orientação sexual. Sem aderir a essa convenção mais formal, Dias também não parece partir de um sistema de classificação local, característico do sistema prisional. Nesse caso, a proliferação de categorias como *bicha*, *mona* e *travesti* desaparece sob a categoria englobante *homossexuais*, utilizada pela autora.

Outra questão negligenciada por Dias é o possível impacto da epidemia de HIV/Aids nesse processo de transformação dos regimes de classificação de identidades sexuais. A ideia de que os *ativos* estão tão potencialmente *poluídos* quanto os *passivos* coincide com as primeiras campanhas de prevenção realizadas na prisão – que informavam justamente que o vírus podia ser transmitido nos dois sentidos (tanto do *ativo* para o *passivo* quanto do *passivo* para o *ativo*). Um cartaz informativo mostrado por Varella em *Estação Carandiru* apresenta em um dos desenhos um ladrão viril penetrando uma *bicha*. A legenda sintetiza essa ideia: “AIDS passa pra lá e passa pra cá. Vírus não reconhece macheza” (imagem 23).

Dias argumenta que com essas mudanças o status dos *homossexuais* nas prisões geridas pelo PCC (que havia melhorado com a proibição do *estupro*) volta a piorar. Estes passam a ser tratados como um grupo homogêneo física e moralmente segregado:

Os diferenciais de poder entre os dois grupos foram ampliados significativamente, as barreiras que separam os homossexuais dos demais presos tornaram-se muito maiores e a segregação passou a estar vinculada à ideia de contaminação. As celas em que os homossexuais ficam isolados são vigiadas constantemente por membros do PCC e qualquer um que delas se aproxime terá que se explicar. Se não convencer, será expulso da cela comum onde vive e obrigado a morar com os homossexuais, sendo considerado um deles. O mesmo ocorre com qualquer contato físico: qualquer toque será interpretado como proximidade contaminadora e implicará na segregação do preso “contaminado”. Ainda, os homossexuais são impedidos de trabalhar em qualquer posto-chave na prisão, como a cozinha e a faxina, a eles sendo permitido apenas o trabalho na lavanderia, em costura e na limpeza das celas (tal como antes). O utensílio em que é acondicionada a comida para os homossexuais é marcado com um risco, para diferenciá-los dos demais, evitando o contato com os utensílios do restante da população carcerária, e ainda

AIDS : ASSIM PEGA

**AIDS PASSA DO HOMEM
PRA MULHER.
AIDS PASSA DA MULHER
PRO HOMEM.**

AIDS PASSA PRA LÁ E
PASSA PRA CÁ.
VÍRUS NÃO RECONHECE
MACHEZA

QUEM TOMA BAQUE NA
VEIA VAI PEGAR O VÍRUS.
SE NÃO É HOJE VAI SER
AMANHÃ OU DAQUI A SEIS
MESES.

ASSIM NÃO PEGA

Imagem 22: Cartaz de prevenção à aids publicado no gibi “O Vira Lata”.

vem embalado em um saco plástico, para não ter contato com os outros (idem, p.210).

Mais do que uma categoria subordinada, os *homossexuais* são vistos como “portadores de uma doença moral contagiosa” e, portanto, “quase inumanos” (idem). Essa desumanização revela, segundo a socióloga, um paradoxo no “modelo político de gestão dos corpos e dos desejos” imposto do PCC. Trata-se de um modelo que “se pretende legítimo, mas cujas bases mais profundas ainda são a violência, a coerção e a arbitrariedade” (idem). Em sua “tentativa de democratizar as relações sociais estabelecidas na prisão” o PCC teria, paradoxalmente, “exacerbado drasticamente “determinados diferenciais de poder entre grupos sociais que podem ser identificados no universo prisional” (idem) – como é o caso do novo padrão de relações entre *homossexuais* e *massa carcerária*.

A eliminação da violência sexual teria implicado na constituição de uma nova forma de violência, ainda mais brutal: a gestão dos corpos dos *homossexuais* enquanto “espaços passíveis de utilização”. Nas palavras de Dias:

Uma nova função lhes foi facultada: a de espaço para esconder drogas e celulares durante as revistas (*blitz*) na unidade. Neste caso, o “corpo homossexual” – o ânus, especificamente – passa a ser socialmente útil. Embora “oficialmente” eles não sejam obrigados a aceitar essa função, na prática lhes resta poucas alternativas à medida que são alvos de uma vigilância constante e ocupam uma das mais subalternas posições sociais nesse universo. [...] Na prisão, todos tentam “se virar” de alguma maneira, visando a obter dinheiro e/ou objetos muito valorizados, como materiais de higiene pessoal, drogas e cigarros. Antes, os homossexuais obtinham tais objetos com programas sexuais [...]. Na nova configuração social, esse nicho de negócios foi praticamente impossibilitado. Assim, ainda que pese a coerção para que o homossexual seja utilizado como espaço na prisão, essa pode ser uma das poucas formas de ele garantir a posse de alguns bens materiais e, portanto, sua sobrevivência (ibid., p. 211).

Os dados etnográficos trazidos por Dias neste trecho são muito interessantes na medida em que revelam transformações históricas nas estratégias de agência de *homossexuais* nas prisões. Por isso mesmo, acredito ser importante se distanciar da sua interpretação de que o “corpo homossexual” foi reduzido a um “espaço”. Prefiro pensar nessa prática como uma técnica corporal que é vendida na forma de trabalho. O fato de que em alguns momentos esse trabalho é apropriado compulsoriamente por meio da violência não muda o fato de que ele é uma ação realizada por um sujeito.

O uso do ânus para guardar objetos pode ser pensado uma técnica corporal no sentido clássico proposto por Marcel Mauss (2003 [1935]). Como tal ela pode ser desenvolvida, com maior ou menor dificuldade, por quase qualquer ser humano. Não está necessariamente relacionada com a sexualidade (ou com a identidade de gênero). Sua associação com a homossexualidade (e/ou a transexualidade) tem a ver com a ideia de que “na cadeia, a moral estava na bunda” (MENDES, 2009, p. 383). Dominar essa técnica em tal contexto significa perder o capital moral mais valorizado no *mundo do crime*: a masculinidade. Voltaremos a essa questão no próximo capítulo a partir da etnografia. Vejamos agora outra perspectiva sobre a gestão da sexualidade pelo PCC.

A antropóloga Karina Biondi (2010) analisa a questão da homossexualidade no contexto dos debates suscitados pela inclusão da “Igualdade” como um dos valores norteadores do PCC – ao lado de “Paz, Justiça e Liberdade” (máxima herdada do Comando Vermelho).¹³⁶ Essa mudança teria ocorrido por volta de 2003, junto a uma profunda transformação de sua estrutura de poder. Uma série de debates teria então ocorrido acerca da acusação de que os *homossexuais* estariam sendo discriminados por outros presos e “se todo mundo é igual não pode discriminar” (BIONDI, 2010). Alguns dos termos do debate foram: os homossexuais poderiam compartilhar as mesmas celas e as mesmas camas que outros presos? Poderiam utilizar os mesmos pratos e talheres para alimentação? Poderiam deixar crescer os cabelos e utilizar roupas femininas? Poderiam dividir as celas com seus parceiros?

As resoluções e efeitos desses debates não foram uniformes, mas demonstraram a “existência de movimentos reflexivos [no PCC] sobre as mais diversas instâncias da vida de seus participantes que engendram mudanças relevantes em sua dinâmica de funcionamento” (ibid., p. 110). O que está em jogo é a própria estrutura de poder do PCC, sua legitimidade e um projeto de transformação profunda nos códigos morais que regem o *mundo do crime* – rompendo com determinadas práticas associadas com um passado de “exploração do preso pelo preso”. Nas palavras da autora:

Destaco as reflexões que resultaram, em meados de 2006, na aceitação de *monas* (homossexuais) no *convívio*. Antes disso, somente os que provavam “ter representado no Crime” caíam para o convívio. Os presos costumavam dizer que “ladrão de verdade tem que ser sujeito homem”. No entanto, consideraram que “tem mona que é mais criminosa que muito ladrão aí”, deixaram de colocar a

¹³⁶ Coletivo de presos formado no estado do Rio de Janeiro em 1979 e atuante até hoje. Ver Natânia Lopes (2013).

orientação sexual como um determinante para a seleção de quem vai para o *seguro* e destinaram uma das celas do *convívio* para as *monas*. Depois de alguns meses, outro *salve* reconsiderava a necessidade das *monas* morarem em celas apartadas e recomendava a distribuição dos homossexuais entre as demais celas, afirmando que “se é de igual, não pode fazer distinção” (ibid., p. 111).

De forma semelhante ao que observamos no trabalho de Dias, a distância de Biondi dos debates políticos e acadêmicos sobre gênero e sexualidade a leva a apresentar a categoria nativa *mona* como um equivalente simples de *homossexual*. No entanto, como mostra Guilherme Boldrin (2017), essa categoria abrange um conjunto muito mais diverso de sujeitos, muitos dos quais se veriam antes como *travestis* ou *transexuais* do que como *homossexuais*. Retomaremos esses sistemas locais de classificação no próximo capítulo. Neste momento, quero entender como a antropóloga analisa as diversas reações a este *salve* e as novas formas de segregação que se impuseram às *monas*:

Não sei como os prisioneiros das outras cadeias reagiram a esse *salve*, mas ele não foi bem recebido nos CDPs onde realizei pesquisa de campo. Os presos resistiram em receber as *monas* em suas celas e um dos argumentos era que elas teriam que dormir sozinhas na *burra*, porque nenhum *ladrao* faria *valete*¹³⁷ com uma *mona*. Afirmavam também que elas não poderiam dormir na *praia*, em meio aos outros homens e, prosseguindo a argumentação, não seria justo uma *mona* “tirar da *burra* dois presos que passaram por muito sofrimento para poder subir da *praia*”. Ademais, como os detentos diziam com frequência, “eles são do crime, mas não são o crime, porque o crime não dá o cu”. Por fim, a cela das *monas* foi mantida e, embora aceitos no *convívio*, os homossexuais não participavam da tomada de decisões ou da vida coletiva nas prisões, permaneciam em suas celas nos dias de visita e utilizavam pratos, copos e talheres exclusivos (pois os demais presos se recusavam a compartilhar com eles objetos pessoais) (BIONDI, 2010, p. 110).

Na etnografia de Biondi a questão do status das *monas* não aparece como um fato consumado, como um consenso imposto pelas lideranças do PCC à *massa carcerária*. Pelo contrário, aparece como algo em disputa – cujos efeitos dependem da dinâmica política própria de cada contexto onde o *comando* atua. Outro ponto interessante é o debate em torno da relação entre as *monas* e o *crime*, tema que desenvolverei melhor no próximo capítulo a partir do meu próprio trabalho de campo.

¹³⁷ “*Valete* é o nome de uma carta do baralho que ilustra a posição na qual dormem os presos que dividem a *burra* com outros: ambos deitados de barriga para cima, um com a cabeça em uma extremidade da *burra* e outro com a cabeça em outra extremidade, de modo que os pés de um ficam ao lado da cabeça de outro” (ibid., p. 110)

Deste debate sobre o PCC me interessa reter o caráter dinâmico da relação entre os códigos morais que regem as práticas (homos)sexuais na prisão e a organização política dos presos. Neste sentido, é importante enfatizar a ideia de que sexualidade não é um campo autônomo da experiência prisional *sobre o qual* a política dos presos atua. Argumento, pelo contrário, que se trata de um dos principais campos *no qual* esse poder se articula (ZAMBONI & LAGO, 2018).

Depois desse mergulho no universo da organização política dos presos, voltemos ao debate sobre a sexualidade dos presos no campo dos direitos.

A questão da visita conjugal

A *visita conjugal* representou o primeiro modo pelo qual a questão da sexualidade foi incorporada como um direito no campo da justiça criminal. A efetivação desse direito no estado de São Paulo é reivindicada pelo PCC como uma conquista sua junto à administração penitenciária. Ela se limita, a princípio, às unidades *masculinas* e a relacionamentos heterossexuais. Apesar do texto da Lei de Execuções penais não definir o gênero dos beneficiários, somente em 1999 o Ministério da Justiça publicou uma resolução em favor do direito à visita íntima em prisões *femininas* – que só passariam a ser realizadas em 2001 (17 anos depois da promulgação da LEP). Natália Padovani (2011) mostra que um dos principais argumentos citados nesta resolução era a necessidade de “prevenir a prática do homossexualismo” dentro da prisão:

Não se pode desconhecer a grave problemática que os estabelecimentos penais enfrentam tocantemente à abstinência sexual dos presos, geradora não só de danos fisiológicos pessoais, como de *desevios propiciantes da larga prática de homossexualismo* (Resolução do Ministério da Justiça apud PADOVANI, 2011).

Os direitos das *mulheres presas* avançavam, dessa maneira, em explícita oposição aos direitos da *população LGBT*. Essa concessão pretendia justamente reforçar o padrão heteronormativo que estrutura o sistema penitenciário.

Uma importante inflexão ocorreria a partir de 2011, com o reconhecimento das Uniões Cívicas entre pessoas do mesmo sexo pelo STF. No mesmo artigo, Padovani (2011) mostra como no estado de São Paulo este marco legal levou a uma enxurrada de pedidos de reconhecimento de *relacionamentos homoafetivos* para a realização de *visitas íntimas* em unidades *femininas* do sistema penitenciário. Sem saber como lidar com essa nova demanda, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) começou

a se preocupar com a questão da chamada *população LGBT privada de liberdade*, buscando elaborar políticas públicas específicas para ela.

Neste contexto, a antropóloga realiza uma etnografia de uma “Reunião Técnica sobre a População LGBT Privada de Liberdade”, promovida pela SAP. A autora argumenta que a iniciativa da SAP, expressa durante a reunião, de “definir o perfil da população LGBT” é fundamentalmente ambivalente: ao mesmo tempo em que possibilita a ampliação e efetivação de certos direitos, significa a implementação de novos mecanismos de regulação da sexualidade. Em suas palavras:

A meta em definir o perfil da população LGBT em nada destoa da qualidade de controle da instituição prisional. O Perfil da população LGBT é a sua normalização, seu enquadramento segundo abstrações genéricas [...]. Querer estabelecer o perfil da População LGBT é mensurar identidades possíveis, do mesmo modo, regular visitas íntimas homossexuais é localizar o sexo nas relações amorosas e familiares (PADOVANI, 2011, pp. 213-214).

As ambivalências entre Direito e regulação, assistência e controle permeiam, portanto, toda a questão das políticas para a população LGBT privada de liberdade. Quando se trata especificamente da *visita íntima*, Padovani mostra que a extensão desse direito a pessoas LGBT é também uma forma de ampliar o controle sobre suas relações afetivas e sexuais – privilegiando um ideal heteronormativo de família, estabilidade e monogamia.

A era dos direitos humanos

Nos anos 1990 e 2000, o Brasil se projeta no cenário internacional dos direitos humanos, campo no qual a agenda dos movimentos LGBT tem cada vez mais espaço. Em meados dos anos 1990, os primeiros Planos Nacionais de enfrentamento à epidemia de HIV/Aids foram considerados progressistas e especialmente eficazes (BIEHL, 2005). Muitas das políticas ligadas à prevenção, feitas em parceria com lideranças de *grupos vulneráveis*, acabariam por contribuir para a profissionalização de ativistas LGBT (FACHINNI, 2005) e para o empoderamento de sujeitos historicamente marginalizados dentro da própria sigla, como as *travestis* (PELÚCIO, 2009). A partir de 2004, o lançamento do programa Brasil sem Homofobia significou um avanço sem

precedentes no reconhecimento de direitos e na promoção de políticas públicas específicas para essa população (AGUIÃO, 2014).

A emergência de direitos específicos para a *população LGBT privada de liberdade* não é o resultado inevitável do processo que viemos descrevendo ao longo desse capítulo. Pelo contrário, deve ter ficado claro quão acidentada e imprevisível foi essa trajetória. Mostrei como o poder de gestão das práticas sexuais na prisão não está apenas nas mãos da administração dessas instituições, mas depende também de sistemas de valores e formas de organização política dos próprios presos. Ao interpelar determinados sujeitos como parte de uma *população LGBT*, as políticas públicas não encontram indivíduos que exercitam sua sexualidade ou determinam sua identidade de gênero da mesma forma que *na rua* (ou no âmbito dos movimentos sociais). Elas se deparam com *monas*, *bichas* e *sapatões* que muitas vezes não se identificam como *gays*, *lésbicas*, *travestis* ou *transsexuais*. As lutas cotidianas por reconhecimento e autodeterminação em relação a usos de corpos e prazeres na prisão atravessam, portanto, múltiplas instâncias de poder.

Vimos como cada formulação da questão da sexualidade dos presos está atravessada por especificidades de seu contexto histórico. Duas características do início dos anos 2010 vão marcar a emergência dos *presos LGBT* como sujeitos de direitos nas tecnologias de gestão da população carcerária. Em primeiro lugar a hegemonia dos direitos humanos como linguagem para a mobilização política e também para a elaboração de demandas junto ao Estado (VIANNA, 2013). Essa formulação contrasta, por exemplo, com a linguagem revolucionária da “liberação sexual” do nascente Movimento Homossexual nos anos 1970 (FRY, 1982) e com a linguagem da “construção da igualdade” durante a redemocratização nos anos 1980 (MACRAE, 1990). Em segundo, a dinâmica específica das políticas de identidade, que ganharia forma na “sopa de letrinhas” do movimento LGBT no Brasil (FACHINNI, 2005). A luta por direitos específicos e políticas públicas direcionadas para determinadas populações ganha então prioridade em relação à luta por direitos e políticas universais. Tal configuração, se permite visibilizar questões antes negligenciadas, não deixa de manter outros aspectos na penumbra.

Até meados de 1950, era impensável falar em “direitos sexuais” para presos: o ideal clássico da abstinência sexual durante toda a pena era hegemônico. O que se debatia então era o direito de não ser violado sexualmente na prisão, ou seja, à integridade física. Tínhamos um sujeito de direitos abstrato, presumidamente

heterossexual e potencialmente frágil, que devia ser protegido pelo Estado, mas que não tinha autonomia no uso de corpos e prazeres. Desde meados da década de 1980, os presos (e depois as presas) puderam reivindicar legalmente o direito de exercer sua sexualidade – desde que essa se enquadrasse num modelo conjugal heteronormativo regulado pela administração prisional.

A 1ª Resolução Conjunta CNCD/CNPPC expande o espectro do que poderíamos chamar de “direitos sexuais” para presos. Seu principal avanço é em relação ao reconhecimento de expressões de gênero que destoam da normatividade institucional: feminilidades em prisões *masculinas* e masculinidades em prisões *femininas*. As *travestis* e *transexuais* são as principais beneficiárias, bem como as principais protagonistas na luta pela efetivação desses direitos. Se o movimento homossexual dos anos 1980 é composto basicamente por pessoas de classe média marcado por uma distância dos problemas da população carcerária (em especial dos chamados *presos comuns*), o mesmo não pode ser dito sobre as ativistas LGBT dos anos 2010. Grande parte das lideranças *travestis* e *transexuais* (muitas das quais foram empoderadas por meio de políticas de prevenção de HIV/Aids) já passaram pela prisão ou são próximas de pessoas que estiveram nesta situação.

Este documento silencia, no entanto, quando se trata das práticas sexuais entre presos: o direito de exercício da sexualidade continua presumidamente reduzido à *visita íntima* (que pressupõe, por sua vez, conjugalidades estáveis e monogâmicas). Ao focar nas necessidades específicas da *população LGBT*, deixa também em segundo plano as demandas que estes internos têm em comum com a população em geral – como o acesso à assistência jurídica, trabalho e educação no cárcere.

Também não podemos esquecer que nenhuma dessas normativas recentes, tanto a federal quanto as estaduais (como a Resolução SAP 11), possui força de lei. Elas indicam, sobretudo, recomendações administrativas e parâmetros de acolhimento. Não há previsão de recursos destinados à sua implementação nem tampouco sanções a seu descumprimento. De acordo com Vanessa Alves Vieira (2018) essa precariedade é característica dos Direitos LGBT no contexto brasileiro.

No dia 24 de março de 2018, por exemplo, foi notória a resposta do Governo do Distrito Federal a uma reivindicação da Defensoria Pública em defesa de melhores condições para *presos LGBT*. Sem meias palavras, o subsecretário do sistema Penitenciário disse que “a resolução não é impositiva nem obrigatória” e que, portanto,

ele “não era obrigado a cumprir”. Voltarei a esse problema no capítulo 3, focando no caso do estado de São Paulo.

Ao longo desse capítulo, argumentei que a atual configuração dos *Presos LGBT* como sujeitos de direitos é historicamente situada e juridicamente precária. Sua efetividade na vida dos indivíduos que ela interpela depende tanto da conjuntura política do Estado em seus diversos níveis (como Governo Federal e Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária) quanto das dinâmicas próprias de organização política dos presos (como o PCC). Cabe nos perguntar, então, que efeitos terá sobre esse frágil projeto a rápida ascensão de políticos como Jair Bolsonaro – que ao longo de sua carreira política tem atacado sistematicamente tanto os direitos dos presos quanto os da *população LGBT*.

CAPÍTULO 2

Cartografias da Diferença:

o barraco das bichas na cadeia dos coisas

Assim como o tempo, o espaço é um dos eixos que organizam a experiência no cárcere. O faz de maneira imediata, distribuindo escopos e lugares, e de forma simbólica, atribuindo significados determinados. Uma dimensão é inseparável da outra: o espaço que se organiza de forma cotidiana também se ordena em seus sentidos. E vice-versa. Curiosa dinâmica simbólica, pressionada diante dos fatos, abarrotada como o próprio espaço da prisão.

Rodrigo Parrini

O objetivo desse capítulo é compreender os sistemas de classificação de identidades sexuais e de gênero característicos do sistema penitenciário em sua relação com a organização do espaço e a produção do cotidiano na prisão.¹³⁸ Apresento, para isso, a etnografia de um *barraco das bichas* em uma *cadeia de coisas*, tendo como base o trabalho de campo realizado entre os anos de 2015 e 2018. Neste período, visitei sistematicamente quatro Centros de Detenção Provisória (CDPs) localizados na Região Metropolitana de São Paulo. Dois deles são consideradas pelos integrantes e aliados do PCC como *cadeias de coisas*, expressão cujo significado discuto a seguir. Contemplei, além disso, relatos de presos, egressos, funcionários, ativistas e outros pesquisadores que circularam por unidades prisionais localizadas em diversas regiões deste estado. A etnografia aqui apresentada combina dois momentos do trabalho de campo sobre os quais falei na introdução: a participação no GDUCC e a entrada como *agente* da Pastoral Carcerária.

Minha estratégia textual será criar um *barraco*,¹³⁹ uma ala (a “Ala A”) e um Centro de Detenção Provisória (“o CDP” ou “a *cadeia dos coisas*”)¹⁴⁰ fictícios a partir das diversas celas, alas e unidades com as quais tive contato (direta ou indiretamente). O *barraco das bichas* e a *cadeia dos coisas* aqui apresentados trazem os traços predominantes do contexto com o qual tive contato mais intenso – mas essas

¹³⁸ A atenção etnográfica à produção do cotidiano em situações extremas de violência e vulnerabilidade é em grande parte inspirada na obra de Veena Das (2007), bem como de outras autoras do campo que vem sido chamado no Brasil de antropologia das emoções (COELHO & REZENDE, 2010).

¹³⁹ A palavra *barraco* é utilizada no contexto das prisões paulistas como sinônimo de cela. Nos bairros periféricos de onde provém a maior parte dos presos, *barraco* é um sinônimo de moradia precária. Trata-se de uma unidade doméstica, um lar, mas que não tem necessariamente a estrutura e a solidez de uma *casa* ou *sobrado*. A palavra traz significados densos e ambíguos, podendo ter, de acordo com o tom, tanto uma carga afetiva (“nosso cantinho”) quanto uma carga pejorativa (“esse buraco”).

¹⁴⁰ Utilizo a expressão no singular “a *cadeia dos coisas*” para me referir à unidade ficcional criada para a descrição etnográfica que se segue. Refiro-me também às “*cadeias de coisas*” para falar do fenômeno mais amplo da conformação desse tipo de unidade no sistema penitenciário paulista.

características ajudam a entender a dinâmica mais ampla da distribuição espacial da diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário paulista como um todo. Esse recurso permite evitar a exposição de instituições e atores específicos. As *bichas* aqui descritas também combinam traços de diversas interlocutoras, sendo identificadas por pseudônimos.

O eixo argumentativo do capítulo é a relação entre as dinâmicas de organização do espaço prisional e as formas de identificação e diferenciação entre presos em termos de gênero e sexualidade. Estas dinâmicas foram analisadas em múltiplas escalas. Em primeiro lugar, no que diz respeito à constituição de *cadeias de coisas* (unidades prisionais destinadas a abrigar sujeitos rejeitados em unidades alinhadas com o PCC) e ao processo por meio do qual essas unidades concentram uma grande quantidade de sujeitos que não se enquadram nos padrões estritos de masculinidade promovidos pelos *comandos*. Depois, no que diz respeito à identificação de celas específicas no interior dessas unidades com esses sujeitos, os chamados *barracos das bichas*, e seu lugar na dinâmica de produção do cotidiano na prisão. Por fim, analiso brevemente as trajetórias de algumas *bichas* que passaram parte de suas vidas nesses *barracos*.

As bichas e as cadeias de coisas

Um dos funcionários mais experientes do Sistema Penitenciário, Guilherme atualmente dirige uma das quatro unidades do antigo Cadeião de Pinheiros, apelidado de “Novo Carandiru” por albergar quase 6 mil presos em celas que chegam a conter mais de vinte homens [...] Segundo Guilherme, o centro de detenção que dirige, reservado para os presos que não pertencem à facção controladora da maioria dos presídios paulistas, é o mais infame do Sistema:

- Para cá são mandados ex-membros do Partido, ex-delatores, ex-políciais, ex-estupradores, ex-craqueiros, ex-filhos-da-puta, ex-tudo o que não presta (VARELLA, 2012, p. 169).

Com essas palavras pouco sutis ditas ao médico e escritor Dráuzio Varella, o diretor de um Centro de Detenção Provisória *masculino* na Região Metropolitana de São Paulo descreve o perfil típico dos presos de uma *unidade de seguro*, também chamada de *cadeia de oposição neutra* ou, no linguajar mais difundido nas prisões, uma *cadeia de coisas*. Trata-se de uma unidade que está *na mão dos funcionários*, que não está alinhada com o coletivo de presos hegemônico no estado de São Paulo, o PCC (Primeiro Comando da Capital), nem com nenhum outro *comando de oposição* (como

o CRBC ou a Seita Satânica).¹⁴¹ O termo *coisa* é usado por integrantes e aliados do PCC para se referir àqueles que são vistos como inimigos: funcionários do sistema penitenciário, policiais, seguranças, presos vinculados a outros coletivos, ex-membros de *comandos*, presos que violaram o sistema de valores e os códigos de conduta do PCC, etc.

Certas *cadeias de coisas* costumam concentrar pessoas que não se enquadram no estrito ideal de masculinidade valorizado no *mundo do crime*: *bichas*, *monas*, *travestis*, *envolvidos*, etc. Dentro dessas unidades prisionais, certas celas (ou *barracos*, no linguajar dos presos) são conhecidas por abrigar esses sujeitos: são os chamados *barracos das bichas*.

Conforme descrito na introdução, meu primeiro contato direto com *bichas* no sistema penitenciário paulista se deu quando participava do Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade (GDUCC). Dentre os presos que frequentavam os encontros semanais do GDUCC no primeiro semestre de 2015, quatro se apresentaram com nomes femininos. Elas usavam o cabelo comprido preso em um *rabo de cavalo* na parte de cima da cabeça, tinham a barba e as sobrancelhas cuidadosamente feitas, andavam sempre com a *neca* devidamente *aquendada*¹⁴² (colocando bem alta a cintura das deselegantes calças beges do uniforme da prisão de maneira a tornar bem visível a ausência de volume entre as pernas) e possuíam diversos tipos de modificação corporal: seios e nádegas moldados por hormônios e silicone, preenchimento nos lábios e maçãs do rosto, tatuagens de borboletas, flores e nomes de namorados. A relação densa de diálogo que desenvolvi com cada uma delas ao longo dos encontros foi aos poucos me familiarizando com o universo das *bichas* nas *cadeias de coisas*.

Logo ficou claro que seria impossível trabalhar com categorias de identidade fechadas: estamos falando de um contexto no qual a divisão entre orientação sexual e identidade de gênero soa completamente artificial e onde as identidades cristalizadas na sigla LGBT fazem pouco sentido.¹⁴³ Elas se referiam umas às outras, a si mesmas e

¹⁴¹ A sigla CRBC se refere ao Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade, que foi por algum tempo o principal *comando de oposição* ao PCC no estado de São Paulo. Ver Adalton Marques (2009). A Seita Satânica é outro *comando de oposição*, sobre o qual obtive poucas informações. Muitos associam seu nome à suposta adesão de suas lideranças a religiões de matriz africana.

¹⁴² *Aquendar a neca* é o nome dado à técnica de ocultar os genitais masculinos produzindo o efeito visual de uma vagina. Ver Larissa Pelúcio (2009).

¹⁴³ Esse descompasso já vem sendo descrito e analisado em etnografias realizadas no contexto de prisões femininas. Para além da diversidade de categorias, tem sido destacado o caráter situacional e ambivalente das identificações. Ver, por exemplo, Natália Padovani (2010; 2011; 2015), Natália Negretti (2015) e Fabíola Cordeiro (2016).

a mim como *bichas*, *monas*, *viados*, *homossexuais*, *mulheres* e *travestis*, mas não se fixavam em nenhuma dessas categorias: transitavam entre elas de acordo com a situação, produzindo efeitos relacionais diversos a cada escolha semântica.

Utilizando a expressão que elas mobilizavam mais frequentemente para falar de si mesmas e daquelas que entendiam como suas semelhantes, refiro-me a elas simplesmente como *bichas*. A abrangência e os limites desta (assim como de qualquer outra possível) categoria de classificação será problematizada ao longo do trabalho – mas partirei da hipótese de que é possível falar em experiências compartilhadas e formas de identificação e solidariedade (assim como de tensão e disputa) entre *bichas* na prisão, por mais fluidas e instáveis que possam ser as fronteiras desse grupo. Devo pensá-las, sobretudo, como uma territorialidade (PERLONGHER, 1987) específica que ganha sentido no contexto da prisão.

O meu objetivo é, portanto, apresentar uma etnografia da diversidade sexual e de gênero no contexto do sistema penitenciário a partir da perspectiva de *bichas*. A escolha desta categoria como ponto de referência implica em duas posições analíticas. Em primeiro lugar, na proposta de aderir a uma formulação local que não separa identidade de gênero e orientação sexual: ser *bicha* é ao mesmo tempo ser *feminina* (*mulher*, *mona*, *travesti*) e ser *homossexual* (*viado*, *gay*, *fresco*). Em segundo, trata-se de enfatizar as formas específicas de identificação entre sujeitos que são historicamente marginalizados no interior do sistema penitenciário, em uma lógica distinta da organização em torno de identidades políticas na chave dos direitos humanos (e que se cristaliza em torno de categorias como *gay*, *homossexual*, *trans* ou *LGBT*).

Na prisão, a categoria *mona* tem um sentido bastante semelhante ao de *bicha*. Eu a havia tomado como ponto de referência em momentos anteriores (ZAMBONI, 2017), em diálogo com trabalhos como o de Karina Biondi (2010) e Guilherme Boldrin (2017), que optam pelo uso desta categoria. No cotidiano das prisões que visitei, essas duas palavras são usadas basicamente como sinônimos, sendo intercambiadas com naturalidade. O uso de uma ou de outra na escrita etnográfica tem, portanto, um efeito analítico parecido. Deixarei essa variação no uso de termos fluir ao longo da escrita, de acordo com as citações de cada interlocutor ou autor.

A preferência pelo termo *bicha* como ponto de referência neste momento se justifica por ele evocar uma associação adicional, diretamente relacionada com o argumento central desta tese: além de feminizada como a *mona*, a *bicha* é também animalizada e, portanto, desumanizada. *Bicha* é, literalmente, o feminino de “bicho” –

sinônimo popular de animal. No português de Portugal, o termo é historicamente utilizado como sinônimo de verme ou serpente.¹⁴⁴ O *barraco das bichas* remete, portanto, às imagens de uma “jaula de animais” ou a um “ninho de cobras”.

A pista e o crime

Bicha pode entrar em qualquer cadeia. Não tem esse problema pra bicha. Mas eu sempre tirei em cadeia de coisa porque é melhor pra gente... Bicha não é criminosa pro PCC. Para eles bicha é bicha, bicha é coisa, é um depósito de porra.

Xampy Fontinhas¹⁴⁵

As práticas de distribuição de contingentes de presos e de transferência entre unidades do sistema penitenciário paulista é extremamente complexa e muito pouco transparente. Uma compreensão mais ampla de como determinadas linhas de força engendram práticas efetivas de transferência de presos entendidos como *homossexuais, travestis e transexuais* para unidades *de seguro* exigiria um mergulho etnográfico no universo da administração penitenciária que não tive a oportunidade de fazer. Há, no entanto, fortes evidências empíricas dessa concentração – o que tem sido observado por diversos pesquisadores e ativistas. Nesta seção, irei trabalhar sobretudo com discursos que ajudam a dar inteligibilidade a essa dinâmica, atestando a afinidade relativa entre as *bichas* e as *cadeias de coisas*.

Conversei sobre isso com Samanta, uma *bicha* de 25 anos que já contava oito passagens pelo *sistema*.¹⁴⁶ Em relação à sua circulação por unidades prisionais alinhadas com diferentes *comandos*, Samanta afirma que as *bichas* ocupam uma posição ambivalente: se por um lado elas não são incorporadas por nenhum desses coletivos, também não são rejeitadas ou condenadas sumariamente por nenhum deles (como costuma ser o caso de presos ligados a organizações rivais). Em suas palavras:

Se uma bicha entra na cadeia do PCC, ela fecha com o PCC. Se ela entra numa cadeia do CRBC, ela fecha com o CRBC. Se a bicha entra numa cadeia da Seita Satânica, ela fecha com a Seita Satânica. Ela não vai entrar para nenhum deles [dos comandos], entendeu? Mas ela fecha com todos.

¹⁴⁴ Ver o preâmbulo dessa tese.

¹⁴⁵ Trecho de entrevista em profundidade. Esse é o único interlocutor que cito sem pseudônimo neste capítulo. Voltaremos à sua história de vida mais adiante.

¹⁴⁶ A palavra *sistema* é usada informalmente pelos presos para se referir ao universo do sistema penitenciário e em alguns contextos também ao sistema socioeducativo (MALLART, 2014).

A *bicha*, portanto, não *entra* em nenhum, mas *fecha* com todos. Ela está relativamente fora das disputas entre *comandos*, de forma que pode negociar as condições de sua estadia em cada instituição. Essa possibilidade de sobreviver em todos os contextos não significa, no entanto, que o status da *bicha* em cada um desses cenários seja o mesmo. Diante da pressão colocada por sua irmã¹⁴⁷ para que ela fique em uma unidade alinhada com o PCC, Samanta ressalta a diferença entre essas e as *cadeias de coisas*, afirmando que a permanência nestas seria para ela mais vantajosa:

*A minha irmã me cobra muito para eu ir para uma cadeia do PCC. Ela disse que já fechou com os irmãos de eu ir para lá. Eu já fiquei em cadeia do PCC, mas pra a gente que é homossexual é ruim demais, é muito sofrimento. A gente fecha com eles, mas tem que usar cabelo curto, não pode usar roupa feminina, não pode ter relação. E aqui tem uns bofes, cada homem que tem aqui, uns bofe lindo que você não acredita e que tão querendo você. É babado, mulher!*¹⁴⁸

A permanência em uma *cadeia do PCC* implicaria, portanto, na necessidade de seguir um código de conduta restritivo em relação a diferentes expressões de gênero e sexualidade.¹⁴⁹ Permanecendo na *cadeia dos coisas*, ela pode expressar certos atributos de feminilidade e exercer mais livremente a sua sexualidade – possibilidade facilitada pela presença de *homens (bofes)* desejáveis e dispostos a manter relações com *homossexuais*.

Essas restrições em relação à performance de gênero estão relacionadas com o lugar da masculinidade no sistema de valores do *mundo do crime* em geral e do PCC em particular. Joaquim, um preso provisório que havia sido transferido de uma *cadeia do comando*, fala da existência de uma *ideologia do crime* que valoriza a masculinidade:

Isso é uma coisa da ideologia do crime no Brasil, entendeu? É uma coisa que não foi o PCC que inventou. O PCC adotou e por assim dizer transformou em lei, mas é uma coisa que já estava na ideologia do crime. E o que é? É essa ideia de que para ser bandido tem que

¹⁴⁷ A irmã de Samanta era uma *comandante* do PCC, tendo sido *batizada* durante uma de suas *passagens* por uma prisão feminina. Junto com outros parentes, elas haviam formado uma *gangue* que assaltava caixas eletrônicos na periferia da capital.

¹⁴⁸ Samanta, depois de saber que eu tinha um namorado, começou automaticamente a se referir a mim como *mulher*. Nas primeiras vezes que deixou escapar essa expressão ainda pediu desculpa: “*ai, desculpa, te chamei de mulher de novo, não sei se você gosta*”. Depois de eu dizer que eu não me importava e que achava até simpático ela aderiu completamente a essa fórmula, usada muito frequentemente também no diálogo com outras *bichas*.

¹⁴⁹ No primeiro capítulo, analisei essa dimensão a partir de trabalhos que analisaram a formação do PCC, como Karina Biondi (2010), Camila Nunes Dias (2011). Neste momento, darei prioridade aos discursos com os quais tive contato no trabalho de campo.

ser sujeito homem e tem que gostar de mulher. E a gente vê que isso vale até para mulher, que em geral a mulher do crime é aquela que gosta de mulher também. É o sapatão. Mas a gente vê que isso é uma ideologia. Na verdade, se você pensar não tem nada a ver uma coisa com a outra. O sujeito pode ser homossexual e pode ter a personalidade criminosa, aquela propensão, ser do crime mesmo. A atitude criminosa qualquer um pode ter, não tem essa. Mas no Brasil ele não vai ter voz ativa na organização, não vai ter o lugar dele, por que tem essa ideologia.

Joaquim fala, portanto, de uma certa *ideologia* para qual é preciso ser *sujeito homem* para ter *voz ativa*. Como vimos no capítulo anterior, essa compreensão de que “no crime é preciso ser *sujeito homem*” é abordada por Karina Biondi (2010) em sua etnografia sobre o PCC. No limite, está a ideia de que “tem mona que é mais criminosa que muito ladrão aí”, mas que, em última instância, “as *monas* são *do crime*, mas não são *o crime* porque *o crime* não dá o cu” (BIONDI, 2010, pp. 147-8). Ou seja, mesmo quando são reconhecidas como sujeitos *com proceder no crime*,¹⁵⁰ as *monas* não são vistas (ou tratadas) em pé de igualdade dentro de um sistema de valores que associa poder a masculinidade e a um papel sexual ativo.

A proibição do estupro (NUNES DIAS, 2011) e a adoção da *igualdade* como um dos valores máximos do PCC (BIONDI, 2010) trouxeram mudanças positivas para as condições de vida de indivíduos entendidos como *homossexuais* ou *monas* em prisões alinhadas com o *comando* (como poderem habitar normalmente as áreas do *convívio*). No entanto, esses relatos sugerem que esse coletivo instituiu restrições rigorosas para a realização de práticas sexuais entre presos e continua excluindo tais sujeitos dos processos políticos tidos como decisivos no *mundo do crime*, além de autorizar a prática de certos rituais de segregação entendidos como humilhantes (como a proibição de usar os mesmos pratos e talheres que os demais presos).

Algumas das minhas interlocutoras afirmaram que mais forte do que a restrição de práticas sexuais nas prisões do PCC é a exigência de apresentar uma performance de gênero masculina. Ou seja, *se portar como homem*. As relações sexuais seriam relativamente toleradas desde que realizadas com discrição. O mesmo vale para trocas de afeto e relacionamentos entre presos. Em uma das visitas que realizei a uma *cadeia do comando*, trouxe essa questão para um dos irmãos responsáveis por aquela unidade. Perguntei se não era uma forma de discriminação impedir que as *bichas* “se vestissem

¹⁵⁰ Ter *proceder* significa ser reconhecido como alguém que age *pelo certo*, de acordo com os códigos de conduta *do crime*. Ver Adalton Marques (2014) e capítulo 1 desta tese.

de mulher” e tivessem namorados durante a sua estadia na prisão. Sem se ofender com a pergunta, o irmão me respondeu com naturalidade:

Não é uma questão de a gente querer dizer o que a pessoa pode ou não pode ser. Na rua, ele pode ser o que ele quiser, isso não é problema nosso. Mas aqui o nosso dever é manter a ordem na casa, entendeu? E isso daqui é uma cadeia de homem, entendeu? A gente não pode deixar uma pessoa se vestir de mulher. E por que? Não é nem pela gente, é pelas nossas mulheres. Pelas nossas visitas, pelas nossas famílias, que são a coisa mais sagrada que existe para nós. Que são o que mantém a gente firme na nossa caminhada, entendeu? Imagina se a nossa mulher entra aqui e vê que tem sujeitos vestidos de mulher, se comportando como mulher aqui, o que ela vai pensar? O que ela vai achar desse lugar se ela souber que tem homossexuais fazendo programa, mantendo namorados por aqui? Ela vai ter ciúme e esse ciúme vai levar a briga, vai gerar conflito. E isso vai fazer com que ela e outras mulheres não queiram vir. Isso pode separar uma família. A gente precisa mostrar que a casa está em ordem, que esse é um lugar de respeito. Que é um lugar que as mulheres, os filhos, a família pode vir. E que pode ficar tranquila que aqui a gente está pelo certo. Se tiver maluco vestido de mulher aqui vai passar a impressão de que isso daqui é uma bagunça. Isso é uma cadeia de homem, entendeu? Ninguém vai ser discriminado aqui, não vai ser agredido nem vai ser explorado por ser homossexual, ou porque na rua se veste de mulher. Mas aqui tem que se comportar como homem.

Nesta linha de argumentação, o irmão não parece condenar as práticas sexuais ou a performance de gênero feminina em si. Ele enfatiza sobretudo o efeito que elas têm sobre os *familiares*. Mais do que controlar a sexualidade dos presos, o foco está em manter a “harmonia familiar”. Desta perspectiva não há discriminação porque todos são tratados como iguais (como *homens* em uma *cadeia de homens*) e não há exploração de determinados presos por outros. O irmão me garantiu inclusive que relacionamentos homoafetivos estáveis entre presos e pessoas em liberdade eram aceitas pelo *comando* – tendo garantido inclusive o direito à visita íntima nos mesmos termos que para os presos heterossexuais. A restrição se aplicava apenas à performance de gênero dos presos, por uma questão de *ordem*.

Joana, uma *travesti* que havia estado presa em uma *cadeia do PCC* (e com quem conversei quando ela já estava em liberdade), contestou essa interpretação. Ela desvela motivações menos nobres, relacionadas com o uso desses corpos para o armazenamento de objetos – fenômeno também analisado por Camila Nunes Dias (2011), conforme vimos no capítulo anterior. Em sua maneira de falar, Joana mistura gírias do *mundo do crime* com expressões do *pajubá*, linguajar característico da sociabilidade de *travestis* (sobre o qual falaremos mais adiante):

Essa parada de não poder se vestir de amapô [mulher] na cadeia é uma palhaçada, é uma esperteza dos irmãos, é um bem bolado deles com a casa né. Um entendimento entre eles né, em que todo mundo finge que não manja, mas a gente saca porque não é trouxa. Eles querem que as bichas aquendem [escondam] o bagulho né. Os celular, as droga. Esconder no edi [ânus], vocês sabem né. Mete num guanto [camisinha] e a gente aquenda [esconde] né, o bagulho que for. Mas em geral celular e droga mesmo. Mas aí como faz? Quando entra o GIR [Grupo de Intervenções Rápidas], como faz se tem lá uma bicha vestida de amapô, bem garota, com aquele picumã aqui [cabelo comprido], com tudo. Aí eles já vão saber quem é que está com o bagulho. E vão fazer sentar lá no banquinho. E vão achar né. Porque se tem 30, 40 maluco numa cela não dá para fazer sentar um por um. Mas se você vê a bicha você já sabe quem escolher né. Mas se todas estão vestidas de homem vai fazer como? E se manda alguém sentar o mano já vira: “eu não, sou sujeito homem, eu que não vou ter nada, não sento não, está me tirando?”. E os aliban [policiais] vão fingir que acreditam né. É um acordo né. Um entendimento.

A exigência da performance de gênero masculino se justificaria, portanto, pela necessidade manter esse acordo tácito entre o PCC e a administração penitenciária. Para isso é preciso que as *bichas* estejam distribuídas entre as celas (para que em cada uma haja alguém que possa esconder os celulares e drogas em ocasiões de revista) e precisam se comportar como *homens* – para que sua presença não seja imediatamente revelada.

A compreensão da relativa exterioridade das *bichas* em relação ao crime não é algo aceito passivamente pelas minhas interlocutoras. Em uma dinâmica semelhante à observada por Laura Moutinho (2006) na relação de jovens negros e homossexuais com o *tráfico* em uma favela carioca, esse distanciamento permite também novas possibilidades de agência. Essa margem de negociação com a adversidade fica bastante clara quando se trata das trajetórias de presas que se afirmam como *travestis*, palavra que na *cadeia* é diretamente associada com um projeto de modificação corporal e ascensão social (e até mesmo circulação internacional) por meio da prostituição. Lola, uma *travesti* de 33 anos, me disse:

Nós travestis não somos do crime, entendeu? A gente muitas vezes comete um crime dentro daquilo que a gente faz, que é a prostituição. Porque onde tem prostituição a gente sabe que tem muito crime. Na pista tem muita droga, muito roubo, muita violência também. Essa coisa de ciúme, de competição, dá muita briga também, muito barraco. O crime é uma coisa que a gente pode até fazer e ter que pagar cadeia por isso. Mas não é da nossa natureza, entendeu?

O discurso de Lola mostra como concepções de gênero muito semelhantes àquelas mobilizadas pelos membros do PCC para excluir as *monas* de determinados processos políticos pode ser apropriada por *travestis* para afirmar um certo descolamento estratégico do *mundo do crime* – distanciamento muitas vezes vital no diálogo com agentes do Estado e de movimentos sociais.

A ambivalência da *pista* como um cenário onde podem ser praticados tanto a prostituição quanto o crime permite que elas elaborem de diferentes formas a trajetória que as levou da *pista* para a *cadeia*. Samanta tem a estratégia inversa. Vendo-se como alguém *do crime*, ela afirma que frequentava a *pista* apenas para roubar – que em algumas ocasiões até se fazia passar por prostituta para roubar as *mariconas*,¹⁵¹ mas que seu *negócio* era mesmo o *crime*. Em ambos os casos, concepções de gênero e sexualidade são mobilizados como importantes elementos na constituição das narrativas: “apesar de ser *homossexual* meu negócio é roubar, não me prostituir” ou “eu sou *travesti*, portanto apesar de eventualmente roubar meu negócio é a prostituição”. A associação entre crime e masculinidade, prostituição e feminilidade está implícita em ambos os casos.

Na cartografia mais ampla do sistema penitenciário, as unidades chamadas *de seguro* ou *de oposição neutra*, ou seja, aquelas nas quais a autoridade disciplinar está sobretudo *nas mãos dos funcionários* (com pouca ou nenhuma mediação de grandes coletivos de presos) são justamente aquelas entendidas como mais *tranquilas*, onde nem todo mundo é *do crime*. A ideia de *ritmo* é frequentemente mobilizada por presos e funcionários para falar das dinâmicas de convivência características de cada unidade – e em alguns casos em raio e celas específicos (BIONDI, 2010). A compreensão de que as *bichas* de forma geral não são *do crime* ajuda a estabelecer entre os funcionários a impressão de que elas se integrariam melhor ao *ritmo* das unidades *de seguro* ou que, no limite, poderiam contribuir para a garantia dessa *tranquilidade*. Mesmo quando são descritas como *escandalosas* ou *indisciplinadas*, as *bichas* são dificilmente consideradas *perigosas* da mesma forma que *assassinos*, *narcotraficantes* ou *lideranças do PCC*.¹⁵²

¹⁵¹ O termo *maricona* aqui é utilizado como sinônimo de cliente em potencial. Ele pode ser usado também para designar um *homem* pouco viril relativamente mais velho e em melhores condições de vida que se relaciona afetiva e sexualmente com travestis ou homossexuais.

¹⁵² No primeiro capítulo, vimos como uma compreensão semelhante motivou a criação das primeiras unidades prisionais femininas no Brasil em meados do século XX. A ideia de que o crime é algo fundamentalmente masculino ou de que a natureza da criminalidade na mulher é intrinsecamente

Uma associação menos lisonjeira, muitas vezes enfatizada por ativistas que denunciam a situação precária de *peessoas LGBT* na prisão, é a que se estabelece entre as *bichas* e outras modalidades de “desviantes sexuais” cuja conduta é condenada no *mundo do crime*, em particular os chamados *estupradores* ou *213* (artigo dos indivíduos *condenados por estupro*).¹⁵³ Como vimos no capítulo anterior, os *estupradores* ocupam, ao lado dos *caguetas* (delatores), a posição mais abjeta na escala de valores do *crime*. Autoras como Dias (2011) mostram como no contexto do PCC pode haver pouca (ou nenhuma) diferenciação entre *estupradores* e *homossexuais*. A categoria *puto* é frequentemente utilizada para descrever tanto *estupradores* quanto qualquer sujeito que pratique modalidades de sexo que destoem do padrão heterossexual. Para muitas lideranças do PCC, todos os *putos* são *coisas* – e não devem, portanto, *ter lugar* nas *cadeias do comando*. A administração penitenciária endossa muitas vezes uma visão parecida, e não é raro que em muitas unidades as *bichas* (e todos que mantenham relações afetivas e/ou sexuais com elas) compartilhem os pavilhões (alas ou *raios*) com os *condenados por estupro*.

Está expressa, portanto, em diferentes graus e no discurso de diversos atores, uma certa afinidade entre as *bichas* e as *cadeias de coisas*. Os processos administrativos ou mesmo burocráticos pelos quais essa afinidade engendra a concentração desses sujeitos em determinadas unidades merece ainda uma investigação mais cuidadosa. Trata-se, além disso, de apenas uma dimensão (a mais ampla) da distribuição espacial da diversidade sexual de gênero no sistema penitenciário *masculino*. Nas seções seguintes, devemos olhar para uma dimensão mais microscópica, no interior de uma *cadeia de coisas*.

A bomba de testosterona

Numa cadeia a gente tem muita testosterona junta em um espaço muito pequeno. E fica toda essa testosterona comprimida entre quatro paredes, sacou? É tipo uma bomba de testosterona, a gente pode dizer até uma bomba relógio, que pode explodir a qualquer momento. Por isso a gente tem que ter muita ordem, muita disciplina e harmonia.

diferente daquela encontrada nos homens deu força ao projeto de separação do sistema penitenciário entre unidades masculinas e femininas.

¹⁵³ É importante diferenciar o que é considerado *estupro* e *estuprador* em cada contexto. A definição de *estuprador* do *mundo crime* não é a mesma dos movimentos feministas, por exemplo.

Foi assim que Edson, um dos *faxinas* da ala A,¹⁵⁴ justificou a necessidade de *disciplina* na prisão. *Faxina* é o nome dado aos moradores das duas celas fisicamente mais próximas da entrada de cada ala. Sendo responsáveis por grande parte dos trabalhos de limpeza e de manutenção da prisão, eles se movimentam mais livremente pelas suas dependências e têm um papel fundamental na circulação de informações e na mediação das relações entre os agentes penitenciários e a população carcerária.¹⁵⁵

Além dos *faxinas*, cada cela tem um *setor* (também chamado de *palavra* ou *voz*), alguém especialmente *considerado no barraco*, responsável por levar as demandas de seus companheiros de cela para os *faxinas* ou para a administração. Trata-se de uma posição de grande prestígio dentro da *cadeia*, acompanhada de pequenos privilégios e grandes responsabilidades. Mesmo em uma unidade *nas mãos dos funcionários*, a maior parte das atividades que fazem o cotidiano da prisão é organizada pelos próprios presos.¹⁵⁶

As três palavras evocadas no final da fala de Edson não são gratuitas. “Disciplina, Harmonia e Ordem” foi escolhido como lema da ala em oposição a “Paz, Justiça e Liberdade” (lema do Comando Vermelho incorporado pelo PCC), marcando a distância moral e política dos líderes da ala em relação aos coletivos de presos e ao *mundo do crime*. A ala A se caracteriza por concentrar um grande número de pessoas que nas ruas ocupavam profissões como policiais, militares, agentes penitenciários, seguranças e vigilantes. É o caso de Edson, assim como da maior parte dos *faxinas* e *setores* da ala A.

Essas profissões são historicamente rechaçadas pela população carcerária por serem entendidas como inimigas do *crime* – rejeição particularmente intensa no contexto dos *comandos*. A conquista da hegemonia pelo PCC no sistema penitenciário paulistano consolidaria a tendência de transferir estes presos, cuja vida estaria permanentemente em risco nas *cadeias do comando*, para as unidades *de seguro*. Os funcionários costumam ver essa categoria de presos com particular simpatia, mesmo porque entendem que estariam na mesma situação caso viessem a ser presos. A ala A

¹⁵⁴ O CDP, assim como grande parte dos CDPs do estado, possui 4 alas (também chamadas de *raios*) com 16 celas em cada.

¹⁵⁵ Sobre a centralidade do *faxina* no cotidiano da prisão, ver Drauzio Varella (2004, p. 99-104). Sobre a disposição da cela destinada aos *faxinas* no espaço prisional e sua relação com a estratificação social entre presos, ver Fabíola Cordeiro (2016, p. 34).

¹⁵⁶ Em unidades alinhadas com *comandos* a interferência dos funcionários nas dinâmicas de convivência entre os presos é ainda menor. As funções de *faxina* e *setor* (que podem receber também outros nomes) ganham assim um caráter político mais acentuado, estando fortemente associadas ao lugar na hierarquia interna dos coletivos (BIONDI, 2010).

é, portanto, considerada como uma das mais *tranquilas* do *sistema*, uma ala com muitos *pais de família azarados* e poucos *criminosos de fato*.

Analisemos agora a imagem da prisão como uma *bomba de testosterona*. Em primeiro lugar, ela nos remete a uma certa compreensão da relação entre masculinidade e violência. A substância que constitui a masculinidade orgulhosamente ostentada pelos presos aparece também como responsável por uma agressividade imprevisível e explosiva. A disciplina, uma virtude também masculina (associada a ordem e harmonia, racionalidade e temperança), é o que permite controlar os riscos da convivência sem ferir essa masculinidade.

Em segundo lugar, está a imagem da compressão espacial como um catalisador desses potenciais conflitos. A superlotação é um problema grave e onipresente no cotidiano das prisões paulistas. O CDP abriga uma população aproximadamente três vezes maior do que o número de vagas previsto. As celas projetadas para 8 pessoas¹⁵⁷ recebem entre 16 e 45 presos. Neste espaço eles passam 15 horas por dia (a *tranca* vai das 17:00 às 8:00) e fazem todas as refeições. Nas outras nove horas, eles podem circular entre o pátio, os corredores e as outras celas da ala. Não é difícil imaginar o grau de tensão que caracteriza essa dinâmica.

As estratégias de distribuição de presos entre alas e celas no interior das prisões é um dos recursos mais importantes na gestão dos atritos que essa convivência (in)tensa provoca. A tendência é que se procure concentrar perfis específicos de presos em celas e alas determinadas, cada uma com seu *ritmo* próprio. Os *faxinas* e *setores* são os principais mediadores dessa operação. Na ala A, além das celas de ex-policiais, ex-militares e ex-vigilantes, há celas de evangélicos, de idosos e doentes (cuja principal característica é que não se pode fumar durante a *tranca*), de *loucos* (como são entendidos doentes mentais e deficientes intelectuais) e, é claro, também de *bichas*. Em outras alas do CDP, há também celas de *estupradores*, de ex-membros de facções e de usuários de *crack*, populações rechaçadas no sistema penitenciário como um todo e rejeitadas também pelas lideranças da ala A.

Lembrando da fala de Samanta, assim como do relato de Luís Alberto Mendes citado no capítulo anterior, podemos pensar em uma outra face da imagem da *bomba de testosterona* que nos ajuda a entender a conformação do *barraco das bichas*: o

¹⁵⁷ As celas têm dimensões de aproximadamente 5,0 x 5,0m², são ventiladas apenas por uma porta gradeada (conhecida como *capa*) voltada para o pátio da ala, possuem dois vasos sanitários, um chuveiro, e oito burras (camas de cimento).

confinamento de uma grande concentração de *homens* em um espaço restrito propicia também o florescimento de uma sexualidade intensa e exuberante. “A única válvula de escape”, nas palavras de Mendes (2009, p. 124). Argumentei que a ideia do cárcere como um espaço propício para a promiscuidade e a experimentação sexual, assim como da ameaça constante do abuso sexual, está presente em grande parte da literatura (científica e ficcional) sobre prisões. A hipervirilidade, associada ao *mundo do crime*, ganha nítidos contornos na imagem de um espaço prisional hiperssexual.¹⁵⁸

De acordo com Xampy, uma *bicha* com 35 anos e duas passagens pelo *sistema*, essa intensidade sexual se entende também a outros espaços, como o *bonde* [veículo de transporte de presos]¹⁵⁹ e a carceragem dos Fóruns:

Eu acho que o bonde já é a violação, né? Já é a tortura. É uma coisa desumana, mas nem boi é levado assim pro matadouro. É indigno, é um momento que você sente o pior da vida, é o bonde. E o pior é que a gente até trepa no bonde, sabia? Eu mesmo já trepei pra caralho ali. E mesmo algemados. Quando fica algemado a gente dá um jeito. Porque você vê os caras... Meu, eu não sei o que deixa, a cadeia transforma a pessoa num bicho muito sexual, meu. Num bicho mesmo. A gente vê os caras e as bichas, já que meter já, na mesma hora. O que eu dei... gato, eu dei... lá em cima, quando você vai pro Fórum, tem aquela salinha, eu dei ali em cima prum cara. Estava só eu e o cara lá dentro. A polícia passava e a gente disfarçava, assim. Vestia a calça rapidinho e depois continuava. Eu acho que quando você junta muito... Pode ser bobagem isso, mas o homem é mais sexual socialmente do que a mulher. A mulher é mais reprimida, né? Sexualmente, na sociedade do que o homem. Para o homem, ser comedor é um orgulho pra ele. E aí você tá numa cadeia onde você fica estimulando e você tem que comer um monte de mulher a vida inteira. Aí se tu cai numa cadeia não tem mulher pra você comer. E quais são as mulheres da cadeia? As bichas.

Uma das imagens mais marcantes que guardo das visitas ao CDP foi a primeira vez que eu vi a movimentação do pátio interno de uma das alas durante o banho de sol (cena sobre a qual falei brevemente na introdução). O pátio consiste basicamente em uma quadra de futebol de salão cercada por dois andares de celas e incontáveis varais abarrotados de roupas e lençóis. Quando não há uma partida¹⁶⁰ em andamento, os presos (dezenas e em alguns momentos até centenas) caminham em um movimento

¹⁵⁸ Trata-se de um dos exemplos clássicos da tênue (mas obsessiva e violentamente vigiada) fronteira entre homosociabilidade e homossexualidade de que nos fala Eve Sedgwick (2007).

¹⁵⁹ No capítulo anterior, vimos relatos sobre relações sexuais nos barcos que ligavam o Rio de Janeiro às prisões de Ilha Grande já na primeira metade do século XX.

¹⁶⁰ Em geral, partidas de futebol disputadas entre *homens*. Em algumas situações extraordinárias são organizadas partidas de vôlei entre *bichas*.

circular neste limitado espaço (a imagem de que cada *cadeia* tem um *ritmo* faz muito sentido neste momento). Era uma tarde quente e ensolarada de meados de maio. Os *homens*, bronzeados e corpulentos, estavam em sua maioria sem camisa e o suor brilhava na superfície da carne. As *bichas* caminhavam displicentemente no meio da multidão, com passos lânguidos e roupas minúsculas (ousadíssimos *tops*, *shorts* e *blusinhas*). As interações e insinuações eram muitas – e não foi difícil ver um *homem* descamisado sair em direção a um lugar mais reservado com uma *bicha* depois de terem andado lado a lado por algum tempo e trocado algumas palavras.

A tensão sexual característica desse espaço ganha forma em práticas específicas através da relação com outras dimensões da experiência prisional, em especial com a economia informal que ali se estabelece: as trocas sexuais e as trocas econômicas se entrelaçam de diversas maneiras.¹⁶¹

O fato da administração penitenciária não fornecer os bens materiais necessários para garantir uma existência minimamente digna (e, em alguns casos, a própria sobrevivência) no cárcere é uma realidade bem conhecida no Brasil. Os presos têm, portanto, grande dependência dos recursos levados ou enviados por pessoas *de fora* (em geral *familiares*) com os quais mantêm um vínculo e dos bens que circulam no interior da prisão por meio de trocas informais (GODOI, 2017). O cenário é particularmente crítico no caso deste CDP, onde há pouquíssimas oportunidades de trabalho (por se tratar de um lugar destinado a presos provisórios) e onde apenas uma pequena parte dos presos recebe regularmente o *jumbo*¹⁶² (cerca de um em cada 6) ou visitas (cerca de um em cada 40). Há três principais formas de redistribuição desses recursos vindos *de fora*: a troca (através de um mercado informal), a *barraca* e a *ativa*.

Barraca é como se chama a despensa coletiva de cada cela, compartilhada pelos presos com a mediação do *setor*. Além da barraca, cada preso tem seu *picuá*, a sacola onde guarda seus bens pessoais (roupas, alimentos, produtos de higiene pessoal). Um código moral generalizado no CDP determina que aqueles que recebem o *jumbo* devem doar pelo menos metade do seu conteúdo para a *barraca*. Doar mais que isso é uma atitude bem vista, um sinal de generosidade recompensado com prestígio. Doar menos que isso é impensável e deve culminar na expulsão imediata do *barraco*. Os alimentos

¹⁶¹ Sobre o entrelaçamento entre trocas econômicas, afetivas e sexuais, ver os trabalhos de Viviana Zelizer (2009), Natália Padovani (2018) e Fabíola Cordeiro (2016).

¹⁶² *Jumbo* é como é chamada a sacola com alimentos, produtos de higiene pessoal, cigarros e outros produtos necessários para a vida na prisão que internos recebem periodicamente de seus parentes ou visitantes.

da *barraca* e dos *picuás* são fundamentais para complementar as precárias refeições fornecidas pela administração. Na ausência de cozinha e refeitório, as refeições são compradas de um servidor terceirizado, distribuídas pelos *faxinas* e consumidas na própria cela. Além das três refeições diárias previstas pela administração (às 7:00, às 12:00 e às 17:00), cada cela faz (entre às 20:00 e às 22:00) uma última refeição conhecida como *subidinha* com as sobras do almoço e os recursos da *barraca* e dos *picuás*.

Fazer uma ativa é a expressão que os presos usam para descrever a infinita variedade de pequenos trabalhos ou favores que podem realizar em troca de bens materiais: fazer o *rapa* (limpeza ou faxina), lavar roupas e lençóis, fazer remendos e consertos, massagens, etc. A moeda corrente neste contexto é a *arapiraca* – cigarro feito pelos próprios presos com fumo de corda *dichavado* e *bolado* em folhas de cadernos, jornais ou revistas.¹⁶³

Determinadas modalidades de *ativa* são fortemente associadas a papéis de gênero específicos e outras atividades são permeadas por tabus de separação. Existe, por exemplo, uma clara associação das *bichas* com os trabalhos de lavanderia e costura. O *rapa*, embora seja muitas vezes reivindicado como feminino, é relativamente neutro em termos de gênero. O contato com alimentos (tanto no preparo quanto na distribuição e no consumo), por outro lado, está sujeito a uma série de rituais de separação. Segundo um código descrito e analisado por Guilherme Boldrin (2017), *homens* presos não podem consumir alimentos nem compartilhar talheres e recipientes (copos, pratos, cumbucas) com *bichas* sem serem considerados também *bichas* ou *envolvidos*¹⁶⁴ – estando sujeitos, portanto, ao mesmo regime de separação.

Há, além disso, uma forma de *ativa* que é, ao menos em teoria, praticada exclusivamente por sujeitos vistos como *femininos*: o trabalho sexual. Atividades sexuais necessitam de espaços físicos concretos. Como não há na arquitetura da prisão espaços destinados para o contato sexual entre presos (quando existem, os chamados *motelzinhos* são destinados aos presos que recebem visita íntima), os *barracos das bichas* costumam ser os locais privilegiados para essas práticas – e, como veremos, as

¹⁶³ Os cigarros industrializados são escassos no CDP e, embora circulem também nestas transações, são vistos sobretudo como um bem de luxo.

¹⁶⁴ Como são conhecidos os homens que mantém relações sexuais e afetivas com as *monas* no contexto da prisão. Muitos deles possuem uma vida heterossexual convencional *na rua*. Ver Guilherme Boldrin (2017). É importante notar que no contexto da atuação das polícias nas periferias esta palavra tem um sentido distinto, sendo utilizada para nomear pessoas “envolvidas com o tráfico ou com o crime”.

bichas se mobilizam para que assim seja. Em certos contextos, como o descrito por Boldrin (2017), esses barracos são por esta razão frequentemente chamados de *celas cabaré*. No entanto, *barracos de bichas* existem também em contextos onde as trocas sexuais entre presos são interditas, como em *cadeias do comando*. Em outras palavras, embora os *cabarés de cadeia* costumem ser no *barraco das bichas*, nem todos os *barracos de bichas* funcionam como *cabarés*.

A conversão de determinadas celas em *barracos de bichas* ganha sentido, portanto, dentro de um quadro mais amplo de relações de poder e de dinâmicas de troca características do sistema penitenciário. Nesta seção, foram alinhavados alguns elementos do trabalho de campo que ajudam a entender o lugar do *barraco das bichas* na lógica da produção do cotidiano em uma ala específica da *cadeia dos coisas*. Deve ter ficado claro, neste sentido, que as *bichas* não apenas estão na *cadeia dos coisas*: elas são uma parte constitutiva da dinâmica dessas *cadeias* como as vemos hoje. A seguir, focaremos em uma escala ainda menor – o funcionamento interno do próprio *barraco*.

A vida no barraco das bichas

É importante a gente ter o nosso barraco por duas razões. Primeiro para a gente ter a nossa privacidade, que não dá para ter no meio de tanto homem. E segundo por uma razão de sentimentos mesmo. Porque a gente entende o que a gente é, que somos homossexuais, e o homem nem sempre entende o que isso significa. Porque enquanto eles jogam bola o dia inteiro a gente está lá costurando, fazendo as nossas coisas. Então a gente pode compartilhar esse sentimento, servir de apoio um para os outros, ou melhor, de uma para as outras, né? De mulher para mulher, por assim dizer.

Ao falar sobre as especificidades do *barraco da bichas*, Lola mobiliza uma série de elementos associados ao feminino. Lola é uma *barraquete*, ou seja, uma das *bichas* responsáveis pelas tarefas domésticas do *barraco*. Trata-se, neste contexto, de uma forma específica de *ativa*, mas também de uma posição estratégica na produção da vida cotidiana do *barraco*. Seu discurso tem, portanto, um aspecto político - expressa uma demanda por respeito:

A gente tem que ser muito organizada, entendeu? Porque não somos depravadas, nós temos respeito e esse respeito precisa sempre ser mostrado. Os outros precisam respeitar a nossa homossexualidade. E não é homossexualismo, viu? É homossexualidade mesmo, porque ismo é de doença e a gente não é doente. Nós queremos ver o respeito que impomos. Queremos ser tranquilas e respeitadas pelo que somos e como somos.

A manutenção da *tranquilidade* no *barraco das bichas* é, portanto, fundamental para a reivindicação de *respeito* por parte dos demais presos. O sistema de valores que organiza a conduta das *bichas* tem em seu centro um certo ideal de feminilidade. São valorizadas, nesse sentido, a *delicadeza*, a *sensibilidade*, a *elegância*, etc. São rechaçadas, por outro lado, certas dimensões negativas da feminilidade, em particular aquelas associadas com o *exagero*, como o *escândalo*, o *ciúme* e a *falsidade*. Exemplos de conduta negativos, em geral atribuídos a *bichas* de outros *barracos*, são mobilizados continuamente para reafirmar a norma. Vejamos por exemplo o que nos conta Viviane, uma *travesti* de 21 anos, sobre sua experiência em outra ala:

Tinha uma bicha na ala D que vivia fazendo escândalo por causa de homem. Era sempre uma gritaria, tinha dia que ela vinha e cortava o marido, tinha dia que ela se cortava para chamar atenção, ficava se arranhando e se atracando com as outras por causa de ciúmes. Era mesmo o que a gente podia chamar de uma bicha louca né...

Ouvi diversas vezes que o *barraco das bichas* da Ala A do CDP era considerado um dos mais *tranquilos* do *sistema*. Em grande parte, essa organização era atribuída ao caráter *militar* da própria ala, que havia conseguido também banir o uso do *crack*. Devido ao banimento do *crack* pelo PCC (considerado uma ameaça à *paz entre os ladrões*), as *cadeias de coisas* costumam concentrar uma grande quantidade de usuários da droga – criminalizados pelo recente recrudescimento da legislação relativa ao tráfico de entorpecentes. De acordo com Samanta, “as outras alas do CDP estão cheias de cracudos, parece que você está na Boca do Lixo”.¹⁶⁵

Outro elemento valorizado na organização do *barraco* é a competência política de Leopoldina, que está há dois anos na função de *setor*. Trata-se de uma *travesti* de 35 anos (que no *barraco das bichas* é considerada uma idade avançada),¹⁶⁶ presa por tráfico de drogas. Leopoldina é admirada por sua capacidade de impor respeito tanto às outras meninas quanto aos demais presos, servindo de mediadora em conflitos e oferecendo apoio em momentos de crise. Metáforas de parentesco e domesticidade são frequentemente mobilizadas para descrever sua posição tanto de afeto quanto de

¹⁶⁵ Boca do Lixo é como é chamada uma área na região central da cidade de São Paulo caracterizada pela prostituição e pelo tráfico de drogas. Ver Nestor Perlongher (1987).

¹⁶⁶ Devido à violência de que são frequentemente vítimas, a expectativa de vida das *travestis* no Brasil é extremamente baixa – o que se agrava no caso das que passam pela prisão.

autoridade.¹⁶⁷ Lola, mesmo tendo 33 anos, fala que ela “é como uma mãe para a gente, que entende os nossos sentimentos”.

A *paz* no *barraco* também é fundamental para garantir o sucesso de uma atividade vital para a manutenção das condições materiais de existência das *bichas* na prisão: as trocas sexuais. A expressão *fazer um cabaré na cadeia* sintetiza o caráter coletivo do trabalho de viabilizar o exercício da prostituição no *barraco*. A transformação de uma cela pequena e abafada onde dormem e se alimentam mais de 30 pessoas em um ambiente minimamente convidativo e acolhedor para práticas sexuais exige uma orquestração prodigiosa. Lençóis são pendurados e arranjados de maneira a criar múltiplos ambientes (os chamados *come-quietos* ou simplesmente *quietos*) com relativa privacidade e diversas possibilidades de circulação. Mesmo as *bichas* que não fazem *programa* na *cadeia* estão de alguma forma engajadas em *fazer um cabaré* – seja ajudando na limpeza e organização do *barraco*, seja no compromisso de circular de forma a não atrapalhar os preparativos.

Participar de trocas sexuais na prisão não é razão de grande constrangimento para as *bichas*, embora aquelas que possam prescindir desse recurso ostentem com orgulho essa condição. A maior parte das minhas interlocutoras afirmaram frequentar a *pista* quando estavam na rua, embora nem sempre para se prostituir. Como vimos, algumas (em especial as *travestis*) enfatizam sua afinidade com a prostituição, enquanto outras preferem ser vistas como *criminosas*.

Uma dinâmica própria de distinção diferencia as *bichas* umas das outras, produzindo a hierarquia interna do *barraco*. O símbolo de status mais valorizado é, sem dúvida, a manutenção de vínculos com pessoas *de fora* da prisão – especialmente quando este se materializa em visitas regulares e na entrega do *jumbo*. Pouquíssimas *bichas* conseguem essa façanha e as que conseguem são simultaneamente invejadas e prestigiadas (pela contribuição maior que podem fazer para a *barraca*). Essa escassez costuma ser explicada pela combinação entre os estigmas do desvio sexual e do encarceramento. Nas palavras de Lola: “se já é difícil a família aceitar um filho e dar apoio quando ele é preso, imagina quando ele ainda por cima é *homossexual*”.

Outro capital importante são as relações afetivas com *homens* (também chamados de *bofes* ou *ocós*) dentro da prisão. Ao contrário do que acontece na lógica

¹⁶⁷ Essa lógica se assemelha com aquela observada em casas de prostituição de travestis, como as pesquisadas por Letizia Patriarca (2015).

dos *programas*, nesse caso o fluxo de recursos e favores costuma ir da *bicha* para o *bofe* – em uma dinâmica semelhante a observada por Don Kulick (2008) entre *travestis* que se prostituem. Não chega a ser incomum que elas mantenham trocas sexuais com *mariconas* para sustentar o *vício*. Do *bofe*, no entanto, se espera fidelidade total, sob o risco de ser ferido, de ficar *marcado* ou *manchado* moralmente e ser expulso do *barraco*. Como vimos, uma das vantagens de estar em uma *cadeia de coisas* é a possibilidade de dividir a cela com *namorados* e *maridos*. A presença desses *homens* (vistos, aliás, como *homossexuais* ou *putos* pelo restante da população carcerária)¹⁶⁸ não muda o fato de se tratar de um *barraco das bichas*:¹⁶⁹ elas continuam sendo consideradas as donas do espaço e é uma delas (em geral uma *travesti*) que ocupa a posição de *setor*.

Outro signo de distinção fundamental é a posição social que as *bichas* ocupavam *na rua* antes de irem para a prisão. Tal posição pode estar expressa tanto no corpo quanto nas narrativas por meio das quais elas recuperam sua trajetória. Especialmente para aquelas que se afirmam enquanto *travestis*, a quantidade e a qualidade das modificações corporais são provas de sucesso profissional. Em termos de narrativas, são especialmente valorizadas as experiências de circulação internacional. Lola, por exemplo, se orgulha de ser uma *travesti europeia*, ou seja, ter ido trabalhar no mercado sexual europeu. Ela demonstra com orgulho seu domínio do francês e do italiano e tira sarro de suas rivais *penopeias* (foram para a Europa, mas voltaram empobrecidas e desamparadas, ou seja, *penosas*) e *europenhas* (dizem que foram para a Europa, mas nunca saíram da Penha).¹⁷⁰

Na escala mais baixa da hierarquia estão, portanto, os chamados *veados de cadeia* – sujeitos que tinham uma vida heterossexual fora da prisão e que passam a manter relações com homens depois de encarcerados. Muitas *bichas* negam a eles a própria possibilidade de adquirir uma identidade feminina (embora a maior parte população carcerária os vejam indistintamente como *putos*). Lola justifica esse desprezo afirmando que eles não podem ser considerados *mulheres de verdade*, pois

¹⁶⁸ Pesquisas mais antigas como a de José Ricardo Ramalho (2008[1976]) mostram como esse critério de classificação é relativamente recente – e que em prisões como a Casa de Detenção de São Paulo a posição sexual (ativo ou passivo) e a performance de gênero (masculina ou feminina) era mais relevantes do que o sexo do parceiro para definir a identidade sexual dos presos. Ver capítulo 1.

¹⁶⁹ Em algumas unidades e *raios* em que há uma concentração especialmente grande de *bichas* é possível haver uma separação entre o *barraco das bichas* e o *barracos dos envolvidos* (em geral se tratam de celas vizinhas e igualmente precárias). Nesses casos é comum que os *envolvidos* se mudem para o *barraco das bichas* caso estabeleçam uma relação estável com alguma delas.

¹⁷⁰ Bairro residencial popular na zona leste da capital paulista.

estariam se engajando nessas relações por pura conveniência, em troca de bens, favores ou proteção, e não pelo *sentimento* de *ser mulher*. Seria esse o caso de Raffaella, *viado* que elas apelidaram maliciosamente de Chevrolet (marca de carro) devido às grandes dimensões de seu corpo e ao fato de ter trabalhado em uma oficina mecânica: “*ele diz que é mulher de verdade, mas é enorme, toda fortona, tem que ver o tamanho do braço dela!*”.

Por fim, há uma hierarquia entre *bichas* mais ou menos experientes e estabelecidas no contexto da prisão que ganha materialidade na disposição destas nos lugares disponíveis na cela para se deitar e dormir. Essa lógica, descrita detalhadamente por Karina Biondi (2010), está presente com poucas variações em todo o sistema penitenciário paulista. Quando um preso é aceito no *barraco* ele ocupa primeiro um lugar no chão (chamado de *praia*) e próximo ao sanitário (chamado de *boi*), ou seja, uma posição considerada inconveniente. Conforme seus companheiros de cela são transferidos ou liberados (em um CDP, dezenas de presos são admitidos e transferidos diariamente), ela pode ocupar os lugares imediatamente mais distantes do *boi* e, posteriormente, poderá subir para uma *burra* (cama embutida de cimento, onde se acomoda o colchão). Quanto mais *sofrimento* a *mona* tiver passado na *cadeia* (ou seja, quanto mais tempo presa), melhor será sua posição relativa na disposição espacial do *barraco*.

Nessa dinâmica de “subir para as burras”, é importante notar que os *envolvidos* só *sobem* se estiverem acompanhando suas *bichas*. Nas palavras de Xampy:

Então é sempre assim: o barraco está sempre superlotado, então a preferência é sempre das bichas. Tem os caras que moram lá também, os envolvidos, mas a preferência é das bichas. Então, tipo, só bicha subia na cama – ou trans ou gay assumida. Bicha. Mas o marido subia com a bicha. É, ou você podia ficar sozinha, ou você podia fazer valete com outra bicha ou com teu marido. Então é assim: o barraco de bicha é das bichas. Se os caras tão lá, vão subir se as bichas quiser que suba. E, por exemplo, se você é casado com uma bicha lá e você não é bicha... se você não é aquela bicha padrão, feminininha. Você é um menino que se envolveu com uma bicha. Aí a sua bicha era transferida ou saía em liberdade, tu desce da cama. A próxima bicha que está no chão sobe. A preferência é das bicha sempre. É a única hora que a bicha tem preferência é nisso. Mas só no barraco delas, claro. Em barraco de ladrão, a gente mal e mal pode sentar na cama deles quando entra. Isso quando entra, né?

No *barraco das bichas*, portanto, as hierarquias de gênero se invertem. A preferência é dada aos sujeitos entendidos como mais femininos – as *bichas*. Vejamos

agora como essas especificidades na produção do cotidiano se expressam no nível da linguagem.

Gramáticas da Diferença

A inscrição da diversidade sexual e de gênero no espaço é acompanhada pela sua inscrição na linguagem: não apenas nas categorias classificatórias, mas também nos estilos de comunicação. As *bichas* se distinguem por dominarem tanto as gírias que circulam no universo prisional e do *crime* quanto o linguajar conhecido como *pajubá* – proveniente de contextos de prostituição de rua (a *pista*), de espaços de sociabilidade LGBT e também de cultos religiosos afro-brasileiros.

Dominando esses múltiplos repertórios e sendo hábeis em produzir novos códigos com suas interlocutoras mais próximas, as *bichas* demonstram uma impressionante capacidade de selecionar os sujeitos capazes de entender o conteúdo de suas conversações – recurso muitas vezes vital para a produção de seu cotidiano nas prisões. Para além dessa dimensão pragmática, argumento que uma análise desses usos da linguagem revela também algo da visão de mundo e dos valores desses sujeitos.

O meu conhecimento de algumas expressões do *pajubá* foi fundamental não apenas para entender o que as *bichas* diziam, mas também para estabelecer com elas uma relação de maior proximidade. Ao perceber que eu também “falava pajubá”, demonstrando a compreensão de suas palavras ou recorrendo ao uso de alguma dessas gírias, elas imediatamente me identificavam como *homossexual* e mudavam seu registro de comunicação. Passavam a me tratar com maior cumplicidade e com uma proximidade muitas vezes irreverente (ou inconveniente para minha atuação enquanto *agente* da Pastoral).

Adquiriti progressivamente esse conhecimento do *pajubá* ao longo das minhas trajetórias como antropólogo e também como *homem gay*. Algumas dessas gírias fazem parte da sociabilidade de *homens gays* de classe média – atestando as intensas trocas que ocorrem entre pessoas oriundas de diferentes classes sociais na comunidade LGBT, a despeito das brutais desigualdades que a caracterizam. Meu contato mais aprofundado com esse linguajar se deu em Belém do Pará,¹⁷¹ quando realizei trabalho de campo em

¹⁷¹ Essas gírias transitam em todo o território nacional (e também através dos fluxos migratórios entre Brasil e Europa). Essa ampla circulação está relacionada com os processos de migração regionais de

lugares de sociabilidade LGBT de camadas populares.¹⁷² O *pajubá* das prisões é, no entanto, muito mais complexo que essas outras versões – e a compreensão de sua dinâmica própria só foi possível ao longo de um trabalho de campo extensivo e intensivo no interior do cárcere.

O *pajubá* se caracteriza por uma sonoridade própria e pela presença de expressões de origem tupi-guarani¹⁷³ e yorubá¹⁷⁴. Diversas fontes históricas sugerem que estas últimas foram incorporadas por meio da frequência de *homossexuais* e *travestis* a cultos afro-brasileiros (em especial os da chamada *Nação Nagô*). A presença de indivíduos percebidos como *homossexuais* (ou *homens efeminados*) nesses espaços foi registrada ainda na primeira metade do século XX por Ruth Landes (1967 [1947]), que realizou trabalho de campo na Bahia em 1940. Esta antropóloga estadunidense identificou uma relação entre o “matriarcado cultural” característico desses contextos e a “feminilidade” expressa pelos *homossexuais* que o frequentavam. Realizando trabalho de campo em Belém no final da década de 1970, Peter Fry (1982) problematiza essa leitura centrada na feminilidade, adicionando novas questões ao debate. O antropólogo de origem britânica argumenta que:

Em Belém, e provavelmente em outras partes do Norte e do Nordeste brasileiro, certos homens que reivindicam a preferência pela companhia sexual de outros homens, aos quais é atribuído o status de “bicha”, são atraídos aos cultos [afro-brasileiros] não somente porque esses são popularmente definidos como nichos de homossexualidade masculina, mas por outras razões importantes. Primeiro, tanto a homossexualidade masculina quanto os cultos de possessão são definidos como comportamentos desviantes em relação aos valores dominantes brasileiros. Segundo, de acordo com as ideias teóricas de [Mary] Douglas e [Victor] Turner, verificamos que ser definido pela sociedade como sujo e perigoso é frequentemente uma vantagem positiva para aqueles que exercem uma profissão ligada aos poderes mágicos (FRY, 1982, p. 56).

travestis (em geral do Norte e do Nordeste em relação ao Sudeste) e também ao mercado internacional do sexo (especialmente entre a América Latina e o sul da Europa).

¹⁷² No ano de 2010, passei um mês em Belém com financiamento do PROCAD (Programa de Cooperação Acadêmica da Capes), como parte de um projeto que conectou o PPGAS/USP com o PPGA da Universidade Federal do Pará (UFPA). A circulação por esses espaços foi guiada pela prazerosa companhia dos antropólogos paraenses Milton Ribeiro Silva Filho, Ramon Reis e José Luiz Franco. Em suas respectivas dissertações de mestrado, Silva Filho (2012) e Reis (2012) analisam o uso do *pajubá* em espaços de sociabilidade LGBT em Belém do Pará.

¹⁷³ Uma das expressões mais utilizadas de origem tupi-guarani é *picumã* (sinônimo de cabelo ou peruca no *pajubá*). Ela significa primordialmente “teia de aranha enegrecida pelo fumo” (JEHA, 2019). A presença de expressões de origem indígena no *pajubá* é, no entanto, um fenômeno ainda pouco conhecido e pouco estudado na bibliografia.

¹⁷⁴ Idioma e matriz cultural originários da costa ocidental do continente africano (especialmente no atual território da Nigéria). Foram trazidos ao Brasil por pessoas escravizadas ainda no período colonial e difundidos por seus descendentes.

Grande parte das *bichas* com as quais dialoguei no CDP eram de fato frequentadoras mais ou menos assíduas de cultos afro-brasileiros. Para além do uso de determinadas palavras de origem africana, percebi que as Yabás (Orixás femininas) exerciam uma importante influência no seu cotidiano. A personalidade explosiva de uma e a afetuosidade de outra eram muitas vezes explicadas devido ao fato de serem respectivamente *de Yansã* ou *de Yemanjá*. A identificação imediata que tive com uma *travesti* paraense foi logo explicada quando descobrimos que éramos ambos *de Oxum*. Outra entidade feminina muito evocada em suas narrativas era a Pombagira – que, quando *baixava em uma bicha*, provocava atitudes de irreverência e ousadia.

O diálogo sobre essa dimensão de sua espiritualidade tinha, no entanto, de ser sempre muito discreto no ambiente prisional. As *bichas* temiam represálias da maioria *cristã* da *população*, em particular dos chamados *crentes* ou *evangélicos* (ligados a denominações neopentecostais). As poucas conversas mais abertas que tive se deram no âmbito do GDUCC. Quando comecei a frequentar o CDP como *agente* da Pastoral, esta estreita porta se fechou completamente – de forma que não tenho material etnográfico para desenvolver mais a fundo esta questão. O que me interessa reter de tal debate é esse efeito de racialização do lugar social das *bichas* por meio da sua relação com a religiosidade afro-brasileira. Num contexto em que o *crime* incorpora ostensivamente um repertório discursivo *cristão*, parece-me significativo que as *bichas* se diferenciem (entre outras coisas) pelo uso de palavras (e conceitos) de origem africana (em geral yorubá) ou afro-brasileira.

Em sua clássica sistematização da observação participante, Malinowski recomenda trazer sempre algo do *corpus inscriptionum*¹⁷⁵ local para a escrita etnográfica como uma espécie de “documento da mentalidade nativa” (1978 [1922], p. 33). Seguindo esta recomendação, proponho-me agora a transcrever e analisar duas pequenas frases ditas em *pajubá*. Ambas foram registradas por mim durante o trabalho de campo com *bichas* na prisão e representam, a meu ver, expressões típicas dessa modalidade de comunicação. Apresentarei sinônimos para as palavras que não estão na norma culta da língua portuguesa e um pouco da lógica específica de construção de sentenças. Exploro também, na medida do possível, algo da produção de uma

¹⁷⁵ Expressão em latim que se refere ao conjunto total de textos conhecidos de uma determinada língua. Significa, literalmente, “corpo de inscrições”. A expressão era usada originalmente para falar das coleções de citações da antiguidade romana (em latim), mas seu sentido foi metaforicamente ampliado por Malinowski.

sonoridade peculiar para essas falas e sua relação o corpo e a gestualidade. A primeira frase que trago é:

O ocó lais-me tá de ojum na mona cais-me, catiô?

Num primeiro momento, essa frase soa como uma língua completamente diferente do português (e também do linguajar das prisões e do *crime*). Parece ter algo de yorubá, mas também de inglês ou italiano. A tradução desta frase para a norma culta do português seria algo como “Aquele homem está prestando atenção em mim, você percebeu?”. Analisemos separadamente cada uma dessas expressões para compreender como se encadeia esta maneira de falar.

Ocó, substantivo masculino, significa basicamente *homem*. Trata-se de um sujeito masculinizado, geralmente alguém relativamente distante ou mesmo um objeto de desejo (pode ser, nesse sentido, um sinônimo de *bofe*, homem masculino). O *ocó* está numa posição de exterioridade em relação tanto de quem enuncia a frase como de sua interlocutora – ambas supostamente femininas. Pressupõe-se que ele não domina os mesmos códigos de linguagem, não vai entender esta frase em *pajubá* (se entender, sua posição de *ocó* será imediatamente contestada). No contexto da prisão, a imagem do *ocó* se aproxima à de *sujeito-homem*, característica do *mundo do crime*, mas não coincide completamente com ela. Certos sujeitos, como os *envolvidos*, podem ser entendidos como *ocós* pelas *bichas* e como *bichas* pelos *ladrões*.

Lais-me e *cais-me*, pronomes demonstrativos, funcionam como equivalentes de aquele (ali) e este (aqui). “Aquele *ocó* lá”, “essa *mona* aqui”. Estas expressões podem ser adicionadas depois de praticamente qualquer palavra – o que produz uma sonoridade específica que soa como outra língua. Para quem não está familiarizado com o código, é difícil imaginar que a expressão *o-ocó-lais-me*, dita rapidamente, signifique “aquele homem”. Na lógica de enunciação do *pajubá* (seja na *cadeia* ou na *pista*), confundir ouvintes indesejados pode ser tão importante quanto passar o conteúdo da mensagem com precisão. A gesticulação muitas vezes acompanha e reforça o uso dessas expressões. A mão pode apontar discretamente para o *ocó-lais-me* ou para a *mona-cais-me* durante a fala. O punho se move em geral de maneira lânguida, maneirismo chamado pejorativamente de *desmunhecar* pelos *ocós* (que mal desconfiam das camadas de significado ocultas nesses gestos).

A expressão *tá de ojum* pode ser traduzida mais ou menos literalmente para “estar de olho”, ou seja, “estar prestando atenção”. *Ojum*, substantivo masculino, é uma palavra de origem yorubá que significa olho ou olhar. No *pajubá*, estar *de ojum* pode significar tanto desejo (uma atenção positiva) quanto perseguição, espreita, suspeita (uma atenção negativa, perigosa). Essa ambiguidade é bastante característica da *pista*. Parte do aprendizado de como sobreviver nesse contexto é saber identificar o sentido de cada *ojum*, especialmente quando ele vem de um *ocó*. É um cliente em potencial ou um policial à paisana? Ele quer ter relações sexuais ou te agredir (ou talvez te roubar depois do sexo)?

Mona, substantivo feminino, pode designar qualquer sujeito percebido como feminino. Pode ser usado tanto para se referir a *mulheres cis* quanto para *bichas*, *homossexuais*, *travestis*, *transexuais*. Para *mulheres cis*, no entanto, é mais comum o uso da expressão *amapô* (*mapô*, *mapoa*), de origem yorubá. O uso de *mona* nesse contexto expressa bem essa espécie de “feminino universal” característico dos interlocutores do *pajubá*: essa suposição de que tanto quem fala quanto quem ouve se percebe como feminina (e que assim deve ser tratada). A *mona-cais-me*, nesse caso, é aquela que fala: “Ele está de olho nesta *mona* que agora fala”. Trata-se de um sinônimo de eu ou mim: “Ele está de ojum em mim”. Ao usar essa variação mais prolixa, contribui-se para a criação de uma sonoridade específica na frase (*lais-me*, *cais-me*) e para dificultar a compreensão de ouvintes indesejados.

A expressão *catiô*, por fim, é uma variação na sonoridade *pajubá* de uma gíria típica do linguajar das periferias: “catou?” – compreendeu, entendeu, percebeu? Ao terminar a frase *catiô*, a *mona-cais-me* quer saber se a outra está ouvindo e também se ela percebeu o movimento anunciado: “Você entendeu o que eu disse?” ou “você percebeu que aquele homem está de olho em mim”? Trata-se tanto de uma verificação de que o código foi apreendido quanto a uma confirmação a respeito do conteúdo da sentença. Esse tipo de reiteração contínua é constitutivo da complexidade do código.

O *pajubá* se caracteriza tanto por uma imensa abrangência territorial quanto por infinitas variações locais microscópicas. Certas expressões e estilos de fala podem circular por todo o território nacional, chegando aos países latino-americanos vizinhos e até mesmo aos países europeus, cujo mercado sexual recebe um grande fluxo de *travestis* brasileiras (Espanha, França, Itália, Portugal). Por outro lado, novos estilos e expressões surgem a cada momento – de forma que as *bichas* de um determinado *barraco* podem tornar seu discurso incompreensível às moradoras do barraco vizinho,

se essa for a sua intenção. Tudo depende da vontade de se fazer ou não compreender por determinada interlocutora.

A análise que apresento aqui está baseada em uma etnografia localizada no tempo e espaço. Certos elementos vão ser reconhecidos por grande parte da comunidade LGBT durante muitos anos (valeriam, por exemplo, para o trabalho de campo realizado em Belém há 10 anos atrás). Outros talvez não façam sentido sequer em outras unidades prisionais da Região Metropolitana de São Paulo. Dito isso, passemos à segunda frase selecionada:

Os aliban vai me dizar do ilê.

Essa frase, que poderia ser traduzida à norma culta do português para algo como “Os agentes de segurança vão me tirar desta unidade prisional”, combina de maneira muito peculiar a lógica do *pajubá* com o linguajar das prisões paulistas. Ela me foi dita por uma *bicha do crime* (assaltante) que tinha a expectativa de ser transferida muito em breve para outra unidade do sistema penitenciário.

Aliban, substantivo masculino, pode designar qualquer agente de segurança (pública ou privada). Em geral se refere a policiais (civis ou militares), mas pode se estender também a agentes de segurança penitenciária (ASPs), seguranças de bancos ou casas noturnas, vigilantes e até bombeiros. A origem do nome seria uma abreviação da expressão “Ali bandido!” - algo que esses agentes gritam quando veem alguma atividade suspeita. Uma variação de “Pega o ladrão!” Há, nesse sentido, uma aproximação das *bichas* com os próprios *bandidos* e *ladrões*, que veem nas forças da ordem uma ameaça à sua atividade (seja ela a *prostituição* ou o *crime*). Assim como os *ocós*, os *aliban* ocupam o lugar do outro masculinizado e potencialmente ameaçador.

Dizar, verbo intransitivo, significa, literalmente, defecar ou cagar. Enquanto verbo transitivo direto pode significar, por extensão, o ato de expulsar, retirar, afastar, expelir algo (ou alguém). Trata-se de um estilo de metáfora escatológica bastante característico do *pajubá*. Quando uma *bicha* fala de si mesmo como algo que vai ser *dizado* para fora dali pelos *aliban*, parece haver uma crítica implícita ao tratamento degradante que elas recebem naquele contexto.

Ilê, substantivo masculino, é uma palavra de origem yorubá que significa casa, lar ou morada. Traz, originalmente, uma poderosa carga religiosa. Os lugares de culto afro-brasileiro (casas de santo) são tradicionalmente chamados de *ilês*, por exemplo.

Neste contexto específico, é uma adaptação para o *pajubá* de uma atitude típica das prisões paulistas (e também de outras regiões do país) que consiste em se referir à unidade prisional em que se está como *a Casa*. Esta pode ser tanto o edifício em si quanto a administração penitenciária daquela unidade. “A Casa só fornece uma muda de roupa quando nós entra e nunca mais”; “A Casa não tem deixado entrar remédio para nós”; “A bóia [comida] que a Casa manda é tão ruim que às vezes vem até com barata”. Não deixa de haver certa ironia também no uso de palavra originalmente vinculada ao acolhimento doméstico e ao sagrado para caracterizar um lugar marcado por tanto sofrimento.

Ajustemos agora o foco para as histórias de vida de alguns desses sujeitos, buscando entender o lugar desses espaços no arco mais amplo de suas trajetórias individuais.

As bichas do barraco

Analiso, a seguir, a história de vida de 3 pessoas que passaram pelo *barraco das bichas*. As duas primeiras se baseiam em conversas informais que tive com *bichas* dentro da prisão. São, portanto, reconstruções precárias de seu passado *na rua* tecidas a partir de um presente marcado pela dor e pelo sofrimento. A terceira é uma entrevista em profundidade no formato história de vida realizada com uma *bicha* egressa do sistema penitenciário (e que havia estado no *barraco das bichas* em duas passagens anteriores pelo *sistema*). Trata-se, então, de uma reflexão sobre um passado relativamente recente (estava há cerca de 5 anos em liberdade na data da entrevista).

1) Priscila

Priscila tinha 24 anos quando conversamos. Seu rosto e seus gestos eram muito femininos, mas seu corpo contava com poucas modificações corporais. Andava sempre com a *neca aquendada*, mas não possuía nenhum tipo de prótese ou implante (nos seios, nos lábios ou nas nádegas) e nunca havia usado hormônios regularmente. Seu cabelo encaracolado e não muito comprido formava pouco volume preso em um *rabo de cavalo* no topo da cabeça. Algo na sua corporalidade remetia também aos *manos* e ao *mundo do crime*. Andava com uma certa ginga, tinha as mãos fortes e muitas *tatuagens de cadeia*. Na prisão ocupava um lugar claramente feminino: era uma *bicha*. Sua

performance de gênero, no entanto, não correspondia aos padrões delicados das *mulheres trans* de classe média nem se aproximava das formas voluptuosas valorizadas pelas *travestis* mais bem-sucedidas no mercado do sexo.

Como parte significativa da população carcerária do estado de São Paulo, tem a pele bem escura e é nordestina. Nasceu em uma pequena cidade na Região Metropolitana de João Pessoa, capital da Paraíba. Aos 13 anos se tornou órfã de mãe e a segunda esposa do seu pai se recusou a cuidar dos filhos do casamento anterior. Nesse momento, já era *bicha* e ganhava algum dinheiro se prostituindo em uma rodovia federal (BR) que passava pelos limites do município. Foi morar então em uma *pensão* com suas companheiras de *pista*.

Nos anos seguintes, sua vida seguiria os caminhos da BR 101 – rodovia litorânea que liga o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul atravessando 12 estados brasileiros. Passando por dezenas de cidades no trajeto, foi até Salvador (BA) e depois até Natal (RN). De lá, já com 16 anos, uma *maricon*a a trouxe para São Paulo, onde esperava juntar algum dinheiro e quem sabe conseguir algum trabalho para além da prostituição. Mas, como ela mesmo me disse, “para bicha é ruim ter trabalho”, de forma que continuou sobrevivendo da *pista*.

Poucos meses depois, cansada dos altos riscos e dos ganhos incertos da prostituição de rua na avenida Indianópolis (Zona Sul de São Paulo), começou a se envolver em pequenos crimes com as colegas de *pista*:

O que eu fazia era sentar no capuz [capô do carro] com a maricon enquanto duas amigas mergulhavam e tomavam tudo dele. O que estava dentro do carro né. Tudo sem agressão, sem violência. O que eu fazia era entreter eles mesmo. Ou outras vezes eu puxava a chave [da ignição do carro] e elas terminavam a situação.

Aos 19 anos, Priscila *pegou um BO* de 6 anos por roubo qualificado (157). Se tivesse bom comportamento, poderia ter progredido de regime (para o semi-aberto e depois para o aberto) em cerca de dois anos. Devido às muitas *faltas* cometidas, no entanto, ficaria presa por um período de 6 a 8 anos (a depender do resultado de processos ainda em andamento). Nos primeiros meses da estadia, trocava frequentemente de cela ou de ala. “Estava sempre jogando o picuá na gaiola”, me disse, em referência ao ato de levar sua sacola de pertences até a gaiola (entrada da ala) solicitando um pedido de transferência: “de 15 em 15 dias eu trocava de raio. Eu me cortava muito, causava muito, era *perreco* [conflito] direto. Depois que me acalmei”.

Essa relativa calma ela associa com sua chegada na Ala A, que era muito mais *tranquila* do que as anteriores. Já estava ali há mais de um ano sem nenhum grande conflito. Para se manter *em paz*, havia também tomado a resolução de “não se envolver com bofe”. Continuava mantendo relações sexuais em troca de dinheiro ou benefícios, mas evitava se envolver afetivamente: “porque quando você se envolve em algum momento você vai brigar. As bichas aqui não se respeitam e eu não quero mais confusão”.

Além da *tranquilidade*, o que mais gostava nesta ala eram as frequentes partidas de vôlei¹⁷⁶ e queimada que aconteciam entre as *bichas*. Todas as sextas-feiras, enquanto os *ocós* arrumavam seus *barracos* para receber as visitas no sábado de manhã, as *bichas* podiam ocupar o pátio com suas partidas (mesmo porque pouquíssimas delas recebiam visitas e não tinham, portanto, a mesma preocupação em se preparar). Priscila afirma que esse espaço seria impensável em uma *cadeia do PCC*. Já havia estado em uma, mas logo quis sair porque “lá os putos nunca sobem pra burra” e porque “lá os irmãos querem que todos andem que nem bofe”. Na *cadeia* onde se encontra “*existe mais espaço para essas coisas*” devido à grande concentração de *bichas* – e à maior liberdade que elas tinham de apresentar uma performance de gênero feminina até mesmo nos lugares mais visíveis da cadeia (durante um jogo de vôlei no pátio, por exemplo). O maior problema de convivência que tinha ali era:

Essa coisa de as bichas quererem ser sempre mais que as outras. Por que o picumã [cabelo] de uma, o peito de outra, o bofe da outra. Tudo é razão para elas querer ser mais, para querer ver as outras por baixo. O que se a gente for ver é um absurdo porque estamos todas juntas no mesmo sofrimento.

Em diversas ocasiões no trabalho de campo, tanto no Brasil como no México, ouvi esse tipo de discurso de que a parte mais desgastante do cotidiano da prisão eram os conflitos frequentes que ocorriam entre as próprias *bichas*. Algumas chegaram a me dizer que sofriam mais discriminação de outras *bichas* do que da *população* em geral. Trata-se de uma forma de reflexividade e também de autocrítica. Ao dizer isso as *bichas* parecem afirmar, pelo seu avesso, uma expectativa de solidariedade e de comunidade.

Priscila relatou também que a *Casa* tinha uma relação ambígua com as *bichas*. Por um lado, queria mostrar uma atitude positiva em relação a esse grupo,

¹⁷⁶ A rede utilizada para essas partidas havia sido tecida por elas mesmas com fios de plástico trançados a partir de restos de embalagem. A técnica é semelhante à utilizada pelos *ocós* para costurar as redes do futebol. No capítulo 3, há uma foto (imagem 6) de uma partida em um pátio de um CDP.

implementando algumas medidas isoladas. Havia distribuído um conjunto de calcinha e sutiã “para as mais femininas” (até pouco tempo o uso dessas peças era proibido no CDP). No 17 de maio, Dia internacional de combate à homofobia, havia realizado uma atividade voltada à população LGBT no espaço da escola – incluindo a distribuição de maquiagem (outro item até então proibido). Por outro lado, Priscila argumentou que essas atitudes eram “muito pouco”, e que nada afetavam os principais problemas que as bichas enfrentavam na prisão. O maior problema continuava sendo, na sua opinião, o acesso à saúde:

Aqui você sabe que tudo é tratado com dipirona e paracetamol. Se você está com dor eles mandam dipirona e paracetamol. Se está vomitando, dipirona e paracetamol. Se você pega uma infecção é dipirona e paracetamol. Se você tomar uma facada é possível que eles tratem também mandando dipirona e paracetamol. Parece que não tem outra coisa na casa. Para bicha subir pra enfermaria é uó. Para a população já é difícil, para bicha é impossível. Só sobe as que tem HIV. Aí elas conseguem, para fazer o tratamento. Mas só as que já chegaram aqui com o diagnóstico, né? Porque esses testes que eles mandam aqui dão sempre negativo. Nunca vi isso. Tem bicha que sabe que tem o vírus, mas aí faz o teste e dá negativo. Eles não querem que ninguém mais entre no tratamento. Só não podem negar dar continuidade a quem eles já sabem que tem, que isso pode dar problema. Agora caso novo eles não pegam. Só querem ver o que puder ser tratado com dipirona e paracetamol.

Ouvi diversas vezes, em diferentes unidades, esse tipo de denúncia: tanto em relação à universalidade da dipirona e do paracetamol como tratamentos para todos os males na prisão, quanto em relação à ineficácia dos testes de HIV/Aids ali realizados. Retomaremos a questão das demandas específicas de saúde no próximo capítulo.

2) Lola

Não quero lhe falar, meu grande amor
Das coisas que aprendi nos discos
Quero lhe contar como eu vivi
E tudo o que aconteceu comigo

Viver é melhor que sonhar
Eu sei que o amor é uma coisa boa
Mas também sei que qualquer canto
É menor do que a vida de qualquer pessoa

Por isso cuidado, meu bem
Há perigo na esquina
Eles venceram e o sinal está fechado pra nós
Que somos jovens [...]

Minha dor é perceber
Que apesar de termos feito tudo o que fizemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Como os nossos pais

Antônio Carlos Belchior

Conheci Lola no contexto do GDUCC. Conforme disse há pouco, trata-se de uma *travesti europeia* que contava então 33 anos. No final de um dos encontros, tivemos a oportunidade de cantar junto com os presos algumas de suas músicas preferidas (acompanhadas por um violão que pertencia a uma igreja evangélica).¹⁷⁷ Lola pediu então para cantarmos “Como Nossos Pais, da Elis Regina”. A música, que foi composta e gravada originalmente pelo cearense Belchior em 1976, ficou conhecida pela interpretação da cantora gaúcha lançada no mesmo ano. A *travesti*, que tinha uma voz bela e poderosa, se desmanchou em lágrimas no meio da interpretação – sem, no entanto, parar de cantar em nenhum momento. Ao final ela disse: “desculpe gente, é que essa música me lembra da minha história e da minha irmã, que é a pessoa que eu mais amo no mundo”.

Lola nasceu em uma cidade no interior de Minas Gerais, tendo sido criada pelos pais, muito pobres, junto com a irmã mais velha. Na adolescência, começou a entrar em conflito com a família, os vizinhos e os colegas de escola devido às suas *maneiras femininas*. Enquanto sua irmã seguia sendo uma aluna dedicada, ela começava a se prostituir em uma inóspita pracinha no centro da cidade frequentada pelas *bichas* e por seus clientes em potencial. Aos 14 anos saiu da escola e começou a tomar hormônios femininos – 5 tipos diferentes comprados sem receita na farmácia a partir da recomendação das companheiras de *pista*. Aos 16, mudou-se sozinha para São Paulo em busca de melhores ganhos no mercado sexual. Aos 17, injetou silicone industrial nas nádegas e nos seios, construindo uma silhueta feminina voluptuosa.

Aos 20 anos, veio aquela que parecia ser a grande oportunidade da sua vida: se prostituir na Europa. Por meio de outra companheira de *pista*, foi apresentada a uma *travesti* carioca que “agenciava meninas” para irem trabalhar na Itália: “Era praticamente uma senhora, finíssima, parecia até a Rogéria¹⁷⁸ e morava num

¹⁷⁷ Segundo um regulamento bastante arbitrário do CDP, os internos não têm a permissão de possuir instrumentos musicais. Os poucos que aceitos são os pertencentes às igrejas (em geral pentecostais) que atuam no cárcere.

¹⁷⁸ Atriz e cantora *transexual*, foi uma das primeiras pessoas LGBT a se tornarem conhecidas e admiradas pelo grande público no Brasil – especialmente depois da sua participação na novela *Tieta* (inspirada na obra homônima de Jorge Amado) em 1989. Rogéria (1943-2017) se tornou uma referência

apartamento incrível na zona sul”. O acordo era arriscado: Lola contraiu uma dívida de 7000 euros com a *agente* em troca da passagem para a Itália, do pagamento dos custos da emissão de passaporte e 1000 euros em dinheiro para mostrar para a imigração, além das primeiras semanas de hospedagem e *contatos* que supostamente a ajudariam no destino final.

Trabalhando diariamente nas ruas de uma pequena cidade próxima da fronteira com a França, Lola conseguia ganhar cerca de 500 euros por semana (dos quais tinha que descontar seus gastos de manutenção). Nesse ritmo, seriam necessários no mínimo 14 semanas (100 dias) para saldar a dívida que havia contraído. O visto para brasileiros na União Europeia permite a estadia por 90 dias – menos que o necessário para pagar os custos da viagem, mesmo que não houvesse nenhum percalço. A maior parte das *travestis* acaba ficando mais tempo como *imigrantes ilegais* para conseguir saldar as dívidas e ainda guardar algum dinheiro para si (ou gastar com roupas e diversão durante a estadia na Europa). Foi a escolha de Lola, que ficou por lá cerca de 10 meses entre 2002 e 2003.

Outra possibilidade de ampliar os ganhos do empreendimento é levar drogas (em geral cocaína) no corpo ou na bagagem – operação arriscada, mas muito lucrativa. Caso consigam entrar com a mercadoria, podem ganhar mais de 1000 euros em uma única viagem. Se forem pegas, no entanto, podem amargar muitos meses e até mesmo anos na prisão por tráfico internacional. Foi o caso de Sheyla, outra *travesti* que conheci na *cadeia dos coisas*. Ela cumpria 3 anos de prisão por tentar embarcar em um voo para a Espanha com quase 500 gramas de cocaína condicionada em pequenas cápsulas no seu estômago. Chegando lá, ela pretendia entregar a droga a um *contato* indicado pela sua *agente* e em seguida trabalhar no mercado sexual. Foi, no entanto, surpreendida pela Polícia Federal ainda no Brasil – que desconfiou das intenções de uma “bicha preta e periférica” viajando pela primeira vez para o exterior.

Lola gostava muito de contar sobre sua estadia na Europa sempre que nos encontrávamos. Incluía muitas palavras em italiano, espanhol e francês no meio das frases. Quando perguntei como havia sido a experiência, ela respondeu que foi *marabichoso* – fazendo um trocadilho com *bicha* e *maravilloso* (maravilhoso em

de elegância e feminilidade também para mulheres cisgênero. No documentário *Rita Cadillac: A Lady do Povo* (Toni Venturi, 2006), aquela que ficaria conhecida como “a madrinha do Carandiru” (tendo participado de campanhas de prevenção à Aids ao lado de Dráuzio Varella na antiga Casa de Detenção) conta que foi com Rogéria que ela “aprendeu a ser um mulherão de verdade”.

espanhol). As cidades, as ruas, as roupas, os *homens*, a língua, o dinheiro: tudo tão distante da triste situação em que estava agora. Na terceira vez em que conversamos, tomei coragem de perguntar quando e porque havia voltado. Ela me narrou então, com grande riqueza de detalhes, a cena de sua deportação:

Era uma madrugada de outono. Lá no verão faz até muito calore [calor], mas no outono e no inverno faz um frio, um freddo, que parece que chega nos ossos, capiche? [entendeu?] E eu estava com as outras meninas na beira de uma autostrada, assim fora da cidade né, como se fosse a BR lá na Itália. E em volta só tinha campos de trigo e uma ou outra fattoria, fazendinhas mesmo né. Como aquelas das pinturas mesmo. E estava aquele freddo, estava até nevando um pouco. Eu estava com um casaco lindo que eu comprei lá, que era assim praticamente um sobretudo, até o Joelho quase. E que tinha um detalhe de pele de vison [fuiinha] assim no pescoço. De pele de verdade, viu? Não que nem essas que as bichas usam aqui. E a gente ficava com eles fechados assim, mas quando vinha os automobili [carros] das mariconas a gente abria el capotto [casaco]. E por baixo a gente estava como? Estava só com um topzinho, uma calcinha bem cavada ou até mesmo totalmente desnuda. E a gente aquele dia viu vindo os faróis de um carro. Eu lembro como se fosse ontem a luz deles contra a neve que caía devagarinho, como uma garoa assim. Nossa, olha aqui, até arrepiei. E de longe a gente já sentia que era os aliban. A gente que trabalha na pista parece que desenvolve um sexto sentido, viado. A gente pressente quando é os aliban. Os carabinieri como eles chamam lá. E eu já tinha passado há muito dos meus 90 dias. Estava de ilegal mesmo. E sabia que se os carabinieri pedissem para ver meu passaporte eu estaria nei guai. Encrencada mesmo, capiche? Então a gente correu. E as meninas conseguiram correr, sumiram no campo de trigo. E eu estava correndo também, mas tropecei numa tana di volpe. Aqueles buracos que as raposas fazem, capiche? Eu tropecei e caí. E os carabinieri me alcançaram. E viram meus documentos. Aí realmente não teve jeito. Me levaram direto para a stazione [delegacia] e depois para a prigione [prisão]. E eu fiquei 5 dias lá até ser deportada. Não pude nem pegar minhas coisas, minhas roupas, meu dinheiro que estavam na pensione [pensão]. Perdi tudo, menina. Foi UÓ.

A deportação deixou Lola em uma situação bastante complicada. Além de ter “perdido tudo”, ela devia ainda 2000 euros para a sua *agente*. Ganhar esse dinheiro na *pista* em São Paulo era muito mais difícil – além de mais perigoso. Assim como Priscila, ela viu na prática de pequenos crimes uma forma de ganhar dinheiro mais rápido. Começou também a “puxar a chave das mariconas”, especialmente dos clientes que se recusavam a pagar pelo programa.

Foi nesse momento da sua vida que conheceu seu atual namorado – sobre o qual ela falava também com muito orgulho. Descreve-o como “um homem grande, alto e forte, careca e de pele muito branca”. “Parece até um *skinhead*”, ela gostava de dizer,

“às vezes ele me olha assim e dá até medo”. Afirmou que ele não tem quase nenhuma tatuagem, só uma bem pequena com o escrito “Lola” na parte interna do braço. O *bofe* trabalhava como *gogo boy* e também como *garoto de programa*. Havia se especializado em roubar os clientes depois de conhecer suas casas. Sua brancura e seu estilo agressivo de masculinidade eram enfatizados como atributos desejáveis por Lola. Quando a conheci, ela acabava de se inteirar do fato de que ele também havia sido preso. Contou-me com grande entusiasmo que recebera uma carta afetuosa dele dizendo que “não podia viver sem ela” e que já havia pedido transferência para a *cadeia dos coisas*.

Lola havia *pegado um BO* relativamente leve por roubo qualificado (157): 2 anos e 4 meses. Com sorte conseguiria *progredir de regime* em menos de um ano. Havia tentado *puxar a chave* de um *gringo* no dia do jogo de abertura da Copa do Mundo de Futebol, realizada no Brasil em 2014. O *gringo* a surpreendeu e partiu para a agressão física – à qual ela reagiu “quebrando a cara dele”. A polícia os encontrou engalfinhados e cobertos de sangue, mas levou apenas ela para a delegacia, de onde foi transferida diretamente para o CDP.

Desde que havia entrado na prisão, Lola afirmava que sua vida havia “ido ladeira abaixo”. Ela andava e se sentava com dificuldade: suas aplicações de silicone industrial haviam infeccionado, formando um grande furúnculo na bunda. Conseguir atendimento médico ali era, como relatou Priscila, praticamente impossível. Havia perdido quase 10 kg nos últimos meses: passava mal, tinha diarreias constantes, vomitava com frequência e mal conseguia comer o *ajeum uó* [comida horrível] fornecido pela *casa*. Sua única alegria era, ironicamente, a notícia de que o namorado também havia sido preso e viria em breve lhe fazer companhia naquele infortúnio.

Por tudo isso Lola parecia chorar enquanto cantava *Como nossos pais*. No final daquele encontro, perguntei por que a música a fazia lembrar de sua irmã. Ela me contou, emocionada, que a letra a fazia pensar na infância que ela havia compartilhado com ela e nos destinos tão diferentes que elas tiveram. Enquanto sua vida havia sido marcada por prostituição, drogas, crimes e agora a prisão, a irmã havia estudado enfermagem e tinha agora um bom emprego num grande hospital no interior de São Paulo. Lola não havia atentado para o “perigo na esquina” e via agora o “sinal fechado” para o seu futuro. Sua interpretação dos versos finais da canção, que dão nome à música, eram bastante diferentes de como eu sempre a havia entendido. “Apesar de terem feito tudo que fizeram”, Lola sentia que ela e sua irmã “ainda eram as mesmas” e “viviam como nossos pais”, ou seja, compartilhavam um passado em comum. Assim como

Molina em *O Beijo da Mulher Aranha*, ela se apropriava de uma narrativa alheia para contar sua própria história. Projetava-se nem tanto na melancolia do compositor Belchior, mas na dramaticidade das performances de Elis Regina.

3) Xampy

Não conheci Xampy na *cadeia dos coisas*. Fomos apresentados por amigos em comum em uma das muitas festas de música eletrônica *underground*¹⁷⁹ que ambos frequentávamos em São Paulo (ver foto da capa da parte 1). Sua trajetória não é exatamente típica: ele é, inclusive, a única pessoa que conheço a ter conseguido se formar no ensino superior depois de duas *passagens* pela prisão. Xampy fez Bacharelado em História na Faculdade Cruzeiro do Sul e concluiu o curso com um belo TCC sobre o carnaval de São Paulo durante a Ditadura Militar (FONTINHAS, 2016). Até hoje, insisto para que ele dê continuidade à sua formação em um mestrado.

Nas duas vezes em que estive preso, Xampy ficou em uma das *cadeias de coisas* que visitei. Como ele mesmo diz, “fez história” no *barraco das bichas* – de forma que seu nome era ainda conhecido entre algumas das internas mais veteranas. Em 2014 estreou o curta documental *Xampy* (de Daniel Wierman e Paulo Menezes), no qual relata sua história – com destaque para as *passagens* pela prisão. Por seu caráter de figura pública que fala abertamente sobre o próprio passado, optamos por manter nesta tese o nome pelo qual é conhecido.

Em maio de 2017, realizei com ele uma entrevista em profundidade no formato história de vida. Encontramo-nos em uma pracinha próxima de onde mora, na zona leste de São Paulo. Por estarmos *na rua*, pudemos falar sobre aspectos do cotidiano da prisão sobre os quais era impossível conversar *na cadeia*. Não entrarei aqui em grandes detalhes sobre sua trajetória, que já é belamente narrada no referido documentário. Focarei justamente nos trechos de sua fala que permitem enriquecer com uma nova perspectiva a nossa compreensão sobre a dinâmica do *barraco das bichas*.

Xampy é filho de uma empregada doméstica (negra) com um eletricista (branco e descendente de portugueses). Considera-se *negro*, apesar de ter a pele relativamente clara. Em suas palavras: “quando você é filho de branco e preto, você sempre é mais preto do que branco, mesmo que você pareça branco”. É o mais novo de seis filhos. O

¹⁷⁹ Comecei a frequentar esse universo por volta de 2014, quando as chamadas *festas de rua* começaram a se multiplicar em São Paulo. A respeito desta cena cultural ver Gibran Teixeira Braga (2017).

pai os abandonou cedo, de forma que é muito mais próximo da mãe – figura que admira profundamente e com quem atualmente vive.

Na adolescência, começou a se envolver visceralmente com a cena de música eletrônica que florescia na cidade nos anos 1990. Tornou-se uma figura conhecida nesse universo, especialmente quando começou a ocupar o lugar de *dealer*.¹⁸⁰ Xampy se mostrou muito hábil em circular entre o contexto da periferia (onde comprava cocaína a preços baixos) e o mundo da noite (onde a vendia). Em seu estilo, conseguia combinar a estética punk, mais agressiva, com uma performance de gênero que transitava entre o masculino e o feminino. Dessa época, vem o apelido andrógino Xampy (abreviação estilizada de “champignon”), em referência à forma original do seu cabelo (que lembrava um cogumelo). Era uma *bicha* que *transava* com todos os tipos de *bofe* sem constrangimentos, mas que conseguia *manter o respeito* com sua atitude mais assertiva (de “não ter medo de briga”).

Foi parar na prisão pela primeira vez por um *BO* relacionado ao tráfico de drogas. Policiais do DENARC à paisana o surpreenderam em uma festa na posse de uma quantidade significativa de cocaína. Como ele se recusou a delatar traficantes de maior calibre ou pagar a quantia proposta para o *acerto* (10 mil reais), foi levado à carceragem de uma delegacia e depois a um Centro de Detenção Provisória. Na primeira unidade para a qual foi encaminhado, no entanto, ele se recusou a entrar:

Não entrei porque era cadeia de PCC e eu já sabia que não podia fazer sexo, então não quis nem entrar. Eles perguntam “você quer entrar ou não”. Eles perguntam “você é mona?”. Eu falei “sou”. Eles: “você quer entrar?” Eles perguntam, porque se você for bandido, de repente você não pode entrar. Mona pode entrar. Bom, não sei se pode mais, né? Porque quando eu voltei, eles não estavam aceitando, por exemplo trans. Porque elas dão muito BO pra eles. Foge com a droga no cu e... você sabe, dá uma série de BOs. E os caras também veem uma bicha com corpão de mulher e fica locão... e na cadeia do PCC não pode fazer sexo. E na verdade foi por isso que eu não entrei. Quando eu cheguei eles perguntaram “Xampy, você vai subir?”. Alguns já me conheciam lá. Eles sabem quem tá chegando. Dá pra saber. Tem celular lá dentro. E assim, muitos me conheciam de rua. “Chegou aquela bicha que vendia droga nas boates do centro”, entendeu? E aí eles falaram “Xampy, você pode subir, não pega nada”. E eu perguntei: “mas eu vou poder trepar?”. “Não”. Aí eu falei “então... beijo”. E eles “como assim?”. E eu falei “meu, eu com mil cara aqui do meu lado, eu não vou poder dar o cu pra ninguém? Não, não vou ficar”. Meu, aí eu já mudei, eu já fui pra

¹⁸⁰ Uma das gírias para traficante de varejo. Expressão muito popular nas classes médias paulistanas para se referir a figuras que “passam droga” em festas e outros lugares de sociabilidade.

segunda, fiquei só uma semana lá, aí eu fui pra cadeia dos coisas e lá fiquei por tipo 1 ano.

Depois de dialogar diretamente com os *irmãos*, Xampy prefere ir para a *cadeia dos coisas* por motivos semelhantes aos expressos por Samanta: a possibilidade de ter relações sexuais (e afetivas) com os *bofes*. Ele relata uma vida sexual intensa, mas também fortemente marcada por determinados estereótipos de gênero. Um deles era a expectativa de que as *monas* ocupassem uma posição feminina – mesmo aquelas que *na rua* se percebiam como *homens gays*:

Quando você é um gay muito masculino, você sofre pra caralho, porque os caras acham que você tá mentindo, você tá passando batido lá. Que você é de alguma facção diferente, está lá infiltrada. Eu vi muita bicha apanhando por causa disso. Porque a bicha não conseguia ser feminina de jeito nenhum. A minha sorte é que eu já tinha isso de rua. De rua eu já falava no feminino e tal. Porque eu sempre tive essa liberdade. Você vê que eu sempre falo no masculino e no feminino sobre mim mesma. Eu misturo sempre as duas coisas. E eu sempre fiz isso. Então lá dentro foi mais fácil. Lá dentro eu só não podia misturar, né? Eu tive que ficar mais feminino pra sempre. Aqui fora eu ainda falo assim. E eu me refiro a mim a “o” e como a “a”. A todo momento assim. Porque eu sou “o” e “a” a todo momento, eu acho. Então pra mim não tem problema. Mas lá dentro você tem que ser A Xampy sempre. Eu tive que ser A Xampy 24 horas por dia.

Esse não foi o único relato que eu ouvi de pessoas que *na rua* se entendiam como mais masculinas (*homens gays*) e na prisão ocuparam estrategicamente uma posição feminina – chegando a ser renomeadas com um apelido feminino. Como Xampy já possuía uma personalidade andrógina *na rua*, pôde transitar com mais facilidade para o feminino durante a estadia prisão. Quando saiu, voltou a se masculinizar, deixando crescer a barba e referindo a si mesmo mais frequentemente no masculino (exceto em situações de maior intimidade, em especial com amigos *gays* e/ou *travestis*).

Essa posição feminina na prisão, embora fosse compulsória e relativamente subalterna (estava em uma posição inferior na hierarquia de valores dos presos), não deixava de oferecer também determinadas possibilidades de agência:

Nunca precisei de dinheiro, nunca precisei de droga, nunca precisei de nada. Sempre tive acesso a tudo ali dentro. Eu sempre fui muito esperta ali dentro. E foi assim que eu sobrevivi também. E foi assim que eu evitei minha mãe de gastar mais do que ela gastou com jumbo, por exemplo. Muita coisa eu conseguia dos caras mesmo. Porque você tem que ser um monte de coisa lá dentro. Às vezes não era só sexo. Às vezes tinha cara que ficava o dia inteiro comigo no quieto,

nem me comia nem nada. Era só mesmo pra eu ficar falando com ele. Era só pra ter um ombro pra chorar. Chorar literalmente, assim. Porque a masculinidade não permite isso entre os homens. Não permite, ainda mais dentro da prisão, né? Ele precisa de uma companhia feminina, pra poder expressar esses sentimentos... Ai lá dentro, você vira psicóloga, mãe desses caras. Vira tudo.

Xampy diferencia duas formas principais de se relacionar com os *caras* na prisão. Uma delas seria na lógica das trocas sexuais (prostituição), com os *caras da população*, relações que supostamente não possuem uma dimensão afetiva. A outra seria a dos relacionamentos amorosos (*casamentos*) com os chamados *envolvidos* – percebidos como *putos* pelos *bandidos*. Em suas palavras:

Tem os caras da população, que eles não casam com a gente. Eles vão lá, fazem sexo com a gente, mas ninguém fica sabendo. E tem os caras que moram dentro do barraco e são aqueles caras que já são maridos de bicha desde a rua... Ou que são michês na rua... A gente chama esses de envolvidos. Eles chamam de puto. Bandido chama eles de puto. A gente que é mona, pra não ser preconceituosa com eles, chamam eles de envolvido ou de marido de bicha. Mas os caras chamam eles de puto. Pra eles é puto. É menos que bicha, inclusive.

Em sua dissertação de mestrado, Guilherme Boldrin (2017) analisa cuidadosamente o universo de relações possíveis entre as *monas* e os *envolvidos*. Para ser considerado *envolvido*, basta demonstrar qualquer tipo de intimidade com as *monas*: beijar na boca, trocar carícias, dividir um cigarro ou mesmo compartilhar pratos, talheres e copos. A única forma de contato físico aceitável entre um *bandido* e uma *mona* é a que se estabelece entre o pênis e o ânus – onde o corpo da *mona* ocupa o lugar de um substituto temporário de uma *mulher de verdade*. O pagamento é uma das coisas que garante a efemeridade e a objetividade dessas trocas. Nas palavras de Xampy:

A primeira vez que me prostituí foi dentro da cadeia, na rua eu nunca fiz. Fiz muito dentro da cadeia. Não que eu precisasse, é porque as outras bichas precisavam. E se eu desse de graça, tipo, ninguém ia pagar o programa delas. Então eu cobrava também pra, tipo, ficar justo pra todo mundo. [...] Mas na verdade eu nem cobreí de todos. Os caras que eram mais gostosos, eu dava pra eles de graça. Ai falava pra eles dizerem que eu estava cobrando. Porque cobrar liberta tanto ele quanto você, né? Ele não pode assumir que ele tá gostando. Então ele tem que pagar pra mostrar que ele tá só te comendo para extravasar a energia sexual mesmo. E tinha alguns que eu falava assim “você paga”, que eu sabia que eles só ficavam comigo, mas eu falava “ó, você tá fazendo programa, pelo amor de Deus, não vai falar por aí que você tá apaixonado por bicha”. E eu me apaixonei só pelos envolvidos.

Ao manter as relações no nível das trocas sexuais, as bichas garantem o valor dos *programas* e protegem a masculinidade dos *bofes* – além de reduzir os conflitos provocados por ciúmes e intrigas. Os relacionamentos mais estáveis com os *envolvidos*, marcados pelo afeto e por expectativas de fidelidade, são descritos sempre como *perigosos*. Mesmo quando proporcionam certo alento emocional e satisfação sexual, trazem um enorme potencial disruptivo. É nesta toada que Xampy narra as relações mais intensas que teve na cadeia:

A gente se apaixonou muito forte, assim. E eu conheci a mulher dele e tudo e ele foi morar com as bichas porque ele se apaixonou por mim. Aí ele foi fumar um cigarro [compartilhado com uma bicha] de propósito pra ir morar no barraco [das bichas] pra ficar perto de mim. Foi uma história bem bonitinha essa... Eu até me emociono, porque foi bonitinho. Ele fez de propósito. E aí eu gostei bem dele, mas ele mudou... ele foi [transferido] pro fundão e eu fiquei sozinha lá. Aí logo chegou esse que é o Sapopemba e aí eu me apaixonei, porque ele era gostoso, né... Ele era michê e sabia fazer [sexo] bem gostoso... Aí eu casei dentro do barraco com esse menino. Valeu a pena sexualmente, mas a gente sofreu pra caralho. Porque tinha uma bicha que era meio mafiosa e ela estava meio querendo me tirar dali, né? E aí a gente passou por uns venenos [intrigas] assim e brigamos. No dia da visita ele descobriu que eu tinha traído ele com outro cara do barraco. E ele começou a me ameaçar, falar que ia acabar com a minha cara, que a única coisa que eu tinha era a minha beleza e ele ia acabar com a minha cara. Ele falou isso no dia da visita. Eu estava bordando e eu estava com uma tesoura na mão. Aí eu dei uma tesourada nele. E bicha não pode nem falar um “ah” pro bofe, quanto mais ir pra cima, né? Aí isso deu o maior bafafá e os caras iam explodir ele da ala e eu falei “não, não explode não”. Eu já sabia que ele tinha vindo corrido de todas as outras alas, eu falei “deixa que eu saio”. Aí fui para essa outra ala, que foi onde eu mais sofri.

Quando transferida para outra ala, Xampy se tornou a *bicha do piloto*. Ou seja, se tornou amante da pessoa mais poderosa da ala. Trata-se de uma posição que traz certos benefícios (sobretudo materiais), mas também grande risco. Além de atrair a inveja de outras *bichas*, o perigo vem do fato do destino da *bicha* estar diretamente atrelado ao destino do *piloto* e, como diz Xampy: “*Cadeia é foda, tudo muda muito rápido e a mudança é sempre muito violenta*”. Quando menos se espera, o piloto pode ser *explodido* (tirado da sua posição e punido) pelos outros *bandidos* – e a severa punição da *sua bicha* pode ser parte do processo de reconfiguração das relações de poder. Foi assim que Xampy sofreu a situação mais extrema de violência em toda a sua experiência na prisão:

Depois eu me dei conta que eu tinha sido estuprado ali dentro. Eu fui estuprado por 15 caras lá dentro. Só que quando eu estava naquele contexto, eu não enxerguei como estupro. Eu demorei pra entender que aquilo foi estupro. Foi assim: eu mudei de ala e aí eu virei a bicha do piloto. Ali na gaiola, quando eu cheguei, ele veio e falou “você agora é minha bicha”. Só que assim, isso ninguém pode saber. Não é uma coisa que é muito clara. E aí esse cara foi explodido. Ele foi explodido porque ele era tão burro que chamou a minha mãe de sogra no dia da visita. E aí os caras ouviram e os caras explodiram ele. Foi por minha causa. E aí uma bicha falou pra mim, uma bicha que estava há mais tempo. Ela falou “Xampy, se prepara pra amanhã. Se prepara!” Foi num domingo. E aí na segunda era dia de... de folia na cadeia. Foi subir todos os caras da boia, da faxina e do esporte e eu tive que dar pra todos. Aí eu tive que fingir que estava gostando. Nem me machucou nem nada. Teve um só que me bateu porque eu não quis dar pra ele, porque eu conhecia a bicha dele e ela era uma pessoa muito maravilhosa e eu não tive coragem. Eu falei “eu não vou conseguir”. Aí ele no outro dia ele me bateu porque eu não quis dar pra ele. Foi a única vez que eu apanhei na cadeia.

O contexto da *cadeia dos coisas* era tão brutalmente violento que somente depois de alguns anos, já em liberdade, Xampy se daria conta de que “tinha sido estuprado ali dentro”. Na prisão, a ideia de que a punição do *piloto* se estendia à violação sexual da *sua bicha* era naturalizada também pelas próprias *bichas*. Quando se fala que o *estupro* é condenado na maior parte das prisões paulistas, é importante refletir sobre o que está sendo caracterizado como *estupro* em cada contexto. A própria fronteira entre o que pode ou não ser considerado *estupro* está sempre em disputa.

Com ajuda de um advogado particular (algo a que poucas *bichas* têm acesso), Xampy foi inocentado da sua acusação por tráfico de drogas – tendo sido enquadrado como usuário. Já tinha cumprido quase 1 ano da pena no CDP antes de sair em liberdade. Conseguiu uma bolsa de estudos integral na Universidade Cruzeiro do Sul, onde iniciou seu Bacharelado em História. Depois de alguns meses, uma juíza recorreu à decisão que o havia absolvido. Seu advogado foi notificado, mas havia “pegado o dinheiro e sumido”. Sem ter consciência da reabertura do processo e não tendo comparecido às novas audiências, foi considerado foragido e recapturado. Foi condenado na segunda instância e teve de cumprir mais oito meses de pena antes de poder retomar os estudos.

Réu primário e com uma condenação relativamente leve (1 ano e 11 meses), da qual já havia cumprido a maior parte, Xampy foi rapidamente transferido para o regime semiaberto, onde passaria cerca de 7 meses. Devido à maior permeabilidade entre a cadeia e a rua, as condições de vida ali eram muito melhores – inclusive para as *bichas*:

No semiaberto entra tudo. A gente fala: é a gozolândia, é o playcenter [parque de diversões]. Tudo o que é comida entra. Entra tudo. Droga não falta... Aí eu pensei assim "no semiaberto pelo menos, eu vou ter sossego, porque esses caras tão saindo todo dia". Porque as desculpas deles é isso, né? Que eles se envolvem com as bichas porque não tem mulher. Aí, agora eles tão tendo mulher, mais fácil, tão saindo na rua. E o semiaberto é do lado daquela avenida, tem um monte de puteiro baratinho lá, você pode comer a buceta que você quiser, só pagar uns 10 paus, você come. Aí eu pensei assim, "esses caras agora vão dar sossego". Imagina! Sossego é o caralho. É mais descarado ainda. E lá você se enfia no barraco dos caras, na maior cara dura. Eu queria dar, eu me enfiava nos barraco e já ia, já fazia, já metia e tudo. E é muita droga, você não fica sem droga. Tudo o que você quiser entra. Roupa, vestido - eu tinha vestido lá dentro! Calcinha... tudo entra.

Refletindo retrospectivamente sobre o lugar da prisão em sua trajetória de vida, Xampy reafirma sua postura crítica ao sistema penitenciário como um todo. Apesar de reconhecer que a privação de liberdade o ajudou a diminuir drasticamente seu consumo de drogas (hábito que em determinado momento de sua vida ele considerava excessivo e até mesmo autodestrutivo), percebe seu caso sobretudo como uma exceção:

Eu sou a favor da abolição penal. Eu não acredito que privação de liberdade ajude alguém com qualquer coisa. Ajudou a mim porque eu estava predisposto a que isso acontecesse. Mas eu pago um preço por isso. Entendeu? A minha vida melhorou 200% depois que eu saí? Melhorou. Mas é porque eu faço por onde. Eu enfrento um monte de empecilhos e meto as caras mesmo. Mas não é todo mundo que tem isso. A maioria não tem isso. A maioria não vai ter nem oportunidade que eu tenho de ter as coisas, entendeu? A maioria não vai ter oportunidade nenhuma, vai ter que sair e voltar pro crime. A única oportunidade que vai ter. Eu tive essa opção de não voltar pro crime. Eu podia ter voltado se eu quisesse, mas eu tive a opção de não voltar. Obviamente que assim, eu sou a exceção da regra. E é por isso que entendo... que as pessoas tenham um monte de cuidado comigo quando eu falo que eu sou egresso, porque a maioria das pessoas a gente sabe que volta [para a prisão]. Eu voltei... E foi por complicação do processo, mas voltei. Você dificilmente vai ser preso só uma vez nessa vida. Dificilmente.

Antes de concluir o capítulo, gostaria de desenvolver um trecho da entrevista do Xampy que remete a outras possibilidades de existências de *bichas* na *cadeia dos coisas*. Se o trabalho sexual é a atividade mais comumente exercida por elas, não é a única. A prática cotidiana do cuidado, em particular o cuidado de presos entendidos como *loucos*, é também associada ao feminino – sendo frequentemente realizada por *bichas*.

Uma bicha no barraco dos loucos

Não é só barraco de mona. Tinha barraco de mona e tudo o que eles não querem dentro do convívio. Tipo, tem muito louco também. Louco, eles jogam pras bichas tomarem conta. Inclusive louco violento. Assim, que vai bater na gente de madrugada, também eles jogam lá. É um barraco, eu acho que o mais lotado da cadeia sempre. Assim, de ter época da gente com 60 pessoas dentro do barraco. Não tinha espaço pra você andar até o banheiro pra mijar. Era muito lotado.

Neste trecho, Xampy discorre sobre o fenômeno de que, em determinados momentos, os *loucos* sejam deixados compulsoriamente ao cuidado das *bichas* em seu *barraco* (o que seria uma das causas da extraordinária superlotação desses espaços). Cheguei a ouvir outros relatos sobre essa prática, mas não a observei diretamente no trabalho de campo. Tive contato, pelo contrário, com um arranjo um pouco diferente – mas que não deixa de se apoiar na mesma associação entre feminilidade e cuidado.

Em uma das visitas que realizei como *agente* da Pastoral com Pedro, outro integrante do Grupo de Trabalho Mulher e Diversidade, optamos por realizar o encontro no *barraco das bichas*. A mudança era uma resposta à atitude discriminatória do *pastor* da ala, que tinha se oposto à participação das *bichas* em um encontro realizado na *igreja*. Ouvimos suas histórias e tomamos nota acerca das violações que sofriam cotidianamente, falamos de maneira didática sobre os direitos da *população LGBT privada de liberdade* que haviam sido reconhecidos e distribuímos cópias da Resolução SAP 11 (acerca do acolhimento de *travestis* e *transexuais* nas prisões paulistas). Ao final do encontro, do qual elas participaram com certa timidez, duas *bichas* insistiram para que as seguissemos até uma das celas do andar inferior, porque elas queriam muito nos apresentar uma pessoa.

Mal iluminadas, pouco ventiladas e mais expostas à algazarra do pátio, as celas do andar de baixo estão entre as mais precárias do CDP. As reuniões da Pastoral costumam ocorrer nas celas do piso superior, de forma que nos aproximávamos de uma área pouco familiar. Abrimos caminho lentamente em meio à multidão de corpos. Muitos nos miravam nos olhos e cumprimentavam com grande respeito. Chegando na porta da cela, a *bicha* que nos guiava gritou: “Cléo, vem aqui!” Vi um vulto ágil e diminuto finalizar zelosamente seus afazeres e se aproximar da luz forte que atravessava o gradil.

Cléo era uma *bicha* de baixa estatura e compleição física compacta. Tinha os ombros largos, as mãos fortes e seios pouco proeminentes. Sua pele bronzeada e o cabelo negro e liso me remeteram a uma herança genética predominantemente indígena. A expressão afetuosa do rosto e um doce sotaque pernambucano despertaram em mim imediata simpatia. Sua atitude diante de nós e dos demais presos poderia ser descrita com as palavras *dignidade* e *humildade*. Ela nos conduziu à penumbra abafada da cela com a desenvoltura de um médico que leva uma comitiva de visitantes ilustres para conhecer a ala de um hospital pelo qual é responsável.

Poucas semanas antes, uma parte do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) de Franco da Rocha havia sido destruída por um incêndio. Com isso, centenas de internos foram transferidos para o Sistema Penitenciário. Assim como outras unidades da região, o CDP recebeu algumas dezenas de *pacientes psiquiátricos* – que foram distribuídos pouco criteriosamente entre as alas, sem o acompanhamento médico adequado. Na Ala A, os *loucos* recém-chegados haviam sido concentrados em uma única cela, onde estavam aos cuidados de Cléo.

Sem ter nenhuma formação profissional na área da Saúde, Cléo cuidava praticamente sozinha de mais de 40 *loucos* confinados em uma cela (mal) projetada para 8 presos provisórios. Sua experiência como cuidadora havia sido adquirida no *sertão* – onde, ainda criança, era responsável por cuidar de um irmão com deficiência intelectual e de duas tias idosas. Cléo contava com diversos tipos de ajuda dos presos da Ala, com quem conseguia alimentos, roupas e remédios. Os *faxinas* eram especialmente solícitos às suas demandas, levando agilmente seus pedidos para a enfermaria ou mesmo para a *casa*. Sua *moral na cadeia* era imensa: o tratamento que recebia de toda a *população* era completamente diferente do reservado às outras *bichas*. Lembrava mais a maneira como eram tratadas as *agentes* da Pastoral ou as *mães* em dias de visita.

Cléo nos mostrava cada um dos *loucos* sob sua custódia, percorrendo brevemente sobre seus *casos*. Mostrou-nos uma pasta colorida de papel onde guardava os prontuários improvisados (escritos à mão) que havia feito sobre cada um. Ali constavam os *sintomas* que apresentavam, os remédios que tomavam, as principais estratégias para atenuar suas *crises*, etc. A maioria dos *loucos* pareciam estar relativamente calmos (ou ao menos “sob controle”). Alguns pareciam completamente ausentes, paralisados pela ação de medicamentos, outros babavam e se moviam

lentamente em ciclos repetitivos. Poucos chegaram a realmente reagir à nossa presença ali, nos cumprimentando ou desviando o olhar com timidez.

Terminado o pequeno *tour*, Cléo se dirigiu a um canto da cela para guardar a pasta dos prontuários. Moveu uma longa cortina que separava seu espaço privado do reservado aos *loucos*. Por trás da divisória, vi uma das cenas mais interessantes de todo o trabalho de campo. Cléo havia construído para si, em meio àquela atmosfera inóspita, uma espécie de aconchegante miniatura de um *quarto de pensão*. Em meses de visitas a CDPs, não havia visto nada parecido. As paredes estavam cobertas do chão ao teto com papéis coloridos, recortes de revista e fotos. Em pequenos compartimentos feitos com materiais reciclados (papelão, garrafas pet, embalagens de tetra pak, papel alumínio) se encaixavam os mais diversos apetrechos. Sua cama, com o dobro da largura usual naquela unidade, estava coberta por uma colcha felpuda com estampa de leopardo e almofadas vermelhas em forma de coração.

Acima da cama, me chamou a atenção um grande desenho feito com caneta esferográfica verde¹⁸¹ diretamente no papel rosa que cobria as paredes. Parecia uma grande flor de lótus, criativamente estilizada e minuciosamente decorada com mínimas padronagens. Abaixo da flor, consegui ler em uma caligrafia cuidadosa, que me remetia à das tatuagens de *cadeia* e cartas de amor:

O Sofrimento é a Vitamina da Mente

Perguntei para Cléo se ela havia feito o desenho e o que ele significava. “*Não, na verdade quem fez foi meu ex-namorado*”, respondeu. Com certo constrangimento, acrescentou: “*mas não repara não, que ele era meio doidinho também*”. A liberdade do rapaz havia *cantado* antes do esperado, deixando Cléo sozinha no *cantinho* que os dois haviam construído juntos no *barraco dos loucos*.

A ideia do *sofrimento* da prisão como algo que demanda e estimula o fortalecimento da *mente* apareceu em diversos momentos no meu trabalho de campo. Adalton Marques (2010) faz uma reflexão densa a esse respeito, analisando os sentidos da categoria *psicológico* no *mundo do crime*. Parece-me importante chamar a atenção nesse caso para as estratégias de fortalecimento da *mente* mobilizadas por *bichas* e *loucos* – modalidades de pessoas (ou mesmo de *coisas*) que, no repertório tradicional dos *ladrões*, teriam um *psicológico* essencialmente débil.

¹⁸¹ Única cor de caneta autorizada nesta unidade.

O caso de Cléo me parece rico para refletirmos sobre as possibilidades de agência que as *bichas* têm diante da associação entre feminilidade e cuidado. Ao se tornar a principal cuidadora dos *loucos*, ela conseguiu uma posição de grande *respeito* na *cadeia*. Tinha sim grandes responsabilidades, mas recebia também diversas formas de ajuda. Ao que parece, sua relação com determinados *loucos* (que a seu ver podiam ser apenas *doidinhos*) podia ganhar também aspectos afetivos e/ou sexuais.

Segregação espacial e políticas públicas

Concluo este capítulo com uma reflexão acerca das ambivalências presentes nas políticas públicas que pretendem combater a discriminação de *presos LGBT* por meio de formas de segregação espacial calcadas em identidades sexuais e de gênero estanques.

Nas últimas páginas, fiz o exercício de suspender provisoriamente as categorias identitárias mais frequentemente mobilizadas por agentes do Estado e de movimentos sociais para interpelar esses sujeitos (como *homossexuais*, *travestis* e *transexuais*) e compreender que outras categorias e regimes de classificação locais emergem do cotidiano das prisões. Descrevendo a dinâmica de um *barraco das bichas* em uma *cadeia de coisas*, foi possível vislumbrar como as diferenças e conflitos entre os presos se inscrevem no espaço ao mesmo tempo em que os territórios prisionais adquirem sentido através de sua identificação com determinadas categorias de sujeitos e marcadores sociais da diferença.

Os dados etnográficos apresentados nos permitem estabelecer uma postura crítica em relação a políticas públicas que trabalham com categorias identitárias fechadas, ignorando sua operacionalidade em contextos sociais específicos, ou que pretendem atuar através da reorganização do espaço prisional – criando, por exemplo, *alas especiais* para a *população LGBT*.

Analisando a dinâmica de unidades prisionais nos quais esse tipo de política (ainda) não foi (oficialmente) implementado, argumentei que já existem formas de segregação espacial operando com base em diferenças sexuais e de gênero. Tais medidas podem ter o efeito de institucionalizar essas divisões, reforçando a discriminação que se propõe a combater.

Além disso, é preciso compreender que a convivência entre indivíduos que o Estado percebe como *presos LGBT* e o restante da população carcerária permite certas

formas de agência que esses sujeitos consideram fundamentais – seja para a garantia das suas condições materiais de existência (por meio das diversas formas de *ativa*, em especial a prostituição), seja para a sua realização afetiva e sexual (por meio de relações com *homens* que não necessariamente se identificam como parte de uma *população LGBT*). Essas possibilidades de agência podem ser cerceadas (mesmo que involuntariamente) pela segregação espacial, especialmente se ela ocorrer de maneira compulsória.

CAPÍTULO 3

Demografia e (in)Visibilidade: a produção de populações e sujeitos pelo Estado

Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. [...] Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análises e de injunções o investiram.

Michel Foucault

O objetivo deste capítulo é analisar a construção da chamada *população LGBT Privada de Liberdade* da perspectiva do Estado. Trata-se de compreender a emergência dos *presos LGBT* como um sujeito de direitos através de um determinado conjunto de tecnologias de poder, como a promoção de levantamentos demográficos, normativas institucionais e políticas públicas específicas. O que acontece quando um conjunto muito diversificado de sujeitos historicamente marginalizados no interior das prisões é interpelado pela lógica dos direitos humanos enquanto parte de uma *população* específica? O foco recairá sobre as unidades *masculinas* do sistema penitenciário paulista entre os anos de 2013 e 2018.¹⁸²

O termo população nos aproxima das reflexões elaboradas por Michel Foucault (2007 [1977], p. 32-33) acerca do lugar desta categoria de pensamento na emergência das tecnologias de poder que caracterizam os Estados Modernos. Pensar no homem como espécie, em termos de população, é um dos passos decisivos no desenvolvimento da chamada biopolítica. Fundamental também é notar que o dispositivo da sexualidade é um elemento central nesse processo. Foucault (2007) argumenta que a sexualidade está justamente na encruzilhada entre as tecnologias de poder que incidem sobre o corpo, sua dimensão individualizante e disciplinadora, e as tecnologias que visam o controle sobre o corpo coletivo da espécie – através, por exemplo, de taxas de natalidade. O termo população é, portanto, conveniente para falar tanto de prisões quanto de sexualidade, assim como das articulações entre elas.

No capítulo 1, vimos como Natália Padovani se aproxima desta questão através de uma abordagem etnográfica (PADOVANI, 2011). Ao analisar a repercussão da decisão do Supremo Tribunal Federal em favor da equalização legal das uniões civis

¹⁸² Para uma análise da questão da *população LGBT presa* na cidade do Rio de Janeiro ver Roberta Canheo (2017).

homossexuais às heterossexuais em 2010, a autora argumenta que a recente iniciativa da SAP em “definir o perfil da população LGBT” é fundamentalmente ambivalente: ao mesmo tempo em que possibilita a ampliação e efetivação de certos direitos, significa a implementação de novos mecanismos de regulação da sexualidade.

No capítulo anterior, vimos como o trabalho de campo realizado em Centros de Detenção Provisória na Região Metropolitana de São Paulo sugere que os critérios que poderiam definir quais indivíduos fazem parte dessa *população* se mostram bastante problemáticos. As formas como as pessoas se se identificam e interagem na prisão não correspondem muito facilmente às identidades cristalizadas nas letras da sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Antes de mais nada, isso ocorre porque a lógica de separação entre identidade de gênero e orientação sexual muitas vezes não faz sentido nesse contexto – como fica claro no uso local de termos como *bicha* e *mona*. Além disso, há categorias como *envolvidos* que dificilmente se veriam como parte de uma população LGBT, mas que podem ser beneficiários de políticas públicas específicas, como *alas especiais* ou *prevenção e tratamento de DSTs*.

A *população LGBT privada de liberdade* não é uma categoria que emerge, portanto, da experiência mais ou menos compartilhada de pessoas que destoam do padrão heterossexual no contexto da prisão. Estou trabalhando, pelo contrário, com a hipótese de que essa *população* se constitui sobretudo no âmbito do Estado em interação com as demandas de movimentos sociais ligados à causa LGBT ou à defesa dos direitos humanos. Como deve ficar claro a seguir, o protagonismo de pessoas presas ou egressas do sistema penitenciário nessa dinâmica é na maioria dos casos mínimo, o que ajuda a entender os desencontros entre as experiências desses sujeitos e as primeiras políticas públicas que os tem interpelado.

Para entender tal processo, analiso alguns casos significativos neste cenário. O primeiro deles é o levantamento realizado em 2013 pelo Núcleo Especializado em Situação Carcerária (NESC) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP) buscando identificar as demandas específicas de saúde e acesso a direitos da *população* de *travestis* e *transexuais* em unidades *masculinas* do sistema penitenciário paulista. Tive acesso às respostas enviadas pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) a três *ofícios* elaborados pelo NESC solicitando informações a respeito das “condições de aprisionamento de travestis e transexuais no estado”. Contrasto os dados obtidos neste momento com os produzidos pelo Grupo de Trabalho Mulher e Diversidade da

Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo em 2016 por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Em seguida, analiso a resolução SAP 11, publicada em janeiro de 2014, que é até hoje a principal normativa institucional a respeito dos direitos específicos de *peessoas LGBT* no sistema penitenciário do estado de São Paulo (apesar de se referir apenas a *travestis e transexuais*). Em 2016, a campanha “Seja um agente de mudança” buscou divulgar os principais pontos dessa resolução ao corpo de funcionários da SAP. Olhando atentamente para o material dessa campanha é possível vislumbrar importantes desafios e contradições dessas iniciativas.

Por fim, analiso uma matéria publicada em fevereiro de 2018 na revista *Veja* São Paulo sobre as ações realizadas pela direção do CDP de Pinheiros II em benefício das chamadas *detentas transexuais*. O foco passa a ser então as dinâmicas de visibilidade dessas iniciativas estatais para a sociedade mais ampla por meio de poderosos veículos de comunicação – e as novas modalidades de invisibilidade que se produzem nesse processo.

Esse conjunto de casos permite construir um panorama abrangente da dinâmica de atuação de órgãos públicos e dispositivos estatais estratégicos para a questão dos *presos LGBT* nesse intervalo de tempo determinado (2013 a 2018). É importante notar as especificidades do estado de São Paulo, sobre as quais falamos brevemente na introdução. Esta região possui cerca de um terço da população prisional do país (aproximadamente 226 mil pessoas) e uma Secretaria de Administração Penitenciária autônoma (que não está integrada nem à Secretaria de Justiça nem à de Segurança Pública, como em outros estados federais). Quando se trata da pauta LGBT, ele é em certos sentidos pioneiro em relação a outros estados (tendo promulgado a Resolução SAP 11 antes da 1ª Resolução Conjunta CNCD/CNPPC) e em outros aspectos mais inerte (não tendo chegado a implementar celas ou alas especiais).¹⁸³

Começamos pelo caso do NESC, pelo qual iniciei meu trabalho de campo.

¹⁸³ Não estou julgando aqui o mérito das políticas nem seus efetivos benefícios para as populações a que estão direcionadas. Estou falando apenas da sua percepção no campo mais amplo dos Direitos Humanos como medidas mais ou menos “inovadoras”. Nesse sentido, estados como Rio Grande do Sul e Minas Gerais são geralmente considerados mais “avançados” – a despeito das muitas críticas que podem ser feitas às medidas que implementaram.

A vontade de saber

Apesar de sua existência estar prevista desde a Constituição de 1988, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo só foi criada em 2006. Destinada a prestar assistência jurídica a todos aqueles que não tiverem condições de pagar um advogado particular, ela acaba por receber grande parte das demandas da população carcerária (GODOI, 2015). Antes de sua criação, essa demanda era direcionada para advogados da FUNAP (Fundação Manoel Pedro Pimentel, antes chamada Fundação de Apoio ao Trabalhador Preso – uma autarquia ligada ao poder executivo do estado de São Paulo) e pelos chamados advogados dativos, ligados à OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

No interior da Defensoria, foram criados núcleos especializados em causas coletivas como o NESC (Núcleo Especializado em Situação Carcerária) e o NCDRP (Núcleo de Combate à Discriminação, ao Racismo e ao Preconceito). Esses dois núcleos têm se articulado desde 2010 para realizar um trabalho voltado ao que eles chamaram de *População LGBTT nas Unidades Prisionais*. Dentre os principais parceiros dessas ações estão a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo e o Centro de Políticas Específicas (CPE) da Coordenadoria de Reintegração Social da Secretaria de Administração Penitenciária.

Em agosto de 2013, o NESC solicitou à SAP informações acerca da quantidade de *travestis* e *transexuais* sob sua custódia, bem como sua distribuição entre unidades prisionais. A secretaria informou haver 431 *travestis* e 19 *transexuais* em suas dependências, distribuídas entre suas 5 coordenadorias regionais (Regiões Metropolitana; Noroeste; Central; Oeste; Vale do Paraíba e Litoral).

Ainda em agosto de 2013, o NESC encaminhou um *ofício* para as unidades onde havia sido relatada a presença de *travestis* e *transexuais* solicitando algumas informações adicionais sobre esses sujeitos: dados pessoais, cópia do *prontuário médico* (especificamente no que se refere à sua “condição de travestilidade, eventuais cirurgias de redesignação sexual, acompanhamento psicológico e procedimentos de hormonização”) e *casos de alteração no registro civil*, além de outras informações que pudessem ser relevantes sobre a *identidade de gênero*.

O objetivo desse segundo *ofício* era verificar se havia sujeitos passíveis de transferência para unidades *femininas* ou para outros locais mais adequados – como

alas especiais para a *população LGBT*. Conforme vimos há pouco, essas não existiam (e ainda não existem) no estado de São Paulo, mas já estavam começando a ser implementadas em outros estados. Esses *ofícios* antecederam a Resolução SAP-11, que prevê a transferência de “pessoas que passaram por procedimento cirúrgico de transgenitalização” para “Unidades Prisionais do sexo correspondente” (Artigo 3º). Voltaremos a essa Resolução em breve.

Em setembro de 2013 foi encaminhado à SAP um terceiro *ofício* solicitando *oitivas* junto a *transexuais* e *travestis*, a serem realizadas por um defensor público responsável pela unidade ou por um advogado da FUNAP. Nessas *oitivas*, deveriam ser respondidas quatro questões:

- [1] *Quais as condições de aprisionamento? Existe tratamento diferenciado?*
- [2] *Há acompanhamento médico ou psicológico específico ou tratamento de hormonização?*
- [3] *Outras informações relevantes;*
- [4] *Há desejo de transferência para Unidade Prisional Feminina?*

As formas de responder a esses *ofícios* variaram imensamente de acordo com as coordenadorias regionais, com a diretoria de cada unidade e com as disposições específicas dos defensores e advogados encarregados de conduzir as *oitivas* em cada contexto. Além disso, a formulação das questões possibilitava múltiplas interpretações, tanto por parte do entrevistador quanto do entrevistado – especialmente porque as categorias mobilizadas não tinham necessariamente os mesmos significados para os múltiplos atores envolvidos.

Em verdade, a própria legitimidade dessa ação foi questionada. Em outubro de 2013, o Secretário de Administração Penitenciária respondeu ao *ofício* enviado à Coordenadoria da Região Metropolitana (Coremetro) enviando um *parecer* de sua consultoria jurídica argumentando que não seria “recomendável o atendimento pleiteado no referido *ofício*”. Afirmava que seria:

absolutamente temerário proceder ao fornecimento dos referidos dados sem o conhecimento sequer do destino a que se dirigem e sem contar com o consentimento das pessoas envolvidas.

A esta altura, a Defensoria já tinha recebido as respostas de parte das unidades do interior. Após esta negativa, não recebeu mais nenhuma. Tendo sido interrompido pela maior autoridade do sistema penitenciário paulista, esse levantamento acabou

ficando incompleto e o material parcial recolhido foi arquivado pelo NESC, não tendo chegado a ser sistematizado.

Soube da existência desta iniciativa por volta de outubro de 2014 pelo intermédio da defensora Vanessa Alves Vieira, então coordenadora NCDRP da DPESP. Entrei em contato com Henrique Finotti, sociólogo da equipe técnica do NESC e solicitei acesso ao material, apresentando meus interesses de pesquisa. Com a aprovação dos coordenadores do núcleo, Finotti pode me fornecer cópias (xerox) da maior parte dos documentos – com exceção dos *prontuários médicos*, que foram considerados sigilosos. Comprometi-me então a não divulgar quaisquer informações pessoais desses sujeitos e a compartilhar com o núcleo os resultados da minha pesquisa.

Conforme esse breve histórico da produção dos documentos sugere, esses dados são pouco confiáveis para a produção de um conhecimento sistemático acerca da população de *travestis* e *transexuais* no sistema penitenciário paulista dentro dos critérios das pesquisas quantitativas em Ciências Sociais. No entanto, esta não é minha intenção. Acredito que esses dados podem ser mais propriamente mobilizados de duas outras formas. Em primeiro lugar, permitem identificar algumas das principais linhas de força desse campo: dar alguns parâmetros da dimensão do fenômeno, das políticas de distribuição regional e local dos contingentes de presos. Eles ajudam a construir certas hipóteses e localizar problemas, sugerindo caminhos para a análise qualitativa e o trabalho de campo.

O segundo uso desses documentos é enxergá-los como registros da forma como o Estado atua (VIANNA, 2013). As contradições, elisões, inconsistências e incompletudes deixam então de ser um problema *para a* pesquisa e se tornam um problema *de* pesquisa, parte daquilo que queremos analisar. Como os diversos atores envolvidos entendem e mobilizam as categorias utilizadas nos *ofícios*? Como as eventuais divergências se expressam em situações de interpelação e são registradas (ou não) nos documentos? Que assimetrias e relações de poder estão em jogo nessas interações? Como se conformam e se legitimam demandas específicas nos diversos níveis de atuação do Estado e qual a relação dessas demandas com categorias identitárias mais ou menos reconhecidas pelo poder público?

Esse caso é especialmente rico para refletirmos sobre a produção de novos sujeitos de direitos pelo Estado brasileiro na lógica dos direitos humanos. A interpelação dos sujeitos por agentes do Estado será compreendida como o momento crítico dessa dinâmica e a questão do acesso a políticas públicas específicas como a linguagem na

qual ela se traduz. Nas sessões que se seguem, apresento essas duas dimensões possíveis de análise do material em foco.

Demografias precárias

Analisando os dados que me foram disponibilizados pelo NESC, algumas observações merecem ser feitas e hipóteses podem ser levantadas a respeito das políticas formais e informais de gestão da diversidade sexual e de gênero no âmbito das unidades *masculinas* do sistema penitenciário paulista. Esses dados reforçam algumas das principais hipóteses levantadas nos capítulos 1 e 2 a partir da pesquisa bibliográfica e da etnografia realizada em CDPs da Região Metropolitana do estado de São Paulo.

O primeiro dado que chama atenção é a proporção entre *travestis* e *transexuais*: 431 para 19. Haveria, portanto, cerca de 21 *travestis* para cada *transexual* no sistema penitenciário paulista. Essa proporção pode ser entendida como resultado da articulação de dois fenômenos. Em primeiro lugar, da história das categorias *travesti* e *transexual* no Brasil, com suas bem marcadas dimensões de classe e raça. Em segundo, da própria seletividade penal – que tende a encarcerar mais sujeitos percebidos como *pretos* e *pobres*, bem como os que desafiam mais visivelmente as normatividades de gênero (como as *travestis*).

Etnografias recentes realizadas com *travestis*, dentre as quais podemos destacar Larissa Pelúcio (2010), Bruno Cesar Barbosa (2015), Letizia Patriarca (2015), Maria Isabel Zanzotti (2015) e Vanessa Sander (2016; 2019) tem mostrado que essa categoria está fortemente marcada em termos de classe e raça – especialmente se contrastada com a categoria *transexual*. Enquanto esta, de origem médica e mais fortemente associada ao ativismo internacional (em especial estadunidense), é associada a corpos *brancos* e de classe média, aquela se acopla mais facilmente a corpos racializados (*pretos*, *mestiços*, *indígenas*), a camadas populares e a contextos de prostituição. Não surpreende, neste sentido, que mais *travestis* que *transexuais* sejam criminalizadas e encarceradas – ou que os corpos femininos encontrados em prisões *masculinas* sejam antes percebidos como *travestis* do que *transexuais*.¹⁸⁴

Um segundo aspecto que merece ser analisado é a distribuição entre coordenadorias regionais (ver tabela 3.1). A distribuição de *Travestis* e *Transexuais*

¹⁸⁴ Como veremos no próximo capítulo, a categoria *travesti* não possui a mesma penetração México. Ali, os corpos femininos que ocupam prisões masculinas são percebidos como de *mujeres trans* tanto pelas ativistas quanto pelo Estado. Entre os presos, proliferam categorias pejorativas como *jotos* e *putos*.

entre coordenadorias é proporcional ao número total de presos em cada uma das regiões correspondentes (ver mapa 3.1). A relação de aproximadamente uma *travesti* ou *transexual* para cada 450-500 presos é semelhante em cada região (se mantendo na mesma ordem de grandeza da média estadual). Na totalidade do estado, são 450 *travestis* e *transexuais* para aproximadamente 210 mil presos em unidades *masculinas* (em outubro de 2013), ou seja, uma média de uma para cada 467 presos.

Tabela 3.1: Distribuição de *travestis* e *transexuais* entre as 5 coordenadorias regionais da SAP *

Coordenadoria	Travestis	Transexuais	Total
Coremetro (Região Metropolitana)	105	9	114
CVL (Vale do Paraíba + Litoral)	12	0	12
CRC (Região Central)	126	0	126
CRN (Região Noroeste)	67	9	76
CRO (Região Oeste)	121	1	123
Total	431	19	450

* Dados do NESC, agosto de 2013.

Mapa 3.1: Coordenadorias da SAP distribuídas entre as regiões do estado de São Paulo
(Fonte: Site da SAP, com edições gráficas do autor)

No interior das coordenadorias, porém, a distribuição dessa população entre unidades prisionais é bastante irregular, sugerindo a existência de alguma política informal de distribuição de contingentes – hipótese levantada no capítulo 2 a partir do trabalho de campo etnográfico.

A região do Oeste Paulista (CRO), por exemplo, possuía 36 unidades prisionais e abrigava aproximadamente 55 mil presos em unidades *masculinas*, dos quais 121 eram *travestis* e uma *transexual*. A proporção é muito próxima da média do estado (cerca uma *travesti* ou *transexual* para cada 455 presos). No entanto, em apenas duas unidades (Tupi Paulista e Presidente Prudente) estavam 101 *travestis* e a única *transexual*, ou seja, mais de 83% desta população na região. Enquanto Tupi Paulista abrigava 68 *travestis* e *transexuais*, em 27 unidades não havia sido registrada uma única pessoa desta *população*.

Esse padrão de concentração pode ser observado com ainda mais clareza nos dados disponíveis sobre a região central (CRC), cuja coordenadoria forneceu as tabelas mais completas. Esta região contava com 39 unidades prisionais e cerca de 40 mil presos em unidades *masculinas*. As 126 *travestis* identificadas se encontravam distribuídas entre 9 unidades – ou seja, em 30 unidades não havia sido identificada nenhuma. Destas 126, 105 (83%) se concentravam em apenas 4 unidades: 46 na penitenciária de Guareí II, 32 na Penitenciária de Itirapina I, 24 no CDP de Sorocaba e 19 na Penitenciária de Sorocaba I.

Há fortes evidências, tanto nos gráficos enviados por algumas coordenadorias regionais quanto nas *oitivas*, de que existem também práticas de distribuição desses contingentes entre pavilhões, alas (*raios*) e celas específicas no interior de cada unidade prisional. As maneiras pelas quais essa distribuição é operada varia imensamente de acordo com a disposição arquitetônica dos edifícios, o alinhamento ou não da unidade com determinados coletivos de presos e a proporção relativa de *travestis* e *transexuais* na unidade.

No capítulo anterior, apresentei algumas linhas de força dessa dinâmica complexa de organização do espaço e circulação de pessoas partindo do trabalho de campo realizado em quatro Centros de Detenção Provisória (CDP). Argumentei então que essa dinâmica pode ser analisada em três escalas articuladas: ao nível da distribuição de contingentes de presos entre unidades, em que a polaridade entre unidades *alinhadas ao PCC (cadeias do comando)* e unidades *de oposição (cadeias de coisas)* ganha relevo; ao nível da distribuição dos presos entre alas e *raios*, onde está

em jogo a gestão política do cotidiano da prisão; e por fim ao nível das celas (*barracos*), especialmente no que diz respeito à conformação dos chamados *barracos de bichas*.

Os dados reunidos pelo NESC parecem confirmar essas hipóteses – mesmo que as unidades não sejam oficialmente identificadas como *de coisas* nem os barracos como *de bichas*. Os trechos de duas *oitivas* realizada na região de Bauru (Coordenadoria Noroeste, CRN) demonstra que a DEPESP já tinha em alguma medida conhecimento dessa dinâmica em 2013:

É travesti e sofre discriminação dos presos e de alguns funcionários; sendo que esses são meio arrogantes em virtude de sua orientação sexual; Que tem pouco espaço para o convívio, somente podendo ingressar nos raios dois e sete; Que gostaria de habitar o pavilhão dois, mas não tem autorização da diretoria; Que sabe que em unidades dominadas pela facção do “Primeiro Comando da Capital” os homossexuais são obrigados a “guardar droga” e proibidos de manterem relações com outros reclusos, podendo sofrer agressão por parte dos demais, caso resolvem [sic] praticar ato sexual.

É travesti e sofre um pouco de discriminação de presos e funcionários. Os agentes penitenciários não permitem o uso de roupas femininas, nem que deixem o cabelo crescer. Tem pouco espaço para o convívio, só podendo ingressar nos raios sete e dois. Está habitando [uma cela] com mais de vinte reclusos, mas já chegou a dividir espaço com trinta e dois presos. Não pode coabitar com seu companheiro, embora saiba que em alguns estabelecimentos prisionais isso seja admitido.

As diferenças de estilo entre as *oitivas* se devem ao fato de terem sido realizadas por advogados diferentes (na mesma unidade). Voltaremos a essa linguagem mais adiante. O que interessa notar aqui é o que esses depoimentos deixam transparecer acerca de dinâmica de distribuição de *travestis* e *transexuais* no espaço prisional – e das diferentes formas de tratamento que recebem em casa território.

As tabelas fornecidas pela Região Central fornecem também dados muito eloquentes neste sentido. Das 46 *travestis* de Guareí II, 42 se encontravam no pavilhão 7 e as outras 4 na área especial *de seguro*. No interior do pavilhão 7, estavam todas nas celas contíguas de número 02 a 07 (12 na 02, 10 na 03, 7 na 04, 6 na 05, 5 na 06 e 3 na 07). Na Penitenciária de Sorocaba I, a concentração também é clara: as 12 *travestis* em regime fechado se dividiam entre 4 celas (5 na 23, 5 na 35, 2 na 38 e 1 no *seguro*). As 7 em Regime semiaberto se dividiam em duas celas contíguas (4 na 15 e 4 na 16). Considerando que essas unidades abrigavam então respectivamente 1845 e 619 presos e possuem dezenas de celas, seria absurdo supor que essa concentração é aleatória. O

que podemos nos perguntar é se ela é conduzida majoritariamente pelos presos ou pela administração penitenciária. De uma forma ou de outra ela ocorria sem a orientação de qualquer normativa institucional oficial.

Outra prática comumente referida nas *oitivas* de diversas unidades e regiões (o que leva a crer que ela pode ser generalizada no estado) é a separação dos pratos, copos, talheres e outros utensílios utilizados por *travestis* e *transexuais* (bem como de outros de outros sujeitos vistos como *homossexuais* ou *bichas*) daqueles utilizados pelos demais presos. Seguem trechos de três *oitivas*, vindas de partes diferentes do estado (respectivamente Bauru, Presidente Prudente e Reginópolis), que registram claramente essa dinâmica:

Não podem dividir talheres, pratos, canecas, escovas, roupas e até mesmo fumar o mesmo cigarro destinado aos sentenciados heterossexuais.

Apesar de ser diferenciado dos demais sentenciados da unidade possui convívio normal, porém seus utensílios são separados dos demais por exigência da população carcerária.

As condições de aprisionamento são as mesmas dos seus pares. Tem apenas os materiais destinados à refeição (talheres, cumbucas, canecas, etc.) são [sic] separados e marcados. Os gays não podem “pagar alimentação” [distribuir as refeições], ou ingressar na cela de outros presos.

Essa prática foi descrita recentemente por outros pesquisadores: Karina Biondi (2010) a analisa no contexto dos processos de deliberação política do PCC e Guilherme Boldrin (2017) em meio à dinâmica das relações afetivas e sexuais entre *monas* e outros presos. Não é possível, no entanto, definir com precisão quando o procedimento surge e como se generaliza no estado. Como vimos no capítulo 1, há fortes evidências de que ele esteja associado à epidemia de HIV/Aids nas prisões e à consolidação da hegemonia do PCC.

Não há neste material registro de que houvessem *travestis* ou *transexuais* em unidades *femininas* em 2013. O primeiro caso de uma *transexual* em uma prisão *feminina* foi registrado pela DPESP apenas em 2015 – depois, portanto, da já citada resolução SAP-11.

Também não há registros sobre a presença de *homens trans* em unidades *masculinas* (nem mesmo em unidades *femininas*). Em verdade, a categoria *transexual* foi utilizada em um sentido semelhante ao que os movimentos LGBT chamam de

mulher trans – deixando fora do escopo as *masculinidades trans* vividas em contextos de privação de liberdade.¹⁸⁵ Como é comum no universo do sistema penitenciário, tanto no nível da atuação do Estado quanto nos debates da esfera pública, a prisão se torna sinônimo de prisões *masculinas*, englobando as prisões *femininas* e invisibilizando a diversidade de gênero.

Antes de olharmos mais detidamente para as *oitivas*, buscando compreender o que elas parecem dizer sobre os regimes de sexualização e generificação da população carcerária, gostaria de contrastar esses dados demográficos com outros produzidos alguns anos depois.

Lei de Acesso à Informação

Até meados de 2016, mais de dois anos depois da divulgação da Resolução SAP-11, o estado de São Paulo não havia divulgado dados quantitativos oficiais acerca da *população LGBT privada de liberdade*. Os únicos dados que circulavam¹⁸⁶ eram os que haviam sido obtidos pelo NESC em 2013.

Em agosto de 2016, o Grupo de Trabalho Mulher e Diversidade da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo decidiu em uma reunião solicitar novos dados por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). Publicada em 2011, esta é apresentada da seguinte maneira no *site* do Governo Federal:

A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de **acesso** às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos (ênfases originais).¹⁸⁷

O novo levantamento abrangeu não apenas *travestis* e *transexuais* nas unidades *masculinas*, mas a *população LGBT* no sistema penitenciário como um todo. A solicitação das informações foi formulada pelo advogado (e hoje defensor público no

¹⁸⁵ A respeito de experiências de *homens trans* em unidades prisionais femininas, ver o trabalho de Natália Padovani (2011; 2015).

¹⁸⁶ Acabei me tornando um dos principais divulgadores desses dados. Os apresentei em um *paper* no ENADIR em 2015 – que foi publicado na forma de artigo em 2016.

¹⁸⁷ Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>. Acesso em outubro de 2019.

Rio Grande do Sul) Carlos Marcondes Junior, integrante deste Grupo de Trabalho. Tive acesso às tabelas enviadas pela SAP e fui responsável por fazer uma pequena síntese para ser publicada no Boletim Informativo bimestral do GT. Assim como os anteriores, esses dados são extremamente precários e incompletos – para não dizer contraditórios.

Recebemos a primeira resposta da SAP em setembro do mesmo ano. Havia sido anexadas seis tabelas em padrões diferentes – correspondentes às coordenadorias das cinco regiões do estado e à Coordenadoria de Saúde (responsável pelos HCTPs).¹⁸⁸ As Coordenadorias Metropolitana, Noroeste e Central enviaram tabelas onde constavam as 5 identidades da sigla LGBT (*Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*). Nas demais (Oeste, Litoral e Saúde), no entanto, só constavam dados a respeito de *Travestis* e *Transexuais*. Causou certo estranhamento também a presença de um grande número de *travestis* em duas unidades *femininas*: 556 na de Penitenciária Feminina de Santana (PFC) e 110 no CDP Feminino de Franco da Rocha. O que significavam esses números? As *travestis* haviam sido transferidas massivamente para duas unidades *femininas* específicas?

Decidimos elaborar um *recurso* solicitando mais informações acerca das regiões que haviam mandado tabelas incompletas e esclarecimentos a respeito dos critérios de produção daqueles dados. A resposta, um tanto ríspida, chegaria no início do mês de outubro. Ela veio acompanhada de um longo texto que exaltava os avanços representados pela resolução SAP-11. A respeito da produção dos dados, fomos informados (em caixa alta) que:

FOI RESPONDIDO AO CIDADÃO QUE OS DADOS FORAM PRODUZIDOS POR AUTODECLARAÇÃO DOS PRESOS QUANDO DE SEU INGRESSO NA UNIDADE PRISIONAL.

A respeito da presença de *travestis* nas unidades *femininas*, recebemos uma definição conceitual (pouco ortodoxa) da diferença entre *travestis* e *transexuais*:

Esclareço que **TRAVESTI** são pessoas que vestem-se com gênero diferente do gênero de nascimento, e **TRANSGÊNERO** (*transgenitalização*) são aqueles (as) que realizaram procedimento cirúrgico, ou em processo de transformação para outro gênero, diferente do nascimento (ênfases originais).

¹⁸⁸ Os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico são as instituições responsáveis por acolher e tratar pessoas que cometeram crimes, mas foram consideradas inimputáveis devido a questões de saúde mental. Ver a respeito Fábio Mallart (2019) e Caio Mader (2019).

Ao que tudo indica, a categoria *travesti* foi utilizada para classificar sujeitos que apresentam uma identidade masculina nas prisões *femininas* – mais conhecidos, nesse contexto, como *sapatões* (PADOVANI, 2018). Para a contabilização dos dados, decidimos colocar *transexuais*, *transgêneros* e *travestis* identificados nas unidades *femininas* em uma única categoria: *trans**. Nas unidades *masculinas*, mantivemos a divisão entre *travestis* e *transexuais*. As seguintes tabelas resumem os dados recebidos. Os pontos de interrogação (?) representam as informações não recebidas (mesmo após o recurso).¹⁸⁹

Tabela 3.2: População GBT em unidades *Masculinas* (2016)

	Gays	Homens Bissexuais	Travestis	Transexuais (femininas)	Total
Metropolitana	318	71	163	13	
Litoral	?	?	19	0	
Central	327	218	136	22	
Noroeste	309	31	22	3	
Oeste	?	535	106	3	
Saúde	?	?	1	0	
TOTAL	934	855	447	41	2277

Tabela 3.3: População LBT em Unidades *Femininas* (2016)

	Lésbicas	Mulheres Bissexuais	Trans* (masculinos)	Total
Metropolitana	469	521	666	
Litoral	?	?	?	
Central	162	151	50	
Noroeste	194	156	0	
Oeste	?	?	?	
Saúde	?	?	?	
TOTAL	825	828	716	2369

Um primeiro dado que chama atenção é que o número absoluto de *travestis* na prisão parece ter mudado muito pouco entre um levantamento e outro (de 431 para 447) – mantendo praticamente a mesma proporção em relação à população carcerária do estado de São Paulo. O número de *transexuais* (femininas), no entanto, mais que dobrou (de 19 para 41), o que sugere que essa categoria de identidade tem se tornado cada vez mais popular em diversos contextos, inclusive entre as populações mais vulneráveis ao dispositivo carcerário.

¹⁸⁹ Apenas a região Oeste atualizou a tabela enviada, incluindo dados sobre *Homossexuais* e *Bissexuais*.

Outro dado de grande relevância é que, ao menos levando em conta os aparatos oficiais de contagem, o número de *pessoas LGBT privadas de liberdade* é maior em prisões *femininas* do que em *masculinas* (2369 para 2277). Se considerarmos que as prisões *femininas* abrigam apenas cerca de 8,7% da população carcerária no estado de São Paulo, esse fato é ainda mais impressionante. Isso significa que enquanto as *pessoas LGBT* representam em torno de 1,1% da população das unidades *masculinas*, elas chegam a pelo menos 15,8% da população das unidades *femininas* – chegando, no total, a quase 2% do total de presos do estado (4646).

Não entrarei em detalhes sobre o universo das prisões *femininas* – que não estão no escopo desta pesquisa. Mas é importante notar que a *população LGBT* que se encontra nessas unidades (a maioria) tem sido amplamente negligenciada pelas políticas públicas específicas para *presos LGBT*. Essas, como temos mostrado, se concentram quase exclusivamente nas unidades *masculinas*. A seguir veremos que sua efetividade em unidades *femininas* está menos relacionada com o planejamento dessas políticas pelo Estado e mais com a agência de determinados sujeitos (que a fazem valer em outros contextos por analogia). Esse movimento é semelhante ao analisado por Natália Padovani (2011) acerca dos efeitos do reconhecimento pelo STF das Uniãoes Civis entre pessoas do mesmo sexo sobre as demandas de realização de *visita íntima*.

Assim como em 2013, a definição de quem pertence ou não à *população LGBT* nas prisões é fundamentalmente imprecisa. A seguir, pretendo problematizar qualitativamente essas definições, analisando o contato entre o Estado e esses sujeitos em uma escala mais microscópica. Olhemos agora com mais atenção para as *oitivas* realizadas em resposta ao terceiro *ofício* elaborado pelo NESC.

Interpelações

Na dinâmica de atuação do Estado em resposta aos *ofícios* do NESC, enfatizo um problema em particular: o uso das categorias de classificação por orientação sexual e identidade de gênero, bem como sua articulação a demandas específicas nos campos da saúde e do acesso a direitos.

Os *ofícios* elaborados pela Defensoria parecem trabalhar com os seguintes pressupostos: [1] *travesti* e *transsexual* são identidades de gênero (femininas) e [2] as principais demandas dessa população são: “acompanhamento médico e psicológico específico”, cirurgias de *redesignação sexual*, o acesso a *tratamento de hormonização*,

a utilização do *nome social*, alteração do *registro civil* e transferência para unidades *femininas* ou *alas especiais* para a *população LGBT*. Tais pressupostos estão alinhados com convenções amplamente aceitas pelos setores mais progressistas do campo dos direitos humanos, dos movimentos LGBT e da grande área da Saúde. Esses pressupostos, no entanto, não são necessariamente compartilhados pela administração penitenciária, pelos defensores ou advogados da FUNAP e pelas *travestis* e *transexuais* consultadas nas *oitivas*. Veremos a seguir como essas divergências se tornam visíveis em casos específicos – e quais suas implicações sobre os (des)fazer do Estado (VIANNA, 2013).

Analiso essas *oitivas* como interpelações, ou seja, como momentos críticos que dramatizam a atuação do Estado sobre os sujeitos. O conceito de interpelação foi desenvolvido originalmente pelo filósofo marxista Louis Althusser (nascido na Argélia quando esta região era uma colônia francesa). No clássico *Os Aparelhos Ideológicos do Estado* (publicado pela primeira vez em 1970), Althusser analisa os processos por meio dos quais o Estado “interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (ALTHUSSER, 1992, p. 93). Seu argumento central é que o processo de formação de sujeitos (como seres dotados de identidade e subjetividade) passa necessariamente pelo assujeitamento, pela sujeição a ideologias e a Estados.

Apesar de marcado pela imensa assimetria de poder entre o Estado e os sujeitos interpelados, é importante notar que Althusser não define esse processo como algo automático ou definitivo. Trata-se de um movimento reiterativo contínuo, atravessado por contradições e incompletudes – brechas que deixam espaço para subversão e resistência. Nas décadas seguintes, essa concepção vai inspirar fortemente as teorias da subjetivação de filósofos pós-estruturalistas como Michel Foucault e Judith Butler.

As *oitivas* que analiso a seguir representam momentos de interpelação que produziram um tipo de registro (textual) muito específico. Trata-se de um caso particularmente rico justamente porque deixa transparecer certos ruídos e descontinuidades que permeiam o movimento do Estado e de seus aparelhos ideológicos. Começamos com um trecho de uma *oitiva* realizada na região de Presidente Prudente:

Quanto às especificidades médicas afirma que tem acompanhamento médico específico para tratar ansiedade, depressão e insônia, mas não atribui esses transtornos à sua condição de homossexual. Não utiliza hormônio, só tendo feito uso de tais substâncias na fase de adolescente, quando foi travesti e se prostituía. Hoje afirma não

haver mais nenhum hormônio em seu organismo, tanto que já refez sua aparência masculina.

Quanto à sua identidade de gênero, afirma considerar-se homem, porém, tem relações sexuais tanto com homem quanto com mulher, concluindo assim que ser [sic] bissexual.

Declara que não há desejo de transferência para uma unidade prisional feminina, nem tampouco para local onde somente haja homossexuais. Afirma que em 2003 ficou recolhido em uma cadeia pública em que os pavilhões eram separados entre homo e heterossexuais e havia muita agressão física e moral entre os homossexuais, que não é a favor de haver unidades apenas com homossexuais, pois eles não se entendem e não se dão bem, que há muita disputa e falsidade entre os mesmos.

Antes de mais nada, é interessante notar o estilo de redação da *oitiva*, com seu jargão jurídico (expressões como *afirma, declara, atribui*) e a escolha da conjugação verbal na terceira pessoa do singular. O advogado fala em nome do sujeito ao mesmo tempo em que se retira da narrativa. O Estado está presente e faz falar, o registro dessa fala é feito nos termos do Estado e o representante do Estado enquanto indivíduo desaparece.

Em segundo lugar, chama a atenção a recusa do sujeito em endossar uma compreensão patologizante da “sua condição de homossexual”. Em verdade, sua resposta acaba por revelar que um certo pressuposto patologizante, mesmo que difuso e formulado na linguagem do acesso a direitos, estava nas entrelinhas das perguntas propostas no *ofício*. Sim, ele é *homossexual* e precisa de tratamento para “ansiedade, depressão e insônia”, mas esses transtornos não decorrem da sua identidade (podem inclusive ser efeito das condições de encarceramento compartilhadas com *presos heterossexuais*).

Em outros casos, a pergunta acerca de *acompanhamento médico específico* foi associada pelos sujeitos interpelados ao tratamento de HIV/Aids e a complicações relativas ao uso de silicone industrial injetável. De uma forma ou de outra, podemos nos perguntar: “tratamento específico” para quem? - para *travestis* e *transexuais*? Para *homossexuais*? Para LGBT? Para sujeitos que sofrem com *depressão*? Para *presos*? Para pessoas encarceradas em condições desumanas?

Além disso, fica evidente o descompasso entre as categorias de identidade (de gênero) mobilizadas pelo *ofício* (*travesti, transexual*) e a narrativa do sujeito – que se diz *homem, homossexual* e *bissexual*. Essas divergências parecem ter duas dimensões. De um lado, temos a questão da fluidez das identidades de gênero e de orientação sexual (para não mencionar a própria separação entre essas duas dimensões). Ele teve uma

fase como *travesti*, momento associado à *adolescência*, à *prostituição* e ao uso de hormônios. Como reconhecer demandas de sujeitos sem identidades fixas? Como reivindicar direitos sem se assujeitar às categorias do Estado?

De outro lado, temos o possível descompasso entre a autoclassificação dos sujeitos e a identificação que lhe é atribuída pela administração prisional ou pela *massa carcerária*. Quem está no *barraco das bichas* é *travesti*? É *transexual*? É *homossexual*? Não fica claro se os critérios utilizados para contabilizar a *população* de *travestis* e *transexuais* leva ou não em consideração as formas como os sujeitos se afirmam e transitam por múltiplas identidades. Como falar de *autoclassificação* (ou *autodeclaração*) se as categorias disponíveis já estão dadas de antemão?

Esse tipo de problema tem sido ricamente debatido no campo das relações raciais (MOUTINHO, 2004). Há um notável descompasso entre as categorias de classificação por raça e cor operantes no fluxo do cotidiano e as utilizadas pelo Estado em contextos de interpelação. Nas contagens oficiais do Censo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) opera com apenas cinco categorias (*Branco, Pardo, Preto, Amarelo e Indígena*). Quando este instituto realizou em 1976 uma pesquisa de autoclassificação por cor sem categorias pré-definidas, encontrou nada menos que 136 respostas diferentes. Essa dinâmica se complexifica ainda mais conforme ganham força os movimentos de afirmação de identidades raciais, que tendem a operar com uma polarização entre brancos e negros.¹⁹⁰

Ainda em relação a esse trecho, vale destacar a reação do sujeito à possibilidade de ser transferido para uma unidade onde *somente haja homossexuais*. É importante notar, antes de mais nada, que o termo *homossexual* é utilizado no contexto da *oitiva* como categoria englobante de todas as identidades que os movimentos sociais agrupam na sigla LGBT – uso que, como veremos, é bastante recorrente no universo prisional. Fica claro que, na concepção desse sujeito, o desvio da norma heterossexual não parece ser suficiente para produzir solidariedade ou uma convivência harmônica *entre homossexuais*. Em verdade, a própria produção de uma identidade coletiva compartilhada parece incerta ou incompleta. A demanda por um espaço exclusivo para essa população seria, então, estranha ou improvável.

Vejamos um trecho de outra *oitiva*, realizada na mesma unidade:

¹⁹⁰ A esse respeito, ver Carlos Alfredo Hasenbalg, Kabengele Munanga & Lília Moritz Schwarcz (1998) e Antonio Sérgio Guimarães (1999) entre outros.

Quanto ao acompanhamento médico específico, respondeu que não tem nenhum, pois se sente bem na condição de homossexual.

Quanto à identidade de gênero, se considera mulher, pois só sente atração por homem, apesar de ter o órgão sexual masculino. Por isso reafirma sua condição de homossexual.

Declara por fim que tem interesse em ser transferido para uma Unidade Prisional Feminina. Mas que não existe esse interesse de transferência para uma Unidade Prisional onde só haja homossexuais, pois acredita que haverá muita briga entre eles.

Nesse caso, chama a atenção a conjugação entre as identidades *homossexual* e *mulher*, que não se excluem mutuamente. Uma identidade de gênero feminina, articulada a um desejo descrito como *homossexual* (atração de alguém *com órgão sexual masculino* por um *homem*), não está associada a demandas por “acompanhamento médico específico ou tratamento de hormonização”, nem mesmo a identidades como *travesti*, *transsexual* ou *mulher trans*. Há, no entanto, o desejo de transferência para uma *Unidade Prisional Feminina* – e uma recusa semelhante à anterior ao projeto de uma unidade *onde só haja homossexuais*.

As vozes dos sujeitos interpelados pelo Estado neste contexto destoam do projeto de delimitação de uma *População LGBT* – assim como do projeto normativo de uma unidade prisional exclusivamente masculina e heterossexual. Essas vozes afirmam um desejo que desafia os padrões heterossexuais e apresentam construções de si que desestabilizam identidades fixas.

No capítulo anterior, argumentei que a diversidade sexual e de gênero em prisões *masculinas* pode propiciar situações de discriminação e violência, mas também relações de troca afetiva, sexual e material. Essas trocas (*namoros, casamentos, programas, transas*, etc.) entre pessoas que podem ou não se ver como parte de uma *população LGBT* são muito valorizadas por grande parte dessas presas e presos (BOLDRIN, 2017), de forma que este projeto de separação é muitas vezes percebido como algo que pode restringir um já limitado campo de possibilidades. Nas palavras de uma ativista trans, explicando porque as celas especiais para presos LGBT criadas em prisões baianas ficavam frequentemente vazias: “A gente tem que entender que às vezes o que as bichas querem é ficar no meio dos bofes!”

Se em 2013 esse projeto de reorganização espacial da diversidade sexual e de gênero no espaço prisional estava presente apenas como uma possibilidade (ou como uma demanda de um pequeno número defensores públicos e ativistas), em 2014 ele

ganha forma nas normativas oficiais. Vejamos como esse processo ocorre no estado de São Paulo.

A Resolução SAP 11

Publicada no dia 30 de janeiro de 2014, esta Resolução “Dispõe sobre a atenção às *travestis* e *transexuais* no âmbito do sistema penitenciário”. O texto de abertura do documento permite que vislumbremos o mapa de transformações no campo dos direitos humanos que abriram caminho para a elaboração dessas normativas:

O Secretário da Administração Penitenciária, Considerando os Princípios de Yogyakarta sobre a aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e a identidade de gênero definidos no Painel de especialista da ONU; Considerando o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária, notadamente a medida 05 que trata do reconhecimento e diversidade no sistema prisional; Considerando a Política Nacional de Saúde Integral das populações LGBT, instituída pela Portaria do Ministério da Saúde 2836, de 01-12-2011; Considerando as resoluções da II Conferência Estadual de Políticas para populações de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) realizada em 2011; Considerando Decreto Estadual 55.588/2010, que dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo, Resolve:

O texto continua com os 10 artigos referentes ao tratamento reservado a *travestis* e *transexuais* nas prisões sob a responsabilidade da SAP. É interessante notar a diversidade das Resoluções anteriores citadas, bem como seus distintos graus de abrangência. Inicia com o plano da ONU (princípios de Yogyakarta), das grandes convenções internacionais e termina com conferências e decretos estaduais – passando por planos e políticas de âmbito federal. Importante notar também que o mesmo Secretário de Administração Penitenciária que no ano anterior havia questionado a legitimidade dos *ofícios* encaminhados pela defensoria aparece agora como único proponente de uma resolução em favor de *travestis* e *transexuais* privadas de liberdade.

Da perspectiva da garantia efetiva de direitos para esta população, a Resolução é bastante problemática. De acordo com Vanessa Alves Vieira (2018), a formulação do texto acaba por desobrigar quase completamente o Estado de implementar as medidas propostas. Em uma mesa redonda realizada na PUC-SP sobre “LGBTT’s e Cárcere”,¹⁹¹

¹⁹¹ Evento promovido pela frente LGBTT da PUC-SP no dia 24 de maio de 2017. Estava também na composição da mesa como representante do GT Mulher e Diversidade da PCr/SP.

a defensora usou a imagem de um “jogo dos 7 erros” para descrever sua sensação ao analisar cuidadosamente cada um de seus artigos. A seguir, me proponho a fazer tal exercício, destacando em cada caso os supostos avanços e também suas limitações. Começemos pelo Artigo 1º:

As pessoas privadas de liberdade ou que integram o rol de visitas das pessoas presas devem ter preservado o direito à sua orientação sexual e a identidade de gênero;

§ 1º - Fica assegurado às travestis e transexuais o uso de peças íntimas, feminina ou masculina, conforme seu gênero;

§ 2º - Às travestis e transexuais femininas é facultada a manutenção do cabelo na altura dos ombros;

§ 3º - A aplicação das medidas acima deve observar os critérios de segurança e disciplina considerando as particularidades de cada estabelecimento prisional.

Este artigo, que parece trazer imensos avanços, acaba por ter sua efetividade comprometida pelo parágrafo terceiro. Este tem o efeito de subjugar o “direito à orientação sexual e a identidade de gênero” à “observação dos critérios de segurança e disciplina” definidos por cada estabelecimento prisional. Na prática, a Resolução garante que os direitos ao “uso de peças íntimas femininas” e à “manutenção do cabelo na altura do ombro” possam ser arbitrariamente suspensos caso a administração da unidade afirme que eles contrariam os “critérios de segurança e disciplina”. Um tipo semelhante de cláusula aparece no texto do Artigo 2º:

As unidades prisionais podem implantar, após análise de viabilidade, cela ou ala específica para população de travestis e transexuais de modo a garantir sua dignidade, individualidade e adequado alojamento.

Parágrafo único: Para isso deve-se analisar o interesse da população assistida evitando assim segregação social ou quaisquer formas de discriminação negativa em razão da identidade de gênero ou orientação sexual.

A chamada “análise de viabilidade” tem, na prática, o efeito de uma total desobrigação da implementação. A resolução se limita em afirmar que as unidades prisionais “podem” criar esses espaços específicos. O parágrafo único traz uma importante precaução acerca do potencial discriminatório das políticas de segregação espacial desta população. Ele não especifica, no entanto, como essa “análise de interesse” deve ser feita. Quem deve ser consultado? Não está prevista também a participação da sociedade civil (representada pelos movimentos LGBT, por exemplo)

nesse processo decisório. O Artigo 3º é também vago a respeito da participação dos sujeitos interpelados pelas políticas:

As pessoas que passaram por procedimento cirúrgico de transgenitalização poderão ser incluídas em Unidades Prisionais do sexo correspondente;

Esse artigo permitiu a transferência de um pequeno número de *presas transexuais* para unidades *femininas* a partir de 2015. Ele silencia, no entanto, a respeito da necessidade de consentimento dos sujeitos antes da transferência. Esta é decidida, em última instância, pelo juiz responsável pelo caso – abrindo uma brecha para a realização de transferências compulsórias. Como vimos há pouco, grande parte das internas percebidas como *travestis* e *transexuais* (provavelmente a maioria) prefere estar em unidades *masculinas*.

Os Artigos 4º e 5º, referentes ao uso do nome social por internos e visitantes, também tem sido criticados pela indefinição de procedimentos e responsabilidades:

Artigo 4º - No momento de inclusão nos estabelecimentos prisionais deverá ser informado à travesti ou transexual sobre o direito ao tratamento nominal nos atos e procedimentos da pasta.

§ 1º - A solicitação de uso de prenome social deverá ser requisitado [sic] pela presa(o) no formulário de inclusão, que passará a ser utilizado no prontuário penitenciário e todos os demais documentos oficiais gerados pela SAP;

§ 2º - O prenome anotado no registro civil deve ser utilizado para os atos que ensejarão a emissão de documentos oficiais, acompanhado do prenome escolhido.

§ 3º - O prenome social deverá ser inserido nos sistemas informatizados de registros e controle em campos específicos;

§ 4º - A adoção do prenome social poderá ser realizado [sic] a qualquer tempo por meio de manifestação da pessoa presa a partir de solicitação formal por escrito ou verbalmente a um funcionário da unidade prisional;

Artigo 5º - A medida [a] que faz referência o artigo anterior deve ser observada, igualmente, para as travestis e transexuais que integram o rol de visitas das pessoas presas.

O que primeiro chama atenção é a manutenção do *prenome anotado no registro civil* nos *documentos oficiais* – mesmo nos casos em que for registrado um *prenome social*. Este acaba sendo relegado, na prática, a *campos específicos*. É importante notar que essa presença em *campos específicos* já ocorria, em alguma medida, antes da resolução SAP 11. O *prenome social* aparecia, muito frequentemente, em um campo denominado *vulgo* – utilizado para registrar como certos sujeitos são notoriamente conhecidos no contexto criminal (como Marcola, ou Chico Picadinho). O efeito prático

da Resolução foi menos substituição do *registro civil* pelo *prenome social* na dinâmica das prisões e da Justiça Criminal e mais a inclusão do segundo em um novo campo criado no sistema (diferente do *vulgo*).

O parágrafo 4º deste Artigo tampouco prima pela clareza. Embora defina que a *pessoa presa* possa solicitar a adoção do *prenome social*, não define prazos para essa alteração nem prevê qualquer tipo de sanção caso os responsáveis não efetivem o pedido (por omissão ou por expressa recusa). O texto não permite, ainda, que essas solicitações sejam acompanhadas pela sociedade civil nem pelo Centro de Políticas Específicas. O Artigo 6º, referente às visitas, é ainda mais problemático:

Artigo 6º - Os procedimentos de ingresso na unidade prisional, de visitantes devidamente cadastrados no rol dos presos e que sejam travestis ou transexuais, para realização de visita comum ou íntima, seguirá o disposto no Regimento Interno Padrão (RIP) em seus artigos 99 a 127, sendo realizada por agente de segurança penitenciária conforme sexo biológico.

§ 1º: Caso o (a) visitante tenha feito a cirurgia de transgenitalização, deverá ser identificado(a) e revistado(a) por servidor do mesmo sexo.

§ 2º: O processo de revista deve evitar qualquer forma de constrangimento para os servidores e população assistida, sendo oportuno registrar ocorrências existentes em local apropriado, sendo imediatamente comunicado ao gestor responsável para as medidas cabíveis.

Contrariando todos os princípios e resoluções citados no parágrafo de abertura e nos Artigos anteriores, o texto resgata a noção de *sexo biológico* para definir que ASPs devem realizar os “procedimentos de ingresso na unidade prisional”. O texto afirma que apenas visitantes que “fizeram cirurgia de transgenitalização” têm o direito a ser “revistado(a) por um servidor do mesmo sexo”. Essa formulação dá a entender que *travestis* e *transexuais* que não passaram por tal procedimento devem continuar a ser revistadas por agentes do sexo masculino – o que, na perspectiva dos direitos humanos, seria uma expressa violação ao direito à identidade de gênero dos visitantes, reconhecida no Artigo 1º. Essa contradição torna vazio de significado o segundo parágrafo: como “evitar qualquer forma de constrangimentos para os servidores e população assistida” ao mesmo tempo em que se define que *travestis* devem ser revistadas por *homens*?

Também problemática é a reafirmação da validade dos Artigos 99 a 127 do Regimento Interno Padrão (RIP) da SAP. Este Regimento está baseado em padrões rigorosamente heteronormativos de família e conjugalidade que impõe importantes

empecilhos à garantia de direitos para *pessoas LGBT*. Os artigos 99 e 102, referentes ao registro no *rol de visitas*, são particularmente excludentes:

Artigo 99 - Os presos podem receber visitas de parentes de até 2º grau, do cônjuge ou da companheira de comprovado vínculo afetivo, desde que registradas no rol de visitantes e devidamente autorizadas pela área de segurança e disciplina. [...]

Artigo 102 - para que alguma visita seja cadastrada no rol de visitas do preso, deve haver a apresentação dos seguintes documentos:

I - Concordância, por escrito, do preso, sobre a conveniência ou não da visitação;

II - Comprovação da condição de ser cônjuge, companheira ou do grau de parentesco; [...] Parágrafo único - a comprovação de que trata o inciso II deste artigo deve ser feita por meio dos seguintes documentos:

I - Certidão de casamento, se cônjuge;

II - Declaração reconhecida em cartório, com duas testemunhas, ou decisão judicial declarando a união estável, se companheira;

III - Certidão de nascimento, se filho.

Conforme vimos no capítulo anterior, é bastante incomum encontrar *pessoas LGBT privadas de liberdade* que mantenham relações com familiares consanguíneos (seja com os pais, irmãos ou parentes de primeiro e segundo grau). As outras modalidades de parentesco construídas no seio das comunidades LGBT (*mães de consideração, madrinhas, afilhadas*, etc) não possuem a mesma legitimidade dos *laços de sangue* na perspectiva da instituição prisional. A comprovação de *conjugalidade* ou de *vínculo afetivo* também é mais incerta, dada a precariedade do direito à União Civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil (a despeito da decisão do STF em 2010). O fato de o texto falar apenas em *companheiras* (no feminino) parece excluir automaticamente do escopo as *relações homoafetivas* (assim como todo o universo das prisões *femininas*). Além disso, o reconhecimento de todas essas formas de relação está sujeita a decisões arbitrárias das *áreas de segurança e/ou disciplina* (que tem o poder de autorizar ou não a inclusão, sem necessidade de justificativa ou direito a recurso).

Os ideais heteronormativos e monogâmicos de conjugalidade são reforçados pelos Artigos 116 e 123, referentes à realização da *visita íntima*:

Artigo 116 - a visita íntima tem por finalidade fortalecer as relações familiares e deve ocorrer nos casos de relação amorosa estável e continuada.

Artigo 123 - É autorizado somente o registro de uma companheira.

O potencial de discriminação da *população LGBT* se amplia no Artigo 122 da RIP, que subordina a concessão da visita íntima a uma série de critérios arbitrários:

Artigo 122 - a concessão de visita íntima fica subordinada:

I - à apresentação de atestado de aptidão, do ponto de vista de saúde, por meio de exames laboratoriais;

II - à submissão de exames periódicos, a critério das respectivas unidades prisionais. Parágrafo único - no caso de ser um ou ambos os parceiros portadores de doença infectocontagiosa transmissível sexualmente, a ocorrência da visita íntima deve ser decidida por ambos, em conjunto com a autoridade competente, após:

I - comprovação do tipo de vínculo afetivo existente;

II - informação sobre a ocasião do adoecimento;

III- demonstração do nível de conhecimento da doença e das precauções a serem tomadas;

IV- relatórios das áreas de saúde, serviço social e psicologia da unidade prisional, dos quais deve constar, dentre outras informações, o nível de benefício trazido ao processo de ressocialização do preso com a realização da visita íntima.

Este Artigo tem o potencial de criar enormes constrangimentos a pessoas que vivem com HIV – o que tem grande impacto sobre a comunidade LGBT (no seio da qual a prevalência do vírus tende a ser maior). Ativistas de diversos matizes tem denunciado seu caráter arbitrário e discriminatório. Epidemiologistas tem mostrado que esse tipo de abordagem é pouco eficaz como estratégia de prevenção da transmissão de ISTs – além de reforçar a estigmatização de sujeitos que já se encontram em situação de grande vulnerabilidade social.

O Artigo 115, referente ao traje dos visitantes, também deixa margem para a discriminação de pessoas que destoam do padrão heterossexual:

Artigo 115 - o visitante deve estar convenientemente trajado, conforme normas da Secretaria da Administração Penitenciária, das coordenadorias regionais, da coordenadoria de saúde e das unidades prisionais e ser submetido à revista.

Parágrafo único - o visitante que estiver com peruca ou outros complementos que possam dificultar a sua identificação ou revista, pode ser impedido de adentrar à unidade prisional como medida de segurança, observadas as normas específicas expedidas pelos órgãos citados no caput deste artigo.

Na definição do que se considera “estar convenientemente trajado” as diversas instâncias da administração penitenciária recebem total autonomia para impor restrições arbitrárias. A objeção ao uso de “peruca ou outros complementos” já sinaliza para a tendência desses padrões serem moralmente conservadores e rigorosamente heteronormativos.

Voltando à Resolução SAP-11, esta prevê ainda *providências* para “garantir atenção à saúde e cuidado dos(as) presos(as) transexuais e travestis” (Artigo 7º); para

“assegurar a participação de travestis e transexuais presas [...] em cursos de educação e qualificação profissional, [...] bem como a ocupação visando à geração de renda” (Artigo 8º) e para “realizar atividades formativas do corpo funcional da pasta, presenciais ou à distância, para efetivação dos dispositivos supracitados”, assim como “campanhas educativas sobre a temática diversidade e orientação sexual e identidade de gênero” (Artigo 9º). Apesar de parecerem importantes avanços, esses Artigos têm o mesmo problema estrutural dos analisados anteriormente (especialmente os 2º, 3º, 4º e 5º): eles definem a possibilidade (ou a conveniência) de implementação de políticas específicas, mas não estabelecem prazos nem sanções para os responsáveis que ajam em desacordo com as normativas.

O caso que trago a seguir está em consonância com o Artigo 9º. Ao analisá-lo, podemos refletir sobre os efeitos de Resoluções como esta na dinâmica de atuação do Estado em suas múltiplas instâncias.

“Seja um agente de mudança”

A Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) lança a campanha "Seja um Agente de Mudança", idealizada pelo Centro de Políticas Específicas, órgão do Grupo de Ações de Reintegração Social da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania. Trata-se de uma ação institucional, com o objetivo de dar ampla visibilidade a Resolução SAP 11/2014 que dispõe sobre a atenção à população LGBT no âmbito do Sistema Penitenciário Paulista.

Assim é apresentada a campanha “Seja um Agente de Mudança” no texto de divulgação publicado no site da SAP em maio de 2016.¹⁹² Dentro da estrutura desta Secretaria, o Centro de Políticas Específicas é o órgão responsável por promover os direitos de “grupos minoritários” entendidos como *vulneráveis* no interior do cárcere, como a *população LGBT*. O nome da campanha joga com o duplo sentido da palavra *agente*: como abreviação informal de Agente de Segurança Penitenciário (ASP) e “agente” como ator social, como sujeito capaz de produzir mudanças no funcionamento das instituições. Os ASPs são assim convocados a se tornarem voluntariamente *agentes de mudança* em favor da *população LGBT*.

A estratégia de ação da SAP consistiu basicamente na divulgação (“comentada”) do conteúdo da Resolução de 2014 por meio de cartazes e vídeos institucionais. O “acesso à informação” e a “sensibilização dos servidores” aparecem

¹⁹² Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/noticias/pauta-17-05-16.html>. Acesso em outubro de 2019.

como as formas mais eficazes de promover a *mudança* e o *respeito*. De acordo com o texto oficial:

As Unidades da SAP em todo o estado receberão, mensalmente, o material da campanha, que consiste em folheto da resolução SAP 11/14 - Comentada, seis cartazes que abordam os principais artigos sobre garantia de direitos da população LGBT, além da divulgação de seis vídeos temáticos (em consonância com os cartazes) que trazem entrevistas com especialistas e personagens ligados ao tema. Será enviado um cartaz por mês, com simultânea divulgação do vídeo correspondente. Os cartazes serão afixados em locais de maior circulação de servidores, onde o conteúdo poderá ser visualizado por todos, garantindo assim a ampla divulgação do tema, no intuito de garantir o respeito às normas estabelecidas pela SAP.

A sensibilização do corpo funcional é o passo mais importante para o objetivo da campanha que é valorizar a diversidade humana, combater o preconceito, efetivar os direitos e promover a equidade. Espera-se que esta ação contribua com a construção de uma sociedade mais justa, acolhedora e solidária, livre de preconceitos ou quaisquer formas de discriminação. A Secretaria conta com a participação de todos os servidores, pois juntos podem fazer a diferença!

Chama a atenção o fato de que a secretaria “conta com a participação de todos os servidores”, mas não menciona nenhum tipo de medida para aqueles que não se dispuserem a participar (ou agirem de maneira deliberadamente contrária às normativas). Esse apelo à *sensibilidade* sem necessidade de sanções em caso de descumprimento dos deveres contrasta fortemente com o tratamento dado pela SAP aos presos sob sua custódia. Nesse caso, a aplicação rigorosa de punições (em muitos casos análogas à tortura) aos sujeitos insubmissos é considerada fundamental para manutenção da disciplina e para a transformação do comportamento.

Importante notar também que, embora a resolução SAP 11 faça referência apenas a *travestis* e *transexuais*, a campanha fala em *população LGBT* – o que incluiria também *Lésbicas*, *Gays* e *Bissexuais*.¹⁹³ Não fica claro, no entanto, quais são os direitos específicos desses outros grupos. A seguir veremos como o deslizamento entre as categorias (de identidade sexual e de gênero) e as imprecisões nas referências às *normas* oficiais permeiam toda a campanha.

Analisemos então alguns elementos dos cartazes e vídeos divulgados. No seguinte cronograma divulgado pela campanha, podemos visualizar um resumo dos pontos da resolução SAP 11 que são destacados no material:

¹⁹³ Apenas o artigo 8º faz uma vaga referência a “Homossexuais e Bissexuais”.

Faça deste local um território LIVRE da trans-homofobia

RESPEITO!

SEJA UM **AGENTE** DE MUDANÇA

"Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais tem o direito de expressarem livremente sua identidade de gênero e vivenciar sua orientação sexual"

INFORME-SE E CONHEÇA A
RESOLUÇÃO SAP nº 11/2014

DENUNCIE a HOMOFOBIA!
3775-8103 3775-8126
reintegracao@sp.gov.br
OUIDORIA da SAP

Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria da Administração Penitenciária

www.reintegracaosocial.sp.gov.br

"o modo como me visto é a expressão da minha identidade, é meu direito"

RESPEITO!

SEJA UM **AGENTE** DE MUDANÇA

Artigo nº1: "fica assegurado às travestis e transexuais o uso de peças íntimas, feminina ou masculina, conforme seu gênero e às travestis e transexuais femininas, a manutenção do cabelo na altura dos ombros"

Resolução SAP nº 11/2014

DENUNCIE a HOMOFOBIA!
3775-8103 3775-8126
reintegracao@sp.gov.br
OUIDORIA da SAP

Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria da Administração Penitenciária

www.reintegracaosocial.sp.gov.br

"meu nome é a minha identidade é meu direito"

RESPEITO!

SEJA UM **AGENTE** DE MUDANÇA

Artigo nº4: "as travestis e transexuais masculino e feminino devem ser informados, no momento da inclusão, sobre o direito de serem tratados pelo prenome social nos atos e procedimentos da pasta. Este tratamento será requisitado pela (o) presa (o) em qualquer momento e passará a constar no prontuário, sistemas informatizados de registro e demais documentos gerados pela SAP"

Resolução SAP nº 11/2014

DENUNCIE a HOMOFOBIA!
3775-8103 3775-8126
reintegracao@sp.gov.br
OUIDORIA da SAP

Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria da Administração Penitenciária

www.reintegracaosocial.sp.gov.br

"ter meu espaço e continuar no convívio é meu direito"

RESPEITO!

SEJA UM **AGENTE** DE MUDANÇA

Artigo nº2: "as unidades prisionais podem implantar cela ou ala específica para população de travestis e transexuais desde que seja do interesse desta população e não caracterize segregação ou discriminação"

Resolução SAP nº 11/2014

DENUNCIE a HOMOFOBIA!
3775-8103 3775-8126
reintegracao@sp.gov.br
OUIDORIA da SAP

Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria da Administração Penitenciária

www.reintegracaosocial.sp.gov.br

Imagem 1: Cartazes da campanha *Seja um Agente de Mudança* (promovida pela SAP em 2016).

Maio - cartaz 1: Faça deste local um território livre de trans-homofobia
Junho - cartaz 2: Respeitando a orientação sexual e a identidade de gênero
Julho - cartaz 3: Educação, qualificação profissional e emprego
Agosto - cartaz 4: Direito ao uso do nome social
Setembro - cartaz 5: Visitantes também tem direitos garantidos
Outubro - cartaz 6: Espaço de Convívio (Ala)

Os cartazes possuem sempre a mesma ilustração, variando apenas as cores (que se sucedem remetendo a um arco-íris) e parte do texto. A ilustração consiste em um indivíduo indeterminado (com o rosto desfocado em segundo plano), aparentemente do sexo masculino (imagem 1). Uma das mãos está estendida diante do corpo e em sua palma podemos ler a palavra “RESPEITO!”. A camisa preta remete ao uniforme dos ASPs. Em todos eles está escrito “Seja um AGENTE de mudança” e há, em um retângulo diminuto, a chamada “Denuncie a Homofobia!”, seguida do número de telefone e do endereço de e-mail da Ouvidoria da SAP. Não há qualquer informação a respeito das consequências cabíveis para os autores de homofobia (nem qualquer de garantia de anonimato para os denunciadores).

No primeiro cartaz (de cor branca), o título há pouco citado (de maio/2016) está acompanhado do seguinte texto:

“Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais tem o direito de expressarem [*sic*] livremente sua identidade de gênero e orientação sexual.”
Informe-se e conheça a **Resolução SAP nº 11/2014** (ênfases originais).

Apesar de estar entre aspas, dando a entender que se trata de uma citação, o referido texto não faz parte da resolução SAP 11. Os erros de concordância verbal também sugerem um certo grau de descuido na preparação do material. O vídeo de apresentação da campanha,¹⁹⁴ lançado junto com o primeiro cartaz, também está atravessado por imprecisões. Ao longo deste, o seguinte texto é declamado mecanicamente por uma jovem (não identificada) de cabelos longos, batom rosa e aparelho nos dentes:

Pessoas que se sentem atraídas por pessoas do mesmo sexo, pessoas que se sentem atraídas por pessoas de ambos os sexos e ainda

¹⁹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WsRGruNOGtw&t=1s>. Acesso em outubro de 2019.

peessoas que não se identificam com seus corpos: esses são os casos de homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais masculinos e femininos. Atualmente é cada vez mais frequente que quem tem identidade de gênero diferente do sexo de nascimento reivindique por igualdade de direito e lute para tê-los garantidos e respeitados. Mas como fazer isso sem que houvesse uma legislação específica que os amparasse e os fizesse valer? [...] Por esse motivo o secretário Lourival Gomes editou e publicou uma resolução que trata especificamente do assunto. A Resolução SAP 11 [...] assegura e garante os direitos de todos eles: sejam sentenciados, visitantes ou servidores. Para explicar melhor a preocupação da Secretaria em fazer que a Resolução seja cumprida, nós produzimos uma série de entrevistas com pessoas pertencentes direta ou indiretamente ao sistema prisional e que estão ligadas ao assunto. São depoimentos de quem já viveu algum tipo de preconceito antes da edição da resolução e de pessoas que estão à frente das unidades prisionais e demais departamentos da SAP. Mais uma vez o estado de São Paulo sai na frente e edita um importante documento, inédito no sistema prisional brasileiro, que trata de respeito e igualdade.

O texto começa definindo as diferenças entre “homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais masculinos e femininos”. Mais adiante, dá a entender que a resolução SAP 11 “assegura e garante os direitos de todos eles”. Um box que aparece no mesmo momento da fala, no entanto, mostra que a resolução se refere apenas a “travestis e transexuais no sistema penitenciário” (imagem 2). Se considerarmos que o “todos eles” faz referência apenas às três categorias de vínculo com a instituição (“sentenciados, visitantes ou servidores”) encontraríamos uma nova imprecisão: o texto da resolução SAP 11 não faz qualquer referência aos direitos dos *servidores*.¹⁹⁵

Outro trecho digno de nota é o que afirma que os depoimentos são apenas de quem “viveu algum tipo de preconceito *antes da edição da Resolução*” (ênfase minha). Essa formulação sugere que a Resolução teria acabado com todas as experiências de *preconceito* no sistema. Considerando que o vídeo foi produzido mais de dois anos depois da edição da SAP 11, essa suposição parece bastante improvável. O que o vídeo parece contornar é um debate acerca de como foram encaminhados os casos de *preconceito* registrados depois da implementação das novas normativas (e como estes devem ser encaminhados no futuro). Essa discussão deixaria claro que a Resolução se exime de estabelecer procedimentos específicos sobre como lidar com violações dos direitos que ela reconhece e promove.

¹⁹⁵ Estes, além disso, já teriam esse direito garantido pelo Decreto Estadual 55.588/2010 (acerca do “tratamento nominal de pessoas LGBT em Serviços Públicos”).

Imagens 2 e 3: *Frames de vídeos da campanha Seja um Agente de Mudança.*

Os cartazes e vídeos seguintes possuem basicamente a mesma estrutura. Os cartazes possuem um tema (resumido em uma frase de efeito) e citam o artigo da Resolução que se refere a ele (imagem 1). Todos os vídeos apresentam depoimentos do mesmo conjunto de entrevistados, a saber: Marta de Lima (Diretora do Centro de Políticas Específicas), Eliane de Souza (Diretora Técnica de Saúde do CDP de Pinheiros II), Ademir França (Diretor Técnico do CDP de Pinheiros II),¹⁹⁶ Euclides Pereira (Diretor Técnico da Penitenciária de Guareí II),¹⁹⁷ Alexandre Saadeh (Psiquiatra do Hospital das Clínicas), Cal Lucas (*homem trans* e ASP na Penitenciária Feminina de Sant'Ana) e Leo Moreira Sá (*homem trans*, ator¹⁹⁸ e egresso do sistema penitenciário, onde esteve em uma unidade *feminina*). É notória nesta seleção de entrevistados a ausência de *travestis* e *transexuais*, a quem está direcionada a resolução SAP 11.

O segundo cartaz (junho), de cor roxa, tem como objetivo divulgar o Artigo 1º da Resolução, que diz respeito ao “direito de expressão da identidade de gênero”. A ênfase está nas vestimentas: “O modo como me visto é a expressão da minha identidade, é meu direito”. No vídeo que acompanha o cartaz,¹⁹⁹ a reprodução de um trecho da mesma fala do primeiro vídeo (dessa vez *em off*) reafirma que a resolução SAP 11 garante esse direito a “sentenciados, visitantes ou servidores”. O depoimento de Cal Lucas (imagem 3), no entanto, mostra que esse quadro é mais complexo:

Foi e está sendo muito complicado fazer valer essa resolução. Eu costumo dizer que cada dia é um dia para mim. [...] Assim, a resolução é clara, ela é muito bem feita, só que as pessoas tem muita resistência em fazer funcionar aquilo que está no papel. [...] Se está escrito no papel eu acho que que facilita porque parece que o ser humano não quer pensar pela própria cabeça, então tem que escrever certinho, bonitinho, que tem que respeitar a outra gente. [...] Então se a pessoa não tem acesso à Resolução, eu acho muito válido a gente levar pra conhecimento do público mesmo, tanto os funcionários quanto os presos. [...] E a Resolução SAP [11] tem me ajudado muito apesar de ela ser, como você disse, direcionada para presos e familiares, eu consegui encontrar nela uma brechinha que pode, que está me ajudando na minha realidade atual.

¹⁹⁶ Como veremos em breve, esta unidade tem tentado promover sua imagem como uma pioneira defensora dos direitos dos *presos LGBT*. Ela é considerada pelos presos como uma *cadeia de coisas*, expressão cujo significado discutimos no capítulo anterior.

¹⁹⁷ Conforme vimos há pouco, a penitenciária de Guareí II concentra um grande número de *travestis* e *transexuais* presos.

¹⁹⁸ Na legenda de apresentação do vídeo só estão presentes as informações de que ele é *homem trans* e *egresso do Sistema Prisional*. Sei que ele trabalha como ator por que se trata de uma figura pública conhecida no contexto do ativismo.

¹⁹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CJn6ST8kKcs>. Acesso em outubro de 2019.

Esse depoimento, que aparece dividido e intercalado com outros, deixa transparecer alguns ruídos em relação ao discurso principal da campanha. A extensão do direito à identidade de gênero aos *funcionários trans* não seria então algo previsto, mas uma *brechinha* encontrada no texto e mobilizada por atores específicos. De uma forma ou de outra, Cal Lucas reafirma a ideia de que, no sistema penitenciário, é fundamental que os direitos estejam *no papel* para serem respeitados.

Dentre os entrevistados, o discurso mais consistente é o da diretora do Centro de Políticas Específicas: Marta de Lima parece estar bem familiarizada com os princípios dos direitos humanos que fundamentam a resolução, bem como com as categorias de identidade utilizadas pelos *movimentos LGBT*. Interessante notar que ela cita a *laicidade do Estado* como um dos valores que precisam ser promovidos pelos representantes do *poder público*:

A gente fala desses conceitos: o que é travesti, o que é transexual. Falamos da importância de preservar os caracteres secundários, como cabelo longo e tudo mais. [...] Nós representantes do poder público precisamos prezar pela laicidade do Estado e pelas premissas de proteção e promoção de direitos. [...] O Centro de Políticas Específicas tem desde o ano passado promovido rodas de conversa com a participação dos servidores para falar dos conceitos porque parte do preconceito tem a ver com a falta de conhecimento a respeito das especificidades dessa população.

Esse trecho resume bem a estratégia do CPE, que se propõe a vencer o *preconceito* por meio da promoção de atividades (in)formativas com *servidores*, como as *rodas de conversa*. Voluntariamente ou não, o mesmo vídeo apresenta o depoimento de um *servidor* que exemplifica bem a “falta de conhecimento” a respeito dos *conceitos* de que fala Marta de Lima – embora, neste momento, sua atitude não esteja associada com uma atitude claramente *preconceituosa*. Com visível desconforto em falar sobre o tema, o Diretor Técnico da Penitenciária de Guareí II afirma que:

Nossos servidores estão preparados para entrar nesta batalha e tem algumas coisas que estamos conseguindo que outrora eram tabu. Por exemplo, eu cito a questão do cabelo até a altura do ombro, que está previsto na Resolução SAP e hoje já é uma realidade. A entrega de lingerie para os homossexuais: para o nosso servidor não há qualquer problema.

Essa fala demonstra a dificuldade que grande parte dos *servidores* (inclusive os que ocupam posições de poder) tem em diferenciar *homossexuais* de *travestis* e

transexuais. A declaração sugere que a categoria *homossexuais* continua sendo frequentemente usada para se referir à *população LGBT* em geral mais de dois anos depois da edição da Resolução SAP 11. Esse mesmo uso aparece no depoimento da Diretora Técnica de Saúde do CDP de Pinheiros II:

Imagina um sistema que tem todo esse discurso de que somos torturadores, que somos pessoas que maltratam. Então eles vêm com muito medo, chegam aqui muito assustados. Mas não! Nós somos profissionais, nós temos ética, nós trabalhamos para garantir direitos. [...] Então a gente [os] respeita enquanto indivíduos, enquanto custodiado do Estado. Aqui é o nosso trabalho. A gente procura mostrar isso para eles: que a gente está aqui para acolher, para respeitá-los. Eles têm a disciplina aqui dentro e tem a garantia de direitos. E de preservação dos deveres deles também. [...] Para nós a relação é normal. Eles são normais. Apesar de que os homossexuais estejam aqui... A gente tem algumas autoridades que entram aqui e dizem: “Ah, mas eles estão juntos com a população?” Estão sim, eles são normais, por que segregá-los? A gente é contra separá-los, deixar separados, eles precisam conviver.

Mesmo se considerarmos que esse deslize não é particularmente grave em si, causa estranhamento que ele apareça duas vezes em um vídeo que tem como objetivo informar os *servidores* a respeito dos *conceitos* (e divulgar as políticas específicas da SAP para esta população). Fica claro também, nas entrelinhas desse segundo depoimento, qual imagem do *sistema* a campanha visa desconstruir: a de que os *agentes* são *torturadores*. Para isso, Elaine de Souza reafirma enfaticamente a *ética* dos *profissionais*, expressa no respeito aos *homossexuais* como *custodiados do Estado* (o que não exclui a manutenção da *disciplina* e dos *deveres deles*).

Por razões que desconheço, o terceiro cartaz, do mês de julho (“Educação, qualificação profissional e emprego”), não possui um vídeo correspondente. O terceiro vídeo (de agosto)²⁰⁰ tem o mesmo tema do quarto cartaz: “Meu nome é minha identidade, é meu direito”. Ele começa com Léo Sá, “homem trans egresso do sistema penitenciário”, lendo e comentando o artigo 4º da Resolução:

“No momento de inclusão nos estabelecimentos prisionais deverá ser informado à travesti ou transexual sobre o direito ao tratamento nominal nos atos e procedimentos da pasta.” Isso é incrível! Se tivesse isso na minha época, nossa... [...] O respeito ao nome social resolve acho que 70%, né. Porque você está respeitando a forma como a pessoa se autodenomina, a forma como ela quer ser chamada, isso é maravilhoso. [...] Quando eu entrei em 2004 eu já tinha consciência da minha transexualidade, mas não tinha ainda

²⁰⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kas7nHpnQJo>. Acesso em outubro de 2019.

assumido publicamente. [...] Quando me pediram para falar o meu nome, eu não quis falar o meu outro nome [feminino]. Eu preferi arrumar um outro nome. Aí eu fiquei pensando, pensando, e esse nome veio na minha cabeça: Léo. E ficou Léo. E desde o momento que eu entrei eu fui tratado no masculino. Tanto por presos e presas quanto pelos agentes. Eu acho que o fato de eu ter muitas características masculinas obrigava as pessoas a me tratarem no masculino mesmo.

Podemos pensar a cena há pouco descrita, do ingresso na instituição prisional, como outro momento de interpelação: segundo suas próprias categorias, o Estado solicita ao indivíduo que se defina. Com isso, afirma sua sujeição ao mesmo tempo em que tenta conformar sua subjetividade. O fato de que esse confronto acabou por fortalecer a identidade masculina de Léo sugere que essa dinâmica é menos linear e previsível que a divisão sexual binária das unidades prisionais supostamente impõe. Essa multiplicidade de possibilidades (não livres de constrangimentos e novas formas de captura) é analisada no contexto das prisões *femininas* por etnografias como as de Natália Padovani (2018) e Fabíola Cordeiro (2016).

O depoimento de Léo continua no quarto vídeo (setembro), que tem como tema “meus visitantes também tem direitos garantidos”. Ele narra uma situação de discriminação sofrida por sua esposa:

As visitas também têm que ter respeitadas as suas identidades de gênero. Em 2004, [...] minha esposa na época, que era uma travesti [...] veio me visitar. E assim, foi extremamente constrangedor, a ponto de dizer para ela: “não venha mais, querida”. [...] Ela foi revistada junto com [...] homens cis né, cisgêneros. Inclusive um dos homens, que era marido de uma colega, ficou atônito. Então assim, foi uma situação muito, muito desagradável. Foi uma violência de fato.

O vídeo cita, então, trechos dos artigos 5º e 6º – que analisamos na seção anterior. Ao contrário do que este depoimento dá a entender, vimos que a Resolução define que as *travestis* que não tiverem passado por “procedimentos de transgenitalização” (a imensa maioria) devem ser revistadas por *agentes do sexo* (“biológico”) *masculino*. No que depende das novas normativas institucionais, a situação de *violência* descrita por Léo deve continuar ocorrendo – o que de fato tem sido observado por ativistas e pesquisadores em unidades prisionais de diversas regiões do estado de São Paulo.

O quinto e último vídeo²⁰¹ (referente ao sexto cartaz, do mês de outubro) é também atravessado por contradições insolúveis. Seu mote é: “ter meu espaço e permanecer no convívio é meu direito”. Os depoimentos de Eliane de Souza e Léo Sá vão em direções incompatíveis – revelando as já debatidas contradições do Artigo 2º da Resolução SAP 11. Enquanto a primeira afirma que os direitos dos *homossexuais* e *transexuais* são garantidos pelo fato de eles serem aceitos e respeitados no *convívio* com os demais presos, o segundo enfatiza a “vulnerabilidade de travestis e mulheres transexuais” nesse mesmo contexto – afirmando que é fundamental que elas tenham “seu próprio espaço” (seja uma cela, uma ala ou uma *unidade especial*).

Analisei até agora o conteúdo da campanha, seus discursos e representações acerca da questão dos *presos LGBT*. A seguir, quero atentar também para a sua abrangência e visibilidade no universo dos *agentes*. Trata-se de um aspecto mais difícil de abordar pela característica falta de transparência da administração penitenciária paulista. Um dado, no entanto, está disponível para consulta pública: o número de visualizações dos vídeos da campanha no canal da SAP no site Youtube. Trata-se da principal plataforma (senão a única) por meio da qual esta secretaria divulga os materiais audiovisuais que produz.²⁰²

Tabela 3.4: Visualização dos vídeos da campanha “Seja um agente de mudança”

Lançamento	Vídeo	Tema	Visualizações (Youtube)
maio	#1	Apresentação da Campanha	1616
junho	#2	Identidade de Gênero/ Vestimentas	740
julho	-	-	0
agosto	#3	Nome Social	404
setembro	#4	Visitantes	727
outubro	#5	Espaço de Convívio (Ala)	131

Nesta tabela, (3.4) apresento o total de visualizações de cada um dos vídeos da campanha. Realizei a contagem em outubro de 2019 – o que significa que esses números representam a soma das visualizações no momento da primeira divulgação com suas consultas posteriores nos três anos seguintes. A data de publicação dos vídeos corresponde ao cronograma original, ou seja, não há evidências de que a contagem

²⁰¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M9DyDd7dlUc>. Acesso em outubro de 2019.

²⁰² Os únicos links disponíveis para acessar os vídeos da campanha pelo site da SAP direcionam para esta plataforma. Não há evidências de que a SAP tenha recorrido a outros canais de divulgação.

possa ter sido “zerada” em algum momento (o que ocorreria se estes fossem retirados do ar e *repostados* posteriormente).

Considerando que o estado de São Paulo tem aproximadamente 31 mil *agentes penitenciários*, tais números evidenciam que esta campanha teve uma circulação relativamente limitada. Se a visibilidade do vídeo de apresentação (#1) já é baixa para as dimensões da SAP, a do último (#5) sugere um interesse decrescente pelos conteúdos apresentados. Os números são pequenos, inclusive se contrastados com os de outras campanhas divulgadas pelo mesmo canal. Lançado também em maio de 2016, o quarto vídeo da “campanha sobre dependência” (do tabaco) intitulada *Ex-Fumantes* teve 6651 visualizações até outubro de 2019. Ou seja, mais de quatro vezes que o mais visualizado da campanha “Seja um agente de mudança”.

Embora o texto de apresentação da campanha não mencione oficialmente tal proposta, tenho evidências etnográficas de que ela tenha sido estrategicamente direcionada para um pequeno número de unidades onde a presença de uma *população LGBT* era notória (como a CDP de Pinheiros II e a Penitenciária de Guareí II). Em março de 2016, quando a campanha estava sendo formulada, o Secretário realizou reuniões com representantes da sociedade civil que estavam familiarizados em atuar junto a essa população (entre eles *agentes* da Pastoral Carcerária). Nesses encontros, solicitou ajuda para identificar as unidades nas quais seria mais urgente a realização de trabalhos de formação de *agentes* para lidar com estas questões. É bastante provável que o material de divulgação da campanha tenha sido direcionado apenas (ou preferencialmente) para estas unidades.

O trabalho de campo que realizei em unidades *masculinas* do sistema penitenciário da Região Metropolitana deu mais força a essa hipótese. Apenas em duas das quatro unidades que visitei no ano de 2016 registrei a presença de cartazes da campanha “Seja um agente de mudança” no quadro de avisos localizado na entrada. Tratava-se, não coincidentemente, das unidades com a concentração mais evidente de *presos LGBT*. É possível que os cartazes estivessem em locais menos visíveis nas outras duas, mas, de uma forma ou de outra, há evidências de que a penetração da campanha em unidades com diferentes perfis não foi a mesma.

Outro importante fator é a temporalidade desta iniciativa. Por que ela só acontece mais de dois anos depois da publicação da Resolução SAP-11? Ao que tudo indica, ela é uma resposta à repercussão negativa do suposto desaparecimento de Verônica Bolina no sistema penitenciário, evento que ocorreu em fevereiro de 2016.

Retomarei esta questão no quinto capítulo. A seguir, analiso a questão da visibilidade das políticas específicas da SAP a partir de uma matéria publicada em um poderoso meio de comunicação impresso (e também digital).

“Vida nova atrás das grades”

Em fevereiro de 2018 a capa da revista *Veja* São Paulo trazia a foto de três pessoas de aparência feminina em uma biblioteca (imagem 4). Presumimos que estão presas pelas vestimentas: camisetas brancas, calças cáqui e sandálias de borracha – uniforme básico dos CDPs paulistas. Os rostos sorridentes, as sobancelhas feitas e os livros na mão sugerem uma situação de relativo *respeito*. Alguns detalhes, no entanto, geram ruídos: a pele do rosto marcada, uma barra desfiada, tatuagens *de cadeia* nas mãos, livros em estado precário nas estantes, ausência de brincos (apesar dos furos visíveis nas orelhas). A chamada é entusiástica:

VIDA NOVA ATRÁS DAS GRADES

Experiência inédita na capital permite a detentas trans manter os cabelos longos, tomar hormônios e ser tratadas pelo nome social

E mais: empresários patrocinam a capacitação de ex-presos para evitar a reincidência (ênfases originais).

A abordagem pode parecer surpreendente para a revista *Veja*, que não costuma promover posições progressistas no campo dos direitos humanos. O veículo impresso com a maior tiragem do país (superando inclusive a de jornais como *A Folha de São Paulo*) é conhecido, pelo contrário, por defender incondicionalmente as políticas de Segurança Pública do estado de São Paulo – desqualificando sistematicamente (ou mesmo reivindicando a criminalização de) ativistas de diversos matizes. Os *bandidos* em geral e as *facções criminosas* em particular são frequentemente representados como um mal absoluto contra o qual é necessário lutar com todas as forças: defender seus direitos só pode ser uma “atitude irresponsável” de “oportunistas inescrupulosos”. Como podemos compreender o súbito interesse pela questão das *detentas trans* por esta vertente da imprensa? O que é invisibilizado por esse regime singular de visibilidade?

No interior da revista, o título da matéria reforça o *pioneirismo* de uma instituição específica: o Centro de Detenção Provisória de Pinheiros II. A versão

Imagem 4: Capa da revista semanal *Veja São Paulo* em fevereiro de 2018.

*online*²⁰³ circulou com um título diferente, mas que mantinha o mesmo tom. Seguem respectivamente as duas versões:

PIONEIRA NO RESPEITO

Com cerca de 200 presas transexuais, cadeia paulistana destaca-se por algo que deveria ser praxe na sociedade: tratamento digno a essa população

CADEIA NA CAPITAL SE DESTACA PELO RESPEITO A DETENTAS TRANSEXUAIS: No Centro de Detenção Provisória de Pinheiros II, medidas simples acabaram com a violência sexual contra essa população

Esses dois títulos, bem como a chamada da capa, parecem afirmar alguns pressupostos. Em primeiro lugar, a ideia de que as *presas transexuais* (também chamadas de *detentas trans*) são uma *população* que merece *tratamento digno*. Em segundo está o pressuposto que essa *dignidade* pode ser garantida *atrás das grades* por meio da implementação de um pequeno número de *medidas simples*. Por fim, a própria administração penitenciária é entendida como o único ator responsável por essas mudanças: é dela toda a responsabilidade e também o mérito. Quando se trata da *ressocialização*, a chamada da capa sugere ainda que os principais parceiros em potencial são os *empresários*.

A matéria é assinada por João Batista Jr., jornalista que publica com grande regularidade na Veja São Paulo (tanto na versão impressa como na *online*).²⁰⁴ Suas reportagens abordam temas muito diversos, mas a maior parte está focada em moda, beleza e eventos sociais. Poucos meses antes, em 2017, publicou o livro *A Beleza da Vida*,²⁰⁵ sobre o famoso cabelereiro (e empresário) Marco Antonio de Biaggi. As fotos que acompanham a matéria na Veja são de João Bertholini, também especializado em moda e beleza (em seu site profissional²⁰⁶ não há sequer menção à vertente fotojornalística do seu trabalho).

²⁰³ Pode ser vista no seguinte *link*: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/presas-transexuais-respeito-cadeia-sao-paulo/>. Acesso em outubro de 2019.

²⁰⁴ O jornalista assina frequentemente 5 matérias *online* em um único dia, chegando a dezenas ao longo de um mês. Ver: <https://veja.abril.com.br/autor/joao-batista-jr/>. Acesso em outubro de 2019.

²⁰⁵ “O livro alterna a narrativa de vida de Marco Antonio Biaggi entre os percalços para superar um câncer (e seus diversos desdobramentos) e a determinação de criar um nome/marca no mercado de beleza nas últimas décadas. Junto com a narrativa da criação do mito o livro brinda os leitores com diversas passagens de bastidores das celebridades que passaram por sua tesoura (algumas bem picantes)”. Texto de divulgação da obra.

²⁰⁶ Ver: <https://www.joaobertholini.com/>. Acesso em outubro de 2019.

O texto começa com uma referência a um massacre ocorrido dias antes em uma prisão em Manaus e traz na sequência citações do Papa Francisco e do escritor russo Fiódor Dostoiévski a respeito das condições desumanas de vida encontradas em prisões de diversos contextos e momentos históricos. Nesta toada, fala sobre a “vulnerabilidade das transexuais nas prisões brasileiras”:

Dos 726.000 presos no Brasil, um grupo se torna mais vulnerável em celas insalubres, superlotadas e dominadas por facções criminosas: as transexuais. Já bastante segregadas nas ruas do país recordista em assassinato de pessoas trans, com 868 homicídios entre 2008 e 2016, no sistema penitenciário elas chegam a ter uma vida pior. Casos de violência sexual e agressões psicológicas são rotineiros. Nem a resolução federal do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, de abril de 2014, que estabelece que as trans sejam tratadas pelo nome social, mudou esse quadro (BATISTA Jr., 2018, p. 22).

Até esse ponto, o tom de denúncia da matéria parece estar alinhado com algumas das principais convenções do campo dos direitos humanos no Brasil – em particular com as posições dos movimentos LGBT. A referida “resolução federal de abril de 2014” (que acredito ser a 1ª Resolução Conjunta CNCD/CNCP, sobre a qual falamos na introdução e no capítulo 1) é apresentada como o principal avanço normativo, mas que tem ainda efeitos práticos insuficientes. A matéria destaca então o suposto *pioneirismo* de autoridades específicas ligadas à SAP no *tratamento digno* a essa *população* no interior do cárcere. Segundo o jornalista:

Uma experiência pioneira no tratamento de presas trans está em curso na cadeia masculina Centro de Detenção Provisória de Pinheiros II, em São Paulo. Tendo no currículo trabalhos no Complexo do Carandiru, onde atuou na contenção de rebeliões, Guilherme Rodrigues assumiu a direção do local em 2010. Notou logo de cara uma grande população prisional de transexuais, que algumas vezes representava 20% do total dos encarcerados. Havia uma série de problemas de comportamento entre elas. Imagine uma pessoa que se reconhece como mulher ter o cabelo raspado. Os nervos ficavam expostos. Uma discussão com o colega resultava em espancamento. Alto, de voz baixa e corintiano roxo, o Doutor Guilherme, como é conhecido, mudou o tratamento dado a essa população. “Permiti a manutenção de cabelos longos, instaurei o uso do nome social e autorizei a entrada de hormônios sob prescrição médica.” Isso sem falar que o CDP II é a única cadeia do Brasil onde as transexuais recebem roupas íntimas femininas. Todos os sábados elas disputam campeonato de vôlei. Os times têm nomes como As Panikets, As Poderosas e Gaiola das Loucas. “Realizamos o Dia de Princesa, com desfiles de moda e cursos de beleza”, lembra Eliane de Souza, diretora técnica de saúde. “Como resultado dessas e de outras ações, acabou a violência sexual por aqui.” [...] (ibid., pp. 23-24).

Esse trecho é acompanhado por uma foto onde o Guilherme Rodrigues e Eliane de Souza aparecem sentados lado a lado em uma mesa (imagem 5). Eles olham para a câmera com um semblante simpático, quase sorridente. Estão em uma sala limpa e bem iluminada, vestindo roupas relativamente informais e de tons vibrantes. Apesar de estarem fora de foco, podemos distinguir ao fundo bandeiras do Brasil, do estado de São Paulo e também um brasão do Corinthians (time de futebol). Tudo parece indicar que se tratam de *servidores* bondosos e dedicados.

Na foto de um jogo de vôlei, o pátio da prisão parece ser um espaço relativamente acolhedor – e os espectadores estão dispostos no entorno de maneira estática e ordenada (imagem 6). Depoimentos de *internas* apresentam esta unidade como uma instituição excepcional comprometida com o bem-estar das *transexuais*:

Jully Barbosa, de 40 anos, que se prostituía, constitui um exemplo de que o respeito não é uma diretriz de todo o sistema. Condenada por assaltar e agredir um cliente, ela teve uma passagem pela unidade prisional de Belém, na Zona Leste. “Raspam o meu cabelo assim que pisei lá”, diz. “Foi como se tivessem arrancado um pedaço de mim.” Ao ser transferida para Pinheiros, a coisa mudou. “Eu me sinto mais segura aqui do que na rua.”

Carol Oliver, presa em flagrante por assaltar com o namorado a loja do Walmart da Avenida Pacaembu, foi violentada por cinco presos também na cadeia de Belém. “Hoje tenho paz” (ibid., p. 24).

A Matéria descreve algo da dinâmica dos relacionamentos entre as *detentas trans* com seus *companheiros*. Atribui-se ao médico e escritor Drauzio Varella a afirmação de que: “No mundo dos presídios, os homens que se relacionam com elas não são considerados homossexuais”. Os casos mencionados sugerem que a prisão pode ser um lugar que proporciona experiências positivas para esses sujeitos:

Duda Valentina, de 38 anos, presa por tráfico de drogas, dorme na mesma cama que Kaíque de Oliveira, de 24 anos, detido em flagrante, em novembro, ao tentar roubar um carro em Itaquera. “Eu e a Dudinha começamos a ficar um dia depois da minha chegada aqui”, lembra o rapaz. “Eu só havia me relacionado com as minas, mas na cadeia bate a carência.” Eles dormem juntos na cela 10 do Pavilhão 1. O xadrez tem 27 pessoas, com mais de dez casais de trans e seus companheiros. “Já tive dois namorados aqui na prisão”, conta Rafaela Oliveira, de 19 anos, presa por roubo. Ela se prostituía desde a adolescência, na região da Represa de Guarapiranga. Tem 24 irmãos por parte de pai e quatro por parte de mãe. Confinada desde agosto de 2017, tornou-se uma das leitoras mais assíduas da biblioteca da cadeia. “Leio três livros por mês, adoro Zíbia Gasparetto e Dan

Guilherme Rodrigues e Eliane de Souza, do CDP II (João Bertholini/Veja SP)

Torneio de vôlei, com partidas aos sábados: os times têm nomes como As Poderosas e As Panikets (Acervo SAP/Veja SP)

Imagens 5 e 6: Fotos e legendas originais da matéria “Vida nova atrás das grades”.

Brown.” A unidade tem 8.000 livros. O catálogo com as opções literárias passa nas celas todas as terças de manhã (ibid., p. 24).

As leituras assíduas da bem-comportada Rafaela (imagem 7) não são a única situação de regeneração moral evocada. O caso da ativista Maria Clara de Sena aparece como o exemplo de maior sucesso (apesar de nada indicar que ela tenha passado pelo *sistema*). Trata-se de uma típica história de superação, que mostra que é possível “dar um basta nessa vida” (a *prostituição*) e ascender socialmente por meio da educação e do ativismo:

Maria Clara de Sena, de 39 anos, a única transexual do mundo a fazer parte do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura, ligado à ONU, ganhou projeção em seu ativismo em prol dos direitos da população trans dentro das cadeias. Ela teve um passado típico de seus pares: abandonada pela família, encontrou na prostituição a única forma de sobrevivência. Foi para a faculdade de Serviço Social em 2009, quando decidiu dar um basta nessa vida. [...] Atualmente vivendo no Canadá com status de refugiada, após ser ameaçada de morte por um policial, Maria Clara diz: “Se elas tiverem a dignidade respeitada, poderão sair e recomeçar a vida longe do crime. E de cabeça erguida. Tratá-las com respeito é fundamental para toda a sociedade.” (ibid., p. 25).

Considerando outros dados disponíveis sobre esse universo é preciso, no entanto, problematizar esse discurso (e seus efeitos políticos). O primeiro estranhamento que esse texto pode causar é a referência à experiência passada do Doutor Guilherme no Complexo do Carandiru como algo positivo. Conforme vimos no primeiro capítulo, este Complexo foi quase inteiramente demolido em 2002 devido à repercussão negativa das suas condições desumanas de aprisionamento. Dentre as *rebeliões contidas* durante o período que ele trabalhou por ali está nada menos do que o evento que ficou conhecido como Massacre do Carandiru. A palavra *contenção*, inclusive, é até hoje reivindicada pelas principais autoridades da Segurança Pública paulista para descrever a atuação dos policiais militares naquela ocasião (MACHADO & MACHADO, 2015). Mais de 25 anos depois, o discurso oficial continua sendo de que “não houve massacre, apenas contenção”. O fato de que o vínculo com a *contenção de rebeliões* no Complexo do Carandiru não apenas não é omitido, como também é celebrado nos diz algo sobre o público ao qual a matéria é direcionada. O autor do texto parece supor que os leitores pertencem à parcela da população que apoiou incondicionalmente a ação da polícia em 1992.

A presa Rafaela: a única cadeia do país a dar roupas femininas às transexuais roupas íntimas femininas às transexuais (João Bertholini/)

Jill Moraes: homens trans são tratados pelo nome social e exercem atividades administrativas em cadeias femininas (João Bertholini/Veja SP)

Imagens 7 e 8: Fotos e legendas originais da matéria “Vida nova atrás das grades”.

O texto destaca também o fato de Doutor Guilherme ser um dos personagens do livro *Carcereiros*, de Dráuzio Varella. A ele é dedicado um pequeno capítulo desta obra, intitulado *Negociador Nato*. No capítulo 2, analisamos um trecho em que ele afirma dirigir o “centro de detenção [...] mais infame do sistema” e descreve a população pela qual é responsável como composta por “ex-tudo o que não presta” (VARELLA, 2012, p. 169). Como se esse tom não fosse suficientemente incompatível com a face bondosa estampada na Veja São Paulo, ele fala também com nostalgia sobre sua atuação em situações de violência extrema:

Sente mais falta dos dias em que era escalado para sufocar rebeliões do que de tudo o que já fez na vida. Nada é comparável:

- Chegar na gaiola de entrada de uma cadeia com colchões pegando fogo, funcionários-refêns, presos agitados, gritando e correndo para lá e para cá com as facas, ameaçando matar todo mundo, sem perder a calma para analisar o ambiente e perguntar com quem eu converso é a maior adrenalina que um homem pode experimentar (VARELLA, 2012, p. 170).

Em segundo lugar, é importante notar a omissão (deliberada ou não) das normativas e políticas específicas para os *presos LGBT* no âmbito estadual, como a Resolução SAP 11 e a campanha “Seja um agente de mudança”. As medidas celebradas são apresentadas como iniciativas isoladas (ou melhor, *pioneiras*) dos profissionais de uma unidade prisional específica. Em nenhum momento é mencionado o fato de que todos os aspectos citados da “mudança de tratamento” haviam sido reconhecidos como *direitos* pela SAP desde janeiro de 2014.

Outro trecho que deve causar imediato estranhamento é quando Eliane de Souza declara que “a violência sexual acabou” naquela unidade “como resultado destas e de outras ações”. As ações citadas são campeonatos de vôlei (imagem 6) e “o Dia de Princesa, com desfiles de moda e cursos de beleza”. Conforme vimos no capítulo anterior em relatos como o de Xampy, é no mínimo temerário uma Diretora Técnica de Saúde afirmar que “a violência sexual acabou” em uma unidade na qual o controle exercido pela administração penitenciária é tão precário. Sem sequer adentrar nos pavilhões na maior parte do dia, como efetivamente saber o que se passa? Seria possível afirmar, na melhor das hipóteses, que não foram mais “registrados oficialmente” casos de *violência sexual*.

No capítulo 1, vimos que diversos pesquisadores notaram uma significativa redução na frequência de *estupros* no sistema penitenciário paulista desde finais da década de 1990. As transformações ocorridas no âmbito da organização política dos

presos (em especial a emergência do Primeiro Comando da Capital) têm sido percebidas como a principal causa desta mudança. É sobretudo a redefinição da dimensão sexual do *proceder* no *mundo do crime* que vai inibir crescentemente (sem nunca, contudo, eliminar inequivocamente) as ocorrências de *violência sexual* na prisão.

Em sua declaração, a *servidora* reivindica como resultado de um pequeno conjunto de decisões *pioneiras* da direção de uma determinada unidade prisional os efeitos de um amplo processo caracterizado, ao contrário, pela limitação do controle efetivo da administração penitenciária sobre a produção do cotidiano dos presos. A matéria reproduz acriticamente tal perspectiva, sem se preocupar em mostrar dados ou consultar fontes alternativas: “medidas simples acabaram com a violência sexual contra essa população” (subtítulo da matéria *online*).

Outra questão que pode ser levantada é acerca da legitimidade dos depoimentos citados das *detentas*. Em que condições eles foram obtidos? Quem selecionou as transexuais que apareceriam na capa? Quem autorizou que fossem publicados seus nomes (*sociais*) e fotos de rosto? As entrevistas foram supervisionadas por agentes ou autoridades da SAP? Que liberdade elas tinham de expressar suas opiniões sem temer represálias por parte daqueles que a mantinham sob custódia? Não surpreende que elas tenham feito apenas declarações como: “Eu me sinto mais segura aqui do que na rua” ou “Hoje tenho paz”, nem que tenham sempre atribuído os casos de violação a outras unidades.

Alguns números mencionados também merecem um escrutínio mais rigoroso. Pode passar despercebido a informação de que “O xadrez tem 27 pessoas, com mais de dez casais de trans e seus companheiros”. A arquitetura deste CDP é a mesma de grande parte dos CDPs paulistas (como o descrito no capítulo anterior), sendo bem conhecida pelos que adentram com frequência o *sistema*. As celas foram projetadas originalmente para 8 presos. Elas possuem, portanto, apenas 8 suportes de concreto elevados (as chamadas *burras*), capazes de acomodar 1 colchão estreito de solteiro. Nesta configuração, não é possível imaginar uma forma digna de acomodar 27 presos. Mesmo que cada *burra* seja compartilhada por um casal, pelo menos 11 pessoas teriam que dormir no chão.

Essa informação nos leva a refletir também sobre o grau maior de superlotação nas celas ocupadas pelas *presas transexuais*. Segundo os dados oficiais da SAP (divulgados em seu site), o CDP de Pinheiros II tem a capacidade para 793 presos, mas

abriga 1603 – uma taxa de superlotação de 202% (maior do que a média do estado, de 190%). A superlotação da referida cela, por sua vez, chegaria a 337% (mais de 3 presos por vaga).²⁰⁷ Como é possível falar em *vida nova*, *respeito* e *paz* nessas condições?

Também chama atenção o relato de que a “população prisional de transexuais” chegou em alguns momentos a representar “20% do total dos encarcerados”. Considerando que a população desta unidade tem girado em torno de 1500 desde 2010, quando Doutor Guilherme assumiu a direção, estamos falando de cerca de 300 *transexuais*. A matéria parece usar o termo *transexual* como uma categoria que engloba tanto *travestis* quanto *mulheres transexuais* (mas não seus companheiros, que supostamente não são vistos sequer como *homossexuais*). Se essa estimativa for confiável, temos fortíssimas evidências de que os números fornecidos pela SAP que analisamos há pouco subestimaram a escala dessa *população* no estado.

De acordo com os dados fornecidos ao NESC em 2014, havia apenas 114 *travestis* e *transexuais* em toda a Coordenadoria da Região Metropolitana (na qual a CDP de Pinheiros II é apenas uma entre 29 unidades). Esse número é muito inferior a 300, mesmo se supusermos que esta unidade concentra toda essa população na Conemetro (o que pode ser facilmente refutado etnograficamente). A situação não muda muito em relação aos dados obtidos pelo GT Mulher e Diversidade em 2016 – nos quais consta um total de 176 *travestis* e *transexuais* nesta coordenadoria.

A matéria divulga também um quadro instigante com “Dados da Secretaria da Administração Penitenciária” (sem mais detalhes). Afirma então existirem “1048 travestis e 88 transexuais” dentre os 226.000 “presos de todos os gêneros”. Esses números impressionam mais uma vez se contrastados com os obtidos em 2016 por meio da LAI (488 *travestis* e 41 *transexuais*). Como explicar uma discrepância tão grande (de mais de 100%) em dados fornecidos pela mesma instituição em um intervalo de tempo tão pequeno (menos de dois anos)? Duas hipóteses podem ser levantadas.

Em primeiro lugar, podemos considerar que essa diferença é um reflexo da forma como os dados são recolhidos: por *autodeclaração* no momento do *ingresso*.

²⁰⁷ Há evidências empíricas de que mesmo esses números sejam subestimados. Vimos no capítulo anterior que não é incomum que celas com esse perfil cheguem a abrigar mais de 40 pessoas. O número de vagas nos CDPs também tem sido artificialmente aumentado. Esta mesma unidade possuía oficialmente 517 vagas em 2014. O aumento para 793 ocorreu sem a construção de novas alas ou pavilhões: ouvi relatos de que a reforma se resumiu a inserir 4 novas *burras* nos quartos existentes, diminuindo o espaço entre elas (o que acabou por impedir que os presos sentassem nelas sem bater a cabeça nas de cima).

Essa diferença poderia ser explicada pelo fato de que esse registro tem sido produzido em um número crescente de unidades e que cada vez mais essa *população* tenha se autodeclarado como *travesti* ou *transexual* no momento da *inclusão*. De uma forma ou de outra, não deixa de ser notável a imprecisão dos dispositivos de produção de dados demográficos sobre os *presos LGBT* utilizados pela SAP.

Outra hipótese seria considerar as políticas de seletividade desta secretaria no que diz respeito ao compartilhamento de informações sobre seu funcionamento com diferentes atores sociais. Parece haver uma escolha estratégica acerca de que dados fornecer e para quem. O que pode ser considerado perigoso nas mãos de um defensor público ligado ao NESC ou de um advogado que atua junto à Pastoral Carcerária pode ser conveniente nas mãos de um jornalista que trabalha para uma revista que historicamente apoia as políticas de Segurança Pública no estado de São Paulo. A matéria, afinal de contas, se esforça claramente em passar uma imagem positiva dos *servidores* e da unidade prisional que retrata.

Por fim, outro dado interessante é o quadro “Do outro lado da cela”, que discorre brevemente sobre os cinco *homens trans* que trabalham em unidades *femininas* do sistema penitenciário paulista. O primeiro depoimento é o de Cal Lucas, o mesmo que participou da campanha “Seja um agente de mudança”:

Cal Lucas passou no concurso de agente penitenciário há onze anos e, desde então, atua na Penitenciária Feminina de Sant’ana, na zona norte. Ele nunca se reconheceu no corpo de mulher. Depois de um processo que envolveu psicólogo e psiquiatra, obteve autorização médica para tomar hormônios e passar por procedimentos como a mastectomia — a remoção total das mamas. “O dia da operação foi um dos mais felizes da minha vida”, lembra. “Adoro andar de regata ou sem camisa quando estou de folga.” [...] Dos 31.000 agentes do estado de São Paulo, apenas cinco são homens trans. Cal foi o primeiro a se assumir para a corporação. E, como todo pioneiro, pagou um preço por isso. “Muitos colegas de trabalho insistiam em me chamar pelo nome de batismo, o que é uma tremenda falta de respeito”, recorda. [...] Cal vive com uma companheira, sonha em adotar uma criança e conseguiu na Justiça o direito de pôr o nome social em todos os seus documentos. (BATISTA Jr., 2018, p. 26).

Mais uma vez os *preconceitos* são mostrados como algo ainda presente, mas que vêm sendo superado por determinados *pioneiros*. O segundo caso apresentado, de Jill Moraes (imagem 8), enfatiza certas limitações impostas “por medida de segurança” devido à sua identidade de gênero:

Jill Moraes, de 54 anos, que passou a adolescência em comunidade hippie no litoral e no interior, ingressou no sistema prisional aos 24. Desde criança ele se reconhece como garoto. [...] É tratado de “Seu Jill” por colegas de trabalho e pelas detentas [...] Tanto Jill quanto Cal exercem funções administrativas — como tabulação de dados e coordenação dos portões de entrada de carros e visitantes. Por medida de segurança, eles não têm contato direto com as presas. Não podem, por exemplo, abrir nem fechar celas. “Meu corpo e minha mente são masculinos. Estar distante do contato físico é uma proteção a elas e a mim mesmo.” (BATISTA Jr., 2018, p. 26).

Esses dois depoimentos tem o efeito de aproximar as experiências de *detentas* e *agentes transexuais*. A diversidade sexual e de gênero na prisão cria pontos de contato entre sujeitos que se encontram “de lados opostos das grades”. Fica em segundo plano o radical antagonismo entre “sujeitos vulneráveis acuados” e *torturadores* a que se refere Elaine de Lima na campanha que analisamos há pouco. O discurso de defesa dos direitos dos *presos LGBT* permite humanizar estrategicamente os dois lados — mantendo na penumbra assimetrias de poder e diversas modalidades de violação.

A gestão de corpos

O que podemos concluir desta análise de algumas das mais visíveis políticas de gestão da *população LGBT privada de liberdade* no estado de São Paulo entre os anos 2013 e 2018?

Em primeiro lugar, é evidente a precariedade dos dados demográficos disponíveis sobre esta população. As informações divulgadas a respeito pela SAP neste período foram sempre incompletas quando não notoriamente inconsistentes. Números discrepantes foram apresentados em contextos diferentes e em intervalos de tempo curtos (as diferenças dificilmente refletiam, portanto, mudanças na quantidade de presos com este perfil ou em sua redistribuição espacial). A isso se somam imprecisões na exposição dos critérios de produção dos dados, a deliberada falta de transparência em resposta a solicitações de determinados setores da sociedade civil (como a DPESP e a Pastoral Carcerária) e a própria inadequação das categorias (identitárias) de classificação utilizadas para dar conta do universo em questão.

Em segundo lugar, podemos destacar a ineficácia das normativas elaboradas no âmbito estadual (em particular a Resolução SAP 11). Uma análise cuidadosa do texto sugere que seu poder limitado de transformar efetivamente o tratamento dispensado aos *presos LGBT* não é acidental. Diversas cláusulas desobrigam (expressa ou

implicitamente) o Estado de implementar as recomendações ou garantir os direitos que supostamente reconhece.

Tais lacunas na produção de saberes e na promoção de direitos não são resultado de uma “falta de Estado”. Elas não devem ser entendidas como efeitos da debilidade política, da inexperiência ou da incompetência de gestores “bem intencionados”. Mais apurado seria compreendê-las como parte operante do estilo necropolítico de gestão de corpos no âmbito do sistema penitenciário paulista. Como argumentou Natália Padovani, “a meta de definir o perfil da população LGBT em nada destoa da qualidade de controle da instituição prisional” (PADOVANI, 2011, p. 213).

Neste capítulo analisamos casos concretos nos quais esses novos ideais normativos se confrontam com a brutal realidade do sistema penitenciário brasileiro – marcado pela violação sistemática dos direitos mais básicos. Cabe questionar, então, o projeto de *humanização* do tratamento de *pessoas LGBT privadas de liberdade*. É possível *humanizar* a prisão promovendo a proteção de um grupo específico em seu interior? A promoção dos direitos desse grupo não pode acabar por legitimar um modelo de privação de liberdade atravessado por contradições insolúveis?

A quem de fato são direcionadas as políticas para *presos LGBT* promovidas pela SAP? Quem deve vê-las e aprova-las? O que pode e o que não pode ser visto a respeito delas? O que se encobre por detrás dessa tênue cortina de “desfiles de moda”, “cursos de beleza” e “dias de Princesa”? Como se enjaulam indomáveis feras por detrás dessa fachada desgastada (e de gosto duvidoso)? Como escutar através de espessas muralhas as vozes, rugidos e sibilos das panteras e mulheres-aranha que lutam para sobreviver nesses cativeiros inóspitos? E, sobretudo, o que pode ser feito para libertá-las desse destino atroz? Como aliar a crítica ao encarceramento em massa a estratégias de diminuição do sofrimento de *pessoas LGBT* na prisão?

Vejamos no próximo capítulo como tais questões tem ganhado espaço na esfera pública, gerando comoção e mobilização política.

CAPÍTULO 4

Quando “Somos Todas Verônica”? violência, enquadramento e comoção

*Não queimem as bruxas
Mas que amem as bixas
Mas que amem
Que amem
Clamem que amem
Que amem as travas também
Amém*

Linn da Quebrada

Se nos últimos capítulos olhamos para a perspectiva dos presos e para os agentes do Estado diretamente envolvidos com o universo da prisão, a proposta agora é olhar para a sociedade civil de maneira ampla. Trata-se de analisar os momentos nos quais os corpos marcados pela violência da prisão ganham espaço na esfera pública. Em que circunstâncias essas vidas que de forma geral não importam, que são facilmente esquecidas ou descartadas, passam a gerar comoção pública?

Essa reflexão será desenvolvida a partir de um caso específico: os episódios de violência relacionados com o aprisionamento da *travesti* Verônica Bolina em abril de 2015 e a mobilização que esse evento gerou através das redes sociais nas semanas que o sucederam. A obra de Judith Butler, em particular o aparato teórico apresentado em *Frames of War* (2015[2009]), será a principal referência teórica para a análise. Os conceitos de enquadramento, precariedade e comoção serão fundamentais nesse sentido. Voltarei a eles em breve – mas, antes de mais nada, devo descrever em linhas gerais o conflito que deu origem à mobilização que teve como mote a expressão “Somos Todas Verônica”.

Controvérsia

Os episódios de violência dos quais Verônica foi ao mesmo tempo protagonista e vítima são complexos e controversos. Não procuro aqui depurar os fatos por trás das múltiplas perspectivas e interpretações oferecidas pelos diversos atores envolvidos - como seria, talvez, o objetivo ideal dos agentes do direito penal engajados no processo. Quero entender justamente como a violência pode ser enquadrada de várias formas, e que efeitos cada um desses enquadramentos pode ter tanto para o caso em foco como para outros casos que são dele aproximados.

Alguns dias depois do evento, uma determinada narrativa se consolidou na forma de uma sucessão factual de acontecimentos – embora as interpretações sobre as causas, os significados e as implicações políticas das ações e do conflito continuem em disputa. Para elaborar a descrição que se segue, tomarei como base sobretudo os relatórios elaborados pelo CONDEPE-SP (Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana) e pelo Centro de Cidadania LGBT - Arouche.

Na madrugada do dia 10 (sexta-feira) para o dia 11 (sábado) de abril de 2015, a *travesti* Verônica Bolina teve uma discussão com uma amiga sua, *transsexual*, em seu apartamento na Bela Vista, região central da cidade de São Paulo. O barulho incomodou sua vizinha, uma *mulher idosa*, e esta foi até o apartamento para reclamar. Uma nova discussão teve início, culminando na troca de agressões (verbais e físicas) entre as duas. A polícia foi chamada para colocar fim ao conflito: a senhora, com ferimentos considerados graves, foi levada ao hospital e Verônica foi detida pelos policiais. Tendo resistido à prisão, foi espancada a caminho do 78º Distrito Policial, nos Jardins. Assinou, nesta Delegacia, um Boletim de Ocorrência na qual era acusada de ser pega em flagrante cometendo tentativa de homicídio. Em seguida, Verônica foi transferida para a carceragem do 2º Distrito Policial, no Bom Retiro, e afirma ter sido espancada pela segunda vez neste percurso.

Durante a noite, Verônica teve uma série de conflitos com os outros 11 presos provisórios (todos *homens*) com os quais compartilhava a cela. Pela manhã, um agente penitenciário pediu para os demais presos se retirarem e ficou a sós com ela na cela – atacando-a com socos, chutes e xingamentos. Resistindo a essa agressão, Verônica conseguiu arrancar com uma mordida parte da orelha do carcereiro, mantendo em sua boca o pedaço extraído. Ela foi então levada ao pátio onde, com a ajuda de outros policiais e agentes, sofreu novas agressões. Além de receber socos, chutes e xingamentos, Verônica teve as roupas arrancadas e seu ânus violado com um cabo de vassoura. Parte dessas agressões foi fotografada informalmente por agentes e policiais. A *travesti* foi levada ao hospital, onde sofreu outros tipos de maus tratos e voltou à carceragem da mesma delegacia no dia seguinte, quando foi implicada em um novo processo, dessa vez por lesão corporal grave devido à briga com o carcereiro. No início da semana, foi transferida para um Centro de Detenção Provisória na capital paulistana.

O caso só se tornaria público alguns dias depois devido ao vazamento das imagens produzidas pelos agentes e policiais. O que primeiro chamou atenção nesse caso não foi, entretanto, a brutalidade da violência sofrida por Verônica, mas a

peculiaridade da mutilação sofrida pelo carcereiro (ter a orelha arrancada por uma *travesti*). A primeira notícia em um portal de maior visibilidade na internet (o G1, do grupo O Globo) só foi publicada na segunda-feira, dia 13, e teria como manchete justamente: “Preso arranca orelha de carcereiro em SP e fotos circulam na internet”. Verônica só ganharia o centro do debate quando os ativistas LGBT começaram a questionar o uso do masculino para se referir a uma *travesti* pelos jornalistas do G1 e depois quando foram divulgadas, nas redes sociais, fotos dela “antes e depois” das agressões da polícia.

Duas características desse caso o tornam particularmente rico para essa reflexão sobre violência, enquadramento e comoção. Em primeiro lugar, seu caráter profundamente controverso e, portanto, sujeito a interpretações contrastantes. Estamos falando de uma trama complexa, na qual os atores não se encaixam confortavelmente nas posições de vítimas ou algozes, e de uma opinião pública polarizada. Em segundo, o lugar central que as imagens (tanto do carcereiro quanto de Verônica) ocuparam em todo o processo. Em um país em que a violência policial é rotineira e naturalizada (sendo de forma geral recebida com indiferença ou mesmo entusiasmo por grande parte da opinião pública), foi em grande parte devido à força do registro visual dessas atividades que a comoção pôde ser produzida e politicamente mobilizada.

Quadros de Guerra

Esta seletividade da atenção pública no que se refere à percepção de certos tipos de violência como “normais” e “aceitáveis” ou como “graves” e “inaceitáveis” é o que quero analisar. E para isso os conceitos de enquadramento e comoção desenvolvidos por Judith Butler me parecem particularmente úteis. Estamos falando, em seus termos, de “modos culturais de regular as disposições afetivas e éticas por meio de um enquadramento seletivo e diferenciado da violência” (BUTLER, 2015, p. 13). Esse enquadramento seletivo está diretamente relacionado com o processo por meio do qual determinadas vidas são reconhecidas como dignas de proteção em detrimento de outras.

A palavra enquadramento aparece na edição brasileira (2015) de *Quadros de Guerra* (*Frames of War*, 2009) como uma tradução possível do termo *frame*. O jogo de palavras feito pela autora no texto original, destrinchando as múltiplas acepções que a expressão *to be framed* possui na língua inglesa, foi reproduzido com alguma precisão pelos tradutores – o que foi possível devido à existência de sentidos semelhantes para

essas palavras nas duas línguas. Devo enfatizar, no entanto, algumas divergências significativas que foram relevadas pelos tradutores, mas que são fundamentais para a análise que proponho.

O primeiro sentido de enquadramento seria o de “emolduramento”, ou seja, as “maneiras de intervir ou ampliar a imagem” através da edição dos seus limites (o que fica “dentro” ou “fora” da moldura) e de sua inserção em determinado contexto. Esse sentido teria ressonância com um segundo, que seria o de “incriminação” de alguém pela polícia. A expressão em inglês nesse contexto é mais próxima do sentido de “armação” em português, ou seja, “cair em uma armadilha ou ser incriminado falsa ou fraudulentamente com base em provas plantadas” (BUTLER, 2015, p. 23). Em ambos os casos, está em jogo o direcionamento implícito da interpretação sobre aquilo que está enquadrado, ou seja, “determinada maneira de organizar a ação que leva a uma conclusão interpretativa acerca da própria ação” (idem).

Em português, “ser enquadrado” tem um significado um pouco diferente, mas que também faz sentido nesse contexto. “Tomar um enquadro da polícia” significa, sobretudo, receber uma espécie de aviso de que se está “na mira”, de que algo mais grave pode acontecer em uma próxima abordagem. Trata-se de uma afirmação, mais ou menos direta ou violenta, de que alguém está sujeito à autoridade policial e que deve mudar seu comportamento para “evitar problemas. De uma forma ou de outra, está em jogo o poder de controlar como as ações de determinados sujeitos serão interpretadas e que consequências isso terá para ele.”²⁰⁸

Em sua reflexão sobre a Guerra do Iraque, Butler enfatiza justamente a necessidade de se refletir sobre as representações do conflito nos meios de comunicação. Ou seja, as formas como o conflito é enquadrado são fundamentais para garantir sua legitimidade e, portanto, sua viabilidade política. Parte da tarefa da esquerda, portanto, seria resistir aos enquadramentos impostos por forças conservadoras e imaginar novas possibilidades de apresentar os problemas para o grande público, produzindo outras formas de engajamento ético e afetivo.

Duas operações são particularmente importantes nesse movimento. A primeira delas é o que Butler chama, inspirada pelo cinema de Trinh Minh-ha,²⁰⁹ da

²⁰⁸ Em português existe ainda o sentido de enquadramento de determinada ação em algum artigo do código penal. Por exemplo quando se diz que alguém “foi enquadrado por tráfico”. Esse sentido, no entanto, não foi desenvolvido nem pela autora nem pelos tradutores, de forma que não vou me alongar nele aqui.

²⁰⁹ Documentarista de origem vietnamita, atualmente professora na universidade de Berkeley (EUA).

possibilidade de “enquadrar o enquadramento” e, portanto, “enquadrar o enquadrador”. Trata-se de um exercício reflexivo de questionar a moldura e de mostrar que “ela nunca conteve de fato a cena que se propunha e ilustrar, que já havia algo fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível” (BUTLER, 2015, p. 24). Essa torção é possível porque todo enquadramento “rompe invariavelmente consigo mesmo quando se move através do tempo e do espaço” (ibid., p. 25). Ou seja, para que circule amplamente e produza efeitos de larga escala, um enquadramento precisa romper com o contexto no qual foi produzido e, desta maneira, cria as fissuras que permitem questioná-lo. Trata-se de um processo de reiteração imperfeita que, ao se alongar através do tempo e do espaço, cria possibilidades de resistência e transformação.

A segunda operação é, portanto, criar novos enquadramentos. Trata-se de “uma luta no âmbito das aparências e dos sentidos, buscando a melhor forma de organizar a mídia a fim de superar as maneiras diferenciadas através das quais [...] uma vida é considerada como valorada ou, simplesmente, como uma vida a ser vivida” (ibid., p. 255). Esses novos enquadramentos devem ser capazes de mostrar, sobretudo, que outras vidas também têm valor – que estão expostas aos mesmos desafios (ou até desafios maiores) que as nossas e são, portanto, igualmente dignas de proteção e amparo.

A argumentação a seguir está organizada em quatro partes. Na primeira delas, devo apresentar o primeiro enquadramento dado ao caso de Verônica pela imprensa, que tem como núcleo a seguinte narrativa: “carcereiro é mutilado por travesti”. O agente penitenciário é entendido como vítima, a *travesti* (tratada em geral no masculino) como agressora e a violência policial não está em questão. Em seguida, devo analisar os enquadramentos promovidos nas redes sociais por militantes LGBT e ativistas de direitos humanos, que sugerem outra narrativa: “travesti é desfigurada pela polícia”. A *travesti* é colocada como vítima, a polícia como agressora e a violência policial (transfóbica e racista) está no centro. Depois, devo refletir sobre questão da agência nesse caso, atentando para as estratégias às quais alguns atores centrais da trama recorreram e como buscaram mobilizar (ou não) os enquadramentos disponíveis sobre o conflito. Por fim, retomando o objetivo central do artigo, devo abordar a questão da comoção de modo a refletir sobre os efeitos mais duradouros desse caso sobre a mobilização política em torno da proteção a *pessoas LGBT privadas de liberdade*.

Primeiro Enquadramento

Conforme disse há pouco, a primeira notícia sobre o caso de Verônica Bolina em um endereço de maior visibilidade na internet foi publicada pelo portal de notícias G1 em uma segunda feira, dia 13 de abril, dois dias depois do ocorrido. A matéria começa da seguinte maneira:

Preso arranca orelha de carcereiro em SP e fotos circulam na internet

Um preso mordeu e arrancou parte da orelha de um carcereiro em uma delegacia na região central de São Paulo neste domingo (12). De acordo com policiais civis ouvidos pelo G1, um travesti atacou o agente de segurança quando era transferido de uma cela para outra na carceragem do 2º Distrito Policial (DP), no bairro do Bom Retiro.

A matéria continua descrevendo em linhas gerais o conflito que levou à prisão, os detalhes da briga entre o agente penitenciário e a *travesti*, os cuidados recebidos pelo primeiro depois da mutilação e os processos pelos quais a segunda teria de responder (tentativa de homicídio e lesão corporal grave). Nenhuma referência é feita a eventuais agressões que a *travesti* sofreu. O texto chega a se referir ao carcereiro como “vítima ferida” e à *travesti* como “o agressor”. Além disso, a *travesti* é invariavelmente referida no masculino, sendo chamada a princípio de “o preso” e depois de “um travesti”.

É importante notar que as únicas fontes consultadas para a elaboração da matéria são policiais civis e agentes penitenciários. A Secretaria de Segurança Pública (SAP) foi contatada, mas não comentou o ocorrido. A matéria faz, além disso, referência a três imagens que estariam circulando pelas redes sociais (Facebook e Whatsapp), e que presumivelmente despertaram interesse pelo caso. As fotos representariam: “o carcereiro sem a parte superior da orelha direita; a orelha arrancada num copo; e o preso detido por policiais”. A matéria divulga apenas uma foto, que supomos ser a primeira (imagem 1, à esquerda) e apresenta a seguinte legenda: “Carcereiro que teve pedação da orelha arrancada”. A terceira é possivelmente uma das imagens nas quais Verônica aparece brutalmente desfigurada, mas nenhuma referência é feita a seu estado.

Percorrendo outras notícias sobre o caso, notadamente a matéria publicada pelo jornal Agora no dia seguinte (imagem 1, à direita), percebemos que a imagem presente na matéria do G1 representa apenas um fragmento da imagem que circulava pelas redes sociais. Na notícia intitulada “Travesti arrancou orelha de carcereiro após humilhação”,

Imagem 1: diferentes enquadramentos publicados pelo portal de notícias G1 (esquerda) e pelo jornal Agora (direita).

Imagem 2: Fotografias de Verônica tiradas (e divulgadas) por policiais e agentes penitenciários no 2º Distrito Policial.

o Agora apresentou outra versão da mesma foto – com a região da orelha desfocada, mas mostrando o rosto de perfil do carcereiro. Este, para a surpresa de muitos, parece estar sorrindo, como que se divertindo com a situação.

Trata-se, podemos dizer, de um exemplo bastante literal do que temos chamado de enquadramento no sentido da edição intencional do que fica dentro ou fora de uma imagem e dos efeitos que essas escolhas têm na indução de determinada interpretação. A expressão facial do carcereiro seria um ruído para a compreensão de que ele seria simplesmente a “vítima inocente” (que estava apenas “fazendo o seu trabalho”) de uma *travesti* particularmente agressiva. Assim como poderia ser incômoda para a narrativa a imagem de Verônica desfigurada e não apenas “detida por policiais”. O vínculo entre as duas imagens (o carcereiro sorridente e a *travesti* espancada), que circularam juntas em grande parte das vezes, sugere outras narrativas.

A compreensão da agressividade da *travesti* como algo injustificado, fora de controle, ou mesmo animalesco é um dos elementos desse enquadramento. Na matéria do G1, é feita referência ao fato de que “quando mordeu a orelha do agente de segurança, o preso ficou com a parte que arrancou dentro da boca e só liberou depois de cerca uma hora, disseram os agentes”. Neste contexto, tal informação parece sugerir apenas uma truculência extraordinária por parte da *travesti*. Em outro contexto, a mesma atitude foi mobilizada justamente como uma prova de que ela estava sendo agredida brutalmente: manter o pedaço da orelha na boca seria uma estratégia de dissuadir os agentes a cessarem o espancamento, já que mastigando ou engolindo o mesmo ela inviabilizaria um reimplante.

A imagem de uma *travesti* agressiva e descontrolada aparece de forma ainda mais enfática em uma matéria publicada pelo jornal carioca Meia Hora no dia seguinte (14 de abril). Classificado como um jornal *popular*, o Meia Hora é conhecido por manchetes infames (com metáforas sexuais, humor negro e trocadilhos vulgares) e pelo tom sensacionalista. Com tintas mais fortes, reproduz ao mesmo tempo que exacerba o enquadramento proposto pelo G1. Ao que tudo indica, inclusive, a matéria mencionada do G1 foi a única fonte para o texto - que começa da seguinte maneira:

Travesti tem dia de Mike Tyson: preso arranca pedaço da orelha de carcereiro

Num ataque de fúria, travesti arrancou com uma dentada parte da orelha de agente carcerário logo após ser preso, em São Paulo. Ele havia sido levado ao 2º Distrito Policial, no bairro do Bom Retiro, por agredir uma idosa. Por este crime, ele deve responder por

tentativa de homicídio. Já pela agressão à la Mike Tyson, acabou autuado por lesão corporal grave.

De acordo com os policiais civis, o traveco bolado ficou com parte que arrancou da orelha dentro da boca por cerca de uma hora. Só faltou mastigar!

Antes de mais nada, chama a atenção a comparação com Mike Tyson, boxeador negro norte-americano – que se tornou manchete no mundo inteiro ao morder e arrancar um pedaço de seu rival, Evander Holyfield, durante uma luta. O gesto de Tyson foi amplamente condenado, sendo considerado expressão de seu desequilíbrio mental e do início da decadência de sua carreira. O despropósito de sua atitude teria a ver justamente com o fato de ele ter quebrado as regras de uma luta “limpa” ou “justa”, ter “perdido a esportiva” de maneira irracional. A comparação, nesse sentido, tem um efeito geral de deslegitimar a *travesti* em duas dimensões: associa uma masculinidade exacerbada e racializada para um sujeito que se entende como feminino e apresenta sua agressividade como irracional e desproporcional.

A masculinidade frequentemente atribuída ao corpo de *travestis*, em particular das negras (como é o caso de Verônica), não deixa de ser outra questão complexa. Verônica trabalhava como modelo, como atriz pornográfica e como prostituta. Nos sites de vídeos pornográficos e de acompanhantes em que constam seu nome, são frequentes as referências positivas a atributos masculinos exacerbados em seu corpo: estatura elevada, músculos definidos, força física, pênis avantajado, performance sexual agressiva. O vídeo de sexo explícito associado ao seu nome com o maior número de visualizações, por exemplo, se chama “*Veronica Bolina Shemale Bodybuilder Dominates a Guy and Fucks His Brains Out*”.²¹⁰ Outras expressões frequentemente associadas a ela são *Black*, *Ebony*, *Hardbody*, *Big Booty*, *Latina*, *Brazilian* e *Muscled*.²¹¹ Vemos a produção de certa identidade *travesti* racializada que é ao mesmo tempo profundamente erotizada e exotizada – e da qual fazem parte atributos masculinos exacerbados.

Os atributos masculinos de Verônica não são, portanto, algo completamente estranho à sua vida antes da prisão. Nem são elementos necessariamente desvalorizados

²¹⁰ Em tradução livre: “Verônica Bolina, traveco bombado, domina um cara e fode até ele perder a cabeça”. A palavra *Shemale* [ela-macho] é uma forma hipersexualizada e pejorativa de se referir a travestis e transexuais.

²¹¹ *Black* [preto/ negro] e *Ebony* [Ébano/ Madeira Escura] são classificações raciais, associadas a pessoas de pele escura. *Hardbody* [corpo duro] e *Muscled* [musculosa] se referem a corpos malhados, definidos pela musculação. *Big Booty* [traseiro grande] se refere a nádegas e coxas avantajadas. *Latina* [latino-americana] e *Brazilian* [brasileira] se referem à sua origem regional.

de sua identidade, por mais que possamos problematizar a margem de agência que ela possui nesse caso. O próprio sobrenome escolhido por Verônica (Bolina) remete ao universo das academias e do *Body Building*. Trata-se de uma referência a Dani Bolina – modelo e dançarina bastante conhecida no universo *fitness*, representativa de uma geração de *mulheres cisgênero* com a musculatura particularmente definida. Na forma como se encontra na matéria do Meia Hora, no entanto, essa masculinidade aparece de maneira decididamente negativa, como agressividade e descontrole, uma espécie de sátira do poder viril. A expressão *traveco bolado* sintetiza essa perspectiva depreciativa. Trata-se, portanto, de uma espécie de enquadramento de sua identidade de gênero. Como veremos na seção a seguir, essa mesma masculinidade pode ser mobilizada de maneira positiva, como signo de luta e resistência.

Este primeiro enquadramento é, com suas pequenas variações, a compreensão hegemônica feita pela grande imprensa do conflito desencadeado a partir do aprisionamento de Verônica. O corpo e a identidade da *travesti* estão literalmente fora do cenário (ela não tem nome e nada se sabe sobre ela além do fato de ela ter agredido duas pessoas), e por isso mesmo não se faz nenhuma menção ao seu estado depois do conflito: só importam os danos que ela causou aos corpos do carcereiro e da senhora, bem como os processos aos quais ela responde. Trata-se de uma exclusão deliberada, já que é extremamente improvável que os jornalistas não tenham visto as imagens da *travesti* desfigurada nas mãos da polícia e dos carcereiros.

A violência policial e carcerária está fora do enquadramento porque o corpo na qual ela foi inscrita está também fora da moldura. Ela permanece, assim, naturalizada. Não é notícia. Notícia é a mutilação peculiar (para alguns bizarra ou mesmo cômica) sofrida pelo agente penitenciário. Ao enfatizar a singularidade do caso, e torná-lo uma história sensacionalista, esse enquadramento deixa de falar da brutalidade cotidiana da violência policial e carcerária.

Como todo enquadramento, no entanto, esse modo de contar a história é fundamentalmente incompleto e falível. Ao fazer circular uma das imagens, ao mencionar a existência de outras imagens e ao enquadrar uma *travesti* por um crime, ele acabou por chamar a atenção para um caso que teria tudo para permanecer invisível – como são a maior parte dos casos de violência policial (inclusive contra *travestis*) e a tortura cotidiana a que são sujeitas as centenas de milhares de pessoas privadas de liberdade no Brasil. Paradoxalmente, ao falar sobre a agressividade de uma *travesti*, a imprensa dispararia uma mobilização sem precedentes em torno do tratamento

truculento e desumano desferido contra *travestis* e *transexuais* por forças policiais e carcerárias.

Segundo Enquadramento

A primeira reação contra a matéria publicada pelo G1 era direcionada aos próprios jornalistas e editores do portal. Dizia respeito sobretudo à resistência destes em respeitar a identidade de gênero da *travesti*. Muitos ativistas LGBT, em particular *travestis* e *transexuais*, compartilharam a matéria criticando sua redação desrespeitosa. Durante a manhã e o início da tarde do dia 13 de abril, as críticas giravam basicamente em torno desta primeira matéria.

A repercussão da notícia aumentaria o interesse pelo caso e algumas horas depois esses ativistas encontraram as fotos da *travesti* desfigurada. Ao que tudo indica, as fotos foram compartilhadas pelos próprios policiais e agentes que as tiraram juntamente com a foto do carcereiro mutilado. A ideia seria mostrar que a *travesti* não tinha escapado ilesa depois do ataque. O sorriso do carcereiro, bem como a despreocupação em circular fotos que registram os efeitos da violência, sugerem que havia uma intenção jocosa nessa divulgação. Os primeiros receptores eram provavelmente outros policiais e agentes penitenciários, mas as imagens *vazaram* e em seguida, como se diz na gíria da internet, *viralizaram* até chegar nas mãos de jornalistas, ativistas LGBT e pessoas engajadas na causa dos direitos humanos.

Os primeiros *posts* amplamente compartilhados através das redes sociais (especialmente pelo Facebook, mas também pelo Whatsapp) traziam as fotos da *travesti* desfigurada e denunciavam a violência da qual ela havia sido vítima. Não havia ainda menção ao seu nome ou fotos suas antes da prisão. As duas primeiras imagens a circular foram tiradas no pátio e no estacionamento do 2º DP (imagem 2) e mostram a *travesti* com a roupa rasgada e parcialmente despida, descalça e com os pés algemados. Em uma delas a vemos deitada no chão com uma nádega exposta e na outra com o rosto desfigurado e os seios expostos.

Através de redes de ativistas trans, Verônica foi finalmente identificada e foram mobilizados diversos grupos de defesa dos direitos humanos. A partir de então, foram encontradas fotos de Verônica antes da prisão e proliferaram as montagens que comparavam o “antes” e o “depois” da violência policial. A exuberância das formas corporais de Verônica e a atitude radiante que ela expressava nessas fotos dava

particular intensidade ao contraste. Muitas dessas montagens incluíam também textos ou frases de efeito contextualizando as imagens, denunciando a brutalidade da polícia e invocando a necessidade de ação política (imagem 3).

Ainda no dia 13 de abril, duas produções discursivas foram fundamentais para consolidar um segundo enquadramento para o caso de Verônica: uma charge do cartunista Vitor Teixeira (VitorT) mostrando a *travesti* “antes” e “depois” da agressão em uma única figura (imagem 4) e a *hashtag* “Somos Todas Verônica” (#somostodasveronica). É difícil saber exatamente quem criou a *hashtag*, mas ela foi rapidamente difundida e associada à charge – que se tornou a imagem mais icônica da mobilização. Vitor Teixeira já era reconhecido como um cartunista engajado com causas políticas entendidas como de esquerda no Brasil (como a desigualdade econômica, o encarceramento em massa e a própria violência policial), de forma que sua charge circulou amplamente entre diversas redes de ativistas, estudantes universitários e intelectuais.²¹² Em algum momento, a *hashtag* foi adicionada na parte superior da charge, de forma que a imagem e o texto ficaram cada vez mais associados.

A partir de então, é possível ver ao mesmo tempo uma ampla profusão de *posts* sobre o caso e uma sintonia cada vez maior entre os mesmos – tanto no que se refere à interpretação que ofereciam sobre o caso (centrada na violência policial) quanto em relação à forma de atuação política que ele demandava (defesa dos direitos humanos e combate à transfobia e ao racismo). Na manhã do dia 14, foi criada a página “Somos Todas Verônica” no Facebook, tendo como foto de perfil a charge de Vitor Teixeira. Esta página passou a centralizar grande parte da mobilização, compartilhando os principais *posts* e matérias que saíram sobre o caso a partir de então, além de peças visuais produzidas por ativistas e artistas do Brasil inteiro (imagem 5). Em pouco tempo, a página já contava com mais de 15 mil seguidores.

É interessante notar que, em grande parte desses desenhos, a força física de Verônica é ressaltada – não mais como signo de agressividade e descontrole, mas como símbolo de resistência e luta. Em um deles, Verônica aparece levantando com um braço o “peso” de ser *travesti* e no outro o “peso” de ser *negra*. Naquele que se tornou um dos mais icônicos, ela aparece em uma posição recorrente em cartazes feministas clássicos: de lado, com um lenço na cabeça e mostrando o *muque*. Não são poucas ainda

²¹² A simpatia de ativistas LGBT pelo trabalho de Vitor Teixeira não durou muito. Alguns meses, depois algumas de suas charges foram acusadas de reforçar estereótipos negativos sobre a comunidade LGBT.

Imagem 3: Montagem amplamente compartilhada no Facebook mostra Verônica “antes” e “depois” de ser “terrivelmente espancada”.

Imagem 4: Algumas das peças artísticas compartilhadas pela página “Somos todas Verônica” em abril de 2015.

as imagens nas quais sua figura é associada à do mártir – inclusive com a iconografia de Jesus Cristo crucificado. O sangue da violência sofrida transmuta assim o *traveco bolado* em uma “santa travesti”.

Ao longo desta primeira semana com particular força e, nas semanas seguintes, com intensidade um pouco menor (com picos em momentos críticos, como paradas do orgulho e outros atos do movimento LGBT), a mobilização em torno do caso teve uma amplitude impressionante. A pressão para que os policiais e agentes penitenciários fossem responsabilizados foi grande, tendo contado com o engajamento de diversos atores dentro do Estado (especialmente na Defensoria Pública) e de grupos de defesa dos direitos humanos (especialmente os protagonizados por *travestis* e *transexuais*). Uma série de matérias e artigos foi escrita em diversos *blogs*, portais virtuais e canais de notícias, embora nenhum deles tivesse a mesma visibilidade do que o G1.

Pensemos agora na expressão “Somos Todas Verônica” e neste novo enquadramento que ela representa: em que contexto ele insere a violência policial e carcerária? O que fica do lado de fora da moldura para que a comoção se propague e uma nova interpretação sobre o caso se fixe? Pensando nos termos de Judith Butler, parece-me que essa expressão é uma forma de afirmar a precariedade como um elemento fundamental de toda a vida humana. Ou seja, reconhecer que a vulnerabilidade à qual Verônica está sujeita é a mesma à qual poderíamos estar sujeitos – e que negar a ela a proteção da qual gozamos é uma injustiça que precisa ser corrigida. A apreensão do sofrimento e do valor da vida do outro desperta um novo compromisso afetivo e ético. Nas palavras de Butler, estamos falando em reconhecer a precariedade compartilhada como caminho para problematizar uma condição precária desigualmente distribuída e politicamente induzida:

A política precisa compreender a precariedade como uma condição compartilhada, e a condição precária como a condição politicamente induzida que negaria uma igual exposição através da distribuição radicalmente desigual de riqueza e das maneiras diferenciais de expor determinadas populações, conceitualizadas de um ponto de vista racial e nacional, a uma maior violência. O reconhecimento da precariedade compartilhada induz fortes compromissos normativos de igualdade e convida a uma universalização mais sólida dos direitos que procure abordar as necessidades humanas básicas de alimento, abrigo e demais condições de sobrevivência e prosperidade (BUTLER, 2015, p. 50).

Em relação ao caso de Verônica, podemos pensar que essas populações não são definidas apenas em termos de raça e nacionalidade, como sugere Butler no contexto

da Guerra do Iraque. Na mobilização em foco, os marcadores mais frequentemente destacados são, além de raça (*negra, preta*), gênero (*travesti, mulher*) e classe (*pobre, trabalhadora*). Em um post no blog *Os Entendidos*, Fernanda Dantas Vieira mobiliza o conceito de abjeção, desenvolvido também por Judith Butler, para falar sobre o lugar do gênero no tipo de violência sofrido por Verônica:

Nenhum ser humano, independente de qual crime tenha cometido, deve ser submetido àquele tipo de tratamento. Nenhum. Tortura é crime. Qual o sentido de fotografar e expor um ato criminoso desse nas redes? Na maior parte dos casos de violência policial, os envolvidos não fotografam, não exibem e nem compartilham provas da violência como troféu, o que, então, faz com que essa violência seja espetacularizada? Exibida? Ora, a resposta é simples: trata-se de uma travesti, vista como corpo abjeto, que pode ser mostrado, revirado, mexido, tocado, torturado e experimentado.

Entre as diversas postagens, a ênfase em cada um desses marcadores varia significativamente, em geral articulada com a orientação política do autor ou do coletivo responsável pelo texto: coletivos de *mulheres negras* enfatizam gênero (feminino) e raça, coletivos de *travestis* enfatizam a identidade *trans*, coletivos ligados à questão dos direitos da população carcerária enfatizam a violência policial, etc. Um bom exemplo é a publicação do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, intitulada “Verônica não é louca: o crime dela é ser uma de nós”. Ao final do texto, que descreve a violência sofrida pela *travesti*, elas afirmam:

A louca não é louca. É travesti. É gênero feminino. É negra. É trabalhadora. É misoginia, transfobia e racismo. É problema nosso também!

É interessante analisar, neste sentido, o recurso generalizado ao feminino universal na expressão “Somos todas Verônica”. Em nenhum momento foi utilizada a variação “Somos todos Verônica”, mesmo considerando que muitos *homens* terem escrito e compartilhado postagens e utilizado a *hashtag*. Parece haver, em certo sentido, a necessidade de afirmar a feminilidade da própria Verônica, que ficaria ambígua com a utilização do masculino. Além disso, em se tratando de denunciar uma modalidade de violência de gênero (a transfobia) perpetrada por *homens* contra uma *mulher*, o sujeito político da reivindicação ganha mais força se afirmando como feminino, mesmo que englobe também pessoas que se identificam com o masculino.

Por fim, vale a pena refletir sobre o que fica “de fora” deste enquadramento. Sobre o que ele não fala, ou o que evita falar? Podemos pensar, nesta direção, sobre o

estatuto da vítima como figura central para a reivindicação de direitos na cena contemporânea (SARTI, 2011). A escolha de Verônica como uma espécie de caso exemplar para falar sobre a violência policial e carcerária contra *travestis* é eficaz em grande parte pela força das imagens que evidenciam a brutalidade da violência da qual foi vítima. O foco recai então quase exclusivamente sobre a violência inscrita no corpo de Verônica pela polícia e pelos carcereiros, deixando fora do enquadramento outros elementos da trama, como o conflito que levou Verônica à prisão, os desentendimentos com os outros presos na carceragem e a mutilação sofrida pelo agente penitenciário.

Se a mobilização em torno do caso foi construída em grande parte transformando Verônica em uma espécie de mártir, em um símbolo de resistência, os críticos do movimento atacariam justamente essa mesma figura questionando seu estatuto de vítima. O discurso reativo procurava dizer algo como: “se Verônica não é tão vítima assim, talvez a polícia não esteja tão errada assim”. Nem tanto a orelha arrancada do carcereiro (que não seria tão facilmente considerado uma vítima inocente), mas sobretudo os graves ferimentos sofridos pela vizinha idosa de Verônica foram mobilizados então para desqualificar as demandas pela garantia dos direitos da *travesti* presa. As fotos da senhora internada no hospital foram então amplamente divulgadas, bem como entrevistas apresentando sua visão sobre o ocorrido.

Trata-se de um discurso recorrente entre aqueles que questionam as demandas de direitos humanos no âmbito do sistema penitenciário. Se os presos são *bandidos* e *vagabundos* (uma ameaça à ordem pública), seu sofrimento é indiferente para o restante da sociedade – quando não entendido como justo, como uma punição merecida. Esse tipo de atitude permitiu que atos brutais como o Massacre do Carandiru fossem recebidos com indiferença ou até com entusiasmo pela opinião pública (“bandido bom é bandido morto”). Na carceragem de uma DP e depois em um Centro de Detenção Provisória, Verônica era “mais um” entre *bandidos* e *vagabundos*: merecia, portanto, o mesmo tratamento brutal que seus companheiros de infortúnio.

No dia 16 de abril, a página do Facebook *Faca na Caveira*, célebre por apoiar incondicionalmente a ação da polícia paulista (o *slogan* da página é “aqui vagabundo não tem vez”), publicou um depoimento-manifesto escrito por Fernando Santiago, um delegado da Polícia Civil. O texto, compartilhado por mais de 10 mil pessoas, era intitulado “Não somos Verônica: a verdade precisa ser dita”. Depois de apresentar sua visão dos fatos e desqualificar a mobilização em torno da *travesti* (que ele insiste em chamar pelo seu nome de registro, Charleston), o delegado afirmou:

Eu já me acostumei com a total falta de apoio e da inversão de valores que os policiais sofrem neste país, motivo pelo qual, não me surpreendeu muito o total abandono do policial que perdeu a orelha. O que me surpreendeu neste caso foi que, além do policial, ninguém se preocupou em saber o estado de saúde de uma idosa de 73 anos, que poderia ser mãe ou avó de muitos dos que estão lendo este texto. Isso tudo só demonstra o quanto nossa sociedade está doente e influenciada por movimentos preocupados em defender apenas membros de minorias, sejam qual for a situação em que eles se encontrem, estando eles certos ou não, sejam eles criminosos ou não. Estes movimentos não defendem todos os humanos, mas apenas alguns humanos: os que pertencem a grupos vulneráveis e taxados oprimidos. Então, porque usar a nomenclatura "direitos humanos"? [...] O criminoso Charleston, deu lugar à vítima Verônica. Numa absurda inversão de valores, deixam de se preocupar com as ações que Charleston praticou e passam a se preocupar com as ações que Verônicas sofreu. [...] A ação praticada pelo agente não interessa mais, mas sim se este possui certas características pessoais como ser negro, homossexual, favelado e a maior delas: NÃO SER POLICIAL, pois nesse caso, a presunção é invertida e envereda sempre para a culpa.

A Polícia não é contra gays e transexuais.

A Polícia é contra criminosos.

Eu não sou contra gays e transexuais. Apenas sou a favor de gays e transexuais corretos.

Esse tipo de formulação, que fala em “direitos humanos apenas para humanos direitos” é particularmente popular entre os setores mais conservadores da sociedade brasileira e é frequentemente mobilizada para defender a atuação da polícia. A publicação trazia apenas duas imagens: mostrava o carcereiro ferido e a sua orelha decepada. O corpo de Verônica estava outra vez fora de cena. Esse tipo de reação exigiu uma contra-argumentação por parte daqueles que defendiam a causa de Verônica. Sofia Fávero, responsável pela página *Travesti Reflexiva* no Facebook (com quase 200 mil seguidores) elaborou uma das respostas mais consistentes:

"Somos Todas Veronica" não significou, em momento algum, que compactuamos com qualquer agressão cometida pela mesma, o destaque dessa campanha foi sintetizado na maneira desumana que ela, enquanto travesti negra, foi tratada durante e após uma abordagem policial. Não é papel dos agentes do Estado o ato de desfigurar, espancar e agredir as pessoas que são apreendidas. O fato disso ter ocorrido com ela não é natural ou coincidência, esse processo violento que determina qual vida tem valor foi estabelecido em uma sociedade hierarquizada. Quando dizemos que também somos Veronica, não estamos querendo omitir o que precedeu a sua ida ao presídio ou ignorar que ela deve responder pelo que havia feito, mas sim expor que, com a autorização do senso comum, alguns corpos podem ser maltratados e outros não.

Suzane Von Richthofen, Anna Carolina Jatobá e Alexandre Nardoni, o ex-goleiro Bruno Fernandes, Lindemberg Alves, Thiago Henrique Gomes da Rocha, etc.

Para além do que cometeram e do que chocaram, todos eles possuem algo em comum: nas fotos em que estavam algemados ao lado da polícia, encontravam-se vestidos, sem hematomas, em pé, não desfigurados, visivelmente saudáveis e, o mais incrível de tudo, protegidos.

Essa não é uma chamada por direitos humanos, essa é uma disputa muito mais profunda de humanidade.

Dessa maneira, Sofia Fávero coloca novamente a questão nos termos da distribuição desigual de proteção no interior de uma sociedade hierarquizada. A garantia da integridade física das *travestis* encarceradas é colocada, então, como “uma disputa muito mais profunda de humanidade”. A sua engenhosa comparação com presos célebres que não sofreram violência policial foi transformada em uma montagem e amplamente compartilhada nas redes sociais (imagem 6).

Tendo apresentado em linhas gerais esses enquadramentos contrastantes e os principais debates que suscitaram, passo agora a uma reflexão sobre a agência dos atores diretamente envolvidos no caso de Verônica – e o impacto que essa mobilização teve sobre eles.

Desdobramentos

Uma das dimensões mais desafiadoras do aparato conceitual desenvolvido por Butler em *Frames of War* é justamente a questão da agência. Trata-se, por um lado, de uma questão fundamental (já que um dos objetivos da obra é refletir sobre possibilidades de ação política contra a guerra) e de um dos pontos mais elusivos (ou escorregadios) no pensamento da autora. A teoria é bastante poderosa para pensar a possibilidade de desconstruir enquadramentos hegemônicos e produzir novas perspectivas sobre essas questões, mobilizando outros afetos éticos e políticos. A complexidade de sua concepção de sujeito (tanto de indivíduo quanto de atores coletivos), no entanto, dificulta o exercício de análise de processos concretos de mobilização e transformação.

Afinal de contas, quais foram os efeitos políticos dos enquadramentos produzidos no caso de Verônica? A mobilização foi certamente eficaz no sentido de colocar em debate na esfera pública a questão da violência policial e carcerária perpetrada contra *travestis* e *transsexuais*. Ela foi capaz também de “enquadrar a

Imagem 6: Montagem compartilhada no Facebook comparando Verônica com presos célebres que não sofreram violência policial.

Imagem 7: carro do *Fórum Municipal de Travestis e Transexuais de São Paulo* na 19ª *Parada do Orgulho LGBT*, realizada em julho de 2015 (Nicolle Mahier à esquerda, Verônica no centro e Léo Sá à direita).

polícia”, que ficou em uma posição fundamentalmente defensiva diante do caso. Mas que consequências teve para aqueles mais diretamente envolvidos no caso? Para Verônica, para os policiais e agentes penitenciários do 2º DP, para os advogados e autoridades responsáveis por atuar nesse contexto? E no campo dos movimentos sociais, que novos tipos de articulação política e demandas puderam se consolidar?

O destino do processo de Verônica foi, para a maior parte dos ativistas e dos defensores mobilizados para defendê-la, decepcionante. Em um primeiro momento, poderíamos dizer que Verônica se recusou a ocupar o papel de vítima, de se tornar um signo de resistência para o movimento LGBT. Em uma gravação divulgada para as autoridades, para os movimentos sociais e para a imprensa, ela disse literalmente: “não quero ser usada para fins políticos” e “tudo que eu quero é ter a minha vida de volta”. Em relação à violência policial, ela afirma:

Todo mundo está achando que eu fui torturada pela polícia, mas eu não fui. Eu simplesmente agi de uma maneira que eu achava que estava possuída, agredi os policiais, eles só agiram com o trabalho deles. Não teve agressão de tortura. Cada ação tem uma reação, eu agredi e fui agredida. Eles tiveram que usar das leis deles para me conter, então não teve de nenhuma forma tortura. Eu só fui contida, não fui torturada.

A gravação foi realizada e divulgada pela Coordenadora de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, Heloísa Alves. Em suas declarações, a Coordenadora condena enfaticamente o que ela chama de “uso político” de Verônica. A consonância entre a gravação de Verônica e o posicionamento público de Heloísa Alves levantaram suspeitas sobre a autonomia da fala da *travesti*. Para muitos, a entonação de sua voz sugere um texto decorado e declamado sob grande pressão, se não por meio de ameaças. A explicação religiosa para a sua agressividade (“eu estava possuída”) também criava ruídos incômodos para a narrativa de resistência. Diversas matérias, inclusive em meios de comunicação mais hegemônicos, sugerem que seu depoimento é resultado de um acordo com a Coordenadora. A matéria “Travesti espancada diz que mudou depoimento para reduzir pena”, publicada pelo jornal A Folha de São Paulo no dia 18 de abril, afirma:

A travesti Verônica Bolina (nome social), 25, que ficou desfigurada após ser espancada na carceragem do 2º DP (Bom Retiro), disse em depoimento ao Ministério Público ter aceitado gravar declarações afirmando que foi agredida por presos, e não por policiais, em troca de redução de pena.

O relato, diferente da versão da travesti à Polícia Civil, foi feito a promotores do Gecep (grupo do Ministério Público que investiga a atividade policial).

Como podemos pensar essa recusa de Verônica em se transformar em ícone de uma luta política? Trata-se simplesmente de uma derrota de forças progressistas ou de uma espécie de silenciamento? A visibilidade do seu caso a protegeu ou colocou sua vida ainda mais em risco – uma vez que, estando presa, ela estava diretamente sujeita à pressão das forças policiais, ressentidas como a repercussão negativa do caso? Como podemos pensar em margens para a agência diante de relações de poder tão assimétricas (entre a polícia como corporação e uma *travesti negra* presa)?

O desenvolvimento do caso nos meses que se seguiram torna essas questões ainda mais complexas. Verônica oscilou entre diversas estratégias, dificultando o trabalho dos ativistas que queriam ajudá-la (ou ajudar “a causa”) transformando seu caso em um símbolo de luta.

Dispensado os serviços da Defensoria Pública e de advogados *engajados* que se ofereceram para cuidar de seu caso gratuitamente, Verônica e sua mãe decidem contratar um advogado particular. Esse, deixando de lado estrategicamente a violência sofrida pela *travesti*, privilegia a tentativa de mudar o caráter das agressões por ela praticadas (contra a idosa e contra o carcereiro). Busca então laudos que comprovem que ela teve surtos psiquiátricos e que, portanto, não poderia responder legalmente por suas ações. Em sua argumentação, ela não seria uma criminosa que merecia punição e sim a vítima de uma condição (de saúde mental) que requeria tratamento. Esse discurso, embora tenha se mostrado eficaz no sentido de mudar o caráter e a duração da pena, passava por cima tanto da narrativa dos movimentos sociais, que afirmavam que “Verônica não é louca”,²¹³ quanto da interpretação da própria Verônica sobre o caso, de caráter religioso – “eu estava possuída”. Estava de acordo, no entanto, com a narrativa oficial de que ela “não havia sido torturada e sim contida pelos policiais”.

Nos meses que se seguiram, a mobilização “Somos Todas Verônica” diminuiu sensivelmente, mas seu caso nunca deixou de aparecer em todos os tipos de debate ou movimentação política que tangenciavam de alguma maneira a violência praticada contra *travestis*: Paradas do Orgulho LGBT, conferências, congressos, mesas redondas,

²¹³ Esse tipo de afirmação política está associado com o debate em torno da despatologização das identidades trans. Num cenário político em que a própria identidade travesti é considerada uma patologia (ou ao menos uma *disforia*), a estratégia de defender uma travesti dizendo que ela tem problemas psiquiátricos levanta questões éticas de grande complexidade.

etc. Sua história e as fotos do seu corpo desfigurado atestavam a brutalidade da polícia e a transfobia endêmica no “país que mais mata LGBTs no mundo”. Pouco se falou nessas ocasiões sobre as ações que a teriam levado a prisão ou sobre as condições gerais de encarceramento no estado de São Paulo.

Um exemplo icônico dessa visibilidade é o gigantesco *banner* estendido na lateral do carro do Fórum Municipal de Travestis e Transexuais de São Paulo na 19ª Parada do Orgulho LGBT, realizada no dia 17 de julho de 2015 (imagem 7). Uma reprodução em grande charge de VitorT com Verônica desfigurada está no centro, junto com a *hashtag* #somostodasverônica. Do seu lado esquerdo, temos uma foto da ativista *trans* Nicolle Mahier – onde ela se encontra nua, algemada e com lágrimas de sangue estilizadas. Do lado oposto, temos outra foto de nu artístico, dessa vez de um *homem trans*: Léo Sá. Como vimos no capítulo anterior, ele passou por uma unidade *feminina* do sistema penitenciário. Toda a composição remetia, portanto, à criminalização de *pessoas trans* e ao tratamento desumano que elas sofrem quando estão sob a custódia do Estado.

A esta altura, Verônica aguardava seu julgamento em um Centro de Detenção Provisória na Região Metropolitana da cidade de São Paulo. Esta unidade é conhecida por “não estar alinhada com o PCC” e por concentrar um grande número de *travestis*, *bichas*, *monas* e *envolvidos*. Retomando a dinâmica de organização espacial das prisões que analisamos no capítulo 2, podemos dizer que Verônica esteve em determinados *barracos de bichas* em uma *cadeia de coisas*.

Durante esse período, Verônica se aproximou dos *agentes* da Pastoral Carcerária que realizavam *visitas de assistência religiosa e humanitária* na unidade. A visibilidade midiática de seu caso a colocou imediatamente em uma posição de destaque entre as *travestis* da unidade. Ela atuou, assim, como uma espécie de liderança local e mediadora da relação entre os *presos LGBT* e os *agentes* da Pastoral Carcerária, contribuindo para ampliar o debate das questões de gênero e sexualidade dentro dessa organização.

No estado de São Paulo, assim como na maior parte do país, a Pastoral Carcerária é provavelmente a organização com a entrada mais abrangente e sistemática no sistema penitenciário, tendo conquistado, assim, grande respeito junto a presos de perfis muito diversos. Devido à postura historicamente conservadora da igreja em relação à diversidade sexual e de gênero, no entanto, seu engajamento na questão dos *presos LGBT* era bastante tímida (embora não inexistente). A campanha “Somos Todas

Verônica” e o contato mais próximo de alguns agentes com essa população começariam a suscitar discussões internas sobre a necessidade de ampliar os debates nessa direção. A criação de um grupo especializado nessas questões, no entanto, só ocorreria alguns meses depois (em julho).

Em fevereiro de 2016, rumores de que Verônica estava desaparecida há três meses começaram a circular nas redes sociais e na imprensa – reavivando os debates em torno do caso. A origem os rumores era uma ativista trans que vinha tentando sem sucesso entrar em contato com Verônica. O suposto desaparecimento provocou o receio de que ela pudesse ter sofrido algum tipo de represália da parte de policiais e agentes penitenciários. O boato foi desmentido poucas horas depois por um dos *agentes* da Pastoral Carcerária que mantinha contato regular com ela. Ele a havia encontrado na semana anterior, e fez a seguinte declaração à imprensa:

Os agentes visitam periodicamente os presídios de São Paulo, prestando assistência humanitária e religiosa às pessoas presas. Estivemos por mais de uma hora no “raio” do CDP onde Verônica está – não para falar com ela especialmente, mas o contato com as presas mais vulneráveis sempre é feito, sobretudo com a população trans. Ao fim da nossa visita, fomos até ela, a cumprimentamos e conversamos brevemente. Ela pareceu bem – claro, no contexto das violações a direitos rotineiramente impostos à população presa. Estava sorridente, nos disse para aproveitarmos o carnaval. Ela sequer imagina que estão dizendo que está desaparecida ou procurada. Não mencionou nada a respeito e, tendo contato restrito com o mundo exterior, não teria como se inteirar disso.

A dificuldade de contato com presos é uma característica estrutural do sistema penitenciário paulista, denunciada por quase todas as organizações que atuam nesse contexto. Independentemente das motivações que levaram a ativista a anunciar o suposto desaparecimento naquele momento, o fato é que é bastante provável que ela de fato não estivesse conseguindo localizar e contatar Verônica nesse intervalo – e tinha razões de sobra para estar preocupada. Não é raro que as cartas enviadas não cheguem aos destinatários ou que a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) não saiba informar com precisão a amigos e *familiares* a localização de determinado preso em dado momento.

No caso específico de Verônica, a razão pela qual seu paradeiro não pode ser informado era o fato de ela não estar registrada no sistema da SAP pelo seu *nome social* (feminino) – e sim pelo seu *nome civil* (masculino). Como as *pessoas trans* costumam se tratar pelo nome social, e dificilmente sabem o nome civil umas das outras (mesmo

das amigas mais próximas), a omissão do *nome social* na ocasião do ingresso na prisão torna ainda mais difícil o contato com o mundo exterior. Considerando que maior parte delas já não tinha contato com a família de origem quando estava na rua e dependia sobretudo das redes de solidariedade formadas com outras *travestis* e *transexuais*, o isolamento a elas imposto por essa negligência se mostra particularmente dramático.

Desde janeiro de 2014, quando foi publicada a Resolução SAP 11 (dispondo sobre a “atenção a travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário”), estava previsto o uso do *nome social* nas prisões do estado de São Paulo. Até aquele momento, no entanto, nenhuma *travesti* ou *transexual* presa estava registrada dessa maneira. O fato de Verônica não ter sido localizada devido ao não cumprimento de uma normativa endossada pela própria SAP repercutiu novamente de maneira negativa para os responsáveis pela sua custódia.

Uma das matérias responsáveis por desmentir o boato, intitulada “Desaparecida? Travesti Verônica Bolina segue presa em CDP 3 de Pinheiros”, foi escrita pelo jornalista Neto Lucon. Depois de esclarecer o mal-entendido, ele se interroga: “Todo alarde mostra que Verônica não desapareceu, mas que foi por algum momento esquecida. Fica a dúvida: Somos todos sempre Verônica?” Essa última pergunta ressoa com a questão da comoção pública e dos efeitos mais duradouros da mobilização política em torno de um caso específico. Nesse sentido, é importante dizer que a retomada da campanha “Somos Todas Verônica” em 2016 teve dois efeitos bastante concretos. O primeiro foi a formação do Grupo de Trabalho Mulher e Diversidade da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo (sobre o qual falamos na introdução).

O segundo foi a campanha “Seja um agente de mudança”, promovida pela SAP. Idealizada pelo Centro de Políticas Específicas (CPE) da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, foi lançada em maio de 2016 e tinha como objetivo “dar ampla visibilidade à Resolução SAP 11/2014”. A campanha foi supostamente direcionada aos Agentes de Segurança Penitenciária (ASPs) de todo o estado de São Paulo. A análise que fizemos deste material no capítulo 3 mostrou, no entanto, que seu alcance e eficácia foram bastante limitados. Mais do que efetivamente transformar a atuação dos ASPs, o principal objetivo da campanha parece ter sido mudar a imagem pública da SAP no que diz respeito ao tratamento da *população LGBT* sob sua custódia – buscando reverter a má impressão deixada pelo caso da Verônica (tanto as acusações de tortura na carceragem quanto o seu suposto desaparecimento).

Em maio de 2017, Verônica foi reconhecida como juridicamente inimputável devido a um “quadro psiquiátrico de transtorno de personalidade”. O processo por “tentativa de homicídio” (contra a idosa) foi arquivado e Verônica foi transferida do Centro de Detenção Provisória para um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP).²¹⁴ Algumas semanas depois, conseguiu alta para continuar o tratamento em um Centro de Assistência Psicossocial (CAPS) na cidade em que sua mãe residia, no interior de São Paulo. Em outras palavras, ela poderia ficar em liberdade enquanto desse continuidade ao tratamento (por no mínimo três anos).

Uma vez na rua, Verônica foi contatada por diversos ativistas e se engajou, sempre de maneira discreta, em algumas campanhas em defesa dos direitos de presos e da *população LGBT*. Orientada pelo seu advogado, evitou nestas ocasiões comentar publicamente os episódios de abril de 2015. A essa altura, todos os processos abertos contra os responsáveis pela sua tortura já haviam sido arquivados tanto pela Corregedoria da Polícia Militar quanto pelo Ministério Público.

Sua primeira (e talvez única) aparição pública em um evento organizado por movimentos sociais foi em uma mesa sobre “Sistema Penitenciário e População LGBT”, realizada na Casa 1²¹⁵ como parte da campanha “30 dias por Rafael Braga”. No texto de divulgação do evento, lê-se:

Seguindo a jornada junina de discussões sobre o sistema penitenciário brasileiro, a campanha 30 Dias Por Rafael Braga em parceria com a Casa 1 convidam a todos à roda de conversa “Sistema Penitenciário e População LGBT”, para refletir sobre como vivem e são tratadas pelo sistema pessoas LGBT em situação de cárcere. Participam da conversa Veronica Bolina, falando sobre a situação de mulheres trans e travestis nos presídios; Carolina Gerassi, advogada criminalista, atuante em proteção integral dos direitos das pessoas trans e travestis; o ator, dramaturgo e jornalista Léo Moreira Sá; Anna Carolina Martins, do Grupo Mulher e diversidade da Pastoral Carcerária; e o antropólogo e pesquisador sobre diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário, Marcio Zamboni.

Enquanto participante da mesa, pude acompanhar a grande agitação que sua presença naquele momento provocava. Para a surpresa dos presentes, no entanto, sua fala não tinha um tom exatamente ativista – ou seja, não correspondia ao ideal de resistência a ela associado. Ela tratava de outro tipo de luta: da regeneração moral e

²¹⁴ Instituições dedicadas a receber pessoas que cometeram crimes, mas foram consideradas inimputáveis pela justiça. Ver a respeito Fábio Mallart (2019) e Caio Mader (2019).

²¹⁵ Casa de acolhida para *pessoas LGBT* mantida pela sociedade civil no centro da cidade de São Paulo.

espiritual diante das adversidades da prisão. Era um discurso fundamentalmente religioso, que retomava a interpretação da *possessão demoníaca* como causa do seu descontrole e o (re)encontro com Deus no cárcere mediado pela Pastoral Carcerária.

Depois dessa ocasião, Verônica passou a integrar o Grupo de Trabalho Mulher e Diversidade da PCr/SP – frequentando as reuniões regularmente e trazendo sua perspectiva de *travesti* egressa do sistema penitenciário. Alguns trechos da ata de uma reunião do GT realizada no dia 31 de agosto de 2017 exemplificam bem sua contribuição para esses debates:

Verônica reforça que há muita pressão psicológica e discriminação, porém acredita que o termo tortura não seja adequado. Conta do estigma sofrido pelas travestis e mulheres trans dentro da prisão, elas são temidas pelas atitudes, “causam” dentro da prisão. [...] Verônica enfatiza que a assistência religiosa e humanitária é importantíssima nos presídios, pois as meninas carecem de informações sobre seus casos. [...] Importância do suporte psicológico, de acordo com Verônica, é necessário mostrar novas perspectivas de vida pós cárcere. As meninas trans já chegam na prisão tendo sofrido múltiplas violências e muitas vezes as portas da prostituição e drogas são as únicas abertas. Precisam de amor e informação sobre diversas coisas, como saúde, por exemplo.

Além disso, é importante dizer que, dentre os membros do grupo, Verônica era possivelmente a maior entusiasta da dimensão religiosa do trabalho da Pastoral Carcerária. Afirmava que o grande mérito dos *agentes* vinculados a esse GT era estar “levando Deus” para as *pessoas LGBT presas* – população que, além de discriminada pelos demais presos, era também negligenciada pelas outras igrejas que lá atuavam.

Em outubro de 2017, Verônica se envolveu novamente em episódios de violência. Primeiro foi “flagrada agredindo um homem” (potencialmente um *cliente*), que ela afirmava estar lhe devendo dinheiro. Depois de passar a noite em um hospital psiquiátrico, ela foi presa novamente depois de “ferir gravemente uma moradora de rua”. Enquanto esperava pela audiência de custódia na carceragem do Fórum Criminal da Barra Funda, ela teria tido um novo *surto de agressividade* – que culminaria no seu encarceramento em um Centro de Detenção Provisória. Algumas semanas depois, ela seria transferida para receber tratamento em um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP). Essas são as últimas notícias que tive a seu respeito.

Comoção e mobilização política

Como vimos, o caso de Verônica teve efeitos concretos no campo dos movimentos sociais que atuam no sistema penitenciário – em especial na Pastoral Carcerária. A campanha “Somos Todas Verônica” motivou a formação de redes e colocou em contato atores que não tinham um histórico significativo de diálogo. O resultado mais concreto foi a formação do Grupo de Trabalho Mulher e Diversidade da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo. O sujeito de direitos imaginado nesse cenário são os *presos LGBT* ou, na linguagem do Estado (e também de movimentos sociais), a *população LGBT Privada de Liberdade*. Verônica é vista então como uma espécie de porta-voz dessa população.

Os efeitos do caso no âmbito do movimento LGBT foram bastante distintos. Os discursos destes focaram sobretudo na violência policial perpetrada contra Verônica, deixando em segundo plano (e com isso contribuindo para invisibilizar) o cárcere como cenário da violência. O caso da *travesti* foi estrategicamente isolado da situação de outras pessoas privadas de liberdade e aproximado, sobretudo, da violência perpetrada contra *travestis* “na rua” (seja por policiais ou por outros sujeitos motivados pelo ódio). Nesta perspectiva, a prisão não é um bom lugar para *pessoas LGBT* – mas é para onde devem ser mandados “homofóbicos e/ou transfóbicos”. Existe solidariedade com *pessoas LGBT* vítimas de violência policial, mas nem tanto com as vítimas da violência da prisão que compartilham as celas com a *população LGBT privada de liberdade*.

A ênfase dos ativistas LGBT esteve na questão da transfobia e, em alguns casos, também do racismo. Essa aproximação ao *racismo*, no entanto, foi sobretudo uma estratégia para enquadrar a “violência contra LGBT” como um crime de ódio (imagem 8) – ou seja, promover a “criminalização da LGBTfobia” em uma configuração jurídica equivalente ao racismo²¹⁶ (crime inafiançável, sem prescrição, com agravante de pena, etc.) Estamos falando da analogia entre racismo e transfobia dentro de quadro punitivista (mesmo que formulada na linguagem dos direitos humanos).

Um importante termômetro da importância da pauta da criminalização para os setores mais consolidados do movimento LGBT é sua presença recorrente nos temas

²¹⁶ É interessante notar, nesse sentido, que o processo aberto pela Defensoria Pública contra os policiais e agentes penitenciários que agrediram Verônica era estrategicamente mais centrado na injúria racial do que na transfobia em si (uma vez que essa não está claramente definida em lei). O testemunho de ela ter sido chamada de *preto* e de *macaco* durante os espancamentos era o argumento mais forte para o indiciamento dos detratadores.

Imagens 8, 9 e 10: Projeto de criminalização da homofobia por meio da equiparação com o racismo; Demanda pela criminalização da LGBTfobia na Parada do Orgulho LGBT de 2016 em São Paulo; Protestos contra o encarceramento em massa no Dia da Consciência Negra.

escolhidos como motes das edições da Parada do Orgulho LGBT da cidade de São Paulo (imagem 9). Estas representam não apenas a maior demonstração de força da comunidade LGBT, mas também a maior manifestação política do país. A “criminalização da violência contra pessoas LGBT” foi (com pequenas variações semânticas) explicitamente reivindicada nas edições 2006, 2012 e 2014 - cujos motes foram, respectivamente: "Homofobia é Crime! Direitos Sexuais são Direitos Humanos"; "Homofobia tem cura: educação e criminalização" e “País vencedor é país sem homolesbostranfobia: chega de mortes! Criminalização já!".

Essa abordagem punitivista contrasta profundamente (e em alguns casos entra abertamente em conflito) com a perspectiva abolicionista penal dominante na maior parte das organizações que atuam junto aos presos, como a Pastoral Carcerária - que tem como lema: “Por um mundo sem cárceres”. Destoa também da atuação de outros movimentos sociais definidos como indititários, como o movimento negro. Em contextos de luta protagonizados por estes, como nas marchas realizadas no dia 20 de Novembro (Dia da Consciência Negra no Brasil),²¹⁷ é bem mais visível o apoio às pautas do desencarceramento. Foi o caso do ato de 2019, quando contou com a participação de organizações como a AMPARAR (Associação de Amigos e Familiares de Presos)²¹⁸ e a Frente Estadual pelo Desencarceramento²¹⁹ (imagem 10).

Em termos políticos, o caso de Verônica Bolina demonstra a urgência de se pensar a questão dos *presos LGBT* a partir de perspectivas críticas como a do abolicionismo penal. Uma análise da situação da *população LGBT privada de liberdade* nos convida a rever a adesão de setores do movimento LGBT a um discurso punitivista – que aposta na “criminalização da LGBTfobia” como uma estratégia para diminuição

²¹⁷ Reconhecido pelo Estado Brasileiro em 2011 em memória da (provável) data da morte de Zumbi dos Palmares, líder quilombola que resistiu vigorosamente à escravidão no século XVII. Além de ser feriado em diversas cidades, é uma data importante para a realização de diversos atos e protestos.

²¹⁸ A AMPARAR tem se posicionado publicamente também a respeito da questão das *pessoas LGBT privadas de liberdade* e de seus *familiares*. Ver a respeito Natália Lago (2019).

²¹⁹ Formada em 2018, a *Frente Estadual pelo Desencarceramento em São Paulo* afirma em seu manifesto que: “O perfil da população carcerária brasileira evidencia o caráter racista e classista do sistema penal, estruturado e construído historicamente enquanto um mecanismo de controle e extermínio da população negra e pobre do Brasil. A criminalização e a perseguição ativa de determinados grupos sociais opera como estratégia de legitimação de um projeto político genocida, que tortura, mata e explora os indivíduos dentro das instituições totais e dos aparatos repressivos, tudo isso dentro dos limites do Estado de Direito. O cenário catastrófico do sistema prisional nos dias de hoje, portanto, não deve ser entendido como uma falha do Sistema de Justiça que negligenciou os presídios e a população carcerária, mas sim como um mecanismo que cumpre muito bem seu papel. Diante disso, encaramos ser fundamental a mobilização de diversos setores da sociedade – entidades, instituições e movimentos sociais – na luta por medidas imediatas, de médio e longo prazo, pelo desencarceramento”. Ver texto completo em: <https://desencarceramento.org.br/noticias/manifesto-da-frente-estadual-pelo-desencarceramento-de-sao-paulo> Acesso em novembro de 2019.

da violência contra essa população. Teria a prisão o poder de ressocializar ou reabilitar “agressores LGBTfóbicos” e inseri-los de maneira positiva em uma sociedade mais tolerante para a diversidade sexual e de gênero? Ou seriam os cárceres (sejam eles penitenciárias, Centros de Detenção Provisória, Hospitais de Custódia ou carceragens de delegacias) algumas das mais hediondas engrenagens de uma sociedade estruturada por hierarquias de gênero brutais que sistematicamente espanca, viola e desfigura *travestis*?

Voltando aos termos de Judith Butler, outras questões merecem ser formuladas: como produzir comoção em torno da situação específica de *presos LGBT*? Que enquadramentos são capazes de despertar a sensibilidade da sociedade civil em torno da violência cotidiana presente nesse contexto? Seria necessário, para isso, afastar a associação com os demais presos? Como fazer para que a prisão potencialize (ao invés de atrapalhar) o reconhecimento da dor de *pessoas LGBT privadas de liberdade*?

Nos últimos quatro capítulos, analisamos a gestão da diversidade sexual e de gênero nas prisões a partir de uma perspectiva territorial específica: a do estado de São Paulo. Nos capítulos seguintes iremos percorrer outras paisagens carcerárias: as da região metropolitana da Cidade do México. O contraste com o contexto mexicano permitirá não apenas colocar em perspectiva as particularidades do cenário local, mas também analisar ambos como partes de processos regionais mais amplos na América Latina.

Parte 2: México

A foto da capa: Ao final da entrevista com ativista *trans* Andrea Luna (realizada em um salão de beleza em Iztapalapa), perguntei se podia tirar uma foto dela para incluir na tese.

Ela respondeu: “Claro que sim. Se eu ficar bem bonita você me coloca na capa?”
Eu ri, dizendo que não sabia se ia ter foto na capa, mas que ela certamente ficaria linda.

CAPÍTULO 5:

Machos Mestiços, Índios e Jotos: **as diferenças estruturantes das prisões mexicanas**

*Para el alma no hay encierros
ni prisiones que la impidan
porque sólo la aprisionan
las que se forma ella misma*

Sor Juana Inés de la Cruz²²⁰

Este capítulo tem um caráter arqueológico: busco recuperar o cenário histórico mais amplo no qual o sistema penitenciário mexicano se conforma. Assim como no primeiro, atentarei especialmente para as dimensões sexuais e de gênero desse processo, bem como para seus aspectos racistas e necropolíticos. Como se trata de outro país, com cuja história poucos brasileiros estão familiarizados, tal arqueologia deve prospectar camadas mais profundas: será necessário recuperar, mesmo que sucintamente, alguns elementos centrais da formação do Estado mexicano e de sua identidade nacional mestiça e hiperviril.

Para além do trabalho de campo realizado em torno das prisões, minha estadia no México envolveu um esforço sistemático de compreender de maneira mais ampla as instituições, a cultura e a política mexicanas – considerando suas semelhanças e diferenças em relação ao contexto brasileiro. Compartilho então os principais *insights* dessa investigação, que se mostraram fundamentais para que eu me localizasse nos labirintos da etnografia e da pesquisa documental.

Assim como na primeira parte da tese, é inevitável que se proliferem no texto um grande número de categorias êmicas (“nativas”) – algumas delas tendo sua origem no castelhano e outras sendo neologismos. Para que a escrita flua melhor, optei nesses casos por manter o termo êmico original em *italico* – indicando pela primeira vez, entre colchetes [], um significado aproximado do termo em português.²²¹

²²⁰ “Para a alma não cárceres nem prisões que a detenham, porque ela só se aprisiona nas que ela mesmo cria” (tradução livre). Sor Juana Inés de la Cruz (1651-1695) viveu nos entornos da Cidade do México, sendo considerada por Octavio Paz (2015) a autora da mais relevante obra poética de todo o continente americano durante o período colonial (séculos XVI a XIX). A chamada “Fênix da América” se tornou um dos principais fundamentos da literatura e do pensamento social mexicanos, a despeito do fato de ser mulher e de ter passado a maior parte de sua vida enclausurada em diversas instituições (ordens religiosas, hospitais e prisões). Foi uma ardorosa (e pioneira) defensora do direito de as mulheres lerem, escreverem e expressarem suas ideias.

²²¹ Em alguns casos na norma culta e em outros em gírias brasileiras de sentido aproximado que apareceram anteriormente na tese. Somente alguns termos (e expressões) mais complexas serão analisados com maior vagar, no corpo do texto ou em notas de rodapé.

A mexicanidade

*Dicen que no tengo duelo, llorona
Porque no me ven llorar
Hay muertos que no hacen ruido, llorona
Y es mas grande su penar*²²²

Chavela Vargas

Quais são os elementos centrais da identidade nacional mexicana? Quando ela se conforma? Que modelo de Estado a promove e se constitui pela sua afirmação? Como ela se diferencia de outros processos de construção nacional? O conceito de mexicanidade foi cunhado justamente para refletir sobre essas questões. Na segunda metade do século XX, pensadores influentes como Octavio Paz e Carlos Monsiváis o propuseram para analisar criticamente (e desconstruir) as ficções políticas criadas pelas elites mexicanas e reforçadas por um Estado autoritário durante a hegemonia do Partido Revolucionário Institucional (PRI), de 1929 a 2000. De acordo com Susana Vargas, esses autores definiram a mexicanidade como:

Uma persistente ideologia da identidade nacional mexicana baseada em uma mitologia idealizada da masculinidade cujas principais características são a figura do mestiço (descendentes da mistura entre Espanhóis e povos indígenas por meio da colonização literal ou metafórica) e a do macho (a figura masculina que compensa sua inferioridade por meio da afirmação da sua virilidade). [...] Esses mitos da mexicanidade refletem a construção da identidade mexicana no período pós-revolucionário [a partir de 1920] e serviram sobretudo aos interesses da elite no poder (VARGAS, 2010, p. 186, tradução minha).

Discutimos brevemente na introdução a questão da virilidade como eixo da construção nacional mexicana. Essa hegemonia teve o efeito de silenciar outros pontos de vista: tanto os femininos como os não heterossexuais. Refletindo sobre a precária emergência de uma identidade *homossexual* no México, Carlos Monsiváis afirma que:

Somente na segunda metade do século XX a homossexualidade é abordada no México a partir de uma perspectiva científica ou que pretendia sê-lo. Antes, *o masculino* é a substância viva e única do *nacional* e do *humano*, entendendo o *masculino* como o código de um machismo absoluto que nunca precisa se definir, o *humano* como o cumprimento dos deveres com a mitologia da espécie e o *nacional* como o catálogo de virtudes possíveis encarnadas pelos heróis e, na vida cotidiana, pelos "muito machos". A tradição orgulhosa do *viril*

²²² “Dizem que eu não sofro, chorona/ porque nunca me vêem chorar/ Há mortos que não fazem ruído algum, chorona/ E é ainda mais grande seu sofrimento” (tradução livre). Trecho de uma das canções mexicanas mais icônicas, composta por Chavella Vargas (nascida na Costa Rica e radicada no México).

mistura a herança hispânica e um difuso catálogo de valentias, considerando a homossexualidade como algo tão remoto e abjeto que não pode sequer ser mencionado "para não manchar os próprios lábios" (MONSIVÁIS, 200, p. 1, ênfases do autor, tradução minha).

O segundo eixo da identidade nacional mencionado por Vargas é o da miscigenação. De acordo com a historiadora Florência Mallon, “o processo e o simbolismo da mestiçagem foram centrais nos projetos de reorganização política e territorial do Estado mexicano” (MALLON, 1992, p. 35). De forma semelhante ao que se observou no Brasil ao longo do século XX, um “nacionalismo mestiço” foi promovido como ideologia oficial de Estado. Este se consolida em sua forma moderna depois da Revolução Mexicana (1910-1920), mas possui raízes históricas mais profundas.

Em tal contexto, a mestiçagem é pensada sobretudo como uma síntese entre espanhóis e indígenas – o que reflete as especificidades da colonização do atual território mexicano. Esta visão contrasta com a ideologia hegemônica no Brasil, na qual a população negra ocupa um lugar mais proeminente (MOUTINHO, 2004). Embora a herança indígena não seja completamente desconsiderada por aqui, no campo de relações raciais brasileiras, tende a ser privilegiada a relação entre descendentes de europeus (colonizadores ou imigrantes) e descendentes de africanos (escravizados ou libertos).

Como veremos em breve, essa diferença influi diretamente na percepção política atual das dimensões étnicas e/ou raciais do encarceramento em cada um desses contextos. A formação do sistema de Justiça Criminal e a criação das prisões modernas são profundamente marcadas por essas divisões – uma vez que esses aparatos são centrais nas estratégias de controle social e manutenção das desigualdades entre grupos racializados. Assim como no Brasil, a necropolítica característica do Estado mexicano (que se expressa, entre outras coisas, nas brutais condições de vida no cárcere) está enraizada no processo de colonização. Este, por sua vez, penetra nas narrativas de nação por meio da reiteração de determinados “mitos de origem”. De acordo com a antropóloga Mary-Lee Mulholland:

Uma das estratégias mais importantes na imaginação, nas performances e nas produções da *Mexicanidade* são as narrativas nostálgicas de certos mitos da origem. Esses mitos de origem sempre se referem às majestosas civilizações indígenas e à horrível colonização "que levou à criação da nação mestiça" (MULHOLLAND, 2007, p. 251, ênfase da autora, tradução minha).

Olhemos mais de perto para esses “mitos de origem” e para as formas como eles dramatizam o processo de colonização e a formação do México como “nação mestiça”.

O doloroso nascimento do povo mestiço

*No 13 de agosto de 1521:
Heroicamente defendida por Cuauhtemoc
Caiu Tlatelolco em poder de Hernán Cortez
Não foi triunfo nem derrota
Foi o doloroso nascimento do povo mestiço
Que é o México de hoje.*²²³

A região da Mesoamérica²²⁴ era densamente povoada por sociedades hierarquizadas quando os navegantes espanhóis ali desembarcaram no início do século XVI. Naquele momento, a mais grandiosa delas era a complexa formação política e militar que ficaria conhecida como Império Asteca, que “governava uma população de povos diversos [...] estimada entre 5 e 35 milhões de pessoas” (COCKCROFT, 2001, p. 29, tradução minha). A conquista de sua capital, Tenochitlán (imagem 1) por Hernán Cortez em 1521 marcaria simbolicamente o início da dominação colonial.²²⁵ A narrativa épica da chamada “Queda de Tenochitlán” é, portanto, o principal mito de origem da Nação. Os três personagens principais dessa narrativa são Cortez, Malinche e Cuahutemoc. Cada um deles recebe uma valoração moral distinta na cultura mexicana:

No México atual, buscamos em vão uma estátua de Cortez ou de sua muito caluniada amante, Malinche (de cujo nome deriva o termo idiomático para traição, “malinchismo”). A Malinche, membro de um grupo indígena inimigo dos Astecas, serviu a Cortez como intérprete e, depois de dar-lhe um filho, se conta que foi estrangulada pelo ingrato Cortez ou que morreu de uma enfermidade desconhecida antes de completar 30 anos. Estátuas de Cuauhtémoc, pelo contrário, aparecem em diversos lugares proeminentes. O nome é frequentemente escolhido pelos pais para batizarem seus filhos. Por exemplo, o primeiro chefe de Governo democraticamente eleito para a Cidade do México (em 1997), mestiço como a maior parte dos mexicanos, se chama Cuauhtémoc Cárdenas (COCKCROFT, 2001, p. 31, tradução minha).

²²³ Inscrição em monumento na Praça das Três Culturas, no centro da Cidade do México, tradução minha.

²²⁴ Atualmente México, Guatemala, El Salvador, Belize, Nicarágua, Honduras e Costa Rica.

²²⁵ Embora a região de cultura maia no sul do país só ter sido efetivamente controlada militarmente no início do século XX, a historiografia oficial sempre definiu esse evento como o marco zero da “Conquista da América”, bem como o nascimento do México como nação mestiça (COCKCROFT, 2001).

**Imagens 1 e 2: Tenochitlán antes da Conquista (como imaginada por Diego Riveira a partir do conhecimento arqueológico disponível na década de 1930);
Sítio arqueológico de Tlatelolco, atualmente parte da Praça das Três Culturas, próximo ao centro da Cidade do México (Foto de Armando Salas Portugal em 1966).**

Ao contrário do ousado navegador genovês Cristóvão Colombo, “descobridor das américas”, Hernán Cortez nunca foi completamente reconhecido como herói – nem em sua terra de origem (para os “reis católicos” sua influência excessiva no “Novo Mundo” sempre foi considerada inconveniente) nem na terra que ele brutalmente conquistou. Muito menos poderia ser a Malinche que, como veremos, entraria para a história como a personificação da suscetibilidade e da traição. De acordo com Octávio Paz, a imagem heroica do pai fundador da nação mexicana coube a Cuauhtémoc (imagem 3), a despeito do seu destino trágico:

Cuauhtémoc quer dizer “águia que cai”. O chefe mexicano que ascende ao poder no início do sítio de Tenochitlán, quando os astecas haviam sido abandonados sucessivamente por seus deuses, seus vassalos e seus aliados. Ascende apenas para cair, como um herói mítico. [...] Não surpreende que para a maioria dos mexicanos, Cuauhtémoc seja o “jovem avô”, a origem do México: a tumba do herói é o berço de um povo. É esta a dialética dos mitos e Cuauhtémoc, antes de uma figura histórica, é um mito (PAZ, 229-230).

A “tumba do herói” a que ele se refere é a antiga praça de Tlatelolco, hoje conhecida como Praça das Três Culturas (imagem 2).²²⁶ Ali se deu a batalha final do longo cerco de Tenochitlán, que terminaria com a destruição quase completa da capital do Império Asteca. A construção da Cidade do México, centro político e econômico do vice-reino da Nova Espanha (e capital das repúblicas e impérios mexicanos depois da independência), seguiu o mesmo traçado da cidade asteca e utilizou as mesmas pedras de seus outrora grandiosos templos e mercados para erguer de palácios e catedrais em estilo europeu.²²⁷ O monumento erguido em Tlatelolco séculos depois (ver inscrição na epígrafe), no entanto, não descreve esse momento em termos de uma derrota, mas sim de um *nascimento doloroso*:

Em Tlatelolco, na simbolicamente carregada Praça das Três Culturas, há uma famosa placa comemorando a queda de Tenochtitlán após uma defesa heroica organizada por Cuauhtémoc. De acordo com as palavras oficiais inscritas, aquela queda “não foi nem vitória nem derrota”, mas o “nascimento doloroso” do atual México, o povo

²²⁶ Praça central da cidade pré-Colombiana de Tlatelolco - contígua à capital Tenochtitlan. Tratavam-se de duas ilhas próximas em meio ao lago de Texcoco, mas que foram integradas por um sistema de pontes e canais durante a ascensão da civilização Asteca. Hoje a praça possui um amplo sítio arqueológico, edificações religiosas do período colonial e também construções modernistas do século XX.

²²⁷ Calcula-se que os espanhóis tenham causado a morte de pelo menos dois terços dos cerca de 170 mil habitantes de Tenochitlán. Apenas no final do século XIX a Cidade do México alcançaria a mesma população que tinha no auge do Império Asteca (COCKFORT, 2001).

mestiço do México glorificado e institucionalizado pela Revolução de 1910 (MALLON, 1992, p. 35).

De acordo com Mallon, portanto, o ideal do México como uma nação mestiça daria um novo significado oficial para esse mito de origem. Um mito que, a serviço das elites mexicanas, permitiria relativizar a violência brutal da chamada conquista e do processo de colonização que a sucedeu. As principais vítimas desse processo são, sem dúvida, as populações indígenas que ocupavam o atual território mexicano:

A invasão espanhola destruiu a autonomia econômica e política dos estados indígenas, incorporando à nova ordem apenas aquelas partes que a Coroa, a Igreja e os Colonizadores podiam usar para seu benefício próprio. Assim, as heterogêneas sociedades indígenas foram se reduzindo gradualmente a uma população pagadora de tributos mais ou menos homogênea e, com o tempo, a uma disciplinada força de trabalho. [...] A morte se converteu em uma companheira cotidiana dos índios. Matanças, flagelações, excesso de trabalho, má alimentação, falta de higiene, fome e doenças provocaram o desaparecimento de mais de 90% desta população até 1650. Muitos pereceram por doenças trazidas pelos espanhóis ou em barcos de escravos, especialmente pela varíola, mas também por tifo, sarampo, malária, febre amarela, difteria e bócio (COCKCROFT, 2001, p. 31-32, tradução minha).

De acordo com o historiador James Cockcroft (idem), a mão de obra indígena, brutalmente explorada pelos espanhóis e *criollos* (membros da elite colonial na América hispânica), foi o principal motor da economia em todo o período colonial.²²⁸ As múltiplas identidades indígenas darão progressivamente lugar a uma unidade mexicana unitária, centrada em uma religiosidade católica com traços singulares. A onipresença da morte atesta o caráter necropolítico deste regime e do Estado que dele emerge.

Tal mito fundador tem um caráter fortemente viril, centrado na atuação de figuras guerreiras (Cortez e Cuauhtémoc). A seguir, quero focar em duas figuras femininas que emergiram nesse mesmo momento (Século XVI) e seriam decisivas, nos séculos seguintes, para moldar mexicanidade como identidade mestiça. A primeira delas é humana, mas sua importância histórica extraordinária faria com que sua imagem oscilasse entre o sobre-humano (com poderes quase divinos) e o sub-humano (encarnação de tudo que é abjeto). A segunda é sagrada (objeto de inigualável

²²⁸ Apesar do genocídio, os chamados *índios* representavam mais de 60% da população do atual território do México até a guerra de independência em 1810 (COCKCROFT, 2001, p. 53). O restante era composto por brancos, negros escravizados e *castas* (múltiplas combinações de *mestiços* com status jurídicos distintos).

adoração), mas sua origem singular fez com que fosse considerada por muitos como uma heresia e sua presença no cotidiano a humanize afetuosamente.

A Malinche

Conforme vimos há pouco, a Malinche ocupa um papel central (embora controverso) no momento da conquista e nos primeiros anos do processo de colonização. Em seu clássico ensaio sobre a alteridade (*A Conquista da América: a questão o outro*), o filósofo de origem búlgara (radicado na França) Tzvedan Todorov afirma que:

Todos [os cronistas] reconhecem a importância do papel da Malinche. Ela é considerada por Cortez como uma aliada indispensável, e isto é evidenciado pelo lugar que concede à intimidade física entre eles. [...] a Malinche será sua amante durante a fase decisiva [da campanha], desde a partida em direção à Cidade do México até a queda da capital asteca. [...] Pode-se deduzir que esta relação tem uma explicação estratégica e militar, mais do que sentimental: graças a ela, a Malinche pode assumir um papel essencial. Mesmo depois da queda da Cidade do México, ela continua sendo tão apreciada quanto antes, “porque Cortez, sem ela, não podia entender os índios” [segundo Bernal Díaz, cronista da conquista]. Estes últimos veem nela muito mais do que uma intérprete; todos os relatos fazem-lhe frequentes referências e ela está presente em todas as imagens. Bernal Díaz, por sua vez, conta: “Doña Marina tinha muita personalidade e autoridade absoluta sobre os índios em toda a Nova Espanha”. Também é revelador o apelido que os astecas dão a Cortez: chamam-no de... Malinche (TODOROV, 2003 [1982], p. 145).

Além de escrava e amante, Malinche é a principal tradutora e articuladora política de Cortez durante a campanha militar que culminaria na queda de Tenochitlán. Ela conhecia como nenhum espanhol a estrutura de poder dos estados indígenas – com suas infinitas divisões e disputas internas. Com sua fala precisa e sua visão estratégica, foi capaz de selar acordos decisivos com alguns dos principais rivais dos astecas (em particular com os chamados Tlaxcaltecas). Todorov mostra como em alguns códices (documentos históricos produzidos por indígenas), sua figura aparece em uma posição proeminente tanto em relação aos espanhóis quanto aos mesoamericanos (imagem 4).

O nome pela qual ficou conhecida reflete sua insólita trajetória, marcada por múltiplos processos de trânsito e tradução. Descendente de uma linhagem nobre de um povo de língua nauátle dominado pelos astecas, foi dada ainda criança como escrava a

Imagens 3, 4, 5 e 6 (em sentido horário): Monumento a Cuauhtémoc, herói da nação mexicana; Códice asteca em que Malinche aparece em uma posição proeminente tanto em relação aos espanhóis quanto aos mesoamericanos;

O documentário *Malintzin, a história de um enigma* (2018);
Representação de Malinche como uma índia traiçoeira em um famoso mural pintado por Diego Rivera na década de 1930.

comerciantes de um povo língua maia.²²⁹ Aprendeu assim a falar as duas principais línguas do mundo mesoamericano (conhecimento que poucas *mulheres* tinham naquele contexto). Quando os espanhóis desembarcam na região maia no começo do século XVI, ela é dada de presente aos estrangeiros. Estes a batizam com o nome de Marina (pelo qual ela é chamada nos documentos mais antigos). Mas os indígenas daquele tempo, como não conheciam o fonema /r/, chamavam-na de *Malina* (ou também *Doña Malina*). A partir do momento em que começa a ocupar uma posição de extraordinário poder (que atingiria seu ápice nos anos que se seguiram à conquista) seu nome recebe, por parte dos índios, o sufixo *tzin* – Malintzin. Em língua nauátle, tal sufixo produz o que os linguistas chamam de “diminutivo reverencial”.²³⁰ Esta fórmula é utilizada também nos nomes de divindades astecas, como Tonantzin (sobre a qual falaremos em breve). O nome Malinche é uma corruptela de Malintzin, uma vez que os falantes de língua espanhola não conheciam (e não sabiam pronunciar) o sufixo *tzin*.

A poucas figuras históricas o provérbio italiano “*traduttore, traditore*” (“Tradutor, Traidor”) pode ser associada com mais precisão. Como tradutora (e amante) de um conquistador, Malinche foi historicamente percebida como a grande traidora dos povos indígenas e de seus valores. Nas palavras de Todorov:

Os mexicanos pós-independência geralmente desprezam e acusaram a Malinche, que se tornou a encarnação da traição dos valores autóctones, da submissão servil à cultura e ao poder europeus. É verdade que a conquista do México teria sido impossível sem ela (ou outra pessoa que desempenhasse o mesmo papel), e que ela é, portanto, responsável pelo que aconteceu. Quanto a mim, vejo-a sob outra luz: ela é, para começar, o primeiro exemplo, e por isso mesmo o símbolo, da mestiçagem das culturas; anuncia assim o Estado mexicano moderno e, mais ainda, o estado atual de todos nós que, apesar de nem sempre sermos bilíngues, somos inevitavelmente bi ou triculturais. A Malinche glorifica a mistura em detrimento da pureza (asteca ou espanhola) e o papel do intermediário (TODOROV, 2003 [1982], p. 147).

A figura de Malinche é, portanto, fundamentalmente ambivalente: representa por um lado a traição feminina que permite a destruição do glorioso passado indígena e por

²²⁹ Ninguém sabe exatamente porque uma jovem de sua estirpe se tornou escrava, mas isso explica em parte seu conhecimento extraordinário sobre a vida política mesoamericana. Também não se sabe seu nome antes de ser presenteada aos espanhóis.

²³⁰ O uso do diminutivo reverencial vai impregnar a língua espanhola no período colonial, deixando rastros perceptíveis nas relações hierárquicas até hoje. Essa é uma das origens do uso do diminutivo para se referir a figuras de autoridade por pessoas de camadas populares, tão característico da cultura mexicana.

outro lado a origem da “miscigenação positiva” (STEPAN, 2005) que dá origem ao México moderno. Seu filho com Cortez é um dos primeiros mestiços concebidos no “Novo Mundo”. Nascido em 1523, Martim Cortez seria por muito tempo conhecido simplesmente como *el mestizo* [o mestiço].²³¹

A leitura mais generosa de Malinche como “mãe da Nação Mestiça” se amplia em obras literárias e cinematográficas mais recentes, que incorporaram uma perspectiva crítica feminista e/ou pós-colonial. É o caso do romance histórico *Malinche* (2006), de Laura Esquivel e do documentário *Malintzin, a história de um enigma* (2018), de Fernando Gonzalez Sitges (imagem 5). Esta não é, no entanto, a leitura dominante na historiografia clássica, nas artes e no pensamento social mexicano. A representação mais icônica de Malinche é a que faz dela o renomado pintor Diego Rivera²³² em mural de dimensões monumentais localizado no Palácio Nacional (sede do Governo Federal). Nesta, encarna arquétipo da “mulher melindrosa”, com postura provocante e olhar traiçoeiro (imagem 6).

Octavio Paz analisa a centralidade da Malinche no imaginário nacional acerca da feminilidade e da maternidade no seminal ensaio *Os filhos da Malinche*, de 1950. Este texto compõe a monumental obra *O labirinto da Solidão* (PAZ, 2015 [1950]), clássica reflexão sobre a alma mexicana. Paz inicia o ensaio com uma análise do verbo *chingar* (que poderíamos traduzir para “foder” ou “arrombar”) – origem de inúmeras expressões idiomáticas amplamente utilizadas pelos mexicanos:

O *chingado* [fodido, arrombado] é o passivo, o inerte e aberto, por oposição ao que *chinga* [fode, arromba], que é ativo, agressivo e fechado. O *chingón* [fodão] é o macho, o que abre. A *chingada* [fodida, arrombada] é a fêmea, a passividade pura, indefesa diante do exterior. A relação entre ambos é violenta, determinado pelo poder cínico do primeiro e a impotência da outra. A ideia de violação rege obscuramente todos os significados (ibid., p. 222, ênfases do autor, tradução minha).

Estamos falando, portanto, de um repertório altamente sexualizado e enraizado nas hierarquias de gênero sobre as quais se estruturam as sociedades latino-americanas

²³¹ Sua história foi tumultuada e seu destino trágico. Martim foi precocemente separado da mãe e criado na Europa. Teve diversos conflitos com a família legítima de Cortez e também com a coroa espanhola. Participou de diversas rebeliões no México e na Espanha – em uma das quais morreria em 1569.

²³² Um dos principais expoentes do muralismo mexicano, movimento artístico que ganha força com a Revolução. Diego Riveira tinha grande sensibilidade para questões políticas e sociais, mas seu exacerbado machismo era notório – tendo ficado registrado nos relatos da artista Frida Kahlo, com quem foi casado.

desde seu passado colonial. Esta reflexão tem muito em comum com a realizada mais de duas décadas depois por Michel Misse no contexto brasileiro. Analisando a linguagem cotidiana (em particular um conjunto de expressões ofensivas e/ou pejorativas), este sociólogo percebe a presença de um “estigma do passivo sexual” – ou seja, que as relações de superioridade/inferioridade ou de afirmação do poder/humilhação eram frequentemente expressas por meio de metáforas de atividade/passividade sexual (MISSE, 1979).

Para Paz, assim como para Misse, o “passivo sexual” pode ser representado tanto pela mulher quanto pelo “homossexual passivo” – sendo, de uma forma ou de outra percebido como feminino e subalterno. Isso explicaria também a relativa tolerância (e até exaltação) em relação ao polo “ativo” da relação, que é percebido como masculino e superior independentemente do sexo do parceiro. Nas palavras de Paz:

É significativo [...] que o homossexualismo masculino seja considerado com certa indulgência [na cultura popular mexicana], ao menos no que toca o agente ativo. O passivo, ao contrário, é um ser degradado e abjeto. [...] O homossexualismo masculino é tolerado com a condição de que se trate de uma violação do passivo. Como nas relações heterossexuais, o importante é “não se abrir” e, simultaneamente rachar, ferir seu contrário (ibid., p. 183 tradução minha).

Misse argumenta que esse tipo de estigma se manifesta mais abertamente contra os “homossexuais passivos”, devido aos valores sociais positivos que são atribuídos à mulher. A valorização da maternidade, do afeto e do cuidado (o que ele chama de “Mito da feminilidade”) teriam por efeito encobrir a desvalorização simbólica da mulher como sexualmente passiva. A expressão mais clara disso seria a adoração católica de Maria não apenas como mãe, mas também como virgem (“dessexualizada”). Por ter tido uma “imaculada concepção” (“livre do pecado”), ela pode ser elevada ao ideal inalcançável da feminilidade (MISSE, 1979, p. 13).

Paz foca sua análise justamente na figura da mulher sexualizada (e, portanto, necessariamente “maculada” pela passividade sexual), característica da cultura popular mexicana. Este estigma pesa particularmente sobre as mães, estando presente em expressões extremamente corriqueiras como *chingada madre* (“mãe desgraçada”) e *hijo de la chingada* (“filho da mãe”):

A *chingada* é a mãe aberta, violada ou humilhada pela força. O “filho da *chingada*” é o fruto dessa violação, do rapto ou da humilhação. Se se compara esta expressão com a espanhola “*hijo de puta*” [“filho da

puta”] se percebe imediatamente a diferença. Para o espanhol a desonra consiste em ser filho de uma mulher que voluntariamente se entrega, uma prostituta; para o mexicano, ser filho de uma violação. [...] toda mulher, mesmo que se dê voluntariamente, é [no imaginário mexicano] desgarrada, *chingada* pelo homem. Em certo sentido somos todos, pelo simples fato de nascermos de uma mulher, filhos da *chingada*, filhos de Eva. Mas o característico do mexicano reside, a meu ver, na violenta, sarcástica humilhação da Mãe e na não menos violenta afirmação do Pai. (PAZ, 2015 [1950], p. 225, tradução minha)

A cultura mexicana se caracteriza, portanto, por ser particularmente misógina – mesmo se comparada com a espanhola (e até mesmo com a brasileira). Nem mesmo a maternidade sacralizada pela religiosidade católica é poupada do desprezo pelo feminino, pelo *chingado*. Paz associa essa especificidade à conquista e ao passado colonial. A Malinche é, portanto, a encarnação original da *chingada madre* da Nação:

Se a *chingada* é uma representação da mãe violada, não me parece forçado associá-la à conquista, que foi também uma violação, não somente no sentido histórico, mas também na própria carne das índias. O símbolo da entrega é a Malinche, a amante de Cortez. [...] *Doña Marina* representa as índias fascinadas, violadas ou seduzidas por espanhóis. E da mesma forma que o filho não perdoa a mãe que o abandona para ir em busca do pai, o povo [mexicano] não perdoa a Malinche pela sua traição. Ela encarna o aberto, o *chingado* frente a nossos índios, estoicos, impassíveis e fechados. Cuauhtémoc e *doña Marina* são assim dois símbolos antagônicos e complementares (ibid., p. 233, tradução minha).

A compreensão desse repertório cultural foi fundamental no trabalho de campo para entender certas especificidades na representação da feminilidade (e em particular da maternidade) que contrastavam com o contexto brasileiro. Pode parecer estranho afirmar que a cultura mexicana é (de forma geral) ainda mais misógina do que a brasileira, mas foi essa justamente minha impressão etnográfica (fundamentada por uma certa leitura da bibliografia). Essa misoginia expressa, no entanto, um medo mal dissimulado do indomável e imprevisível poder feminino – que se afirma pelo avesso encarnada em figuras como a Malinche.²³³ Essa necessidade obsessiva de depreciar o feminino pode ser pensada na chave do que Annie McClintock chamou de

²³³ Uma das evidências da associação de Malinche com poderes subterrâneos incontroláveis e imprevisíveis é o fato de ela nomear um vulcão ativo – um dos cinco maiores do México. Este se localiza na fronteira entre os estados de Puebla e Tlaxcala, na rota que as tropas de Cortez fizeram entre o litoral e a Cidade do México. Trata-se do único vulcão com o nome de uma figura histórica: os demais possuem nomes de deuses ou figuras mitológicas (como Popocatepetl e Iztaccihuatl).

“masculinidade paranoica” (MCCLINTOCK, 2010). No contexto da prisão e do *crime*, essas hierarquias generificadas têm efeitos específicos – que apresento agora de maneira resumida, mas retomarei nos próximos capítulos a partir de situações etnográficas.

Em primeiro lugar, podemos destacar as percepções em torno da violação sexual do feminino – e, por extensão, dos corpos feminizados (ou emasculados) dos “menos que machos”. A naturalização dessas práticas não é muito diferente da que foi observada nas prisões brasileiras até o início dos anos 1990 (ver capítulo 1). A extrema vulnerabilidade dos corpos de *mulheres trans* à violência sexual se amplia no espaço prisional, como argumentou Chloé Constant (2018).

Em segundo lugar, são notáveis as diferenças na representação do feminino no universo das prisões e do crime. Ao contrário do contexto paulista, onde a figura da mulher que visita é sacralizada (ver capítulos 1 e 2), nas prisões mexicanas predominam as imagens da mulher traiçoeira (*malinchista*), da *chingada madre* e da mãe que abusa e castiga (*madre terrible*). Esse repertório aparece com clareza no premiado relato do jornalista Ramsés Ancira (2017) sobre uma prisão na Cidade do México:

Acredito que pelo menos oitenta por cento dos jovens menores de 25 anos que se encontram na prisão carecem de pai, e poucos de mãe. Talvez muitos deles sejam, no sentido de Octavio Paz, simples filhos da *chingada*, ou seja, de mulheres abandonadas (ANCIRA, 2017, p. 45, tradução minha).

Em uma seção intitulada “a cólera de Deus se escreve em feminino”, Ancira traz também uma longa coleção de relatos de presos que atribuem seu destino à impetuosidade do gênero feminino. Afirma que, para além dele mesmo,²³⁴ “uma boa parte das pessoas que ingressam nas penitenciárias do Distrito Federal, é por acusações de mulheres movidas por distintas paixões” (ibid., p. 35). Evidentemente esses estereótipos negativos estão presentes também no contexto brasileiro, mas o que me impressionou no México foi a aparente ausência de contrapontos poderosos como as reverenciadas figuras de mães amorosas, esposas corajosas, *mulheres fiéis* e dedicadas. Retomarei essa questão no próximo capítulo.

Por fim, gostaria de olhar para a influência deste repertório cultural sobre as representações da criminalidade feminina. Há, nesse sentido, uma associação profunda

²³⁴ Ancira esteve preso por 2 meses no *Reclusório Preventivo Varonil Oriente*. Foi acusado de fraude pela proprietária do apartamento que alugava. Seu livro é ironicamente intitulado *Repórter encoberto*.

entre o desvio moral e o desvio sexual. A multiplicidade de parceiros sexuais de Malinche (que incluem tanto seus antigos senhores maias quanto seus novos proprietários espanhóis) são, para os mexicanos, a maior prova de seu caráter traiçoeiro. Pouco importa que essas relações fossem compulsórias, dada a sua condição de mulher indígena escravizada. A *chingada* é culpada não apenas pela própria violação como também por qualquer ação contrária aos valores da sociedade que a viola sistematicamente.

Em sua análise do caso da *mataviejititas* (que já mencionamos na introdução e no capítulo 1), Susana Vargas argumenta justamente que esta criminosa é percebida não apenas como traidora do gênero feminino, mas da própria mexicanidade (VARGAS, 2010). As comparações com a Malinche foram recorrentes em diversos debates midiáticos sobre sua índole. O fato de ambas terem sido “vendidas” na infância permitia uma insólita aproximação entre suas trajetórias, justificando a atitude vingativa de ambas contra a sociedade que as humilhou. Assim como na percepção da figura de Madame Satã no Brasil, a experiência precoce e racializada de desumanização aparece como a origem última tanto do desvio sexual quanto do desvio moral.

Passemos agora a um ícone cultural de feminilidade e miscigenação que recebe da sociedade mexicana uma valoração moral oposta à da Malinche.

A Virgem de Guadalupe

Cerca de um ano depois da precoce morte de Malinche,²³⁵ aparece pela primeira vez outra imagem central para a conformação de uma identidade mexicana: a Virgem de Guadalupe (imagem 7). Sua poderosa figura fervorosamente adorada sintetiza de maneira peculiar as ambivalências da sociedade colonial que se conformava naquele momento:

Em 1531 um humilde indígena chamado Juan Diego declarou que havia visto uma imagem da “Virgem de Guadalupe” (Mãe dos deuses ou “Mãe Terra”) vindo milagrosamente a bendizer e curar seu sofrido povo. Esta Virgem muito rapidamente se converteu em um símbolo de salvação para os oprimidos. Os rebeldes de todas as revoluções mexicanas e de todos os movimentos sociais a partir de então levaram suas bandeiras em batalhas e manifestações [...]. As autoridades eclesiásticas de Roma se negaram a incorporar a Mãe Terra Virgem de Guadalupe na doutrina católica até 1648. A igreja original da

²³⁵ Não há documentos precisos, mas estima-se que esta ocorreu por volta de 1530, depois que Cortez volta à Espanha levando consigo seu filho mais velho.

**Imagens 7, 8 e 9: Representação popular da Virgem de Guadalupe;
A santa como encarnação da luta dos migrantes *chicanos* contra a violência policial;
Escultura monumental da deusa asteca Coatlicue, também chamada de Tonantzin
(uma das obras primas da coleção do Museu Nacional de Antropologia).**

Nossa Senhora de Guadalupe foi construída por espanhóis com mão de obra indígena no mesmo lugar onde havia um templo consagrado a Coatlicue (deusa asteca da terra e mãe dos deuses). Muitas divindades astecas representavam as forças da natureza, tão decisivas para a produção e o comércio que – com os despojos da conquista – haviam formado a base material do império asteca. Depois de superar suas dúvidas, as autoridades católicas simplesmente adaptaram a Mãe Terra Virgem de Guadalupe asteca à sua liturgia corrente. [...] Ao honrar a (virgem) mãe de Jesus Cristo, os índios honram à antiga mãe dos deuses. Algumas orações astecas continuam sendo proferidas nas cerimônias católicas para os índios atuais (COCKCROFT, 2001, p. 33)

A Nossa Senhora de Guadalupe encarna, portanto, a ambivalente unidade mestiça do povo mexicano em seu destino trágico e também em suas diversas lutas através dos séculos. Recentemente, ela se tornou até mesmo o símbolo da resistência dos imigrantes *chicanos* contra as detenções arbitrárias nos Estados Unidos (imagem 8).

Existe, além disso, uma relação direta entre a Virgem de Guadalupe e antiga mãe dos deuses astecas. A Basílica dedicada à santa católica (incorporada a contragosto pela liturgia oficial da Igreja) foi construída no mesmo lugar do antigo tempo de Coatlicue. O nome desta deusa significa, em língua nauátle, “a da saia de serpentes”. Em suas representações escultóricas mais célebres, como a presente no imponente Museu de Antropologia, possui duas serpentes no lugar da cabeça (imagem 9). Assim como outras divindades femininas associadas à terra, é também chamada de Tonantzin (“nossa venerável mãezinha”). O uso frequente do diminutivo para se referir à santa, popularmente chamada de *Virgencita* [virgenzinha] (entre diversas variações) é outra evidência da continuidade entre o seu culto e o das divindades astecas (caracterizadas pelo uso do *tzin*, o diminutivo reverencial).

No mesmo ensaio que mencionamos há pouco, Octavio Paz reflete sobre os efeitos desse contexto histórico específico (o colapso da ordem social pré-colombiana e o completo desamparo dos povos indígenas) sobre a conformação do culto à Virgem de Guadalupe:

Não é um segredo para ninguém que catolicismo mexicano se concentra no culto à Virgem de Guadalupe. Em primeiro lugar, trata-se de uma Virgem Indígena; em segundo: o lugar de sua aparição (diante do índio Juan Diego) é uma colina que foi antes um santuário dedicado a Tonantzin, “nossa mãezinha”, deusa da fertilidade entre os astecas. Como sabemos, a conquista coincide com o apogeu do culto a duas divindades masculinas: Quetzalcoátl e Huitzilopochtli [...]. A derrota desses deuses [...] produziu entre os fiéis uma espécie de regresso às antigas divindades femininas. [...] A virgem católica é também uma Mãe (muitos peregrinos indígenas ainda a chamam de

Guadalupe-Tonantzin) mas seu principal atributo não é velar pela fertilidade da terra, mas servir de refúgio aos desamparados. A situação mudou: não se trata de assegurar colheitas, mas de encontrar refúgio. A Virgem é o consolo dos pobres, o escudo dos débeis, o amparo dos oprimidos. É, em suma, a mãe dos órfãos. Todos os homens nascemos deserdados e nossa condição verdadeira é a orfandade, mas isso é particularmente verdadeiro para os índios e pobres do México. O culto à virgem não só reflete a situação geral dos homens, mas uma situação histórica concreta, tanto no espiritual como no material (PAZ, 2015 [1950], p. 231, tradução minha).

Para além de serem a representação máxima da maternidade em seus respectivos sistemas simbólicos (o catolicismo apostólico e a cosmologia mesoamericana), há significativas homologias entre as histórias da Virgem Maria e a de Coatlicue que facilitaram a sua fusão na figura de Guadalupe-Tonantzin. Tanto Jesus Cristo (rei dos judeus) quanto Huitzilopochtli (deus guerreiro que guiava os astecas em suas vitórias militares) foram concebidos sem intercurso sexual.²³⁶ Ambas são as “imaculadas mães” dos “salvadores” de seus respectivos povos. Compartilham também os arquétipos da “mulher traída” e da “sofredora” [*madre dolorosa*]: Maria sofre com a perda do filho traído pela humanidade e Coatlicue com a traição de sua filha primogênita Coyolxauhqui (deusa da lua).

No trânsito entre Brasil e México, é difícil não associar a imagem da Virgem de Guadalupe com a de Nossa Senhora Aparecida. Ambas são percebidas como santas mestiças e foram alçadas ao lugar de “padroeiras da nação” em momentos críticos na consolidação de Estados marcados por profundas divisões étnico-raciais. É justamente na Era Vargas, momento de celebração da ideologia da “Democracia Racial”, que Aparecida se torna oficialmente a “Nossa Senhora do Brasil”.²³⁷ E assim como Maria Guadalupe (“Lupita”) é um dos nomes mais comuns no México, Maria Aparecida (“Cida”) é um dos nomes mais comuns no Brasil.

Em sua reflexão sobre a relação dos boias-frias com o culto à Nossa Senhora Aparecida, John Dawsey (2000) recupera a clássica análise de Victor Turner (1974) sobre a Virgem de Guadalupe, enfatizando a multivocalidade deste símbolo:

Turner mostra como símbolos sociais se formam a partir de conflitos e contradições. “Nossa Senhora de Guadalupe” torna-se símbolo de uma nacionalidade mexicana emergente na medida em que consegue

²³⁶ Segundo a mitologia asteca, Coatlicue engravida de Huitzilopochtli depois de guardar uma oferenda de plumas em sua saia.

²³⁷ Importante lembrar que Aparecida é cultuada sobretudo no sudeste do Brasil, não possuindo a mesma popularidade no Norte e no Nordeste do país. Em Belém do Pará, por exemplo, a imagem mariana que ocupa um lugar semelhante ao da Virgem de Guadalupe é a Nossa Senhora de Nazaré.

Imagens 10, 11 e 12: Representação umbandista da Nossa Senhora Aparecida (identificada com Oxum, entidade de origem africana); A santa tatuada em um preso do complexo do Carandiru; Cena da sequência do massacre no filme *Carandiru*, de Hector Babenco.

articular as tensões sociais. “Para indígenas que haviam rejeitado o paganismo específico dos astecas”, ela representa, diz o autor, “a coisa mais próxima a qual poderiam chegar, enquanto seres totais, a uma deusa indígena”. Entre outras coisas, Nossa Senhora de Guadalupe é a sucessora de Tonantzin, a mãe dos deuses na cosmologia asteca, cujo culto havia sido eliminado pelos espanhóis. A multivocalidade do símbolo permite que as diferenças se articulem. Trata-se, porém, de um ímpeto unificador, possibilitando o surgimento de identidades étnicas e culturais, e permitindo que as diferenças sejam relativizadas diante da preeminência do “nós” (DAWSEY, 2000, p. 95).

Assim como a *Reina de México*, Aparecida ocupa esse lugar de relativização de diferenças e produção de um “nós” nacional e mestiço. Esta síntese, no entanto, não encontra jamais uma forma definitiva e unívoca. Em sua etnografia, Dawsey busca na liturgia de Aparecida lapsos e ruídos semelhantes ao do passado asteca de Guadalupe. Teria também a Nossa Senhora do Brasil uma multivocalidade? Em uma visita realizada nos anos 1980 à Basílica erguida em sua homenagem, a conexão que o antropólogo percebe não é com antigas deusas indígenas, mas com criaturas muito mais profanas. Foi em um parque de diversões nos arredores de Aparecida do Norte que ele enxergou a materialização do exterior constitutivo desta santa:

Algumas das maiores “atrações” da cidade se apresentam às margens da catedral. [...] em um espaço fora da visão dos devotos, encontra-se o centro de diversões: carrossel, tiro ao alvo, carrinhos elétricos de dar trombada, “Mulher Lobisomem”, “Mulher Gorila”, “Mulher Cobra”. [...] O que mais chama atenção no parque de diversões de Aparecida do Norte são os espetáculos de mulheres virando bichos. [...] Poder-se-ia ver nessas atrações a manifestação carnavalizante do caos em meio ao qual emerge uma ordem serena de proporções cósmicas. A selvageria dessas mulheres mutantes, grotescas, dramatiza, por efeitos de comparação, a beleza e brandura do rosto de Nossa Senhora Aparecida. O verdadeiro terror que se instaura nesses espetáculos, cujos artistas se especializam na produção do medo, magnifica os anseios de se ver no regaço da santa (ibid., p. 90).

Essas outras entidades femininas de Aparecida do Norte, as “mulheres-monstros despidas, peludas, escamosas” (ibid., p. 90) parecem representar, a princípio, o simples oposto da “virgem imaculada”. Dawsey argumenta, no entanto, que há importante semelhanças na percepção popular dos poderes magníficos da santa com o assombro produzido pela ferocidade daquelas criaturas. A “história noturna” de Aparecida, continuamente alijada da liturgia católica oficial, reaparece imprevisivelmente nas margens de seu santuário:

Às margens da “catedral nova” de Aparecida do Norte, nos seus parques de diversões, a partir de uma espécie de pedagogia do “assombro”, aprende-se a “virar bicho”. Talvez, de fato, a “mulher lobisomem” esteja estranhamente próxima à Nossa Senhora Aparecida, não, porém, enquanto contraste dramático, mas como uma figura que emerge [...] de sua “história noturna”. Quem sabe, algumas das esperanças e promessas mais preciosas, ainda não realizadas, associadas à figura de Nossa Senhora Aparecida, se encontram nos efeitos de interrupção - no pasmo - provocados pela “mulher lobisomem” (ibid., p. 90).

A “mulher lobisomem” é uma das encarnações possíveis da “história noturna” de uma santa mestiça, permitindo a emergência de outras pedagogias (como a de “virar bicho”) e outras cosmologias em seu entorno.

Assim como o de Guadalupe, o culto à Aparecida se conecta subterraneamente com as crenças ancestrais de “outros racializados” da nação. Em religiões afro-brasileiras (em particular na umbanda praticada no estado de São Paulo), Aparecida é frequentemente identificada com Oxum, deusa de origem yorubá (imagem 10). Nada pareceria, a princípio, mais distante da figura da virgem Maria do que a sedutora e geniosa segunda esposa de Xangô. Ambas, no entanto, são associadas à água corrente: uma apareceu em um rio e a outra habita cachoeiras. A coroa dourada e os ricos mantos com os quais a imagem da santa é coberta (contrastando lindamente com o tom escuro de seu rosto) também a aproxima da notória predileção de Oxum pelo ouro e por exuberantes adornos.

Outra importante semelhança entre essas duas aparições marianas é sua extraordinária popularidade no universo das prisões. Chama a atenção de qualquer visitante mais atento a imensa quantidade de altares dedicados à Nossa Senhora Aparecida no estado de São Paulo e à Virgem de Guadalupe no México – seja em corredores, em pátios ou em celas. Eu arriscaria dizer que nesses contextos não há uma única unidade prisional que não tenha pelo menos um altar dedicado a uma delas. Estes são quase sempre decorado com flores (artificiais ou de plástico) e com luzes (velas ou luzinhas coloridas de natal). Ambas são também especialmente populares em tatuagens de cadeia (imagem 11). A popularidade delas ultrapassa a de qualquer outra divindade em seus respectivos contextos.

Uma imagem particularmente icônica nesse sentido é a monumental pintura de Nossa Senhora Aparecida que adornava a face interna de uma das muralhas do

famigerado complexo do Carandiru.²³⁸ Ela aparece na memorável sequência do massacre no filme *Estação Carandiru* (2003), de Hector Babenco. Depois do derramamento de sangue no pavilhão 9, os sobreviventes são conduzidos até o exterior do pavilhão e rendidos diante da colorida representação da santa (imagem 12). Ali permanecem sentados, praticamente nus, durante toda a noite. Na madrugada, luzes de holofotes passeiam pela escuridão do pátio, iluminando os humilhados e eventualmente também a imagem sagrada. Quem são os pecadores pelos quais ela roga?

Dada sua forte presença no tenso universo das prisões, tenho pensado na importância de considerar a multivocalidade dessas santas mestiças. O discurso da pacificação, da identidade católica e mestiça compartilhada, está evidentemente presente – mas não é de maneira nenhuma unívoco. Nesses fervorosos cultos se expressam também diversas pedagogias e histórias subterrâneas: todo um universo de deusas-serpente e mulheres lobisomem, orixás e mulheres-aranha. Retomaremos essas ideias nos próximos capítulos partindo de situações etnográficas.

Falamos até agora da miscigenação no contexto mexicano privilegiando os elementos espanhol e indígena. Vejamos, a seguir, o lugar da escravidão e das matrizes africanas na formação do Estado e da identidade nacional.

“A terceira raiz”

A escravização de africanos e seus descendentes no atual território do México foi bastante limitada temporal e espacialmente se comparada ao que ocorreu no Brasil e nos Estados Unidos (e também em ex-colônias espanholas próximas como Cuba e Colômbia). O comércio de escravizados teve seu início em 1537 e seu auge entre 1580 e 1635 – período de alto crescimento da atividade mineira (COCKFORT, 2001, p. 53). A historiografia e o pensamento social se referem frequentemente aos africanos como “a terceira raiz” do povo mexicano – supondo que as duas primeiras seriam a indígena e a espanhola. Curioso notar, no entanto, que a africana não é uma das “três culturas” mencionadas Praça das Três Culturas (antiga Tlatelolco). Estas seriam a indígena, a mexicana colonial (de matriz católica e espanhola) e a do México moderno, espécie de síntese entre as anteriores (tendo emergido com a Independência e a Revolução).

²³⁸ Interessante notar que, nesta versão, Aparecida é excepcionalmente parecida com as representações mais populares da Virgem de Guadalupe.

Poucos anos depois de sua independência política (conquistada em 1821), o México se tornou um dos primeiros países americanos a abolir a escravidão em todo o seu território. A lei aprovada em 1829, além disso, oferecia refúgio aos escravizados que fugissem dos países vizinhos (inclusive dos Estados Unidos, que tinha então uma das maiores populações escravizadas do mundo). O responsável pela medida foi o então presidente Vicente Guerrero (1782 - 1831), ele mesmo descendente de negros e indígenas (*zambo*).²³⁹ Guerrero era proveniente da região de Acapulco, na costa do Pacífico (onde atualmente fica o estado de Guerrero, nomeado em sua homenagem), região com a maior concentração de afrodescendentes no país. Devido à sua fisionomia (imagem 13), sua origem social humilde e sua proximidade com a “causa dos negros”, era chamado pejorativamente de *el negro Guerrero* por seus adversários políticos.

Esta decisão está na origem dos conflitos com os Estados Unidos, sendo uma das causas da declaração independência do Texas (*Tejas*) em 1835. Esta região, que fazia então parte do México, concentrava um grande número de proprietários de terras (e escravos) provenientes do sul estadunidense.²⁴⁰ A efêmera República do Texas (1836-1845) teria inclusive a constituição mais escravocrata do século XIX: esta não apenas revertia a abolição da escravidão como impedia que os proprietários libertassem seus próprios escravos sem a autorização do Congresso (COCKCROFT, 1999, p. 85).

Sam Houston, primeiro presidente do Texas, se apoiaria na teoria da inferioridade racial dos mexicanos (“índigenas, mestiços e amigos dos negros”) para justificar a tomada de suas terras:

A raça anglo-saxã deve estender-se por toda a extremidade meridional deste vasto continente [...] Os mexicanos não são melhores que índios, então não vejo razões para que não devêssemos tomar suas terras (apud COCKFORT, 1999, p. 84, tradução minha).

Os conflitos entre texanos protestantes de origem anglo-saxã e católicos de origem latina deflagraria a sangrenta Guerra México-Americana (1846-1848), episódio decisivo para a conformação do Estado mexicano. A guerra consistiu basicamente em uma impetuosa invasão militar do instável país latino pela potência emergente do Norte.

²³⁹ Trata-se de uma das chamadas *castas* da sociedade colonial hispânica, composta por descendentes de negros e indígenas. Durante o período colonial, os pais de Guerrero (trabalhadores rurais pobres) haviam pertencido a essa *casta*, que tinha um status jurídico específico.

²⁴⁰ Região de forte tradição escravocrata. Abrange basicamente a porção sul da costa leste da América do Norte (de Washington à Flórida) e a bacia do rio Mississippi. O clima dessa área é mais tropical e sua economia era baseada na agricultura de *plantation* (caracterizada por latifúndios, monocultura e mão de obra escrava) durante o período colonial.

Para os estadunidenses, se tratava de uma legítima disputa entre raças distintas (uma superior à outra) pelo domínio de terras (imagem 14). Depois de tomarem a Cidade do México, estes conseguiram obrigar os governantes derrotados a assinarem um acordo de rendição no qual entregavam quase metade de seu território²⁴¹ em troca de uma insignificante indenização financeira.

Para além do desfalque territorial e econômico, este desfecho teria efeitos duradouros sobre o processo de formação do Estado-nação mexicano. Ele consolida a posição dos Estados Unidos como principal contraponto identitário, uma relação marcada por amargos ressentimentos e um complexo de inferioridade. Esta alteridade reforça a ideia de uma identidade mexicana racializada (mestiça e/ou não branca), além do catolicismo e da língua latina como matrizes culturais (em oposição à língua inglesa e ao protestantismo). Vejamos como estas especificidades históricas influem até hoje na percepção das desigualdades em geral e do sistema penitenciário em particular.

A *encomienda* do século XXI

O racismo estrutural no Brasil formata o controle social e as políticas de repressão, e ganha especial destaque na política criminal de drogas, com reflexo no superencarceramento de pessoas negras. Nota-se a continuidade entre o navio negreiro, a senzala, as favelas e as celas da prisão como espaços destinados aos negros na perspectiva do controle social em uma sociedade racista, de passado escravocrata, que lhes nega direitos. O fato do Brasil e os Estados Unidos, de passado escravocrata, estarem entre os três países que mais encarceram no mundo já indica a resposta (BOITEUX, 2019, p. 5).

Conforme vimos na introdução e no capítulo 1, tanto nos Estados Unidos como no Brasil as principais distorções no sistema de justiça criminal (como a seletividade da prisão, os trabalhos forçados e a tortura) são vistas em continuidade com o passado colonial tendo como eixo principal a escravidão de africanos (e de seus descendentes racializados). Uma questão então se coloca: como pensar a presença de distorções análogas no contexto mexicano, onde esta modalidade de exploração desempenhou um papel secundário? Afinal de contas, o México tem a terceira população carcerária das Américas, não estando muito atrás do Brasil no que diz respeito às altas taxas de encarceramento e de superlotação das prisões.

²⁴¹ Região que representa hoje os estados do Texas, Novo México, Arizona e Califórnia (além de grande parte de Nevada, Colorado e Utah), onde até hoje os mexicanos e seus descendentes *hispanohablantes* (*chicanos*) compõem uma parcela significativa da população.

Imagens 13, 14 e 15: Vicente Guerreiro, presidente mexicano chamado de *el negro*;
O conflito militar entre México e Estados unidos representado como uma
guerra entre raças distintas (em uma famosa litografia de Oakes);
Benito Juárez, de origem zapoteca, foi o grande arquiteto da *Reforma*.

Ramsés Ancira (2017) recorre então às tecnologias de exploração da mão de obra indígena para dar sentido ao fenômeno recente do encarceramento em massa. Em suas palavras: “o cárcere no México do século XXI é o que foi a *encomienda* no século XVI” (ANCIRA, 2017, p. 15). A *encomienda* a que ele se refere foi a principal modalidade de trabalho compulsório imposta aos indígenas pela Coroa espanhola nos primeiros séculos após a conquista – tendo para a economia colonial uma importância análoga à escravidão no Brasil. A exploração indiscriminada da população carcerária teria suas raízes, portanto, no passado colonial:

No México, não se encarcera apenas para castigar, para isolar do convívio social sujeitos potencialmente perigosos para a sociedade ou para a sua família. Em uma boa parte dos casos, trata-se sobretudo de extorquir, chantagear e obter benefícios econômicos dos prisioneiros [...] No caso da Cidade do México o negócio dos presos está completamente privatizado, mas não ao estilo do capitalismo selvagem, mas pior ainda, ao estilo da *encomienda* do século XVI. Cada réu é um escravo: a única diferença é que alguns pagam sua estadia com dinheiro de fora e outros com o trabalho de coletores de tributos, pelo qual não recebem nenhuma comissão (ibid., p. 15, tradução minha).

Assim como no período colonial, os *indígenas* (também chamados de povos originários) tendem a ser os corpos mais explorados no sistema penitenciário. Ancira (idem) descreve as brutais condições de vida dos indígenas no cárcere. Estes eram obrigados a lavar as roupas e os sapatos dos outros internos sem receber qualquer pagamento (ao contrário dos outros presos, inclusive das *mulheres trans*, que cobram para realizar esse tipo de trabalho).²⁴² Eles dormiam diretamente no chão, sem nunca conseguir juntar dinheiro para comprar um colchão.

Em sua etnografia, Rodrigo Parrini (2007) também enfatiza a excepcional vulnerabilidade de “presos de determinadas origens étnicas” em prisões da Cidade do México:

Os que são identificados como indígenas, seja pelo aspecto físico ou pela língua, são abertamente discriminados pelos internos e experimentam dificuldades em sua relação com a instituição e a justiça em geral. De acordo com Fulgêncio, 33 anos, de origem mixe:²⁴³ “Pois comigo foi muito cruel, muito cruel, não sabem te

²⁴² Grande parte das mulheres trans com as quais conversei garantiam sua sobrevivência realizando esse tipo de trabalho – com o qual conseguiam ganhar cerca de 20 pesos (4 reais) por dia. Voltaremos à situação delas nos próximos capítulos.

²⁴³ Etnia indígena que habita uma região montanhosa no leste do estado de Oaxaca (o segundo mais pobre do país).

compreender, não sabem te entender, o que a pessoa precisa. Eles te tratam como um animal, assim. Para eles não somos nada. Os internos te pedem coisas, te extorquem e se você não entrega eles chegam a te matar” (PARRINI, 2007, p. 81, tradução minha).

Neste contexto, os fatores decisivos para definir quem é percebido como *indígena* são o “aspecto físico” e a língua (tanto o uso de outros idiomas quanto o domínio precário do castelhano). É importante notar, neste sentido, que não é percebida como *indígena* a maioria *mestiça* da população mexicana – nem mesmo aqueles que têm ascendência predominantemente indígena. Embora a nação mexicana seja representada como herdeira legítima das gloriosas civilizações mesoamericanas, a mexicanidade é pensada sobretudo como uma síntese unitária (católica e *hispanohablante*) incompatível com a manutenção de identidades étnicas diversas (com idiomas, culturas e territórios próprios). Conforme disse na introdução, a palavra *indio* é percebida como uma injúria que exclui simbolicamente o interlocutor da Nação e da Civilização. Voltaremos em breve ao lugar ambíguo do *indigenismo* na construção da identidade mexicana.

Ao contrário da população percebida como *negra*, que é amplamente majoritária nas prisões brasileiras, os chamados *indígenas* são uma minoria no sistema penitenciário mexicano. Em 2019, representavam apenas 422 dos 25.481 presos da Cidade do México, ou seja, cerca de 1,7% do total.²⁴⁴ Há, no entanto, um processo análogo de racialização da população carcerária, que é frequentemente representada como uma massa indistinta de *indios* avessos à ordem e à civilização. Não surpreende, neste sentido, que os principais coletivos de presos articulados com o narcotráfico que atuam no sistema penitenciário adotem elementos linguísticos e estéticos indígenas na afirmação de suas identidades (como é o caso da *Barrio Asteca* e da *Mexicles*).

Analisamos até agora as características mais gerais da identidade mexicana mestiça, com suas dimensões de gênero e sua relação privilegiada com o elemento indígena. A seguir, quero atentar para a formação institucional do Estado mexicano, dando particular ênfase à constituição de seu sistema de justiça criminal.

²⁴⁴ Dados da Subsecretaria de Sistema Penitenciário em novembro de 2019. Ver o link: <https://penitenciario.cdmx.gob.mx/poblacion-penitenciaria>. Acesso em outubro de 2019.

Juarez e as Leis de Reforma

Entre os indivíduos, assim como entre as Nações,
o respeito ao direito alheio é a paz.

Benito Juarez

O século XIX foi um período extremamente conturbado na história mexicana. O ambicioso projeto de construção de um Estado republicano depois da emancipação política (1810) enfrentaria imensos desafios internos e externos. Foram intermináveis os conflitos entre os diversos setores das elites e frequentes as rebeliões camponesas e indígenas. Além disso, o país teve de enfrentar invasões militares de potências estrangeiras como os Estados Unidos (1846-1848) e a França (1863–1867).²⁴⁵

A consolidação de aparatos modernos de Estado, em especial de sua ordem jurídica e institucional, se daria de maneira acidentada ao longo da segunda metade do século. O conjunto das chamadas *Leis de Reforma*, aprovadas entre 1855 e 1874, são o cerne dessas transformações. Tendo como parâmetros as nações europeias, foram instituídos progressivamente um código de direito civil e processual, uma constituição, a divisão de poderes e, sobretudo, a separação entre Estado e Igreja. Em um momento no qual a religião católica (em especial o culto à Virgem de Guadalupe) era o principal elemento de coesão entre os habitantes do vasto território, este se mostrou um desafio extraordinário. Era preciso não apenas enfrentar o poder da Igreja com todas suas ramificações, mas também imaginar alternativas simbólicas para a construção de uma identidade nacional compartilhada.

A figura central deste período crítico foi Benito Juarez (1806-1872), considerado o grande arquiteto do México moderno. Era um *homem* de baixa estatura (1,37m), pele muito morena e traços faciais inconfundivelmente indígenas (imagem 15). Juarez era de origem humilde: nasceu em um minúsculo *pueblo* de língua zapoteca no interior do estado de Oaxaca e somente na escola aprenderia a falar (e escrever) em castelhano. Teve uma brilhante carreira como jurista e depois como estadista, destacando-se tanto como intelectual quanto como líder político e militar (ver epígrafe

²⁴⁵ O período de ocupação militar francesa é também chamado de II Império Mexicano. Neste intervalo de tempo, Maximiliano de Habsburgo instalou sua corte e governou com o apoio das tropas estrangeiras e parte da elite conservadora. A justificativa da ocupação era garantir que o Estado mexicano pagasse as dívidas que havia contraído com credores europeus. Essa estrutura de poder entrou em colapso tão logo Napoleão III retirou suas tropas da região devido ao envolvimento da França em uma guerra com a Prússia em 1867.

da seção). Ocupou a presidência em 5 períodos entre 1858 e 1872, tendo enfrentado diversos golpes e guerras.

Dentre os condutores do amplo processo de *Reforma*, Juarez foi o que mais sistematicamente enfrentou a Igreja. Instituiu a liberdade de culto e ordenou a secularização do registro civil, do matrimônio, dos hospitais, dos cemitérios e das instituições de ensino. Sua jogada mais ousada, no entanto, foi a nacionalização dos bens eclesiásticos em 1859. Esta medida tinha como objetivo não apenas o enfraquecimento do poder temporal das organizações religiosas, mas também a obtenção de recursos para financiar as cada vez mais amplas atividades do Estado.

Uma rigorosa separação entre Estado e Igreja ocorreu, portanto, muito precocemente no México – tornando-se um dos elementos centrais de sua ordem jurídica e da identidade nacional. Esse cenário contrasta fortemente com o de outros países católicos latino-americanos (como o Brasil), em que essa separação é menos marcada ou nunca efetivamente se concretizou. Os efeitos dessa história peculiar são palpáveis até hoje. Em sua análise comparativa das disputas políticas em torno dos direitos sexuais no México e no Brasil, Rafael de la Dehesa (2015) mostra como a defesa da laicidade do Estado é um argumento político muito mais eficaz no primeiro contexto do que no segundo. O avanço desigual de pautas como o aborto e o casamento civil igualitário está, em alguma medida, relacionado a esse processo de gênese das instituições.

A Reforma é, no entanto, um processo fundamentalmente ambivalente. O poder temporal da Igreja católica não foi o único aspecto estruturante da sociedade mexicana desarticulado naquele período. O vigoroso ímpeto de se conformar aos padrões europeus (supostamente universais) terminaria por destruir instituições percebidas como arcaicas, mas que eram fundamentais para a reprodução dos modos de vida tradicionais dos descendentes de indígenas – como a propriedade coletiva da terra (COCKCROFT, 2001). Octavio Paz sintetiza da seguinte forma as profundas contradições desse período:

Como o catolicismo colonial, a Reforma é um movimento inspirado em uma filosofia universal. As diferenças e semelhanças entre ambos são reveladoras. O catolicismo foi imposto por uma minoria de estrangeiros depois de uma conquista militar; o liberalismo por uma minoria nativa, ainda que de formação francesa, depois de uma guerra civil. O primeiro é a outra cara da conquista; destruída a teocracia indígena, mortos ou exilados os deuses, sem terra em que apoiar-se nem submundo para onde migrar, o índio vê na religião cristã uma

Mãe. Como todas as mães, é entranha, repouso, retorno às origens e, assim mesmo, boca que devora, senhora que mutila e castiga: mãe terrível. O liberalismo é uma crítica à ordem antiga e um projeto de pacto social. Não é uma religião, mas uma ideologia utópica; não consola, combate; substitui a noção de além por um futuro terreno. Afirma o homem, mas ignora uma metade do homem: essa que se expressa nos mitos, na comunhão, na festança, no sonho, no erotismo. A Reforma é, antes de tudo, uma negação e é nesta que reside a sua grandeza. Mas o que afirmava esta negação – os princípios do liberalismo europeu – eram ideias de uma beleza precisa, estéril e no final vazias. A geometria não substitui os mitos. [...] A Liberdade e a igualdade eram e são conceitos vazios, ideias sem mais conteúdo histórico concreto que aquele a que elas se prestam nas relações sociais, como mostrou Marx. E já sabemos em que se converteu essa igualdade abstrata e qual foi o significado dessa liberdade vazia. Ao fundar o México sobre uma noção geral de Homem e não sobre a situação real dos habitantes do nosso território, se sacrificava a realidade às palavras e se entregava os homens de carne e osso à voracidade dos mais fortes (PAZ, 2015 [1950], pp. 279-280, tradução minha)

De acordo com Paz, em sua “grandiosa negação” a nova ordem jurídica universalista não criava senão uma “igualdade abstrata” e uma “liberdade vazia”. Formulada nos anos 1950, esta crítica não poderia ser mais atual – especialmente quando olhamos para o universo do sistema penitenciário. Vejamos agora como este se conformou em sua forma moderna no México, partindo dos parâmetros instituídos pelas Leis de Reforma.

Porfirio Diaz e o corredor J

Pobre México: tão distante de Deus
e tão próximo dos Estados Unidos...

Porfirio Diaz

Durante pouco mais de 30 anos, de 1876 a 1911, a política mexicana orbitou em torno da figura do chefe militar Porfirio Diaz (1830-1915). Conforme falei brevemente no capítulo 1, o período do chamado Porfiriato foi uma espécie de republicanismo autoritário que incorporou ideias positivistas de matriz francesa. O regime foi responsável por uma rápida modernização da economia (viabilizada pela entrada massiva de capital internacional, especialmente estadunidense) e dos aparatos do Estado. Juntamente com a repressão vigorosa de todas as formas de dissidência (com a perseguição impiedosa de seus adversários políticos), a consolidação de instituições como a justiça criminal e a polícia eram parte do projeto de manutenção da “ordem

pública” que garantiria o rumo certo da nação em direção ao progresso. De acordo com as historiadoras Sandra Kuntz Ficker e Elisa Speckman Guerra:

Foram criadas múltiplas leis e instituições com o intuito de prevenir a delinquência, capturar transgressores, castigar reincidentes e corrigir os sentenciados. [...] no entanto, os baixos salários e a formação deficiente não os permitiu estar à altura das exigências e, pese a adoção de sistemas modernos de identificação (como a antropometria e a impressão digital), não tiveram a eficiência das polícias que lhe serviam de modelo, como a inglesa e a francesa. Tudo isso estava acompanhado da promulgação de leis penais e a reorganização da justiça. Ao início do Porfiriato, apenas o Distrito Federal e 14 estados [de um total de 31] contavam com Códigos Penais, enquanto só [o estado de] Veracruz possuía um Código Processual; ao término deste período todas as unidades federativas contavam com ambos corpos [jurídicos], que fixavam uma pena para cada delito, regulavam minuciosamente os processos e consideravam os direitos dos suspeitos, processados e sentenciados (FICKER & GUERRA, 2010, p. 525, tradução minha).

No que se refere a esse processo de modernização do aparato de justiça criminal, são grandes as semelhanças com o que ocorreu durante a Primeira República Brasileira (1889-1930). A implementação dos ambiciosos projetos de modernização propostos por uma elite europeizada se debatia com as limitações orçamentárias e a efetiva estrutura social herdeira de um passado colonial recente.

Para além dos ideais positivistas, teriam grande influência neste cenário certas correntes da criminologia então em voga na Europa e nos Estados Unidos. Através do repertório científico da eugenia (STEPAN, 2005), concepções biologizantes e deterministas de raça foram incorporadas pela ideologia oficial do Estado e ganharam forma em práticas discriminatórias e segregacionistas. Duas figuras centrais neste período são os médicos Francisco Martínez Baca e Manuel Vergara, autores da influente obra *Estudos de Antropologia Criminal* (imagem 16) e considerados os pais da criminologia mexicana:

No final do século XIX criminólogos mexicanos, incluindo Martínez [Baca] e [Manuel] Vergara, desenvolveram uma "metodologia científica" para determinar as características do típico criminoso mexicano. [...] Acreditava-se que os agressores eram um tipo diferente de pessoa cuja criminalidade era inata e expressa em sua fisionomia. Essa classificação serviu para distinguir as características do mexicano criminoso das do mexicano moderno, que idealmente deveriam parecer mais 'espanholas' - ou seja, brancas. Além disso, esses criminólogos classificaram apenas infratores de classe baixa, seguindo preconceitos racistas e colonialistas, uma vez que as classes

**Imagens 16 e 17: Fotografias de “criminosos mexicanos típicos” na influente obra *Estudos de Antropologia Criminal*, de Francisco Martínez Baca e Manuel Vergara;
A antiga Penitenciária de Lecumberri, com planta inspirada no panóptico.**

mais baixas no México eram comumente indígenas e mestiças. [...] Desde a Independência, as elites, em seus esforços para tornar os mexicanos modernos e europeus, preocupavam-se com a mistura racial. A criminologia forneceu então uma linguagem objetiva que justificava o colonialismo e o racismo (VARGAS, p. 189, tradução minha).

Para além da dimensão racial, a sexualidade ocupava um lugar central no pensamento desses autores. Em 1904, Manuel Vergara publica o artigo *A influência do sexo sobre a criminalidade no Estado de Puebla: estudo de estatística criminal* em que argumenta que os desvios sexuais são uma das mais evidentes expressões do *atavismo* (ou seja, da *degeneração inata*) entre criminosos.

As prisões eram os laboratórios privilegiados para a realização das pesquisas empíricas que fundamentavam o discurso criminológico. Grande parte dos cientistas positivistas atuantes nesse campo eram também funcionários do sistema de justiça criminal, especialmente de unidades prisionais. O próprio Vergara trabalhava como médico na prisão de Puebla, onde realizou seus estudos mais influentes (os casos apresentados nas obras eram de internos desta unidade).

Dentre as diversas instituições que emergiram nesse processo de ampliação e modernização dos aparatos de controle social o sistema penitenciário ocuparia, portanto, um lugar cada vez mais proeminente. Segundo Ficker e Guerra:

Assim como em todo o mundo ocidental, foram criados estabelecimentos de triagem e controle. Para os “verdadeiros mendigos” (idosos, aleijados, crianças) se fundaram asilos, muitos dos quais mantidos por benfeitores particulares. Para os criminosos e vadios foram construídas as prisões que, ao estilo de Lecumberri, adotaram o sistema do panóptico ou uma planta em forma de estrela. Esses estabelecimentos contavam com escolas e oficinas onde as crianças ou os infratores aprendiam um ofício ou a disciplina do trabalho [...] As prisões foram soberanas no sistema de rupturas e controles que, nos anos que antecederam a revolução, presenciava cada vez mais fraturas e um endurecimento que revelavam a debilidade do sistema em seu conjunto (FICKER & GUERRA, 2010, p. 525, tradução minha).

A penitenciária de Lecumberri (imagem 17) foi inaugurada em setembro de 1900 em uma grandiosa cerimônia da qual participaria o próprio Porfírio Diaz. Sua construção se fazia necessária devido à preocupante superlotação da Prisão de Belém, instituição que até então recebia a maior parte dos *delinquentes* da capital federal. Construído em 1863 para abrigar 600 pessoas, na década de 1890 este gigantesco

edifício chegaria a aprisionar em condições deploráveis mais de 7000 pessoas.²⁴⁶ Sua organização espacial não havia incorporado as principais inovações da criminologia do século XIX, de forma que as separações entre *homens e mulheres*, adultos e menores de idade, presos novatos e reincidentes eram bastante precárias.

Com uma arquitetura inspirada no panóptico de Jeremy Bentham,²⁴⁷ a nova penitenciária buscava revolucionar a arte de “punir e reabilitar” todos os tipos de criminosos. Lecumberri era o sobrenome do antigo proprietário do terreno onde a prisão foi erguida – e que ironicamente significa, em língua basca, “novo bom lugar”. Esta construção, por ser revestida com pedras vulcânicas de tonalidade escura (típicas do vale do México), receberia também a sinistra alcunha de *Palácio Negro*. Nos meses seguintes à sua fundação, foram transferidos para ali cerca de 700 *homens* e 80 *mulheres*. Esta unidade instituiu pela primeira vez no país uma separação rigorosa entre os sexos (um dos aspectos centrais do projeto de reforma penal).

Ao longo do século XX, as densas camadas de história que se acumularam em torno do *Palácio Negro* marcaram profundamente o imaginário popular mexicano sobre o crime e também sobre a homossexualidade masculina. É de um corredor infame (identificado pela letra jota) desta prisão que provém a expressão *joto*²⁴⁸ – uma das mais utilizadas para se referir pejorativamente a sujeitos percebidos como efeminados ou desviantes sexuais. Essa lógica é explicada por Tito, “o tatuador de Lecumberri”²⁴⁹ em depoimento à jornalista Magali Delgadillo, do jornal *El Universal*:

Cada corredor era conhecido por uma letra. A para roubo; B para pequenos delitos; H para os que tinham penas breves; I para internos distintos ou especiais; J para as pessoas consideradas homossexuais ou simplesmente *jotos* – batizados assim pela letra de sua seção; L para fraude, abuso de confiança ou similares; M para agitadores; N para antigos agitadores; O para terroristas e assaltantes de banco (in: DELGADILLO, 2016, tradução minha).

²⁴⁶ Este número impressiona até os dias de hoje. Para se ter uma margem de comparação: em seu auge nos anos 1990, o complexo do Carandiru abrigava pouco mais de 5000 pessoas.

²⁴⁷ Sobre o lugar do modelo utilitarista do panóptico na concepção da arquitetura e da dinâmica cotidiana das penitenciárias modernas ver Michel Foucault (2007).

²⁴⁸ Esta se pronuncia “Roto”, já que a letra jota (j) no México é pronunciada como no nosso erre vibrante velar /R/. Muitos brasileiros, em seu primeiro contato com a expressão, associam-na por isso com a palavra *roto*, que significa “rompido” em castelhano. Essa associação, no entanto, é enganosa, pois no México a palavra *roto* se pronuncia com erre vibrante alveolar /r/, “rroto”. Para os mexicanos as palavras *joto* e *roto* são tão diferentes como para nós carro e caro. Todos os pesquisadores com os quais conversei a respeito afirmaram com segurança que a associação é com a letra jota, não com a ideia de *roto* como “rompido”.

²⁴⁹ Este famoso tatuador esteve preso ali na década de 1970, durante os últimos anos de seu funcionamento como penitenciária. A lógica de nomeação dos pavilhões e distribuição dos internos de acordo com perfis específicos, no entanto, havia se transformado pouco desde o início do século.

Esse uso da expressão *joto* é amplamente difundido na sociedade mexicana desde pelo menos a década de 1910. Em suas memórias autobiográficas, o poeta Salvador Novo (1904-1974) relata como determinados sujeitos já eram então chamadas de *jotos* mesmo por pessoas que não tinham nenhum contato com o universo das prisões e do crime. É o caso de uma família distinta que chama seu mordomo, um *homem* visivelmente efeminado, de “el *joto* Juan”.

Nas primeiras décadas do século XX, no entanto, os registros sobre as condições de vida neste lugar abjeto são praticamente inexistentes. Apenas em 1930 seria realizado um registro fotográfico documentando esse conjunto de celas e seus habitantes (imagem 18). Essas impressionantes imagens foram capturadas por ninguém menos que Augustin Víctor Casasola (1874–1938), considerado um dos pais do fotojornalismo no México.

Ouvi pela primeira vez a história do termo em uma conversa com a ativista Ari Vera Morales, presidenta da associação civil *Almas Cautivas*, a caminho da Penitenciária do Distrito Federal. Esta começou a ser construída na década de 1950 justamente com o intuito de substituir a prisão de Lecumberri (já então decadente e infame). Em poucas semanas de estadia na Cidade do México, já havia escutado algumas vezes a expressão *joto* e conhecia seu significado, mas desconhecia sua origem. Comentei então que a popularidade dessa expressão devia ser um reflexo da força que a prisão tinha na conformação da cultura popular e da linguagem mexicanas. Ari Vera concordou comigo, mas acrescentou que essa associação tinha um significado ainda mais profundo:

Sim, eu concordo com você. Acho que no México o imaginário sobre as prisões e o crime está muito arraigado no cotidiano e dá origem a muitas gírias e expressões. Mas acho que a expressão joto nos diz mais do que isso. Ela revela uma crença do mexicano, que na verdade é um povo extremamente machista, uma ideia de que o homossexual, pelo simples fato de ser homossexual, já é um criminoso. Ao chamar um homossexual, ou uma mulher trans, de joto você está dizendo que o lugar dele ou dela é a prisão. De que a existência deles é em si um crime. A própria existência deles já foi julgada e condenada pela sociedade.

Segundo esta interpretação, a difusão da expressão *joto* é resultado tanto das práticas criminológicas de segregação espacial dos condenados segundo perfis de

**Imagem 18: Registros da vida no infame “corredor J”
realizados pelo fotógrafo Augustín Víctor Casasola em 1934.**

delinquência quanto do imaginário cultural machista que condena a diversidade sexual e de gênero como “um crime em si mesmo”.

Apesar do seu projeto de desativação ter se iniciado nos anos 1950, somente em 1976 o *Palácio Negro* deixa de funcionar como prisão. O edifício, no entanto, continua de pé e abriga atualmente o gigantesco Arquivo Geral da Nação. O imaginário do corredor J não perdeu a força com essa mudança. A principal diferença é que nas últimas décadas a categoria *joto* foi também muitas vezes reapropriada de maneira irônica por pessoas que destoam do padrão masculino e heterossexual, em uma política linguística subversiva semelhante a de termos *queer*, *bicha* ou *marica*.

A criação da prisão de Lecumberri não é o único evento icônico do Porfiriato responsável por moldar as concepções (negativas e criminalizantes) da sociedade mexicana a respeito de práticas sexuais e performances de gênero dissidentes. Tão ou mais relevante que ela foi um escândalo moral de proporções inéditas. Sua repercussão foi tão grande que sedimentou uma incômoda associação entre o próprio regime e a homossexualidade masculina.

O Baile dos 41 e seu legado

*De la redada de los 41 te salvaste, manita.
Del infierno, todavía no.*²⁵⁰

Na noite do dia 20 de novembro de 1901 ocorreu o evento que ficaria conhecido como *la grande redada de los 41* [a grande captura dos 41] ou simplesmente como Baile dos 41. Um dos jornais de maior circulação na época informou que:

No domingo à noite foi surpreendido pela polícia, em uma casa localizada na rua de La Paz, um baile ao qual compareceram 41 homens solteiros, vestidos como mulheres. Entre alguns desses indivíduos, foram reconhecidos alguns dos *pollos* [franguinhos] que vemos passear diariamente pela região da Plateros [no centro da Cidade do México]. Vestiam elegantíssimos trajes de senhoras, perucas, seios postiços, brincos, bordados, cílios alongados e carregada maquiagem. Quando a notícia chegou aos *boulevares*, todos os tipos de comentários e censuras foram feitos a respeito da conduta desses indivíduos. Não daremos a nossos leitores mais detalhes por estes serem demasiadamente asquerosos (in: MONSIVAIS, 2001, p. 1, tradução minha).

²⁵⁰ “Da captura do baile dos 41 você se salvou, queridinha, mas do inferno ainda não” (Tradução livre). Zombaria popular entre homossexuais mexicanos até meados do Século XX.

O caso se tornaria uma verdadeira obsessão nacional, desencadeando um pânico moral em torno da homossexualidade masculina.²⁵¹ Centenas de matérias foram publicadas a respeito em todo o país durante muitos meses. O evento se tornaria tema de diversas ilustrações jocosas, como a de Posada²⁵² (imagem 19), piadas, versos e canções populares. O número 41 se tornou sinônimo de desvio sexual ou efeminação – e continua sendo até hoje (de maneira semelhante ao 24 no Brasil).

O influente escritor e jornalista Carlos Monsiváis escreveu um ensaio sobre o ocorrido em 2001, quando este evento fazia 100 anos:

Nas crônicas dos primeiros dias, se insiste: havia 42 detidos. Mas logo o número é ajustado: 41. Isso alimenta o boato (lenda ou "verdade histórica?"): Quem desaparece da lista, compra sua liberdade a preço do ouro e foge pelos telhados, é Don Ignacio de la Torre, casado com a filha de Porfirio Díaz. Mais do que qualquer outro fato, o que distingue essa grande captura é a presença, certificada pelas fofocas maciças, do Primeiro Genro da Nação. [...] Cem anos após esta batida policial, toda a certeza desapareceu, exceto a presença de Nacho de la Torre. [...] Também se fala da detenção de jovens de "famílias conhecidas e de boa posição" [...] Os excluídos da elite Porfiriana aproveitam a oportunidade e cobrem de estigmas os privilegiados, que nem por isso deixam de sê-lo. A lista exata dos 41 nunca é divulgada e nenhum nome conhecido é publicado. O pecado é dito, mas, se os pecadores têm dinheiro, sua identidade circula apenas nos capítulos de fofocas, geralmente voláteis. Os homossexuais da elite, "invisibilizados" por causa de seu status, sofrem apenas com as armadilhas dos rumores. A exceção que confirma a regra é o caso de Nacho de la Torre, cujas excentricidades são amplamente difundidas: sua fortuna, sua qualidade como distinto cavalheiro, seus desvios e sua homossexualidade - tudo tão conveniente para os que estavam ávidos pelo sentimento de superioridade moral instantânea (MONSIVÁIS, 2001, p. 3, tradução minha).

A magnitude do escândalo está diretamente relacionada, portanto, às disputas de poder entre elites no período do Porfiriato. A origem social distinta de grande parte dos participantes teria efeitos ambivalentes. Por um lado, garantia a proteção da identidade dos presentes, que jamais foi revelada. Nesta situação específica, os

²⁵¹ Sobre pânico morais e homossexualidade masculina, ver Richard Miskolci (2007).

²⁵² José Guadalupe Posada (1852 – 1913), gravurista e cartunista, foi um dos mais influentes artistas mexicanos. É o criador da personagem Catrina (mulher-caveira ricamente vestida), onipresente na cultura popular. Seria uma grande inspiração para a geração de artistas que despontaram depois da Revolução, como Diego Rivera.

Imagens 19 e 20: Famosa ilustração satírica do *Baile dos 41* feita por Posada em 1901; O excêntrico Ignácio de la Torre (esquerda), genro do general Porfirio Díaz (direita).

privilégios de classe se sobrepuseram ao estigma da homossexualidade – mesmo que não permitissem seu apagamento ou a afirmação de uma identidade positiva.²⁵³

Por outro lado, a associação entre o escândalo e membros da elite mais próxima ao regime (incluindo a família do próprio presidente) permitiu que seus opositores associassem o Porfiriato ao desvio sexual e à degeneração moral. A exaltação da cultura francesa pelo *establishment* foi denunciada como um evidente sintoma de efeminação, decadência e “afetação” cultural. A suposta condescendência dos governantes com a homossexualidade (uma “deplorável moda parisiense”) denunciava o abandono da virilidade tradicional dos *caudillos* e a traição dos valores católicos. A figura excêntrica de Ignacio de La Torre²⁵⁴ (imagem 20), sobre o qual já corriam diversos boatos, foi o instrumento privilegiado para a elaboração dessa ordem de difamações.

É interessante também notar o destino dos demais, que “não conseguiram pagar pela própria liberdade”. O periódico *El País* “informou que 12 dos 41 detidos realizavam trabalhos forçados no porto de Progreso, em Yucatán” (in: MONSIVÁIS, 2001, p. 3). Trata-se de uma península no remoto extremo sul do país, onde naquela época se travava uma guerra sangrenta entre as forças oficiais e “rebeldes indígenas” de língua maia. No dia 25 de novembro, o jornal *El Popular* afirmou que:

Os vagabundos, pervertidos e efeminados que foram enviados a Yucatán não foram mandados para os batalhões do exército que operam na campanha contra os índios maias - mas sim para obras públicas nos povoados conquistados destes inimigos da Civilização (in: MONSIVÁIS, 2001, p. 3, tradução minha).

Nenhuma punição parecia mais justa na época para os “traidores da moral e dos bons costumes” do que condená-los a dar suporte em uma guerra contra os “inimigos

²⁵³ Em minha pesquisa de mestrado, analisei a relação entre as possibilidades de agência e as articulações entre marcadores sociais da diferença na trajetória de vida de homossexuais de camadas altas na cidade de São Paulo (ZAMBONI, 2014).

²⁵⁴ José Ignacio Mariano Santiago Joaquín Francisco de la Torre y Mier (1866 – 1918), também chamado de *Nachito*, foi um influente empresário e político. Esteve casado com a filha primogênita de Porfirio Díaz, Amada Díaz Quiñonez (1867 – 1962). Seus biógrafos afirmam que esta se tratava de uma união de fachada, só consumada em ocasiões públicas, a tal ponto que ambos moravam em casas separadas. Reza a lenda que ele teve relações sexuais com Emiliano Zapata em 1906, quando este trabalhou como seu cavaleiro por 6 meses na Cidade do México (antes, portanto, de se tornar um importante líder militar). Quando a Revolução teve início em 1910, seus bens foram confiscados e ele foi preso. Permaneceu em Lecumberri até 1913, quando foi libertado pelo próprio Zapata. Quando este soube, poucos meses depois, que De la Torre estava traficando suprimentos para os exércitos inimigos, converteu-o em seu prisioneiro pessoal. Quando os soldados de Zapata notaram a homossexualidade do cativo, começam a violá-lo sexualmente de maneira sistemática. Em 1917, em meio a reviravoltas na luta armada, *Nachito* consegue escapar para Nova Iorque, onde é internado para tratar dos profundos danos causados em seu ânus pelas sucessivas violações. Morre em decorrências de complicações médicas pouco depois.

da civilização” – ou seja, os *índios* que se recusavam a se integrar ao Estado e à nação. Melhor que o fizessem longe dali, em uma península remota. E que, além disso, não se integrassem ao exército (onde poderiam subverter a disciplina sexual). Sua missão se resumia a “trabalhos forçados” por meio dos quais (se supunha na criminologia da época) acabariam por sufocar seus perversos impulsos. Mas qual seria, a longo prazo, o legado desse episódio para a gestão da diversidade sexual e de gênero no contexto mexicano? Monsiváis argumenta que:

O que é relevante na perspectiva atual do episódio dos 41 é como ele evidencia a negação absoluta dos direitos humanos e civis dos homossexuais. A partir daquele momento, "se assenta uma jurisprudência" e as repressões são legais, não porque correspondem a qualquer texto, mas porque já foram perpetradas com suposta legalidade. E isso promove incursões incessantes, chantagem policial, tortura, espancamentos, remessas para prisões e para a colônia penal das Ilhas Marias sem motivo. Apenas uma frase é necessária no arquivo: "Ofensas à moral e aos bons costumes". Não é preciso mais, não há advogados de defesa (no caso de *jotos*, nem mesmo de acusação), não há julgamentos, apenas caprichos judiciais ditados pelo "Asco, com A maiúsculo". E a sociedade, ou as pessoas, tomam conhecimento desses casos, acham esses procedimentos normais ou admiráveis. [...] Depois do advento dos 41, a homossexualidade é construída sobre bases criminais e jocosas. Além disso, com esta grande captura começa a "secularização" da anormalidade. Um testemunho trágico disso são os crimes de ódio, os assassinatos de homossexuais pelo simples fato de o serem, tão frequentes e tão fiéis, em última análise, à tradição das fogueiras nas quais a Santa Inquisição condenou os chamados “sodomitas”. Que distância há entre "deixar que as chamas purifiquem o pecado" e "eu o matei por ser um *maricón* [bicha]"? Sem que se deem conta os assassinos [...] os crimes de ódio contra homossexuais, [...] são uma renovação das visões teocráticas que buscavam extirpar o pecado de maneira exemplar (MONSIVÁIS, 2001, pp. 6-7, tradução minha).

Essa ideia de “secularização da anormalidade” evoca os argumentos centrais de Michel Foucault em suas análises da emergência do sistema penitenciário (FOUCAULT, 2007 [1975]) e também do chamado “dispositivo da sexualidade” (FOUCAULT, 1999 [1976]). Estamos falando da continuidade entre o “poder pastoral da igreja” consolidado ao longo de séculos na Europa ocidental e as tecnologias modernas de disciplinamento dos corpos desviantes (que emergem entre os séculos XVII e XIX). Monsiváis expande essa compreensão abrangendo também a tolerância aos crimes de ódio e às perseguições arbitrárias (que extrapolam os frágeis contornos do ordenamento jurídico). Toma como modelo, para tanto, a “tradição inquisitorial da igreja no contexto colonial”. Na história mexicana, esta se caracteriza antes de mais

nada pela destruição sistemática dos saberes e modos de vida indígenas (“as bruxas do novo mundo”). A mesma lógica se aplica aos desviantes sexuais: “que as chamas purifiquem seus pecados”.

Interessante, nesse sentido, é a menção feita por Monsiváis à Colônia Penal das Ilhas Marias. Esta foi criada em 1905 também por Porfirio Díaz e representa, de certa forma, o avesso do projeto de reforma da justiça criminal expresso em Lecumberri. O centro penitenciário localizado em um remoto arquipélago no Oceano Pacífico era um destino privilegiado para os adversários políticos do regime e/ou criminosos considerados incorrigíveis (que dificilmente voltariam de lá com vida).²⁵⁵ Sua existência era a materialização mais icônica da arbitrariedade do presidente no âmbito penal. É interessante que fosse também o destino de muitos desviantes sexuais – que eram tratados, nesse sentido, como típicos *presos políticos*.

Digna de nota ainda é a ideia de que além de criminalizante esta tradição é “jocosa”. Os *homossexuais* provocam o ódio, mas também o riso e um não confessado fascínio. Devem ser perseguidos, presos, punidos e até assassinados – mas não antes de sem serem expostos e ridicularizados diante dos olhares ávidos da “boa sociedade”. Esta ostensiva visibilidade do desvio sexual se mostrou ambivalente a longo prazo: por mais que se buscasse reafirmar a monstruosidade dos condenados, o fato é que o legado de perseguições espetaculares iniciado pelo baile dos 41 teve como efeito inesperado o reconhecimento (e a divulgação) da existência da diversidade sexual e de gênero. E mais do que existir numa penumbra fria e silenciosa, esses misteriosos seres viviam intensamente, promovendo festas exuberantes e encontros escandalosos.²⁵⁶

Ao longo do século XX, especialmente depois da internacionalização das lutas de movimentos LGBT, este episódio seria retomado como a gênese do *orgullo gay* no México. Como veremos no próximo capítulo, o número 41 é apropriado até mesmo em eventos e textos produzidos através da parceria entre ativistas e o Estado. O dia 20 de

²⁵⁵ As Ilhas Marias lembram, neste sentido, as colônias penais de Fernando de Noronha e Ilha Grande, sobre as quais falamos no capítulo 1.

²⁵⁶ Susana Vargas faz uma análise densa dessas ambivalências no universo na imprensa popular mexicana (*notas rojas*) na segunda metade do século XX. Em seu belo livro *Mujercitos* (VARGAS, 2014) analisa exaustivamente as dezenas de matérias publicadas sobre “homens efeminados” no jornal sensacionalista *Alarma!* entre 1963 e 1986. Estas, se tinham textos repletos de condenações moralistas, traziam também fascinantes fotografias dos “pervertidos” que a polícia havia surpreendido. Mesmo que expostos de maneira jocosa, esses envolventes personagens ganhavam visibilidade e notoriedade, habitando cada vez mais o imaginário dos leitores.

novembro se tornou também uma data de celebração da memória das lutas da comunidade LGBT por visibilidade e reconhecimento.²⁵⁷

Vejamos agora que efeitos teve sobre a ordem política e sexual consolidada pelo Porfiriato a irrupção da chamada Revolução Mexicana.

A Revolução Mexicana

A revolução foi uma súbita imersão do México em seu próprio ser. De suas profundezas e entranhas se extrai, quase às cegas, os fundamentos do novo Estado. [...] Como as festas populares, a Revolução é um excesso e um gasto, levados aos extremos, um estalo de alegria e desamparo, um grito de orfandade e de júbilo, de suicídio e de vida, tudo misturado. Nossa revolução foi a outra cara do México, ignorada pela Reforma e humilhada pela Ditadura [de Porfirio Díaz]. [...] uma erupção de realidade: revolta e comunhão, emergência de substâncias adormecidas, saída ao ar livre de muitas ferocidades, muitas ternuras e muitas finezas ocultas pelo medo de ser. E com quem o México comunga nesta festa sangrenta? Consigo mesmo, com seu próprio ser. A explosão revolucionária é uma portentosa festa em que o mexicano, ébrio de si mesmo, conhece enfim, em um abraço mortal, a outro mexicano. (PAZ, 2015 [1950], p. 302, tradução minha)

Assim Octavio Paz resume o significado profundo da complexa cadeia de eventos que entrou para a história como Revolução Mexicana. Trata-se de uma sangrenta guerra civil que dura uma década inteira (de 1910 a 1920) e na qual perde a vida cerca de um quinto da população. O conflito depõe Porfirio Díaz da presidência em 1911 e, depois de diversas reviravoltas, levaria ao poder uma ampla coalizão que se identifica como revolucionária. Esta, depois de se conformar como partido em 1929, manteria-se hegemônica na política nacional até o ano 2000.

Trata-se de um movimento de grande relevância não apenas para a formação da identidade nacional e do Estado mexicano contemporâneos, mas também para parte significativa das grandes transformações sociais e políticas que ocorrem no século XX. Apesar de seus resultados contraditórios, serviria de modelo para as revoluções

²⁵⁷ Nos anos de 2018 e 2019, me vi envolvido nesta data por uma impressionante sobreposição de significados – uma vez que nela são celebrados também o Dia da Consciência Negra no Brasil (sobre o qual falamos no capítulo 4) e o Dia Internacional da Memória Trans (iniciado nos Estados Unidos e adotado pelas ativistas mexicanas). O *Transgender Day of Remembrance* é celebrado desde 1999 em memória às vítimas letais da transfobia. Foi criado inicialmente em memória de Rita Hester, *mulher trans negra* assassinada em Allston (Estados Unidos). Consiste na leitura em lugares públicos dos nomes das *pessoas trans* assassinadas desde o dia 20 de novembro anterior. Em 2018, um ato envolvendo ativistas com as quais eu realizava trabalho de campo ocorreu na praça do Zocalo, coração da Cidade do México.

Russa, Chinesa e Cubana – para citar apenas alguns exemplos. Não entrarei, no entanto, nos meandros desse processo de grande complexidade. Limitarei a análise a alguns de seus aspectos e efeitos fundamentais para os interesses desta pesquisa.

Em primeiro lugar, a Revolução se caracterizou pela inédita participação de setores populares (em especial camponeses e indígenas). Nela emergiu pela primeira vez com clareza um modelo de justiça social calcado nas comunidades tradicionais (em uma escala local) e que não tinha como base os ideais europeus de “liberdade e igualdade”. As áreas rurais localizadas ao sul da cidade do México seriam o grande laboratório de formas de organização política e produção do cotidiano caracterizadas pela propriedade coletiva da terra, o exercício de uma justiça de base comunitária e uma radical desconfiança do Estado centralizado. Emiliano Zapata (1879 - 1919) foi a principal liderança que despontou nesse cenário (imagem 21).²⁵⁸ O legado destas experiências radicais sobreviveria à sua morte, de maneira que movimentos autodeclarados zapatistas continuam irrompendo no México e em outros países mesoamericanos até os dias de hoje.

Em segundo lugar, emerge neste período um novo tipo de herói nacional: o militar revolucionário hiperviril. Ao contrário dos antigos *caudillos*, estes estão mais próximos das camadas populares e da luta por justiça social. Além do próprio Zapata, o guerrilheiro Pancho Villa²⁵⁹ encarna como ninguém esse ideal (imagem 22). Essa imagem contrasta com a do militar europeizado do período porfirista – simbolicamente feminizado em contraste com os valentes revolucionários. Essas diferenças são descritas com deliciosa ironia na obra autobiográfica de Salvador Novo que mencionamos há pouco:

Eu logo já iria comprovando que os militares, particularmente, tinham uma inclinação a se deitar com outros homens. [...] Lembrei que na minha infância se dizia dos bigodudos oficiais do porfirismo que usavam *corsets* [espartilhos] para se manterem firmes e eretos, que pintavam de negro seus bigodes e de carmim seus lábios e bochechas. Mas aquela vaga memória só agora ressurgia em mim, automaticamente invalidada pela liquidação dessa época acartonada de corsets que já ninguém usava, do carmim e do *albayalde* [pó de arroz]; pelo nascimento [...] de um novo tipo de militares em que se

²⁵⁸ Emiliano Zapata Salazar, também chamado de *el Caudillo del Sur*, nasceu no estado de Morelos (ao Sul da Cidade do México) e foi assassinado em 1919 em circunstâncias ainda não completamente esclarecidas.

²⁵⁹ Nome pelo qual ficou conhecido o líder revolucionário José Doroteo Arango Arámbula (1878-1923), proveniente do estado de Chihuahua (na fronteira com os Estados Unidos).

**Imagens 21, 22, 23 e 24: os líderes revolucionários Emiliano Zapata e Pancho Villa;
Pintura de Fabián Chairez que causou indignação em 2020;
Retrato do Coronel Amélio Robles.**

conjugavam os traços ferozes dos *villistas* [soldados fiéis ao comandante revolucionário Francisco Villa] de sombreiro de palha ou texano, com a indumentária mais ou menos formal, mas sempre viril, de cáqui e de quepe, do exército de Don Venustiano Carranza [General da Revolução], todos eles um clã à parte da sociedade e por isso, sem dúvidas, livres de sua decadência (NOVO, 2008 [1945], p. 142, tradução minha) .

Um dos efeitos desta reviravolta política seria o reforço da associação entre o Porfiriato e a efeminação dos costumes – encarnada no fantasma da homossexualidade masculina e no episódio do *Baile dos 41*. Carlos Monsiváis (in: NOVO, 2008) mostra como diversos políticos e intelectuais identificados com a revolução recorreriam a discursos de cunho homofóbico como estratégia para combater o que eles entendiam como degeneração moral de origem estrangeira (sobretudo francesa) e cultivada pelo regime anterior. Uma nota publicada em 1930 por “artistas de vanguarda” exigindo a demissão de homossexuais que ocupavam cargos públicos é um exemplo significativo dessa retórica:

Estamos contra o homossexualismo, imitação da burguesia francesa atual, favorecido agora [pelo governo]. Entre eles e nós, lutadores incansáveis, existe o abismo da nossa honradez, que não se vende por um posto de trabalho. O governo não deve manter em suas secretarias aqueles de duvidosa condição psicológica (in: NOVO, 2008, p. 58).

A ambivalente trajetória de Emiliano Zapata é um dos elementos centrais dessa renovada modalidade de homofobia. Era notório o fato de que ele havia trabalhado como cavalariaço de Ignacio de la Torre (o infame genro de Porfirio Díaz) em 1906, pouco antes da Revolução (ver nota 246). A narrativa oficial era de que esse período teria mostrado a ele a urgência de uma revolução, uma vez que “os cavalos de Nacho eram melhores tratados do que a maior parte do povo mexicano”. Há incômodas evidências, no entanto, de que a relação entre eles havia sido mais do que profissional – e que Zapata seria, portanto, *bissexual*. Os incômodos gerados por essa suspeita ecoam até hoje, evidenciando a dimensão machista do legado revolucionário. Em 2019, a exposição de um provocativo retrato de Zapata como uma figura efeminada pintado por Fabián Chairez (imagem 23) provocaria ruidosos protestos de organizações camponesas. Um dos netos do guerrilheiro chegaria a declarar que aquela representação “denigre a figura do nosso general”. O episódio colocou em debate as tensões entre as

lutas sociais de inspiração zapatista e as demandas por reconhecimento da comunidade LGBT.²⁶⁰

A vida íntima de Zapata não é o único ruído na narrativa de gênero hegemônica da Revolução. O belo trabalho da historiadora Gabriela Cano (2004) mostra que o papel heroico do *guerrillero* não foi corporificado apenas por pessoas designadas ao nascer como *homens*. Ela analisa o impressionante caso do Coronel Amélio Robles (imagem 24) que, tendo sido Amélia durante a infância, assumiu uma nova identidade durante o conflito e continuaria sendo reconhecido como um veterano de guerra nas décadas seguintes (chegando a casar com uma *mulher* e adotar filhos). Apenas depois de sua morte esse subversivo trânsito de gênero é apagado e ele entra para a história como Amélia Robles.

Em terceiro lugar, destaco o pioneirismo dos primeiros governos revolucionários no que se refere à gestão da sexualidade dos presos. Conforme vimos no capítulo 1, o direito à visita íntima é incluído no Código Civil de 1917, aprovado em meio ao processo revolucionário. Essa inovação está relacionada ao fato de que grande parte da emergente elite política havia passado longos períodos no cárcere durante o conflito – e receava voltar para ele em meio a novas reviravoltas. Tendo vivido na própria pele a privação do contato íntimo heterossexual, reconheceram a importância desse direito. Não deixava de ser, nesse sentido, uma espécie de manutenção de privilégios viris, um acordo tácito entre os militares vitoriosos e os opositores que permaneceriam presos como resultado da pacificação. Não se pode descartar também as possíveis motivações homofóbicas deste tipo de medida: como argumentou Natália Padovani (2011), a “prevenção da prática do homossexualismo” sempre foi evocada como um dos principais argumentos em favor da implementação deste tipo de medida.

Por fim, quero destacar como resultado do processo revolucionário a consolidação do “nacionalismo mestiço” como ideologia oficial do Estado (LOAEZA, 2010). Nas décadas de 1920 e 1930 ganham força inédita os discursos do *indigenismo* e da *miscigenação construtiva*. Estes formam a base da identidade mexicana em sua

²⁶⁰ A obra intitulada *Revolución* [Revolução] fazia parte de uma exposição em memória aos 100 anos da morte de Zapata realizada no Palácio Belas Artes. Este foi invadido e ocupado por representantes de organizações camponesas, que exigiram sua imediata retirada. Diversos movimentos LGBT se mobilizaram em favor do artista, criticando os comentários machistas e homofóbicos dos ocupantes. O Presidente López Obrador se posicionou em favor de Chairez, mantendo sua obra na exposição. Pouco depois esta foi comprada pelo MoMA (Museu de Arte Moderna de Nova Iorque), compondo assim a coleção de um dos museus mais prestigiados do mundo.

forma moderna, hegemônica na maior parte do século XX. A respeito do *indigenismo*, Nancy Stepan afirma que:

Costumamos associar a década de 1920 ao florescimento do discurso simbólico do indigenismo – “a complacente percepção do índio” [...] Este indigenismo oficial pouco tinha a ver com a real apreciação da contribuição das culturas indígenas para a Revolução ou com a determinação de fazer dos povos indígenas, verdadeiramente, o centro da revolução social. [...] era uma construção do índio pela elite branca, e uma construção sem qualquer compromisso profundo com reformas sociais. Ele levou que se fizessem estudos antropológicos e sociológicos dos índios, escavações dos grandes monumentos arqueológicos do passado indígena e uma romantizada celebração de seus papéis na cultura e na literatura mexicana. Em nenhum lugar, no entanto, celebrou-se a autonomia e o valor independente da variedade dos povos, línguas, hábitos, costumes ou modos de vida indígenas como futuros aspectos permanentes da vida consolidada da nação mexicana (STEPAN, 2005, p. 159).

O discurso *indigenista* seria o principal responsável pela ascensão da antropologia moderna no cenário mexicano. A figura central desse processo foi Manuel Gamio (1883-1960), antropólogo que havia sido aluno de Franz Boas na Universidade de Columbia. Sempre próximo dos primeiros governos pós revolucionários, Gamio é capaz de elevar a antropologia ao lugar de ciência nacional (e nacionalista) por excelência – posição que se reflete na grandiosidade de instituições como o Museu de Antropologia (de uma riqueza sem paralelos na América Latina).²⁶¹ Stepan argumenta, no entanto, que esta se percebe sobretudo como uma ciência voltada para o passado (a arqueologia) ou para culturas “em extinção” – que dariam progressivamente lugar ao México como nação mestiça.

Em relação à *miscigenação construtiva*, seu mais fervoroso defensor foi o intelectual e político José de Vasconcelos (1882-1959). De acordo com Nancy Stepan:

A *mestizaje* (mestiçagem) se tornaria a ideologia não oficial do Estado mexicano nas décadas de 1920 e 1930. Um dos mais famosos apologistas da miscigenação construtiva no México foi José Vasconcelos, prolífico ensaísta e construtor de mitos, que, convertendo-se à Revolução em 1917, serviu sob o General Obregón, primeiro como reitor da restabelecida Universidade Nacional e

²⁶¹ Ao contrário do que acontece no Brasil, onde é incomum que o “cidadão médio” saiba do que se trata esta disciplina, na Cidade do México muitos tem conhecimento e orgulho da antropologia mexicana. Quando certos desconhecidos (como vendedores ou motoristas de Uber) me perguntavam o que eu fazia ali e eu respondia que tinha vindo estudar antropologia grande parte deles reagia com entusiasmo, seguros de que eu estava no lugar certo: “você certamente vai aprender muito por aqui! Já conhece o nosso Museu de Antropologia? Dizem que é dos melhores do mundo!”

depois como ministro da educação na década de 1920. Nestas capacidades, ele identifica o mestiço como elemento nacional essencial da vida mexicana (ibid.,p. 159).

Vasconcelos é um caso exemplar da geração de intelectuais que adere aos ideais da revolução e passa a ocupar lugares de destaque no aparelho do Estado – contribuindo ativamente para moldar a emergente nação. Dentre suas obras, a mais icônica é *Raza Cósmica* [Raça Cósmica], de 1924. Uma década antes da publicação de *Casa Grande & Senzala* (FREYRE, 1933), já refutava a ideia (predominante na Europa e nos Estados Unidos) de que a miscigenação entre diferentes raças levaria inevitavelmente à degeneração da espécie e ao declínio das civilizações:

Vasconcelos desenvolveu a idealização da mestiçagem da forma mais completa jamais feita até então. Vasconcelos imaginou a América Latina como palco da ascensão de uma nova era dominada por uma raça nova e “cósmica”. Seria nova por representar o estágio final da formação da raça, quando o domínio mundial das raças branca e amarela pertencesse já ao passado; seria cósmica porque todas as raças se fundiriam em uma nova unidade racial; seria latino-americana por ser na América Latina que todas as raças já estavam presentes e o processo de fusão racial ia já mais avançado. Finalmente a raça cósmica seria tropical porque todas as grandes civilizações haviam nascido nos Trópicos. Vemos aqui um fascinante exemplo do uso da miscigenação construtiva e da inversão dos valores inseridos no racismo europeu e estadunidense para criar um mito satisfatório de nacionalidade em uma época de profunda desunião social e turbulência política (ibid., p. 160).

Sendo elevada ao lugar de discurso oficial do Estado, essa ideologia teve efeitos ambivalentes. Por um lado, ela permitia à elite governante questionar o determinismo racista dos saberes dominante na época e construir uma identidade positiva para a jovem nação. A maioria racializada da população, mestiços e/ou descendentes de indígenas, tinha um lugar ativo (mesmo que subalterno) na construção desse futuro glorioso. Por outro lado, a retórica da miscigenação silenciava as alternativas a esse projeto monolítico: não havia lugar para identidades diversas, indígenas e/ ou locais. Experiências mais radicais como a zapatista ficavam em segundo plano, dando lugar a um modelo mais moderado de unidade nacional e pacificação. Esta configuração política e ideológica seria hegemônica até o final do século XX, não sem enfrentar diversas formas de contestação.

Hegemonia e contestação do “nacionalismo mestiço”

A escuridão gera a violência
e a violência pede a escuridão para ocultar o crime.
Por isso em 2 de outubro se esperou até a noite
para que ninguém visse a mão que empunhava a arma,
somente seu efeito de relâmpago.
E nessa luz, breve e lívido, quem? Quem é o que mata?
Quem agoniza, quem morre? Quem foge sem sapatos?
Quem vai parar nas profundezas de uma prisão?
Quem apodrece no hospital?
Quem permanece mudo, para sempre, de horror?
Quem? Ninguém. No dia seguinte, ninguém.
A praça amanhece já limpa [...]
As manchetes principais dos jornais eram sobre o clima
E na televisão, no rádio e no cinema
Nenhum programa foi alterado, nem sequer um anúncio
Nem um minuto de silêncio no banquete.
(Porque o banquete continuou).²⁶²

Rosário Castellanos

Todos os presidentes mexicanos de 1929 a 2000 pertenceram ao mesmo partido, chamado inicialmente de PNR (Partido Nacional Revolucionário) e renomeado como PRI (Partido Revolucionário Institucional) em 1946. Apesar da impressionante continuidade institucional, a orientação ideológica desta formação política variou significativamente ao longo das décadas, em um delicado equilíbrio de forças contraditórias.

A presidência do general Lázaro Cárdenas, de 1934 a 1940, representa o momento mais radical do PNR no poder. Favorecido pela “política de boa vizinhança” dos Estados Unidos no âmbito das relações internacionais, foi capaz de implementar medidas de grande impacto social (COCKCROFT, 2001). Realizou uma importante reforma agrária (inspirada pelo projeto revolucionário de Zapata) e ampliou os direitos trabalhistas. Sua medida mais ousada, no entanto, foi a criação da PEMEX (Petróleos Mexicanos) e a nacionalização das reservas de hidrocarbonetos em 1938.

As reformas de Cárdenas criaram uma ampla base de apoio de trabalhadores tanto rurais quanto urbanos. Elas permitiram que o regime se reivindicasse como revolucionário ao mesmo tempo em que alijava a efetiva participação dos setores populares nos processos decisórios e no aparato do Estado. A centralização do poder

²⁶² Este trecho (traduzido por mim) de uma poesia composta pela escritora mexicana Rosário Castellanos (1925 - 1974) em homenagem às vítimas do Massacre de Tlatelolco (ocorrido em 2 de outubro de 1968) está inscrito em um memorial localizado na própria Praça das Três Culturas – uma lápide de pedra erguida a poucos metros da placa que comemora a heroica defesa de Cuahutémoc e o “doloroso nascimento do povo mestiço”.

combinada com importantes mudanças no cenário internacional (como a emergência da Guerra Fria) contribuiriam para uma guinada conservadora no estilo de governabilidade do PRI nas décadas seguintes. O projeto de implementação de amplas transformações sociais mobilizando a energia das massas foi dando lugar progressivamente a um estilo autoritário de condução do Estado e da economia, com a repressão violenta de qualquer dissidência política.

A historiadora Soledad Loaeza (2010) define o período de 1944 a 1968 como o da “modernização autoritária à sombra da superpotência” (os Estados Unidos). Com a entrada massiva de investimentos estrangeiros o México viveria um momento de espetacular crescimento econômico (e demográfico) conhecido como “milagre mexicano”. Esse plano estratégico significaria, no entanto, o aumento brutal das desigualdades e uma significativa perda de autonomia política nas relações internacionais. O sucesso da Revolução Cubana em 1959 forçaria uma forte guinada ideológica do PRI à direita, fortalecendo seu alinhamento ao bloco capitalista no cenário de tensão crescente da Guerra Fria.

Em 1968 o México se preparava para celebrar o auge dessa certa trajetória rumo ao desenvolvimento. O país sediaria os Jogos Olímpicos naquele ano e se preparava para receber também a Copa do Mundo de futebol em 1970. Esse ano entraria para a história, no entanto, como o marco inicial dos amplos movimentos de contestação da hegemonia do PRI da narrativa conciliadora da “nação mestiça”.

Uma irresistível onda de protestos estudantis tomou o centro da Cidade do México poucas semanas antes do início das Olimpíadas (imagem 25). Foi, em muitas décadas, o primeiro movimento radical de oposição política que o regime não conseguiu reprimir imediatamente. Conforme vimos na introdução, este momento de grande efervescência social termina subitamente na noite de 2 de outubro com o sangrento Massacre de Tlatelolco – ocasião na qual centenas de estudantes desarmados são executados pelo exército na Praça das Três Culturas (imagem 26). Com isso, o cenário da trágica queda de Tenochitlán ganharia mais uma camada de história:

Tendo como marco simbólico inicial as experiências de 1968 - que acrescentaram mais uma camada à sedimentação arqueológica já presente em Tlatelolco - e ganhando força com a avassaladora onda de movimentos indígenas em toda a América Latina, o indigenismo e o modelo de desenvolvimento pós-revolucionário entram em crise. Cada vez mais vozes começaram a questionar a versão da história mexicana ali representada. (MALLON, p. 45, tradução minha)

**Imagens 25 e 26: Protestos estudantis na praça de Tlatelolco em 1968;
Corpos de vítimas do massacre no chão do necrotério da Cidade do México.**

Depois desta violenta pacificação, os Jogos Olímpicos ocorreriam em uma atmosfera de sinistra normalidade, como se nada tivesse acontecido (ver epígrafe da seção). Dois anos depois, o PRI buscou reafirmar internacionalmente sua capacidade de conduzir firmemente os rumos da nação com a realização da Copa do Mundo de futebol. O tri campeonato da seleção brasileira, orgulho do Regime Militar (1964-1984) em sua fase mais autoritária, parecia significar o triunfo do modelo de desenvolvimento capitalista autoritário na América Latina.

Na década de 1970, no entanto, os movimentos de contestação ganhariam força novamente. Em 1971 uma nova onda de protestos estudantis tomou forma, culminando novamente em um massacre (o de *Jueves [quinta-feira] de Corpus Cristhi*, em que morreram mais de 100 pessoas). A crise econômica na qual o México se afunda em 1974 (e que se agudiza nas décadas seguintes) compromete o principal triunfo do PRI. Com o fim do “milagre mexicano”, a hegemonia do partido se vê fortemente ameaçada. Duas outras grandes correntes de oposição conseguem então se consolidar: uma de caráter popular e revolucionária (de inspiração zapatista) e outra no âmbito das instituições democráticas existentes, como alternativa eleitoral reformista.

Os movimentos revolucionários populares irrompem nas regiões rurais mais pobres e são protagonizados fundamentalmente por camponeses de origem indígena (muitos dos quais privilegiam o uso de línguas indígenas, como o maia, ao castelhano). Estes ganham maior visibilidade em 1994, com a emergência do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) na região de Chiapas (extremo sul do México). O EZLN se caracteriza por uma radical descentralização política e pelo anonimato de suas lideranças. A identidade do subcomandante Marcos, seu principal porta-voz, é até hoje desconhecida. Este nunca foi visto por baixo de seu característico capuz preto (imagem 27), tendo feito a seguinte declaração à imprensa:

Marcos é gay em São Francisco, negro na África do Sul, asiático na Europa, [...] anarquista na Espanha, palestino em Israel, indígena nas ruas de San Cristóbal de las Casas [capital de Chiapas], roqueiro na cidade universitária, judeu na Alemanha, feminista nos partidos políticos, comunista no pós-guerra fria, preso em Cintalapa [prisão em Chiapas], pacifista na Bósnia, [índio] mapuche nos Andes, [...] artista sem galeria, dona de casa num sábado à tarde em qualquer bairro de qualquer cidade de qualquer México, guerrilheiro no final do século XX, grevista na Central Nacional de Trabajadores, mulher no metrô depois das 22:00, camponês sem terra, aposentado protestando no Zócalo, editor marginal, operário

sem trabalho, médico sem consultório, escritor sem livros e sem leitores, estudante inconformado e, sobretudo, zapatista no Sudoeste do México. Enfim, Marcos é um ser humano qualquer neste mundo. Marcos é todas as minorias oprimidas e exploradas, mas que resistem dizendo “Já basta!”. Todas as maiorias que suportam caladas e todas as minorias que buscam uma voz, a sua voz. Tudo que incomoda o poder e a boa sociedade, este é Marcos.

O EZLN é um movimento que se constrói, portanto, como uma constelação de devires minoritários que nega uma identidade definitiva e um poder centralizado. Inspira-se principalmente na experiência zapatista da Revolução Mexicana, mas incorpora também as demandas de diversos outros movimentos sociais do século XX. Seu projeto de gestão autônoma dos territórios ocupados é recebido com grande desconfiança pelo governo do PRI, que reage energicamente ao que percebe com uma ameaça de sua hegemonia sobre o território nacional. A primeira fase do conflito militar em Chiapas se estende até 1996, quando as duas partes assinam o Acordo de San Andrés. Neste, o Governo Federal compromete-se a fazer uma reforma constitucional garantindo maior autonomia aos *povos indígenas* (inclusive sobre a gestão da justiça dentro das comunidades) desde que o EZLN entregasse suas armas.

Esta reforma constitucional, no entanto, jamais se efetivou e o desarmamento teve consequências catastróficas para os rebeldes. Em 1997, dezenas de famílias *indígenas* desarmadas são executadas em uma igreja no vilarejo de Acteal (Chiapas) por paramilitares com a condescendência do Estado.²⁶³ As comunidades zapatistas organizam uma série de protestos recebidos com forte repressão policial e centenas de prisões arbitrárias. Em parte devido ao fato desse evento ter ocorrido em uma igreja, a religião passaria a ocupar um lugar crescente no conflito. Uma missa em memória de suas vítimas (imagem 28), conduzida por setores progressistas da Igreja Católica,²⁶⁴ se tornou uma imagem icônica da resistência. Proliferam também as representações de uma “versão zapatista” da Virgem de Guadalupe na qual esta utiliza o mesmo capuz que caracteriza os rebeldes (imagem 29). Atualiza-se, assim, a reivindicação de sua imagem como a de protetora dos oprimidos no México, especialmente dos descendentes dos povos originários.

²⁶³ O exército observou o conflito sem intervir. Além disso, investigações posteriores mostrariam que diversos agentes do Estado estavam diretamente ou indiretamente envolvidos na ação.

²⁶⁴ Assim como no Brasil, a Igreja Católica teve um importante papel em diversas lutas por transformação social no México. A III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, um dos principais marcos no redirecionamento da *ação social da igreja* na região, ocorreria na cidade de Puebla em 1979. Este encontro é considerado um divisor de águas na história da chamada *Teologia da Libertação*.

Imagens 27, 28, 29, 30 e 31: (em sentido anti-horário):
Subcomandante Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN);
Missa em memória das vítimas do Massacre de Acteal (1997);
“Versão zapatista” da Virgem de Guadalupe, utilizando o capuz dos rebeldes;
Território zapatista autônomo na região de Chiapas;
Cerimônia de posse do presidente Andrés Manuel Lopez Obrador (AMLO),
que contou com a inédita participação de lideranças indígenas em 2018.

O chamado Massacre de Acteal levaria ao reaquecimento do conflito armado. Este abrandaria alguns anos depois com a conformação de um novo equilíbrio de forças. As áreas ocupadas pelo EZLN passaram a ser geridas diretamente pelas comunidades rebeldes em um acordo tácito com o governo (que já não passa nem pelo desarmamento nem pela reforma constitucional). As zonas autônomas são administradas de maneira descentralizada por Juntas de Bom Governo (também chamadas de *caracoles* [caracóis] zapatistas), tendo adotado a propriedade coletiva da terra e a gestão comunitária da justiça (imagem 30).²⁶⁵

Para os fins desta pesquisa, o que busco destacar é que a reivindicação e o exercício cotidiano da autonomia jurídica por povos indígenas e movimentos zapatistas tem se mostrado como uma das mais poderosas formas de resistência às distorções e aos abusos do sistema de justiça criminal mexicanos.

Em paralelo a essa movimentação no meio rural, a partir dos anos 1980 ganhou força a oposição ao PRI no campo democrático institucional. O PAN (Partido da Ação Nacional), formação política de direita fundada em 1939, havia sido a segunda força eleitoral mexicana durante a maior parte do século XX. Somente nas eleições presidenciais de 1988 se conforma uma ampla coalização de centro-esquerda com potencial de desbancar o partido hegemônico. A chamada FDN (Frente Democrática Nacional) era liderada por ninguém menos que Cuauhtémoc Cárdenas, sobrinho do popular ex-presidente Lázaro Cárdenas. Uma gigantesca fraude eleitoral,²⁶⁶ no entanto, impediria a vitória da FDN e manteria o PRI no poder por mais 12 anos.

Sob a liderança do mesmo Cárdenas, em 1989 a FDN se rearticula como PRD (Partido da Revolução Democrática), mas não consegue o mesmo sucesso nas eleições seguintes. Somente em 2000 a oposição chegaria ao poder – mas dessa vez encarnada pelo candidato conservador Vicente Fox, do PAN. Este foi sucedido por outro candidato do mesmo partido, Felipe Calderón. Ambos se aproximam ainda mais dos Estados Unidos política e economicamente, radicalizando as reformas neoliberais iniciadas pelo PRI nos anos 1990.

²⁶⁵ Tive a oportunidade de conhecer uma dessas zonas, no município de Tumbalá (no norte de Chiapas) em uma viagem em fevereiro de 2019. O turismo é uma das principais fontes de renda de algumas comunidades, que permitem a entrada de visitantes mediante o pagamento de uma taxa simbólica. Nessa breve experiência a impressão que ficou é que as relações de poder e a produção do cotidiano são de fato bastante distintas do que se observa nas regiões dominadas pelo Estado centralizado.

²⁶⁶ Neste ano, o México utilizava pela primeira vez um sistema eletrônico de registro e contagem de votos (semelhante ao usado hoje no Brasil). Cárdenas liderava a contagem quando o “sistema caiu” em circunstâncias suspeitas. Quando as máquinas voltaram a funcionar muitas horas depois, o candidato do PRI foi anunciado vencedor com uma ampla margem.

Uma forte coalizão de centro-esquerda só consegue êxito eleitoral novamente sob a liderança de Andrés Manuel Lopes Obrador (AMLO), sucessor de Cárdenas à frente do PRD. Depois de ser prefeito da Cidade do México de 2000 a 2006, AMLO concorreu à presidência pela primeira vez, mas foi derrotado por uma margem de votos tão mínima que levantou outra vez sérias suspeitas de fraude. Em 2011, cria seu próprio partido de centro-esquerda, o MORENA (Movimento de Regeneração Nacional) e concorre novamente à presidência em 2012. Desta vez perde as eleições para o midiático ex-ator de televisão Enrique Peña Nieto, do PRI.

Assumindo um discurso menos radical e mais conciliador, AMLO vence as eleições seguintes com uma ampla margem, em julho de 2018. Este conturbado histórico de pouca alternância política, autoritarismo e fraudes eleitorais criou, no entanto, uma grande tensão acerca da sucessão presidencial. Eu estava há poucos meses na Cidade no México na ocasião de sua posse, em dezembro. Foi neste cenário peculiar de profundas mudanças que esta pesquisa se desenvolveu.

Los Pinos

O poder dos símbolos e dos gestos é imenso. Uma parte importante da política se desempenha através deles: ver um presidente chegar em um carro simples para assumir o cargo; vê-lo ajoelhado em frente a um homem indígena que fala com ele, chorando, em um idioma que ele não conhece; vê-lo entrar em um avião como qualquer cidadão, carregando sua própria bagagem; ver as pessoas entrando na [residência presidencial de] Los Pinos e conhecendo pela primeira vez o coração (vazio) do poder no México. Tudo isso, uma soma de imagens, mostra que uma mudança muito profunda está ocorrendo. Uma modificação de hierarquias, das linhas que separam políticos de cidadãos. Um deslocamento das maneiras pelas quais um sistema de privilégios é estabelecido e reproduzido, que não é apenas econômico: é corporal (palpável), simbólico e afetivo.

Pode parecer uma miragem de mudanças radicais. Talvez o seja. Mas pelo menos podemos dizer que a vida pública em que participamos não é formada apenas por pesadelos - dos quais tivemos que participar a contragosto - mas também por sonhos e esperanças. Para mim, um leitor de desejos coletivos, o Desejo está em jogo, seu potencial político, sua capacidade de criar outros mundos, os deslocamentos que produz nas antigas estruturas de dominação e humilhação. Talvez não tenha mudado nenhuma relação de poder materialmente inscrita no domínio da classe e da raça. Mas gostaria de imaginar que, no longo período de opressão e no longo suspiro das subordinações coloniais, um presidente que se ajoelha diante de um indígena anuncie outros processos de transformação. Também o surgimento de novas e velhas

subjetividades, que emergem agora das temporalidades seculares da espera e da dignidade (PARRINI, 2018, tradução minha).²⁶⁷

Assim Rodrigo Parrini analisou a dimensão simbólica do momento da posse, marcado por certos gestos icônicos (imagem 31). Pela primeira vez na história mexicana lideranças indígenas haviam sido convidadas para conduzir parte desta cerimônia (e foi de uma delas que o novo governante recebeu a faixa presidencial). AMLO vendeu o avião presidencial e passou a se locomover em voos comerciais. Além disso, continuou vivendo em seu humilde apartamento na Cidade do México e abriu a luxuosa residência presidencial de *Los Pinos* para visita gratuita. Filas imensas de curiosos, cidadãos comuns, se formariam para conhecer o lugar (imagem 32). Mesmo que fossem atitudes fundamentalmente performáticas, era palpável que “algo novo” estava emergindo, dando forma a profundos desejos coletivos.

Poucas semanas depois, no dia 18 de fevereiro de 2019, outra medida de grande impacto simbólico foi anunciada:

O presidente Andrés Manuel López Obrador assinou hoje o decreto por meio do qual encerra as atividades do centro penitenciário instalado nas Ilhas Mariás para transformá-lo em um centro cultural dedicado ao desenvolvimento das artes e ao estudo do meio ambiente. Com essa determinação, ele disse, “colocamos fim à longa história de um modelo de encarceramento baseado em punições arbitrárias, tortura e violações de direitos humanos”. Localizada ali desde 1905, quando foi criada pelo regime de Porfirio Díaz, a prisão foi concebida como um destino para prisioneiros de alta periculosidade ou para presos políticos. López Obrador lembrou a longa permanência que o escritor José Revueltas teve naquela prisão, onde escreveu o romance *Los Muros del Agua*. O centro cultural receberá o nome deste célebre autor Duranguense (publicado em *La Jornada*, tradução minha).

A prisão política mais icônica do Porfiriato, que continuou em funcionamento durante os períodos revolucionário e da longa hegemonia do PRI, foi fechada para dar lugar a um centro cultural. Este é nomeado em homenagem a um dos líderes do levante estudantil de 1968, José Revueltas (1914 – 1976). Poucas escolhas poderiam ser mais significativas para expressar um desejo de mudança nos campos dos direitos humanos em geral e da política penitenciária em particular.

A ascensão de AMLO à presidência gerou, no entanto, reações ambivalentes entre as ativistas com as quais dialoguei durante o trabalho de campo. Estas haviam construído vínculos com os governos do PRI e temiam retrocessos inesperados. Em

²⁶⁷ Postagem publicada em suas redes sociais no dia 3 dezembro de 2018, tendo grande repercussão.

**Imagens 32 e 33: Em 2018 residência presidencial de *Los Pinos* é aberta para visitação gratuita;
Em 2016 o ex-presidente Peña Nieto (ao centro) recebeu ativistas LGBT em *Los Pinos*
(à esquerda a ativista *trans* Avi Vera Morales e à direita, tirando a *selfie*,
o presidente da Federação Mexicana de Empresários LGBT)**

2016, o presidente Peña Nieto havia se posicionado “a favor do casamento civil igualitário e do combate à discriminação por orientação sexual”. Ao mesmo tempo, AMLO havia sido evasivo quando questionado a respeito: afirmou que só aprovaria essas demandas mediante a realização de um plebiscito. Em um país majoritariamente católico e moralmente conservador, a probabilidade de ampliar os direitos da *população LGBT* por essa via é pequena.

Ari Vera Morales, presidente da associação civil *Almas Cautivas*, me falou abertamente sobre seus receios quando conversamos poucos dias depois da posse:

Eu não consigo me entusiasmar com a posse do AMLO. O máximo que eu posso dar a ele é o benefício da dúvida. A gente teve importantes avanços durante o governo do Peña Nieto, que não podemos negar. Pela primeira vez ele recebeu ativistas LGBT em Los Pinos. E eu estava entre eles, fui recebida pessoalmente por ele. Ele nos tratou com respeito. Ele se declarou a favor dos nossos direitos, tínhamos esperanças de conseguir avançar. O AMLO é evasivo nesse ponto. Diz que está com a maioria do povo, o máximo que se comprometeu foi com um plebiscito. Mas em um país em que a maioria da população é homofóbica e transfóbica, o que é estar com a maioria? Que compromisso com os direitos humanos é esse? Eu vou dar a ele ao benefício da dúvida, é o máximo que posso fazer.

Estamos falando, portanto, de um cenário político atravessado por ambivalências. Temos de um lado a governamentalidade típica do PRI, caracterizada por amplas alianças conciliatórias e concessões a movimentos sociais específicos em momentos estratégicos (imagem 33). A ampliação do diálogo com movimentos LGBT foi lida por muitos como um típico exemplo de *pinkwashing*. Diante do desgaste causado no campo dos direitos humanos pelo chamado Massacre de Iguala em 2014,²⁶⁸ Peña Nieto se mostrou publicamente favorável a diversas causas progressistas. Do outro lado, AMLO apresenta um discurso de “promoção dos direitos das maiorias” que deixa em segundo plano as demandas específicas da *população LGBT*.

Tendo esboçado esse quadro histórico amplo das linhas de força estruturantes do sistema penitenciário e do campo dos direitos humanos no México, olhemos agora mais detidamente para a emergência recente da questão dos *presos LGBT*.

²⁶⁸ Como ficou conhecido o episódio do desaparecimento de 43 estudantes de uma Escola Normal Rural depois de organizarem um protesto contra práticas de discriminação e perseguição política pelo governo estadual (do PRI). A negligência de Peña Nieto diante do caso gerou grandes manifestações em todo o país e teve significativa repercussão no campo internacional dos direitos humanos.

CAPÍTULO 6:

Grupos Vulneráveis, Tigresas e Princesas:

Tecnologias de gestão da diversidade sexual e de gênero

Nós éramos os leopardos, os leões;
esses que nos substituíram são os chacais, as hienas;
e todos: os leopardos, chacais e ovelhas
continuarão a acreditar que são o sal da terra.

Giuseppe de Lampedusa²⁶⁹

Neste capítulo, analiso as tecnologias atuais de gestão da diversidade sexual e de gênero nas prisões *masculinas* (*varoniles* em casetlhano) da região metropolitana da Cidade do México. Estas estão divididas entre dois sistemas penitenciários articulados de maneira complexa: o do Distrito Federal (DF) e o do estado do México (Edomex). Recorro, para tal, a entrevistas em profundidade com *pessoas LGBT* egressas do sistema penitenciário,²⁷⁰ a visitas etnográficas a unidades prisionais e a pesquisa bibliográfica e documental.

O primeiro passo para entender essas tecnologias é esboçar um mapa amplo desses dois sistemas penitenciários – definindo sua escala, as principais estruturas institucionais e algumas dinâmicas específicas de funcionamento. Baseio-me sobretudo nos documentos oficiais publicamente disponíveis sobre o tema, mas considero também dados obtidos por meio do contato direto com ativistas e agentes do Estado.

Na sequência, atento para a emergência de tecnologias de poder que interpelam explicitamente *presos LGBT* nesta região (especialmente no DF), criando dados demográficos, definindo normativas institucionais e intervindo na distribuição dos corpos no espaço. Este estilo de governamentalidade articula as formas anteriores de gestão da diversidade sexual e de gênero no cárcere com os discursos de movimentos sociais (especialmente LGBT) e dos direitos humanos.

Em terceiro lugar, apresento uma cartografia das diferenças sexuais e de gênero nas prisões da Cidade do México (DF), em um movimento análogo ao realizado no capítulo 2. Considero então as dinâmicas de produção do cotidiano pelos próprios

²⁶⁹ Trata-se da fala mais icônica do personagem Dom Fabrizio Corbera (Príncipe de Salina, na Sicília) no Romance Histórico *Il Gattopardo* [O Leopardo], publicado na Itália em 1958. A obra recebeu uma primorosa adaptação para o cinema em 1963, dirigida por Luchino Visconti e com Burt Lancaster no papel do protagonista.

²⁷⁰ Entrevistas realizadas em lugares públicos com o apoio de um roteiro semi-estruturado no formato história de vida. As gravações de áudio em castelhano foram transcritas pela socióloga mexicana Marian Ferrara utilizando recursos da reserva técnica da FAPESP. Os trechos citados nos capítulos da segunda parte foram traduzidos para o português por mim.

presos em sua relação tensa com os ordenamentos (formais e informais) impostos pela administração penitenciária e pelos carcereiros (*custódios*). As masculinidades e feminilidades que se materializam nesse contexto são pensadas como fundamentalmente precárias, categorias em constante disputa.

Por fim, analiso a entrevista que realizei com uma *mulher trans* que passou por duas unidades prisionais no estado do México, região que tem recebido pouca atenção de pesquisadores (e ativistas). Argumento que as disparidades entre este sistema penitenciário e o do DF se expressam também nas relações de poder generificadas entre os presos, tendo efeitos particulares sobre os corpos que destoam do padrão heterossexual.

As prisões da região metropolitana da Cidade do México

“Agora que vão estar do lado de fora muito de vocês vão ter o desejo de tirar a roupa bege e queimá-la para esquecer a prisão. Melhor, eu aconselho, é que vocês se cubram de gasolina e toquem fogo em si mesmos. É a única forma de garantir que vocês não vão voltar”. Palavras do carcereiro ao grupo de onze seres humanos que ele conduzia nos procedimentos para sair da Penitenciária.

Ramsés Ancira

Conforme vimos na introdução, o México tem a segunda maior população carcerária da América Latina (atrás apenas do Brasil), registrando 188.262 pessoas privadas de liberdade em finais de 2016.²⁷¹ Assim como no Brasil, há uma distribuição desigual desta população no território nacional. A região metropolitana da Cidade do México (abrangendo tanto o Distrito Federal quanto o estado do México) concentra quase um terço dos presos do país – enquanto o estado de São Paulo concentra quase 40% dos brasileiros encarcerados.²⁷² É importante notar que, ao contrário do que acontece no Brasil, onde tem crescido de maneira acelerada e constante desde meados dos anos 1990, a população carcerária mexicana tem variado consideravelmente em ciclos relativamente curtos. Nos últimos 5 anos, a tendência geral tem sido de significativa diminuição. Na Cidade do México, por exemplo, o sistema penitenciário

²⁷¹ Dados do INEGI (Instituto Nacional de Estadística e Geografía, semelhante ao IBGE no Brasil). Relatório “Estadísticas sobre el sistema penitenciario público en México” [estatísticas sobre o sistema penitenciário no México] publicado em 2017.

²⁷² De acordo com o “Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil”, de 2014.

chegou a abrigar mais de 40 mil pessoas em 2012 e estava em menos de 26 mil em meados de 2019.²⁷³

A redução em números absolutos da população penitenciária não significou, no entanto, uma diminuição na extraordinária proporção de presos provisórios – que chega a 42% no Distrito Federal. Segundo o jurista Guillermo Zepeda Lecuona, o uso excessivo das medidas de prisão provisória é uma das mais graves distorções do sistema de justiça criminal mexicano:

Análises quantitativas sugerem que a prisão durante o processo deixou de ser uma medida extraordinária e excepcional, para converter-se em uma medida cautelar de uso frequente, o que contradiz nossa Constituição e os instrumentos internacionais assinados pelo México. A prisão preventiva tem consumido uma quantidade exorbitante de recursos que poderiam ser mais proveitosamente investidos em outras áreas prioritárias da segurança cidadã e da justiça penal, como a prevenção dos delitos (ZEPEDA, 2013, p. 32, tradução minha).

A região metropolitana da Cidade do México possui uma divisão política específica e conta, por isso, com dois sistemas penitenciários articulados de maneira complexa. Os limites administrativos da Cidade do México correspondem apenas a uma parte desta metrópole (o chamado Distrito Federal ou simplesmente DF), estando o restante da população no estigmatizado estado do México (Edomex). Cerca de 8,8 milhões de pessoas vivem no DF, enquanto mais de 13 milhões vivem nos 58 municípios do Edomex que compõem a área metropolitana.²⁷⁴ A capital concentra a maior parte da riqueza (inclusive os recursos do Governo Federal) e uma infraestrutura mais completa. Esses dois estados possuem sistemas penitenciários distintos que refletem as brutais desigualdades econômica e políticas entre as regiões.

Em finais de 2016, a Cidade do México tinha uma população de 30.979 presos (a maior do país), enquanto o estado do México tinha 25.763 pessoas nesta situação.²⁷⁵ Considerando que o estado do México é mais populoso, isso significa que a taxa de encarceramento do DF é significativamente mais alta. Enquanto na capital, esta taxa

²⁷³ Dados de 2019 da Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal.

²⁷⁴ Trata-se do estado mais populoso do México, com pouco mais de 16 milhões de pessoas. Destas, cerca de 13 milhões vivem na Região Metropolitana e os demais em áreas rurais.

²⁷⁵ Todos os dados apresentados neste parágrafo e no seguinte são do INEGI - *Estadísticas sobre el Sistema Penitenciario Público en México*. Os últimos dados disponíveis sobre todo o país foram publicados no início de 2017, sendo referentes aos últimos meses de 2016.

chegou a 351 presos para cada 100 mil habitantes (a segunda maior do país),²⁷⁶ no Edomex, estava em torno de 150/100 mil no mesmo ano – ou seja, menos da metade. A nível nacional, esta taxa variou entre 190 e 210/100 mil ao longo da década de 2010.²⁷⁷

Apesar da taxa de encarceramento inferior, o índice de superlotação das prisões do estado do México é significativamente maior do que na capital – o que é um forte indicador da maior precariedade da infraestrutura de seu sistema penitenciário. No final de 2016, havia 196 presos para cada 100 vagas nas prisões do Edomex (e esta proporção havia chegado em 244 para 100 no ano anterior). Na Cidade do México havia 129 presos para cada 100 vagas na mesma data (e o pico havia sido 186 em 2011).²⁷⁸

Tabela 6.1: Dados sobre os sistemas penitenciários da região metropolitana da Cidade do México (DF e Edomex) *

	População Total	População Carcerária	Taxa de encarceramento (presos a cada 100 mil hab.)	Taxa de superlotação (presos para cada 100 vagas)
Cidade do México (DF)	8,8 milhões	30.979	351	129
Estado do México (Edomex)	16,3 milhões	25.763	150	196

*Dados do INEGI – Estadísticas sobre el sistema penitenciario público en México, 2017

Como a região metropolitana da Cidade do México atravessa a fronteira entre esses estados (ver mapa 3 da introdução), considero na minha pesquisa os dois sistemas penitenciários e a relação entre eles. Muitos presos do Edomex são residentes do DF e vice-versa: ser direcionado para um sistema ou para outro pode ser uma questão de ter cometido um crime (ou ter sido capturado pela polícia) de um lado ou do outro de uma avenida. Busquei, portanto, dialogar com grupos de ativistas que atuam em diferentes regiões e entrevistei *pessoas LGBT* egressas dos dois contextos. Analiso essa dualidade

²⁷⁶ Atrás apenas da Baja California, na fronteira com os Estados Unidos – onde chegou a 363 por 100 mil habitantes na mesma data.

²⁷⁷ A taxa de encarceramento do Brasil é parecida com a da capital mexicana: 335 presos a cada 100 mil habitantes em 2019. No estado de São Paulo esta chega a 506 – um número altíssimo, mas ainda distante dos 665 vigentes nos Estados Unidos, país com a maior população carcerária do mundo.

²⁷⁸ No Brasil, a taxa de superlotação média das unidades prisionais no Brasil era de 170 presos a cada 100 vagas em 2012 – e a do estado de São Paulo era ligeiramente maior: 190 para 100.

como uma tecnologia de poder que tem efeitos específicos sobre os corpos de pessoas que destoam do padrão heterossexual.

Para além da própria estrutura de cada sistema penitenciário, é importante notar que eles recebem uma atenção desigual por parte de ativistas da sociedade civil e de órgãos públicos de proteção dos direitos humanos de *populações vulneráveis*. A questão dos *presos LGBT* é muito mais visível no Cidade do México do que no Edomex. Um dos efeitos disso é que apenas no Distrito Federal foram desenvolvidas políticas públicas específicas para esta população. Vejamos como elas se configuram neste contexto.

A emergência de políticas específicas

A Cidade do México (DF) desenvolveu tecnologias de poder específicas para a gestão da chamada *população LGBTTTI privada de liberdade*.²⁷⁹ Estas possuem, no entanto, um lugar ambíguo na estrutura institucional – operando nas dobras entre o oficial e acordos tácitos com determinados atores do campo dos direitos humanos.

Esse processo ocorre em um momento bastante específico, sobretudo na década de 2010, coincidindo com a progressiva abertura do governo federal às demandas dos movimentos LGBT (DEHESA, 2015). Como vimos no capítulo anterior, esta inflexão está relacionada com a repercussão negativa de decisões políticas na área de Segurança Pública (que tiveram efeitos catastróficos como o Massacre de Iguala, em 2014).

Assim como no Brasil, a fundamentação jurídica desses dispositivos é muito recente e bastante precária. Não possuindo força de lei, são facilmente contestados ou negligenciados por policiais, carcereiros e autoridades do sistema penitenciário. O único documento oficial que reconhece explicitamente o dever de proteger direitos específicos e promover políticas direcionadas para esta população é o Programa de Direitos Humanos do Distrito Federal. Sua última versão foi publicada em 2016, apresentando um conjunto de “referências nacionais e internacionais” para a atuação do Estado neste campo. Em seu texto de apresentação, o programa é definido como:

²⁷⁹ Em documentos recentes, a escrita oficial do Estado (e de parte dos movimentos sociais) tem usado essa sigla mais extensa (que inclui *pessoas intersex*). Em outros contextos, aparecem diversas outras versões. Usarei a versão sintética *presos LGBT* para falar de maneira mais genérica sobre a construção deste grupo como uma população, trazendo as outras formulações apenas nas referências a documentos específicos que as utilizam.

Uma ferramenta construída a partir da experiência e com a participação da sociedade civil, da academia, de entidades públicas e organizações internacionais de direitos humanos, que uniram forças em audiências realizadas com o único objetivo de fortalecer a implementação das ações públicas em matéria de direitos humanos; bem como de facilitar seu monitoramento e avaliação. Essa ferramenta consiste em 30 capítulos, divididos em 19 direitos e 11 grupos populacionais. Ela considera novos direitos e inclui as questões das pessoas privadas de liberdade nos grupos populacionais. O processo de atualização contemplou a realização de 36 reuniões com o objetivo de dialogar com organizações da sociedade civil, audiências públicas, consultas e grupos focais, com populações vulneráveis ou excluídas. Esta ferramenta entra em vigor em 1º de setembro de 2016 e será válida até 2021. A participação e a vigilância da sociedade na implementação desta ferramenta são de extrema importância para garantir que a Cidade do México seja uma cidade onde se garantam plenamente os direitos de todas e todos os cidadãos (tradução minha).

Formulado na linguagem internacional dos direitos humanos e incorporando demandas muito diversas, esta *ferramenta* apresenta de maneira segmentada os direitos de 11 *grupos populacionais* definidos como *vulneráveis e/ou socialmente excluídos*. A ordem como estes são apresentados é significativa: começa com os direitos dos *povos e comunidades indígenas* e termina com um o da *população LGBTTTI*.²⁸⁰ Entre os dois extremos estão respectivamente *pessoas jovens, mulheres, idosos [mayores], pessoas com deficiência [discapacidad], migrantes e refugiados, pessoas privadas de liberdade, vítimas de tortura e exploração, populações de rua [caelleras]*.

Ao longo dos 30 capítulos, são enumeradas 585 *estratégias* de ação, com objetivos específicos para dois e quatro anos (até 2019 e até 2021). O texto referente à *população LGBTTTI privada de liberdade* é literalmente o último (“estratégia nº 585”), recomendando “Manter e fortalecer a perspectiva de gênero e orientação sexual nos Centros de Reinserção Social”. Esta posição nos limites do documento pode ser pensada como uma metáfora da sua posição simbólica como uma das fronteiras do campo dos direitos humanos: uma de suas pautas mais recentes e menos consolidadas. É significativo observar também as metas que são definidas:

Meta para dois anos: *Elaboração, segundo a recomendação 13/2015 da Comissão de Direitos Humanos do Distrito Federal, de um protocolo de atenção para as pessoas da população LGBTTTI privadas de liberdade desde o momento em que entram no sistema penitenciário, bem como do uso da força pelo pessoal de segurança*

²⁸⁰ O documento completo pode ser encontrado em: <https://pdh.cdmx.gob.mx/programa>. Acesso em novembro de 2019.

e carceragem, a ser incorporado pelo Conselho Técnico Interdisciplinar de cada Centro de Reinserção Social.

Metas para 2021: *Diminuição do número de queixas de pessoas da população LGBTTTI em centros de reinserção à Comissão de Direitos Humanos do Distrito Federal (p. 675, tradução minha).*

A inclusão desta estratégia é diretamente vinculada, portanto, a uma recomendação da Comissão de Direitos Humanos do Distrito Federal (também conhecida como CDHCM).²⁸¹ Criado em 1993, trata-se do órgão responsável por supervisionar as questões relativas a direitos humanos no DF. Seu funcionamento prevê uma ampla participação da sociedade civil, acolhendo diversos tipos de denúncias – tanto das vítimas de violações quanto de organizações de defesa dos direitos humanos. Ativistas de diversos matizes, entre elas a própria Ari Vera Morales (presidenta da *Almas Cautivas*), afirmam que sua existência tem se mostrado decisiva para o avanço de diversas pautas progressistas neste campo. A ausência de canais equivalentes no chamado *interior de la República* (inclusive no Edomex) seria, portanto, uma das causas das disparidades regionais no acesso a direitos.

A mencionada recomendação 13/2015 do CDHCM foi elaborada em resposta a uma denúncia encaminhada em outubro de 2014 por um “familiar de uma pessoa da comunidade LGBTTTI privada de liberdade” que alegava que ao menos oito pessoas desta comunidade haviam sofrido episódios brutais de discriminação e violência no Centro de Detenção Preventivo Masculino da Região Norte [*Reclusório Preventivo Varonil Norte*].²⁸² Os nomes dos denunciantes e das vítimas (e dados como idade, orientação sexual ou identidade de gênero) são mantidos em sigilo na versão do relatório disponível para consulta pública. Este possui, no entanto, uma descrição bastante detalhada dos conflitos que culminaram na denúncia, da investigação conduzida pelo CDHCM e de suas conclusões.

No dia 14 de maio de 2014, um incêndio ocorrido durante a madrugada no anexo “onde se localizavam as pessoas da comunidade LGBTTTI” desta unidade prisional culminou na transferência forçosa “desta população” para outras celas. Carcereiros teriam se dirigido a eles como *putos* e *cabrones* (expressões ofensivas de cunho sexual). Uma das pessoas insultadas protestou aos maus-tratos. Em resposta à atitude de insubmissão, cinco carcereiros a espancaram até deixá-la inconsciente. Essa

²⁸¹ A sigla se refere a Cidade do México ao invés de Distrito Federal. Essas duas formulações são intercambiáveis na maior parte dos documentos oficiais.

²⁸² Trata-se da segunda maior unidade prisional do DF, com capacidade para 6000 presos (e abrigando atualmente o impressionante número de 7297, ou seja, 20% a mais).

atitude levou ao protesto de mais sete pessoas, que foram silenciadas também por meio de chutes, socos e golpes de cassetete. No dia seguinte, essas oito pessoas entraram com uma denúncia junto à administração da unidade. Esta abriu um inquérito, mas deu mais valor aos depoimentos dos carcereiros e terminou por inocentá-los e condenar os denunciantes, que foram punidos com a transferência para a “área de isolamento”.

Algumas semanas depois, o diretor da unidade “obstaculizou o acesso” do defensor público responsável pelo caso de uma das vítimas, que continuava em “medida de isolamento”. Esta decisão seria condenada por autoridades do sistema de justiça, o que deu ensejo para a abertura de uma queixa junto ao CDHCM. Ao final de um processo que demoraria cerca de um ano, este decidiu em outubro de 2015 em favor dos denunciantes, afirmando que houve:

Mau uso da força, tratamento cruel, desumano e degradante, violação do direito à igualdade e não discriminação contra pessoas da comunidade LGBTTTI privadas de liberdade na Prisão Preventiva Masculina da Região Norte.

Esta decisão é relevante porque reconhece não apenas a crueldade da agressão física perpetrada por agentes do Estado (considerada como desumana e degradante), mas também a gravidade da discriminação sofrida por um grupo considerado como “especialmente vulnerável no interior do cárcere”. O documento traz uma série de recomendações para as instituições consideradas responsáveis pelo caso, que vão da “indenização financeira das vítimas” à “criação de protocolos de atendimento para pessoas da LGBTTTT em privação de liberdade em todas os Centros de Reabilitação da Cidade do México”.

Apesar de gerar importantes constrangimentos para as autoridades, os efeitos deste documento foram limitados pelo fato de ele não instituir mais do que uma série de *recomendações* – assim como a Resolução SAP 11 e a 1ª Resolução conjunta do CNPCP/ CNCD, editadas no Brasil em 2014. A meta definida para 2019 pelo Programa de Direitos Humanos do Distrito Federal (a criação dos protocolos) não havia sido cumprida até a defesa desta tese. É significativo, além disso, que a única meta definida para 2021 seja literalmente a “diminuição do número de queixas de pessoas da população LGBTTTT em Centros de Reinserção”. O projeto é sobretudo de silenciamento e invisibilização, mais do que de empoderamento ou promoção de direitos.

No âmbito institucional, a Subsecretaria de Administração Penitenciária do DF possui uma Coordenadoria de Grupos Vulneráveis responsável por um grupo heterogêneo de populações específicas: *idosos, deficientes [discapacitados], psiquiátricos [sic]*,²⁸³ *peessoas com HIV [VIH/SIDA]*, *indígenas, LGBTTTI+*, *grávidas* e “menores vivendo com suas mães” (imagem 1). Interessante notar que essas categorias não se sobrepõem exatamente às apresentadas pelo Programa de Direitos Humanos – algumas são incluídas e outras excluídas.

Esta Coordenadoria é responsável, dentre outras coisas, por produzir e divulgar dados (sobretudo quantitativos) sobre esses grupos. Desde 2014, tem sido registrada a orientação sexual e/ou a identidade de gênero (segundo autotclassificação) no momento da inclusão nas unidades prisionais – o que permite a produção de números oficiais.

Em outubro de 2019, o site desta subsecretaria informava que havia 479 *peessoas LGBTTTI+* no sistema penitenciário da Cidade do México.²⁸⁴ Dessas, 304 estariam em prisões *masculinas* e 175 em prisões *femininas*. Considerando que havia nesta mesma data 24.142 presos em unidades *masculinas* e 1.339 em *femininas*,²⁸⁵ estamos falando de uma proporção em torno de 1,1% no primeiro caso e de cerca de 13,6% no segundo. Apesar de menor em números absolutos, a proporção de pessoas oficialmente identificadas como *LGBTTTI+* em prisões *femininas* é muito maior (assim como no Brasil). Em relação à população carcerária total, a proporção é de quase 1,9% (ver tabela abaixo).

Tabela 6.2: Presos LGBT no sistema penitenciário da Cidade do México *

Unidades	População total	População LGBT	Porcentagem
Masculinas	24.142	304	1,2%
Femininas	1.339	175	13,1%
Total	25.481	479	1,9%

* Dados da Subsecretaria de Administração Penitenciária em outubro de 2019.

Dentre a população LGBT em unidades *masculinas*, foco desta pesquisa, as ativistas do *Almas Cautivas* estimam que pelo menos 150 sejam *mulheres trans*. Elas afirmam, no entanto, que esses números são bastante imprecisos, pois não abrangem

²⁸³ Como são chamados presos diagnosticados com problemas de saúde mental.

²⁸⁴ De acordo com o site da Subsecretaria de Administração Penitenciária, consultado em outubro de 2019. Disponível em: <https://penitenciario.cdmx.gob.mx/poblacion-penitenciaria>. Acesso em outubro de 2019.

²⁸⁵ De acordo com o site da Subsecretaria de Administração Penitenciária, ver nota anterior.

pessoas que já estavam presas antes de 2014 nem as que passaram a expressar identidades *trans* (ou não heterossexuais) dentro do cárcere.

De uma forma ou de outra, é possível notar importantes semelhanças nestas proporções em comparação com os dados do estado de São Paulo – em especial os obtidos em setembro de 2016 pelo Grupo de Trabalho Mulher e Diversidade da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo. Conforme vimos no capítulo 3, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) afirmou que os dados foram produzidos por meio de autoclassificação no momento de inclusão na unidade prisional (método semelhante ao usado na Cidade do México). No universo das unidades *masculinas*, a proporção é apenas ligeiramente menor – em torno de 1,1%. Nas unidades *femininas*, a proporção era um pouco mais alta, cerca de 15,8% - mas a média em relação à população total era quase a mesma, chegando por aqui a quase 2%.

Outro grupo *vulnerável* que merece nossa atenção é o dos presos que vivem com HIV – chamados simplesmente de *VIH/SIDA*. Segundo as estatísticas oficiais, trata-se de 208 pessoas. No universo das prisões *masculinas* da Cidade do México, a estratégia de gestão dessa população é bastante peculiar: o tratamento só é oferecido em uma unidade, a Penitenciária do DF. Todos os presos diagnosticados com HIV são transferidos (compulsoriamente) para um pavilhão da unidade inteiramente dedicado a esse perfil (e com contato bastante limitado com outros pavilhões). O chamado *dormitório 10* abriga hoje 198 pessoas,²⁸⁶ das quais cerca de 70 se autodeclaram LGBT.²⁸⁷ Estive neste pavilhão no final de 2018, acompanhando uma visita da *Almas Cautivas*. Retomarei essa experiência no capítulo 7.

Essa dinâmica de distribuição espacial dos *grupos vulneráveis* acontece no limite entre o oficial e o oficioso. Essas diversas modalidades de “outros” podem ser alocadas e deslocadas, aproximadas ou distanciadas arbitrariamente, de acordo com percepções contextuais de segurança e disciplina. Ela opera sobretudo na escala da administração cotidiana de cada unidade e/ou pavilhão, em uma lógica pouco transparente que escapa ao controle efetivo de instâncias como a Coordenação de Grupos Vulneráveis. Assim como na dinâmica das *cadeias de coisas* (analisada no capítulo 2), é recorrente que sujeitos discriminados pela maioria da população

²⁸⁶ Há, além disso, 10 mulheres identificadas com HIV em unidades *femininas* (de acordo com mesmo site). Não tenho informações a respeito de suas condições de aprisionamento.

²⁸⁷ Não fica claro como são contabilizadas pessoas que pertencem simultaneamente a dois grupos vulneráveis na produção dos números oficiais. Isso vale para pessoas LGBTTTI+ com HIV e também para outras interseções possíveis, como indígenas idosos ou mulheres grávidas com deficiência.

POBLACIÓN VULNERABLE				
	HOMBRES	MUJERES	TOTAL	%
Adultos mayores	711	59	770	25.67
Discapacitados	467	37	504	16.80
psiquiátricos	513	40	553	18.43
VIH/SIDA	198	10	208	6.93
Indígenas	392	30	422	14.07
LGBTTTI+	304	175	479	16
Embarazadas	0	11	11	0
Menores viviendo con sus madres	29	24	53	2
Total	2,614	386	3,000	100

Imagens 1 e 2: Dados divulgados sobre as *populações vulneráveis* no sistema penitenciário da Cidade do México e foto divulgada pelo jornal El Universal na ocasião da pintura de uma bandeira do arco-íris no pátio do *Reclusório Preventivo Varonil Norte*.

carcerária sejam alocados de maneira contígua ou mesmo compartilhem os mesmos espaços. Nas unidades que visitei, por exemplo, pude observar a proximidade espacial entre *peessoas LGBTTTI, indígenas e psiquiátricos*.

Desde que assumiu o cargo em 2014, o atual Subsecretário de Sistema Penitenciário já fez diversas declarações a respeito do caso específico da comunidade LGBT. Ele tem investido em canais de diálogo com determinados atores da sociedade civil (como as ativistas da *Almas Cautivas*) e na promoção da imagem pública de alguém sensível a questões de identidade de gênero e orientação sexual. No dia 28 de junho de 2019, por exemplo, promoveu uma série de atividades voltadas a essa população que foram amplamente divulgadas pela imprensa (imagem 2). De acordo com o jornal *El Universal* nesta data:²⁸⁸

*O Reclusório Preventivo Varonil Norte se vestiu com as cores do arco íris para comemorar o Dia Internacional do Orgulho Lésbico, Gay, Bissexual, Transexual, Transgênero, Travesti e Intersexual (LGBTTTI) com o objetivo de erradicar o preconceito e as atitudes discriminatórias no interior das penitenciárias. O Subsecretário do sistema Penitenciário [...] informou que participaram da atividade as 66 pessoas privadas de liberdade que pertencem a essa população neste centro [...] Expressou que o governo da Cidade do México promove os direitos humanos das pessoas encarceradas. [...] Além da pintura [da bandeira do arco-íris em um dos pátios da prisão] foi realizada a roda de conversa “Orgulho 41 – Ser é resistir” (tradução minha).*²⁸⁹

Dentro desse quadro, a concentração de *peessoas LGBT* em determinadas celas é apresentada como uma das “boas práticas” [*buenas prácticas*] promovidas para “erradicar atitudes discriminatórias” contra “esta população”. De acordo com Ari Vera Morales, no entanto, a eficácia dessa estratégia pode ser questionada.

Nas prisões da Cidade do México existem áreas e celas exclusivas para a comunidade LGBT privada de liberdade. Essa população converge para elas de maneira indistinta, sem distinção clara de orientação sexual ou identidade de gênero. Segundo o subsecretário do Sistema Penitenciário, essas zonas são criadas com o objetivo de proporcionar maior segurança à diversidade sexual em privação de liberdade. Esta medida preventiva só tem efeito durante o

²⁸⁸ Disponível em: <https://www.eluniversal.com.mx/metropoli/cdmx/reclusorio-norte-se-veste-de-arcoiris-para-conmemorar-el-orgullo-lgbttti>. Acesso em: outubro de 2019.

²⁸⁹ O número 41, como vimos no capítulo 5, é associado à resistência e à visibilidade da comunidade LGBT devido ao episódio do chamado Baile dos 41, ocorrido em 1901. É curioso notar que mais de 100 anos depois ele tenha sido absorvido até mesmo em eventos oficiais promovidos pelo Estado.

confinamento noturno, já que durante o dia há diversas formas de contato com presos de outros perfis (MORALES, 2019, p. 107).

Essas “celas exclusivas para a comunidade LGBT” existem em todas as 8 unidades prisionais *masculinas* da Cidade do México. Sua constituição, no entanto, é atravessada por ambivalências. Uma delas é o fato de não serem efetivamente segregadas – o que compromete o argumento (em si problemático) de que seriam capazes de garantir proteção durante toda a estadia nos Centros de Reabilitação. Outra é a falta de clareza nos critérios de definição dos sujeitos que são para elas encaminhados. De acordo com Morales (2019), essas áreas são mais comumente chamadas de *zonas gay* pelos presos. De forma semelhante a *homossexual* no Brasil, a expressão *gay* aparece como categoria englobante para se referir genericamente aos sujeitos que o Estado define como *LGBT* ou *LGBTTTI+*, sem considerar a diferenciação (operante sobretudo no contexto dos movimentos sociais) entre orientação sexual e identidade de gênero.

Vejamos agora como essas diferenças sexuais e de gênero são vividas no cotidiano das prisões, privilegiando as categorias de classificação que emergem neste contexto.

Mamás e monstruos

A pioneira pesquisa realizada por Rodrigo Parrini (2007) no Centro de Detenção Preventivo Masculino da Região Norte (o mesmo da denúncia sobre qual falamos há pouco) segue sendo a principal referência para a compreensão das dimensões sexuais e de gênero do sistema penitenciário mexicano. A sua metodologia é semelhante à utilizada por José Ricardo Ramalho na Casa de Detenção de São Paulo (2008 [1979]): entrevistas em profundidade realizadas com internos de perfis variados (selecionados pela administração penitenciária) em uma sala localizada fora dos pavilhões onde dormem os presos (embora dentro das muralhas da penitenciária).

Um dos eixos principais da sua análise é justamente a construção do espaço prisional e de seus significados, expressa sobretudo na distribuição dos presos entre *dormitórios* (imagem 3). Esta ordenação tem seu início no âmbito administrativo, mas adquire novos sentidos na dinâmica do cotidiano:

Trata-se de uma topografia da instituição, mas também um mapa de referência para os próprios internos. Cada dormitório terá sua particularidade: alguns serão mais habitáveis e outros será melhor evitar. Uma distribuição de perigos, histórias, ameaças e virtudes. Uma ordem social tecida sobre uma classificação institucional: aqui os de origem privilegiada, os mais escolarizados, ali os mais pobres ou mais perigosos. Indígenas e mestiços, heterossexuais e homossexuais, jovens e velhos. A vida dos internos ganha forma nestes espaços marcados, passando de um a outro, saindo e regressando (PARRINI, 2007, p. 86, tradução minha).

Vejamos algumas linhas de força desta topografia. A primeira delas é a definição de certos grupos entendidos como “mais vulneráveis” e imediatamente direcionados para lugares pré-determinados. É importante dizer que essa definição pode ou não coincidir com as definições oficiais de *grupos vulneráveis* que acabamos de ver.

O primeiro grupo que se destaca é o dos chamados *indígenas*, sobre o qual falamos no capítulo anterior. A sua permanência em meio aos demais presos costuma implicar em formas brutais de discriminação, violência e exploração. Na ponta oposta (em termos da sua posição social em liberdade), estão os de origem relativamente privilegiada – *vulneráveis* por destoarem “em sua aparência e modos” dos internos típicos. Por “não terem sido socializados em ambientes delitivos”, são facilmente sujeitos a extorsões de todos os tipos (ibid., p. 80). Estamos falando de sujeitos percebidos como “mais brancos, mais escolarizados e menos viris” que a grande maioria da população carcerária.

Outra causa de vulnerabilidade é a orientação sexual (ou a identidade de gênero). Internos percebidos como não heterossexuais:

Estão expostos a certas formas de violência exercidas pelos internos e carcereiros. Estas não se limitam ao momento do ingresso: permanecem como uma ameaça durante toda a estadia. Esta é uma das razões pelas quais são agrupados em um anexo supostamente separado e isolado dos demais – ainda que não o sejam de fato. (MORALES, 2019, p. 81)

Embora sejam percebidos como corpos feminizados (abertos, *chingados*, violáveis), as categorias (pejorativas) mais comuns para se referir a eles estão no masculino: *jotos* ou *putos*. A primeira, como vimos no capítulo anterior, tem sua origem no próprio sistema penitenciário mexicano (o famigerado corredor J da prisão de Lecumberri). A segunda tem um sentido parecido ao que observamos no Brasil (estando

presente, com matizes diversos, em outros países da América do Sul)²⁹⁰ – significando basicamente desvio ou perversão sexual (independentemente da percepção da identidade de gênero, sendo usada tanto para *homossexuais* de aparência viril quanto para *mulheres trans* e outras pessoas de identidade feminina). Ela tem importantes semelhanças com a palavra *punk*, utilizada em contextos anglófonos até meados do século XX.²⁹¹ De acordo com o dicionário etimológico Merriam Webster:²⁹²

Punk. *Substantivo de gênero neutro* (em inglês).

1. *Arcaico*: Prostituta, especialmente de baixo meretrício.
2. Criminoso jovem, novato ou inexperiente. Vagabundo.
3. *Gíria*: Jovem usado como parceiro homossexual, especialmente em prisões.

Estamos falando, portanto, do repertório do jovem inexperiente que pode a qualquer momento ser violado e emasculado pelo uso da força. Esta ameaça constante está presente também no caso dos presos “vulneráveis devido ao tipo de delito cometido”. Parrini destaca a posição singular dos “internos acusados de estupro”:

Apanham logo que chegam, uma vez que se sabe o tipo de delito que os levou à prisão. É também aceito que eles sejam violados sexualmente – “pagar com a mesma moeda”, como dizem os internos (PARRINI, 2007, p. 82, tradução minha).

Importante notar, neste sentido, que a violação sexual de presos “acusados de estupro” não seja considerada como *estupro* – sendo até mesmo celebrada como uma forma de retribuição ou justiça. Assim como no contexto brasileiro, é fundamental atentar para o que é percebido como *estupro* em cada contexto.

Na dinâmica do cotidiano, Parrini analisa as relações de poder entre os presos através de sua projeção em planos temporais e espaciais construídos sobre sistemas de classificação profundamente hierarquizados e generificados. O autor delineia, então, dois vetores: o de antiguidade (que opõe experientes aos novatos, os estabelecidos aos recém-chegados) e o de verticalidade (que opõe os *de cima* aos *de baixo*, os que mandam dos que obedecem). Esses dois ordenamentos se sobrepõem simbolicamente,

²⁹⁰ Como vimos no Preâmbulo, essa expressão é comum também na Argentina, estando presente em diversos momentos do romance “O Beijo da Mulher Aranha”.

²⁹¹ A partir das décadas de 1970 e 1980, esse termo seria reapropriado e ressignificado por jovens chamados pejorativamente de *punks* pelas elites e pela imprensa – dando origem à subcultura *punk*. Esse processo é análogo ao de termos como *queer*.

²⁹² Tradução e edições do autor. Ver: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/punk>. Acesso em setembro de 2019.

de forma que “o *de cima* se associa com a antiguidade e o *de baixo* com a novidade” (ibid., p. 90). A estrutura dinâmica resultante pode ser descrita como “piramidal” no sentido em que:

A parte superior (*acima*) não corresponde apenas a um lugar físico (também o é) mas sobretudo a um espaço de ação e vinculação que outorga privilégios e prerrogativas. *Acima* será uma posição de poder e também uma localização física, pois a disposição dos lugares para dormir é a experiência que ordena esses espaços: os camarotes (*acima*) ou o piso (*abaixo*). *Acima* constitui também uma prerrogativa, a possibilidade de dar ordens e evitar algumas obrigações rotineiras. [...] *Abaixo* é o espaço do piso, onde se dorme ao chegar (a não ser que se disponha de dinheiro). *Abaixo* na vida prisional, porque se tem uma capacidade de decisão limitada e o dever de obedecer às ordens dos outros. *Abaixo* ante a instituição e os presos, porque não se tem experiência nos códigos da prisão ou não se mostrou capaz de dominar seus meandros (ibid., p. 90, tradução minha).

Distribuição dos *camarotes* (como são chamadas os suportes de concreto, análogos às ditas *burras* no Brasil) é a expressão material mais visível dessa hierarquia simbólica. Essa dinâmica tem grandes semelhanças com a observada no estado de São Paulo, especialmente a partir de finais dos anos 1990, conforme descrita nos capítulos 1 e 2. A principal diferença é que no contexto mexicano ela nunca foi institucionalizada pelos presos de maneira tão explícita como a realizada pelo PCC. As distorções e abusos na distribuição dos corpos no espaço parecem, portanto, ocorrer com mais frequência (como nos relatos mais antigos da Casa de Detenção). Seria necessário, no entanto, um trabalho de campo mais extensivo para desenvolver esta hipótese.

Parrini identifica duas posições centrais que estruturam as relações cotidianas no interior das celas: a *mamá* [mamãe] e o *monstruo* [monstro]. No discurso dos internos, a cela “se constrói como um lar [*hogar*] e os internos como uma espécie de família (governada por uma *mamá*)” (ibid., p. 98). Essa “ordem familiar do confinamento” é fortemente hierarquizada e generificada:

De modo geral, qualquer preso pode ser *monstruo* ou *mamá*, dependendo do tempo que estiver preso: os *monstruos* são sempre internos recém-chegados e a *mamá* é o interno mais antigo (ou experiente) da cela. [...] Representam uma divisão “sexual” do trabalho peculiar, de forma que o monstruo realiza todas as tarefas de limpeza, asseio, preparação de alimentos e cuidado das quais habitualmente se ocupam as mulheres; de modo inverso, a *mamá* atua como chefe do lar: é quem organiza a distribuição das tarefas, resolve

os conflitos e dirige a organização espacial da cela. (PARRINI, 2007, p. 103, tradução minha)

Trata-se de uma interessante inversão linguística o fato de que o sujeito que ocupa o lugar (masculinizado) de chefia tenha um nome feminino (*mamá*). Essa escolha simbólica pode ser pensada em relação às representações de feminilidade e maternidade específicas do contexto mexicano que discutimos no capítulo 5.

Uma primeira maneira de compreender essa metáfora é mais propriamente sociológica, tendo em mente as configurações domésticas e familiares de onde vieram a maior parte dos presos. Como sugere Ramsés Ancira (2017, p. 45), a imensa maioria destes “não tem pai”, ou seja, provém de “lares chefiados por mulheres” – por *mamás*. Assim como no Brasil, a matrifocalidade é característica dos lares mexicanos, especialmente nas periferias das grandes cidades. Se nas celas se pretende reproduzir as típicas unidades domésticas de onde provém a população carcerária, faz sentido que sejam chefiadas por *mamás*.

Outra interpretação possível está mais próxima do simbólico, da citações e ressignificações (mais ou menos irônicas) de determinados estereótipos de feminilidade e de maternidade. Algo que chamou minha atenção durante toda a estadia no México, especialmente no trabalho de campo realizado nas prisões e nos seus entornos, foram os ruídos em torno da figura da mãe. Assim como no Brasil, o ideal católico da mãe amorosa e dedicada é constantemente reafirmado, sendo parte da identidade nacional. Nos dois contextos, esta idealização é permeada por rupturas e ambivalências. Mas na cultura popular mexicana, os opostos dessa imagem plácida parecem emergir no cotidiano com muito mais força e frequência: estereótipos como a mãe sofrida (*madre dolorosa*), a mãe humilhada/ desonrada (*chingada madre*) e a mãe terrível (*madre terrible*) - a “senhora que mutila e castiga” nos termos de Octavio Paz (2015, p. 279).²⁹³

A instituição prisional e o *mundo do crime* parecem ter efeitos distintos sobre as figuras maternas no contexto mexicano e brasileiro. A imagem idealizada da mãe cuidadora, do amor incondicional, é constantemente reafirmada nas prisões paulistas, chegando a ser sacralizada nos contextos onde o PCC atua (conforme vimos na introdução e no capítulo 1). Não vi nada parecido com isso na Cidade do México, nem

²⁹³ Qualquer brasileiro que tenha acompanhado alguma *telenovela* mexicana (frequentemente transmitidas em canais de televisão aberta) está familiarizado com essas personagens imprevisíveis e autoritárias.

na bibliografia nem na minha experiência de campo. A impressão que eu tive, pelo contrário, era que a prisão tem o efeito aprofundar as fissuras, revelar matizes e manchas nas representações figura maternal. Os mexicanos defendem violentamente a honra de suas mães quando são provocados, mas não demonstram a mesma paixão em exaltar suas virtudes. No cotidiano dos pavilhões, a reverência por um feminino protetor e absoluto é mais frequentemente dedicada às onipresentes imagens da *virgencita* de Guadalupe do que à memória das próprias mães.

Estamos falando, nos dois casos, de culturas machistas que subalternizam o feminino – valorizando apenas modelos muito estritos e idealizados de feminilidade (uma maternidade dessexualizada). Essas hierarquias, no entanto, não se expressam da mesma forma. No discurso do *crime* no Brasil, temos a impressão de que a única mulher digna de respeito e amor incondicional é a própria mãe. No México, no entanto, parece que a única mãe verdadeiramente capaz de encarnar os valores absolutos de feminilidade é a Virgem de Guadalupe.

A imagem do *monstruo* é também peculiar. A posição que ele ocupa é simbolicamente feminina e subalterna, mas seu nome remete antes à desumanidade (à monstruosidade) do que à feminilidade. Em comparação com o que vimos no capítulo 2, seu lugar na prisão lembra mais o das *barraquetas* do *barraco das bichas* do que o dos *faxinas* – posição de grande prestígio nas *cadeias* paulistas.

Em sua análise de uma instituição que se define pelo gênero (*Reclusório Varonil*), Parrini mostra quão precária é a construção da masculinidade. Longe de algo estável e autoevidente, esta norma está constantemente em disputa, sendo contestada e subvertida. A violência com que são punidos os desvios e desafios não são uma evidência de sua força, mas justamente de sua instabilidade. O caso paradigmático que ele traz para refletir sobre a especificidade desses processos generificados de subjetivação na prisão é o de La Paz.²⁹⁴ Trata-se de um *viejo travesti* (“velho travesti”), figura lendária das prisões mexicanas. A respeito dele, um dos seus entrevistados diz:²⁹⁵

²⁹⁴ Em sua pesquisa, Parrini não teve a oportunidade de dialogar diretamente com La Paz e teve pouco contato com sujeitos que não se identificavam como homens, *machos* ou heterossexuais. Sabemos deles na maior parte do tempo pelas falas de outros, em histórias muito fragmentadas. A norma *varonil* é desestabilizada analiticamente, mas temos acesso a poucos discursos e experiências dissonantes.

²⁹⁵ Esse trecho é de difícil tradução por utilizar um linguajar típico das prisões. Por isso optei por transcrever o texto original na íntegra, seguido de uma tradução aproximada.

“La Paz sí es un cabrón! Un homosexual que él dice, cómo nos dice “¡lo puto lo traigo aquí en el culo!” Pero La Paz es bueno pa’ los madrazos, el güey ese, “lo puto es acá, pero si quieres dar en la madre, pus vamos a darnos”.

[O Da Paz sim é um desgraçado! Um homossexual como ele diz, ele fala assim: “o puto eu trago aqui no rabo!”. Mas o Da Paz é bom de briga! E esse cara diz: “o puto está aqui, mas se quiser cair na porrada, pode vir que tem!”] (In: Parrini, 2007, p.16, tradução minha).

A palavra *cabrón* tem uma conotação ofensiva e potencialmente sexual, podendo ser traduzida para *desgraçado* ou *bastardo*. No contexto do *crime*, ela pode ser usada como um sinônimo de inabalável, *valente*, *cabra-macho* ou “duro na queda”. Oscila entre o desprezo, o medo e a admiração. As expressões *dar em la madre* e *madrazos* são ainda mais claramente generificadas. Assim como no Brasil, a primeira expressão tem o sentido de “mexer com a mãe” e, portanto, desafiar a honra. A segunda tem um sentido mais ambíguo: significa geralmente dar pancadas, submeter simbolicamente por meio da violência física. A imagem é a de ter destruído a honra da mãe do outro. Mas a palavra *madrazo* é utilizada também para falar das surras “pedagógicas” que as mães dão nos filhos – aproximando-se, portanto, da imagem da *mamá* autoritária e da *madre terrible*.

La Paz combina ao mesmo tempo o *homossexual* (*puto*) e o *macho* (*cabrón*). Nesse discurso provocativo, o *puto* é associado ao ânus (*culo*) e o *cabrón* aos punhos (*madrazos*). Ele carrega seu lado *puto* na bunda, mas nem por isso deixa de estar “pronto para briga”. Ou seja, continua sendo *macho*. La Paz lembra, nesse sentido, a figura de Madame Satã, que analisamos no capítulo 1. Seu nome (que ironicamente significa “A Paz”) remete também ao episódio do Baile dos 41. Como vimos no capítulo 6, La Paz é o nome da rua onde estava sendo realizado a infame confraternização surpreendida pela polícia em 1901 – sendo fortemente associado à homossexualidade na cultura popular mexicana. Não tenho como saber se é esta a origem de seu apelido, mas a coincidência não deixa de ser notória.

De acordo com Parrini, o caso de La Paz permite que pensemos as identidades e subjetividades da prisão como fundamentalmente performativas:

Este velho travesti de cadeia nos dá a chave para entender os processos de subjetivação específicos da instituição prisional. La Paz nos mostra a ordem performativa das identidades e da subjetividade. Ela passa por seu corpo do homossexual ao macho. Habita, portanto, uma zona intermediária, um permanente entre. É os dois ao mesmo

tempo. Se continuássemos aderindo à polaridade feminino/masculino, homem/mulher, acreditando que o gênero corresponde à diferenciação de unidades discretas, o que ele nos diz não faria sentido algum. O que fizemos, portanto, foi nos colocar no entremeio, entendendo o gênero como uma linha cujos limites são traçados por dentro: partimos deste campo indeterminado, no entre e depois estabelecemos, por assim dizer, homem e mulher, macho e fêmea, masculino e feminino. (PARRINI, 2007, p.17)

Identidades de gênero não são características permanentes dos sujeitos, nem para pessoas *cisgênero* nem para pessoas *trans*. Masculinidades e feminilidades se constituem e são negociadas ao longo de toda a permanência no cárcere. Nas sessões que se seguem, quero abordar essa multiplicidade de experiências possíveis a partir de materiais etnográficos mais recentes.

Começarei com a perspectiva de sujeitos que aderem em alguma medida à masculinidade normativa dessas instituições. Analiso então a entrevista realizada com Vik, um *homem gay* de aparência mais viril cuja passagem pela prisão é marcada sobretudo pelas estratégias de gestão do silêncio a respeito de sua sexualidade. Em seguida, quero focar nesses “outros” polimorfos das prisões *varoniles* – os famigerados *jotos* e *putos*, que recentemente têm sido interpelados como partes de uma *população LGBTTTI*. Além de trazer meu próprio material de campo, dialogo com pesquisas recentes que focam nas experiências de *mulheres trans* neste contexto.

As leis do silêncio

As mulheres, os gays, as travestis e transexuais e as pessoas que vivem com HIV representam as populações mais vulneráveis e discriminadas nos cárceres. A limitação das visitas íntimas, os abusos sexuais e as agressões verbais permeiam o cotidiano penitenciário das *trans*, *travestis*, *homens homo* ou *bissexuais* e *lésbicas* mais assumidos, enquanto o silêncio rege a vida das demais minorias sexuais (BOIVIN, 2017, p. 51, tradução minha).

Assim o sociólogo Renaud Boivin define as experiências específicas de diferentes “minorias sexuais” no sistema penitenciário em um relatório sobre as violações aos direitos humanos de *mulheres transgênero* privadas de liberdade nos estados de Puebla e Aguascalientes. Dentre os grupos cuja vida é “regida pelo silêncio” parecem estar os “homens homo ou bissexuais menos assumidos”. Considerando o argumento de Parrini, no entanto, é fundamental considerar que não se trata de uma posição permanente na trajetória desses indivíduos. Estamos falando sobretudo de

performances, ou melhor, de estratégias de gestão da visibilidade de determinados gestos e condutas. Assim como *jotos* e *putos*, também os chamados *homens* ocupam uma posição transitória e situada no ambiente prisional: algo próximo ao conceito de territorialidade (PERLONGHER, 1987) ao qual recorreremos no capítulo 2.

Apesar de apresentar por anos uma identidade pública como *homossexual* (*homem gay*) em liberdade, Vik ocupou durante a sua estadia na prisão o mesmo lugar que os *homens* supostamente *heterossexuais*. Conforme afirmei na introdução, conheci-o em um lugar de sociabilidade LGBT na *Zona Rosa* da Cidade do México – onde deixava transparecer sua orientação sexual sem maiores constrangimentos. O que o levou a se apresentar como *heterossexual* na prisão? Como essa escolha se torna viável? Quais são as vantagens e os riscos da gestão do silêncio?

Vik foi criado em um lar de classe média baixa em um bairro no extremo norte do DF, próximo do limite com o estado do México. Nesta região se misturam enclaves de diferentes faixas de renda, desde famílias de trabalhadores muito pobres até pequenos comerciantes e profissionais liberais (como eram seus pais). Somente aos 15 anos, quando começa a cursar o ensino médio (*secundária*) em um colégio público tradicional no centro da cidade, passa a sair com frequência do bairro onde nasceu. Depois do horário regular da escola, tinha mais liberdade para explorar o vibrante centro da metrópole – e a viver experiências sexuais e afetivas menos ortodoxas.

Com pouco menos de 18 anos, descobriu a possibilidade de se prostituir para *homens* mais velhos que passavam de carro nos arredores da *Zona Rosa*. Esses encontros furtivos ampliaram largamente seus campos de possibilidades (VELHO, 2013, p. 132; MOUTINHO, 2006). Além de entrar em contato com pessoas de diversas classes sociais, países e repertórios culturais, obtinha recursos para pagar pelas coisas mais que lhe interessavam. Sem nunca deixar de ser um aluno dedicado, conseguiu nessa mesma época uma bolsa para estudar ciências da comunicação em uma faculdade particular, também localizada na região central.

Aos 20 anos, teve a oportunidade de sair da casa dos pais. Em uma de suas noitadas, conheceu um europeu mais velho (com 40 e poucos anos) que o convidou para morar no apartamento que possuía em um bairro de classe média alta na Cidade do México. Ele passava a maior parte do ano na Europa, o que garantia a Vik um alto grau de autonomia. Este decidiu começar a trabalhar num *call center* para pagar as demais contas e continuar seus estudos (sem precisar recorrer aos pais, à prostituição, nem a seu companheiro durante os períodos em que ele estava distante).

Depois de terminar esta relação, sua situação econômica se complicou. Ele não tinha mais disposição de voltar para a (geográfica e simbolicamente) distante casa dos pais, nem ganhava o suficiente para morar sozinho e dar continuidade aos estudos. Chegou a se relacionar com outro *homem* mais velho que o ajudava, mas quando esta relação terminou, viu-se novamente sem recursos. Começou então a praticar pequenos delitos com amigos que se identificavam como *anarco-punks*. Esses consistiam em pequenos furtos, golpes e fraudes com cartão de crédito – com cujos ganhos Vik pagava suas contas ou noitadas.

Em uma dessas ocasiões, foi reconhecido por uma vítima em uma estação de metrô poucas horas depois do delito. A polícia foi rapidamente acionada e, como ele estava com parte das coisas roubadas em sua mochila, foi imediatamente preso e encaminhado para uma prisão provisória. Foi em seguida levado para o *Reclusório Preventivo Varonil Norte*, o mesmo estudado por Parrini. Ali passaria dois meses até conseguir o direito de cumprir a pena em regime aberto. A contratação de uma advogada particular pela sua família (a despeito do fato de eles terem se distanciado nos anos anteriores) foi fundamental para que ele obtivesse esse benefício.

Sendo um réu primário e estudante universitário, sua saída da prisão para o cumprimento da pena em regime aberto dependia da duração da sentença. Se esta fosse menor do que 5 anos, poderia sair imediatamente. Em sua primeira avaliação criminológica, no entanto, seu perfil foi agravado pelo fato de possuir tatuagens (imagem 4). O ocultamento da orientação sexual foi uma recomendação da advogada, buscando evitar o aumento da pena. Nas palavras de Vik:

Alguns dias depois de ser preso eu já tinha mais ou menos uma ideia de como ia ser meu processo... eu já sabia pelo que ia passar e o que eu tinha que dizer. E uma das coisas que me disseram foi que não dissesse, que não deixasse ninguém saber que eu era homossexual. Uma advogada, a minha própria advogada, me orientou a fazer isso. E realmente eu não falei nada. Mesmo porque não tinha muito com quem nem quando falar sobre isso. E não é que eu evitei falar ou me aproximar de outras pessoas assim... mas é que uma vez lá dentro você tem uma separação, então é uma coisa bem complexa mesmo. Mas eu não me arrependo porque era algo que poderia ter feito com que eu ficasse mais tempo preso. E as tatuagens já tinham sido um problema. Eu nem tinha tantas, mas já fizeram com que eu ficasse em um lugar pior. Porque para algumas pessoas isso é um símbolo de alguma coisa, de que você está no caminho errado. A pessoa que fez o primeiro exame criminológico era um completo imbecil, que tinha muito preconceitos, especialmente com tatuagens. E por isso ele me mandou para um lugar pior, mesmo eu sendo universitário e tudo, porque me considerava, por assim dizer, alguém que já estava

mais perdido. E a situação que eu estava era muito delicada. Como eu era primário eu tinha que pegar uma pena de menos de 5 anos para poder sair logo, para poder ficar em regime aberto. E antes dessa sentença eu tinha que passar por uma série de exames de observação, de saúde mental, psicológicos e etc. E em todos esses exames eu estava à mercê da opinião de completos idiotas, cheios de preconceitos. E depois de tudo isso ainda ia ter um juiz, que podia ter outros preconceitos também, ser um outro imbecil que resolvesse aumentar minha pena por causa disso.

Devido a essa primeira avaliação negativa, que o considerou como mais perigoso por possuir tatuagens (e não o percebeu como homossexual), Vik foi encaminhado para um *dormitório* com presos que haviam cometido crimes semelhantes: furto e estelionato. Tratava-se, em sua maior parte, de rapazes de “bairros bem pesados” com “uma longa trajetória no crime”. Ao contrário do que se poderia esperar, não recebeu o benefício de estar junto com outros estudantes universitários ou presos considerados menos perigosos.

As tatuagens são, nesse sentido, muito mais estigmatizadas no contexto mexicano do que no brasileiro. Desde as primeiras semanas do trabalho de campo, percebi que os mexicanos tinham em geral muito menos tatuagens que os brasileiros (e que os moradores de São Paulo, em especial) e que estas são muito mais rapidamente associadas à marginalidade social ou mesmo ao crime.²⁹⁶ Na minha intensa convivência com o universo dos tatuadores da Cidade do México,²⁹⁷ descobriria que este estigma está profundamente enraizado na história da colonização sendo um dos aspectos de seu confronto com as culturas indígenas mesoamericanas.

Em seu artigo *Tatuagens no México Colonial: símbolos mágicos ou pecados contra o corpo?*, o antropólogo José Antonio Gonzáles Gomes (2019) analisa a recorrência dos conflitos entre a Igreja e os povos originários em torno das marcações corporais permanentes. Em 1546, essas práticas já haviam sido criminalizadas nas *Ordenanzas Reales* (primeiro ordenamento jurídico do período colonial) e os nativos que as portassem ou praticassem deviam ser condenados “com pena de prisão e 100 açoites públicos”. A gravidade dessa perseguição está diretamente associada ao poder (espiritual e político) que era a elas atribuído por muitas sociedades mesoamericanas. O Santo Ofício as considerava, assim, uma subversiva e perigosa forma de heresia. Os

²⁹⁶ As minhas tatuagens impressionavam muito os mexicanos, dentro ou fora das prisões. Mas o fato de eu ser muito branco e claramente estrangeiro atenuava as associações com o universo do *crime*.

²⁹⁷ Realizei no total 4 tatuagens ao longo de 6 sessões (de cerca de 4 horas cada) durante minha estadia no México. Entre elas, tatuei uma imagem da deusa Coatlicue na minha coxa direita.

*Mapa de dormitorios y anexos del Reclusorio Norte según la clasificación de los internos
(es una transcripción exacta de un documento institucional que se nos facilitó
para que eligiéramos a los entrevistados; el original está mecanografiado)*

D-3	D-4	D-5	D-6	D-7	D-8	D-10 Conductas especiales
Delitos sexuales y homicidio	Zona 1-2	Zona 1-2	Escolaridad primaria o secundaria	Escolaridad primaria o secundaria	Reincidentes habituales	Internos que han infringido el reglamento y ameritan aislamiento temporal
Peligrosidad baja y media	Nivel social medio y alto	Sujetos con nivel medio-bajo	Nivel cultural bajo	Primodelincuentes	Personalidad antisocial y trastornos antisociales	
Pronóstico favorable o reservado	Escolaridad media y superior	Nivel sociocultural medio-bajo	Reincidentes con menores infractores o en Reclusorios.	Rasgos de carácter en niveles medio-bajo	Rasgos de carácter en niveles bajos	Internos que por manejo institucional quedan de manera temporal en este
Niveles socio cultural bajo y medio	Primodelincuentes	Primodelincuentes	Preventivos con estancia corta	Conductas parasociales con F.D. y O.H., en grado experimental u ocasional	Contaminantes	
	Sin asimilación de conductas parasociales	Farmacodependencia			Peligrosidad alta	
	Mayoría en delitos con fraude, abuso	Contaminables			Pronóstico desfavorable	
		Peligrosidad media y baja				

Imagem 3: Mapa dos *dormitórios* do Reclusório Varonil Norte apresentado por Rodrigo Parrini.

Imagens 4 e 5: Vik mostra as tatuagens que o prejudicaram no exame criminológico; Uma das fotos da obra *Tatuagens em delinquentes e militares* (Francisco Martinez Baca, 1899).

processos inquisitórios se estendem com maior ou menor intensidade até finais do século XVIII.

No final do século XIX, durante o chamado Porfiriato, a estigmatização das tatuagens se consolida no campo da criminologia (VERA, 2018). Em 1899, o médico militar Francisco Martinez Baca (sobre o qual falamos no capítulo 5) lança a monumental obra *Tatuagens em delinquentes e militares*, resultado de seis anos de trabalho de campo em penitenciárias e prisões militares (imagem 5). Seu estudo incorpora os paradigmas evolucionistas vigentes neste momento, associando diretamente a tatuagem com a *delinquência* e a “inferioridade racial dos primitivos”:

Nos países civilizados, via de regra, a tatuagem apenas se encontra na classe dos homens delinquentes. A natureza dos signos, a região que ocupam e a sua quantidade nos dirão, aproximadamente, o grau de perversão moral do indivíduo estudado. Isto se passa também com os delinquentes de outras partes do mundo que, por obra de uma regressão atávica, instintivamente tendem a se assemelhar aos homens primitivos, em seus sentimentos e em seus costumes. Por meio da tatuagem, então, pode-se estudar o homem desde um ponto e vista estético e psicológico, deduzir seu grau de cultura, seus sentimentos, suas tendências e suas paixões. (Francisco Martinez Baca in: VERA, 2018, p. 27).

Outra conclusão de Baca é a associação entre as tatuagens e a “perversão sexual” – que se expressa na recorrência de temas “eróticos” (idem). Mais de um século depois, essas associações eugênicas não estão completamente ausentes do discurso criminológico. Não são raras, tanto no México como no Brasil, avaliações que incluem tatuagens como sintomas de desvio (social e moral) que fundamentam a negação de benefícios como a progressão de pena.²⁹⁸ No estado de São Paulo, Fábio Mallart e Rafael Godoi (2017) mostraram como certos tipos de tatuagem (especialmente as associadas aos *comandos*) podem inclusive definir certas vidas como *matáveis*.

No trecho há pouco citado, Vik afirma que a separação entre *dormitórios* o distanciou da convivência com outros *homens gays* (com os quais ele eventualmente poderia se sentir à vontade para falar a respeito de sua sexualidade). Ele não acredita, no entanto, que sua experiência na prisão teria sido melhor caso ele compartilhasse o

²⁹⁸ Sobre a história da tatuagem no Brasil, sua estigmatização e sua associação com a criminalidade ver *Uma História da Tatuagem no Brasil*, de Silvana Jeha (2019). Ela afirma que “desde o final do século XIX, nas páginas policiais de qualquer jornal, as palavras *tatuado/ tatuagens* indicavam uma relação com o crime e com a morte” (JEHA, 2019, p. 197). A historiadora mostra também que cabe em grande parte à obra do influente criminólogo italiano Cesare Lombroso a associação da tatuagem com os chamados *delinquentes* ou *criminosos natos* a partir da segunda metade do século XIX (ibid., p. 240).

mesmo espaço que eles. Muito pelo contrário: as pessoas percebidas como “sexualmente dissidentes” eram mandadas para “dormitórios controlados por pessoas trans mais experientes”, onde estavam particularmente vulneráveis. Em suas palavras:

Havia todo um ritual em torno da separação dos dormitórios: quais eram de homossexuais, ou de quem tinha estudado, de quem tinha roubado, quem tinha matado, quem era reincidente, essas eram as divisões. Cada dormitório tinha um certo papel na prisão e no dormitório das pessoas que eram sexualmente dissidentes, por assim dizer, as pessoas trans eram as que mandavam. Elas tinham praticamente a prerrogativa de esfaquear e matar quem fosse ali dentro. Eram as trans mais antigas que tinham o poder ali. Existe muito preconceito e exploração também, especialmente com os meninos que se mostram mais femininos, ou os que são muito jovens. Esses sim ficam muito vulneráveis. E mais do que submetidos por pessoas hetero, eles sofrem na mão das pessoas trans, pelas mais experientes. Eu não passei por isso porque não entrei como uma pessoa feminina, nem homossexual. Mas eu vi gente que entrou comigo na prisão, que estavam presos por prostituição, meninos bem efeminados, que eu vi passando de mal a pior ali na prisão. E isso porque eles foram mandados para esses dormitórios de gente marica [homossexuais efeminados] e o que vi foi que as trans basicamente vendiam eles. Elas faziam trocas com esses meninos novos, prostituindo eles para os mais masculinos e ficando com o dinheiro todo. Não sei como elas tinham esse poder sobre eles mesmo a ponto de poder usar eles desse jeito.

Segundo o relato de Vik, portanto, os “meninos mais femininos” eram os que se encontravam em situação de maior vulnerabilidade dentro do cárcere. Além de lidar com a potencial violência da maioria masculina, eles estavam sujeitos à exploração por parte das *pessoas trans* que ocupavam as posições de poder nas celas destinadas aos presos percebidos como não heterossexuais. Essa diferenciação, no entanto, estava mais relacionada à performance de gênero do que efetivamente às práticas sexuais. Mesmo nas celas reservadas aos supostos heterossexuais, o contato sexual entre presos era comum:

Bom, mas também a sexualidade é diferente ali, não? Quase todos os homens tinham relações com outros homens. Mesmo que fossem heterossexuais e tivessem esposas e filhos. Ou seja, mesmo em um dormitório de homens, onde eram todos supostamente heterossexuais, você via que eles tinham relações. E era uma coisa bastante aberta, não era uma coisa que tinha que ser tão escondida. Era considerado normal. Dentro do meu próprio dormitório eu recebi propostas de homens que se ofereciam dizendo diretamente que queriam ser ativos ou mesmo que podiam ser tanto ativos quanto passivos. E isso porque eu não era alguém que estava ali como homossexual, nem eles.

Essa relativa liberdade sexual contrasta fortemente com o contexto paulista atual que, como vimos nos capítulos 1 e 2, se caracteriza por um rigoroso controle do contato sexual entre presos. A dinâmica analisada aqui se assemelha mais à descrita por José Ricardo Ramalho (2008) nos anos 1970, antes da epidemia de HIV/Aids e da emergência do PCC.

Na trajetória de Vik, portanto, o ocultamento da identidade sexual permitiu certas vantagens estratégicas, tanto na relação com outros presos quanto na relação com um sistema de justiça criminal fundamentalmente discriminatório. Essa estratégia se mostrou eficaz diante de uma articulação específica entre gênero e classe: ao fato de ele ser capaz de apresentar uma aparência mais viril e de poder contar com a ajuda de sua família. Assim como no Brasil, são poucas as pessoas LGBT encarceradas que conseguem manter algum tipo de contato com as famílias de origem:

Tive a impressão de que a maioria das pessoas que eu via como sendo LGBT eram pessoas que não tinha muito contato com a família. Eram sobretudo pessoas que viviam antes nas ruas ou que eram extremamente pobres. A maioria se dedicava ao trabalho sexual na rua e continuava fazendo isso lá dentro, inclusive no horário de receber as visitas da família e tal. Durante todo o tempo que estive lá não lembro de ter visto nenhuma pessoa marica ou trans recebendo visitas.

O apoio da família de Vik foi fundamental em dois níveis: em primeiro lugar, na contratação de uma advogada particular, que soube orientar e garantir que sua pena fosse reduzida. Em segundo lugar, pelo fato de ele não depender de trocas sexuais para sobreviver dentro da prisão. A seguir, veremos a que tipos de trocas as *pessoas LGBT* precisam recorrer quando não podem contar com esse tipo de apoio.

A construção da feminilidade

Havia mulheres que nos levaram roupas bege, de mulher, e então eu comprava (risos). Eu comecei a comprar minhas calcinhas, blusinhas... Esses tênis com plataforma que é como um sapato de salto, porque você não pode usar salto alto na prisão, isso sim é proibido. Então eu comecei a fazer isso, comprando roupas femininas, além do hormônio. Então, naquela época eu já estava deixando o cabelo comprido, até mesmo colocando extensão. Então você vê que lá dentro a gente se vira até com o que não tem né? (risos). Quando os homens chegam na inclusão com cabelo comprido, eles mandam cortar: e é este o cabelo que é vendido para a gente... Então você começa a encher a cabeça de extensões, assim como você está vendo, até mesmo com silicone (risos), você começa a fazer coques... maquiagem, delineador, rímel... E já queria mudar

e ser feminina porque assim também já não me viam mais como um joto de hombre [homossexual tentando se passar por homem].

Este depoimento de uma das interlocutoras de Ari Vera Morales (2019, p.104) é um impressionante retrato dos processos de construção da feminilidade em contextos de privação de liberdade.²⁹⁹ Trata-se de uma pessoa de 28 anos que deu início à construção de uma identidade *trans* no interior do cárcere. A afirmação inequívoca da feminilidade lhe pareceu uma posição mais digna do que a de um *joto de hombre*, ou seja, de uma masculinidade incompleta – entendida naquele contexto como uma espécie de fraude.

A categoria *mulher trans* é evocada para falar sobre esse tipo de experiência em pesquisas recentes como a da socióloga Chloé Constant (2018) e a da ativista Ari Vera Morales (2019) – que possui também uma recente produção acadêmica.³⁰⁰ Está presente também na fala das minhas interlocutoras, especialmente das que passaram por algum tipo formação política junto a movimentos LGBT. Utilizo ela aqui de maneira estratégica, como uma “categoria guarda-chuva” que ganha sentido em um contexto específico de interação entre pessoas privadas de liberdade, ativistas e pesquisadores. Ao utilizá-la, não pretendo enquadrar experiências muito diversas em um modelo estrito de identidade de gênero, mas sim dialogar com um conjunto de discursos que a elegeu como ponto de referência.

Realizada mais de 10 anos depois e abrangendo todos os oito centros penitenciários *masculinos* da Cidade do México, a pesquisa de Morales (2019) reafirma as principais hipóteses de Parrini (2007) a respeito das dimensões de sexuais e de gênero da organização espacial das prisões. Assim como observamos no contexto do estado de São Paulo, as etnografias realizadas no DF sugerem que é possível delinear certas estruturas abrangentes e duradouras na produção do cotidiano das prisões, a

²⁹⁹ Essa dinâmica das *mulheres trans* terem seus cabelos cortados no ingresso da prisão e depois fazerem extensões com os cabelos dos outros internos (e talvez eventualmente de outras *mulheres trans*) que lhes são vendidos pelos próprios funcionários é uma das expressões mais literais da brutalidade da violência de gênero no contexto das prisões mexicanas. Na trajetória do meu trabalho de campo, o contato frequente com histórias desse tipo foi doloroso em dois níveis. Em primeiro lugar, pela desumanidade das situações narradas: paroxismos de hipocrisia e crueldade. E em segundo lugar, também pela sua naturalização, pelo fato de essas histórias serem compartilhadas como algo normal, quando não cômico. Quando nos acostumamos a ouvir, registrar e colecionar essas histórias (ou até se divertir com elas) nos tornamos também um pouco cínicos? Em que ser humano a antropologia das prisões nos transforma?

³⁰⁰ Em 2019, fui responsável por traduzir para o português um artigo de Morales, que foi publicado em uma coletânea organizada pelo projeto Passagens (FERREIRA & KLEIN, 2019). Voltarei a essa experiência no próximo capítulo.

despeito da imprevisibilidade das relações de poder e das múltiplas variações locais. Em nenhum desses espaços, portanto, a população carcerária está sujeita apenas à normalização do Estado. Pensando especificamente sobre a situação de *mulheres trans*, Morales enfatiza que estas precisam lidar com uma espécie de “fogo cruzado” durante a sua estadia na prisão:

Nas prisões mexicanas, os presos acabam por desempenhar uma série de funções e atividades que deveriam ser de exclusiva responsabilidade das autoridades: trabalho administrativo, recreativo, escolar e até mesmo modalidades de vigilância e segurança. Por exemplo: alguns detentos chegam a levar consigo as chaves das celas, confiadas a eles pelos próprios carcereiros, para que exerçam a função de distribuir, ordenar e vigiar os demais presos. Essa modalidade de cogovernabilidade obriga as mulheres trans a negociarem com ambas as instâncias de poder (a institucional e a dos próprios presos) de maneira a conservar ou construir suas feminilidades (MORALES, 2019, p.110).

Tendo esse debate em mente, divido os dados etnográficos mais recentes em três partes. A primeira delas diz respeito às relações das *mulheres trans* com as instituições, especialmente com os carcereiros (*custódios*). Essas relações constantemente extrapolam os limites formalmente estabelecidos pela instituição prisional (tanto pelas leis de execução penal quanto dos regulamentos de cada unidade), mas se baseiam nas estruturas de poder assimétricas instituídas pelos aparatos de justiça criminal.

A seção seguinte diz respeito às relações desses sujeitos femininos com a maioria supostamente *masculina* e *heterossexual* da prisão. Estas são frequentemente atravessadas por violência e exploração, mas podem ganhar forma também em diversas modalidades de trocas (econômicas, afetivas e sexuais).

Por fim, atentarei às relações das *mulheres trans* entre si e com outros sujeitos entendidos como desviantes sexuais (*jotos*, *putos*, *gays*, *maricones*): dinâmicas de organização do cotidiano análogas às observadas por Parrini (2007) na escala dos *dormitórios*.

O Relógio e a *pena*

A violência exercida contra as minorias sexuais no México parte em grande medida dos próprios servidores públicos: policiais, agentes do ministério público, pessoal das Procuradorias de Justiça e de Segurança Pública; por juízes, guardas e carcereiros de Penitenciárias, assim como prestadores de serviço de saúde, os quais, abusando de sua autoridade, discriminam, segregam e repreendem, maltratam e condenam sem provas ou motivos, as pessoas que não

A relação das *mulheres trans* com os carcereiros é particularmente tensa nas prisões mexicanas, estando permeada por diversas formas de violência. Esta é a conclusão de pesquisas realizadas em diversas regiões do país, como na Cidade do México (CONSTANT, 2018; MORALES, 2019), no estado do México (como veremos mais adiante) e também nos estados de Puebla e Aguascalientes (BOIVIN, 2015).

Chloé Constant (2018) identificou duas formas principais de violência contra *mulheres trans* no contexto prisional: a violência sexual (expressa em diversas modalidades de violação e assédio) e a violência linguística, ou seja, a negação do uso do nome social e do gênero feminino para se referir a elas, contestando assim não apenas a identidade de gênero, mas também a dignidade (CONSTANT, 2018, pp. 65-66). Partirei da análise de um relato em que se combinam essas duas formas de violência.

Em nenhum momento do trabalho de campo me pareceu mais complexa a relação entre *mulheres trans* e carcereiros. A cena descrita é de uma violência desconcertante, marcada pelos imprevisíveis fluxos entre abjeção e desejo, entre punição e prazer, entre poder e humilhação. Ela me foi narrada por Andrea Luna, principal liderança do *Colectivo Trans por la Libertad de Ser y Decidir*. Conforme relatei na introdução, ela me foi apresentada por outra ativista, Joseline Aguilar, da *Orgullo Ecatepec*.

Andrea é uma *mulher trans* de 32 anos que mora no distrito de Iztapalapa, um dos mais pobres e estigmatizados da Cidade do México. Como a maior parte dos moradores desta região, Andrea possui baixa estatura, a pele bem morena e os cabelos pretos e lisos (ver imagem da capa da parte 2). Quando perguntei como ela se identificava racial ou etnicamente, ela me disse que seus *traços* [*rasgos*] eram “mais indígenas”, mas que ela não falava nenhum *dialecto* (como são chamadas popularmente as línguas dos povos originários), de forma que ela era uma “típica mexicana mestiça”. Sempre viveu neste bairro, assim como seus pais e avós. É de uma família bastante pobre: quando era criança, trabalhavam preparando e vendendo *tacos* em uma barraca improvisada que montavam diariamente em uma grande avenida. Depois de sair de casa, aos 13 anos, sobreviveu basicamente do trabalho sexual até conseguir abrir uma *estética* [salão de beleza] em sociedade com a irmã mais nova, também *mulher trans*.

Realizamos a entrevista em duas partes. A primeira delas foi na *estética* de uma amiga sua e companheira de ativismo – uma figura muito masculinizada (com bigode e roupas masculinas), mas que se apresentou com um nome feminino. Percebi que Andrea estava um pouco constrangida com a presença da amiga e de eventuais clientes que entravam e saíam do local, de forma que evitou temas mais delicados. A segunda parte foi realizada algumas semanas depois no quartinho nos fundos de sua própria *estética* (que ela, sua irmã e suas *companheiras* usavam eventualmente para trocar de roupa ou descansar). Pudemos então conversar com maior privacidade, ocasião em que ela trouxe os relatos mais fortes sobre situações de violência.

Andrea teve duas passagens pela prisão. Na primeira delas, afirma ter sido vítima de um *encuadro* [armação] da polícia. Seu relato ecoa muitos outros que ouvi, tanto no Brasil quanto no México, atestando a vulnerabilidade de *peessoas trans* à criminalização arbitrária:

O que aconteceu foi que outras meninas roubaram e bateram muito feio em um garoto, que parece que tinha se recusado a pagar o programa. A polícia chegou tarde, quando elas já tinham se mandando, então não conseguiram pegar ninguém. Então eles fizeram uma ronda e resolveram prender eu e uma amiga, que estávamos mais ou menos perto. E conseguiram enquadrar a gente por formação de quadrilha, roubo, posse de armas brancas e tentativa de homicídio. Levaram a gente para a delegacia e esse cliente, quando viu a gente, até disse que a gente não estava lá. Mas o policial disse: “Para a gente vale verga [não importa], se esses putos estavam lá nessa hora devem ser culpados de alguma coisa, e alguém vai ter que levar a culpa”. Ai eles nos prenderam. E a gente foi sentenciada a 9 anos, 3 meses e 7 dias. Mas eu cumpri só 9 meses, porque a minha família conseguiu pagar um advogado e tinha muitas inconsistências no processo.

Nesta primeira passagem pelo cárcere, um fator decisivo foi sua idade. Ela foi presa com 17 anos, mas a apenas dois dias do seu aniversário. Completou 18 anos na carceragem da delegacia, de maneira que entrou na prisão já como maior de idade. A juventude de Andrea e sua inexperiência a tornavam mais desejada e ao mesmo tempo mais vulnerável:

Da minha parte, eu tive experiências muito ruins de abuso, tanto pelos detentos como pelos carcereiros. Como entrei a poucos dias de completar 18 anos, então eu era a mais nova. Lá tinham muitas mulheres trans mais velhas, então acho que a idade era algo que excitava eles... Eu acho que era vista mais como que “aquela com que podemos fazer o que quisermos”. Eles viram mais

vulnerabilidade em mim do que nas minhas companheiras, então vieram logo para cima.

A primeira e mais marcante situação de abuso se tornou possível devido à dinâmica de contagem [*listas*] dos internos. Estas ocorriam quatro vezes por dia: 6:30, 11:00, 15:30 e 19:00. Devido ao imenso número de presos no pavilhão, todos tinham que entrar na fila da contagem muito tempo antes do horário final da contagem. Caso estivessem terminando outra atividade, podiam comprar um lugar na fila mediante pagamento. Nesses momentos, eram comuns todos os tipos de violações, abusos e extorsões. A primeira e mais recorrente delas era o fato de as *mulheres trans* terem invariavelmente de responder à contagem com seu nome civil (masculino). A mais grave, no entanto, aconteceu com Andrea poucos dias depois de seu ingresso.

Ela havia entrado na fila 30 minutos antes do fim do horário da contagem – uma margem relativamente pequena, mas em geral suficiente para evitar punições (o ideal seria chegar cerca de uma hora antes). Neste dia, no entanto, um grupo de internos mais experientes a ameaçou, tomou seu lugar e a mandou para o final da fila. O carcereiro viu isto acontecer, mas não disse nada. Quando chegou sua vez, este disse que ela não havia comparecido à chamada no horário e ordenou que ela se dirigisse à sua sala de descanso – que fica na entrada do pavilhão, fora da vista dos demais presos e funcionários. Ali dentro os dois ficariam completamente a sós:

Ele disse “E agora, o que vamos fazer com você?”. Eu respondi “Como assim?” E ele disse: “Você não passou pela contagem”, e eu disse: “Mas estou aqui para isso”, e ele retrucou: “Nada disso, o tempo para a contagem já acabou”. E eu sempre lembro, vou lembrar muito, que eles tinham na sala deles um relógio quadrado preto, daqueles bem antigos. Ele me dizia que tinha acabado o tempo, mas eu via no relógio e dizia “Chefe, ainda restam 10 minutos”. Então ele pegou uma palmatória, me bateu aqui [no braço] e me disse: “Se eu dissesse que acabou, acabou!” E eu fiquei paralisada... doeu muito.

Eu via o relógio mostrando que ainda estava na hora. Mas ele continuava: “o que podemos fazer com você? Você vai ter que tomar mais duas pancadas”. Naquela época eles tinham palmatórias para te bater nas nádegas. Você tinha que se curvar para tomar as pancadas. Então eu me dobrei e disse “Está bem, pode me bater”, para evitar mais problemas. Mas ao invés de me bater ele fecha a porta e me agarra, dizendo: “assim não, quero que você abaixe as calças”. E eu digo “Oh não chefe, por favor não”.

Eu queria me inclinar para ele me acertar de novo com a palmatória. Mas ao invés de me bater ele me pegou aqui, no meu pênis, e disse: “você, tire as calças!” Então eu tive que tirar. E eu sempre usava calcinha de mulher, quando alguém conseguia levar para mim lá

dentro. E eu naquele dia estava toda feliz usando minha calcinha de mulher. E então ele começou a dizer: "Olha só, você ainda trouxe roupas que não são permitidas aqui, será punição dupla! Esta daqui é uma prisão varonil [masculina]!". E ele disse três vezes: "varonil, varonil, varonil!"

Então eu fiquei bem de frente para o relógio e foi aí que ele... Eu simplesmente não lembro o que ele fez primeiro... O problema foi que ele começou a me agarrar, pegando sempre no meu pênis. E eu estava olhando para o relógio, sempre para esse relógio, desde que ele começou a me tocar. Ele me agarrou na frente, me agarrou por trás. Depois ele tentou rasgar a minha calcinha, mas não conseguiu. Então ele pegou o próprio pênis e me disse: "Chupa!" E eu digo "Oh não, chefe, agora não". E ele então diz: "você quer que eu fique contra você, te perseguindo durante toda a sua estadia?" E ele começou a me dizer muitas coisas, que se eu estivesse lá por muito tempo, teria muito tempo para coisas ruins acontecerem...

Lembro que chorei, foi quando comecei a chorar. Não chorei com as primeiras pancadas que ele me deu, só quando ele começou a dizer essas coisas. E então ele me agarra e diz "Quero ver você me mamar, me mama!". Eu tive que chupar sem camisinha, porque ele não colocou e eu tive medo de pedir para ele colocar.

Então eu comecei a chupar... E o negócio dele era na verdade bem grande... e continuei a chupar. E ele ficava puxando o meu cabelo, o que ele conseguia pegar - que era muito pouco porque eles tinham cortado meu cabelo quando eu entrei.

E eu sentia que estava passando muito tempo naquela salinha, o tempo que eu passei ali parecia imenso. E em um momento em que eu estava me abaixando de novo para chupar ele me afastou. E aí ele pôs uma camisinha para me comer. E eu não pedi para ele pôr, estava com medo demais para isso, mas alguma coisa aconteceu e ele resolveu pôr a camisinha. E isso me deixou um pouco mais tranquila, me pareceu menos pior. Mas eu lembro que logo depois eu disse algo como "por favor, com menos força!" E ele me respondeu: "Mas você não é puto? Você gosta de verga [pau]!"

Então ele me jogou com força para cima da cama. E ele conseguiu me penetrar, é claro. Mas eu não tive ereção porque não estava curtindo nada daquilo. Eu não tinha ereção, mas ele meio que queria que eu tivesse também. Então ele me penetrava, me pegava ali [no meu pênis] e dizia: "por que não fica duro?". Ele me batia e dizia: "Faz ele ficar duro!"

Então ele tirou a camisinha e me diz "você ainda tem duas faltas!" As duas pancadas com a palmatória. Então no final eu ainda tinha que tomar aquelas duas pauladas.

Desde o momento em que ele me penetrou eu pensava que já havia passado muito tempo. Mas depois quando ele terminou eu percebi que demorou apenas doze minutos. Quando eu me virei para ele me bater eu vi que tinham passado exatamente 12 minutos. A gente entrou na salinha às 15:20, porque ainda restavam 10 minutos para o fim da contagem, que era até as 15:30. E eu fiquei apenas 12 minutos lá. Eram 15:32 quando eu saí. Mas foram horas para mim... Ele sabia que seu parceiro estava chegando. São geralmente dois, mas no momento da contagem fica sempre um sozinho. Então, para que o parceiro não percebesse, ele teve que ser rápido. Ele fez esse cálculo e talvez por isso resolveu terminar logo.

Passou... e eu saí da salinha. Lembro que fiquei muito quieta, fui andando bem curvada no corredor, fui para o meu quarto. Bem, para a minha cela. Então pedi para uma colega que me deixasse ficar um pouco no camarote dela, porque eu tinha acabado de entrar e ainda estava dormindo no chão. E ela tinha um camarote coberto com cortinas, tecidos, panos.

Então ali dentro eu comecei a chorar muito. Lembro que chorei demais. Foi tanto a dor quanto a sensação de impotência, o medo... e me lembro muito porque [...] as minhas companheiras se aproximavam de mim e eu... continuava chorando, era um sentimento grande demais. Se eu disser que fiquei chorando por duas horas acho que era pouco, foi muito tempo. E, naquele momento, não queria contar a eles nada sobre o que havia acontecido porque me dava pena [vergonha]. Mais do que ódio ou medo o que eu sentia era pena [vergonha].

A palavra escolhida por Andrea para descrever seu sentimento é *pena*. Decidi mantê-la no original em castelhano porque certos matizes se perderiam em uma tradução direta (literal ou aproximada) para o português. Nas duas línguas esta palavra tem a mesma grafia e a mesma origem etimológica. Ela vem do latim *poena*, que significa punição ou castigo – tendo sido fortemente incorporada pela tradição católica e também jurídica (desde o Direito Romano). Sua origem mais arcaica é do grego *poiné*, que por sua vez é derivada de uma raiz do Sânscrito,³⁰¹ *punya* (“puro” ou “limpo”), estando ligada à ideia de purificar através do castigo. A palavra penitenciária em seu sentido moderno tem sua origem neste repertório, em particular no sentido católico de penitência (FOUCAULT, 2007). A *pena* como condenação jurídica tem, ao menos desde a Reforma Penal dos séculos XVIII ou XIX, o sentido de reabilitar moralmente por meio da punição. Este sentido é o basicamente o mesmo nos dois contextos.

Quando usada para definir um sentimento, no entanto, há importantes diferenças. No Brasil, associamos esta palavra como um sentimento em relação aos outros, sendo um sinônimo de piedade, compaixão (ser afetado pela dor alheia, sentir uma condenação sofrida por outros). No México, o sentimento de *pena* é mais frequentemente usado em relação a si mesmo: sentir a própria pena, ter pena de si mesmo, sofrer com uma condenação. Poderia ser melhor traduzido para vergonha, desgraça ou humilhação.

³⁰¹ Língua ancestral indo-europeia que se enraíza no subcontinente indiano por volta de 1500 a. C. Trata-se de uma “língua morta” de grande complexidade que continua sendo estudada por sua importância nos textos sagrados e na liturgia do Hinduísmo e do Budismo – bem como por sua influência na formação de dezenas de idiomas modernos.

A *pena* de Andrea tem, portanto, três dimensões articuladas. Ela é um tempo, uma sentença jurídica (ainda provisória ou já definida). Ela é também o espaço onde se cumpre a condenação, a *penitenciária*. Por fim, ela é um sentimento de vergonha ou humilhação, que pode se ampliar diante de situações de punição extraordinária – especialmente aquelas entendidas como injustas ou abusivas.

Na narrativa de Andrea, o relógio representa (pelo menos) duas coisas. Por um lado, a própria arbitrariedade do poder: ela podia ver o relógio, que o tempo não havia sido ultrapassado. A presença empírica de provas e regulamentos não impede o abuso do poder, o exercício da violência supostamente justificada pela manutenção da ordem. E como se não bastasse a permanência de castigos físicos (a palmatória), a violação sexual aparece como prerrogativa dos carcereiros. Por outro lado, o relógio representa a possibilidade de se ampliar a sensação de duração da *pena* por meio do aumento da intensidade do sofrimento: 12 minutos sentidos como horas intermináveis.

Outro fenômeno que podemos observar é o que Angela Davis chamou de “transmutação do abuso sexual praticados por agentes penitenciários na suposta hipersexualidade de mulheres presas” (DAVIS, 2003, p. 68). Neste caso, tal lógica pode ser transferida a *mulheres trans* e *putos*. Ao mesmo tempo em que se está supostamente punindo um *puto* por usar roupas femininas em uma prisão *varonil* e por “gostar de pau”, o carcereiro demonstra um insistente interesse pelo pênis e exige que a vítima tenha uma ereção (e a pune ainda mais por não ter, por não demonstrar prazer durante a violação). Abjeção e desejo (PELÚCIO, 2013) se interpenetram nesta cena de violência extrema – mas todo o estigma pesa sobre o passivo, o *chingado*.

Esse uso do corpo das *mulheres trans* para reafirmar a masculinidade e o poder de *homens* no contexto da prisão é analisado também por Ari Vera Morales:

Encontraremos, também, a manipulação das mulheres trans como um objeto de desejo pelos homens da prisão (tanto funcionários quanto internos). Elas se tornam assim um meio de controle da libido sexual: diante da ausência da feminilidade corporal cisgênero no cárcere, os corpos das mulheres trans se tornam um veículo de reafirmação da masculinidade hegemônica vigente. Em suma: nas prisões, as mulheres trans se deparam tanto com sujeitos e práticas que buscam curar e corrigir sua identidade quanto sujeitos e práticas que reafirmam sua construção identitária - porque reconhecendo sua identidade feminina reforçam a sua identidade masculina heterossexual (MORALES, 2019, p. 106).

Apesar de marcadas por assimetrias extremas e formas brutais de violência, as relações entre *mulheres trans* e carcereiros não deixam de possuir certas margens de

agência – fundamentada justamente nesse desejo ambivalente que seus corpos despertam. Um relato de uma *mulher trans* de 22 anos trazido por Morales demonstra bem que benefícios (sobretudo materiais) algumas delas podem obter nessas trocas:

Eu tenho que esperar o turno do pelón [careca] para ficar mais bonita. Ele traz sempre umas coisinhas pra mim: uma blusinha, uma calça feminina, um batonzinho. Às vezes eu dou um dinheirinho, quando tenho, senão eu faço um wawis [sexo oral] para ele e pronto. (in: MORALES, 2019, p. 110).

Essa relação tensa marcada por violência e eventuais trocas sexuais não caracteriza apenas as relações com os carcereiros, mas também com a própria população carcerária. Vejamos mais a fundo essa questão.

Machos e Putos

O uso da violência física é frequentemente legitimado quando se apresenta com o objetivo de manter a disciplina dentro das prisões. As mulheres trans sofrem esse tipo de violência desde duas frentes: a institucional e a da população em geral. É por isso que mesmo apresentando uma identidade feminina, elas precisam manter a capacidade de confrontar fisicamente possíveis agressores (MORALES, 2019, p. 106).

A eventual necessidade de usar a força física (ou a violência) para se defender de abusos e extorsões é muito recorrente na experiência de *mulheres trans* da prisão – destoando dos estereótipos femininos tradicionais que muitas delas buscam alcançar e com as expectativas de submissão (e passividade) a elas atribuídas pelos presos mais masculinos.

No meu trabalho de campo, a narrativa mais densa a esse respeito apareceu na entrevista em profundidade que realizei com Yessica (imagem 6). Assim como La Paz e Madame Satã, Yessica é famosa no universo das prisões por se manter inabalável diante daqueles que a tentavam intimidar – mesmo que fossem criminosos mais experientes, viris e fisicamente maiores do que ela. Ela me contou com eletrizante riqueza de detalhes uma cena de seus primeiros dias na prisão: momento crucial na experiência de *putos*. Em suas palavras:

Bem, eu nunca me deixei submeter. Sim já me bateram, mas eu nunca deixei barato. Cheguei a quase queimar um, queimar vivo. Mas eu só fiz isso porque ele queria me extorquir. Ele estava há mais tempo que eu na prisão e tinha cerca de 1,95m. Além de que estava sempre

Imagem 6: Yessica (Foto tirada por mim depois da entrevista).

malhando, era super grande e musculoso. E estava escoltado por mais quatro quando veio me pedir dinheiro... Já chegaram me batendo. Quando uma coisa dessas acontece comigo, eu não digo nada na hora, apenas observo. Então eles me bateram, disseram que iam dar en la madre [acabar comigo] se eu não desse dinheiro. Então eu disse que sim, que daria o dinheiro, e eles foram embora. Mas esse cara tinha um hábito: era tomar banho sozinho nos banheiros coletivos pela manhã. No meu trabalho, eu aprendi a observar os hábitos das pessoas. Meu trabalho era caçar pessoas. Eu matava por dinheiro. Então eu ficava observando quando ele ia pro banheiro, verificava seus horários e registrei tudo isso por cerca de uma semana. Então eu consegui um pouco de aguarrás. É uma substância usada para diluir tintas e corantes. É uma das três coisas que são inflamáveis e podem ser obtidas na prisão. Então eu coloquei a aguarrás em um copinho atirei nele quando ele estava sozinho saindo do banho. Aí peguei um isqueiro e uma navalha e disse: "se você continuar me chingando la madre [mexendo comigo], eu vou tacar fogo e te matar em seguida". E uma pessoa como ele, que está acostumada a fazer o que quer na prisão, não sabe o que fazer quando alguém impõe um limite. Eu já quebrei no meio, já bati com pedras, tijolos, armas e martelos muitas pessoas, algumas com o dobro do meu tamanho e muito mais pesadas. Eu tenho 1,63m de altura. Já derrubei pessoas 1,90m, até 1,95m, muito mais pesadas, com 100, 120, 150 quilos. Porque tamanho não me assusta. Quando eu cheguei, estava respondendo a três processos. Estava respondendo por três homicídios que eu não tinha cometido. Nunca respondi processo pelos que eu cometi, porque desses eu sempre cuidei. Eu sei cuidar do que eu faço, mas não tenho como me proteger do que eu não faço. Então estava esperando uma pena aproximada de 90 anos. Estava ainda em processo, há cerca de um mês. Mas como a expectativa era de 90 anos eu realmente não tinha nada a perder. Então quando o cara viu a navalha, viu o isqueiro e viu que ele estava coberto de aguarrás, ele sabia que se eu acendesse ele iria pegar fogo. E que ele ia queimar vivo se eu não fizesse nada, porque não tinha ninguém para ajudar ele. A única coisa que ele me disse foi: "no wey, ya no te voy a hacer ni madres y no hay pedo contigo, tú no me des nada" [não cara, não faço mais nada com você, não pega nada com você, não precisa me dar nada]. Então eu deixei por isso mesmo. Eu sou uma pessoa determinada, não me assusto com tamanho nem com valentia. A partir desse dia nem essa pessoa nem ninguém fez mais nada contra mim. Ele chegou até a me trazer comida depois, vinha me dar doce, me trazia presentinhos e tudo. Mas eu nunca aceitei nada, porque começamos como inimigos e eu não podia acreditar na suposta amizade de uma pessoa que tinha tentado me extorquir. Com isso tudo, eu ganhei o respeito de todos.

A identidade de gênero feminina não excluía, portanto, o recurso a formas de violência extremas – mais frequentemente associadas à masculinidade no contexto da prisão e do *crime*. Pelo contrário, muitas vezes, os sujeitos percebidos como femininos precisam performar a violência de maneira ainda mais espetacular em resposta às

expectativas de que são particularmente vulneráveis à extorsão e ao abuso sexual. Essa lógica nos remete ao que Sayak Valência (2012) chama de *necroempoderamento*.

Apesar de desiguais, nem sempre as relações entre *mulheres trans* e *homens* são marcadas pela violência física ou sexual. Diversas modalidades de troca são possíveis. A mais comum delas é o próprio trabalho sexual. Este é exercido em condições ainda mais precária do que nas avenidas e em geral é extremamente mal pago (considerando os altos custos de vida na prisão). Os valores variam muito de uma unidade para outra, ou mesmo de um pavilhão para outro. De acordo com minhas interlocutoras, o local mais vantajoso era o *Reclusório Oriente* (o maior da cidade, em Iztapalapa), onde podiam cobrar até 100 pesos (cerca de 20 reais) por programa. As condições mais dramáticas se encontravam no *Reclusório Norte*, onde dificilmente conseguiam cobrar mais de 15 pesos (3 reais) pelo mesmo trabalho. A dificuldade de obter *insumos de prevenção* (como camisinhas e lubrificantes) também era bem maior nesta unidade, aumentando os riscos desta atividade para a saúde.

Depois do trabalho sexual, a lavanderia é a fonte de recursos à qual as *mulheres trans* mais frequentemente recorrem. Recebem o pagamento por peça de roupa, em geral cerca de 1 peso (aproximadamente 20 centavos de real). Com isso, conseguem ganhar de 20 a 30 pesos por dia de trabalho (4 a 6 reais). Precisam lidar, no entanto, com reduções e adiamentos arbitrários no pagamento, além de outros tipos de extorsão. As condições materiais de vida na prisão com esta faixa de renda são desumanas.

Na lista a seguir, elaborada a partir da minha experiência de campo e das entrevistas, apresento os valores médios de alguns itens básicos nas prisões da Cidade do México. Nenhum deles é fornecido gratuitamente pelo Estado, sendo necessário pagamento em *efectivo* [dinheiro]³⁰² ou algum outro tipo de negociação com os presos ou carcereiros responsáveis por cada serviço.³⁰³ Conforme argumenta Ramsés Ancira (2018), as prisões mexicanas são espaços “completamente privatizados” – e cada atividade é explorada por um grupo de interesses próprio.

Balde de água (fria) para banho: 5 pesos
Garrafa de água potável: 10 pesos
Lata de refrigerante: 20 pesos
Litro de leite: 20 pesos

³⁰² Ao contrário do que acontece no Brasil, onde os cigarros são a moeda de troca corrente, nas prisões mexicanas é generalizada a entrada de dinheiro – e todas as transações são feitas com as mesmas moedas e notas usadas na rua.

³⁰³ Como vimos há pouco, é comum que os *putos* paguem esses serviços com modalidades rápidas de trabalho sexual, como a masturbação e o *wawis* [sexo oral].

Dona [rosquinha]: 4 pesos
Taco [comida típica mexicana]: 8 pesos
Pasta de dente: 20 pesos

Para os que não podem contar com a ajuda da família (a maioria no caso de *mulheres trans*), sobreviver na prisão sem recorrer ao trabalho sexual pode significar ter de escolher entre comer ou tomar banho em determinados dias. A situação do acesso à água é ainda mais dramática nas prisões da Cidade do México do que nas paulistas. Não há água corrente no interior das celas: esta precisa ser buscada com baldes na estrada de cada pavilhão e as torneiras são controladas pelos presos mais experientes – que frequentemente cobram mais caro dos *putos* (ou exigem o pagamento em práticas sexuais).

Uma alternativa para esta difícil rotina é conseguir um *chavo* [bofe], ou seja, um homem disposto a sustentá-las materialmente em troca de dedicação sexual (e/ou afetiva) exclusiva. Esta opção, no entanto, pode representar uma significativa perda de autonomia – já que as tentativas de controle sobre as demais atividades do cotidiano são intensas. Segundo o relato de Andrea:

E no Reclusório Norte eu não cheguei a trabalhar, porque lá eu tinha um chavo. Um chavo que me pagava tudo para eu não precisar fazer trabalho sexual, transar com todos por 10 ou 15 pesos. Então a gente acaba optando por encontrar alguém que possa te sustentar. Mas ele não queria me dar nenhuma liberdade. Ele queria que eu ficasse trancada naquela cela minúscula o dia inteiro. [...] E eu via companheiras que eram espancadas pelos chavos delas, só porque não tinham seguido as ordens deles. E eles abusam muito, a maioria deles abusam mesmo porque percebem que você é muito vulnerável, porque as pessoas sempre te agridem dentro da prisão, e isso faz com que eles se sintam autorizados a dizer: “você vai ficar aqui, vai fazer o que eu quero!” Então eles assumem esse papel de achar que é seu dono mesmo, que pode dizer: “você tem que fazer isso, não pode falar com esse, não pode sair da cela”. Essas coisas.

A opção de se dedicar a um *chavo* é, portanto, ambivalente. Significa sair de uma posição de vulnerabilidade extrema para entrar em uma relação assimétrica, caracterizada por outros perigos e restrições. Vejamos a seguir como se estabelecem as relações das *mulheres trans* com sujeitos que elas percebem como parte da mesma comunidade.

Tigresas e Princesas

Quando chega uma menina nova, o carcereiro fala: “Ei você, chama a tigresa [mulher trans mais experiente do pavilhão] para ela vir aqui e explicar à nossa nova princesa quais são as regras aqui e acomodar ela em uma cela. E é melhor você prestar atenção nela viu chiquita [mocinha], é você que decide se vai ter uma passagem tranquila ou se vai viver no inferno” (In: MORALES, 2019, p. 110).

Esse depoimento de uma *mulher trans* de 22 anos sintetiza bem as dinâmicas de poder nas chamadas *zonas gays* das prisões da cidade do México. Morales argumenta que “nessas áreas as mulheres trans replicam formas de organização semelhantes às descritas por Parrini” (ibid., p. 107). Ali as *mamás* são muitas vezes chamadas de *tigresas* e as novatas de *princesas*. Os carcereiros não apenas estão cientes dessa dinâmica, como a reforçam como estratégia de manutenção da disciplina (ou da obtenção indireta de benefícios materiais). Seu discurso opõe ironicamente as figuras da predadora sagaz (a *tigresa*)³⁰⁴ com a da novata inocente (as *princesas*).

Em sua posição de poder privilegiada, a imagem da *tigresa* oscila entre a daquela que oferece proteção e garante a ordem e a de alguém que abusa de seus privilégios, enganando e extorquindo as demais (como vimos no depoimento de Vik). Morales traz um relato de outra *mulher trans* de 22 anos que demonstra bem essa possibilidade de exploração:

Quando cheguei na zona gay del pueblo [população geral],³⁰⁵ fui recebida pela tigresa, que me disse para eu não me preocupar porque que ela tomaria conta de mim. Me recomendou que eu fosse esperta, que muitos homens iam me prometer o céu e a lua por ser nova ali, mas que ela me ajudaria a escolher o mais conveniente para mim. Algum tempo depois, descobri que na verdade ela tinha era me leiloado e vendido para quem pagou mais. Pensei que ela era minha amiga, mas era uma perra [cachorra] (In: ibid., p. 107).

Neste trecho, há uma oposição entre duas figuras animalizadas: a *tigresa* e a *perra* [cachorra]. Enquanto a *tigresa* é animalizada de maneira sobre-humana, como predadora (ou potencialmente aliada e protetora), a *cachorra* é animalizada como sub-humana, como vil traidora. De uma forma ou de outra, ambas são feminizadas

³⁰⁴ Difícil não lembrar nesse caso da figura da mulher-pantera do livro *O Beijo da Mulher Aranha* (ver preâmbulo). Sobre o uso de metáforas de predação no universo da prostituição feminina, ver José Miguel Olivar (2011).

³⁰⁵ A palavra *pueblo*, que significa tanto povo quanto povoado, está fortemente enraizada na história do México rural. O uso dessa palavra para descrever a população geral de um pavilhão cria um vínculo imaginário (e afetivo) entre a prisão e as comunidades rurais empobrecidas de onde provém as famílias de grande parte da população penitenciária.

simbolicamente como a *mamá* das demais celas. Por trás da enganosa máscara da mãe protetora, a *amiga*, se esconde a *mãe terrível* e devoradora, a *perra* – versão feminina do próprio diabo (O Cão). A imagem cruel da mãe que vende os próprios filhos nos lembra de histórias como a de Madame Satã e a da *mataviejas*. Esse tipo traiçoeiro de exploração “dentro da própria comunidade” reforça a necessidade de saber se defender por conta própria nas prisões, sem contar com o apoio volúvel de supostos protetores. Vejamos outro depoimento trazido por Morales, de uma *mulher trans* de 28 anos:

Eu passei nos primeiros meses por golpes, extorsões, partindo da própria comunidade trans... Enquanto eu tinha dinheiro para a mamá del cantón [líder da cela], ela me defendeu. Mas quando tinha algum conflito com as outras meninas, ela sempre acabava favorecendo as mais velhas. Então com o tempo a gente tem que começar a mostrar as nossas garras, como se diz por aí. Porque você vai ter que aprender a se defender por conta própria. Mesmo dentro da nossa comunidade, onde não deveria ter isso. Não é? Essa coisa de vir me dizer que por que você tem cirurgias e eu não então eu não sou uma mulher trans. Eu comecei a discutir com a mais velha da cela por causa disso e a gente começou a se bater mesmo... Acabou que eu enchi ela de porrada e só depois disso começaram a me respeitar (In: ibid., p. 111).

A imagem evocada por ela é justamente “mostrar as garras”. Para usar os termos de John Dawsey discutidos no capítulo anterior, estamos falando nas “pedagogias do assombro” por meio das quais se “aprende a virar bicho” (DAWSEY, p. 90). Estando enjauladas com feras, com *tigresas* e *perras*, poderia ser diferente?

Em sua entrevista, Andrea Luna demonstrou haver outras estratégias de ação possíveis diante de lideranças abusivas. Como uma hábil mulher-aranha, é possível tecer alianças e tramas de palavras para reconfigurar as relações de poder de maneiras menos violentas. Foi assim que Yessica ascendeu à posição de *mamá*, a despeito de não ser a mais antiga na cela:

Essa menina se chamava Elsa [nome fictício] e era muito mala onda [energia ruim]. Quando ela era mamá tinham muitas chicas [meninas] dormindo no chão e até duas no banheiro, do lado do vaso. E ela ia no banheiro às 3, 4 da manhã e derrubava os baldes de água nas meninas que estavam no chão. Os baldes ficavam ali porque não tem água na cela, a gente tinha que pegar e guardar ali, tinha pagado por aquela água mais cedo. E ela derrubava nelas, de pura maldade, nas meninas que ela tinha posto para dormir no banheiro. E ela também vendia os camarotes [camas elevadas] para quem pagava, ao invés de passar para a que estava no chão há mais tempo, que seria o correto. E a Yessica também estava na cela. Ela tinha muita moral, sempre tinha sido muito correta, mas pela lei da prisão a Elsa

era a mamá del cantón [líder da cela], porque estava ali há mais tempo. Mas a gente estava farta dela. Ela fazia muitas coisas ruins, estava sempre roubando as meninas, e a gente já tinha muitas provas disso. Então a gente armou um complô para tirar ela e assumir a Yessica. Nessa época, a Yessica era professora na escola da prisão, então ela conhecia bem, tinha muita moral com os carcereiros. Então a gente viu que as coisas que ela estava roubando da gente apareciam nas outras celas. Que ela estava vendendo para os outros. Então a gente fez uma denúncia escrita, que a Yessica fez chegar na Disciplina de maneira anônima. E encontraram as nossas coisas na outra cela. E isso fez com que ela fosse transferida de pavilhão. E quando isso acontece ela perde todo o poder, ela começa do zero de novo. Foi para o chão, passou de novo por tudo que tinha feito as meninas passarem. E a Yessica foi a mamá, ela ia ficar muitos anos nessa posição. E sempre foi considerada uma das melhores mamás que já tiveram para as chicas [meninas], até hoje conhecem o nome dela no Reclusório Oriente. Se você falar da Yessica todos conhecem e respeitam. Ela sempre foi muito correta, nunca se dobrou para ninguém. Da Elsa a última notícia que eu tinha era que foi parar na enfermaria depois de uma briga e lá ela se matou, ou alguém matou ela. Não sei, podem ser só boatos. Mas não duvido.

São muitas as histórias sobre boas e más *tigresas*, de intrigas e processos conturbados de sucessão – algumas marcadas por mais e outras por menos violência. Yessica e Elsa apresentam casos extremos de lideranças que aparecem como nitidamente íntegras ou cruéis. Mais comuns são os casos de grande ambivalência, do favorecimento de umas em detrimento de outras, ou que começam de maneira virtuosa e se corrompem progressivamente.

As diferenças de poder entre *mulheres trans* na prisão se expressam de diversas formas. Para além da definição da *mamá* e da distribuição dos *camarotes* (seja por antiguidade na prisão ou mediante pagamento), há outra modalidade de distinção que é característica dessa população. Assim como vimos no contexto da *cadeia dos coisas* (capítulo 2), há intermináveis disputas em torno do reconhecimento da feminilidade umas das outras. Nas palavras de Morales:

As relações de poder entre mulheres trans na prisão se deixam ver muitas vezes pela validação ou não das identidades de gênero umas das outras. De acordo com critérios e conceitos específicos de feminilidade, se avalia se as outras são suficientemente mulheres – se aproximando mais ou menos do ideal da mulher mexicana. No limite, a alteridade se afirma pelo não reconhecimento da identidade feminina da outra. Entre mulheres trans que ostentam atributos de feminilidade valorizados pela sociedade, as relações podem ser tanto de competição quanto de aliança. De uma forma ou de outra, o poder das mulheres trans na prisão é limitado por sua precariedade econômica e pela falta de redes de apoio externas (ibid., p.111).

Quando se trata das relações de poder entre *mulheres trans* na prisão, é importante também atentar para a questão da interseccionalidade. Além das dimensões de gênero e classe, a etnicidade é um importante fator de diferenciação. De acordo com Andrea Luna, as *chicas* percebidas como *indígenas* sofriam as formas mais brutais de discriminação “dentro da própria comunidade”:

O que eu me dei conta é de que sempre havia violações e abuso de poder, mas tudo era mais difícil para as companheiras que não sabiam se defender, que não falavam espanhol direito, que vinham de Oaxaca por exemplo. Que eram indígenas mesmo. Não assim como eu, que tenho traços indígenas, cara de indígena, mas cresci em Izatapalapa. Eu sei me defender, entendeu? Ao menos das outras chicas [meninas]. Elas sabem que não se mexe com uma chica de Izatapalapa. Mas essas outras chicas cresceram em um pueblito [aldeiazinha] nos confins de Oaxaca ou Chiapas, onde mal se fala espanhol... Falaram sempre dialectos [línguas indígenas] entre elas. Que vieram fazer a vida no DF, mas que nunca dominaram realmente a língua. Tem menos condições de se defender. E quando chega na prisão elas são maltratadas demais, mais do que todas. Até as próprias companheiras trans discriminavam elas, batiam, roubavam. Muito, demais! E as outras viam isso e deixavam passar, não faziam caso. Gritavam: “ah, essa pinche índia!” [essa selvagem desgraçada]. Diziam coisas como “saí daqui com essa sua cara feia de oaxaquenha!”. Jogavam a comida e a água delas no chão, assim por nada. Às vezes elas não eram nem aceitas nas celas, ficavam à mercê dos outros presos, como escravas mesmo. Era uma coisa que passava dos limites com elas. Dentro da própria comunidade... Mas quando eu comecei a ficar amiga das mais poderosas, das que mandavam mesmo, eu comecei a interceder quando via algum excesso. Dizia: “hay no mames culera, déjala” [não exagera sua cuzona, deixa ela]. E quando podia tentava acolher elas, para que elas fossem aceitas mesmo, como as outras. E isso é uma das coisas que mais me preocupam hoje, no meu ativismo. As trans indígenas aqui no México, especialmente nas prisões, que é onde elas mais sofrem.

Podemos retomar, neste sentido, a ideia da prisão como uma instituição ao mesmo tempo racializadora e racista. Em uma escala, ela opera racializando e desumanizando a população penitenciária como um todo: criando sujeitos vulneráveis à necropolítica, vidas que podem ser exploradas até o extremo e descartadas. Por outro lado, a prisão reforça as divisões racializadas da própria sociedade – no caso do México, entre *latinos* (*mestiços* e *hispanohablantes*) e *indígenas* (povos originários, com modos de vida tradicionais e que falam *dialectos*). O desprezo pelo elemento *indígena* não integrado à mexicanidade se exalta no contexto prisional, legitimando formas brutais de violência e exploração (análogas a instituições coloniais como a *encomienda*).

Nas últimas seções, olhamos apenas para o sistema penitenciário da Cidade do México, foco da maior parte dos ativistas e de quase todas as pesquisas realizadas com pessoas que destoam do padrão heterossexual no cárcere. A seguir, pretendo refletir sobre as especificidades do estado do México a partir de uma entrevista com uma *mulher trans* egressa deste contexto.

A caminhada de Violeta

Violeta tinha 44 anos e o cabelo tingido de roxo quando nos conhecemos. Seus braços e pernas são fortes e sua pele é muito morena. Ela esteve presa por pouco mais de 4 anos e 9 meses em duas prisões do estado do México. Conversamos por cerca de uma hora na casa de Joseline Aguilar em Ecatepec de Morelos, conforme relatei na introdução. Ao final da entrevista, quando lhe pedi para tirar uma foto, ela levantou a camiseta e fez uma pose irreverente mostrando os seios moldados por hormônios (imagem 7).

A maior paixão de Violeta é o futebol. Antes da entrevista, ela estava numa partida: chegaria na casa de Joseline com quase uma hora de atraso, coberta de suor e usando shorts esportivos. Depois da entrevista e do almoço, voltaria correndo para outra partida. O esporte foi inclusive uma das coisas que mais a ajudou durante a sua estadia na prisão, permitindo contornar o estigma de ter trabalhado na avenida:

Eu nunca apanhei na prisão. Acho que foi porque eu sempre joguei futebol e foi isso o que me manteve firme na prisão. Jogar futebol, ver os homens jogando e ficar lá assistindo. Acho que por isso eles nunca me bateram. Graças a Deus. Mas eles já me bateram na rua. Mas isso porque eu trabalhava na avenida, à noite.

Ela nasceu em meados dos anos 1970 em Ixtapan de la Sal, uma pequena cidade (hoje com 30 mil habitantes) próxima a Toluca,³⁰⁶ no estado do México. Cresceu em San Pedro Xalostoc, um *pueblo*³⁰⁷ localizado no município de Ecatepec. É filha de um pai carpinteiro, oriundo de Oaxaca e de uma mãe de Toluca que trabalhava como dona

³⁰⁶ Capital do estado do México, região industrializada e cercada de bairros dormitórios.

³⁰⁷ *Pueblo* é como são chamadas no México as localidades de origem rural, em geral com um longo passado colonial e até mesmo pré-colombiano. No processo de urbanização do Vale do México, muitos se tornaram municípios ou bairros de municípios maiores. Em todo o país, dezenas de milhares de *pueblos* tem nomes semelhantes a San Pedro Xalostoc – composto com um nome em língua nativa (nesse caso o nauátle) dado pelos habitantes originais e o nome de um santo patrono acrescentado pelos colonizadores no processo compulsório de cristianização.

Imagem 7: Violeta (Foto tirada por mim depois da entrevista).

de casa e ajudante de cozinha na vizinhança. Sendo a mais nova de 9 irmãos, afirma ter tido uma infância tranquila e afetuosa – apesar da pobreza.

Começou a vida sexual relativamente cedo, com 12 ou 13 anos. Um de seus primeiros parceiros sexuais foi o marido de uma das irmãs mais velhas:

Bem pequeno. Bem pequenininha comecei. Vulgarmente posso dizer que já colocavam na porta, mas não chegavam a me penetrar. E porque não? Porque tinham medo, eu era um menino ainda. A minha primeira relação mesmo, pra valer, foi aos 15 anos. Mas aos 12, 13 eu já estava começando. E como? Simplesmente porque um cunhado chegava e punha já ele [o pênis] ali na porta, muito bem, bem benzinho, já aos 13 anos fazendo já muito bem aquele amor bem gostosinho.

Nesta idade começou também a tomar hormônios femininos. Recebeu de uma amiga *trans* mais velha (que já percebia seus trejeitos femininos) as recomendações de onde comprar e como tomar determinados medicamentos. Aos 18 anos, sua aparência era muito visivelmente feminina, de forma que ela decidiu se assumir publicamente como Violeta, inclusive para a família. Saiu então de casa e começou a trabalhar numa *estética* [salão de beleza] de amigas *trans*. Depois brigou com a amiga da *estética* e começou a trabalhar como cozinheira para uma senhora.

Violeta falava da *estética* e da cozinha como “seus trabalhos”. Ao longo da entrevista, no entanto, foi transparecendo que ela muito frequentemente realizava trabalho sexual nas agitadas madrugadas das grandes avenidas da periferia de Ecatepec. Percebi também que esta era sua principal fonte de renda, apesar de ela não se referir à essa atividade como “um trabalho”. Fazia “pelos homens, pelo dinheiro, por muitas coisas, pela própria necessidade de *coger* [trepar]”. Teve então numerosos parceiros sexuais, mas poucos namorados. Somente aos 19 anos teria seu primeiro relacionamento sério: um *homem* com quem viveu por dois anos.

Em 2010 foi acusada de matar um *cura* [jovem padre] e presa preventivamente. Ela afirma ter sido incriminada injustamente, um *encuadro* [armação], na gíria mexicana. Quando eu perguntei se poderia haver alguma espécie de transfobia na acusação, ela me respondeu afirmativamente:

Eu sinto que tinha nisso muito ódio ou... como eu poderia dizer. El chiste es que me echaron mucha tierra [O pior foi que me humilharam muito]. Porque tinha uma menina que tinha cismado comigo, que só apontava para mim, pra mim, pra mim e pra mim. Foi um encuadro [armação] né. Essa coisa de te acusarem, acusarem você e só você.

E todos tem certeza de que foi você, mesmo que não tenha prova nenhuma, você é incriminado. [...] E quando você é uma chica trans eles fazem questão de te humilhar mais. Eles te tacam mais merda por você ser chica trans. Eles deram mais valor para a palavra de uma pinche vieja [maldita vadia] do que para a minha. Por eu ser uma chica trans eles foram me ferrando mais, mais e mais.

Violeta foi primeiro levada à prisão de Barrientos, no município de Tlalnepantla de Baz (Edomex). Depois foi transferida para a unidade de Tenango del Valle, no município de Calimaya, também no estado do México. Ela lembra com vivacidade do veículo que a transportou para o cárcere e depois de uma unidade a outra:

É uma caminhonete toda fechada. Eles te algemam, te algemam com seu pé, toda curvada, e você vai assim, bem incômoda com as algemas. E você não pode falar nada. Daquele jeito, você não pode falar de tanta impotência que sente, você vai chorando e pensando em todas as pendejadas [desgraças] que podem acontecer com você ali: que vão te bater, te furar, te matar. Porque os internos são bem cabrones [malditos], ainda mais com as chicas trans.

No total, estive “4 anos, 9 meses e 9 dias” na prisão aguardando julgamento. De todas as pessoas que entrevistei, Violeta foi a única que disse precisamente o número de dias: todos os outros (tanto no México como no Brasil) disseram apenas o número de meses e anos. Depois deste longo período, foi finalmente absolvida.

Violeta atribui a conquista da liberdade a uma promessa que fez à Virgem de Guadalupe: “*Gracias a Diós y mi virgencita de Guadalupe salí absuelta*”. Devido a essa promessa, não consome álcool desde que reconquistou a liberdade. Vimos no capítulo 5 como essa forma de se dirigir à Virgem é bastante típica do contexto mexicano. O diminutivo reverencial tem suas raízes na cultura e na língua nauátle (ainda muito presentes no estado do México), sendo uma das expressões da continuidade entre a adoração da Nossa Senhora de Guadalupe e o culto a divindades pré-colombianas como Coatlicue e Tonantzin. Também característico deste universo simbólico é a fluidez com que se passa do sagrado ao profano, do pecado ao milagre. No discurso de Violeta, parece não haver contradição nenhuma entre a prostituta e a devota: assim como a santa que ela reverencia, sua imagem é uma síntese ambivalente e multivocal.

A ambivalência marca também a maneira como Violeta descreve sua experiência na prisão. Em um primeiro momento, ela me surpreendeu profundamente ao dizer que sua estadia ali havia sido “maravilhosa” devido ao apoio que recebia dos outros internos:

Para mim na verdade foi maravilhoso. Muito bonito. [...] Eu mal começava a chorar e já vinha algum dos presos e me dizia: “não chore menina, mais cedo ou mais tarde você vai sair. Vem cá, tome uma dose, coma um taco, fume um cigarro, vem fumar um baseado, vem... O que você quer? Um refrigerante? Vem, menina...” [...] Acho que caí na prisão com o pé direito. Não tenho do que reclamar em relação aos presos.

Os internos aos quais se refere são sobretudo os *homens*. Como uma parte significativa das minhas interlocutoras, Violeta afirma que era mais fácil se relacionar com eles do que com outras *chicas trans*. A relação com estas estaria marcada por disputas, ameaças e uma constante desqualificação da sua feminilidade. Essas tensões facilmente se convertiam em confrontos físicos. São descritas como particularmente perigosas as mais experientes, que ocupavam posições de poder. Violeta chegou a brigar violentamente com uma delas, que “se sentia a *chingona* [fodona] daquela penitenciária” e extorquia sistematicamente as recém-chegadas. A briga terminaria em facadas e na transferência de Violeta para outro pavilhão.

Ao contrário do que observamos no DF, não há *zonas gay* (nem *tigresas*) nas prisões do estado do México. Na primeira prisão onde estive, Violeta calcula que haviam no total cerca de 10 *chicas trans*, divididas entre diversas celas. Estas, no entanto, eram chamadas quase sempre de *putos* pelos outros internos e pelos carcereiros. Ela dividia a cela com aproximadamente 17 *homens*. Dentre as razões pelas quais Violeta afirma que se dava melhor com estes estava justamente a sua relação com o futebol:

Talvez porque eu jogo futebol, porque eles sempre me perguntavam “por que você não vai se prostituir como as outras?” Mas eu preferia me juntar com eles para jogar futebol. E a partir dos jogos eu ia conhecendo os muchachos, cada vez mais homens, mais homens, mais homens. Então comecei a ter vários noviecitos [namoradinhos]. E para quê? Para fazer amor comigo, para ter um jantarzinho mais gostoso. Eles já me convidaram para um taquito, me davam uns 50, ou uns 40, 20 pesos. O que fosse.

Essas relações com os *homens* não deixavam de ter, portanto, também um forte componente sexual: a expectativa de que haveria uma contrapartida. Essa expectativa tinha, na maior parte das vezes, um caráter compulsório:

Eles já chegavam te dando uns 50 ou uns 80 pesos e diziam: “toma aí, agora vem”. Eles não te dão muita escolha né, já dizem “olha aqui, tenho 50, venha”. E aí você tem que ir como uma pendeja

[estúpida], se não eles te dão um chingadazo [arrombada]. Eles sempre te oferecem alguma coisa né, mas você não tem muito como dizer não, se não quiser tomar um chingadazo daqueles, podem até te furar, pelo simples fato de que você rejeitou eles. E como eles andam bem drogados ali dentro, é melhor você fazer o que eles mandam.

Essa margem limitada de escolha tem seus efeitos também no poder de negociação em torno do uso de preservativos:

Camisinha às vezes eles usam e às vezes não. Mas não é uma coisa que você possa escolher, exigir. É mais seguro você fazer como eles mandam, eu vou repetir para você. Alguns vão te dizer: “Não, que não quero usar camisinha”. E outros querem, porque eles querem se proteger né, acham que você pode passar alguma coisa para eles.

Há, portanto, uma enorme vulnerabilidade das *mulheres trans* ao contato com o HIV ou outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Violeta disse que recebia preservativos da administração prisional com regularidade, embora não pudesse escolher sempre quando queria usá-los. Agradece também à Virgem de Guadalupe por nunca ter contraído o HIV nem nenhuma IST grave durante sua estadia na prisão.

As pessoas diagnosticadas com o vírus nas prisões do estado do México eram, segundo ela, transferidas permanentemente para a área médica das respectivas unidades, tendo um contato controlado com outros presos. Uma amiga sua que esteve nesta situação tinha acesso ao tratamento ali, mas só podia receber visitas de presos de outros pavilhões uma vez por semana, por períodos de 2 a 3 horas.

Violeta relata significativas diferenças entre as duas unidades onde esteve. A pior ela afirma ter sido a de Barrientos, que é imensa e especialmente superlotada. Não é muito fácil obter informações precisas sobre as prisões do Edomex, mas um artigo publicado pelo jornal *El Universal* em 2017 afirma que esta unidade, projetada para 915 pessoas, abrigava 3540 naquele momento. Isso significa que haviam 386 presos para cada 100 vagas – quase o dobro da média do estado. Nas palavras de Violeta:

Era muito diferente porque Barrientos é uma prisão muito gigantesca. Muito, muito, muito, muito grande. E quando me transferiram para Tenango del Valle, que era bem pequena, ficou mais tranquilo. Então em Barrientos você não podia baixar a guarda, tinha que estar sempre em alerta. Senão te davam um cobijazo [imobilizavam com uma coberta] e já vinham: “me chupa!” “Abaixa essa calcinha para eu te comer!” E o que você pode fazer? Tem que ficar bem flocita [calminha] e cooperar.

Tenango del Valle, por sua vez, é considerada uma das melhores unidades prisionais do estado do México. Uma matéria publicada em 2019 no jornal *Mexiquense Capital* afirma que ela foi considerada a melhor do país pela Asociación de Correccionales de América (ACA). Isso não significa, no entanto, que os abusos sexuais deixem de ocorrer. Segundo a entrevistada, o que mudava era a dinâmica dos assédios:

Sim a prisão era menor e sim era mais segura, mas a verdade é que de noite não tem muito o que te proteja. De dia eles se comportam de um jeito, mas de noite podem fazer o que quiserem. Porque eles trancam a gente lá dentro com eles, e quem vai controlar o que acontece? Da mesma maneira você tem que ficar bem flocita e cooperar se não quiser que te arrebenhem. “Passo por você às 3 da manhã”, “me espera às 4”, “você vai dar para mim às 2, senão você vai ver”. E você vai fazer o que? Não tem jeito, você tem que relaxar, ficar quietinha e cooperar se não quiser criar encrenca.

Essa dinâmica intensa de relações sexuais dificulta que se estabeleçam vínculos mais estáveis entre presos – como as relações com *chavos* descritas na Cidade do México. Os frequentes conflitos e a “abundante oferta de carne” fazem com que a regra para as *mulheres trans* seja “ter relações com todos”:

Não, nunca cheguei a ter nada mais fixo, com um único muchacho [rapaz]. Não dá porque tem muita carne disponível, muitíssima carne. E se você começa algo logo começam as brigas. E quando menos se dá conta um já está furando o outro, é facada e gritaria na certa. Se não arrumarem encrenca com você arrumam com ele. É muito ciúmes, muita inveja. Então é mais seguro você ter relações com todos do que tentar ficar com um só.

Há diferenciações entre os que participam dessa dinâmica de trocas. Para além da distinção mais imediata entre as *chicas trans* e os *muchachos*, há distinções no interior do segundo grupo. São considerados “homens de verdade” (e, portanto, mais valorizados sexualmente) os de aparência mais viril e que ocupam exclusivamente a posição sexual *ativa* (de penetrador). Os outros são desqualificados como *maricones*. Violeta relata a decepção que teve com um *homem* que demonstrou o desejo de ser sexualmente *passivo* com ela:

E você acredita que ali tem muitos homens gays? A gente percebe porque eles se dão, fazem amor entre eles. Um com outro, se você me entende. Eles vêm dando la cara [fazendo a linha] de que são homens, mas eles mesmos se dão para outros. E não tem as diferenças entre eles e uma perra [vadia] qualquer, que anda aí sempre caliente [com tesão] e acabam se dando para outros. Por que eu sei que tem?

Porque aconteceu comigo. Eu estava apaixonada por muchacho e ele começou a me beijar pelo corpo, me começou a beijar aqui na frente, bem na minha verga [pênis] e disse: “bem, vamos ver...” E eu estava bem apaixonada. Ele me disse que era homem, mas quando ficamos finalmente a sós acabou que ele se saiu mais perra que as minhas amigas.

É importante notar que essa dinâmica complexa (e frequentemente violenta) de relações sexuais não é exclusiva do contato com outros presos, podendo envolver também os carcereiros. Devido ao brutal desequilíbrio de forças, os riscos de tentar resistir aos avanços nesses casos é ainda maior:

Um carcereiro chegou e me mandou que eu arrumasse a cama dele. Mas quando eu estava lá sozinha com ele, arrumando a cama, ele me agarrou e disse que ia plantar droga nas minhas coisas se eu não fizesse o que ele mandasse. E você está ali trancada com ele, o que pode fazer? Então você faz o que ele manda. Mas você também lo disfrutas [acaba aproveitando] porque ele não está te maltratando, não está te batendo, não está te torturando. É aquela coisa manito [queridinho], se você obedece, você sofre menos, e aprende até a gostar. E no final até ganha uma coisinha. Eles sempre me pagavam alguma coisa depois. Sempre saía com 40, 50 pesos. É que de certa forma cada louco tem a sua fantasia, né? E a fantasia daquele pode ser essa: “quero ser chupado por uma chica trans” ou “quero que um chico gay me chupe na prisão”. Eles têm esse tipo de fantasia, né, os carcereiros.

Nesse trecho, fica claro que na experiência e nas narrativas de Violeta as fronteiras entre violência e consentimento, entre trabalho e prazer, são bastante fluidas. Em determinados momentos, ela fala de “abuso”, em outros de “ajuda” (sobretudo econômica) e até mesmo de satisfação sexual. A ambivalência parece caracterizar, portanto, a sua experiência na prisão como um todo:

Foi mala y tranquila [ruim e tranquila], repito outra vez, mala y tranquila. Por que tranquila? Porque não se pasaban de lanza [passavam dos limites] conmigo. Porque nunca chegaram a abusar de mim. Na verdade, eu também queria e tinha que fazer para não apanhar, para que no me dieran unos chingadazos [não me violentassem]. Mas foi bonito, um lugar, ambiente em que conheci muita gente, joguei muito futebol, fiz muitas coisas, muitísimas coisas, se você me entende....

“*Mala y tranquila*”: assim Violeta sintetiza sua experiência na prisão ao final de nossa entrevista – contrastando com a descrição inicial de uma estadia “maravilhosa”. A sexualidade está no cerne dessa percepção contraditória. Um abuso,

mas que “*también lo disfrutas*”. Solicitações que rendem ainda determinados ganhos financeiros: 40 ou 50 pesos (de 8 a 10 reais) por relação sexual.

A ideia de “limites da sexualidade” proposta por Maria Filomena Gregori (2016) pode nos ajudar a refletir sobre essas ambivalências. Estamos falando justamente de uma dessas zonas fronteiriças “onde habitam norma e transgressão, consentimento e abuso, prazer e dor” (GREGORI, 2016, p. 22). Como pensar o prazer em seu contato com a violência? Como falar do desejo fora das fronteiras do livre consentimento? Como falar de experimentação sexual em contextos de privação de liberdade sem ser condescendente com brutais violações dos direitos humanos?

No final da entrevista, perguntei a Violeta se ela mantinha algum tipo de relação com pessoas que estavam na prisão, ou que ela havia conhecido ali. Sua resposta foi bem mais categórica:

Não manito, isso não, isso ficou para trás mesmo. Não quero saber mais de prisão. Lo de la cárcel en la cárcel [O que aconteceu na prisão fica na prisão], isso a gente deixa para trás. Aquí estão minhas amigas, amigos eu tenho aqui fora. Na prisão não temos amigos, não existe amizade. Temos conhecidos talvez, amigos não. Jogando futebol [em liberdade] você conhece todo dia gente diferente, não tem mais porque falar com quem você conheceu na prisão. Jamais! Não, no que é da prisão es punto y atrás [coloquei um ponto final], tudo ficou para trás. Agradeço todo dia a minha virgencita [de Guadalupe] por isso, ficou para trás, não volto mais!

Ao dizer “*Lo de la cárcel en la cárcel*”, Violeta está falando também da dificuldade de (re)viver o que se passa na prisão uma vez recuperada a liberdade. O fato de ela ter sido capaz de “*disfrutar*” alguns momentos da sua estadia não significa que ela esteja disposta a revivê-los, a dar continuidade a essas relações posteriormente. Ao buscar dar inteligibilidade a experiências ambivalentes vividas em contexto de vulnerabilidade extrema não estou, portanto, relativizando a violência sofrida. Procuro, pelo contrário, entender a complexidade das subjetividades moldadas nesses contextos e valorizar as estratégias de agência desenvolvidas por esses sujeitos. Manobras e movimentos que estão para além da simples sobrevivência, contemplando também intrincadas buscas por prazeres e afetos.

Normatividade e subversão

As tecnologias de gestão da diversidade sexual e de gênero que analisamos neste capítulo, assim como as que analisamos na primeira parte desta tese, atravessam a todo

tempo as fronteiras entre legalidade e ilegalidade, entre a produção de normatividades e suas múltiplas formas de subversão. Tal dinâmica é atravessada por profundas assimetrias de poder e por formas brutais de violência. Isso não impede que determinados sujeitos encontrem margens de agência diante de adversidades extremas (MOUTINHO, 2006), nem que sejam tecidas delicadas formas de troca marcadas por prazer e afeto. Como nota Natália Padovani (2010, 2018), esses agenciamentos e camadas de afetos são frequentemente recapturados pelas engrenagens de controle que constituem a instituição prisional – e podem assim acabar reforçando as estruturas que buscavam subverter.

A construção de masculinidades e feminilidades neste cenário é performativa: estas são fundamentalmente precárias, continuamente disputadas e contestadas (PARRINI, 2007; MORALES, 2019). A norma masculina pela qual se definem as penitenciárias *varoniles* é pouco mais do que uma ficção violentamente reivindicada, mas jamais realizada plenamente. Até mesmo os carcereiros (supostamente os guardiões últimos da heteronormatividade da instituição) participam das relações que permitem a conformação de feminilidades em determinados corpos. Abjeção e desejo (PELÚCIO, 2009) se entrelaçam nas cenas extremas de violência e paixão vividas e narradas por sujeitos que afirmam identidades femininas.

Nas dinâmicas de produção do cotidiano, há muitas formas de hierarquizar masculinidades e feminilidades no ambiente prisional. Nesse sentido, a performance de gênero parece ser muito mais relevante do que as práticas sexuais. Se isso também é verdade em alguma medida para o contexto brasileiro, a impressão que extraímos da bibliografia e do trabalho de campo é a de que nas prisões da região metropolitana da Cidade do México a sexualidade é relativamente mais fluida – especialmente no que diz respeito aos *homens*. Enquanto forem capazes de corporificar a masculinidade esperada do *macho* mexicano, há um maior grau de liberdade na escolha de parceiros sexuais. Não há nada parecido com a obsessiva vigilância instituída pelo PCC, que culmina, em última instância, na diferenciação entre os *ladrones* (*sujeito-homem*) e os *envolvidos* ou *putos*. O imperativo no caso mexicano é sobretudo “não se abrir”, se manter simbolicamente inviolável. *Puto* é aquele se deixa penetrar (*chingar*), não qualquer um que se envolva (sexual ou afetivamente) com *jotos* e *putos*.

Quando se trata de sujeitos que assumem uma identidade feminina, especialmente as chamadas *mulheres* (ou *chicas*) *trans*, o elemento mais central é a capacidade de construir um corpo feminino idealizado – a despeito das restrições

impostas pela instituição prisional. Mas delas também se exige, simultaneamente, a capacidade de se defender, de não se deixar *chingar*. Esse fechamento, no entanto, não é simbolicamente permanente como o do *homem*: ele é negociável. Ele entra em uma dinâmica de trocas econômicas e afetivas: quando se abre, para quem se abre e em troca de quê? As que não são capazes de “mostrar as garras” ou “cobrar seu preço” são submetidas às formas mais brutais de violação e exploração. Em contextos onde a estrutura institucional é mais precária, como no estado do México, essa vulnerabilidade tende a se intensificar.

Na posição mais baixa dessas hierarquias generificadas estão as *pinches índias*, desgraçadas e desumanas com suas “caras feias de oaxaquenhas”. “Incapazes de se defender”, a elas é negada simultaneamente o reconhecimento da feminilidade e o pertencimento à civilização, à mexicanidade mestiça. Para muitas *tigresas*, elas não são dignas sequer de ocupar a posição de *monstruos* na *zona gay*, grau mínimo de integração à unidade familiar simbólica de cada cela. Contra elas se descarrega toda a crueldade necropolítica da herança colonial.

A lógica oficial da criação de *grupos vulneráveis* faz pouco mais que reconhecer e institucionalizar essas hierarquias; uma vez que a segregação espacial da alteridade no espaço prisional precede o seu enquadramento na linguagem dos direitos humanos. Mais do que visibilizar e garantir os direitos dessas populações, esse tipo de governamentalidade tem o efeito de naturalizar diferenças e desigualdades produzidas por meio de relações profundamente assimétricas e frequentemente violentas.

CAPÍTULO 7

Caminhos Tortos e Almas Cativas: *mulheres trans e ativismos na Cidade do México*

*Aunque viva, prisionera
En mi soledad mi alma te dirá:
Te quiero.
Nuestros labios, guardan flama
De un beso voraz, que no olvidarás,
Mañana.
Flores negras, del destino
Nos apartan sin piedad
Pero el día vendrá en que seas
Para mi nomás, nomás...*

Francisco de Karlo³⁰⁸

O objetivo deste capítulo é analisar as dimensões sexuais e de gênero do sistema de justiça criminal mexicano partindo da perspectiva de *mulheres trans* ativistas. O ponto de partida é o trabalho de campo realizado na Cidade do México em 2018 e 2019 junto à associação civil *Almas Cautivas* – organização liderada por *mulheres trans* que trabalha com *populações vulneráveis* no cárcere (especialmente *pessoas LGBT*). Além de observação participante em visitas a centros penitenciários e em eventos públicos promovidos por esta organização, serão contempladas entrevistas realizadas com outras ativistas trans egressas do sistema penitenciário. Estas ativistas apresentam em seus discursos (e a partir de suas experiências) críticas e contrapontos à atuação da *Almas Cautivas*.

Desenvolvi, portanto, uma etnografia que contempla as disputas características desse campo político e sua relação com determinados marcadores sociais da diferença. A tensão que atravessa as relações entre ativistas trans que atuam nas prisões (ou em seu entorno) ganham inteligibilidade muitas vezes por meio de determinadas categorias de diferença e desigualdade. Distintas abordagens diante de organizações do campo dos direitos humanos, de autoridades do sistema penitenciário ou de *pessoas LGBT privadas de liberdade* podem ser pensadas, por exemplo, em termos de origem de classe, de corpos mais ou menos racializados e mais ou menos próximos de determinados ideais estéticos de (trans)feminilidade.

³⁰⁸ “Embora vivas como prisioneira/ Na minha solidão, minha alma lhe dirá: Te quero/ Nossos lábios mantêm a chama/ De um beijo voraz, que você não esquecerá/ Amanhã/ Flores negras do destino/ Nos saparam sem piedade/ Mas chegará o dia em que você será/ Apenas minha e de ninguém mais.” (tradução livre). Bolero composto pelo cubano Francisco de Karlo em 1937, mas que faria sucesso em uma gravação de 1940 da estrela mexicana Elvira Rios. É um dos boleros que Molina canta para Valentín em *O Beijo da Mulher Aranha*. Foi tema de um filme estrelado por Elvira Rios na Argentina em 1942.

O contraste entre o discurso crítico e a atuação cotidiana, entre vozes mais ou menos institucionalizadas, entre diferentes trajetórias e lugares de enunciação permitirá que vislumbremos com mais clareza a complexidade dos ativismos que permeiam a interpelação de *presos LGBT* como sujeitos de direitos específicos na Cidade do México.

O Tango do Presídio

Eles estavam exagerando (eles exageram)
Eles foram longe demais (eles vão longe demais)
Eles se excediam o tempo todo
Porque se eles nos usaram (porque eles nos usam)
E eles nos abusaram (sempre abusam)
Como você pode nos dizer que estávamos erradas?

Ele estava exagerando (ele exagerava)
Ele foi longe demais (ele ia sempre longe demais)
Ele foi o único culpado (o único culpado)
Se você estivesse lá (se você estivesse lá)
Se você tivesse visto (se você tivesse visto)
Aposto que você teria feito o mesmo

Fred Ebb / John Kander

Desde que comecei a trabalhar com *presos LGBT*, antes mesmo de pensar em fazer o período sanduíche do doutorado no México, já conhecia e acompanhava pelas redes sociais o trabalho da associação civil *Almas Cautivas* [Almas Cativas]. Sua existência sempre me despertou grande interesse pelo fato de ela ser formada basicamente por *mulheres trans* – configuração bastante incomum em grupos que atuam no cárcere. Como vimos na primeira parte da tese, grande parte dos ativistas de direitos humanos que atuam nas prisões brasileiras estão ligados a denominações religiosas, como a Pastoral Carcerária. A própria ideia de ativistas trans acessarem o interior das unidades prisionais (organizadas em torno de um inflexível binarismo sexual) já provoca grandes constrangimentos no estado de São Paulo.³⁰⁹

A *Almas Cautivas* faz parte da rede *Corpora en Libertad*,³¹⁰ que articula ativistas de diversos países latino-americanos em torno da questão da *população LGBT*

³⁰⁹ Em certos contextos, como no Rio Grande do Sul, grupos de ativistas LGBT (como o Identidade) conseguem algum tipo de entrada (PASSOS, 2014; FERREIRA, 2015). Seu acesso, no entanto, está geralmente limitado a *alas especiais* para esta população ou à realização de oficinas nas partes externas da prisão. Não possuem, portanto, acesso aos pavilhões da população geral.

Sobre a experiência de pessoas trans que realizaram pesquisa na prisão ver Cavalcanti e Sander (2019).

³¹⁰ “Corpos em liberdade”, em latim. O uso de uma expressão em língua latina, origem comum do espanhol e do português (idiomas mais utilizados na América Latina) parece ser uma forma de deixar claro o caráter internacional da organização sem recorrer ao uso do inglês. Ver mais sobre a organização em: <https://www.facebook.com/RedCorporaEnLibertad/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Privada de Liberdade. Seu trabalho é muito reconhecido tanto no campo dos direitos humanos como na comunidade LGBT. Fundada em 2013, a associação civil atua sobretudo na Cidade do México e tem como objetivo “prestar assistência às necessidades básicas da população carcerária em situação de alta vulnerabilidade (homossexuais, lésbicas, transexuais, indígenas, idosos e pessoas com deficiência)”.³¹¹ Sua ênfase, no entanto, está na *população LGBT*, especialmente em sujeitos que elas reconhecem como *mulheres trans*.

Conforme relatei na introdução, não foi fácil encontrar pessoalmente a carismática presidente da associação, Ari Vera Morales. Meu contato com a requisitada ativista se concretizaria por vias inesperadas: através da mediação do ator e produtor de teatro Roberto Cabral, que eu havia conhecido em um espetáculo de *drag queens* na *Zona Rosa*. Ele tinha uma longa relação de amizade com Ari Vera e sua recomendação foi fundamental para que ela abrisse uma janela na sua agenda para conversar comigo.

Em outubro de 2018 (mais de um mês depois de chegar na Cidade do México), Roberto me convidou para acompanhá-lo no *5º Informe de actividades de Almas Cautivas*. O evento foi realizado no *Teatro Bar El Vicio*, onde eram comumente apresentadas peças de teatro alternativas ou shows de estilo cabaré/burlesco. Uma vez por ano estas ativistas organizam um evento aberto no qual “apresentavam para a comunidade os resultados dos seus últimos 12 meses de trabalho”. O público naquela ocasião era composto basicamente por *pessoas LGBT*, artistas e ativistas de diversos perfis e idades: *gays* universitários, ativistas trans, artistas performáticos da cena noturna local, pequenos empresários do universo LGBT, feministas de terceira onda,³¹² profissionais de saúde engajados com a prevenção de HIV/Aids, representantes de organizações em defesa dos direitos humanos e um pequeno número de “curiosos e simpatizantes” dessas causas.

A atmosfera do evento organizado pela *Almas Cautivas* tinha pouco em comum com outros relatórios de atividades apresentados por organizações civis aos quais eu já tinha comparecido (especialmente no contexto desta pesquisa). O clima era

³¹¹ Esse texto de apresentação completo pode ser visto na Introdução desta tese (página 67). Disponível no link: <https://www.facebook.com/almascautivasac> Acesso em novembro de 2019.

³¹² Nome usado aqui de maneira genérica para falar de uma geração de feministas menos centrada em uma identidade de “mulher universal”, mais engajada em questões de sexualidade e identidade de gênero, bem como das interseccionalidades com as opressões étnico-raciais e de classe. Ao contrário de feministas de gerações anteriores, tendem a acolher as demandas das *mulheres trans* e aceitá-las como “companheiras de luta”.

extremamente descontraído (para não dizer festivo). 15 minutos depois da data prevista para o início do *Informe*, as luzes do teatro se apagaram e o burburinho foi dando lugar ao silêncio.

Alguns minutos depois começa a tocar uma música em estilo cabaré. Tratava-se da versão argentina de *Cell Block Tango* [Tango do Presídio],³¹³ composta por Fred Ebb e John Kander³¹⁴ (ver epígrafe da seção) para o musical *Chicago* – espetáculo que faz sucesso no circuito da Broadway desde 1975³¹⁵ (e que recebeu também uma famosa adaptação para o cinema em 2002). Nesta cena, várias *mulheres* condenadas narram ao público as trágicas histórias que a levaram à inóspita prisão onde se encontram.

Seis *mulheres trans* (entre elas três ativistas da *Almas Cautivas*) encenaram uma adaptação desta parte do espetáculo, entrando no palco com ousados figurinos pretos de inspiração burlesca (imagem 1). Seus corpos ostentavam exuberantes formas femininas (moldadas por hormônios e muitos procedimentos estéticos) e tons de pele significativamente mais claros que a média da população mexicana. Os cabelos eram muito longos e a maquiagem impecável.³¹⁶ No lugar dos depoimentos originais, elas declamaram, ao vivo, histórias de *mulheres trans* mexicanas detidas em prisões masculinas. A primeira a falar foi a própria Ari Vera:

Eu fui presa por assinar. Ele me pedia e eu assinava. Assinava, assinava e assinava. Nós mulheres trans não estamos acostumadas a sermos amadas. Quando ele me disse que me amava eu acreditei. E quando ele me pediu para assinar eu assinei. Assinei tudo o que ele pediu. Achei que assinando aqueles documentos eu estava assegurando o nosso amor. Então eu assinei, assinei e assinei. E sem me dar conta eu estava assinando a minha própria ordem de prisão (tradução minha).

Intercalados pela música original e por breves performances de dança, os depoimentos se sucederam. Foram seis no total, cada um declamado por uma ativista *trans* diferente. Alguns representavam histórias bem típicas de *mulheres trans* que terminam na prisão, outros pareciam casos bastante singulares. Apesar da relativa

³¹³ Como foi chamada essa música na versão brasileira deste musical, estrelada por Danielle Winits em 2002 (mesmo ano em que foi lançado o filme nos Estados Unidos).

³¹⁴ São, coincidentemente, os mesmos que compuseram as canções da adaptação de *O Beijo da Mulher Aranha* para um musical da Broadway em 1990 (na esteira do sucesso do filme).

³¹⁵ Avenida em Nova Iorque (Estados Unidos) famosa por apresentar grandes espetáculos musicais de apelo comercial. A versão argentina de *Chicago* foi lançada em 1977.

³¹⁶ Enfatizo essas características porque elas destoam significativamente do aspecto físico da maior parte das *mulheres trans* encarceradas no México. Entre estas costumam predominar tons de pele mais escuros, cabelos curtos, poucas modificações corporais e um limitado acesso a maquiagem, roupas e acessórios femininos.

**Imagens 1 e 2: Ativistas Trans preparadas para sua performance no Teatro Bar el Vicio;
Entrega de doações no Reclusório Oriente (fotos divulgadas nas redes sociais).**

simplicidade cenográfica da apresentação, o efeito foi de grande comoção no público – inclusive em mim. Depois dessa introdução performática, teve início uma cerimônia mais formal.

Ari Vera Morales, presidenta da Associação e Daniela Vázquez, vice-presidenta (cargos que elas sempre enfatizam rigorosamente), apresentaram então suas três principais linhas de atuação. A primeira delas, *Almas Generosas*, consistia na doação de *insumos básicos* para a população LGBT privada de liberdade. Estes consistiam basicamente em produtos de higiene e cosméticos – muitas vezes escassos na prisão e fundamentais para a manutenção de parâmetros mínimos de dignidade humana. Os donativos provinham de diversas fontes, geralmente da própria comunidade LGBT ou de *empresas aliadas*. Os doadores eram sempre convidados a estarem presentes no momento da entrega, cena que era geralmente registrada por meio de fotos e amplamente divulgada nas redes sociais (imagem 2).

Uma segunda vertente de ação, denominada *Almas Formativas*, consistia em formar agentes penitenciários para lidar melhor com a *população LGBT* sob sua responsabilidade. A associação havia sido responsável por conduzir uma oficina para mais de 300 *custódios* (como são chamados os agentes penitenciários no México), financiada por um edital federal de promoção de direitos humanos.

A terceira vertente de trabalho, *Almas Fortalecidas*, buscava “empoderar representantes dessa população promovendo oficinas de profissionalização”. Por meio da parceria com empresas, o *Almas Fortalecidas* havia oferecido uma oficina de chocolateria às *mulheres trans* de uma das maiores penitenciárias da capital. Isso se tornou possível porque Ari Vera está articulada com diversos executivos e pequenos empresários – especialmente com os vinculados à Federação Mexicana de Empresários LGBT.

A presidenta falou então das diversas viagens que havia realizado para outras regiões do país e também para o exterior (especialmente para a América Latina e os Estados Unidos) de forma a “promover a causa” (e também o seu trabalho diante da associação). Não ficou claro com que recursos as viagens haviam sido financiadas, mas ela afirmou que as atividades da *Almas Cautivas* naquele ano “não tinham custado mais do que 140.000 mil pesos” (cerca de 28 mil reais).

Em seguida, foram entregues cinco *reconhecimentos* a pessoas que haviam contribuído para a “causa das pessoas LGBT privadas de liberdade” naquele ano. Os dois primeiros eram um executivo e um empresário que haviam ajudado a financiar os

projetos da associação. O terceiro era o próprio Subsecretário de Administração Penitenciária da Cidade do México – que não estava presente pessoalmente, mas havia mandado um assessor para representá-lo. A quarta era uma *mulher trans* que atuava como voluntária nas visitas a prisões realizadas pela associação (e que havia se apresentado no espetáculo de abertura do evento). A última era a ex-presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Cidade do México – simpatizante da causa defendida pela associação e importante aliada nas reivindicações junto à administração penitenciária.

O *Informe* terminou de maneira festiva. Foi levado ao palco um gigantesco bolo com cobertura roxa e o escrito *Almas Cautivas* em letras brancas de glacê (as cores do logo da associação). O bolo foi cortado em dezenas de pedaços, que foram distribuídos aos presentes pelas ativistas. A partir de então começou um intenso burburinho – e o clima passou para uma sociabilidade mais informal. O bar do teatro vendia bebidas e grande parte dos convidados conversava animadamente com pedaços de bolo e garrafas de cervejas na mão. Roberto aproveitou esse momento para me apresentar pessoalmente a Ari Vera, que me cumprimentou com afetuosa atenção. Ficamos de marcar por mensagem uma entrevista nas semanas seguintes.

Almas Cautivas

O encontro com Ari Vera Morales se realizou poucos dias depois na sede da Federação Mexicana de Empresários LGBT, local que as ativistas da *Almas Cautivas* vinham utilizando como sede de suas operações nos últimos meses. Esta se localiza no último andar de um prédio moderno na Colônia Nápoles – um bairro elitizado e repleto de altos edifícios de negócios. Cerca de cinco pessoas trabalhavam no escritório quando cheguei. Algumas pararam suas atividades por alguns instantes para me cumprimentar de maneira educada e atenciosa.³¹⁷ Ari Vera me conduziu à varanda, onde poderíamos conversar com mais privacidade (e ela poderia fumar). Dos confortáveis sofás onde nos sentamos, era possível ver a imponente torre espelhada da sede mexicana do *World Trade Center*, que ficava a poucos quarteirões dali (imagem 3).

³¹⁷ Um deles foi o próprio presidente da Federação, o mesmo que aparece tirando uma *selfie* com o ex-presidente Peña Nieto (do PRI) em *Los Pinos* (imagem 31 do capítulo 5).

Nesta ocasião, conversei com a presidenta da associação sobre a sua trajetória e seu trabalho por pouco mais por uma hora. Esperava marcar um segundo encontro em um local mais reservado para fazer uma entrevista mais completa no formato história de vida, utilizando um roteiro semiestruturado e um gravador. Ela aceitou o convite num primeiro momento, mas nunca consegui uma data em sua concorrida agenda para realizá-la. Ari Vera se dispôs também a incluir meu nome como voluntário para participar das visitas a unidades prisionais – o que me permitiria acessar o interior de prisões mexicanas.

Uma das coisas que ficou bastante clara nesta conversa era a importância da experiência de Ari Vera na prisão para a formação e para a legitimação do trabalho da associação que ela liderava. Essa relação é afirmada em diversos textos sobre a *Almas Cautivas* - como em uma matéria publicada em um número especial da revista DFENSOR, editada pela Comissão de Direitos Humanos da Cidade do México.³¹⁸

A associação civil *Almas Cautivas* foi fundada a partir da experiência pessoal de sua presidenta, Ari Vera Morales, que em 2009 esteve privada de liberdade por quatro meses devido a supostas irregularidades na execução de alguns contratos. Ter vivido esta experiência conscientizou Ari acerca da urgência de servir as pessoas na comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis e intersexuais (LGBTITI) privadas de liberdade. Esta ideia se materializou com a experiência e o conhecimento da ativista de direitos humanos Daniela Vázquez, vice-presidente da associação. Quando Ari saiu da prisão, Daniela - que é sua amiga há vários anos e está engajada no movimento trans desde 2000 - a incentivou para criar uma organização que servisse as pessoas da comunidade LGBTITI nesta situação; foi assim que nasceu *Almas Cautivas* (tradução minha).

Durante a nossa conversa, ficou claro que o relato que Ari Vera havia pronunciado no último *Informe* da *Almas Cautivas* era inspirado em sua própria história. Ela me contou que seu ex-namorado a pedia frequentemente para assinar alguns documentos de sua empresa. Sem que ela compreendesse bem, parte dos negócios dele estavam sendo transferidos para o seu nome. A intenção do namorado era, aparentemente, falsificar os rendimentos reais de seus negócios de maneira a pagar menos impostos e também uma menor pensão para sua ex-mulher (e mãe dos seus filhos). A namorada foi levada à prisão devido a conflitos entre o empresário e seu sócio – que acionou a justiça criminal em um litígio. Como o negócio em disputa estava em

³¹⁸ Revista mensual de la Comisión de Derechos Humanos del Distrito Federal. Número 12, Año XVI, “Sistema de Justicia de Ejecución Penal, reinserción social y derechos humanos”. Dezembro de 2018.

Imagem 3: Ari Vera Morales na *Federação Mexicana de Empresários LGBT* (e edifício do *World Trade Center* ao fundo).

nome de Ari Vera, esta que acabou respondendo pelo processo e sendo presa provisoriamente. Demorou 4 meses para conseguir o *habeas corpus*, mas acabou sendo inocentada das acusações.

No período em que passou atrás das grades, Ari Vera teve uma situação relativamente melhor que a maior parte das *mulheres trans* encarceradas na Cidade do México. Como sua família possuía recursos e ela contava com um advogado particular, passou a maior parte do tempo em uma cela individual – localizada em um pavilhão ocupado basicamente por pessoas de classe média ou alta, capazes de pagar por mais conforto e pela proteção da administração penitenciária. Ela pôde testemunhar, no entanto, a situação dramática enfrentada por outras *pessoas LGBT* na prisão. Chegou a abrigar em sua cela uma outra *mulher trans* que dividia a cela com mais de 20 *homens*, sofrendo diariamente com diversas formas de assédio. Elas se tornaram grandes amigas: a ativista a chamava carinhosamente de *mi hermanita* [minha irmãzinha]. Depois de Ari Vera sair em liberdade ela continua presa na mesma unidade - e tive a oportunidade de conhecê-la pessoalmente em uma das visitas que realizei à prisão com a *Almas Cautivas*.

Como parte de sua trajetória como ativista, Ari Vera iniciou um mestrado em Promoção e Defesa de Direitos Humanos na *Universidad Autónoma de la Ciudad de México*. Ela possui um discurso bastante sofisticado sobre a questão da *população LGBT privada de liberdade* – combinando sua experiência pessoal e política com conceitos teóricos de autores como Michel Foucault e Judith Butler. Recentemente começou também a publicar trabalhos propriamente acadêmicos (MORALES, 2019). A primeira oportunidade de publicar esta parte da sua produção viria justamente do Brasil. Por meio da rede *Corpora em Libertad*, Ari Vera estava articulada com Guilherme Gomes Ferreira e Caio Cesar Klein, responsáveis pelo Projeto Passagens³¹⁹ e pela organização da importante coletânea *Sexualidade e Gênero na Prisão – LGBTI+ e suas passagens pela justiça criminal* (FERREIRA & KLEIN, 2019). Como eu estava escrevendo outro capítulo para este mesmo livro (ZAMBONI, 2019) e tinha adquirido alguma familiaridade com o contexto das prisões mexicanas, fiquei responsável por

³¹⁹ De acordo com seus coordenadores, este projeto é “uma rede de apoio a pessoas LGBTI+ presas executada pela organização não governamental *Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade* e financiada pelo *Fundo Brasil de Direitos Humanos* entre 2018 e 2019” (FERREIRA & KLEIN, 2019, p. 10).

fazer a revisão e a tradução do artigo de Ari Vera para o português – o que nos aproximou outra vez e ensinou novas oportunidades de diálogo.

Em suas falas públicas como ativista e nas entrevistas que concede, Ari Vera apresenta sempre uma posição bastante crítica em relação ao sistema penitenciário. Mais adiante no mesmo depoimento publicado pela revista DFENSOR, ela afirma que:

Nós como *Almas Cautivas*, assim como eu pessoalmente, nos consideramos como abolicionistas do sistema penitenciário: acreditamos que as prisões não deveriam existir. Neste momento, no entanto, temos que apostar estrategicamente no reformismo acreditando que, à medida que nossa sociedade evolua, dispositivos como as prisões sejam menos utilizados. O ideal seria ver as prisões sendo completamente esvaziadas [...] No entanto, enquanto não tivermos alcançado esse ideal, a *Almas Cautivas* continuará trabalhando para garantir que nos centros de detenção as pessoas LGBTTTI não sejam violentadas por serem quem são. Temos clareza de que os cárceres não deveriam existir, mas isso só vai acontecer quando nós, enquanto sociedade, já tivermos superado nossas próprias prisões internas, nossos próprios preconceitos, nossos estigmas. Quando pudermos nos ver como simplesmente iguais, com as mesmas oportunidades (tradução minha).

O trabalho cotidiano da *Almas Cautivas* é visto, portanto, como algo provisório e em certo sentido paliativo. Este deve ocorrer para reduzir a discriminação dessa população no presente, mas a longo prazo deveria deixar de existir. O que efetivamente precisa ser transformado é a sociedade como um todo, com a “promoção da igualdade” e o “esvaziamento progressivo do sistema penitenciário” (e de dispositivos análogos). Os cárceres como lugares físicos seriam reflexo das “prisões internas”, ou seja, “preconceitos e estigmas” que impedem que todos tenham “as mesmas oportunidades”.

Essa crítica ao sistema penitenciário como um todo, formulado nos termos do abolicionismo penal, se combina com uma percepção a respeito da situação particular da população LGBTTTI neste cenário. Ainda nesta mesma entrevista, ela afirma que:

Um dos objetivos principais do sistema penitenciário, ao menos segundo a Constituição federal e a Constituição Política da Cidade do México, seria buscar a reinserção social das pessoas privadas de liberdade. Em sentido estrito, esse conceito não faz sentido quando se trata da população LGBTTTI: uma vez que nunca estivemos propriamente inseridas, que nunca tivemos as mesmas condições de fazer parte da sociedade, que jamais estivemos em pé de igualdade, com as mesmas oportunidades ou com os mesmos direitos da maioria das pessoas. [...] É por isso que, para nós, falar sobre reinserção não tem lógica. Os programas que propomos não pretendem reinserir, mas simplesmente inserir pela primeira vez, criar a possibilidade de um novo começo. Mas oferecer esse novo começo para pessoas

LGBTTI é um desafio imenso, muito complexo, porque para isso teríamos que ter também uma sociedade já transformada, onde haja espaço para elas (tradução minha).

A crítica à ideia de *reinserção social* formulada por Ari é bastante dura, mobilizando seu amplo domínio do debate sobre a seletividade penal. No caso das chamadas *pessoas LGBTTI privadas de liberdade*, assim como de populações racializadas particularmente vulneráveis ao dispositivo carcerário, os desafios da chamada *reinserção* não se limitam ao estigma de ter passado por essas instituições – ela o precede. A exclusão social não é apenas um efeito, é também uma das causas do aprisionamento, em um ciclo vicioso difícil de ser rompido.

Apesar desse discurso crítico, percebi que as ativistas da *Almas Cautivas* tinham de forma geral uma relação bastante amistosa com as autoridades do sistema penitenciário. Ari Vera afirma ter, desde de 2014 (ou seja, poucos meses depois da fundação da associação civil), uma relação de especial proximidade com o atual Subsecretário do Sistema Penitenciário da Cidade do México. Este viu com bons olhos sua proposta de atuação, comprometendo-se a aprovar todos os pedidos para a realização das atividades sem maiores complicações. Sua única demanda era de que qualquer caso de violação que elas testemunhassem ou tomassem conhecimento durante as visitas fosse informado a ele antes de que qualquer outro procedimento formal de denúncia fosse acionado. Ao que parece, este acordo verbal nunca foi quebrado: como vimos há pouco, o Subsecretário chegou a receber um *reconhecimento* público da associação no 5º *Informe de actividades de Almas Cautivas* (em 2018).

Quando perguntei a outras ativistas trans da *Almas Cautivas* porque este subsecretário tinha desde o começo se mostrado tão aberto ao trabalho da associação, elas soltaram uma gargalhada e me responderam:

Porque ele mesmo é um maricón [bichona]! Não é uma coisa assumida, claro. Ele está no closet [armário], como a maioria dos homossexuais que estão em cargos importantes. Mas é algo que se nota né? Não tem como esconder. Na maneira como ele se porta, como fala com a gente e também por demonstrar interesse por essas questões.

Para elas não havia sombra de dúvida: nem a respeito de sua orientação sexual, nem de suas motivações políticas. Analisando o cenário no qual esse subsecretário assumiu o cargo, no entanto, outras hipóteses podem ser levantadas: o ano de 2014 coincide justamente com uma das maiores crises no Sistema Penitenciário da Cidade

do México. Em 2012, este havia atingido o pico de superlotação (chegando a abrigar mais de 40 mil pessoas)³²⁰ e as denúncias de violação de direitos se multiplicavam em relatórios nacionais e internacionais. Foi justamente neste ano que foi registrada a denúncia à Comissão de Direitos Humanos que analisamos no capítulo anterior (e que culminaria na recomendação 13/2015 do CDHCM).

Era então urgente reverter o desgaste da imagem pública desta Subsecretaria, promovendo políticas públicas que tivessem uma visibilidade positiva no campo dos direitos humanos. Em sua gestão se multiplicaram rapidamente as políticas específicas para os chamados *grupos vulneráveis* – entre eles os chamados *LGBTTTI+*. O diálogo com determinados atores da sociedade civil parece ser parte dessa estratégia. O acordo, selado informalmente com Ari Vera (de não fazer denúncias diretamente a órgãos como a CDHCM), coincide precisamente com as metas que seriam anunciadas em 2016 no Programa de Direitos Humanos do Distrito Federal (estratégia nº 585), ou seja, a “redução do número de queixas de pessoas LGBTTTI em centros de reinserção”.

Realizei no total 3 visitas a prisões com a *Almas Cautivas*. Nas três fomos acompanhados por um representante da Coordenadoria de Grupos Vulneráveis da Subsecretaria de Administração Penitenciária e portávamos um *ofício* assinado pelo Subdiretor de Serviços Técnicos (posição subalterna à do Subsecretário). Estes tinham basicamente o mesmo conteúdo, com poucas variações textuais (relativas às atividades específicas a serem conduzidas em cada ocasião). Veremos o exemplo de um deles a seguir.

As duas primeiras visitas ocorreram no final do ano de 2018. Em todo o primeiro semestre de 2019 (de janeiro a junho) as ativistas da associação foram uma única vez à prisão, para a entrega de *donativos*. Uma vez que Ari havia se disposto a me incluir em todas as atividades, perguntei diversas vezes se nenhuma outra visita estava planejada para as semanas seguintes e a resposta foi sempre negativa. A presidenta me disse então que os primeiros meses do ano eram um momento crítico para se inscrever em *editais* de financiamento. A pequena equipe da associação estava focando sua energia na produção e no encaminhamento de *projetos* que viabilizassem suas atividades.

A baixa frequência das visitas contrastava com a alta visibilidade do grupo nas redes sociais e também com a minha experiência como *agente* da Pastoral Carcerária.

³²⁰ Dados do INEGI – *Estadísticas sobre el sistema penitenciario público en México*. Ver capítulo 6.

A dinâmica da Pastoral se caracteriza pela promoção do maior número possível de visitas (às vezes mais de uma por semana) e a pressão para que participemos de muitas delas era grande. A relação com autoridades e funcionários do *sistema* era também diferente, marcada por grande tensão e por diversos empecilhos arbitrários à nossa presença. As lideranças da Pastoral elaboram frequentes denúncias de violação de direitos, além de recusarem veementemente que suas atividades fossem supervisionadas por agentes penitenciários ou outros representantes da SAP.

Com a limitação das oportunidades de realizar trabalho de campo com a *Almas Cautivas*, fui buscando outras entradas etnográficas. Conforme relatei na introdução, tive então contato com ativistas que abordavam essas questões de outras perspectivas, apresentando uma visão bastante crítica ao estilo de atuação desta associação. Antes de darmos escuta a essas vozes dissonantes, no entanto, vejamos a dinâmica de duas visitas das quais participei – e que, de acordo com minhas interlocutoras, podem ser consideradas típicas da atuação desta associação no interior do cárcere.

O dormitório 10

No dia 3 de dezembro de 2018, pouco mais de 3 meses depois de chegar na Cidade do México, entrei pela primeira vez em uma prisão estrangeira. A visita ocorreu na Penitenciária do Distrito Federal, unidade *masculina* que abrigava então cerca de 1700 pessoas – um número relativamente pequeno se comparado à população dos *Reclusórios Varoniles* do *Oriente* e do *Norte* (aproximadamente 8400 e 7400, respectivamente),³²¹ os maiores do país. Trata-se de uma das quatro prisões que compõem o complexo de Santa Martha, localizado no empobrecido distrito de Iztapalapa.³²² As atividades previstas para esse dia pela *Almas Cautivas* incluíam a entrega de donativos, uma palestra sobre mudanças na Lei Nacional de Execução Penal e a aplicação de um questionário sobre “acesso a terapias de hormonização”.

Cerca de uma semana antes, Ari Vera mandou para todos que participariam desta visita um *e-mail* coletivo com cumprimentos afetuosos e recomendações para a entrada naquela unidade prisional:

³²¹ Dados da Subsecretaria de Administração Penitenciária da Cidade do México para novembro de 2019. Ver no link: <https://penitenciario.cdmx.gob.mx/poblacion-penitenciaria>.

³²² Onde, conforme dissemos anteriormente, se encontra cerca de metade das unidades prisionais do DF. Além deste complexo, fica a poucos quilômetros dali o *Reclusório Preventivo Varonil Oriente*.

Como forma de cumprimento, quero agradecer-lhes com muito carinho pela empatia, sensibilidade, comprometimento e companhia que vocês demonstram pelas pessoas LGBTI privadas de liberdade. Mil vezes obrigada!!!

Envio-lhe alguns requisitos para poder entrar nas prisões.

Para as pessoas que vão à Penitenciária no dia 3 (as estações de metrô mais próximas são Acatitla e Constituintes de 1917), entraremos às 10:00 da manhã e terminaremos as atividades às 12:30.

Nos encontraremos na porta de entrada principal, a mesma por onde ocorrem as visitas dos familiares. Normalmente o sinal de telefone se perde nessa área, portanto, se vocês tiverem alguma dúvida, me mandem uma mensagem antes de se aproximarem do perímetro do complexo prisional. Vocês devem portar sua identificação (ID) original e não podem usar as seguintes cores: azul, preto, bege, branco e cinza. Não podem entrar com telefones celulares, sapatos ou botas de salto nem peças de roupa duplas, ou seja, vestir uma camiseta sobre outra camiseta. Roupas para o frio não são consideradas roupas duplas.

Por favor deixar seus demais pertences no seu veículo ou no meu.

Se você tiver alguma dúvida, me avise.

Um abraço com amor (tradução minha).

Nos dias que se seguiram, essas instruções me deixaram um pouco tenso. Além de não gostar muito da ideia de esperar sozinho as companheiras de visita na porta de uma prisão desconhecida, não tinha experiência de circular desacompanhado pelos bairros populares da Cidade do México (percebidos pelos próprios *chilangos* como “perigosos”), território onde eu seria rapidamente percebido como *estrangeiro*. Não estava familiarizado com a caótica rede de transporte público desta metrópole: a penitenciária ficava bastante distante das estações de metrô mencionadas e as informações sobre o trajeto de ônibus eram escassas e/ou contraditórias (muitas linhas não são sequer oficiais). Também estava apreensivo com a informação de que os celulares não pegavam bem perto dos complexos prisionais, de forma que eu não poderia nem consultar o GPS nem me comunicar com as pessoas que iria encontrar. Quanto à roupa, decidi usar a camiseta verde da Pastoral Carcerária – que me dava uma certa sensação de segurança por ser o mesmo uniforme das visitas que realizava nas prisões paulistas (ver imagem 2).³²³

Para meu alívio, às 20:00 da noite anterior, recebi de Ari Vera uma mensagem privada oferecendo carona desde a sede da Federação Mexicana de Empresários LGBT. Ela possui um carro próprio e sairia dali com os donativos que seriam entregues no dia

³²³ Camiseta feita por Marcelo Naves, do escritório nacional da Pastoral Carcerária. Traz na frente o logo da pastoral Carcerária e atrás o lema “Por um mundo sem cárceres” (ver imagem 21 da introdução).

seguinte. Nos encontraríamos às 8:00 da manhã, duas horas antes das atividades previstas. Além do conforto e da segurança de não chegar sozinho neste local desconhecido, o percurso se mostrou uma excelente oportunidade para dialogarmos mais.

Enquanto cruzávamos a cidade pelas gigantescas e sempre movimentadas avenidas da Cidade do México, a presidenta da associação me contava um pouco da história da instituição que estávamos prestes a visitar. A Penitenciária do DF (como é mais conhecida) é a mais antiga em funcionamento na Capital. Ela foi fundada em 1957 com o objetivo de substituir a famigerada prisão de Lecumberi, inaugurada em 1900 e desativada em 1976 (ver capítulo 5). Além da antiguidade, que se reflete em camadas densas de história, esta unidade se caracteriza por concentrar determinados perfis de presos. A maior parte deles foi condenado a penas longuíssimas, tendo pouca ou nenhuma perspectiva de sair dali com vida.³²⁴

Ironicamente, trata-se também da única unidade do DF a oferecer tratamento para HIV/Aids.³²⁵ Conforme afirmei no capítulo anterior, todos os presos com esse diagnóstico são transferidos (compulsoriamente) para lá e alocados no mesmo pavilhão. O chamado *dormitório 10* abrigava então mais de 190 internos, dos quais aproximadamente 70 se autodeclaravam como LGBT. Além disso, estimava-se que havia mais cerca 20 *pessoas LGBT* sem HIV vivendo em outros *dormitórios* desta Penitenciária.

Como havia menos congestionamentos do que o esperado naquele horário, chegamos na porta da prisão bem antes das demais pessoas que participariam da visita. Paramos o carro primeiramente em frente à guarita de vigilância e ali ajudei Ari Vera a descarregar as volumosas sacolas de donativos. Ela trocou algumas palavras com os vigilantes, que a conheciam de outras visitas e nos trataram com respeito. Deixamos o material ali mesmo e fomos estacionar a algumas centenas de metros, em uma área reservada aos veículos de visitantes oficiais (utilizada por funcionários públicos, advogados, agentes de saúde, etc). Todos os meus pertences, com exceção do meu passaporte, de um pequeno bloco de notas e de uma caneta, ficaram no porta-malas do carro. Ela me levou então ao grande letreiro que sinalizava a entrada da instituição,

³²⁴ Algo semelhante às “unidades fim de linha” do Brasil. Ver Rafael Godoi (2017).

³²⁵ Quem ressaltou essa ironia foi a própria Ari Vera. Ao colocar internos com sorologia positiva junto a outros com penas muito longas, dá a entender que os pacientes em tratamento não irão sobreviver.

onde tiramos uma *selfie* publicada mais tarde em sua página pessoal no Facebook, acompanhada de um texto carinhoso (imagem 4).

No caminho a pé de volta à entrada da prisão, contornamos a penitenciária *feminina*, que também faz parte do complexo de Santa Marta (imagem 5). Por cima da grade de alambrado e das muralhas de concreto, era possível ver as janelas externas das celas do pavilhão mais próximo à rua de acesso. Ari Vera me contou então que não era raro ver familiares, cônjuges e amigos sentados no canteiro central desta via e esperando o momento de fazer contato visual (e às vezes trocar algumas palavras) com seus entes queridos privados de liberdade. Os vigilantes eram tolerantes com esse tipo de comunicação, desde que não ela não durasse muito tempo ou causasse maiores agitações. Com certa licença poética, a ativista associou essas cenas com as passagens do clássico dramaturgico *Romeu e Julieta*, nas quais aquele personagem faz românticas (e arriscadas) incursões à sacada de sua amada.³²⁶

Estávamos outra vez na entrada de visitantes da prisão, em meio aos donativos. Depois de longas conversas (e algumas risadas) sob o sol escaldante, chegaram aos poucos os demais colaboradores da visita. Fui sendo cordialmente apresentado a cada um deles como um *pesquisador estrangeiro* que os acompanharia naquele dia. Além de Andrea Vázquez e Frida Monroe, duas ativistas trans da *Almas Cautivas* que participavam frequentemente destas visitas (e usavam camisetas roxas com o logo da associação), estavam presentes: um representante da Coordenadoria de Grupos Vulneráveis, duas representantes (*mulheres* de meia idade) de empresas que tinham fornecido donativos e o ativista Roberto Cortes, da associação civil *Documenta*, responsável por ministrar a palestra e aplicar os questionários.

Pouco antes das 10:00, o representante da Coordenadoria de Grupos Vulneráveis entregou para um dos funcionários que estava na guarita de acesso a cópia de um *ofício* direcionado à Diretora da Penitenciária do Distrito Federal (uma das poucas *mulheres* a ocupar um cargo desta importância no sistema penitenciário mexicano). Tive acesso a uma das cópias deste documento, cujo conteúdo transcrevo a seguir:

De acordo com as políticas pública [sic] do governo da Cidade do México e para dar cumprimento a estratégia número 585 do Programa de Direitos Humanos do Distrito Federal que em seu texto

³²⁶ Não pude deixar de lembrar da referência que Natália Padovani (2011) faz a essa obra no contexto das prisões femininas do Estado de São Paulo.

Imagens 4 e 5: Postagem de Ari Vera nas redes sociais logo depois das atividades realizadas na Penitenciária do DF; Rua de acesso à entrada principal da Penitenciária do DF (foto minha).

afirma a obrigação de “Manter e fortalecer a perspectiva de gênero e orientação sexual nos Centros de Reinserção Social” e no marco do programa de atenção para pessoas privadas de liberdade, Lésbico [sic], Gay, Bissexual, Travesti, Transgênero, Transexual e Intersexual, solicito que se autorize o ingresso no dia 3 de dezembro do presente ano, no horário de 10:00 a 13 horas, a integrantes da organização denominada Almas Cautivas A. C. e pessoal a elas adscrito [...] para realizar uma palestra acerca de da nova Lei Nacional de Execução Penal dirigida à população LGBTTTI privada de liberdade. Além disso, como parte do programa “Alma Generosa”, ao término desta palestra, serão doados sapatos e artigos de higiene pessoal. [...] Para isto se autoriza a entrada das seguintes pessoas, materiais e equipamento eletrônico. [...] As pessoas autorizadas devem seguir o que foi estabelecido nos artigos 85, 86, 90 e 92 do Regimento dos Centros de Reclusão do Distrito Federal e sujeitar-se às medidas de segurança que a instituição determinar (tradução minha, ênfases originais).

Nestas circunstâncias, não enfrentamos grandes dificuldades para acessar o interior da unidade. Não houve, inclusive, qualquer constrangimento relativo à identidade de gênero das *mulheres trans*. Todas foram tratadas no feminino e passaram pelos mesmos procedimentos de segurança (que não incluem revista íntima) a que são submetidas *mulheres cisgênero* que ingressam na prisão em circunstâncias semelhantes – ou seja, como representantes de organizações civis (não como os familiares ou cônjuges de pessoas privadas de liberdade, que frequentemente denunciam um tratamento degradante).

O único problema que tivemos foi com os calçados que eram parte dos donativos que seriam distribuídos. Como eram direcionados a pessoas com identidade feminina, grande parte deles possuía *tacones* [salto alto], item proibido nas prisões mexicanas. Já que demoraria tempo demais para separar todas peças com *tacones* dentro daquela gigantesca sacola, foi decidido que eles ficariam guardados na recepção e que conversaríamos com a Diretora ao final da visita para decidir o destino daqueles itens.

Tivemos então nossos braços carimbados em três diferentes lugares com uma tinta transparente, que só se tornava visível na luz negra. Em cada estação de controle no interior da prisão, colocávamos o punho em uma caixa preta (iluminada por dentro) e um funcionário verificava se carregávamos a marcação adequada para ir naquela direção. Quando chegou a minha vez de ser carimbado, o funcionário reclamou acerca do excesso de tatuagens que eu tinha no antebraço, chegando até perto do punho. Um dos carimbos acabou por se sobrepor ligeiramente à uma tatuagem, o que dificultava a

leitura. A cada estação ouvia novas reclamações mal-humoradas, mas sempre acabavam permitindo meu acesso.

Fomos conduzidos por infinitos corredores e através de diversos pátios até o lugar onde seria realizado o evento. O estilo e a forma dos diversos edifícios que compõem a Penitenciária variavam imensamente: alguns pareciam bastante antigos e outros mais modernos, além dos que estavam em ruínas ou em plena reforma: um ruidoso labirinto de muralhas desgastadas e precários “puxadinhos” que em nada lembrava o ideal racionalista e asséptico dos panópticos que inspiraram o projeto de modernização do sistema penitenciário mexicano desde o início do século XX.

Uma das poucas características em comum entre os diversos setores da penitenciária era a presença de diversos altares dedicados à Virgem de Guadalupe: alguns se resumiam a pequenos nichos improvisados decorados com flores artificiais e outros eram verdadeiros retábulos repletos de luzinhas coloridas e exuberantes grinaldas de flores frescas. Tantos os internos quanto os visitantes e funcionários faziam delicadas reverências ao passar por cada uma dessas imagens. Em um ambiente marcado por profundas divisões e tensões, as plácidas imagens da *madre mestiza* dos mexicanos parecia oferecer uma das poucas possibilidades compartilhadas de acolhimento e comunhão.

A cada instante de nossa caminhada se aproximavam internos uniformizados se oferecendo para carregar as sacolas de donativos em troca de algumas moedas. Depois de algumas cansativas recusas, tornou-se impossível não “contratá-los” para esse pequeno trabalho. Demos preferência, no entanto, aos rapazes que as ativistas reconheceram como namorados de algumas das *chicas trans* da unidade.

Chegamos, finalmente, ao desconfortável e abafado auditório que era utilizado para diversos tipos de eventos. Esperamos ali algum tempo antes que começassem a chegar os internos que participariam das atividades. Dentre os cerca de 40 que compareceram, estimo que por volta de dez tinham uma aparência visivelmente feminina (imagem 7). Logo ficaria sabendo que todos provinham do *dormitório 10*, ou seja, estavam recebendo tratamento para HIV/Aids. A escolha do público destoava um pouco da proposta expressa no ofício: nem todos que estavam ali se percebiam como *LGBTTTI*, ao mesmo tempo em que as *pessoas LGBTTTI* de outros *dormitórios* não haviam sido autorizadas a participar das atividades. Essa seleção arbitrária (e não previamente acordada) dos participantes pela administração desta unidade prisional parece indicar duas coisas: em primeiro lugar, a lógica segregatória que rege a gestão

de corpos percebidos como soropositivos; em segundo, a persistência da associação entre *pessoas LGBTTTI* e HIV/Aids.

Por diversos motivos, o *dormitório 10* é o local que mais recebe atenção dos movimentos sociais LGBT em todo o sistema penitenciário do México. Em parte, isso se deve ao fato de ele concentrar uma parcela significativa dos presos que destoam do padrão heterossexual.³²⁷ Além disso, a direção da unidade é de forma geral mais aberta ao contato da sociedade civil com esta população. O tratamento de HIV/Aids é de responsabilidade da Clínica Condesa – uma instituição médica pública de referência que mantém um forte diálogo com movimentos LGBT e outros ativistas do campo dos direitos humanos. A atenção médica que esse *grupo vulnerável* recebe é melhor do que a média, de forma que interessa politicamente aos gestores que ela seja mais visível. Por fim, é importante dizer que é estrategicamente mais fácil obter financiamento para desenvolver projetos com pessoas que vivem com HIV (recorrendo inclusive a projetos na área da saúde, com suas ramificações internacionais) do que para defender os direitos humanos de *pessoas LGBTTTI* encarceradas em outros contextos.³²⁸

Enquanto esperávamos o início de uma palestra, sentei-me em um lugar próximo das pessoas que identifiquei como mais femininas na esperança de conhecê-las e engatar algum tipo de conversa. As primeiras tentativas de contato, no entanto, não foram muito bem-sucedidas. Talvez por conta da minha timidez e do precário domínio da língua (especialmente das gírias mexicanas), ou ainda por conta de alguma desconfiança inicial por parte delas.

A palestra foi dada por Roberto Cortes, representante da associação civil *Documenta*, uma organização fundada em 2010 que se dedica à pesquisa e à execução de projetos na área de direitos humanos. Assim como a *Almas Cautivas*, a *Documenta* financia as suas atividades captando recursos públicos e privados por meio de editais, parcerias e patrocínios de diversos tipos. Roberto tem uma fisionomia tipicamente mexicana (pele morena, cabelos negros e lisos, traços indígenas e baixa estatura) e se apresenta como ativista e *homem gay*. Apesar de cuidadosamente preparada, sua fala

³²⁷ Embora a chamada *população LGBTTTI+* não seja maioria no *dormitório 10*, a maior parte desta população na Penitenciária do DF está neste *dormitório*. Além disso, nenhum outro *dormitório* da Cidade do México concentra tantas *pessoas LGBT*. Nele estão mais de 20% das *pessoas LGBT* em *reclusórios varoniles* de todo o DF.

³²⁸ Assim como no Brasil, os financiamentos da área da saúde (ligados a programas internacionais de prevenção e tratamento de HIV/Aids) são mais numerosos e de mais longo prazo do que os de promoção de direitos e/ou cidadania de pessoas LGBT em outras áreas. Essa foi a impressão que tive em diálogos com ativistas dos dois contextos. Mais pesquisas documental e etnográfica seriam necessárias, no entanto, para desenvolver esta hipótese mais a fundo.

Imagens 6 e 7: Auditório ocupado pela população do *Dormitório 10* durante atividade promovida pela *Almas Cautivas* (foto divulgada nas redes sociais); Ouvido Gara como Bom em 1980 (à esquerda, de *animal print*) e já como Alaska à frente do Dinarama em 1985.

foi recebida com pouca atenção pelo público. Não estavam claros que impactos teriam em suas vidas aquela série de mudanças na Lei Federal de Execução Penal.

Ao final da palestra, foi aberto um espaço para dúvidas e comentários. Depois de um longo silêncio, em que nenhum interno se pronunciou a respeito das questões legais, Ari Vera decidiu fazer uma fala mais geral sobre a questão dos *presos LGBT* e do trabalho da *Almas Cautivas*. Diante desse novo espectro de questões, algumas pessoas da plateia pediram a palavra. A primeira delas se apresentou como uma *chica trans*. Tinha a pele muito morena e marcada por cicatrizes, cabelo descolorido na altura dos ombros e seios femininos moldados por hormônios. O tom de sua voz era de indignação:

Com todo o respeito, senhora, eu acho que a gente precisa se respeitar para ser respeitada. Eu sou uma chica trans e estou aqui há 16 anos, mas nunca fui desrespeitada. E por que isso? Por que eu me dou ao respeito. A população geral nunca me desrespeitou. Quem mais desrespeita as pessoas trans infelizmente são as próprias pessoas trans. É de dentro da nossa comunidade que vem o desrespeito. Esse trabalho na verdade a gente tem que começar por nós mesmas. Se respeitar e se dar ao respeito. Não adianta a gente se fazer de vítimas, dizer que somos discriminadas.

Durante sua fala, vi diversas pessoas concordando silenciosamente com movimentos de cabeça. Outras, contrariadas, começaram um pequeno burburinho de comentários maliciosos. Um rapaz então pediu a palavra. Tinha cabelos escuros, uma barba bem desenhada, pele bronzeada e o corpo bastante magro. Falava também em tom de perplexidade:

Eu sou um homem homossexual. Como vocês podem ver, eu tenho até barba. Eu gosto de homem, me relaciono com homens, mas nem por isso deixo de ser homem. Mas aqui sou sempre tratado como uma chica [menina]. Usam sempre o feminino para falar comigo. Ou, pior que isso, me chamam de puto. E puto aqui não é gente, não tem direito a nada. Para as trans, eu não sou mulher nem sou homem, porque não sou como elas nem vou ser namorado delas. Então sou discriminado por todos os lados. Acho que se vocês querem falar de pessoas LGBT, tem que lembrar que nem todos são trans. E pessoas como eu, qual o nosso lugar? Não quero nome social, eu gosto do meu nome. Não quero maquiagem, não quero roupa de mulher, nem quero hormônio. O que eu quero é respeito, apenas isso.

Sua fala causou pouca comoção, tanto entre as *chicas trans* quanto entre os *homens* supostamente heterossexuais. Aparentemente ninguém mais ali se percebia como *homem homossexual* ou se solidarizava com as especificidades de sua condição.

Seu discurso, no entanto, tinha muito em comum com o de outros indivíduos com os quais conversei tanto no Brasil como no México. Ele sugere, entre outras coisas, que os debates em torno da questão de *presos LGBT* dizem respeito fundamentalmente às questões das *mulheres trans* e/ou *travestis* – argumento que desenvolvemos em diversos momentos desta tese.

Diversas conversas paralelas se proliferavam em um ruidoso buchicho. Mas como ninguém se dispôs a falar publicamente, as ativistas deram o debate por encerrado. Pediram silêncio e informaram que em seguida seria aplicado um “questionário sobre terapias de hormonização” que deveria ser respondido “apenas pelas pessoas que se identificavam como transexuais”. Este havia sido elaborado pela *Documenta* e tinha como objetivo a formulação de um projeto para a ampliação do acesso a esse tipo de tratamento nas prisões da Cidade do México.

Por uma série de motivos, o procedimento de resposta dos formulários não fluíu com muita naturalidade – antes de mais nada, pela falta de canetas e superfícies de apoio para a escrita. A isso se somava o fato de a maior parte das *chicas trans* serem pouco escolarizadas, quando não “analfabetas funcionais”. As perguntas do questionário também não haviam sido elaboradas com muito cuidado: eram confusas, repetitivas e utilizavam termos técnicos muito específicos (ou categorias de classificação com as quais elas não estavam familiarizadas). Essas dificuldades, no entanto, se tornaram uma oportunidade para que eu me aproximasse delas e ajudasse no preenchimento dos formulários. Pude então conhecê-las melhor e conversar sobre diversos assuntos.

O primeiro diálogo mais denso foi com uma jovem esguia de aparência muito feminina, mas com poucas modificações corporais (com cabelo curto, sem cirurgias estéticas visíveis e o uso de hormônios bastante recente). Quando perguntei seu nome, ela me respondeu: Alaska. Na minha ignorância sobre a cultura popular mexicana, perguntei se era por causa da *drag queen* estadunidense com o mesmo nome (uma das participantes do programa de televisão *Ru Paul’s Drag Race*, mencionado na introdução). Ela me disse que não, que não sabia o que era uma *drag queen* e que nunca tinha ouvido falar sobre este programa. Me explicou então, com contagiante entusiasmo:

Alaska é o nome de uma cantora que ficou mundialmente famosa nos anos 1980. Ela nasceu aqui na Cidade do México, fez muito sucesso na Espanha, mas depois voltou para o México, porque ela era mais

amada aqui. Ela fala isso em várias entrevistas, você pode ver: ninguém deu tanto amor para ela quanto o povo mexicano. E ela sempre foi muito próxima da comunidade marica: dos gays, dos homossexuais, das chicas trans. Ela cantou muito no Spartacus, uma boate muito famosa que fica aqui perto, em Nezahualcóyotl. Funciona até hoje, você pode ir lá. E ela tem uma música que é assim [começa a cantarolar]: “A quien le importa lo que yo haga? /A quien le importa lo que yo diga? /Yo soy así, y así seguire, nunca cambiaré/ Quizas la culpa es mía, por no seguir la norma/ ya es demasiado tarde para cambiar ahora”.³²⁹ E é por causa dessa música que eu escolhi esse nome. Porque eu sou assim e ninguém vai poder me mudar. Não importa que me batam, que me xinguem, que me coloquem nesse lugar. Vou continuar sendo eu, Alaska.

Pesquisando posteriormente, fiquei sabendo que Alaska (nome artístico de María Olvido Gara Jova, nascida em 1963) foi uma das principais expoentes do movimento cultural conhecido como *movida madrileña* (imagem 7). Ganharia notoriedade em 1980 pelo papel de Bom, umas das protagonistas do primeiro longa metragem do cultuado diretor espanhol Pedro Almodóvar.³³⁰ A princípio estranhei que uma *chica* tão jovem (e de origem tão humilde) conhecesse uma cantora relativamente *underground* que fez sucesso muito antes de ela nascer – e em particular uma música que havia sido gravada em 1985.

Algumas semanas depois, Jorge Ruvalcaba, que se tornou meu consultor em assuntos de cultura popular mexicana, me explicou que era provavelmente porque Thalía, uma das mais famosas cantoras mexicanas, regravaou *A quien le importa* em 2002.³³¹ Sua versão toca frequentemente nas rádios até hoje. A regravação deu um novo impulso à carreira de Alaska, que nessa época tinha voltado a morar na Cidade do México. Com seu visual andrógino e extravagante, ela fazia particular sucesso entre *homens gays* e *pessoas trans*, se apresentando em várias casas noturnas (inclusive na famosa Spartacus).³³²

³²⁹ Em tradução livre: “A quem interessa o que eu faço?/ A quem interessa o que eu digo?/ Sou assim e continuarei assim, nunca mudarei/ Talvez seja minha culpa, por não seguir a norma/ já é tarde demais para mudar agora”. Música lançada pelo grupo musical espanhol Alaska y Dinarama em 1985.

³³⁰ *Pepi Luci Bom y otras chicas del montón*. Carmen Maura, que se tornaria uma das maiores atrizes do cinema espanhol, faz o papel de Pepi e Eva Siva o papel de Luci. Bom é uma garota *rockeira* rebelde que as leva para se aventurar no efervescente *underground* de Madrid.

³³¹ Thalía é mundialmente conhecida, inclusive no Brasil (onde foram exibidas suas novelas e lançados vários de seus discos). Essa música fez tanto sucesso que chegou a ficar por vários meses no *top 10* do *Billboard latino* nos Estados Unidos.

³³² Casa noturna com mais de 30 anos de existência, fica no município de Nezahualcóyotl (Edomex) – contíguo ao distrito de Iztapalapa (DF). Distante do centro e da *Zona Rosa*, trata-se de uma importante referência para a comunidade *LGBT* de origem mais popular, especialmente para os residentes na região oriental do DF e no estado do México. A fama de seus opulentos shows (com muitas *drag queens* e *gogo boys* dançando em jaulas) ecoa no país inteiro. Alaska fez, de fato, diversos shows ali. A última visita

Assim como no caso de Lola com a canção de Elis Regina, analisado no capítulo 2, fascinaram-me no trabalho de campo essas criativas maneiras de se narrar a própria vida (e construir identidades) por meio da apropriação de determinadas produções culturais em sua conexão com a biografia de artistas populares. Impossível então não lembrar da própria Molina em *O beijo da Mulher Aranha*. Voltaremos em breve a outros casos semelhantes.

Depois de terminar de ajudar Alaska a preencher seu formulário, uma *senhora trans* mais velha solicitou a minha assistência. Ela disse ter 55 anos e estar naquela prisão há 8, tendo sido condenada a 12 anos por “agenciamento sexual de menores de idade”. Afirmou, no entanto, que a causa principal da sua prisão era a inveja das suas companheiras, motivada sobretudo pelo seu marido – que era “um homem muito viril e atraente”. Ela me garantiu que as *chicas* que trabalhavam para ela (inclusive as menores de idade) o faziam porque queriam, porque ela “era uma boa protetora e jamais explorei as *chicas*”.

Para a infelicidade das suas inimigas, no entanto, ela continuava casada com o mesmo *homem*, que ela era capaz de sustentar de dentro da prisão e que, portanto, a visitava regularmente. Apesar de sua aparência física desgastada pela idade e a longa estadia nas prisões, ela ostentava evidentes símbolos de status que sugeriam uma posição privilegiada naquele contexto: volumosos apliques no cabelo, acessórios reluzentes, roupas novas e impecavelmente passadas. Expressou também sua opinião sobre as especificidades do tratamento que recebiam no *dormitório 10*:

Eu não tenho nenhuma reclamação sobre a forma como somos tratadas aqui. Eu vou achar ruim isso de estar apenas com pessoas na minha condição? Aqui pelo menos eu recebo meu tratamento direitinho. Nunca faltam meus remédios e os médicos me tratam como gente. Me tratam como mulher também, como uma mulher que sou, olha [mostra o volume dos seios por baixo do uniforme]. Você não tem ideia de como as pessoas são tratadas nos outros dormitórios... Você não tem ideia de como era no meu tempo, mocinho. Não tinha isso de tratamento para a gente não. Eu vi muitas amigas desaparecerem mesmo, eles levavam as meninas e a gente não via mais. Eles iam na avenida onde a gente trabalhava e levavam as meninas à força para serem testadas. Ai se elas resistissem! E as que saíam com exame positivo não voltavam. Eles diziam que era

desta artista ao Spartacus aconteceu no início de 2018. Nesta ocasião (onde possivelmente minha interlocutora estava), Alaska foi homenageada por um show onde diversas *drags* apresentaram looks inspirados por diferentes momentos de sua carreira.

Ver link: <https://www.facebook.com/645487972220564/videos/1309653522470669/>

Acesso em novembro de 2019.

para serem tratadas, mas a gente nunca mais via elas. Nunca mais... Foram tantas, perdi a conta. Então o que a gente tinha que fazer? Eu fiz muito isso, era o único jeito. A gente pegava alguma coisa cortante né? Podia ser uma gilete, uma navalha, um pedaço de vidro. Eu sempre levei uma gilete aqui, encaixada na boca, para ninguém mexer comigo. Ai quando vinham eles, a gente se cortava. E quando a gente estava coberta de sangue, eles não levavam. Tinham medo, mocinho. Eles morrem de medo do nosso sangue, o sangue dos jotos. Para eles, somos todas contagiosas, sempre fomos. Mas aqui eu pelo menos recebo meu tratamento, sou tratada como gente. Eu vou achar ruim?

Esse tipo de relato sobre a necropolítica do HIV/Aids foi ecoado por ativistas trans mexicanas que conheci em outros momentos, como Alexandra de Ruiz.³³³ O lugar do sangue na narrativa é muito semelhante ao observado no contexto brasileiro – em particular quando analisamos a Operação Tarântula, no capítulo 1. Considerando esta perspectiva histórica mais ampla (evocada por interlocutoras de uma geração específica), o modelo atual de gestão baseado na segregação espacial dos corpos (mas que não deixa de oferecer parâmetros mínimos de cuidado e reconhecimento) aparece como mais vantajoso do que as memórias sombrias da perseguição e dos desaparecimentos forçados.

Depois do preenchimento dos formulários, viria a distribuição dos donativos. Trata-se de um momento tenso, pois a brutal escassez daqueles insumos básicos na prisão desperta avidez e impaciência entre os internos. Foi doloroso testemunhar tamanha ansiedade para receber coisas que fora dali podiam ser obtidas com relativa facilidade (um pouco de sabonete e pasta de dente, rolos de papel higiênico, um ou dois recipientes de plástico). Ajudei as ativistas a organizarem uma fila, na qual as *peessoas LGBT* tinham prioridade. Fui alertado para ficar atento se ninguém estava pegando as doações mais de uma vez. Algumas pessoas eventualmente se aproximavam por fora da fila para me dizer que algum dos itens estava faltando no *kit* que haviam recebido e me pediam insistentemente mais coisas. Exercer essa função de vigilância e controle microscópico na distribuição foi para mim bastante angustiante.

A cerimônia da entrega foi fartamente documentada por fotografias (como a da imagem 2). Estas seriam compartilhadas depois nas redes sociais, de maneira a comprovar para os doadores que os materiais recolhidos haviam chegado a seu destino

³³³ Liderança histórica do movimento LGBT no México. Tive o prazer de conhecê-la em um evento realizado na *Casa de la Imagem*, ocasião em que conversamos longamente sobre a relação das *chicas trans* com a polícia na Cidade do México.

final (ou seja, uma forma de “prestação de contas”). Ao final, seria tirada ainda uma foto de toda a equipe de visitantes junto com os presos, na qual se estendiam as bandeiras do arco-íris e da *Almas Cautivas* (imagem 8). Um detalhe importante é que nas fotos divulgadas, os rostos dos internos precisam ser desfigurados (borrados com ferramentas digitais de edição de imagem) como forma de proteção de suas identidades. O mesmo não é feito com os rostos das voluntárias. Nesse assimétrico jogo de visibilidade, umas aparecem como heroínas sorridentes e generosas, enquanto outras aparecem como corpos anônimos desprovidos de individualidade.

Depois de encerrada essa atividade pública, as ativistas conseguiram negociar com os funcionários para que visitássemos rapidamente um pátio destinado ao banho de sol onde havia um mural do artista *chicano* Fabian Debora (imagem 9).³³⁴ A pintura deste havia sido viabilizada por uma parceria entre a *Almas Cautivas* e a embaixada dos Estados Unidos. Neste lugar, teríamos a oportunidade de encontrar *pessoas LGBT* que não estavam no *Dormitório 10*, como a própria *hermanita* que compartilhou a cela com Ari Vera durante sua estadia na prisão. Circulamos então por mais uma infinidade de corredores, percurso no qual meus olhos e minha mente ficaram saturados de informação.

O pátio pouco se diferenciava de infinitas pracinhas de bairros populares pelas quais passei não apenas no México, mas também em outros países da América Latina. Ao contrário dos locais reservados a banhos de sol nos CDPs onde realizei trabalho de campo em São Paulo, poucos elementos remetiam diretamente a uma prisão. Havia bancos de madeira e telefones públicos,³³⁵ academias de musculação ao ar livre, oficinas de trabalho e pequenos comércios, barracas de *tacos* e até um café *Starbucks* improvisado (o logo, pintado à mão, era muito mais bonito que o original). O *efectivo* [dinheiro vivo] circulava livremente, sendo a moeda universal das trocas (e não a *arapiraca*, como no cenário descrito no capítulo 2). As grades de alambrado que segmentavam os espaços não eram mais altas do que as de uma quadra poliesportiva e as muralhas das prisões estavam para além do alcance da vista. A única coisa que remetia inequivocamente ao cárcere era a cor bege das calças dos internos.

³³⁴ Artista estadunidense de origem mexicana. A pintura mural foi uma forma de arte consagrada no contexto mexicano depois da Revolução por artistas como Diego Rivera, José Orozco e David Siqueiros (sendo que este último ficou anos preso em Lecumberri por razões políticas). Na segunda metade do século XX esta forma de arte se tornaria constitutiva da identidade nacional deste país, bem como da divulgação internacional de sua cultura.

³³⁵ Estes podem ser usados para ligar para a familiares e amigos desde que se pague uma taxa de aproximadamente 5 pesos (1 real) para os presos mais poderosos do pavilhão.

Obra:
"Corazón diverso"

Autor:
Fabián Medina y
Población LGBTTTI-VIH

Ubicación:
Penitenciaría del
Distrito Federal

Imagens 8 e 9: Foto divulgada pela *Almas Cautivas* após o encontro (incluindo um agradecimento às empresas que realizaram as doações); Mural do artista *chicano* Fabián Medina realizado com a participação dos internos em uma atividade promovida em parceria com a embaixada dos Estados Unidos.

Neste cenário, pude finalmente conhecer a *hermanita* sobre a qual Ari Vera tanto havia me falado. Fiquei encantado com sua beleza e doçura. Senti-me imediatamente próximo porque ela lembrava muito fisicamente uma amiga minha, *mulher trans* brasileira de pele relativamente clara e cabelos ondulados. Descobrimos que tínhamos a mesma idade e fazíamos aniversário em datas muito próximas. Ela estava acompanhada de seu namorado, com o qual a interação também fluiu. O encontro me marcou profundamente, a ponto de eu fazer no dia seguinte um post no Facebook compartilhando meus sentimentos ambíguos a respeito:

Trabalhar em prisões é desafiador em diversos sentidos. Se submeter aos invasivos dispositivos de segurança e estar cercado de tanta dor deixa marcas duradouras no corpo e na memória. Mas estamos de certa forma anestesiados para o contato com a violência - vivemos em uma cultura que a naturaliza ao ponto de não sentirmos mais (quase) nada. O maior desafio para mim acabam sendo os momentos de contato afetivo e de identificação. Quando você tem uma sensação de troca e compreensão mútua com alguém e logo depois sai, vai para a comodidade da sua casa sabendo que o outro vai ficar ali preso por mais meses ou anos.

Ontem conheci um casal (4 anos juntos) que me tocou com sua inacreditável doçura. Ela era a típica sagitariana alegre, vai fazer 30 anos 2 semanas depois de mim - mas está desde os 21 anos na prisão. Ele é mais velho, 41 anos, preso desde os 19 e com mais 10 anos para cumprir. Tem o aspecto viril dos presos mexicanos, com barba desenhada e muitas tatuagens, mas com gestos delicados e fala suave. Ele me perguntou o que eu achava da prisão. Eu mostrei o que estava escrito no verso da minha camisa da Pastoral Carcerária (Por um mundo sem cárceres) e traduzi para ele, que me respondeu: - É isso mesmo, manito [rapaz]. Isso daqui é um negócio. Tem muita gente que lucra com a nossa permanência aqui. Com o nosso sofrimento.

Em diversos contextos do trabalho de campo, não foram poucas as vezes que ouvi de presos e egressos essa interpretação de que “o encarceramento *é um negócio*”. No pátio de um CDP, um *irmão* do PCC me disse: “isso aqui é só *business* [negócios], parceiro, não tem nada a ver com segurança”. Complementou o comentário com o trecho de uma letra do Racionais MCs: “Em São Paulo, Deus é uma nota de 100!”.³³⁶

Pouco tempo depois, Ari Vera pediu que nos encaminhassem para a sala da diretora da unidade: era preciso decidir o que fazer com os sapatos que não haviam sido doados. A arquitetura do bloco administrativo da penitenciária era bem menos labiríntica: estávamos no familiar ambiente de uma repartição pública latino-

³³⁶ *Vida Loka*, música que faz parte do icônico álbum *Nada como um Dia após o Outro Dia*, de 2002.

americana. Sem precisar esperar muito, fomos calorosamente recebidos pela autoridade máxima daquela unidade – uma mulher de meia idade com personalidade efusiva e porte físico atarracado. Sua sala era um retângulo amplo sem janelas e climatizado por um ruidoso aparelho de ar-condicionado.

Fomos todos individualmente apresentados para a Diretora, que demonstrou gratidão por aquele “importante trabalho”. Enfatizou quão “carente de atenção” estava aquela parcela da população e declamou uma famosa citação atribuída ao ex-presidente estadunidense John F. Kennedy: “se não podemos eliminar nossas diferenças, devemos contribuir para que o mundo seja um lugar apto para elas”. Depois disso, conversou longamente com Ari Vera, a quem chamou diversas vezes de “amiga”. Além dos temas relativos à prisão, contaram novidades sobre suas respectivas famílias e deram algumas risadas juntas. O grau de intimidade dessa interação me surpreendeu bastante pois, como disse há pouco, era bastante diferente da dinâmica da Pastoral Carcerária em São Paulo. Contrastava também com a relativa distância que as *ativistas* da *Almas Cautivas* pareciam ter com as pessoas privadas de liberdade, com as quais as trocas não fluíam com muita naturalidade. As diferentes origens de classe podem ser uma das causas dessas diferenças. Voltaremos a essa questão mais adiante.

A respeito dos sapatos, ficou decidido que seriam doados às funcionárias da unidade, que muitas vezes se ressentiam de não receber atenção das organizações que atuavam no contexto das prisões. Ari Vera insistiu, no entanto, que era fundamental que fosse fotografado o momento de entrega desses itens, de forma que ela pudesse prestar contas para os doadores. Iniciamos então os longos procedimentos burocráticos de saída.

Pouco depois das 13:00, hora prevista para o fim da visita, já estávamos todas novamente do lado de fora dos muros da penitenciária. Cerca de uma semana depois, realizaria a minha segunda visita a uma prisão mexicana.

O Coro Gay da Cidade do México

No último dia 8 de dezembro o Coro Gay da Cidade do México e Roberto Cabral, com sua personagem “Roberta”, realizaram uma apresentação para a população LGBT Privada de Liberdade no Reclusório Preventivo Varonil Oriente. Entre risadas e emoções à flor da pele, entoaram canções de Gloria Trevi, Juan Gabriel, ABBA, Queen, entre outros. Como era dia de visita, algumas pessoas da população geral chegaram ao auditório com seus familiares e assistiram também ao espetáculo. Também distribuimos insumos

*básicos de higiene pessoal doados pelo grupo LGBT de PEMEX e utensílios domésticos doados por SOFTTEK*³³⁷ (tradução minha).

Assim foi resumida em um *post* nas redes sociais da *Almas Cautivas* a segunda visita da associação que tive a oportunidade de integrar. Ao contrário da anterior, esta ocorreu em um domingo, um *dia de visita*, de forma que pude acompanhar um pouco da dinâmica desses momentos de maior efervescência na vida da prisão e de seus entornos. Estando mais confiante a respeito da logística de me locomover sozinho por aquela região até o local onde encontraria as companheiras de atividade, fui dessa vez por conta própria e, chegando com alguma antecedência, explorei também um pouco das ruas adjacentes à entrada de visitantes.

Assim como a Penitenciária do DF, o *Reclusório Preventivo Varonil Oriente* fica no distrito de Iztapalapa. Com mais de 8 mil presos, trata-se da maior unidade prisional do México (e uma das maiores do mundo). Ele é supostamente dedicado apenas a presos provisórios (aguardando julgamento), mas assim como nos Centros de Detenção Provisória paulistas, há muitas pessoas condenadas que permanecem aí. Segundo as estatísticas oficiais da Coordenadoria de Grupos Vulneráveis, há ali 83 *pessoas LGBTTTI+*, dentre as quais as ativistas da *Almas Cautivas* estimam que cerca de 30 são *mulheres trans*.

O acesso de transporte público se mostrou relativamente simples. A distância entre a parada de metrô mais próxima e a entrada principal pode ser percorrida a pé sem dificuldades. A identificação entre a parada *Periferico Oriente* e o complexo penitenciário é tal que o desenho que representa esta estação na sinalização oficial³³⁸ é uma torre de vigilância estilizada (imagem 10). Naquela manhã de domingo não foi difícil reconhecer no grande número de *mulheres* (e algumas crianças) carregando volumosas sacolas o movimento de pessoas associado ao complexo penitenciário. Seguindo o trajeto delas, fui conduzido aos portões do *Reclusório Oriente*.

O volume de visitantes que comparece regularmente à gigantesca unidade contribuiu para que as ruas do bairro próximas da entrada principal se tornassem um

³³⁷ A Pemex, Petróleos Mexicanos, é uma empresa estatal criada em 1938 e que mantém até hoje o monopólio neste setor produtivo (ocupando um lugar estratégico na economia, semelhante ao da Petrobras no Brasil). A multinacional Softtek, sediada em Monterrey (importante polo industrial próximo à fronteira com os Estados Unidos) é a maior empresa de tecnologia da informação da América Latina. Estamos falando, portanto, de parcerias estabelecidas com “pesos pesados” do setor empresarial – que promovem sua imagem pública por meio do investimento nas chamadas *políticas de diversidade*.

³³⁸ Na sinalização do metrô da Cidade do México cada estação tem um pequeno desenho que a representa. Em geral, este está associado ao próprio nome, mas em alguns casos também a edificações icônicas nas redondezas.

Imagens 10, 11 e 12: Sinalização da estação de metrô *Periferico Oriente*; Roupas separadas por cor nas tendas montadas na entrada da prisão em *dias de visita*; Integrantes do *Coro Gay* esperando sob o impiedoso sol na entrada do *Reclusorio Oriente* (fotos minhas).

pequeno polo comercial. Além de estabelecimentos (pequenas lojas e restaurantes) que ocupam edifícios precariamente construídos, nos dias de movimento mais intenso são montadas numerosas barracas de comércio ambulante. A variedade de mercadorias vendidas ali é impressionante e o fluxo de pessoas lembra o de bairros comerciais varejistas no centro da cidade, como Tepito. Nas tendas que vendiam roupas (imagem 11), notei que essas eram divididas em duas categorias: em uma arara estavam apenas roupas de cores bege e branca (destinadas aos internos) e em outras, apenas roupas nas cores autorizadas aos visitantes, como vermelho e/ou verde (para que esses não corressem o risco de terem sua entrada interditada).

Duas necessidades surgiram antes da visita, motivando minha circulação pelas adjacências. A primeira delas, mais imediata e urgente, era ir ao banheiro. No processo de entrada em qualquer prisão, é difícil saber quando será a próxima oportunidade de fazê-lo (ou se haverá alguma em toda a duração das atividades). Descobri, então, que há nos entornos da prisão um tipo de serviço parecido com o oferecido em diversos lugares caracterizados pela grande circulação de pessoas: tendas improvisadas que permitem que os clientes se aliviem mediante o pagamento de uma pequena taxa (de 2 a 20 pesos, a depender do lugar e da demanda). A higiene destas é, em geral, bastante precária: o cheiro é desagradável e não há água corrente. O máximo que há, em alguns casos, é um tambor cheio de água (em geral um pouco turva) e uma pequena bacia usada para molhar as mãos.

Depois de me aliviar, outra necessidade se impôs. Me dei conta de que, com o avançar da manhã, começava a despontar um sol forte e impiedoso. No mês árido de dezembro, não havia qualquer sinal de nuvens. Estando prevista a apresentação musical de um numeroso coro, havia grande probabilidade de que esta ocorresse a céu aberto. Ou que, nos percursos que antecedessem a apresentação, ficassemos muito tempo expostos ao sol. Para mim, que tenho a pele muito clara, isso podia causar dolorosas queimaduras (o que já havia ocorrido em visitas anteriores realizadas com a Pastoral). Preocupado em levar o mínimo de coisas possível, havia esquecido o protetor solar. Percorri diversas modalidades de comércio em busca de um, inclusive pequenas drogarias e perfumarias populares, mas não obtive sucesso. Em uma dessas, uma atendente simpática me explicou porque eu teria dificuldade de encontrar tal item:

A maioria das coisas que estão à venda por aqui é para as pessoas levarem para os seus familiares presos, entendeu? São coisas que eles pedem para levar e coisas que eles sabem que os carcereiros vão

deixar entrar. Porque tem uma lista dos produtos que podem entrar e a gente só vende o que a gente sabe que vai estar nessa lista, entendeu? Protetor solar não é uma coisa que eles pedem, güero [galego]. Sol demais é um problema que eles não têm numa prisão, entendeu güero? E os custódios [carcereiros] vão pensar o que se você entrar com protetor solar? Além disso nós mexicanos temos a pele mais morenita [moreninha], a gente não usa muito aqui no México. Mas você está certo, lá dentro você pode pegar muito sol, é melhor você passar bastante mesmo, você é muito güerito [braquinho]. E com todas essas tatuagens... São muito lindas. Você fez elas lá nos Estados Unidos?

Eu agradeci os conselhos e expliquei que não era estadunidense, mas sim brasileiro. Ela reagiu com surpresa: “Ah, do Brasil! Mas que lindo país! Eu amo samba... Boa sorte, güero!”. A palavra *güero* é utilizada no México (assim como em boa parte da América Latina) para se referir a pessoas de pele e/ou cabelos mais claros, em geral estrangeiros. Pode ser usada de maneira elogiosa/carinhosa, como as expressões *galego* e *louro* no Brasil, ou de maneira mais irônica/ jocosa, para marcar diferença, como *gringo* ou *alemão* são usadas por aqui. De uma forma ou de outra tal caracterização me marcou em grande parte dos percursos por este país. Acostumei-me a responder com naturalidade sempre que me interpelavam como *güero* ou *güerito*.

Contrariando as expectativas desta simpática vendedora, tive a sorte de encontrar um hidratante corporal que era também protetor solar em uma das barracas que vendia produtos de higiene pessoal e cosméticos na porta da prisão. Os hidratantes eram itens relativamente mais comuns lá dentro, sendo autorizados pela administração e muito valorizados especialmente pelas *mulheres trans*. Como argumenta Morales (2019), a manutenção da “maciez da pele” é uma das principais marcas de feminilidade neste contexto.

Dirigi-me então à porta da penitenciária, onde encontraria os demais participantes. Estes eram muito mais numerosos que na vez anterior, devido à apresentação do *Coro Gay* da Cidade do México – uma companhia musical composta exclusivamente por *gays*. Pouco antes da hora prevista da atividade, avistei uma ruidosa comitiva de *homens* de meia idade, todos vestindo calças *jeans* e camisetas vermelhas com o escrito *Coro Gay* em letras prateadas (imagem 12). Junto deles, estava Roberto Cabral – o amigo *drag* que havia me colocado em contato com Ari Vera. Só soube que ele participaria da atividade quando nos encontramos pessoalmente. Ele me apresentou a alguns conhecidos do coro e socializamos descontraidamente até a hora de entrar.

Emprestei um pouco de protetor solar para vários deles, que não haviam se dado conta de que a apresentação seria possivelmente a céu aberto.

O processo de ingresso na unidade demoraria um pouco mais que na visita anterior porque envolvia, afinal de contas, dezenas de pessoas. A atitude de relaxamento dos integrantes do coro não mudou muito conforme passávamos pelas sucessivas barreiras de controle. Enquanto eu ficava cada vez mais tenso e atento, eles continuavam conversando animadamente. Para eles, aparentemente, se tratava de uma apresentação como qualquer outra e o clima era festivo. Não pude deixar de lembrar do desconforto que tinha em algumas visitas com o GDUCC, nas quais alguns de meus colegas se comportavam como se estivessemos em uma excursão escolar e não em uma prisão. Somente Roberto, que tinha uma trajetória significativa em movimentos sociais, mantinha uma postura mais séria e ajudava as ativistas da *Almas Cautivas* nas delicadas negociações com os funcionários.

O que primeiro me impactou no percurso pelo *Reclusório Oriente* foi a sua escala. Trata-se de uma verdadeira cidade, com ruas de acesso, muralhas e pavilhões a perder de vista. O cenário era relativamente familiar por diversos motivos. Em primeiro lugar, por eu ter visto pouco antes o potente documentário *Mexicanos de Bronce* (dirigido por Julio Fernández Talamantes e lançado em 2016), que mostra muitas cenas em seu interior (imagem 13). Por se tratar de uma unidade grande e famosa, imagens dessa instituição circulam muito na imprensa e no imaginário mexicanos. Ela é também relativamente semelhante à penitenciária do DF, que fica a poucos quilômetros dali. Por fim, há uma impressionante continuidade entre as áreas abertas da prisão e o centrinho comercial que eu havia acabado de percorrer: são basicamente as mesmas mercadorias e as mesmas pessoas que estão circulando nesses espaços contíguos. O mesmo universo de trocas e interações os define mutuamente, “ao redor e através dos muros” (GODOI, 2017). As fronteiras entre dentro e fora são, afinal, bastante porosas.

No caminho entre a entrada e o auditório, a presença de um edifício merece destaque: um pavilhão inteiramente dedicado às visitas íntimas. Ao contrário dos precários *motelzinhos* do estado de São Paulo (em geral “puxadinhos” improvisados), trata-se de uma imponente construção com quatro andares e dezenas de janelas. Conforme as recomendações da maior parte dos criminólogos e juristas desde o início do século XX, sua entrada é independente dos pavilhões onde vivem os presos, poupando os cônjuges do contato direto com a *massa carcerária*. Conforme vimos nos capítulos 1 e 5, o México é pioneiro na implementação desse tipo de política. Quando

Imagem 13: Cartaz do filme *Mexicanos de Bronce*, de 2016. A foto foi tirada no mesmo pátio onde as famílias se encontravam naquele *dia de visita*. Em primeiro plano estão Rocky, Jones e Bullet (ícones do hip hop chicano).

passamos por este edifício, o representante da Coordenação de Grupos Vulneráveis enfatizou, com orgulho, este fato.

Chegamos finalmente ao auditório, que era significativamente mais amplo e bem equipado que o da penitenciária do DF. Este possuía um acesso ao grande pátio onde os presos encontravam com seus *familiares* durante os *dias de visita*. O palco do auditório era conectado por dentro com o palco que dava para o pátio, sendo que os dois compartilhavam o mesmo conjunto de camarins, equipamentos de som e instalações elétricas. Enquanto os internos chegavam e Roberto *se montava* de Roberta para a apresentação, um funcionário simpático me convidou para conhecer o *backstage*.

Entramos por um corredor e, quando dei por mim, estávamos em cima do outro palco, de onde tínhamos uma vista privilegiada da efervescente sociabilidade daquele *dia de visita*. Atrás de nós, havia um grande mural com pinturas vibrantes representando Rocky, Jones e Bullet – ícones do *hip hop chicano* que se conheceram naquela unidade.³³⁹ Do nosso lado, uma caixa de som tocava sucessos de *reggaeton*³⁴⁰ em um volume ensurdecedor. Em frente ao palco, alguns casais dançavam animadamente (os *homens* com uniformes da prisão e as *mulheres* com roupas cuidadosamente escolhidas). Atrás deles, algumas dezenas de famílias compartilhavam refeições em mesas de plástico arrumadas sob uma grande cobertura de lona decorada com coloridos enfeites de papel recortado (típicos das festividades mexicanas). Entre elas, algumas crianças corriam e brincavam soltando gritinhos estridentes de alegria. Eu observava tudo hipnotizado, enquanto ninguém parecia notar (ou dar demasiada atenção) para a minha presença ali em cima.

Naquele momento, as ativistas negociavam com os funcionários em qual dos palcos seria realizada a apresentação: se para dentro, voltada para o auditório (apenas para a comunidade LGBT), ou se para fora, onde todas as famílias poderiam vê-la. Preocupados com a reação que os visitantes poderiam ter a um *Coro Gay*, acabaram optando pela primeira opção. O acesso ao auditório, no entanto, ficaria aberto, de forma

³³⁹ Ainda na prisão, Rocky, Jones e Bullet formaram o grupo *MPC Família*, um marco na história do *hip hop chicano* (ou seja, cantado em espanhol por mexicanos ou por seus descendentes nos Estados Unidos). São os autores da música *Mexicanos de Bronce* [Bronze], em cuja homenagem é nomeado o documentário de 2016 (construído, em grande parte, em torno dos depoimentos e das trajetórias dos três). Em 2017, gravam em parceria com o cantor espanhol (de origem boliviana) Héctor Guerra o sucesso *Del Barrio pa Wirikuta* [do gueto para um lugar sagrado pré-colombiano], cujo clipe inclui imagens gravadas no *Reclusório Oriente*.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aNuADXrCL88>. Acesso em: 10 dez. 2019.

³⁴⁰ Ritmo afro-caribenho extremamente popular no México (assim como em toda a América Latina).

que todos aqueles que demonstrassem interesse poderiam entrar e assistir o espetáculo – o que foi feito por um pequeno número de famílias.

Pouco mais de 20 pessoas identificadas pela administração como parte da população *LGBTTTI+* compareceram ao auditório, a maior parte delas com aparência bastante feminina. Uma delas, Chavela (nome fictício),³⁴¹ se aproximou de mim imediatamente e engatou uma conversa. Notei pela sua desenvoltura que se tratava de uma espécie de liderança naquele universo. Era corpulenta, de pele muito morena e cabelos ralos na altura dos ombros. As marcas de expressão e as entradas avançadas na testa me deram a impressão de alguém que já passava dos 40 anos. Carregava alguns inquestionáveis sinais de status: um gigantesco relógio dourado no pulso, unhas bem pintadas e uma camiseta rosa vibrante com brilhantes artificiais que formavam a palavra *Princess* [Princesa].³⁴² Ela falava ininterruptamente com a doce cadência típica das mulheres mexicanas. Rapidamente ela já tinha obtido todas as informações que queria a meu respeito (nome, idade, nacionalidade, profissão, status de relacionamento) e eu fiquei sabendo mais sobre sua vida dentro e fora das prisões.

Chavela havia nascido na Costa Rica, país centro-americano próximo à fronteira sul do México. Durante décadas de instabilidade política e econômica na região, sua família foi uma das muitas que emigrou em direção ao norte em busca de melhores condições de vida. Depois de passarem por diversas cidades e atravessarem centenas de quilômetros, eles se estabeleceram na periferia precária de um dos numerosos *pueblos* do estado do México. Em suas palavras, “antes do desejo, foi a fome” sua principal motivação nas primeiras experiências sexuais que teve com *homens*. Ainda criança, recebia propostas sexuais de motoristas que a viam caminhando sozinha pela beira empoeirada da estrada que levava até sua casa. Aceitava a princípio pela comida ou por alguns trocados, mas foi adquirindo “gosto pela coisa” e se feminilizando progressivamente, inclusive como estratégia para obter maiores benefícios econômicos. O pai abandonou a família precocemente e, depois disso, a mãe nunca a discriminou por reconhecer a ajuda que trazia para a casa.

³⁴¹ Chavela sabia que eu era pesquisador e concordou que eu utilizasse a nossa interação para este trabalho. Não tive tempo de falar, no entanto, sobre a inclusão do seu nome social. Preferi, portanto, dar um nome fictício em homenagem a Chavela Vargas, uma famosa cantora de seu país de origem que também emigrou para o México.

³⁴² Importante notar que esses acessórios, bem como esses tipos de roupa, são a princípio proibidos nas prisões masculinas. Se ela os usava provavelmente era porque tinha recursos e/ou influência.

A grande inflexão de sua vida, que acabaria por levá-la para aquele lugar, foi um namorado que conheceu pouco depois de fazer 18 anos. Com ele e seus sócios, começou a participar de sequestros. Esta modalidade de delito se proliferou velozmente no México a partir dos anos 1990. Enquadrada na lei criminal como *privacion ilegal de la libertad* [privação ilegal da liberdade], trata-se da terceira causa de aprisionamento na Cidade do México, representando quase 15% da população carcerária desta região (está na frente inclusive dos chamados *crimes contra la salud*,³⁴³ que não chegam a 5%).³⁴⁴ As penas para esse tipo de delito são impressionantemente altas, chegando a mais de uma década mesmo para réus primários. Chavela estava presa há mais de 20 anos e tinha mais pelo menos 8 para cumprir. Da maneira como falava, já não parecia ter expectativas de uma vida *na rua*: havia passado mais tempo no cárcere do que em qualquer outro lugar.

Quando perguntei o que ela fazia, respondeu que era cabelereira e me mostrou com orgulho a sua licença para exercer esta profissão ali dentro. Contou-me de tudo que tinha conquistado com esta atividade, inclusive uma casa e uma caminhonete que mantinha fora dali. Estranhei naquele momento que esta ocupação pudesse propiciar tantos ganhos. Posteriormente, em conversas com pessoas egressas, compreendi que pode ser uma posição de grande prestígio no universo das prisões (como os *faxinas* nas prisões paulistas). Trata-se, inclusive, de um dos poucos lugares de poder a que podem ascender *mulheres trans* neste contexto. Ter uma licença de cabelereira significa, entre outras coisas, poder possuir ferramentas como tesouras (que podem ser usadas ou vendidas como armas) e trazer para dentro da prisão determinadas substâncias químicas. As *peluquerias* [salões de cabelereiros] são importantes lugares de encontro, potenciais esconderijos e canais de entrada para diversos bens extremamente valorizados.

Em relação às *personas LGBT* da unidade, Chavela me informou que as *chicas* (chamadas pejorativamente de *jotos* ou *putos*) só podiam ficar em 5 celas contíguas localizadas em uma zona específica do *Reclusório Oriente*. Todas as pessoas trazidas para a apresentação viviam nesse conjunto de celas (embora nem todas que moravam lá tivessem podido vir). Afirmou que algumas poucas *chicas* estavam em outros lugares, em geral porque não haviam sido aceitas pelas *mamás* destas celas, mas que

³⁴³ Literalmente “crimes contra a saúde” – categoria que abrange tanto o que é chamado no Brasil de *tráfico de drogas* quanto algumas modalidades de uso de substâncias psicoativas.

³⁴⁴ Dados da Subsecretaria de Administração Penitenciária em novembro de 2019.

suas condições de vida eram as mais deploráveis. Contou-me também do triste destino de uma *mulher trans* que havia sido transferida para uma prisão *feminina*:

Tinha essa chica que chegou aqui que era uma das trans mais lindas que eu já vi. Mais feminina, mais perfeita. E ela era inteira operada. Já não tinha nada, entendeu? Tinha uma vagina perfeita. Deixava até os carcereiros na dúvida, porque era perfeita. Quase que nem acreditavam que era trans. E ela chegou aqui de nariz em pé, se achando, né? Achava que era melhor que todo mundo. E na verdade para ela não faltava nada. Nadinha de nada. Os homens ficavam loucos, davam tudo para ela. Queriam agradar, né? E ela não precisava nem dar para eles. Eles estavam na mão dela, só queriam falar, impressionar, galantear né? E então falaram dela ser transferida para a prisão feminina. Um doutor veio aqui e pediu isso. E ela aceitou né, porque se achava melhor que todas, que era mais mulher que todas, que ia ter uma vida melhor. E quando chegou lá o que aconteceu? Ela tomou aquele chingadazo [surra] das outras chicas. Das mulheres da prisão feminina. Elas arrebitaram a cara dela, cortaram o cabelo dela, juraram ela de morte. Disseram que era um joto, um puto, uma verdadeira aberração. E agora ela tem que morar numa cela isolada, não pode conviver com ninguém. E só não passa necessidade porque tem amigas de fora, era uma pessoa mais estabelecida. Mas dos homens ela não consegue mais nada né? Nem se quiser consegue um namorado. Vive isolada, sem nada. Ela que se achava melhor que todo mundo...

Esse relato nos permite problematizar os eventuais benefícios de transferir *mulheres trans* para unidades *femininas*. Outras formas de violência se tornam possíveis – a despeito da pressuposição (baseada em estereótipos de gênero anacrônicos) de que haveria menos discriminação contra *pessoas trans* em unidades prisionais *femininas*. Há, além disso, determinadas possibilidades de agência (como as trocas com os *homens*) que deixam de estar disponíveis.

Enquanto o espetáculo demorava para começar, eu enfrentava certos desconfortos físicos. Além da pressão do tempo abafado, sentia cada vez mais sede e um pouco de fome. No Brasil era comum que os presos nos oferecessem bebida e comida. Ali, estes itens eram vendidos por ambulantes semelhantes aos que trabalhavam nas ruas e parques da Cidade do México (vestidos, no entanto, com os uniformes beges da prisão). Estes passavam pelo auditório exibindo latas de refrigerantes (em temperatura ambiente) e *botanas típicas* [petiscos], como *chips* de banana fritos cobertos com *salsa valentina* [molho apimentado]. Como entrar com dinheiro vivo é um delito gravíssimo no Brasil, não tinha considerado a hipótese de trazer *efectivo* para as visitas (tinha deixado minha carteira no carro de Ari Vera antes de entrar). Para minha sorte, Chavela percebeu o desejo no meu olhar e se ofereceu para

pagar um refrigerante para mim. Ao invés de esperar um vendedor passar novamente, ela tirou uma nota de 50 *pesos* (cerca de 10 reais) do bolso e a entregou para um rapaz franzino que estava ali perto, pedindo em tom assertivo que ele trouxesse uma Coca-Cola para mim e que poderia ficar com o troco para si. Ele voltou alguns minutos depois e entregou o produto com o olhar baixo, em uma atitude exageradamente servil.

Quando as ativistas da *Almas Cautivas* pediram para todos se acomodarem para o início da apresentação, Chavela me convidou para sentar ao seu lado em uma das primeiras fileiras. Aceitei o seu convite, o que permitiu que trocássemos impressões sobre o espetáculo – inclusive sobre os rapazes do coro que nos pareciam mais atraentes. Pude também acompanhar as reações de outras *chicas* sentadas em lugares próximos.

Roberto foi o mestre de cerimônias do evento. Tendo entrado com aparência masculina na prisão, reapareceu no palco completamente montado de *drag queen*, com maquiagem carregada, uma peruca azul, um vestido volumoso, sapatos de salto alto e diversos acessórios (imagem 14). Demonstrou grande habilidade em sua performance: assim como nos clubes da *Zona Rosa*, foi capaz de arrancar muitas risadas e improvisar habilmente nas interações com um público muito diversificado.

O repertório musical interpretado pelo *Coro Gay* foi bastante eclético, incluindo tanto clássicos da cultura popular mexicana quanto *hits* internacionais consagrados. Na toada do recente sucesso comercial do filme *Bohemian Rhapsody* (sobre a vida do cantor Freddie Mercury), começaram com *We Will Rock You*, da banda de rock britânica Queen, que tinha Freddie como vocalista. Seguiram com *Born This Way*, da cantora *pop* estadunidense Lady Gaga e *Dancing Queen*, do grupo sueco de *disco music* ABBA. Esse primeiro *medley*, feito sob medida para agradar *homens gays* de classe média, não teve grande impacto sobre a audiência. Algumas *chicas* elogiaram os malabarismos vocais ou a coreografia, mas o repertório em si não as comoveu (imagem 15). Não pareciam estar familiarizadas com as músicas nem compreender as letras em inglês.

O momento de virada no engajamento do público foi a quarta música: *Amor Eterno*, grande sucesso da autoria de Juan Gabriel – nome artístico de Alberto Aguilera Valadez (1950 – 2016), possivelmente o mais popular compositor da história do México. O chamado *Divo de Juarez*³⁴⁵ é, além disso, a figura pública notoriamente

³⁴⁵ Em referência a Ciudad Juarez (capital do estado de Chihuahua, na fronteira com os Estados Unidos) onde se consagrou como artista (apesar de ter nascido no estado de Michoacán, mais ao sul). A palavra *divo*, masculino de *diva*, é um neologismo que enfatiza tanto seu extraordinário talento e popularidade

Imagens 14 e 15: Roberta, personagem *drag* de Roberto Cabral, no palco com as ativistas da *Almas Cautivas* e o Coro Gay da Cidade do México; Momentos iniciais da apresentação no auditório do *Reclusorio Oriente* (fotos divulgadas nas redes sociais).

homossexual³⁴⁶ mais bem aceita neste país tão machista e homofóbico. Mesmo sem conhecer naquele momento a música nem sua história, pude perceber como o encadeamento de versos entoados em sucessivas espirais dramáticas despertava sentimentos profundos em quase todos os presentes. Muitos olhos lacrimejavam e algumas vozes se juntaram ao coro com entusiasmo.

A comoção de Chavela era palpável, mas ela evitou demonstrar suas emoções até ouvir os seguintes versos: “*Oscura soledad estoy viviendo yo/ La misma soledad de tu sepulcro, mamá!*”.³⁴⁷ Neste momento, ela agarra meu braço com força e começa a chorar. Sem saber como reagir, perguntei que música era aquela. Ela me pediu desculpas pelo arrebatamento, mas só me responderia ao final da interpretação desta canção, enquanto aplausos eufóricos irrompiam pela primeira vez no auditório.

Essa é Amor Eterno, de Juan Gabriel. O maior cantor e compositor do México. Minha mãe o amava tanto... Era o cantor favorito dela. E o meu também. Minha mãe amava muito essa música. Estou muito emocionada, porque eu sequelei a minha querida mãezinha cantando essa música... Todos cantávamos essa música para ela antes de enterrá-la. Desculpa güerito, foi demais para o meu pobre coração.

Reza a lenda que Juan Gabriel compôs *Amor Eterno* em 1974, em meio a uma turnê, depois de receber a dolorosa notícia da morte de sua mãe. A canção seria gravada somente em 1984 pela atriz e cantora espanhola Rocío Durcal,³⁴⁸ tornando-se um sucesso imediato em diversos países *hispanohablantes*. Apenas em 1990, o artista apresentaria ao público sua própria interpretação da música. A ocasião foi um espetáculo no Palácio Belas Artes (o mais opulento do país), considerado a consagração de sua carreira:³⁴⁹ uma icônica performance televisionada e muito frequentemente

quanto as subversões dos estereótipos de gênero que caracterizam (e potencializam) suas performances musicais.

³⁴⁶ Juan Gabriel nunca se afirmou publicamente como homossexual, mas também não desmentiu os inúmeros boatos a respeito de sua vida íntima. Nunca foi casado ou apareceu publicamente com uma namorada, nem disfarçava seus trejeitos visivelmente afeminados (especialmente para os padrões do *macho* mexicano). Em uma célebre entrevista em que foi questionado sobre o tema, respondeu sem rodeios que “lo que se ve no se pregunta” [o que se vê não se pergunta]. Trecho disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=ZdCM021ApC0.A>. Acesso em novembro de 2019.

³⁴⁷ “Obscura solidão estou vivendo agora/ a mesma solidão de teu túmulo, mamãe!” (tradução livre).

³⁴⁸ Nome artístico de María de los Ángeles de Las Heras Ortiz (1944 – 2006), amiga íntima e parceira frequente de Juan Gabriel, tendo gravado dezenas de suas composições.

³⁴⁹ A realização desse espetáculo causou grandes controvérsias na imprensa mexicana. O Palácio Belas Artes era até então fundamentalmente um espaço dedicado à “alta cultura” ou à cultura folclórica tradicional. A performance de um artista popular romântico incomodou os setores mais conservadores da elite intelectual – que tampouco o poupou de comentários jocosos acerca de sua notória efeminação. Ver a respeito o artigo de Carlos Monsiváis (2016) no jornal *O Processo*.

reproduzida até hoje (imagem 16).³⁵⁰ A partir de então, a canção ocuparia um lugar de grande destaque na cultura popular do país. Quase todos os mexicanos conhecem de cor sua extensa letra e sua melodia pode ser ouvida até mesmo nos realejos do Zócalo.³⁵¹

Mas o que exatamente nesta canção comoveu tanto aquele auditório? E o que Chavela queria me comunicar quando disse que havia enterrado sua mãe entoando seus versos? Para mim não importa saber se essa cena efetivamente ocorreu fora das narrativas da minha interlocutora (considerando o tempo que ela está na prisão, o mais provável é que não). Assim como nas análises dos relatos de Molina, Lola e Alaska, o que me interessa é como Chavela constrói sua identidade e se apresenta para mim através dessas histórias. Em que envolventes teias de significado nos enredamos neste insólito encontro?

A biografia de Alberto Aguilera Valadez tem muito em comum com a de muitos *jotos* e *putos* que passaram pela prisão. Nascido em 1950 no interior miserável do estado de Michoacán, é o mais novo de 10 irmãos. Depois de terem sido abandonados pelo pai (que tinha graves problemas de saúde mental), a mãe decidiu emigrar com a extensa prole em direção a Ciudad Juarez, onde viviam parentes seus. Próxima da fronteira com os Estados Unidos, esta cidade era então um próspero polo industrial que atraía trabalhadores de todo o país em busca de oportunidades de ascensão social.

Sem ter condições de cuidar de todos os filhos, a mãe é obrigada a dividir a prole, dando destinos distintos a cada um deles. Com apenas 5 anos, Alberto é deixado aos cuidados de uma instituição para jovens infratores, órfãos ou abandonados pela família: a infame *Escuela de Mejoramiento Social para Menores* [Escola de Melhoramento Social para Menores]. Passa 8 anos ali, recebendo visitas esporádicas de sua mãe. Trata-se de um período de imenso sofrimento para o artista, tema abordado

³⁵⁰ Na gravação, enquanto mais de uma dezena de *mariachis* [músicos tradicionais mexicanos] vestidos de branco começa a tocar a parte instrumental da canção, Juan Gabriel, em um opulento fraque com extravagantes detalhes dourados, declama que: “Mais do que uma música, esta é uma oração de amor que quero dedicar, como sempre, com o mesmo amor, carinho e respeito, para todas as mães que vieram me visitar hoje à noite. Especialmente para aquelas que estão um pouquinho mais longe de mim” (tradução minha). O trecho do *show* com a performance dessa música é extremamente popular, tendo mais de 150 milhões de visualizações no site Youtube – disponível no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=RgKqxLAhRKE>. Acesso em novembro de 2019.

Para se ter uma margem de comparação: o vídeo mais visto do cantor brasileiro Roberto Carlos neste mesmo site (*Esse cara sou eu*) tem pouco mais de 10 milhões de visualizações.

³⁵¹ Praça principal da Cidade do México, tendo sido construída sobre as ruínas da praça central da capital asteca Tenochtlán. Realejo é uma espécie de órgão portátil de origem europeia que toca melodias pré-definidas quando movido por uma manivela. Os tocadores de realejo vestidos com trajes tradicionais são uma atração recorrente nos principais pontos turísticos de todo o México.

em diversas de suas composições. Neste local, conheceria o seu primeiro mentor artístico e protetor: Juan Gabriel Contreras, chefe de uma das oficinas da instituição. Em homenagem a ele adotaria, posteriormente o nome artístico pelo qual ficou famoso.

Aos 13 anos, Alberto consegue fugir da instituição e volta a viver com a mãe. Realiza os mais diversos trabalhos (como a venda de *tacos* na rua) enquanto tenta lançar sua carreira musical. Esse período de sua vida é marcado por pequenas conquistas e grandes percalços. O maior deles foi em 1970 (aos 20 anos) na Cidade do México, onde tentava se estabelecer como artista. Ali foi acusado de roubo e levado à prisão de Lecumberri, onde passou 18 meses. Saiu graças à ajuda da atriz e cantora *La Prieta Linda* [a bela morena],³⁵² admiradora de seu trabalho, que era parente de um importante funcionário da prisão. Este momento de sua trajetória seria o tema do Filme *Es Mi Vida*, de 1982, protagonizada pelo próprio Juan Gabriel (imagem 17).³⁵³

O primeiro grande sucesso de Juan Gabriel, o compacto *No Tengo Dinheiro* [não tenho dinheiro], chegou ao primeiro lugar das paradas mexicanas em 1972, um ano depois de sua saída da prisão. A morte de sua mãe em 1974 ocorre, portanto, no momento de plena ascensão de sua carreira. A letra de *Amor Eterno* expressa as emoções ambivalentes do artista em um momento de profunda epifania. O imenso afeto pela figura materna se entrelaça dramaticamente com a rememoração da dor (e do ressentimento) infligidos por longos períodos de separação e pela sensação de abandono. Vejamos alguns trechos que se tornaram icônicos na cultura popular mexicana – e que comoveriam mais de quatro décadas depois a audiência do *Reclusório Oriente*:

*Você é a tristeza dos meus olhos
Que choram silenciosamente por seu amor
Eu olho para o espelho e vejo no meu rosto
O tempo que sofri pelo seu adeus
Eu me obrigo a te esquecer no pensamento
Porque estou sempre pensando no ontem
Eu prefiro estar dormindo do que acordado
De tanto que me dói que você não esteja [...]*

³⁵² Nome artístico de María Teresa Enriqueta Jiménez Chabolla (nascida em 1933), que iniciou sua longa carreira no cinema mexicano ainda na década de 1950.

³⁵³ Dirigida por González Martínez Ortega. O título do filme é o nome de uma das músicas de maior sucesso de Juan Gabirel. *La Prieta Linda* faria uma participação especial (imagem 17). O papel de sua mãe é interpretado por ninguém menos que Leonor Llausás (1929 – 2003), diva dos anos de ouro do cinema mexicano que fez sucesso nos anos 1950 (sendo admirada pelo cantor em sua infância) e estreou em dezenas de *telenovelas* nas décadas seguintes.

Imagens 16 e 17: Juan Gabriel, o *Divo de Juarez*, em seu icônico espetáculo no Palácio Belas Artes (1990); Cartaz do filme *Es Mi Vida* (1982) baseado nos relatos dos 18 meses que o artista passou na infame prisão de Lecumberri. Tanto Juan Gabriel como *La Prieta Linda*, (na foto em branco e preto) representam a si mesmos na obra.

*Eu sofri muito com a sua ausência
 Desde aquele dia até hoje, eu não estou feliz
 E embora eu tenha tranquila a minha consciência
 Eu sei que poderia ter feito mais por você
 Obscura solidão eu vivo agora
 A mesma solidão de teu tûmulo, mamãe [...]
 A solidão é tudo o que tenho agora além de suas memórias
 Que tornam mais triste a angústia de viver pensando em você
 Olhos que te viram tanto, mas que não te voltarão a ver
 Tristes de tanto sentir a sua ausência
 E de te esperar tanto tempo desde aquele adeus
 Olhos que derramaram tantas lágrimas por penas³⁵⁴ e de dor
 De amor, de tantas despedidas e despenas³⁵⁵ [...]
 Mas como eu gostaria que você vivesse
 Que seus olhinhos nunca tivessem se fechado
 E eu pudesse olhar para eles
 Amor eterno e inesquecível
 Mais cedo ou mais tarde estarei com você
 Para que continuemos nos amando
 Amor eterno, eterno e terno (tradução livre).*

A comovente trama da música se constrói pelo entrelaçamento de diferentes tempos e sentimentos contraditórios. O sofrimento com a morte da mãe e a lembrança da dor provocada pela separação forçada durante os longos períodos de privação de liberdade se intercalam e em alguns momentos se confundem. “Aquele adeus” tem um duplo sentido: ter sido mandado para um orfanato e posteriormente ter se tornado órfão. O reencontro com a figura materna (“mais cedo ou mais tarde estarei com você”) tem também dois sentidos: ou a liberdade (reunião nesta vida) ou a morte (reunião em outra vida). O final apoteótico da música é marcado pela vitória definitiva do amor incondicional (“eterno e terno”) sobre o ressentimento (“me obrigo a te esquecer”). Ironicamente a afirmação desse sentido define poeticamente a busca do reencontro amoroso como um anseio pela morte – fórmula recorrente em muitas das mais icônicas produções culturais mexicanas.³⁵⁶

Todas essas complexas camadas de significado emergiam durante a performance do *Coro Gay*. Assim como Chavela, muitos presentes pareciam projetar subjetivamente seus sentimentos naqueles versos e se identificavam com a tortuosa trajetória de Juan Gabriel. A relação de grande parte deles com suas mães era

³⁵⁴ Como vimos no capítulo anterior, a palavra *pena* tem um significado bastante diferente no México, sendo melhor traduzida por “condenação” ou por “vergonha”. Retomarei o uso desse termo adiante.

³⁵⁵ Palavra pouco usual no castelhano, pode ser traduzida como “desesperos”. A mantive no original por reforçar a ideia de *pena* do verso anterior.

³⁵⁶ Analisada em diversas reflexões sobre a alma mexicana, como a de Claudio Lomnitz (2006) e a do próprio Octavio Paz (2015).

provavelmente marcada pelo mesmo tipo de ambivalência entre amor e dor, afeto e ressentimento, dedicação e abandono. *Amor Eterno* sintetiza primorosamente as ambivalências da figura materna na tradição mexicana – o que nos ajuda a entender seu extraordinário sucesso. Sua força no ambiente prisional se intensifica pela conhecida experiência do seu compositor em contextos análogos. É interessante, nesse sentido, a presença recorrente da palavra *pena* (e da variação *despenas* [desesperos], dela derivada), sobre a qual refletimos no capítulo anterior. A metáfora da condenação e da vergonha remete tanto ao tempo de estadia na prisão (ou no orfanato) como ao sentimento de abandono pela própria mãe.

Ao me dizer que tinha velado a sua mãe ao som dessa música, Chavela afirmava pelo menos duas coisas. Em primeiro lugar, a vitória do sentimento de amor incondicional sobre os eventuais ressentimentos em sua relação com a genitora – a derradeira homenagem recorrendo aos versos de seu cantor preferido restaura vínculos sagrados muito provavelmente desgastados pela sua identidade desviante e pelo encarceramento. Ao evocar o gosto excepcional por Juan Gabriel ela reforçava também o vínculo de ambas, imigrantes de um estigmatizado país centro-americano, com a mexicanidade. A adesão ao culto pelo *Divo de Juarez* é, afinal de contas, uma poderosa prova de pertencimento simbólico a esta nação.

Depois de *Amor Eterno*, o coro cantaria mais oito músicas em espanhol, incluindo mais duas do próprio Juan Gabriel. Estas foram intercaladas pelas piadas de Roberta e também por depoimentos de integrantes da companhia – como o de um deficiente visual que havia encontrado na música uma forma de “superar o trauma de ter perdido a liberdade”:

Há seis anos eu perdi a minha visão e senti que com isso havia perdido a minha liberdade. Eu já não me aceitava pelo fato de ser gay e não conseguia aceitar também a vergonha de ter que pedir ajuda para tudo, de não conseguir fazer as coisas sozinho. Achei que a minha vida tinha acabado. Ter entrado para o Coro Gay da Cidade do México foi fundamental para que eu aprendesse a dominar meu orgulho, a ser capaz de me amar novamente. Encontrei uma família que me ama e me acolhe como eu sou. Aprendi que não tenho porque ter vergonha de aceitar ajuda. Cantando eu aprendi a viver uma nova forma de liberdade.

O público acolheu com respeito esse depoimento, mas não parecia particularmente comovido por esta narrativa de superação – nem pela relação

metafórica entre a deficiência visual e a “perda de liberdade”.³⁵⁷ Ao longo da apresentação, o único momento de engajamento próximo ao da performance de *Amor Eterno* foi a interpretação de *Todos Me Miran* [todos olham para mim], canção *pop latina* que fez sucesso na voz de Gloria Trevi. Neste momento, algumas *chicas* se levantaram dos desgastados assentos do auditório, dançando e cantando seu conhecido refrão:

*Você me fez sentir que eu não valia
E minhas lágrimas caíram aos seus pés
Eu me olhava no espelho e não me enxergava
Então soltei meu cabelo e me vesti como uma rainha
Coloquei salto alto e fiquei linda
E eu andei até a porta, ouvi você gritar comigo
Mas suas correntes já não me prendem mais
Então olhei para a noite e esta já não era escura: era de lantejoulas
Então todos olham para mim, para mim, para mim
Porque eu sou linda e porque todos me admiram
Porque faço o que poucos se atreverão a fazer
E todos olham para mim, para mim, para mim
Alguns com inveja, mas no final, mas no final,
No final, todos me amarão*

Conhecida como “a suprema diva do pop mexicano”, Glória Trevi (nome artístico de Glória de los Ángeles Treviño Ruiz) já vendeu mais de 45 milhões de discos e é particularmente popular na comunidade LGBT.³⁵⁸ Do currículo do *Coro Gay*, o que mais impressionou a audiência foi o fato de já terem se apresentado com esta estrela em uma de suas recentes turnês. A trajetória de vida da artista é marcada por diversos altos e baixos, em uma trama digna de *telenovela*. Longe de tê-la afastado dos fãs, sua contínua exposição em escândalos midiáticos alimentou o fascínio por sua ambivalente figura.³⁵⁹ Nesta toada, Chavela me disse que:

É verdade que o Coro Gay já se apresentou com a Glória Trevi? Isso é incrível! Ela é a maior estrela pop mexicana e faz sucesso no mundo inteiro. Ela já sofreu muito, tadinha... Ela já esteve na prisão. Foi no Brasil inclusive, no seu país. Deve ter saído em todos os jornais naquela época. Mas talvez você seja muito novinho para lembrar güerito, já devem fazer uns 20 anos... Mas ela fez tudo por amor, ela sempre foi uma pessoa muito intensa, apaixonada e que

³⁵⁷ Sobre a relação da deficiência com outros marcadores sociais da diferença ver Pedro Lopes (2020).

³⁵⁸ A ativista Josseline Aguilar tinha na sala de sua casa uma foto com ela. Esta pode ser parcialmente vista na imagem 16 da introdução (colada na porta, logo atrás de mim).

³⁵⁹ Esse tipo de identificação com a trajetória de “glamour e abjeção” de determinadas divas é uma expressão típica do que autores como David Halperin (2012) chamam de “sensibilidade camp”, característica da socialização e da constituição das subjetividades de *homens gays* e *mulheres trans*.

transmite isso em tudo que faz. Por isso que eu gosto da música dela, sabe? Tem muita verdade, muito sentimento. É uma mulher autêntica, uma artista de verdade. Quando ela canta a gente consegue sentir que tem verdade naquilo, como no Juan Gabriel. E é por paixão que ela faz as coisas, por isso que ela teve tantos problemas. O empresário dela se aproveitou dela, por isso também que ela foi parar na prisão. Ah güerito, você não sabe o que uma mulher é capaz de fazer por amor! Eu bem sei... por isso estou aqui. Mas a Gloria Trevi é uma inspiração para todas nós porque ela conseguiu superar tudo isso. Depois de sair da prisão ela brilhou mais que nunca, conseguiu superar tudo isso e hoje é inclusive uma mãe exemplar para o filho dela, o que ela teve na prisão. É uma grande mulher!

O episódio ao qual ela se refere ocorreu no ano 2000. Gloria Trevi e seu empresário (e amante) foram presos no Rio de Janeiro sob a acusação de “rapto e corrupção de menores” (imagem 17). Eles teriam sido cúmplices na sedução de jovens cantoras com a promessa de uma carreira artística meteórica. Não se trata do único, mas foi talvez o mais grave escândalo no qual ela esteve envolvida. Em 2001, ela engravidou na prisão e declarou para a imprensa que havia sido violentada por um carcereiro. Um teste de DNA, no entanto, mostrou que o pai biológico era seu empresário (que a havia visitado, mas continuava casado com outra mulher mesmo depois do escândalo). O filho viria a ser batizado como Ángel Gabriel, nome que ironicamente evoca o imaginário da pureza e do nascimento virgem.³⁶⁰ Em 2002 ela é extraditada para o México e em 2004, inocentada das acusações, é colocada em liberdade. Apenas três meses depois, ela lança um novo álbum de imediato sucesso comercial, tendo vendido mais de 100 mil cópias nos três primeiros dias.

Todos Me Miran é lançada em 2006, no embalo da gloriosa “volta por cima” em sua carreira. Com ela chegaria novamente ao primeiro lugar da *Billboard latina* nos Estados Unidos. O clipe deste *hit* é o primeiro da artista explicitamente direcionado para a comunidade LGBT – uma estratégia comercial que se mostrou bastante eficaz. O vídeo mostra um *homem gay* superando uma desilusão amorosa ao sair na noite montado como *drag queen* (imagem 18). A narrativa reproduz a promessa de libertação pelo *coming out* [saída do armário]: a conversão de uma “noite escura” em uma “noite de lantejoulas” representa a mudança de um eu lírico invisível e sem identidade (que

³⁶⁰ Gabirel é o nome que ganhou na tradição católica o anjo que anuncia a Maria a imaculada concepção de Jesus Cristo. É interessante que Gloria tenha nomeado dessa maneira o filho que concebeu com seu amante (e que tinha declarado ser resultado de uma violação). Ao longo de sua trajetória, ela vai transitar continuamente entre as figuras da mulher pura e da mulher hipersexualizada, da vítima e da sedutora, de santa e de puta, de Maria e de Madalena, da mãe dedicada e da mãe *chingada*.

Imagens 18 e 19: A cantora *pop* mexicana Gloria Trevi presa no Rio de Janeiro sob a acusação de corrupção de menores em 2000; *Frames* do videoclipe de *Todos Me Miran* (2006), no qual um homem aparece *se montando* como *drag queen* para superar uma decepção amorosa.

não é capaz de se ver no espelho) em alguém visível e orgulhoso de si (que ao final todos olham e amam).

Assim como no caso de *Amor Eterno*, elementos do conteúdo musical se entrelaçam com dados da trajetória de vida da artista na produção de uma extraordinária comoção no público.³⁶¹ A percepção de uma dramaticidade “autêntica” (a transmissão de “sentimentos verdadeiros”) é, para Chavela, o que permite que ela se enxergue em determinadas obras musicais e se aproprie delas para dar sentido à própria vida naquela breve (mas intensa) interação comigo. Esta sensibilidade lembra um belo diálogo de *O Beijo da Mulher Aranha*, em que Molina recorre a letras de diversos boleros (mexicanos, cubanos e argentinos) para ajudar Valentín a expressar seus sentimentos ambivalentes. Este se ri do fato de que para companheira de cela “tudo soa como um bolero”. Esta responde, então que, “Mas, seu bobo, os boleros dizem verdades aos montes, é por isso que eu gosto tanto deles” (PUIG, 2003, p. 142).

A última música do espetáculo seria um *bis* de *Todos me Miran*, recebido com o mesmo entusiasmo da primeira performance. Ao final deste, teria lugar a distribuição de donativos (ver imagem 2). Esta se deu de maneira semelhante à da semana anterior: foi formada uma longa fila dando prioridade à *população LGBTTTI+*. Passei novamente pela desconfortável situação de precisar conter a ansiedade e a insistência dos internos. Os procedimentos de saída também foram semelhantes. A única diferença significativa foi a calorosa despedida de Chavela, que havia tornado aquela visita muito mais rica e divertida.

Neste exercício de descrição densa (GEERTZ, 1978) das atividades da *Almas Cautivas*, decidi dar bastante espaço para as performances musicais porque acredito que elas sejam características de seu estilo de atuação política. Trata-se de uma dinâmica típica das mobilizações de movimentos LGBT, por um lado, e da tradição política mexicana, por outro.³⁶² Neste cenário, a política é uma espécie de espetáculo identitário que reafirma ou relativiza diferenças promovendo o compartilhamento de determinadas emoções. Elementos da cultura popular (e da música em particular) operam como signos compartilhados capazes de criar espaços de identificação. Suas narrativas são apropriadas para dar um sentido social a histórias de vida, sedimentando vínculos

³⁶¹ Nesse sentido, é interessante também notar que a metáfora do acorrentamento (*sus cadenas*) é usada para falar das opressões de uma relação abusiva. Na trajetória de Gloria Trevi, a tumultuada relação com o ex-empresário coincide com sua privação de liberdade nas prisões brasileiras.

³⁶² Sobre os estilos de atuação política do movimento LGBT no México e sua relação com as estruturas institucionais do Estado mexicano ver Rafael de la Dehesa (2015).

intersubjetivos e também políticos. A comunidade LGBT e a mexicanidade funcionam como identidades compartilhadas supostamente capazes de transcender diferenças de classe e raça, bem como a distância entre ativistas, representantes do Estado e pessoas privadas de liberdade.

A percepção desse estilo de atuação política não é homogênea no campo dos direitos humanos nem dos ativistas LGBT. Vejamos agora algumas vozes dissonantes que problematizam tal abordagem.

As motivações do ativismo

Conforme relatei na introdução, no início de 2019 me aproximei de dois outros grupos liderados por ativistas trans da região metropolitana da Cidade do México: o *Orgullo Ecatepec*, atuante no estado do México e o *Colectivo Trans por la Libertad de Ser y Decidir*, atuante na região de Izatalapa (onde estão localizadas as unidades prisionais que visitei). A dinâmica de atuação cotidiana desses grupos consistia na realização frequente de reuniões, atividades e atos públicos semelhantes aos promovidos pelos movimentos sociais LGBT no Brasil (AGUIÃO, 2014). Contrastavam, assim, com o modelo de associação civil adotado pela *Almas Cautivas*.

O perfil das pessoas que comparecem às atividades promovidas por esses dois grupos é muito diferente dos que prestigiam os eventos promovidos pela *Almas Cautivas* (pessoas de classe média, muito escolarizadas e de pele mais clara). A imensa maioria tinha a pele bem morena, traços predominantemente indígenas e vivia em situação de grande vulnerabilidade social. Muitas eram trabalhadoras sexuais, viviam como HIV e/ou não tinham residência fixa. Um número significativo já tinha passado pela prisão ou por outros dispositivos de privação de liberdade.

Diversas ativistas trans com as quais dialoguei nesses outros contextos visitavam prisões muito frequentemente e eram sensíveis no acolhimento de pessoas LGBT egressas do sistema penitenciário – embora esses não fossem apresentados como os objetivos oficiais dos grupos que lideravam. Percebi que relações estabelecidas na prisão tinham continuidade na formação de redes de solidariedade e na mobilização política. Estas eram tecidas, portanto, através dos seus muros. A perspectiva do cárcere estava presente no horizonte de todas, mesmo que este não fosse referido como espaço privilegiado de atuação.

A grande capacidade de mobilização política desses grupos também não se traduz na mesma competência demonstrada pela *Almas Cautivas* na elaboração de projetos para editais, no contato privilegiado com agentes do Estado, na captação de recursos públicos ou no patrocínio de empresas. A única parceria significativa que o *Colectivo Trans por la Libertad de Ser y Decidir* conseguiu estabelecer foi com a Clínica Condessa. Essa se limitava, no entanto, ao eventual uso de espaços para reunião ou no recebimento de insumos de prevenção – não envolvendo pagamento ou mesmo ajuda de custo para a realização de projetos.

Aos poucos, fui percebendo a complexidade das divergências e disputas entre ativistas trans de diferentes perfis socioeconômicos. Há certo ressentimento das ativistas de origem social menos privilegiada em relação ao estilo de atuação da *Almas Cautivas*, percebido como “elitista” ou mesmo “oportunista”. Estas eram criticadas porque “só fazem as coisas quando são pagas para isso” – o que indicaria que elas não estariam atuando “em nome da causa”, mas “pelo dinheiro”. Quando perguntei a uma delas a respeito do trabalho da *Almas Cautivas*, a resposta foi muito mais crítica do que eu esperava:

Então, acho que muitas organizações só vão em benefício próprio e só estão onde interessa estar. Não estão onde deveriam estar, onde está sua atenção e a sua paixão. Só estão ali porque é do interesse dela e porque deixam que elas estejam. Acho que elas ajudariam mais se estivessem fazendo algo que elas realmente gostam, porque isso [atuar dentro do cárcere] eu sei que elas não gostam de fazer. Não querem fazer, só fazem porque conseguiram esse espaço e isso dá reconhecimento para elas. Ninguém paga pelo nosso trabalho e nós continuamos fazendo de tudo. E outras pessoas enquanto não há recursos não fazem nada. Ficam paradas, quietas. Não fazem nada. Não distribuem camisinhas quando ninguém paga para elas fazerem isso. Então a preocupação delas não é realmente a prevenção. Por que o compromisso de verdade não pode ser apenas temporário, por esse ou aquele projeto.

De fato, Ari Vera havia comentado comigo que de alguns anos para cá elas não faziam mais as atividades quando não havia financiamento. A seu ver, tratava-se de uma estratégia de valorização do seu trabalho e um dos aspectos da profissionalização da associação civil que preside. Como relatei há pouco, só tomei conhecimento da realização de uma única visita à prisão em todo o primeiro semestre de 2019 (uma frequência relativamente baixa para um grupo que é tomado como referência de atuação junto a pessoas privadas de liberdade).

As ativistas do *Orgullo Ecatepec* e do *Colectivo Trans por la Libertad de Ser y Decidir*, por sua vez, quase nunca são pagas por suas atividades. Não recebem sequer ajuda de custo, tendo que pagar certas despesas (transporte, alimentação, material) com dinheiro do próprio bolso. Ao contrário de Ari Vera e Daniela Vázquez, nenhuma delas possuía um carro particular, havia viajado para o exterior ou frequentado uma universidade. Uma delas chegou a me dizer que:

As meninas da Almas Cautivas não têm a nossa cor, não tem a nossa cara, não tem a nossa vivência, não pertencem ao mesmo universo que a maioria das mulheres trans do México. Por que elas que estão ocupando esses espaços, estão sendo pagas para fazer esse trabalho? Enquanto nós estamos fazendo isso por amor, estamos dando nosso sangue pela causa. Sem carro, sem viagens internacionais e sem um centavo de incentivo.

Andrea Luna, a principal liderança do *Colectivo Trans por la Libertad de Ser y Decidir*, já esteve na prisão duas vezes – conforme vimos no capítulo anterior. Assim como Ari Vera, Andrea associa a essas experiências seu maior engajamento com a política em geral e com a questão da *população LGBT privada de liberdade* em particular. Na entrevista em profundidade realizada com Andrea, ela me disse que “ter passado pela cadeia mudou a minha relação com o ativismo, me fez agarrá-lo com mais amor e com mais força”. Além disso, ela afirma que o empoderamento conquistado pelo maior envolvimento com o ativismo fez com que ela se sentisse muito menos vulnerável em sua segunda passagem pela prisão do que na primeira:

Bem, foi bem diferente [quando fui presa pela segunda vez]. Além do fato de eu já estar mais empoderada, de já ter vários anos de ativismo, já ter trabalhando para o Fundo Global de Luta Contra a Aids, eu já havia participado de oficinas, de cursos de formação na Comissão Nacional dos Direitos Humanos. Eu já sabia um pouco mais sobre ativismo, já estava mais bem relacionada e mais visível. Então houve uma mudança. Eles não me trataram mais tão mal, não me bateram, não me humilharam tanto. Eu já sabia me defender. Consegui inclusive evitar que meu cabelo fosse cortado no ingresso.

Desde que saiu em liberdade, Andrea visita sempre que possível suas *companheiras trans* nas prisões de Iztapalapa – tarefa nem sempre fácil por não ter suas atividades reconhecidas pela Subsecretaria de Administração Penitenciária. Eventualmente, consegue acesso ao *dormitório 10* para auxiliar na implementação de projetos promovidos pela Clínica Condesa. Dentre as *mulheres trans* que estiveram nas prisões desta região, no entanto, seu trabalho é de forma geral mais reconhecido que o

da *Almas Cautivas*. Foi o que me garantiu, entre outras interlocutoras, Yessica – com quem também realizei uma entrevista em profundidade. Ela, tendo passado 17 anos na prisão, é reconhecida como uma inquestionável autoridade nessas questões (ver introdução e capítulo 6). Quando conversamos, expressou uma postura crítica ao estilo de atuação de certos grupos:

Veja bem, existem vários grupos que tentam nos ajudar quando estamos presas, mas para os quais se trata mais de uma questão quantitativa do que qualitativa. Elas querem sobretudo entregar números, cifras, para conseguir financiamento, receber verba. Mas não estão interessados realmente na dimensão qualitativa dessas pessoas, nem na qualidade da ajuda que estão oferecendo. Elas chegavam de repente e nos chamavam para dar coisas, mas você via que era para elas uma simples questão política. [...] Não existe uma entrega realmente desinteressada para ajudar as pessoas, principalmente a comunidade trans. Há sim um interesse econômico e um interesse político, de adquirir força política, mas não há interesse no ser humano, nas pessoas, no seu bem-estar. Eu penso isso, sinto que, mais do que tudo, o que se busca é ascender individualmente: “Eu posso fazer isso, posso fazer aquilo”. Mas não há o interesse de ajudar porque “Eu quero que elas fiquem bem, porque quero que sejam pessoas melhores”. Na verdade, é como ir construindo com pequenas ações um caminho político, mas que não passa por realmente ajudar o outro como ser humano. Estão em interessadas em que, graças ao que fazem pelas outras, possam elas ascenderem, mas não as outras como pessoas. Pode parecer uma diferença sutil, mas é muito radical, porque no momento em que uma pessoa realmente se interessa pelas pessoas que estão na prisão, a maneira de fazer as coisas muda.

Yessica constrói seu discurso em torno das oposições entre a dimensão quantitativa ou qualitativa da ajuda e entre o interesse individual ou o interesse pelo outro como fim último da ação política. Apesar da postura crítica em relação ao modelo de atuação de grupos como a *Almas Cautivas*, foi interessante notar que sua compreensão acerca do sistema penitenciário como um todo não é muito distinta da apresentada por Ari Vera. Sem recorrer a autores consagrados para legitimar sua perspectiva, Yessica também argumenta que o sistema de justiça criminal está fundamentalmente “corrompido” e tende, portanto, a reproduzir e reforçar as desigualdades sociais. Em suas palavras:

Há muitas pessoas que estão na prisão, mas que não deveriam estar ali. Pessoas que vão porque não conseguiram se defender, que estão presas porque não tiveram recursos, porque não tiveram assessoria, porque não tinham conhecimento. Há um completo desinteresse pela situação delas, absolutamente ninguém está realmente preocupado

em ajudar. Elas estão esquecidas lá e podem ficar ali uma vida toda. [...] A maneira como eu acho que posso atacar o sistema, ou seja, fazer uma mudança social, é tirar pessoas que não são culpadas, mas que estão lá por causa da corrupção. Eu posso tirá-las para mostrar que o problema que temos no México não são as leis, mas é a corrupção. Então, quando você mostra que o sistema está corrompido, pode haver uma mudança, mas enquanto você não mostrar que o sistema está pervertido, que funciona mal, nada pode mudar, porque cada pessoa está confortável em seu lugar. Quem comete crimes e dá dinheiro para sair, fica à vontade porque pode continuar cometendo crimes sem pisar na cadeia. E aqueles que não podem sair porque são inocentes, mas não têm o conhecimento, os recursos ou as conexões, então ficam lá e não conseguem se defender. [...] A ideia é simples, é demonstrar a ineficiência do sistema judicial e a corrupção, como ela faz com que o sistema apodreça, com que ao invés de fazer justiça na verdade ajuda a manter as coisas como estão.

A prioridade das ativistas deve ser, portanto, tirar das prisões as pessoas “que não conseguiram se defender” e denunciar a ineficiência do sistema de justiça que produz o atual modelo de encarceramento. Há uma grande desconfiança em relação a estratégias de ação focadas na “produção de cifras” e na obtenção de financiamento, sem questionar a dinâmica do sistema. A seu ver, estas podem até promover a projeção política e ascensão social de determinadas ativistas, mas tem limitados efeitos nas condições de vidas das pessoas presas, em especial da comunidade trans.

Quero concluir este capítulo (e também esta segunda parte da tese) com algumas breves reflexões a respeito das ambivalências do ativismo de *mulheres trans* em contextos de privação de liberdade.

Caminhos Tortos

Jurei mentiras e sigo sozinho
Assumo os pecados
Os ventos do Norte não movem moinhos
E o que me resta é só um gemido
Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos
Meu sangue latino, minha alma cativa
Rompi tratados, traí os ritos
Quebrei a lança, lancei no espaço
Um grito, um desabafo
E o que me importa é não estar vencido
Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos
Meu sangue latino, minha alma cativa

João Ricardo e Paulinho Mendonça

Desde de a primeira vez que ouvi falar da associação civil *Almas Cautivas* associei esse nome à famosa música “Sangue Latino”, composta por João Ricardo e

Paulinho Mendonça e gravada pela primeira vez pelo grupo Secos & Molhados em 1973 (um dos momentos de maior repressão política durante o regime militar no Brasil). A letra, entoada pela voz andrógina de Ney Matogrosso, é uma espécie de metáfora da condição latino-americana, de seu doloroso passado colonial e de seu futuro incerto. Em 1974, o grupo lançou no México e na Argentina uma versão em espanhol da música, que terminava justamente com o verso “*mi alma cautiva*”.

Uma das primeiras perguntas que fiz à Ari Vera quando conversamos pessoalmente na Federação Mexicana de Empresários LGBT era se havia alguma relação entre o nome da associação e esta música. Ela me respondeu que não – que nem sequer havia ouvido falar nesta música ou neste grupo. Esta não foi uma grande surpresa para mim, uma vez que a música havia sido lançada no México alguns anos antes de seu nascimento (e não havia feito particular sucesso fora do Brasil).

Perguntei então de onde vinha tal nome. Ela me explicou que a ideia de *Almas* se opunha a corpos, no sentido da definição da identidade de alguém pelos caracteres biológicos assignados no nascimento. Ela afirmou que as *mulheres trans* “definem a identidade pela alma, de dentro para fora”. Neste processo de construção de si elas desafiam as definições naturalizadas da ciência, moldando seu exterior de acordo com a percepção do eu interior. A palavra *cativas* (cativas), por sua vez, se opunha a expressões como *preso* ou *encarcerado*. Sua ideia era enfatizar as diversas formas de restrição do movimento e da liberdade que existem na sociedade mexicana – os *cativeiros* vividos por todos e não apenas pelos presos. No caso das *mulheres trans*, um cativeiro pode ser o próprio corpo com o qual elas não se identificam e no qual são muitas vezes obrigadas a viver.

Tal interpretação acerca do lugar da prisão como uma das muitas formas de aprisionamento enfrentadas por *peessoas LGBT* em uma sociedade estruturada pela desigualdade fica muito clara em outro trecho da entrevista para a revista DFENSOR que citamos anteriormente:

A prisão é um lugar que tem sido usado para controlar e marginalizar as pessoas. [...] Nesse sentido, infelizmente, as pessoas LGBTTI têm que enfrentar criminalização e perseguição porque são diferentes, mas, acima de tudo, também enfrentam os impactos de um sistema capitalista neoliberal que exclui a diferença e exclui de todas as formas: nos campos econômico, social, religioso, amoroso, familiar e educacional. Na maioria das áreas, simplesmente expressar quem você é por orientação sexual ou identidade de gênero coloca você como alvo, coloca você no centro da violência, no centro da

discriminação. Isso gera ciclos viciosos, nos quais as pessoas desta comunidade são expostas a vários tipos de violência e a prisão é mais uma delas. Isso vale especialmente para pessoas trans: no caminho da construção identitária destas, a passagem pela prisão é uma realidade sempre próxima, parecendo até que é obrigatória. Por esse motivo, temos que refletir se a prisão é de fato um lugar para proteger as pessoas que estão em conflito com a lei, ou se, na realidade, é um dispositivo para segregar o que é diferente, o que é ruim aos olhos de uma sociedade hegemônica, uma sociedade binária, heterossexista e que constrói essa hegemonia a partir de um tipo ideal de raça (branca), um determinado estilo e um fenótipo de beleza; e para a qual toda a diferença, tudo o que está fora deste círculo, você tem que encarcerar mais cedo ou mais tarde. (tradução minha)

Embora não tenha sido pensada originalmente por Ari Vera, acredito que podemos desenvolver as relações entre seu estilo de atuação política e as imagens evocadas pela música *Sangue Latino*. Para além da metáfora das *almas cautivas* que ela tão ricamente desenvolve, me parece interessante pensarmos na imagem de “caminhos tortos”.

Essa imagem me remete, antes de mais nada, aos muitos caminhos que levam tantas *mulheres trans* da rua à prisão: a desigualdade, a exclusão social, a falta de alternativas de trabalho, a criminalização desproporcional promovida pelas forças policiais e pelo sistema de justiça. Também tortuosos são os caminhos dessas *mulheres* dentro da prisão – as “caminhadas de pés quebrados” e os “tropeços na caminhada” de que fala Natália Padovani (2015) em sua pesquisa com *mulheres presas*.

Tortos ainda são os caminhos que as levam da prisão ao ativismo. Não apenas Ari Vera, mas também Andrea Luna e Yessica redefiniram o sentido de suas vidas a partir dessa experiência de privação (não apenas de liberdade, mas também da dignidade humana). Os extremos de sofrimento e exclusão sofridos no cárcere constituem uma poderosa motivação na luta por justiça.

Por fim podemos pensar como tortos os próprios caminhos dessas *mulheres* no campo político. Suas estratégias de ação levantam infinitos dilemas éticos, motivam diversas disputas entre ativistas e ensinam todos os tipos de questionamento. Difícil seria imaginar um caminho reto ou direito em direção à transformação social na América Latina, um continente marcado por tratados rompidos, ritos traídos e tanto sangue derramado.

Conclusão

A última imagem: Retrato de Anna Operman por Leandersson (2019).

Figura icônica na noite *underground paulistana*, Anna é uma das muitas *travestis* que passaram pelo cárcere. Apesar de ela não ter sido mencionada anteriormente na tese, nossas conversas sobre sua passagem pela prisão (que ela, com um toque de humor sarcástico *camp*, chama de “ilha de Caras”), foram fundamentais para esse trabalho.

Sua vida, suas histórias e suas inesquecíveis performances são uma poderosa inspiração para todos que já tiveram o prazer de conhecê-la.

Obrigado por (r)existir, sereia.

CONCLUSÃO

Fronteiras da humanidade e dos direitos humanos

Mesmo nos tempos mais sombrios temos o direito de esperar alguma iluminação e tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e frequentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na Terra. Olhos tão habituados às sombras, como os nossos, dificilmente conseguirão dizer se sua luz era a de uma vela ou a de um sol resplandecente.

Hannah Arendt

Quando elaborei o projeto de pesquisa que deu origem a esta tese, meu objetivo central era entender a emergência dos *presos LGBT* como um sujeito de direitos específico. Naquele momento, em meados de 2014, novas normativas institucionais e políticas públicas direcionadas para esta população se multiplicavam rapidamente (e uma tendência de expansão progressiva parecia se delinear). Minha atenção estava voltada para o Estado e para sua interação com o universo dos direitos humanos. O trabalho de campo, no entanto, redirecionou meu olhar e me obrigou a levantar novas hipóteses.

No Brasil, a conjuntura política mudou rapidamente – tornando-se desfavorável tanto para os direitos da população carcerária quanto para os da comunidade LGBT. A profusão de discursos moralmente conservadores (ou mesmo fundamentalistas) foi inesperadamente veloz e a extrema direita assumiu o poder em múltiplas instâncias (inclusive no Governo Federal). Grande parte dos projetos de expansão da cidadania foram rapidamente congelados ou revertidos: a questão dos *presos LGBT* não foi uma exceção. A necropolítica, que nunca deixou de ser uma marca do Estado brasileiro, assumiria sem disfarces o lugar de discurso oficial. Não há mais constrangimentos para os governantes em dizer que *bichas* e *bandidos*, *pretos* e *putos*, não são dignos de viver – e muito menos de ter direitos. Direitos humanos, afinal de contas, “são apenas para humanos direitos” (ou “de direita”).

Enquanto isso, o trabalho etnográfico realizado no interior das prisões (ou em seus entornos) revelaria a incipiência e a pobreza imaginativa das normativas institucionais e políticas públicas que buscam interpelar especificamente *pessoas LGBT privadas de liberdade*. As categorias de identidade de gênero e orientação sexual que haviam se consolidado na interação entre movimentos sociais e Estado ao longo das

décadas de 1980, 1990 e 2000 faziam pouco (ou nenhum) sentido nos pátios, corredores e celas do sistema penitenciário paulista. *Sapatões, bichas, envolvidos, putos e monas* são o mesmo que *lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*? O que se perde nessa tradução? Que experiências e vidas estamos deixando de ver e ouvir?

Minha proposta analítica foi, então, pensar a criação desse novo sujeito de direitos como um modo particular de gestão da diversidade sexual e de gênero no ambiente prisional. Um estilo de governamentalidade que emerge em um contexto histórico e político bastante específico, podendo se consolidar ou se dissolver ao sabor da conjuntura e de transformações estruturais de grande escala.

O escopo da pesquisa precisou, então, ser ampliado: foi preciso prospectar, por um lado, regimes anteriores de gestão dessa diversidade. Por outro lado, era fundamental entender quais dinâmicas de generificação e sexualização de corpos encarcerados continuavam operando concomitantemente com o projeto de conformação de uma *população LGBT privada de liberdade* dotada de direitos específicos. Era preciso olhar, além disso, para as experiências dos sujeitos interpelados por essas políticas, atentando para suas estratégias situadas de agenciamento diante de situações de adversidade extrema (MOUTINHO, 2006). A escuta de suas envoltivas histórias atravessadas por intensas paixões e formas brutais de violência são um provocativo convite para que amplie nossos horizontes imaginativos (CRAPANZANO, 2004) acerca do que significa sobreviver ao encarceramento.

O capítulo 1 foi o resultado de um mergulho exploratório pela história das prisões brasileiras, buscando compreender as dimensões sexuais e de gênero que as estruturam. Apresentei, então, uma espécie de arqueologia: o delineamento de camadas de significados, de saberes e práticas articulados, que se sobrepõe de maneira complexa até tornar possível a emergência da formulação atual do problema dos *presos LGBT*. A descontinuidade e imprevisibilidade dessa trajetória nos alerta para as incertezas que permeiam seu futuro (tanto a curto quanto a longo prazo).

O capítulo 2, por sua vez, representou o esforço de cartografar os regimes atuais de gestão da diversidade sexual e de gênero nas prisões. Através de uma etnografia desses espaços, vislumbramos corpos, narrativas e sistemas classificatórios que extrapolam em diversos sentidos a circunscrição limitada das siglas com as quais o Estado opera. Os *barracos das bichas* nas *cadeias de coisas* são o exemplo mais significativo desse tipo de dinâmica no contexto do sistema penitenciário paulista.

No capítulo 3, analisei os encontros e desencontros entre esses múltiplos regimes de classificação em um contexto específico: o estado de São Paulo entre os anos de 2013 e 2018. Argumentei que os limitados efeitos dos frágeis projetos implementados nesse momento para promover a expansão dos direitos dos presos percebidos como LGBT não foram resultado de uma falha de planejamento. Muito pelo contrário, eles se mostraram eficazes para dar continuidade ao padrão de gestão necropolítica de corpos encarcerados promovido pela SAP. A hipervisibilidade de um conjunto restrito de ações *pioneiras* direcionadas a uma população específica ajudou a manter na penumbra o modelo desumano de gestão da população penitenciária como um todo.

Uma postura crítica em relação ao modelo de segurança pública vigente no Brasil caracteriza as pesquisas recentes que olharam para as prisões privilegiando suas dimensões sexuais e de gênero. Ao final de um percurso por trabalhos etnográficos realizados sob esta perspectiva no estado de São Paulo, Natália Lago e eu argumentamos que estes oferecem uma contribuição específica à problematização das políticas atuais de encarceramento:

Acreditamos que, ao produzirmos conhecimento sobre o sistema penitenciário levando em conta a forma como ele é também estruturado por hierarquias generificadas e sexualizadas, adicionamos mais uma camada de problematização à sua eficácia como parte de um Estado de Direito. Podemos assim criticar o cárcere não apenas por seu caráter racista ou pelo seu papel ativo na preservação das fronteiras entre as classes: podemos também destacar seu papel machista, homofóbico e transfóbico. A prisão não apenas criminaliza a pobreza e compromete a juventude negra, ela também produz um sofrimento extraordinário para as mulheres e a população LGBT. Ainda entre homens heterossexuais, a reiteração de um padrão estrito de masculinidade exacerba certas formas de violência (ZAMBONI & LAGO, 2018, p. 246).

Essa dimensão eminentemente política da etnografia me levou a olhar também para movimentos e atores que questionavam a legitimidade dessas políticas de Estado.³⁶³ Atentei, então, para a comoção pública e a mobilização política em torno da

³⁶³ Os discursos combativos desses atores não os tornam, naturalmente, completamente exteriores ao Estado em suas múltiplas instâncias (a Defensoria Pública e muitas Universidades, por exemplo, são instituições estatais). Eles não deixam de direcionar suas demandas ao Estado, de negociar com seus representantes ou de aderir em alguns momentos a uma lógica punitivista. Podem ceder, se conformar, serem silenciados ou cooptados. O que me motivou em analisá-los, no entanto, foi a maneira como colocaram em xeque o modelo de garantia de direitos específicos para *pessoas LGBT privadas de liberdade*.

violência exercida contra *pessoas LGBT privadas de liberdade*. No capítulo 4, analisei a campanha “Somos Todas Verônica”, disparada em resposta ao tratamento brutal sofrido por uma *travesti* sob a custódia do Estado (primeiramente na carceragem de uma delegacia e depois em prisões e hospitais de custódia).

A experiência de pesquisa no México colocaria todas essas questões em perspectiva. Ela permitiu refletir sobre as especificidades de cada contexto, bem como sobre a relação de ambos com a história mais ampla da América Latina e o cenário internacional dos direitos humanos.

O capítulo 5 foi também um exercício de arqueologia, mas tendo um espectro mais abrangente do que o primeiro. Busquei compreender as diferenças que estruturam o sistema penitenciário mexicano em sua relação com a formação do Estado e da identidade nacional deste país. Foi possível delinear, assim, interessantes aproximações e contrastes com o contexto brasileiro. No México os indígenas são as vítimas privilegiadas da racialização e da necropolítica, mas também os principais protagonistas da resistência contra as distorções do sistema de justiça criminal. As experiências zapatistas (baseadas na descentralização política e na justiça de base comunitária) fornecem, nesse sentido, um poderoso repertório de contestação ao encarceramento em massa.

No capítulo 6, analisei a configuração do problema dos *presos LGBT* nas prisões da região metropolitana da cidade do México, ressaltando os mesmos tipos de ambivalência identificadas no estado de São Paulo. As políticas específicas para os chamados *grupos vulneráveis* pouco fizeram para transformar as condições de vida dos sujeitos assim classificados – além de reforçar determinadas formas discriminatórias de segregação espacial. Nas dinâmicas de produção do cotidiano das prisões, o protagonismo de figuras como as *mamás* e *tigresas* se mostrou muito mais relevante do que as incertas promessas de proteção legal.

No capítulo 7, por fim, me debrucei sobre os ativismos protagonizados por *mulheres trans* nas prisões da Cidade do México e em seu entorno. Vislumbramos um “campo minado” atravessado por disputas políticas e estratégias de ação ambivalentes: os “caminhos tortos” em direção a transformações sociais na América Latina. Nesta imprevisível caminhada, cruzamos com personagens extraordinárias, histórias envolventes e sentimentos à flor da pele.

Em outras palavras, o que se desenhou neste percurso é que passei a enxergar as disputas atuais em torno da *população LGBT privada de liberdade* cada vez menos

como uma redefinição das fronteiras dos direitos humanos e cada vez mais em termos de deslocamentos e distorções nos sentidos e limites de humanidade. Mais do que avaliar se estavam ou não sendo contemplados no quadro normativo dos direitos, busquei compreender como os sujeitos interpelados como *presos LGBT* eram definidos e se definiam em relação às múltiplas concepções de humanidade operantes no contexto das prisões brasileiras e mexicanas. De que maneiras seus corpos, percebidos como desviantes em termos de gênero e sexualidade, podem ser reconhecidos como humanos não apenas em regulamentos e leis, mas também por outros seres humanos - pela *massa carcerária*; pelo *mundo do crime*; por outras *bichas*, *monas*, *putos* ou *jotos* encarcerados; por *agentes* da Pastoral Carcerária ou por ativistas trans que atuam no sistema penitenciário?

Nesses tempos sombrios (ARENDT, 2019 [1968]), de avassaladoras incertezas políticas, não busquei forjar novas verdades científicas sobre uma população específica (fornecer números exatos, traçar perfis precisos, definir existências possíveis). Os erros das tentativas anteriores, especialmente das demografias oficiais, não foram (apenas) metodológicos. Também não aderi ao pretensioso projeto político de moldar sujeitos “à imagem e semelhança” dos direitos humanos. A linguagem universalista dos direitos carece de imaginação para entender essas vidas e suas lutas cotidianas para existir em um mundo de brutalidades indizíveis.

Através da escuta e da escrita, tentei libertar e dar uma nova vida (nem que seja no papel) a diversos tipos de feras e monstros, sapos e princesas que habitam os corredores e celas das odiosas prisões que percorri (com meu próprio corpo ou através de leitura). Minha esperança de futuro para essas criaturas é que elas não estejam condenadas a permanecer na condição de sub-humanidade em que vivem. Que possam deixar de ser escravos, mulas, vermes, *coisas*, esfregões, capachos ou *depósitos de porra*. Não tenho certeza de que elas possam voltar a ser simplesmente humanas, dignos cidadãos, “indivíduos livres e iguais” com as “mesmas oportunidades” depois de ter passado por essas insalubres jaulas. A “tortura lenta e continuada” (GODOI, 2017) praticada diariamente no cárcere marca os corpos e mentes de maneira persistente.

A potência que me afetou profundamente no trabalho de campo e busquei transmitir nesta tese não é a da “conquista de direitos” ou do enquadramento em padrões ocidentais (e coloniais) de cidadania e justiça: a “igualdade abstrata” e a “liberdade vazia” de que nos fala Octavio Paz (2015, p. 280). Em sua luta contra a necropolítica latino-americana, as façanhas mais impressionantes foram justamente a subversão e a

transcendência dessas modulações limitadoras. Experimentos existenciais que ganham forma em personagens e papéis sobre-humanos: mulheres-pantera, mulheres-aranha, Madames Satã.

Meu desejo se tornou então criar um espaço de contato onde essas vidas e histórias possam nos assombrar, nos arrepiar e nos encantar com seus imprevisíveis vôos, nados e rastejos. Quis abrir as jaulas de pandora, deixar que saíssem Annas, Alys, Xampys, Andreas, Aris, Viks, Yessicas, Violetas, princesas, sereias, tigresas, bichas-morcego e mulheres-cobra. Fiz o possível para registrar e transmitir o privilégio de testemunhar a inesgotável força de vida dessas pessoas. Espero ainda compartilhar com elas muitas outras caminhadas (ou maratonas de dança). O mundo, ou o que restar desse mundo após infinitos apocalipses, será todo delas.

BIBLIOGRAFIA

AGUIÃO, S. **Fazer-se no 'Estado'**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos 'LGBT' como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2014.

ALEXANDER, M. **A nova segregação**: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa, Editorial Presença, 1992.

ANCIRA, R. **Reportero encubierto**. Ciudad de México: Ficticia, INBAL, 2017.

ANGOTTI, B. **Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus**: o surgimento dos presídios femininos no Brasil. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 2011.

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Cia das Letras, 2019 [1968].

_____. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BATISTA Jr., J. Vida nova atrás das grades. Veja São Paulo, São Paulo, fevereiro de 2018. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/presas-transsexuais-respeito-cadeia-sao-paulo/>. Acesso em outubro de 2019.

BEATIE, P. Cada homem traz dentro de si sua tragédia sexual: visitas conjugais, gênero e *A Questão Sexual Nas Prisões*, de Lemos Britto. In: MAIS, C.; SÁ NETO, F. De; COSTA, M.; BRETAS, M. L. **História das prisões no Brasil**. V. 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, pp. 215-248.

BEDERMAN, G. **Manliness and civilization**: A cultural history of gender and race in the United States, 1880-1917. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

BENTO, B. Brasil: o país do transfeminicídio. In: **Revista Forum**, 2014. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/brasil-o-pais-transfeminicidio/>. Acesso em: novembro de 2019.

BIEHL, J. **Will to live**: AIDS therapies and the politics of survival. Princeton: Princeton University Press, 2005.

BIONDI, K. **Junto e Misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BOITEUX, L. A proibição como estratégia racista de controle social e a guerra às drogas. Le Monde Diplomatique Brasil, 1 de agosto de 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-proibicao-como-estrategia-racista-de-controle-social-e-a-guerra-as-drogas/>. Acesso em outubro de 2019.

BOIVIN, R. et al. **Mi salud, mis derechos**: estudios de caso a violaciones y abusos a los DDHH de mujeres trans sentenciadas en reclusorios de Puebla y Aguascalientes. Ciudad de México: Comisión Nacional de los Derechos Humanos, 2017.

BOLDRIN, G. **Desejo e Separação**: monas, gays e envolvidos num presídio em São Paulo. Dissertação de mestrado. São Carlos, UFSCAR, 2017.

BORGES, J. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRAGA, A. G. & BRETAN, M. E. Teoria e prática da reintegração social: o relato de um trabalho crítico no âmbito da execução penal. In: SÁ, A. A. de & SHECAIRA, S. S. (orgs.) **Criminologia e os problemas da atualidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2008, pp. 255-275.

BRAGA, G. T. **“O ferve e a luta”**: políticas do corpo e do prazer em festas de São Paulo e Berlim. Tese de doutorado. São Paulo, USP, 2018.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANHEO, R. **“Puxa pro Evaristo”**: produção e gestão da população LGBT presa na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2017.

CARRARA, S. **Tributo a Vênus**: A luta contra a Sífilis no Brasil da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

_____. MORALIDADES, RACIONALIDADES E POLÍTICAS SEXUAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. In: **Mana**, 2015, v. 21, n. 2, pp. 323-345.

CARRARA, S.; SIMÕES, J. A. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, 2007.

CANO, Gabriela. Amélio robles, andar de soldado velho: fotografia e masculinidade na Revolução Mexicana. In: **Cadernos Pagu**, 2004, n. 22.

CAVALCANTI, Céu; SANDER, Vanessa. Contágios, fronteiras e encontros: articulando analíticas da cisgeneridade por entre tramas etnográficas em investigações sobre prisão. **Cad. Pagu**, 2019, n. 55, e195507.

CAVALCANTI, C.; BARBOSA, R. B.; BICALHO, P. P. G. Os tentáculos da tarântula: abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. In: **Psicol. cienc. prof.**, 2018, vol.38, n.spe 2, pp.175-191.

CERVANTES, S. V. Performing *mexicanid*: criminality and *lucha libre*. In: **Crime, Media, Culture**, 2010, Vol. 6(2), pp. 185-203.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: Antropologia e Literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COELHO, M. C.; REZENDE, C. B. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CORDEIRO, F. **Prisão e resistências**: micropolítica da vida cotidiana em uma prisão para mulheres. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2016.

COCKCROFT, J. **La esperanza de México**. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2001.

CONSTANT, C. La materialización del poder hacia corporalidades trans em um reclusorio varonil: análisis de la violencia sexual y la violencia lingüística”. In: Perrée, C.; Diegues, I. **Cuerpos Memorables**. Ciudad de México: CEMCA. 2018.

CORREA, S., DEHESA, R. de la & PARKER, R. Sexuality and politics: regional dialogues from the Global South. In: **Sexuality Policy Watch**, 2014, Vol. 1.

CRAPANZANO, Vincent. **Imaginative Horizons**: an essay in literary-philosophical anthropology. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2004.

CUNHA, M. I. da. A prisão segundo o gênero. In: MOREIRA, A. (org.). **Educar o Outro**: as questões de gênero, dos Direitos Humanos e da educação nas prisões portuguesas. Lisboa: Publicações Humanas, 2007.

DAS, V. **Life and Words**: violence and the descent to ordinary. Berkeley: University of California Press, 2007.

DAVIS, Â. **Are prisons obsolete?** New York: Seven Stories Press, 2003.

DEBERT, Guita Grin. Ética e as novas perspectivas da pesquisa antropológica. In: VÍCTORA, C. et al. (Org.). **Antropologia e ética**: o debate atual. Niterói: EdUFF, 2004, pp. 45-54.

DEHESA, R. de la. **Incursiones Queer en la esfera pública**: movimientos por los derechos sexuales en México y Brasil. Ciudad de México: Universidad National Autónoma de México, 2015.

DELGADILLLO, M. El Palacio Negro que invento a los “Jotos”. El Universal, 1 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.eluniversal.com.mx/entrada-de-opinion/colaboracion/mochilazo-en-el-tiempo/nacion/sociedad/2016/06/1/el-palacio-negro> Acesso em outubro de 2019.

DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital no sistema carcerário paulista. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2011.

EUSTAQUIO JR, C. P.; BREGALDA, M. M.; SILVA, B. R. Qualidade de vida de detentos(as) da “Primeira Ala LGBT do Brasil”. In: **Bagoas: revista de estudos gays**, 2015, v. 09, pp. 253-277.

EWALD FILHO, R. **Os 100 melhores filmes do século 20**. São Paulo: Vimarç, 2001.

FACHINETTO, R. F. **A casa de bonecas**: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do RS. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

FACHINNI, R. **Sopa de Letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

FASSIN, Didier. **La razón humanitaria**: Uma historia moral del tiempo presente. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016.

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2008.

_____. **Sobre anjos e irmãos**: cinquenta anos de expressão política do “crime” numa tradição musical das periferias. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. N. 56, pp.43-72. São Paulo, 2013.

_____. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERREIRA, G. G. **Travestis e prisões**: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento. Curitiba: Multidéia, 2015.

FERREIRA, G. G; KLEIN, Caio C. **Sexualidade e gênero nas prisões**: LGBTI+ e suas passagens pela justiça criminal. Salvador: Editora Devires, 2019.

FICKER & GUERRA. El Porfiriato. In: **Nueva Historia General de México**. GARCIA, E. et al. Cidade do México: El Colegio de México, 2010.

FONTINHAS, E. **São Paulo Pede Passagem**: o carnaval de rua paulistano e sua relação com o regime militar. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo, Universidade Cruzeiro do Sul, 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **História da sexualidade** - v. 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Schimidt, 1933.

FRY, P. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GARCÍA, E. V. et al. **Nueva historia general de México**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2010.

GARCÍA, V. **Fracturar las fronteras carcelarias**: notas en torno a una investigación sobre la sexualidad en situación de reclusión. In: **Estudios Sociológicos**. 2017, vol. XXXV, núm. 103, pp. 179-194.

GARLAND, D. **Punishment and modern society**: a study in social theory. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GLENNY, M. **McMafia**: el crimen sin fronteras. Barcelona: Ediciones Desno, 2008.

GODOI, R. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. Tortura difusa e continuada. In: MALLART, F.; GODOI, R. (orgs.) **BR 111**: a rotas das prisões brasileiras. São Paulo: Veneta, 2017.

GOMES, J. A. G. **Tatuagens no México Colonial**: símbolos mágicos ou pecados contra o corpo? Cidade do México: CNA/INAH, 2019.

GONZÁLES, L. & HASENBALG, C. A. (Orgs.). **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GREEN, J. N. O Pasquim e Madame Satã, a “rainha” negra da boemia brasileira. In: **Topoi**, 2013, 4(7), pp. 201-221.

GREGORI, M. F. **Prazeres perigosos**: erotismo, gênero e limites da sexualidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GUIMARÃES, A. S. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALPERIN, D. **How to be gay**. Cambridge: Belknap/Harvard, 2012.

HASENBALG, C. A.; MUNANGA, K. & SCHWARCZ, L. M. **Racismo**: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 1998.

KULICK, D. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

JANELLI, M. & ALBUQUERQUE, F. F. de. **A Princesa**: depoimentos de um travesti

- brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.
- JEHA, S. **Uma História da Tatuagem no Brasil**. São Paulo: Veneta, 2019.
- LAGO, N. **Mulheres na prisão**: entre famílias, batalhas e a *vida normal*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2014.
- _____. **Jornadas de visita e de luta**: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2019.
- LANDES, R. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LEVI, P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988 [1947].
- LEWIN, E. e LEAP, W. L. (eds). **Out in the field**: reflections of lesbian and gay anthropologists. Urbana & Chicago: University of Illinois Press, 1996.
- LIMA, E. M. **Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro**: o período das freiras (1942-1955). Rio de Janeiro: OAB/RJ, 1983.
- LOAEZA, S. Modernización autoritária a la sombra de la superpotência. In: **Nueva Historia General de México**. GARCIA, E. et al. Cidade do México: El Colégio de México, 2010.
- LOMNITZ, C. **La idea de la muerte em Mexico**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- LOPES, P. **Deficiência na Cabeça**: percursos entre diferença, síndrome de Down e a perspectiva antropológica. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2020.
- MACHADO, B. F. Exclusão não rima com educação. In: **Revista Pátio. Ensino Médio, profissional e tecnológico**. Dez. 2014, pp. 22 - 25.
- MACHADO, M. R.; MACHADO, M. (orgs.). **Carandiru (não) é coisa do passado**: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o Massacre. São Paulo: FGV (online), 2015.
- MACRAE, E. A construção da igualdade. Campinas: Editora Unicamp, 1990.
- MADER, C. **Sobre Abolicionismos Penais da Pastoral Carcerária**: a prática de contar e rememorar histórias que constrói “um mundo sem cárceres”. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2019.
- MALLART, F. **Cadeias dominadas**: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- _____. **Findas linhas**: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2019.

MALLART, F.; GODOI, R. (orgs.) **BR 111: a rotas das prisões brasileiras**. São Paulo: Veneta, 2017.

MALINOWSKI, B. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1978.

MALLON, F. Indian communities, political cultures, and the State in Latin America, 1780–1990. In: **Journal of Latin American Studies**. 1992, 24(S1), pp. 35-53.

MANSO, B. P. 16 perguntas sobre o PCC. São Paulo: **Jornal Estado de São Paulo**, 24 de janeiro de 2014.

MARCUS, G. E. Ethnography in/of the World System: the emergence of multi-sited ethnography. In: **Annual Review of Anthropology**. 1995, 24, pp. 95-117.

MARQUES, A. **Crime, proceder, convívio-seguro**: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2009.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosacnaify, 2003.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2011.

McCLINTOCK, A. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

MISSE, M. **O estigma do passivo sexual**. Rio de Janeiro: Achiamé/Soccii, 1979.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: **Sociologias**. Jan./jun. 2009, ano 11, n. 21, pp. 150-182.

MISKOLCI, R.; PELÚCIO, Larissa. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad**. 2009.

MISKOLCI, R.; BALIEIRO, F. de F. O drama público de Raul Pompeia: Sexualidade e política no Brasil finissecular. In: **RBCS**, fev. 2011, vol. 26, n° 75.

MONSIVÁIS, C. El mundo soslayado (donde se mezclan la confesión y la proclama). In: NOVO, S. **La estatua de sal**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

_____. **Los 41 y la gran redada**. Letras Libres [online], 2001.
Disponível em: <https://www.letraslibres.com/mexico/los-41-y-la-gran-redada>. Acesso novembro de 2019.

MORAGA, C. **La Güera** y otros escritos para el desarraigo de la blanquitud. Valencia: Pensaré, 2018.

MORALES, A. V. Mulheres trans privadas de liberdade em centros penitenciários masculinos da Cidade do México. In: FERREIRA, G. G; KLEIN, Caio C. **Sexualidade e gênero nas prisões: LGBTI+ e suas passagens pela justiça criminal**. Salvador: Editora Devires, 2019.

MOUTINHO, L. **Razão, "cor" e desejo**: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais "inter-raciais" no Brasil e África do Sul. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

_____. Negociando com a adversidade: reflexões sobre “raça”, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. In: **Estudos Feministas**, 2006, v. 14, n. 1.

MOUTINHO, L. et al. Retóricas ambivalentes: ressentimentos e negociações em contextos de sociabilidade juvenil na Cidade do Cabo (África do Sul). In: **Cadernos Pagu**. 2010, p. 139-176.

MULHOLLAND, M.-L. Mariachi, myths and mestizaje: popular culture and Mexican national identity. In: **National Identities**, 2007, 9(3), pp. 247–64.

NADER, L. Up the anthropologist: perspectives gained from studying up. In: HYMES, D. (Ed.). **Reinventing anthropology**. New York: Vintage Books, 1969.

NEGRETTI, N. **Madá e Lena entrecruzadas, dois dramas em trama**: entre percursos numa tragédia social e uma constituição possível. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 2015.

NOVO, S. **La estatua de sal**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

PADOVANI, N. C. **“Perpétuas espirais”**: falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977 – 2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 2010.

_____. **No olho do furacão**: conjugalidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital”. In: **Cadernos Pagu**, 2011, vol. 37.

_____. **Sobre casos e casamentos**: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos, EDUFSCar, 2018.

OLIVAR, J. M. Banquete de homens: sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2011, 26(75), pp. 89-101.

PAEZZO, S. **Memórias de Madame Satã**: conforme narração a Sylvan Paezzo. Rio de Janeiro: Lido, 1972.

PARRINI, R. **Panópticos y laberintos**: subjetivación, deseo y corporalidad en una cárcel de hombres. Ciudad de México: El Colegio de México, 2007.

PASSOS, A. G. da S. **Uma ala para travestis, gays e seus maridos**: pedagogias institucionais da sobrevivência no Presídio Central de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS, 2014.

PATRIARCA, L. **As corajosas**: etnografando experiências travestis na prostituição. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2015.

PAZ, O. **El labirinto de la soledad**. Madrid: Cátedra, 2015.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti do modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Annablume, 2009.

PERLONGHER, N. **O negócio do michê**: a prostituição viril. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **O que é Aids?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Prosa Plebeya**: Ensaios 1980-1992. Buenos Aires: Colihue, 1997.

PINHEIRO, L. F.; GAMA T. da S. As origens do sistema penitenciário brasileiro: uma análise sociológica da história das prisões do Estado do Rio de Janeiro. In: **Sociedade em Debate**, 2016, 22(2), pp. 157 – 190.

POLLAK, M. **Os homossexuais e a AIDS**: sociologia de uma epidemia. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, 1989, vol. 2, n. 3.

POMPÉIA, R. **O Ateneu**. São Paulo: Ática, 1996 [1888].

PUAR, J. **Terrorist assemblages**: homonationalism in queer times. Duke: Duke University Press, 2007.

PUIG, M. **O beijo da mulher aranha**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

_____. **Querida família**: tomo 2. Cartas americanas. New York (1963-1967) Río de Janeiro (1980-1983). Buenos Aires: Entropía, 2006.

RAMALHO, J. R. **Mundo do crime**: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

RAMOS, G. **Memórias do Cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1953].

REIS, R. **Encontros e Desencontros**: Uma etnografia das relações entre homens homossexuais em espaços de sociabilidade homossexual de Belém. Dissertação de Mestrado. Belém, UFPA, 2012.

SÁ, A. A. de. **Criminologia clínica e execução penal**: proposta de um modelo de terceira geração. São Paulo: Ed. RT, 2011.

SABATINE, t. & SANCHES, M. (2018). Incursões sobre uma política de formação de educadores no Estado de São Paulo: o curso “Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual: desafios para a escola contemporânea”. **Bis**, v. 19, n. 2, 2018.

SANDER, Vanessa. Tiranias da intimidade: controvérsias em torno da revista íntima de travestis e transexuais no sistema penitenciário e socioeducativo de Minas Gerais. **Anais do VI Enadir**, São Paulo, 2019.

SANDER, Vanessa. “O melhor lugar para arrumar marido”: conjugalgidades e afetos entre travestis em privação de liberdade. **Anais do VI SAPPGAS**. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, M. S.; ISSA, Y. Madame Satã and the jails of Ilha Grande: an analysis of gender constructs and sexuality in the prison system. In: **Vibrant**, 2016, v.14, n.2.

SANZOVO, N. M. 2020. **O Lugar das trans na prisão**. São Paulo: editora D’Plácido, 2020.

SARTI, C. A vítima como figura contemporânea. In: **Cad. CRH**, 2011, vol.24, n.61.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. In: **Cadernos Pagu**. Jan-jun. 2007, (28), pp. 19-54.

SEGATO, R. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. In: **Estudos Feministas**, mai-ago. 2005, 13(2), pp. 265-285.

SILVA FILHO, M. R. **Na rua, na praça, na boate**: uma etnografia da sociabilidade LGBT no circuito GLS de Belém-PA. Dissertação de Mestrado. Belém, UFPA, 2012.

SILVESTRE, G. **Dias de visita**: uma sociologia da punição e das prisões. São Paulo: Alameda, 2012.

SILVESTRE & MELO. O encarceramento em massa em São Paulo. **Tempo Social**, 2017, 25(1), pp. 83-106.

SIMMEL, Georg. Sociologia da refeição - Georg Simmel. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 33, p. 159-166, 2004.

SIMON, J. **Poor discipline**: parole and the social control of the underclass, 1890-1990. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

_____. **Governing through crime**: how the war on crime transformed American democracy and created a culture of fear. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SOARES, B. M.; ILGENFRITIZ, I. **Prisioneiras**: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SONTAG, S. Notas sobre *Camp*. In: _____. **Contra a interpretação**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

_____. **A Aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUZA, J. A classe média no espelho. Le monde Diplomatique Brasil, 1 de outubro de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-classe-media-no-espelho/> Acesso em outubro de 2019.

STANLEY, E.; SMITH, N. **Captive genders**: trans embodiment and the prison industrial complex. Baltimore: AK Press, 2011.

STEPAN, N. L. “**A hora da eugenia**”: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2005.

TODOROV, T. **A Conquista da América**: a questão do outro. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

THOMSON-DEVEAUZ, F. Nota sobre o Calabouço: *Brás Cubas* e os castigos aos escravos no Rio. Revista Piauí, maio de 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/nota-sobre-o-calabouco/> Acesso em outubro de 2019.

TRAVERSO, E. **La violencia nazi**: una genealogia europea. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

TURNER, Victor. **Dramas, Fields, and Metaphors**: Symbolic Action in Human Society. Ithaca and London: Cornell University Press, 1974.

VALENCIA, S. Capitalismo Gore y necropolítica en México contemporáneo. In: **Relaciones Internacionales**, 2012, n. 19, pp. 83-102.

_____. Jóvenes: (sobre)vivir y transforma(se) en la condición neoliberal. In: GUTIÉRREZ SALAZAR, S. (coord). **Juventud(es), régimenes de sensibilidad y dissidência: narrativas, estéticas y morfologías disidentes**. Ciudad Juárez, Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, 2016.

VALLE, C. G. Identidades, doença e organização social: um estudo das “pessoas vivendo com HIV e AIDS”. In: **Horizontes Antropológicos**. 2002, v. 17, pp. 179-210.

VERA, R. Persecución desde el Santo Oficio. Cidade do México: Processo, dezembro de 2018.

VELHO, G. **Um Antropólogo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIANNA, A. (Org.). **O fazer e o desfazer dos direitos**: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades. Rio de Janeiro, E-Papers, 2013.

_____. Políticas da morte e seus fantasmas. Le monde Diplomatique Brasil, 1 de Março de 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/politicas-da-morte-e-seus-fantasmas/> Acesso em outubro de 2019.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1920].

ZAMBONI, M. **Herança, distinção e desejo**: homossexualidades em camadas altas na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2014.

_____. Travestis e Transexuais Privadas de Liberdade: a (des)construção de um Sujeito de Direitos. In: **Revista Euroamericana de Antropologia**, 2016, No 2.

_____. O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. In: **Aracê - Direitos Humanos em Revista**, 2017, v. 4, pp. 93-115,.

_____. De “atos imorais” a Sujeitos de Direitos? por uma história da diversidade sexual e de gênero nas prisões brasileiras. In: FERREIRA, G. G; KLEIN, Caio C. **Sexualidade e gênero nas prisões: LGBTI+ e suas passagens pela justiça criminal**. Salvador: Editora Devires, 2019.

ZAMBONI, M.; LAGO, N. O sexo das prisões: gênero e sexualidade em contextos de privação de liberdade. In: **Marcadores Sociais da Diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica**. SAGGESE, G. S. R et al. São Paulo: Terceiro Nome, 2018. pp. 227-250.

ZEPEDA, G. **Catástrofe penitenciária en México y reforma penal**. Cidade do México: Letras Libres, 2013.

ZELIZER, V. Dinheiro, poder e sexo. In: **Cadernos Pagu**, 2009, n. 32, pp. 135-157.

ZIMRING, F. E.; HAWKINS, G. **The scale of imprisonment**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.